



A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO CEARÁ DEBATE  
QUESTÕES NACIONAIS  
2003-2006

Copyright – © 2006 by INESP  
Coordenação Editorial: Gina Marcílio Pompeu  
Projeto gráfico e diagramação: Roberta Oliveira  
Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP  
Coordenação da Pesquisa: Gina Vidal Marcílio Pompeu  
Equipe de Pesquisa do INESP:  
Ana Maria Vieira Braga  
Ana Rita Rogério  
Cecília Nogueira Molina  
Fátima Abreu  
Flora Teles  
Gleice de Lucena Filgueiras  
Hamílcar Arruda  
Karla Costa Lima Sampaio  
Kelly Lima Abreu  
Márcia Dias  
Solange Machado Braga

Catalogado por:  
Tereza Cristina Bessa Raupp – CRB: 3/839

C141A Cals, Marcos (Org. e Coord.)

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará debate: questões nacionais/Marcos Cals, Gina Vidal Marcílio Pompeu. – Fortaleza: INESP, 2006.

318p.

I. Debate. 2. Questões nacionais, debate. I. Pompeu, Gina Vidal Marcílio.  
II. Ceará. Assembleia Legislativa. III Título.

ISBN: 85-87764-76-4

CDDir 808.53

EDITORA INESP  
Av. Pontes Vieira 2391, Dionísio Torres,  
Fone: (0xx85) 3277-3705 – fax (0xx85) 3277-3707  
CEP – 60.130-241 / Fortaleza–Ceará – Brasil  
al.ce.gov.br/inesp – inesp@al.ce.gov.br

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – Deputado Marcos Cals

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ..... 5

### 2003

Movimento Pró-Refinaria .....	7
Fórum Sobre a Refinaria de Petróleo para o Nordeste .....	14
Direitos da Mulher .....	19
Defesa do Consumidor .....	21
Plano de Educação do Governo Federal .....	23
Campanha da Fraternidade .....	27
Seminário Sobre a Reestruturação da Sudene .....	31
Ceará 400 Anos .....	56
Conselho Cearense dos Direitos da Mulher .....	61
Acesso à Justiça .....	62
A Proteção e a Segurança do Consumidor .....	65
História Política do Ceará .....	69
O Ceará em Destaque .....	82
A Presença de Vicente Yañez Pinzón no Ceará .....	93
República Velha .....	100
Revisão Histórica dos 400 Anos do Ceará .....	114
As Cores do Ceará Colonial .....	126
Fórum Interinstitucional de Educação .....	129
Primeiro Seminário Cearense das Funções Essenciais à Justiça .....	131
Fórum de Debates para Unificação do Código de Ética Parlamentar .....	134
Violência Contra a Mulher .....	138

### 2004

Instalação do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará .....	141
Análise Sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social .....	145
Cenários do Golpe .....	156
20 Anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango – Um Perfil” (1945 – 1964) .....	173
1964 – Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política Econômica e Social .....	183
Homenagem ao Dia 13 de Maio, Data Comemorativa da Abolição dos Escravos .....	195

## 2005

Medida Provisória 232 .....	199
Projeto de Integração das Bacias do São Francisco .....	207
Emancipação de Distritos .....	215
Apresentação do Programa Mundial Geopark .....	221
Estatuto do Desarmamento .....	224
Projeto de Transição Governamental .....	230
Vinte Anos de Redemocratização do Brasil .....	238
Alternativas Para o Brasil .....	244
Corrupção – Inimiga da República Brasileira .....	249
Reforma Política e Poder Popular .....	253
O Impeachment na História do Brasil .....	259
Ética, Controle Social e Financiamento da Política .....	266

## 2006

Parlamento, Democracia e Desenvolvimento .....	270
Implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) .....	275
A Importância da Defensoria Pública na Garantia do Acesso à Justiça .....	280
Propaganda Eleitoral – Regras para as Eleições de 2006 .....	283
O Superendividamento pelo Consumo .....	288
O Biodiesel e suas Conseqüências para o Desenvolvimento do Ceará .....	296
Seminário Sul-Americano: Realidade de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco .....	299
Siderúrgica no Ceará .....	307
Parcerias Público-Privadas .....	309
Nova Estruturação da Sudene .....	311
Refinaria – Critérios Técnicos .....	313



## APRESENTAÇÃO

De 2003 a 2006, o Parlamento cearense contrariou o ditado que ensina: se você pensar, não fale; se falar, não escreva; se escrever, não publique. A Mesa Diretora e todos os deputados da 26.<sup>a</sup> Legislatura pensaram, debateram, requereram a realização de audiências públicas e seminários que esclareceram assuntos de interesse da população e do Estado do Ceará. Agora a Assembléia publica a sinopse de algumas das questões mais relevantes tratadas, para que os membros da 27.<sup>a</sup> Legislatura e a sociedade em geral se inteirem sobre o trabalho desenvolvido na Assembléia Legislativa do Ceará, e dêem continuidade às matérias ainda por solucionar, ajuntando novas propostas, questões e respostas de interesse público. É necessário somar esforços em favor da Recriação da Sudene, da Interligação das bacias do Nordeste Setentrional com a bacia do Rio São Francisco, é preciso pensar em políticas de atração de empreendimentos que gerem emprego e renda, sem contudo se chocar com o meio ambiente e o modo de vida das pessoas, é essencial pensar e propor políticas de inclusão social em favor dos discriminados e postos à margem da sociedade em face da cor, sexo, pobreza, ou faixa etária.

Por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará muitos debates de educação política foram travados no Plenário, inclusive nas segundas-feiras, quando não são realizadas sessões com os membros do Poder Legislativo. Políticos, professores, pesquisadores, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, juristas, engenheiros, médicos, ministros, secretários de estado... cidadãos que se preocupam com a coletividade e com um Brasil melhor e mais justo foram convidados a debater e a lançar propostas para a construção da República Brasileira. Debateu-se como concretizar a Democracia, regime ideal de governo, pensou-se nos vinte anos de redemocratização vividos, relembrou-se o projeto de Getúlio Vargas, cinquenta anos após sua morte, lançou-se o desafio de combater a corrupção e o analfabetismo, chagas ainda hoje tão presentes. Estudaram-se os 400 anos de colonização do Ceará por meio de seminários, analisou-se a história constitucional do Ceará por meio do estudo de cada uma das constituições estaduais. Filmes foram exibidos lembrando para não mais repetir momentos da ditadura e do golpe militar de 1964, reforma política e poder popular, e parcerias entre o setor público e o setor privado foram propostas.

Separados ano a ano 2003, 2004, 2005 e 2006, as pautas escolhidas não esgotam todos os assuntos questionados no Parlamento, mas demonstram o quanto os deputados se preocuparam e desempenharam seu múnus de defender os interesses e direitos dos cearenses.

Terminado o mandato da 26.<sup>a</sup> Legislatura com o sentimento de missão cumprida, inicia-se o mandato da 27.<sup>a</sup> Legislatura com o mesmo ânimo e vontade de reduzir as desigualdades sociais e regionais, seja pelo discurso, seja por ações e pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos, desempenhando as funções típicas do Legislativo, tendo como norte o bem comum.

Deputado Marcos Cals

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará



# MOVIMENTO PRÓ-REFINARIA

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (PC do B)

Palestrantes convidados: Regis Cavalcante Dias<sup>1</sup>

Data: 04/02/2003

**A** Assembléia Legislativa deu continuidade ao Movimento em Defesa da Instalação da Refinaria no Ceará iniciado no período de 1994/96. No ano de 2003, foram realizados três grandes debates, reunindo parlamentares, secretários de Estado, associações de classes e a sociedade. Foram realizadas três audiências públicas. A primeira, no dia 4 de fevereiro; a segunda, no dia 11 de março e a terceira, no dia 21 de março.

A primeira audiência pública para discutir o fórum de mobilização Pro-Refinaria reuniu as bancadas federal, estadual e municipais. O presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals, destacou que o movimento foi iniciado pelo deputado federal Ariosto Holanda, lembrando que a instalação da refinaria no Ceará poderia trazer recursos importantes para o setor de comércio com a geração de mais empregos. O movimento, lembrou ele, seria integrado com a sociedade civil e o governo do Estado.

Não adianta ficarmos nessa mobilização só de rua. É preciso ter ações políticas, objetivas para que possamos conquistar essa importante obra para o desenvolvimento do nosso Estado. Sabemos que se não tivermos a participação dos Deputado Federais, dos Senadores, dos Deputados Estaduais, dos movimentos de classe e movimentos sociais, não teremos forças políticas para objetivarmos a conquista da Refinaria para o Estado do Ceará. O Estado do Ceará ao longo do tempo vem já criando uma infra-estrutura, condições que venham possibilitar a instalação, – eu aqui faço até um retorno ao passado – quando meu pai foi Ministro das Minas e Energia, no período de 1979 a 1985, e o Estado do Ceará não produzia petróleo e não tinha infra-estrutura para a instalação dessa refinaria. Hoje, Paracuru tem instalação de gás natural, uma série de pequenas infra-estruturas que foram se instalando e que no momento chegamos a ter uma oportunidade de competitividade com os demais Estados. Temos aí Recife, Pernambuco nessa luta, o Maranhão, o Rio Grande do Norte.<sup>2</sup>

Um movimento sem cor partidária foi a essência que marcou o debate em torno da questão. Para Marcos Cals, o Legislativo estadual contribuiu com transparência, “sem interesses pessoais ou de classes separadas, sem interesses individuais, um Poder claro, transparente, objetivo, onde todos têm direitos e oportunidades de se discutir.”<sup>3</sup> O parlamentar foi enfático como o momento merecia:

Essa é uma discussão inicial que não podemos após essa Audiência Pública encerrarmos e deixarmos isso sem estarmos articulado. Eu que tive a oportunidade, em diversos momentos, de participar de fóruns, de movimentos sociais, e criamos uma rede, e essa rede ela tem que ser integrada com todos os setores da sociedade e discutida e sugerida para que possamos evoluir; o Estado do Ceará tem que estar mobilizado, o Estado do Ceará tem que estar presente, o Estado do Ceará tem que estar na vanguarda, e a Assembléia Legislativa está aqui dando essas demonstrações sem nenhuma posição política, só a posição objetiva onde todos, todos os segmentos seja de Oposição, seja de Situação. Ovi e li hoje pela manhã uma reportagem onde falava da Direita para a Esquerda e da Esquerda para Direita. Nesse momento, não estamos com posições ideológicas. Nossa posição ideológica é a instalação dessa Refinaria para criarmos condições de geração de emprego e renda para o povo do Ceará.<sup>4</sup>

O deputado Chico Lopes (PC do B – Ce) ressaltou que a refinaria em questão é antes de tudo uma vontade política, reunindo sindicatos patronais e de trabalhadores; associações de classes, a Assembléia Legislativa, e os legislativos municipais. Na oportunidade, defendeu a unidade em torno da questão, apesar de achar justas as reivindicações de outros Estados nordestinos. Na opinião dele, o Ceará dispõe de maior infra-estrutura:

Temos o Porto do Pecém, as estradas, o aeroporto Internacional, o Castanhão que vai ter água para ajudar o porto funcionar. O que é que falta? É a nossa unidade. O que é que falta? Fortalecer o Governo do Estado do Ceará e irmos para essa luta. E essa luta não é do Chico Lopes, não é da

<sup>1</sup> Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado

<sup>2</sup> Ata da primeira audiência pública da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> idem.

Assembléia Legislativa, não é da Câmara Municipal, não é da Federação, é uma luta de todos nós, é uma luta de todo cearense. E precisamos para ontem dessa refinaria.<sup>5</sup>

Chico Lopes lembrou que no período de 1994- 1996 foi coordenador do movimento que reivindicou a instalação da refinaria da Petrobrás para o Ceará, defendendo, na oportunidade, apoio da mídia para ampliar a discussão, reforçando a união da sociedade, numa campanha sem partidos e sem mandatários. “Não interessa aqui que cor tem o gato, o que interessa é que o gato lute para trazer a Refinaria para o Ceará.”<sup>6</sup>

Na oportunidade, o deputado Marcos Cals informou que o governador Lúcio Alcântara se reuniria, logo mais, com as bancadas estadual e federal com o objetivo de consolidar o movimento.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, Régis Dias, esclareceu que a refinaria deverá movimentar cerca de U\$2 bilhões de dólares (que deverá ser o investimento), deverá produzir na primeira fase 110 mil barris/dia, podendo chegar até 200 mil. Deverá empregar diretamente na operação 700 pessoas e quatro mil pessoas indiretamente. Durante a realização da obra, a previsão é de dois mil empregos diretos e dez mil empregos indiretos.

Todos sabem que a matéria-prima vem da Bacia de Campos, de Marlin. A Refinaria produzirá um efeito muito importante, através do Pólo Petroquímico. Existe uma associação muito forte de empresários que vão investir e a Petrobrás que deverá entrar com 10 a 40% do investimento. A cadeia produtiva da Petroquímica – como já falei – deverá ser ampliada e num prazo de 15 a 20 anos, deveremos ter consolidado esse Pólo Petroquímico. E temos certeza que o Ceará, se desenvolverá muito a partir dessa iniciativa. É importante lembrar que temos estudos técnicos bastante avançados. Temos tratado, no âmbito do Estado, com muita responsabilidade. Temos um Porto perfeito, um Aeroporto dos mais modernos, toda infra-estrutura já foi pensada. Então, tecnicamente, não devemos a nenhum outro Estado. Temos convicção também que a parte técnica apenas não basta, precisa do componente político, e por isso que é importante esse movimento que está sendo deslanchado no momento.<sup>7</sup>

Na oportunidade, Régis Dias transmitiu recado do governador Lúcio Alcântara, demonstrando interesse de trabalhar de forma coesa,

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Jorge Parente, fez um breve relato sobre o trabalho em prol da refinaria desenvolvido pela Federação junto ao governo estadual e à Petrobrás, na gestão de Francisco Gross. À época foi informado que no planejamento geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) eram consideradas duas possibilidades para instalação da refinaria no Brasil. Uma delas seria o Rio de Janeiro, por ter uma grande produção de petróleo, e a outra seria o Ceará, pelo vetor do consumo e pela demanda da Petrobrás. O que precisamos é ter uma ligação internacional forte para trazer o investimento internacional que venha compartilhar com a Petrobrás porque ela sozinha não vai fazer investimento. Precisamos, de fato, trazer um investidor internacional que possa vir somar com a Petrobrás esse investimento.<sup>8</sup>

O deputado federal Roberto Pessoa historiou o movimento “que está ressurgindo agora”, lembrando que a luta terminou em agosto de 1998, oportunidade em que participou de uma solenidade na Fiec, onde o então governador Tasso Jereissati anunciava a Refinaria para o Estado do Ceará, “uma refinaria de um grupo privado, do Grupo Talls, grupo alemão, se não me engano”, disse.<sup>9</sup>

Roberto Pessoa considerou que não se poderia desprezar o “pigmento político”<sup>10</sup> do investimento público e o fato de o presidente da República, Luis Inácio Lula ser pernambucano. Como também não se poderia desprezar que o Porto de Itaqui “é hoje o melhor porto do País”. E, além disso, “tem na Presidência do Congresso Nacional o Senador José Sarney a partir do dia primeiro.”<sup>11</sup> As considerações, segundo ele, viriam fortalecer a luta pela refinaria e a união pelo Estado do Ceará.

Na oportunidade, Roberto Pessoa defendeu parceria com outras unidades federativas como o Rio Grande do

<sup>5</sup> Ata da primeira audiência pública da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 04 de fevereiro de 2003

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

Norte, que também pleiteia a refinaria e está próximo à região de Icapuí e Aracati.

Nesse momento, o presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, anuncia que o deputado Chico Lopes será o Coordenador na Assembléia no movimento em defesa da Refinaria para o Ceará, representando o Legislativo Estadual.

O deputado federal Ariosto Holanda lembrou que foi o ministro César Cals quem deu início à perfuração de poços no Estado e foi ele quem iniciou a luta de Itataia para produção de urânio e fosfato. Sugeriu ao presidente Marcos Cals que reiniciasse a luta pela Itataia, argumentando que foi a partir daí que se passou a ter a produção de óxido de urânio e do fosfato, hoje, fundamental para irrigação. Também lançou o desafio ao diretor geral do Dnocs, Eudoro Santana. Ele comparou o movimento pela refinaria a uma briga entre irmãos.

Ariosto Holanda falou sobre Plano Diretor do Abastecimento da Nova Refinaria do Nordeste, redigido em abril de 1987, um documento da Petrobrás, que em seguida, passou para a presidência da Mesa Diretora, assinado pelos diretores da Petrobrás, da Seplan, da Depin, do Detran, do Serpro, do Sempson. No texto, a Petrobrás afirmava que “o melhor resultado é obtido com uma refinaria de duzentos mil barris dia em Fortaleza, seguido da alternativa de São Luis”.

Esse documento é oficial da Petrobrás. Foi objeto de um estudo dessas cinco diretorias, provocado pelo Estudo da Universidade Federal do Ceará, pelos professores Clésio e Renato, onde estudaram o momento do transporte. É importante dizer que o que define o local de uma refinaria, que otimiza os custos é essa variável chamada – momento do transporte – O que é momento de transporte? É volume vezes a distância, vezes o preço do transporte. Então, existe modelo matemático que você coloca as variáveis que estão em jogo, e determina qual é o momento de transporte mínimo que otimiza esses custos. Não tenho dúvida se atualizarmos esses volumes vamos encontrar novamente o Ceará como Estado que mais otimiza custos.<sup>12</sup>

O deputado federal Ariosto Holanda foi enfático ao afirmar que o presidente José Sarney dificultou a negociação.

Muitos de vocês vão perguntar: “Porque então não foi decidido em favor do Ceará”? Porque naquele momento realmente o Presidente era o José Sarney e havia uma dificuldade muito grande. O caminho que temos que seguir – coloco aqui como proposta – é o caminho do pacto. Qual é o caminho do pacto? Se pudermos politicamente sentar e colocar que todos os Estados assumam este compromisso de aquisição técnica ser respeitada. Daí, não tenho dúvida pelo sentimento dos valores que vão ser envolvidos nessa variável do momento transporte. E o Ceará é o ponto estratégico mais importante para essa Refinaria. Nesta semana estaremos atualizando. Vamos passar o estudo atualizado para a Assembléia Legislativa, para o Chico Lopes, para que se possa trabalhar em cima dele.<sup>13</sup>

Na ocasião, ele anunciou que no dia 18, a bancada federal se reuniria com a Ministra das Minas e Energia, Dilma Roussef, solicitando que a decisão sobre a localização da refinaria tivesse como argumento maior a função técnica e não política. Na opinião dele, na “pior das hipóteses”, a melhor localização seria na região sul do Estado, no Cariri onde existe um ponto de encontro entre os estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Explicou que o transporte do petróleo seria feito através de dutos, oleodutos, a exemplo da Refinaria de Paulínia em São Paulo, que recebe petróleo do Porto de Santos, no Paraná, a 300km de distância. Outro exemplo é a Refinaria de Mataripe que fica distante 90km de Salvador.

Ariosto Holanda reconheceu que os custos seriam elevados, mas o ganho social, na opinião dele, é o que deve ser levado em conta. Além de combater uma das maiores chagas sociais, a pobreza, restaria a estrada de ferro, “meio de transporte morto no País e um dos mais baratos”.<sup>14</sup> Na oportunidade, anunciou que iria fazer um apelo ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, no sentido de levar para o Rio Grande do Norte um dos oleodutos, o qual seria contemplado com uma petroquímica, considerando que a última foi para a Bahia.

O deputado federal Inácio Arruda disse que a luta pela refinaria faz parte da história do Parlamento Cearense, ao mesmo tempo em que defendia a participação plena da sociedade como argumento maior em defesa do movimento. Reunir as universidades do Ceará para mostrar o potencial que se forma. “Se fôssemos apenas em números aritméticos iríamos dizer que só a Lubinor gera mais de R\$ 300 milhões de ICMS para o Estado do Ceará. Isso nos últimos dois anos, não se fala na projeção do ano de 2003”.

Do ponto de vista político, Inácio considerou que o estado de Pernambuco já foi atendido pelo presidente

<sup>12</sup> idem

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> idem

da República, assim como o Maranhão já foi atendido pelo presidente do Congresso Nacional. E agora, só falta o Ceará ser atendido.

O presidente do Sindicato dos Petroleiros do Ceará, Orismar Holanda, além de defender a união de todos os segmentos, sugeriu o esclarecimento à população no tocante à importância da refinaria no Estado.

Acredito que a mídia e a sociedade como um todo não tenham tomado conhecimento disso, ou não tenham percebido através de veiculação de jornais ou de televisão. Mas, com a quebra do monopólio do petróleo e a abertura do mercado a Petrobrás foi alijada de investimentos, principalmente na área de refino e foi a partir daí que ela se obrigou a tentar driblar essa situação para que o País não entrasse em colapso (a parte de abastecimento) e aí ela teve que fazer renovação em cada Refinaria que possuía. Então ela fez investimentos em algumas refinarias para ampliar esse Parque de Refino, pois foi uma forma que encontrou para que o País não entrasse em colapso de abastecimento de derivados de petróleo.<sup>15</sup>

Não obstante, o presidente do Sindipetro disse que, apesar de não saber especificar, a Petrobrás tem recursos para investir em novas refinarias no país. Esclareceu que a Lubinor, diferente da cifra que o deputado federal Inácio Arruda informou, gera R\$ 35 milhões de ICMS para o Ceará, processando em torno de seis mil barris/dia. Uma refinaria, continuou ele, com capacidade para processar em torno de 100 mil barris/dia, permitiria ao Estado ter dinheiro em caixa para atender necessidades prioritárias como saúde, educação, transporte, infra-estrutura para a sociedade.

Nesse íterim, o deputado Chico Lopes anunciou que propôs para o dia 15 de fevereiro, a realização de um seminário para debater as perspectivas e a viabilidade da instalação da refinaria no Ceará.

Para o vereador José Airton Cirilo, além do Ceará ser detentor de condições técnicas, o Estado, junto ao Rio Grande do Norte, detém uma produção diária de petróleo em torno de 215 mil barris/dia. Propôs a formação de uma comissão para falar com o presidente da República, considerando que a decisão final será de Lula.

Na sua fala, o deputado Nelson Martins lembrou da mobilização encetada há dois anos, em defesa do Dnocs, e a luta pela transposição das águas do rio São Francisco, “que acabou em função das disputas que aconteceram entre vários Estados, não se efetivando”. Sugeriu a elaboração de um trabalho de capacitação técnica e de formação de quadro de pessoas, que ocuparão cargos que estarão disponíveis para o caso da refinaria vir para o Ceará.

Em seguida, propôs a formação de uma comissão provisória na Assembléia Legislativa que teria como objetivo visitar o interior do Estado, escolas, Câmaras Municipais e buscar espaço na mídia para divulgar e dar corpo ao movimento.

O professor do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Ceará, Célio Loureiro Cavalcante, destacou que a UFC tem um programa de formação na área de petróleo com cerca de 30 alunos, e de 10 a 15 teses de mestrado e doutorado na área. O Programa do Fundo Setorial, o Centro Tecnológico da Petrobrás (Cetepetro) possibilitou trazer recursos para as universidades que apóiam essas atividades. A Universidade de Fortaleza (Unifor) também tem um curso de especialização em engenharia de petróleo.

Para o vereador Lula Moraes, são maiores as possibilidades da implantação da refinaria no Nordeste porque, segundo ele, há um interesse por parte do Governo Federal, que leva em consideração “a questão das necessidades do povo do Nordeste. Resta sabermos onde é melhor situada para satisfazer a essa necessidade.”

O deputado Gomes Farias disse que apesar de o Ceará dispor de água, porto, aeroporto, apresenta algumas desvantagens em relação aos outros Estados que também querem a Refinaria.

Pernambuco quer a Refinaria e tem o presidente da República. O Maranhão quer a Refinaria e tem o Presidente do Senado. Temos uma gama de fortes deputados federais, que inclusive aqui estão – não vou citar para não cometer injustiça de esquecer algum nome – de representantes corajosos do povo cearense. Mas temos, infelizmente, que reconhecer que em termos de força política nós não perdemos de goleada, mas perdemos, pelo menos, com um placar mínimo. Então, acho que o nosso discurso, deve ser a medida tomada pela decência, a medida que deve ser tomada é uma medida técnica.<sup>16</sup>

Representando o deputado federal João Alfredo, Adelaide Gonçalves declarou ser uma questão definida no Partido dos Trabalhadores de que o presidente Luis Inácio Lula faz um governo democrático e é brasileiro. Desse modo, ela disse não crer que um Presidente brasileiro vá argüir as razões do seu nascimento para instalar uma refinaria, um

<sup>15</sup> Ata da primeira audiência pública da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 04 de fevereiro de 2003

<sup>16</sup> Idem



empreendimento desse porte.

Encerrou defendendo que as universidades poderiam respaldar a mobilização e que os argumentos não fossem só técnicos e políticos, mas sobretudo, da “necessidade histórica de fazer justiça a um povo tão humilhado ao longo de tantas décadas.”<sup>17</sup>

O deputado Artur Bruno defendeu, de início, a unificação do discurso com relação ao argumento técnico. Ou seja, seria necessária a definição da localização da refinaria no Estado. As sugestões apresentadas até aqui apontam a região do Cariri, a fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte, e os portos do Pecém e do Mucuripe, em Fortaleza. Sob o ponto de vista político, o parlamentar disse crer que já havia um consenso em envolver toda a sociedade cearense.

A questão é que nos interessa politicamente, por uma política de desenvolvimento regional porque precisamos desse investimento para o Estado do Ceará – isso é uma luta política – e nós temos que convencer o Governo Federal que politicamente para o nosso desenvolvimento econômico e social esse investimento tem que ser feito no Ceará. Se é tão disputada essa Refinaria, temos que trabalhar não apenas com a elite política-econômica, temos que levar essa discussão para a base da nossa sociedade.<sup>18</sup>

Propôs ainda a realização de uma grande campanha tendo à frente o Legislativo Estadual para mostrar à sociedade a importância estratégica que tem o petróleo no mundo e no Brasil “e para o Estado do Ceará do ponto de vista econômico, político, social, educacional, científico; e o que isso trará de efervescência científica nas nossas universidades e escolas”.<sup>19</sup>

O deputado federal Antonio Cambraia louvou a iniciativa da Assembléia Legislativa por ter como argumento do debate os critérios técnicos, políticos e econômicos. Destacou que a Petrobrás apesar de ser uma empresa do governo é administrada como empresa privada porque tem ações nas bolsas de valores e tem que dar satisfações aos acionistas.

Ela também deve ser muito pragmática na análise dos projetos, na implantação dos seus projetos. Além de que ela sozinha não irá implantar um projeto como esse. Ela vai ter que fazer em parceria com outras a fim de viabilizar economicamente o investimento com outras empresas até da iniciativa privada.<sup>20</sup>

Esta era a razão pela qual advogava a praticidade dos argumentos, abandonado o discurso de que o Nordeste precisa ser ajudado porque é pobre. A idéia é a parceria como argumento maior, porque, segundo ele, os outros Estados que pleiteavam a refinaria também alegavam necessidades e usavam o cunho social como pretexto.

Em termos técnicos temos que estudar, que mostrar que o Ceará se apresenta como o Estado mais viável para a implantação dessa Refinaria. Primeiro, pela infra-estrutura já montada – e me refiro ao Complexo do Porto do Pecém – e segundo, também, pelo envolvimento do Governo do Estado que quer a implantação dessa Refinaria aqui no nosso Estado. E quando eu falo no envolvimento do Governo do Estado e também do Governo Federal falando – não de Petrobrás – especificamente, mas do próprio Governo Federal. Não tenho dúvidas que a própria Petrobrás e o consórcio que certamente se formará para implantar esse empreendimento vai querer a participação dos Governos, seja do Governo Estadual, do Governo Federal na viabilização da infra-estrutura, na viabilização de condições que levem a um ponto ótimo para a implantação da Refinaria.<sup>21</sup>

A atualização dos documentos para a implantação da refinaria também foi defendida por Antonio Cambraia. De acordo ele, os conceitos, a economia e a forma de administrar as empresas são outros. “A modificação é tão latente daquele tempo para cá que o local mais indicado nesse documento é Fortaleza, quando nós sabemos que hoje Fortaleza não teria nenhuma condição de receber uma Refinaria”.<sup>22</sup>

O vereador Mário Maia sugeriu que a Assembléia Legislativa fizesse junto à população, um abaixo-assinado para

<sup>17</sup> Ata da primeira audiência pública da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 04 de fevereiro de 2003.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> idem

<sup>20</sup> idem

<sup>21</sup> idem

<sup>22</sup> idem

ser entregue às entidades de classe, às câmaras municipais por exercerem “lideranças comunitárias dos bairros, para que possamos visitar as escolas, os sindicatos com as suas categorias e recolher milhares ou até milhões de assinaturas neste documento, porque o abaixo-assinado representa de fato a verdadeira opção, o verdadeiro desejo da vontade popular”. Sugeriu ainda, que uma cópia do documento fosse enviado ao presidente Luís Inácio Lula na tentativa de sensibilizá-lo, considerando que é um nordestino.

O deputado João Jaime afirmou comungar com as idéias do deputado federal Antonio Cambraia quando defendeu o raciocínio pragmático na disputa pela refinaria. Ele disse acreditar que são três os vetores que vão decidir sobre a localização da Refinaria: a técnica, o investimento e a política. O primeiro vetor, de acordo com o parlamentar, precisa ser atualizado, considerando que tanto o Ceará como Pernambuco evoluíram na infra-estrutura portuária o que os tornam fortes concorrentes. João Jaime ressaltou o progresso cearense durante o governo Tasso Jereissati com a construção do Complexo Portuário do Pecém, as rodovias, os canais de abastecimento de água e de ferrovias.

Para o segundo vetor, ele aconselhou a busca por parcerias.

O segundo vetor que eu considero, talvez um dos mais importantes é o vetor do investimento, essa refinaria já foi dita pelo Governo do Presidente Lula e manifestado através da Ministra das Minas e Energias, que o Governo através da Petrobrás só irá participar no máximo 25% do capital da refinaria. Então, os Estados têm que procurar parceiros, investidores nacionais ou internacionais para que possam viabilizar a refinaria nos seus Estados. O que se sabe é que os dois Estados Ceará e Pernambuco também é que estão com essas duas parcerias. Pernambuco com uma parceria com a Companhia de Petróleo da Venezuela e o Estado do Ceará no primeiro momento, chegou até a assinar um protocolo e receber a autorização da refinaria, daquela época que a Tissen iria construir uma Refinaria aqui, mas infelizmente veio a crise asiática e outras crises que inviabilizaram a Refinaria naquele momento. Mas, o Ceará já esteve muito perto de receber essa refinaria e hoje tem um grupo de árabes que também tem um projeto.<sup>23</sup>

Com relação ao vetor político, João Jaime disse que será determinante, uma vez que os Estados terão que emprender forças para conquistarem parcerias junto ao Governo Federal. No entanto, observou: “Tenho certeza da nossa competência, mas não vamos menosprezar a competência dos pernambucanos”.<sup>24</sup> Ele também defendeu a unicidade de proposta com relação à localização do empreendimento. Para o engenheiro Charles Nobre, do Sindipetro, a unificação de idéias e de ideais deverá ser a busca constante. Ele recordou, na oportunidade, que a luta pela refinaria não é uma idéia nova. No período de 1994 a 1995, Chico Lopes, então vereador de Fortaleza, tivera a iniciativa de discutir a questão com a sociedade cearense.

O presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), prefeito de Aratuba, Júlio César, fez uma breve explanação com base nos números que justificam, segundo ele, a razão pela disputa. Estava ouvindo atentamente ao Presidente do Sindipetro, onde ele argumentou que dentro dos inúmeros benefícios que um empreendimento dessa natureza traz é a questão do ICMS.

Quando um empreendimento que opera seis mil barris/dia, como existe hoje aqui em Fortaleza, gera uma receita de 35 milhões de ICMS/mês, fazendo uma pequena conta dizemos o seguinte: 120 mil barris/dia é só multiplicar por 20 e resulta 700 milhões de ICMS/mês e os Municípios têm de arrecadação do ICMS, constitucionalmente, um quarto disso que é 25 por cento. Portanto, seria um incremento de 170 milhões de reais por mês para os Municípios. Só esse benefício justificaria e justifica que todos os Municípios do Ceará se engajem nesta luta.<sup>25</sup>

Encerrando os trabalhos, o deputado Chico Lopes voltou a defender a unicidade de forças, recordando que no primeiro momento da campanha em defesa da instalação da refinaria no Estado, o movimento não foi tão bem articulado como agora. Segundo ele, na outra oportunidade, quando foram buscar apoio do Executivo Estadual, “o barco já estava no meio do mar”<sup>26</sup> mas, desta vez, o apoio já havia sido confirmado, e “essa campanha passa pela vontade do governador”.<sup>27</sup> O coordenador do movimento Pro-Refinaria exortou a todos para o sentimento da alegria que foi a tônica da campanha. E avisou:

<sup>23</sup> Ata da primeira audiência pública da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de dia 04 de fevereiro de 2003. Cada um se sinta coordenador e tome iniciativa para que a coisa possa acontecer, porque o grande marco será no dia que o Presidente disser: “A refinaria será do Estado do Ceará” e a

<sup>24</sup> idem

<sup>25</sup> idem

<sup>26</sup> idem

<sup>27</sup> idem



vitória será de todos nós, isso só vai acontecer se tivermos essa compreensão de abertura e não de fechar e querer aparecer. Sei que todos nós políticos somos narcisistas por excelência, mas vamos deixar um pouco o espírito de lado e vamos pensar no Ceará.<sup>28</sup>



Fonte: Jornal O Estado de 31/03/2003, p. 3, Caderno Política



Fonte: Jornal O Estado, de 03/04/2003

<sup>28</sup> Ata da primeira audiência pública da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 04 de fevereiro de 2003.

# FÓRUM SOBRE A REFINARIA DE PETRÓLEO PARA O NORDESTE

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (PC do B)  
Palestrante convidado: Professor Clécio Fonteles Thomas (UFC)  
Data: 11/03/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou no dia 11 de março, a segunda Audiência Pública em defesa da instalação da refinaria para o Nordeste. Os trabalhos foram presididos pelo coordenador da campanha, deputado Chico Lopes. Na abertura, o parlamentar destacou que de início, o objetivo era garantir a vinda do empreendimento para a região nordestina, para em seguida, mostrar ao governo federal que o Ceará tem possibilidades de competir com os demais concorrentes. E, ao mesmo tempo, cobrar atenção para o fato de o Estado ter 95% da sua região no Polígono da Seca.

O primeiro convidado a falar, o professor Clécio Fonteles Thomas, apresentou um estudo elaborado pela Universidade Federal do Ceará sobre os custos, a localização e a estratégia da Petrobrás. Ele chamou atenção para a diferença no valor do petróleo pesado (US\$ 17) e o petróleo leve (US\$ 35), dizendo ser necessário corrigir a “discrepância”.<sup>1</sup>

O estudo de localização da refinaria do petróleo. A importação de área de 650 mil barris de petróleo/dia de derivados – fizemos uma projeção para o ano de 2000, 2001 até 2010. Essa projeção começa em 2000 com 5.4 bilhões; 3.87 bilhões no ano de 2001; no ano 2005 quatro bilhões e espera-se para o ano 2010 em torno de 5.2 bilhões de déficit da conta do petróleo. O Plano Estratégico da Petrobrás, auto-suficiência da produção em 2005, com 2.5 milhões de barris de petróleo consumido/dia equivalem a trezentos mil no exterior. O aumento de refino de um 1.72 milhões de barris/dia, para 2.06 milhões de barris/dia, nas onze refinarias do parque do Brasil. Hoje, a Petrobrás detém onze refinarias em todo o Brasil. Haverá um custo de seis bilhões e ainda teremos de importar derivados nessas projeções que fizemos. Isso tudo estamos levantando aqui alguns números que justificam a importância do estudo que iremos apresentar aos senhores.<sup>2</sup>

De acordo com o estudo, a região Nordeste apresenta insuficiência de derivados de petróleo com relação ao mercado consumidor. No ano de 2002, as importações eram de cerca de 170 mil barris/dia e a previsão para importações no ano de 2010 é de cerca de 250 mil barris/dia.

A política da Petrobrás, a ampliação das refinarias existentes, elevados custos de fretes dos derivados, agravamento das desigualdades regionais, impactos ambientais, super-utilização das refinarias existentes. O problema é que essa configuração – essa resolução não está muito legal – a idéia é observar nesse mapa a concentração de refinarias existentes no Sudeste do País, em contrapartida, com a região Norte, Nordeste, que não temos uma refinaria de petróleo, a não ser a Lubinor, que tem uma produção relativamente tímida em termos de produção de derivados. A refinaria tem por objetivo atender os Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Os investimentos iniciais são da ordem de 1.6 a dois bilhões de dólares. O problema da pesquisa, dado a grande área geográfica a ser atendida pela refinaria, bem como a complexidade dos investimentos, existem estudos consistentes que indicam qual o local ideal para sua instalação em termos de máximos benefícios e custos mínimos. E, na verdade, estamos fazendo um estudo de eficácia, não só levando em consideração o problema de economia de custo, mas, sobretudo o benefício causado por essa refinaria no Nordeste, em particular no Estado do Ceará.<sup>3</sup>

Clécio Fonteles Thomas explicou que o modelo para indicar o local da refinaria ainda está numa fase inicial, precisa ser melhor elaborado, devido à dificuldade na obtenção de dados.

Entre os objetivos de localização temos os custos envolvidos de transferência de petróleo bruto a partir

<sup>1</sup> Ata da terceira audiência pública sobre Movimento Pro-Refinaria da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datada do dia 21 de março de 2003

<sup>2</sup> idem

<sup>3</sup> idem

de Marlin, o custo de deslocamento da nafta produzida pela refinaria para a Bahia, uma vez que não existe consumo de nafta na região Nordeste. A produção de nafta, segundo esse layout, vai voltar para Bahia. Consideramos nesse modelo os custos de distribuição marítima e terrestre dentro da área de abrangência. Essa é uma dificuldade muito grande que temos que compreender. Todo petróleo vem da Bacia de Campos do poço de Marlin. Ou vem para o Suape, Pecém ou Itaquirá. Por que foram escolhidos esses três portos? Porque se considerou que tanto Itaquirá, Pecém como Suape têm as mesmas condições tecnológicas de infra-estrutura para abrigar uma refinaria de petróleo.<sup>4</sup>

Informou ainda que está em estudo outras alternativas de localização da refinaria, no Ceará (Porto do Pecém), Pernambuco (Porto de Suape) e Maranhão (Porto de Itaquirá), tendo por base o ponto de vista econômico-social e de custo-benefício.

O coordenador geral do Núcleo de Pesquisa, professor João Bosco Arruda, explicou que a complexidade do processo de localização do mega-empreendimento teve por base o modelo matemático.

Na oportunidade, ele informou que a UFC estava tentando recursos junto ao Banco do Nordeste, para permitir um estudo com a efetivação de uma estrutura de custo/eficácia, impactos no meio ambiente e sobre a economia.

Por exemplo: cada Estado tem uma determinada população economicamente ativa. Uma refinaria vai produzir um determinado número de empregos. Qual é o percentual desse número de empregos gerados sobre a população economicamente ativa? Isso é um indicador econômico importantíssimo que deve fazer parte de uma estrutura de custo/eficácia, para que o tomador de decisão possa fazer a abordagem comparativa e possa tomar uma decisão. Que afinal de contas, uma refinaria se ela vier para o Ceará, ou vier para Pernambuco, ou vier para o Maranhão, ela vai ser benéfica não só ao Estado, mas a toda região. Até agora o que estudamos, há grandes possibilidades de que numa estrutura de custo/eficácia, o Ceará seja o melhor candidato à instalação da refinaria.<sup>5</sup>

O Professor da Unifor, Roberto Menescal de Macedo, quis saber se a UFC estaria realizando um estudo paralelo sobre a possibilidade de mudanças de localização, de custos e as vantagens para as áreas de distribuição, e se o Ceará tem condições de exportar para os Estados Unidos ou África, por exemplo. Na ocasião, informou que o Estado é um dos que mais têm preparado mão-de-obra especializada, em nível técnico, de graduação e de pós-graduação.

O deputado Agenor Neto enalteceu o trabalho apresentado pelo professor Clécio Fonteles Thomas, chamando atenção dos parlamentares presentes com relação à definição da área onde deverá ser instalada a refinaria de petróleo. Ele lembrou a força política das regiões Centro-Oeste e Sudeste que também estão na disputa, lamentando que ainda não se tenha definida a localização do mega-empreendimento. Conclamou a todos para uma mobilização geral pela instalação de refinaria no Ceará.

O assessor do deputado Nelson Martins, Antônio Filho, indagou se existia um estudo sobre o potencial logístico rodoviário, ferroviário e ductoviário, comparado aos outros Estados que estão na disputa pela refinaria.

O professor da UFC, Francisco Caminha, respondeu que poderia ser agregado ao estudo a questão levantada pelo professor Menescal com relação ao potencial de suporte logístico hoje existente nos transportes terrestre, rodoviário e ferroviário, que na opinião dele, está muito ruim. Informou na ocasião, que a privatização da malha ferroviária não foi um bom negócio.

De acordo com ele, as deficiências da malha ferroviária no Ceará são as mesmas em Pernambuco e no Maranhão. Daí a necessidade de apresentar um suporte, indicando as condições, logo após a decisão da instalação da refinaria.

Então não há estudo, não há! É preciso lembrar que do ponto de vista da capacitação, uma refinaria vai gerar em torno de vinte mil empregos diretos e indiretos. E são empregos de alto nível, de altos salários, altamente especializados. E vai gerar pólos, principalmente, petroquímico. O pólo petroquímico vai surgir a partir daí com todos os benefícios de geração de emprego, de dinamização da economia, de aumento do PIB regional que daí adviria. Quero dizer que a Universidade Federal do Ceará já vem preparando na formação do pessoal da área de petróleo e gás há três, quatro anos com o Programa de Recursos Humanos da NP. Já formamos mestres, formamos graduados. Inclusive tem tese de doutorado em andamento, voltado para o setor de petróleo e gás.<sup>6</sup>

Falando sobre a mesma questão, o professor Ernesto Figueiras Júnior, da UFC, disse que o Complexo Indus-

<sup>4</sup> Ata da terceira audiência pública sobre Movimento Pró-Refinaria da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datada do dia 21 de março de 2003

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> idem

trial Portuário do Pecém (CIPP) vem se preparando para ser um ponto de partida das exportações não só no Ceará, como no Nordeste. Concomitantemente, o estado de Pernambuco também vem se preparando para receber um pólo dessa envergadura.

Quando o Deputado Agenor fala a respeito da união do Nordeste para conseguir a Refinaria; eu acho que se tivermos uma estratégica bem formatada não vão ser reportagens que não sejam fundamentadas tecnicamente ou que sejam bem consolidadas, mesmo que ocorrendo na “Folha de São Paulo”, no Jornal “O Globo”, ou seja lá em que jornal de grande circulação no País, vai influir em termos da convicção de onde deva ser colocada a própria refinaria. Pode ser até que politicamente ela não seja escolhida. Isso é outro aspecto.<sup>7</sup>

Então, continuou ele, o problema é histórico. Desde o início, a matéria-prima produzida no interior era transportada para Portugal ou a Inglaterra e depois de manufaturada, retornava ao porto e era redistribuído no Interior. Na opinião dele, a estrutura da malha viária não atenderia às necessidades atuais.

Poderíamos dizer que por melhor que elas fossem, elas não tinham uma estrutura logística voltada para esse interesse. Mas a condução que quero levar nesses três aspectos é a seguinte: se o Ceará, Pernambuco ou Maranhão se propuserem a levar a refinaria para qualquer um desses Estados, é claro que vão procurar se armar no sentido técnico e consubstanciar de informações, de detalhes que justifiquem a ida para cada um desses aspectos. Vejo que a grande preocupação que se tem hoje é uma questão técnica, econômica e social, como a própria Ministra de Minas e Energia falou. Não digo o Ceará, mas o Nordeste tem uma região chamada semi-árido que é uma região que tem uma carência enorme por recurso, por apelo, um apelo muito grande. E se pensarmos em termos de estratégia política, talvez a localização na tríplice fronteira seja uma política.<sup>8</sup>

Explicou que em termos de distribuição, seriam cerca de 250km de distância média para que o produto fosse distribuído, o que permitiria uma redução de custos muito grande. Numa região de tríplice fronteira seria estratégico porque teríamos a participação de três Estados que passariam a ser beneficiados com o próprio ICMS.

Outro aspecto também estratégico é que falando agora sobre a questão colocada pelo Antônio Filho e pelo Professor Roberto no que diz respeito à existência do potencial logístico. É claro que se o Ceará recebe uma Refinaria, vai ter que arcar também com toda a infra-estrutura logística para essa distribuição. Inclusive ductoviária, rodoviária, ferroviária. Numa tríplice fronteira o que viria ocorrer? Teríamos também a possibilidade da participação de outros Estados na construção das malhas rodoviária, ferroviária e ductoviária. O que nos levaria, na realidade não a um desenvolvimento localizado, a uma perspectiva de integração do Nordeste que é um aspecto que nunca foi pensado na questão dessas implantações.<sup>9</sup>

O engenheiro César Cals Neto da Fiec, falando ainda sobre a localização da refinaria, observou que a cidade de Pecém está a cerca de 100 mil km ao norte do Suape e, caso a Petrobrás decida pelo petróleo de Marlin, a região sul será mais favorecida. Ele teceu comentários ao estudo elaborado pela UFC, contestando o dado de que a refinaria teria o mesmo custo aqui, em Suape ou Itaquira.

Senão vejamos: eles retiraram do modelo, assumiram que a refinaria teria o mesmo custo aqui, em Suape e Itaquira, o que não é verdade. Essa decisão deles favorece a Suape, porque é óbvio. Se temos um complexo do Pecém que tem toda uma estruturação de terreno, de economia, de energia, de infra-estrutura ferroviária, rodoviária, energética, etc. que foi colocada e prontinha há pouco tempo, então essa decisão dos professores – que eu acho até que eles têm razão – de terem sido conservadores para que não haja uma contestação logo de pronto.<sup>10</sup>

César Neto reclamou da falta de discussão com relação aos gastos com a energia que a refinaria representa. E ques-

<sup>7</sup> Ata da terceira audiência pública sobre Movimento Pro-Refinaria da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datada do dia 21 de março de 2003

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

tionou, na oportunidade, de onde viria o gás, se da Bolívia ou de Juruá, no Amazonas. Na opinião dele, a energia elétrica no Nordeste é extremamente escassa, daí a necessidade do uso do gás como energia alternativa.

O engenheiro Charles Nóbrega, do Sindicato dos Petroleiros, ressaltou que no período de 1995- 2002, o mercado definiu as ações das empresas de petróleo aqui no Brasil com a queda do monopólio em 1997.

A partir daí, a Petrobrás ficou impedida de sozinha construir uma refinaria. Então tinha de algum modo que atender ao mercado brasileiro como missão de ampliar suas refinarias. Nesse momento, ela criou planos e o último plano decenal da Petrobrás identifica como uma necessidade aumentar a oferta de derivados, e uma forma que ela encontrou foi ampliando as já existentes. Temos que entender que não é fácil ampliar uma refinaria antiga com alteração do limite de produção, alteração dos equipamentos e até mesmo o tipo de petróleo que vai ser refinado. Então essas questões são muito complexas. E é uma decisão que se tinha que tomar. Ou se tomava essa decisão ou o Brasil iria gastar mais dinheiro importando derivados.<sup>11</sup>

O representante do Sindipetro informou que é meta da Petrobrás implantar uma refinaria até 2008 e a decisão seria adotada no segundo semestre pelo Governo Federal. Portanto, de acordo com ele, a decisão seria política. E para fugirmos disso, é necessário entender que o Nordeste é a região brasileira que mais sofre e que menos tem investimentos federais. A refinaria viria para transformar a realidade, permitindo a sua auto-suficiência.

Charles Nobre anunciou a intenção de dar legitimidade à campanha pro-refinaria, levando a discussão fora do Estado para fundamentar o estudo da UFC.

O Sindicato do Ceará entende que é uma luta para beneficiar o Nordeste. Se não fizermos isso, a decisão política vai ser a mais fácil como tem sido nos últimos anos. Foi em 1986, quando o Sarney disse que seriam dívidas em três. Acabou não construindo nenhuma. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso disse: não, vamos quebrar o monopólio. Depois o mercado entra com a refinaria nova. Não aconteceu. E agora temos que convencer o Governo Federal que o Nordeste precisa da refinaria. Há necessidade do povo nordestino ter a refinaria. Com relação a um questionamento que foi feito aqui pelos professores sobre o custo de uma estrutura de transporte de ductos de uma refinaria instalada no centro do Nordeste fora da região litorânea em um documento do Ex-Presidente da Petrobrás, Joel Mendes, de março de 1995, afirmava que se instalar uma refinaria no Sul do Ceará, ali na região do Cariri, em Salgueiro, mais precisamente, de transportar ou de construir ductos de Suape até aquela região em torno de quinhentos quilômetros seria em torno de trezentos milhões de dólares a mais. Então é possível? Ele disse: é possível.<sup>12</sup>

Comandante Paixão, da Associação dos Aposentados da Petrobrás, disse que apesar entidade defender a instalação da refinaria no Porto do Pecém, considera que a localização no Cariri seria uma forma de trazê-la para o Nordeste. Ele exortou os participantes a acompanharem as notícias dando conta da demissão de 12 mil funcionários da Pedveza, na Venezuela, motivo de preocupação para a bancada pernambucana, considerando que a Renor havia assinado contrato com aquela estatal. A notícia foi veiculada no Jornal Gazeta Mercantil.

Ele também considerou os custos com o sistema ductoviário que atingiria os U\$ 300 milhões, de acordo com a estimativa do engenheiro Charles Nobre. Na opinião dele, é um dos mais baratos porque o investimento seria apenas a instalação, o ducto não precisa de combustível e sim de manutenção. Quanto ao impacto ambiental, questionou qual seria a opção do Estado, se a indústria petrolífera ou do turismo?.

Em resposta às observações feitas por Charles Nobre ao estudo elaborado pela UFC, o professor Clécio Fonteles Thomas, disse que o custo fixo foi igual para todos os Estados pelo fato de a informação ser muito subjetiva.

Quando estávamos discutindo isso pela primeira vez, falamos que o Estado do Ceará tinha uma estrutura melhor do que a do Rio Grande do Norte – aí o que é que vinha à tona – não! o Governador do Rio Grande do Norte colocará a mesma infra-estrutura que o Ceará tem. Então ficava uma decisão muito difícil de você quantificar. Eu sei, nós sabemos, que tem até um fator multiplicador daquela última componente do modelo, tem um fator alfa, joga lá, que realmente expressa a infra-estrutura de cada Estado. Só que quantificar essa infra-estrutura é extremamente complexa, por isso o modelo contempla a igualdade. Mesmo assim, como o próprio Dr. César Neto falou, o modelo ainda indica

<sup>11</sup> Ata da terceira audiência pública sobre Movimento Pro-Refinaria da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datada do dia 21 de março de 2003

<sup>12</sup> Idem.

o Estado do Ceará. Se nós agregássemos esses valores que são diferenciados, nós ainda iríamos ter uma diferença muito maior para o Ceará, isso não tem dúvida. Agora vale salientar que se nós conseguirmos indicadores fidedignos, que realmente constatem essa diferença, nós colocamos no modelo.<sup>13</sup>

Francisco Arruda disse que a forma que o Porto do Pecém foi feito, de uso misto, traz vantagens que tanto o Suape como o Itaquira não têm. Ou seja, o Complexo Portuário do Pecém tem mais flexibilidade operacional, o que gera maior competitividade em relação aos demais portos das regiões Norte e Nordeste. Ele ressaltou, no entanto, que quando se trata de petróleo, o diferencial vai ser na atracação e desembarque “porque o sistema de desembarque do petróleo bruto e embarque de derivados é feito através de oleodutos que são operados em terra, mais ou menos com a mesma eficiência, seja ele em Suape, Itaquira”.

O que é preciso levar em consideração são os custos com o acostamento do navio.

Se você pegar o custo, como levantou o Charles lá, de trazer o petróleo bruto lá de Marlin para cá, ele tem um custo que é menor do que você trazer vários navios de derivados. O diferencial de custo, você tem a refinaria aqui eu trago petróleo bruto, se eu não tiver, eu trago derivado. Então eu tenho um diferencial de custo, que nós colocamos em quinze anos, calculamos, ele deu a metade do valor de implantação da refinaria, em torno de 750 a 800 milhões de dólares. Então, se a refinaria for um bilhão e meio, metade, em quinze anos, estaria só com esse diferencial de custo. Mas nós sabemos que a política energética no Brasil, nem sempre é lógica. Quem acompanha a Imprensa sabe, estava lá uma informação que eu reputo ser verdade, porque não houve contestação que o Francisco Gross, o anterior Presidente da Petrobrás, queria comprar uma refinaria no Caribe ou nos Estados Unidos para refinar 150 mil barris/dia de petróleo. Então por que é que tem excesso de capacidade de refino nos Estados Unidos e no Caribe? Por que eles não querem? Já tem excesso de capacidade de refino, porque o refino é uma agregação de valor à matéria-prima, óleo bruto; e o Brasil, historicamente – falando das ferrovias –, tem-se preocupado muito mais em exportar matéria-prima e não agregar valor aos produtos antes de exportá-lo. Então, o refino é uma agregação de valor que é necessário para um país se desenvolver.

O coordenador dos trabalhos, deputado Chico Lopes, informou que o poder político está unificado. Fazem parte do movimento, além da Assembléia Legislativa, a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), o Executivo Estadual, a FIEC, a UFC, a UECE, a UVA, a Urca, a FIC (Faculdades Integradas do Ceará), a Unifor, a Gama Filho, a Faculdade 7 de Setembro (FA7) e a Universidade Sem Fronteiras (Unice). Participam também a Federação de Bairros e Favelas, o Sindipetro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o Sindicato dos Petroleiros, o Rotary Alagadiço, dentre outros.

Informou que o Inesp, através da presidente Gina Pompeu, comprometeu-se em promover infra-estrutura para a realização de um abaixo-assinado em prol do movimento, junto aos alunos das universidades.

Anunciou ainda a adesão de outros presidentes de Assembléias Legislativas do Nordeste, solicitando a realização de um seminário em nível de Nordeste, aqui no Estado. Não obstante, avisou que o intuito é trazer a Renor para o Ceará. “Queremos esses vinte mil empregos. Precisamos. Vamos fazer todo o possível para tê-los.” O Inesp também colocou à disposição do movimento um grupo que irá organizar uma página na Internet com informações oportunas a respeito do tema.



Fonte: Jornal Diário do Nordeste de 19/02/2003, Caderno Negócios



## DIREITOS DA MULHER

Autor do requerimento: Dep. Fernando Hugo (PSDB)  
Palestrantes convidados: Celeste Cordeiro<sup>1</sup>, Isabel Lopes<sup>2</sup>,  
Sofia Lerche<sup>3</sup>, Amália Passos<sup>4</sup>  
Data: 11/03/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou, no dia 11 de março, Sessão Especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Na oportunidade, o presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, destacou que o Legislativo está atento a todo acontecimento com relação à mulher, “Seja para o engrandecimento, seja para defendê-la, seja para contribuir para o bem-estar da nossa sociedade.”<sup>5</sup> A Presidência está ao lado dos Senhores Parlamentares e a serviço da sociedade cearense e, em especial, da mulher.

A deputada Tânia Gurgel abordou de forma genérica as ações da mulher ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que defendia a busca insistente pela igualdade de gêneros. Na oportunidade, cobrou atenção para as denúncias de violência contra a mulher.

Do ponto de vista legal as mulheres conseguiram avanços significativos, no Brasil isso se deu principalmente a partir da Constituição 1988, que assegurou no papel a igualdade, no que diz respeito às oportunidades de trabalho, à chefia da família, já que somos 26% hoje das famílias chefiadas, exclusivamente chefiadas por mulheres, aos direitos e garantias individuais e coletivas. O reconhecimento da função social da maternidade, com o direito à licença remunerada, que também foi fruto das lutas feministas por direitos. (...) A violência contra a mulher que hoje massacra, um percentual significativo, um quarto da população mundial, aqui no Brasil também, segundo a fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos, segundo as estatísticas, uma mulher é vítima de violência.<sup>6</sup>

Na oportunidade, anunciou a criação de uma Comissão Especial que vai acompanhar a violência contra a mulher, no Estado.

Hoje, em nome de Margarida Alves, trabalhadora rural assassinada há 20 anos por lutar corajosamente contra os grandes latifundiários e em favor dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais de Alagoas Grande na Paraíba, queremos reverenciar essas mulheres, trabalhadoras do campo e da cidade, urbanas e rurais, desempregadas, donas de casas, operárias, negras, presidiárias, mulheres que hoje estão traçando seu caminho e buscando a libertação, porque o nosso papel histórico nós não podemos perder de vista, é lutar contra a opressão e lutar pela liberdade.<sup>7</sup>

Continuou dizendo que a mulher hoje constitui mais da metade da população brasileira, 36% da força de trabalho, metade do eleitorado e com fortes tendências a se tornarem majoritárias nesse campo. Lembrou a conquista na área política, apontando o exemplo do Estado, que conta hoje com oito deputadas estaduais, segundo ela, a maior bancada feminina já eleita no Ceará.

O deputado Artur Bruno ressaltou que o Dia Internacional da Mulher deve ser visto como um momento de reflexão para “as nossas práticas, os nossos comportamentos em casa, no local de trabalho e a nossa postura na sociedade, que infelizmente ainda é bastante machista.”<sup>8</sup>

Em 2001, nós traçamos uma grande caminhada na Região do Cariri com as famílias vítimas da violência,

<sup>1</sup> Secretária Estadual de Mobilização e Inclusão Social – Ce.

<sup>2</sup> Vice-prefeita de Fortaleza.

<sup>3</sup> Secretária de Educação Básica do Estado do Ceará.

<sup>4</sup> Defensora Pública Geral do Estado do Ceará.

<sup>5</sup> Ata da Sessão especial sobre o dia internacional da Mulher, da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 11 de março de 2003.

<sup>6</sup> idem.

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

## QUESTÕES NACIONAIS – 2003

caminhamos por Barbalha, Crato e Juazeiro na tentativa de chamar a atenção das autoridades e do Poder Público para que cobremos e combatamos a impunidade que há no meio do Judiciário, onde hoje em torno de 12 meses perfazem um total de mais de 30 mulheres assassinadas na Região do Cariri.<sup>9</sup>

É de extrema importância que possamos cada vez mais reforçar os Conselhos Cearenses dos Direitos da Mulher. Não podemos pensar em social, não podemos pensar em direitos se não tivermos Conselhos que lutem, que digam o que pensam e que realmente defendam as políticas públicas sérias no país e no Estado do Ceará.

---

<sup>9</sup> Ata da Sessão especial sobre o dia internacional da Mulher, da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 11 de março de 2003.



# DEFESA DO CONSUMIDOR

Autor do requerimento: Moésio Loiola, Chico Lopes (PC do B)

Palestrantes convidados: Léo Sztutman<sup>1</sup>

Data: 15/03/2003

O Dia 15 de março é festejado como o Dia Mundial de Defesa do Consumidor. A data surgiu na década de 60, graças às diretrizes estipuladas pela Organização das Nações Unidas, mas, no Brasil, o dia foi instituído a partir da criação do Código de Defesa do Consumidor, que ocorreu com o advento da Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990.

Neste processo, ganha corpo a consciência coletiva de defesa dos direitos do consumidor, consolidando-se o Código de Defesa do Consumidor. O código tem sido um instrumento fundamental de defesa dos direitos, e tem estimulado o surgimento da organização do povo, significando um avanço importante para a construção de um Brasil social e economicamente justo.

A Assembléia Legislativa realizou, no dia 28 de março, debate sobre serviços públicos essenciais, como parte da programação do Mês do Consumidor, uma iniciativa do Fórum Estadual de Defesa do Consumidor. Na oportunidade, o presidente da Casa, deputado Marcos Cals, anunciou que o Legislativo tem sido implacável nas ações em defesa da sociedade, as quais serão fortalecidas no biênio em curso.



Quem precisa do Procon (Procuradoria de Defesa do Consumidor), do Decom, da Comissão de Defesa do Consumidor são aqueles mais humildes, aquelas pessoas que não têm posse. Só sabe o valor de uma ação dessas ou de uma providência dessas, aqueles que já recorreram, ou se socorreram da nossa Comissão Defesa do Consumidor.<sup>2</sup>

O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Moésio Loiola, reforçou que a defesa do consumidor é voltada para os mais carentes, para os que não têm acesso fácil à Justiça.

O vice-presidente da Comissão, deputado Chico Lopes, destacou na sua fala, a participação das organizações não-governamentais na defesa dos direitos sociais. Disse que o Fórum Estadual de Defesa do Consumidor conta com a participação do Decom; da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza; e do Núcleo de Defesa do Consumidor da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O parlamentar reconheceu que, apesar dos ganhos, há muito ainda a conquistar.

O processo de privatização das empresas estatais, prestadoras dos serviços públicos, além de ter afetado o patrimônio público, deixou os consumidores mais vulneráveis na defesa de seus direitos. Em primeiro lugar, as empresas públicas que prestavam serviços de telefone e energia elétrica, ao serem privatizadas, passaram a ter como objetivo central o lucro – me desculpem os presentes - e não o atendimento das necessidades da população. Comprovação maior desse fato é o grande aumento de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor contra as empresas privatizadas. Uma outra questão tem sido o papel das agências reguladoras como a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que deveriam funcionar como garantidoras da qualidade dos serviços prestados e como instituições públicas deveriam dar maior proteção aos consumidores.<sup>3</sup>

O Consultor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Léo Sztutman, explicou que o Instituto que representa é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, dedicada à defesa dos consumidores e que tem garantido a sua sobrevivência através dos associados e de associações livres e voluntárias. Na opinião dele, o consumidor

<sup>1</sup> Consultor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

<sup>2</sup> Ata da 20ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 28 de março de 2003.

<sup>3</sup> idem

é a parte mais fraca do mercado.

Nós vimos exemplos da Anatel formando, serrando fileiras junto à concessionária, ao invés de defender o consumidor. O Idec entrou com uma ação contra a telefônica há alguns anos, e para a nossa surpresa a Anatel entrou também na Ação, mas para defender a concessionária. Então, é importante que a Agência Reguladora cumpra o seu papel, mas um papel adequado e de equilíbrio. Existem algumas dificuldades que os consumidores sentem, essa é uma questão importante: Antes, o Governo supria, resolvia toda a questão dos serviços públicos, agora, quem supre os serviços públicos são as concessionárias, que detêm o monopólio das informações. Fica muito difícil para o consumidor atuar, exatamente pela questão da simetria das informações, daí advém a importância da transparência. O Idec fez agora uma avaliação da atuação das Agências Reguladoras, e essa é uma das questões básicas, a transparência. É pouco colocar no site a informação, é necessário que essa informação realmente chegue ao consumidor.

Para Léo Sztutman, o fornecimento de serviços deve levar em consideração a sociedade de cada região. Ou seja, no Brasil, 52% das pessoas que trabalham ganham até dois salários mínimos. Sendo que, no Nordeste, 75% dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos. E no Sudeste, são mais de 10 milhões de pessoas que ganham menos que dois salários mínimos.

Desde a década de 70, continuou ele, há uma evolução das tarifas de energia elétrica, enquanto o salário mínimo vem caindo. O processo contribui com a exclusão social, um dos principais problemas do país. A participação dos serviços públicos dentro do orçamento familiar vem pesando cada vez mais.

Então, de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), energia elétrica representa 3% em média, telefone também, água e esgoto 1,6%, arredondando 2%. Mas isso é uma participação média, na verdade, se formos levar esses índices para as camadas de menor poder aquisitivo, para a camada da população de baixa renda, energia elétrica pesa muito mais. Telefone, para quem consegue ter um telefone dentro de casa, pesa muito mais, e água, idem. Então, a questão dos serviços públicos, dos serviços essenciais é extremamente importante exatamente para a população de baixa renda.

A procuradora geral de Justiça, Socorro França, lembrou que o Parágrafo 4º, do Artigo 173, disciplina que a Lei reprimirá o abuso do poder econômico, caracterizado pela eliminação da concorrência e pelo lucro arbitrário.

Então, o momento é chegado, de tirarmos a máscara e dizermos: Não é só a Coelce que sabe produzir, distribuir energia elétrica, já que privatizamos! Acho que chegou o momento em que temos que alcançar o preceito Constitucional, porque no momento em que a concorrência se torna livre, obviamente, os preços serão melhor controlados pela população.

O Coordenador do Decom no município de Icó, Francisco Gomes Câmara, afirmou que as privatizações feitas no país são inconstitucionais porque, de acordo com ele, o processo fere o preceito básico da nossa Constituição que é a dignidade humana. Ele falou com base no Art. 170 que prevê que

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios: 3 - função social da propriedade, e 7 - a redução das desigualdades regionais e sociais.

Lembrou que uma das primeiras ações do Decom foi contra a Companhia de Água no Estado do Ceará, que estava suspendendo o fornecimento por conta da inadimplência. Foi a primeira ação coletiva apresentada em todo o país, e ganha pelos consumidores.

O deputado Nelson Martins destacou a criação de associações comunitárias que, de acordo com ele, vêm contribuindo para a conscientização dos direitos individuais principalmente no que diz respeito à questão da defesa do consumidor.

É importante ressaltar que o Código de Defesa do Consumidor, criado pela Lei n. 8.078 de setembro de 1990, que regula as relações de compra, venda e aluguel de produtos e serviços pelo cidadão comum em seu dia-a-dia, estabelecendo deveres e definindo direitos legais é, sem dúvida, um dos melhores instrumentos do direito produzidos nos últimos tempos em nosso país.

# PLANO DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT)

Palestrante convidado: Cristóvam Buarque<sup>1</sup>

Data: 25/03/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou no dia 25 de março, Audiência Pública para debater o Plano de Educação do Governo Federal, com a participação do Ministro da Educação, Cristóvam Buarque. A iniciativa foi do deputado Artur Bruno, que iniciou a sua fala elogiando o Programa Bolsa-Escola, segundo ele, uma referência para outros países. Destacou a necessidade de trabalhar para a erradicação do analfabetismo (no Brasil são 19 milhões de analfabetos) ao mesmo tempo em que declarava o seu apoio à criação de um piso para os professores.



O ministro da Educação, Cristóvam Buarque, fez um breve histórico sobre o Bolsa-Escola. Contou que teve muita sorte ao vir ao Ceará, em 1996, falar do programa, considerando que à época, ninguém acreditava na proposta.

No Brasil, achávamos que só poderíamos pagar àqueles que já estudavam para que eles continuassem estudando ainda mais com as Bolsas de Estudo. Não se acreditava ser possível a Bolsa-Escola, além das Bolsas de Estudo para Doutorados e Mestrados. Esta foi a primeira Casa de Parlamentares onde falei defendendo o meu programa como Governador, e quis Deus, o destino, e os senhores devem ter dado um empurrão da sorte, que aquele Programa que se iniciava debaixo da suspeita de todo mundo, terminou virando uma referência nacional, terminou sendo adotado pelo próprio Governo Fernando Henrique Cardoso, apesar de eu ser do partido da oposição. O Programa terminou sendo adotado em tantos países que hoje dá para calcularmos que 20 milhões de crianças no mundo estudam graças ao Programa Bolsa- Escola.<sup>2</sup>

Na avaliação dele, o Brasil vive momentos de ousadia, e um dos maiores exemplos foi ter colocado um metalúrgico na presidência da República. Agora, previu ele, temos duas alternativas: continuar um governo assistencialista ou abolir com o sistema que oprime. Lembrou que na época da escravidão havia o assistencialismo patrocinado por aqueles que tentavam evitar que os escravos apanhassem mais; que os filhos fossem separados dos seus pais, no momento da venda, mas não lutavam pela abolição da escravidão.

E hoje, se olharmos bem quantas entidades há no Brasil que lutam para assistir aos meninos de rua, mas não lutam pela abolição da infância abandonada! Quantas entidades lutam até nesta cidade aqui de Fortaleza, para proteger prostitutas infantis, mas não assumem a coragem de dizer: em 1 ano, não haverá mais prostituição infantil nesta cidade, porque será abolida de uma vez por todas. Todos nós nos acostumamos a lutar pelo lado da assistência aos excluídos, e não pelo lado da abolição da exclusão. Chegou a hora de sair da assistência para a abolição, e isso passa pela razão fundamental que estou aqui como Ministro da Educação, isso passa fundamentalmente pela Educação brasileira. É a educação que faz um país republicano, é a educação que vai abolir os resquícios da escravidão. Para programar a República, bastou um marechal que, inclusive, era monarquista, de repente, deu na veneta e grita: Viva a República. Isso foi para construir um regime republicano, mas para construir a República não basta um, dois, três, cinco, dez marechais, é preciso um milhão de professores e professoras no território nacional. Quem proclama é o político ou o militar, mas quem constrói é o professor. O regime muda pela política, mas a República se constrói pela educação.<sup>3</sup>

O ministro esclareceu que o programa de educação tem três eixos: a garantia de uma educação gratuita de qualidade para todas as crianças com um programa de assistência à primeira infância até os primeiros quatro anos.

Temos que garantir, neste país, desde o pré-natal, até o primeiro emprego, que as crianças sejam tratadas com igualdade de direitos, com os cuidados devidos. Quando vejo uma mulher esperando um filho, vejo-a transportando um aluno, só falta marcar a data que ele vai para a escola, que é quando

<sup>1</sup> Ministro da Educação

<sup>2</sup> Ata da audiência pública sobre Plano de Educação do Governo Federal da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de março de 2003.

<sup>3</sup> idem.

começa a educação. Até os quatro anos, um programa de assistência à primeira infância de qualidade; depois, no quarto ano, tem que haver uma garantia de escola para essa criança. (...) enquanto uma criança estiver fora da escola, poderemos ter os melhores computadores dentro das escolas que existam, mas aquela escola não é ideal, enquanto uma criança estiver fora dela.<sup>4</sup>

Também é base do programa a boa remuneração, a motivação e a preparação do professor. Além disso, as condições físicas dos estabelecimentos escolares devem oferecer segurança e conforto.

O segundo eixo é a universidade brasileira. Cristóvam defendeu um programa emergencial, considerando que não se pode permitir a evasão de professores e a dificuldade de contratação desses profissionais. “Não é possível manter a defasagem salarial dos professores e não atender às exigências dos equipamentos. Esse é um programa emergencial que temos que trabalhar e vamos ver como, diante das crises financeiras que herdamos, mas temos que trabalhar para enfrentar.”<sup>5</sup>

A outra dificuldade é o abandono das matrículas por jovens que não têm condições de pagar a mensalidade.

Na oportunidade, o ministro defendeu um freio para o crescimento de bingos e de casas lotéricas, anunciando que jamais irá frear escolas novas e universidades novas, no entanto, vai aumentar a cobrança pela qualidade.

Como devemos cobrar qualidade da universidade federal, municipal e estadual. Temos também, desde já, que fazer uma coisa que está faltando: transformar as universidades em entidades com compromisso público. Hoje, nem as universidades particulares, nem as universidades estatais demonstram plenamente compromisso público com o povo brasileiro.<sup>6</sup>

O ministro reconheceu que um diploma universitário hoje não é mais garantia de emprego. Para ele, a universidade perdeu sintonia com as necessidades do povo pobre.

O terceiro eixo será a abolição do analfabetismo de adultos no Brasil. A meta é alfabetizar 20 milhões de brasileiros. O ministro recordou que em oito anos, o governo Fernando Henrique Cardoso alfabetizou 3,5 milhões de brasileiros.

O Ceará pode ter dificuldades para fazer isso, quando comparamos com Santa Catarina, com o Paraná e com o Rio Grande do Sul. Mas eles estão demorando a tomar decisão. Aqui a decisão foi tomada, e isso não pode ficar subordinado a disputas partidárias. Não pode ficar condicionado a amizades entre pessoas. A abolição da escravidão foi feita unindo os dois partidos da época. Não foi uma decisão de um ou outro dos dois Partidos. A abolição da escravidão juntou republicanos e monarquistas, certos de que era preciso acabar com a vergonha da escravidão no Brasil, e temos essa vergonha hoje em relação ao mundo.<sup>7</sup>

O diretor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Raimundo Brito, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), lembrou que o Plano Nacional de Educação foi aprovado em janeiro de 2001 com nove vetos. E durante todo o ano se trabalhou pela derrubada desses vetos considerados fundamentais para o financiamento da educação.

Uma segunda questão, prosseguiu, é o descumprimento da Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante toda a sua gestão, descumpriu a Lei do Fundef, o que onera os Estados, principalmente os Estados mais pobres que deveriam ter uma maior participação dos recursos da União. Essa dívida da União para com o cumprimento do valor legal do Fundef é algo na ordem de R\$ 9 bilhões.<sup>8</sup>

Falou da surpresa que causou a definição do valor do Fundef estabelecido no governo Lula, inferior ao estabelecido no governo anterior. O terceiro ponto é a questão da elaboração dos Planos Estaduais e Municipais. Informou que poucos Estados têm-se movimentado nesse sentido e têm entendido o Plano Estadual como Plano de Governo.

As iniciativas aqui, no Ceará, por exemplo, foram muito poucas nesse sentido. Apenas uma secretaria fez debate sobre esse assunto na gestão anterior. Nenhum movimento da atual Secretaria

<sup>4</sup> Ata da audiência pública sobre Plano de Educação do Governo Federal da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de março de 2003

<sup>5</sup> idem

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

da Educação no sentido de elaborar um Plano Estadual de Educação com a ampla participação da sociedade. Desejamos o empenho do Ministério da Educação no sentido de procurar dialogar com os Secretários da Educação dos Estados e dos Municípios para que tenhamos Planos Estaduais com ampla participação da sociedade ao exemplo do que foi definido no IV Congresso Nacional dos Educadores.<sup>9</sup>

E, por fim, a definição do custo/aluno de qualidade. Não podemos falar de qualidade de educação sem termos parâmetros do que é a qualidade.

O prefeito de Pereiro, José Irineu, denunciou que 20% das famílias cadastradas no programa Bolsa Família não estão recebendo o benefício. A segunda questão é o transporte escolar, que está sendo feito apenas pelos municípios.

O nosso Estado está bancando o Fundef aqui. A cada R\$ 100 que entra no Fundo, R\$65 reais é colocado pelo Estado, e o Estado tem apenas 20% das crianças. Então, ele tira apenas R\$ 20. Está transferindo, este ano, R\$ 400 milhões para os municípios. O Estado não tem recurso para bancar o transporte escolar que seria da sua responsabilidade, nem tem recursos para bancar o ensino médio. Os nossos jovens estão sendo prejudicados no ensino médio. É necessário que a União, num regime de colaboração, participe do custo do transporte escolar.<sup>10</sup>

José Irineu informou que os gastos poderiam ser menores, citando como exemplo os cálculos da Confederação Nacional dos Municípios: para uma população de estudantes de 40 milhões no nosso País, com 18% de população rural, considerando 50% dos alunos da zona rural transportados, com R\$400 de custo/aluno para o transporte, anualmente, Estados, Municípios e União gastariam apenas R\$1,6 bilhão. A União entraria com R\$530 milhões; os Estados e os municípios com o mesmo valor.

Uma outra questão é a do custo/aluno. Nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Maranhão, temos um custo/aluno entre R\$ 420 e R\$ 430 reais por ano, contra mais de R\$1,2 mil no Sul e Sudeste. O Governo não vem cumprindo o que determina a Lei que seria um custo/aluno na faixa de R\$730. O que pedimos não é que o Governo vá repentinamente reconstituir esse valor de R\$418 para R\$730, mas que desse um custo digno, não com um reajuste de 6,65%, como foi colocado agora para nós. O salário mínimo vai ser reajustado em 20%. Um Estado como o nosso onde existe uma baixa relação aluno/professor, um auxiliar de serviço está ganhando muito perto do que ganha um professor. E com um reajuste de 20% do salário mínimo e com 6,6% que vai ser reajustado o salário do professor, um auxiliar de serviço vai ficar ganhando igual a ele.<sup>11</sup>

O professor Anísio Melo solicitou apoio do ministro pela manutenção da aposentadoria especial para os trabalhadores na educação. De acordo com ele, os secretários estaduais de administração estão defendendo o fim do benefício. Na ocasião, Anísio Melo anunciou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), como também o movimento geral da sociedade para derrubar os vetos ao Plano Nacional de Educação, no que tange mais especificamente ao financiamento para a Educação.

O deputado Chico Lopes, por sua vez, solicitou que o Plano Estadual de Educação fosse discutido na Assembléia Legislativa e não no Conselho Estadual de Educação.

Não entendemos, já que Assembléia Legislativa abre espaço para que o povo possa dizer a sua opinião, por que o Governo do Estado tem a pretensão de aprovar o Plano de Educação Estadual entre eles mesmos. Este é um apelo que faço à Secretária da Educação em nome do Fórum Institucional de Educação, do qual tenho o prazer de fazer parte e fazem parte também várias universidades deste Estado.<sup>12</sup>

A professora Rosa da Fonseca, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, cobrou do ministro uma resposta à questão do financiamento da educação, ao mesmo tempo em que manifestava indignação às propostas da Reforma da

<sup>9</sup> Ata da audiência pública sobre Plano de Educação do Governo Federal da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de março de 2003.

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> idem



Previdência Social, que põe fim à aposentadoria especial.

O ministro Cristóvam Buarque anunciou que vai recomendar a derrubada dos vetos. Disse ainda que é pretensão do Governo elevar o salário dos professores “ao patamar da dignidade, do prestígio. Agora, isso vai demorar um pouco, não vai ser rápido. É preciso que os senhores ajudem na hora de votar o Orçamento.”<sup>13</sup>

Quanto à questão da aposentadoria, ele informou que o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, descartou a intenção de aumentar o período de trabalho para os professores. “Estamos com problemas nas universidades, os professores estão-se aposentando por causa da reforma, apesar do Presidente dizer que os direitos adquiridos não vão ser tocados.”<sup>14</sup>

Já com relação ao transporte escolar, o ministro avisou que a solução virá em 2004 quando na aprovação do orçamento relativo ao próximo período.

O deputado José Guimarães questionou de que forma a Assembléia Legislativa e os demais segmentos da sociedade poderiam participar da campanha do analfabetismo zero? Denunciou as listas fraudadas do programa Bolsa-Escola.

A vice-prefeita Isabel Lopes solicitou do ministro maior fiscalização e acompanhamento na liberação das verbas da merenda escolar.

A secretária de Educação Básica do Estado, Sofia Lerche, iniciou a sua fala comemorando o lançamento do Programa Alfabetização é Cidadania, do Estado. Na oportunidade, quis saber se podem ser utilizados recursos do Programa Recomeço, um projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos, nos municípios nordestinos de baixo IDH.

A secretária também solicitou apoio para a melhoria do transporte escolar no Brasil, argumentando que muitos dos problemas da educação passam por esse segmento.

Nós aqui do Ceará queremos convidá-lo muito em breve também, para discutirmos a escola ideal. O Governo do Estado dá a sua primeira contribuição de pensar essa escola, fazendo o concurso público para professores de Ensino Médio mais amplo que o Ceará já fez. Vamos convocar 6.488 professores. Estamos fazendo a nossa parte e agradecemos a sua presença neste momento de festa cívica de cidadania no Ceará.<sup>15</sup>

O ministro Cristóvam Buarque disse que podem ser usados os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ainda, do setor privado, onde for necessário.

Em primeiro lugar, quantos analfabetos há trabalhando nos serviços de atendimento na Câmara Legislativa do Ceará? Já fizeram o levantamento? Porque, no MEC, descobri que tínhamos 21 analfabetos. Na Esplanada dos Ministérios, descobrimos que tínhamos 600, estamos alfabetizando todos eles. Às vezes, começar pela nossa casa é um bom exemplo. Fiz isso, quando era reitor da Universidade de Brasília e descobri que, naquela época, havia 70 analfabetos trabalhando dentro da universidade nos serviços como jardins.<sup>16</sup>

É importante também tentar junto aos governadores e prefeitos um compromisso de dar prioridade à alfabetização, reunindo todas as propostas com o mesmo fim. Outra sugestão é buscar recursos, aplicar e acompanhar o desenvolvimento dos programas.

O ministro da Educação sugeriu a convocação de outros segmentos como o Rotary, o Lyons, a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores, os sindicatos, as igrejas e a sociedade civil, para erradicar o analfabetismo.



<sup>13</sup> Ata da audiência pública sobre Plano de Educação do Governo Federal da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de março de 2003.

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

<sup>16</sup> idem

# CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Francisco Caminha (PHS)

Palestrante convidado: Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques<sup>1</sup>

Data: 16/04/2003

**A** Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em parceria com o Inesp, realizou no dia 16 de abril Sessão Especial para discutir a Campanha da Fraternidade 2003, com o tema Vida, Dignidade e Esperança – Fraternidade e Pessoas Idosas. A iniciativa foi dos deputados Artur Bruno, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e Francisco Caminha, Líder do PHS no Legislativo.

Na oportunidade, o presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, abdicou da palavra, passando-a ao deputado Artur Bruno que chamou atenção para o aumento do número de idosos no país, onde cerca de 9% da população tem acima de 60 anos; e cobrou prioridade para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para essa faixa etária.

Artur Bruno também defendeu a mudança de visão da sociedade com relação aos idosos, considerando que são pessoas produtivas, com grande experiência profissional e de vida e, o que mais importa, são merecedoras de respeito.

O deputado Francisco Caminha disse que no último século se falou muito em liberdade e igualdade, esquecendo a fraternidade, a verdadeira comunhão entre os homens. Avisou que se encontrava em tramitação na Casa, Projeto de Lei Nº 18, que dá prioridade nos julgamentos e na tramitação dos processos administrativos que figurem como parte, pessoas acima de 65 anos. Os outros Projetos de Lei instituem a Defensoria do Idoso, atendimento de saúde domiciliar e isentam os idosos de taxas de segunda via de documentos.

O Arcebispo de Fortaleza, Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques, informou que a Campanha da Fraternidade existe, no Brasil, desde 1964, e já abordou muitos temas importantes, da vida humana, eclesial e social. Para a Igreja a Campanha da Fraternidade se insere na Quaresma, na preparação da celebração pascal, que já estamos para realizar, esta semana.

É importante entender a Campanha da Fraternidade nesse contexto, porque a Quaresma é um tempo de convite forte, da vida cristã, para aderir aos projetos de Deus, de acolher a oferta de Deus e converter o coração humano. Deus, em seu filho Jesus, ofereceu para a humanidade, o seu projeto de redenção, de resgate da vida humana, em todo o seu valor, e por isso ele pagou o preço de sua páscoa de morte e ressurreição. E para nós, na fé cristã, essa é a maior prova de que a pessoa humana tem, em si, um valor absoluto, para Deus, porque ele entregou o preço maior e misterioso da sua vida de criador, na criatura do filho eterno de Deus, na pessoa humana contingente e na entrada dele neste mundo, para amar com o coração humano e entregar a sua vida, até a morte, para mostrar o valor que a pessoa humana tem para Deus, e resgatá-la, na ressurreição, para um destino eterno. A Quaresma convida à conversão.<sup>2</sup>

Para o arcebispo, a Campanha da Fraternidade se apresenta sempre com uma atitude muito concreta, de olhar a realidade como ela se apresenta, julgá-la com os critérios humanos e iluminados pela fé, e agir propondo ações que respondam a essa realidade. Junto às comunidades e nos meios de comunicação, procura formar a opinião pública, “a partir da luz desses critérios”<sup>3</sup>

Continuou dizendo que na sociedade, para promover a vida e a dignidade humana, é necessário que cada pessoa esteja convencida do valor verdadeiro da vida.

É por isso que a Campanha da Fraternidade é uma proposta evangélica de conversão de corações, de critérios e de opções, mas também é um chamado à conversão de estruturas sociais, frutos das decisões humanas, que brotam através de uma visão da vida, de uma visão da própria pessoa humana. A pessoa humana legisla e exerce o seu trabalho de executar o bem da sociedade, a partir de uma visão que ela tem da própria sociedade e da própria pessoa humana. E o Evangelho e a Campanha da Fraternidade, como um momento evangélico, querem ajudar a compreender mais profundamente,

<sup>1</sup> Arcebispo de Fortaleza

<sup>2</sup> Ata da sessão especial sobre a campanha da Fraternidade da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 16 de abril de 2006

<sup>3</sup> idem

qual é a verdadeira realidade da sociedade humana, qual é a verdadeira dignidade da pessoa humana, qual é a verdadeira esperança para a qual a pessoa humana é chamada, porque assim ela escolhe caminhos concretos, realiza projetos concretos, que ajudem as pessoas a atingirem esse objetivo.<sup>4</sup>

Ao concluir, Dom José Tosi ressaltou a Campanha da Fraternidade como proposta de ações sociais e comunitárias, que respondam à dignidade das pessoas. E a pessoa idosa tem plenos direitos e é tão importante como qualquer outra. “A pessoa idosa, até os últimos momentos da sua caminhada neste mundo, está no processo de realização, de crescimento perfeito, que só se realiza e só chega à sua meta, além deste mundo, no destino eterno, no horizonte eterno da realização para a qual Deus a criou.”<sup>5</sup>

A Campanha da Fraternidade é também momento de denúncia, de crítica a uma sociedade que valoriza só o consumo de valores e descarta os que não produzem com a força de um jovem.

E quero terminar dizendo do desejo profundo de que realmente todas as forças da sociedade possam ser despertadas por esse momento de graça, para colaborar mais, para que a vida humana seja mais digna, para que a própria dignidade seja mais perfeita, e para que essa perfeição tenha uma esperança infinita, à sua frente.<sup>6</sup>

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e da Associação Cearense Pró-Idosos (Acepi), Maria José Barroso, disse que a campanha em questão é um convite à reflexão e à libertação dos preconceitos relativos à pessoa idosa. Destacou que todos temos que passar pelo processo de envelhecimento.

Viver implica em envelhecer. A sociedade é dualista, e todos querem viver, porém, não suportam aceitar o envelhecimento, como se esse não fosse um processo natural. Tudo isso porque desconhecemos que o processo do envelhecimento se inicia na própria concepção, quando muitas células já não se renovam.<sup>7</sup>

Informou que nas projeções atuais há possibilidade de viver 140 anos e ao completarmos 65 anos, temos a possibilidade de viver de 13 a 20 anos, ou mais. Mais uma razão, segundo ela, para se implementar ações que visem à dignidade e à esperança. No Brasil são mais de 22 mil centenários, “muitos dos quais, lúcidos, e alguns de expressão nacional, acrescentando a nossa responsabilidade com esse contingente tão expressivo. E se eles chegaram a essa idade, eles necessitam de nós, por mais um tempo de vida. É essa a dignidade que todos precisam.”<sup>8</sup>

Já no Estado do Ceará, de acordo com o censo de 2000, os idosos representam 8,12% da população. O índice é preocupante, “segundo as Nações Unidas, porque ultrapassando os 7% da população, com pessoas idosas, o Estado já deveria ter se preparado, com políticas públicas, garantindo condições para um envelhecimento normal, saudável e exitoso.”<sup>9</sup>

Acentuou a esperança pelas mudanças anunciadas pelo Governo, ressaltando o trabalho da Secretaria da Ação Social.

O Subsecretário da Ação Social do Estado do Ceará, Jaime Cavalcante, disse ter constatado a ausência no país, de uma atenção ao idoso. E que, por essa razão, a sua Pasta, por determinação do governador Lúcio Alcântara, está promovendo com outras secretarias um trabalho setorial voltado para o idoso. Lembrou o Conselho Estadual do Idoso, criado no dia 20 de março, através de Decreto-Lei.

O Conselho Estadual do Idoso é formado por seis representantes do Governo estadual e seis da sociedade civil. Seguindo o mesmo número de representação está sendo formatado o Fórum do Idoso, que vai abrigar todas as entidades que lidam com a pessoa idosa.

Para a coordenadora da Campanha da Fraternidade no Estado do Ceará, Mônica Pimentel, os objetivos estabelecidos é um estímulo para rever conceitos e resgatar valores. Segundo ela, a Igreja no Ceará, através da CNBB – Regional Nordeste I, tem procurado fazer a sua parte, para motivar, incentivar e despertar o interesse, o envolvimento e

<sup>4</sup> Ata da sessão especial sobre a campanha da Fraternidade da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 16 de abril de 2006

<sup>5</sup> idem

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> idem



a participação das dioceses.

Em outubro de 2002 foi feita uma capacitação dos articuladores diocesanos, com assessoria da CNBB Nacional, na pessoa do Padre Adalberto Vanzella, e cada diocese, entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, cuidou de fazer a preparação dos seus coordenadores. A Regional Nordeste I tem assessorado dioceses, paróquias, instituições e outros grupos profissionais, para que conheçam e valorizem a Campanha da Fraternidade de 2003. Cada paróquia está fazendo a capacitação dos seus agentes, através das suas equipes, dos conselhos pastorais e dos grupos que trabalham com o idoso. A Pastoral do Idoso, a Pastoral da Criança, que tem um programa para os idosos; os grupos de assistência ao idoso; a Associação Cearense Pró-Idoso; o Serviço Social do Comércio (Sesc) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) têm se somado conosco, com o seu trabalho, com a sua palavra experiente, com o seu conhecimento e com a sua reflexão.<sup>10</sup>

A Regional Nordeste I também elaborou um subsídio, a ser trabalhado nas comunidades, apresentando o rosto da realidade dos idosos no Estado do Ceará, “inclusive mostrando que na nossa terra, apesar de todas as dificuldades, eles estão ultrapassando a idade dos fortes, no sentido bíblico, e são muitos, os que chegam aos 80 anos, aos 90 e até mais, com lucidez e com sabedoria.”<sup>11</sup>

Anunciou que neste ano o esforço será dobrado, principalmente na divulgação das Leis que dizem respeito ao idoso.

Mirian Medeiros da Associação dos Servidores Aposentados da Saúde e da Previdência Social, lamentou que até o momento, as únicas vantagens experimentadas com a idade foi o direito de falar “por estar caduca”<sup>12</sup> e de cortar fila, passando à frente dos demais.

Até hoje, nunca fomos prioridade, e depois que perdemos a nossa capacidade de laborar, somos vistos como um qualquer, somos vistos como um a mais, para dar despesa à Previdência Social. E o tema da Campanha da Fraternidade, que a Igreja usou este ano, é muito importante. Mas como podemos falar em dignidade, quando estamos ameaçados de perder direitos, a toda hora? Sofremos, durante o Governo que passou, um verdadeiro massacre, onde o menor nome que levamos foi o de vagabundos. Entramos no novo Governo, cheios de esperança, e quero deixar bem claro, que ainda tenho esperança, apesar do Governo ter dado 1% de aumento para os funcionários públicos, e de ameaçar cobrar a contribuição dos inativos.<sup>13</sup>

Na ocasião, solicitou aos deputados que defendessem a Previdência Social, evitando assim que o aposentado seja obrigado a contribuir, “porque se isso acontecer, sem dúvida nenhuma, a nossa qualidade de vida, que já não é boa, vai diminuir muito, levando até à morte e ao desespero do ancião (...) Nos conformamos só com 1% de aumento, mas pelo amor de Deus, não queiram tirar mais 1% dos nossos salários.”<sup>14</sup>

O deputado Chico Lopes anunciou que o seu partido, PCdoB lançou um manifesto contrário à Reforma da Previdência por considerá-la excludente.

Também queremos fortalecer o presidente Lula, no sentido de que ele possa mudar as idéias da equipe econômica do Governo dele. E hoje o Ministro José Graziano vem dizendo que ainda temos que pagar do nosso salário, para ser solidário! Solidário é o Governo, que tem que tirar esse encargo nosso, que é a época que temos que ajudar os nossos netos, é a época que temos que ajudar os nossos filhos. E já fizemos o nosso papel, que foi pagar a Previdência, e isso não é uma dádiva não, é uma conquista nossa, é uma conquista do trabalhador, portanto, não aceitamos isso, de maneira nenhuma, e somos solidários com o Governo Lula, para ele ter forças para mudar esse aspecto.<sup>15</sup>

Na ocasião, o deputado entregou aos representantes da Igreja presentes, cópias do Projeto de Lei Nº 43/2003, que dispõe sobre o atendimento preferencial dos idosos nos diferentes níveis de atenção da saúde, nos hospitais, nos postos de saúde e similares, de responsabilidade estadual, bem como nos ambulatórios de urgência, públicos ou particulares, credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do Estado do Ceará.

<sup>10</sup> Ata da sessão especial sobre a campanha da Fraternidade da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 16 de abril de 2006

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> idem

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> Idem

Aqui no Brasil, continuou ele, somos motivos de chacota ou de brincadeira, mas nas sociedades orientais os velhos, as pessoas de mais idade são chamadas para opinar politicamente, para dar sugestões. “Infelizmente, aqui se criou uma cultura de defender a criança e o velho, mas na prática isso não acontece.”<sup>16</sup>

O deputado Delegado Cavalcante informou sobre o Projeto de Indicação de sua autoria, solicitando ao Governo estadual a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento e na Proteção do Idoso, nos Municípios com mais de 60 mil habitantes. Segundo a proposta, as delegacias devem ser dotadas de instrumentos para apurar os crimes praticados contra idosos, oferecer acompanhamento psicossocial, de assistência social e no combate à violência contra a pessoa idosa.

Justificou o deputado ser obrigação do Estado, a tutela do bem-estar social do idoso e criar mecanismos específicos para coibir qualquer tipo de abuso, garantindo e resgatando a sua cidadania.

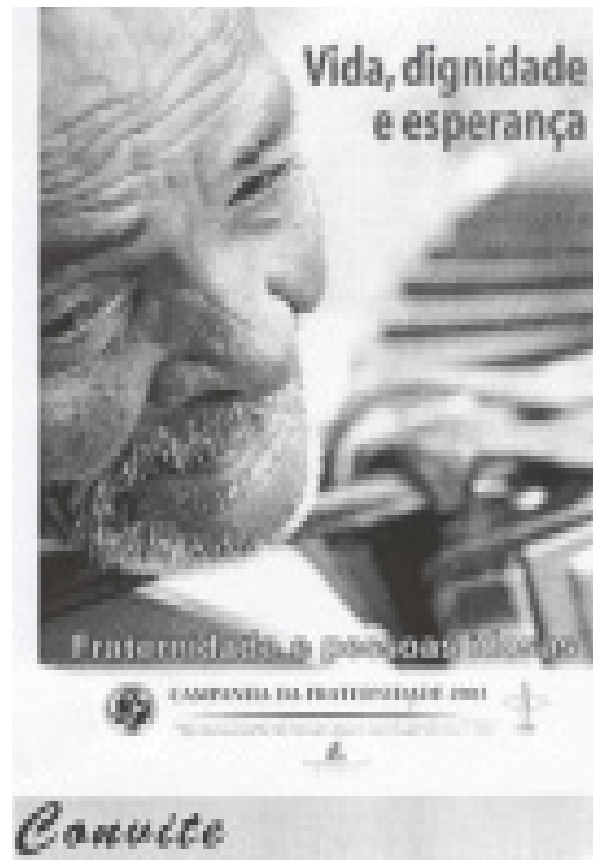
O deputado Moésio Loyola criticou a mídia, especificamente a TV, por não oferecer programas voltados para o público em questão, alimentando o preconceito contra o idoso, quando deveria estimular o respeito. Aproveitou para cobrar do Ministério da Agricultura tratamento mais democrático, utilizando os veículos de comunicação para isso.

O deputado Nelson Martins considerou que o mais importante da Campanha da Fraternidade não é o tema exclusivamente, mas a forma como a Igreja o desenvolve. Já o deputado Agenor Neto externou a sua indignação ao tratamento dado aos aposentados e pensionistas pelos bancos. Segundo o parlamentar, os idosos são obrigados a ficar em longas filas, expostos ao sol.

Agenor Neto antecipou a entrada de um Projeto de Lei de sua autoria, solicitando que o Poder Público “dê o mínimo de respeito e de conforto aos aposentados, no dia que eles vão receber suas aposentadorias.”<sup>17</sup>

O deputado Pedro Uchoa também criticou a intenção do Governo de taxar os inativos, lembrando que o seu partido, o PMDB, assim como o PSDB e o PFL, negaram apoio aos governos anteriores que tentaram fazer a cobrança, que segundo ele, foi abortada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. O STF mandou que fosse retirada a proposta que tramitava na Assembléia Legislativa. O parlamentar disse que além de ilegal, a proposta é injusta.

Nove por cento da população do país tem acima de 60 anos. Apesar disso, o Governo não tem priorizado o estabelecimento de políticas públicas para essa faixa etária. No Ceará, os idosos representam 8,12% da população. As Nações Unidas sugerem que, a partir dos 7% , o Estado deve promover políticas públicas, garantindo condições para um envelhecimento normal e saudável.



<sup>16</sup> Ata da sessão especial sobre a campanha da Fraternidade da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 16 de abril de 2006

<sup>17</sup> Idem.

## SEMINÁRIO SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA SUDENE

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (Pc do B), João Jaime, Luizianne Lins

Palestrantes convidados: Ciro Gomes<sup>1</sup>, Prof. Gilberto Bercovici<sup>2</sup>

Data: 03/03/2003

A Assembléia Legislativa do Estado, em parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), promoveu no dia três de junho o seminário Reestruturação da Sudene e a Retomada do Planejamento Regional. A iniciativa, que atende a requerimento dos deputados Chico Lopes, João Jaime e Luizianne Lins, contou com o apoio do Banco do Nordeste, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, da Associação dos Prefeitos do Ceará (Aprece), da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado, (Fetraece) e da Escola de Formação de Governantes.



O presidente da Casa, deputado Marcos Cals, disse que o debate objetiva inserir a sociedade nas discussões sobre a vida econômica e política do País, e também contribuir para a reestruturação da Sudene. É preciso implementar ação humana eficaz, permanente, capaz de imprimir outro curso da história.

Marcos Cals lembrou o primeiro dirigente da Sudene, o economista Celso Furtado, para quem o atraso econômico e as desigualdades sociais e regionais não são etapas pelas quais tenham passado, necessariamente, as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

O nosso subdesenvolvimento é, portanto, fruto de um processo de acumulação capitalista que tem engendrado profundas deformidades sociais e econômicas, tanto no plano regional, como no que diz respeito a grupos de classes sociais de indivíduos. Se for o nosso atraso um fenômeno histórico, ele é, por isso mesmo, plenamente reversível, a depender da intervenção deliberada da ação humana. Foi essa crença na reversibilidade das condições de heterogeneidade social e regional que impulsionou a decisão do Presidente Juscelino Kubitschek ao criar a Sudene em 1959. Foi essa mesma crença que conduziu Celso Furtado à sua direção, instaurando, pela primeira vez, na região, o planejamento regional que abriu para o Nordeste o que havia de mais progressista àquela época, ou seja, o desenvolvimento industrial produtor de riqueza e incorporador de força de trabalho. <sup>3</sup>

À época, o projeto nacional, de acordo com Marcos Cals, tinha como metas a redução da dependência de fatores externos e a criação interna das bases de uma economia industrial capaz de não só produzir riqueza, mas de se sustentar pela força da inclusão social e pela justa distribuição regional.

A nossa história mostrou que os sonhos que embalsamaram os criadores da Sudene não foram todo em vão. O

<sup>1</sup> Ministro da Integração Nacional

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo

<sup>3</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

Nordeste se industrializou, acumulou riquezas, expandiu as oportunidades educacionais, incorporou novas tecnologias. Mas essa proeza se fez sem corrigir as deformações estruturais no campo nordestino que, ao concentrar a propriedade da terra, não gerou empregos rurais suficientes, liberando mão-de-obra que a indústria não foi capaz de absorver. Levas e levadas de irmãos nossos, antes incansáveis trabalhadores das zonas rurais, tiveram que, deserdados da terra, buscar nas grandes cidades a sobrevivência que o campo não lhes proporcionou. Daí se dizer que as nossas mazelas urbanas têm o berço rural, pois a miséria e as favelas surgiram, porque a terra ficou demais para alguns poucos e pouca demais para muitos.<sup>4</sup>

Continuou dizendo que o processo de industrialização da região, que contou com o importante mecanismo dos incentivos fiscais, ficou, em parte, viciado por condenáveis desvios de finalidade, em face de apropriações indevidas de recursos públicos. Lembrou manifesto promovido pela Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), intitulado “A extinção da Sudene e uma nova política de desenvolvimento do Nordeste” no qual denunciava as distorções, objetos de CPI, de auditorias especiais, e defendia apurações rigorosas.

Marcos Cals disse ter certeza que as irregularidades serão evitadas porque esse é o desejo nacional.

Um projeto regional de desenvolvimento só ganhará sustentabilidade se significar parte essencial de um projeto nacional que tenha como esteios a exploração de nossas capacidades endógenas, o fortalecimento do nosso capital social, o aproveitamento positivo da energia emanada da nossa inconformidade política e a firme e decidida orientação da ordem estratégica para realizar as grandes reformas estruturais que abram o caminho para a eliminação da miséria econômica e social e a redução da nossa dependência do capital financeiro externo.<sup>5</sup>

Na qualidade de Presidente do Poder Legislativo cearense, reafirmou a sua confiança na Sudene, que, de acordo com ele, se reestrutura, num esforço democrático empenhado pelo Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes.

Finalizou dizendo que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará tem buscado em todos os momentos discutir e fazer com que a sociedade participe ativamente de debates importantes, como a luta pela refinaria, pela Sudene, e pela transposição das águas do Rio São Francisco, dentre outros.

Em seguida, Marcos Cals passou a palavra ao governador Lúcio Alcântara, que na oportunidade, ensaiou um breve histórico sobre a sua trajetória política. Disse ele que durante oito anos, como senador, tem defendido a implantação de uma política de desenvolvimento regional.

Infelizmente, nada consegui, não obstante o Dnocs ter tido no Governo de Fernando Henrique Cardoso um orçamento só comparável das suas fases áureas no governo Epitácio Pessoa e no governo Juscelino Kubitschek. Portanto, com a realização de grandes investimentos na região, havia uma surdez da tecnocracia nacional que era absolutamente insensível ou até hostil a qualquer proposta política de desenvolvimento regional. Por isso mesmo, o que se assistiu naquele período foi só o absurdo de se estender a área legal do Nordeste a mais uma enorme fatia territorial de Minas Gerais e do Espírito Santo, com a minha reação indignada no Plenário do Senado, porque via nisso apenas um instrumento de enfraquecimento do Nordeste e de drenagem dos já escassos recursos que são destinados à região.<sup>6</sup>

Para o governador, a reestruturação ou o revigoramento da Sudene só tem sentido se dispuser dos instrumentos para atuar, sobretudo recursos que permitam que ela possa agir de maneira a articular políticas de desenvolvimento aqui, na região.

Sou otimista, estou confiante, até porque já ouvi por mais de uma vez do Presidente da República o seu compromisso com a Região Nordeste e a sua determinação, a sua disposição mesmo de promover uma política de desenvolvimento regional, particularmente na nossa região, que é uma região pobre e que tem uma grande densidade populacional, diferentemente do que acontece com o Norte do País, e perspectivas de desenvolvimento em curto prazo como possui o Centro-Oeste. Portanto, aqui está realmente o grande desafio nacional, a grande questão que demanda uma resposta pronta de todos nós, que é a promoção do desenvolvimento do Nordeste.<sup>7</sup>

~~Ao final, o governador se associou ao Legislativo pela iniciativa, ao mesmo tempo em que anunciava a sua participação~~  
<sup>4</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>5</sup> idem

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

pação na reunião do dia 5, em Pernambuco, oportunidade em que “estaremos ali formulando as nossas contribuições a esse Projeto que está sendo liderado pelo Ministro Ciro Gomes, com a sua competência de sempre. Muito obrigado.”<sup>8</sup>

O Ministro Ciro Gomes, em sua fala, destacou a desigualdade nas condições de produzir e trabalhar existentes hoje no planeta. Também ressaltou a inferioridade tecnológica do país em relação às grandes potências.

Enquanto o mundo opera com gravíssimo impacto em produtividade, qualidade e preço, a ponta de um domínio tecnológico, o Brasil se ressentido de um retardo tecnológico médio da ordem de três gerações, comparado à ponta mundial. Enquanto esses empreendedores da vanguarda dinâmica da economia mundial operam e escalam, que podem reduzir drasticamente seus custos de produção e o seu preço por unidade de bem ou serviço, no Brasil, sete em cada dez empregos vêm de pequenas e médias empresas. Se nós, sem precisarmos elaborar muito na complexidade que também não conheço da economia como ciência, imaginarmos um competidor estar no mercado livre, sem qualquer tipo de intermediação, sem qualquer tipo de planejamento, e esse competidor se apresente para competir com escala gigantesca, com sofisticação tecnológica de ponta e com financiamento dramaticamente barato, tendo por oponente, no mercado, sem qualquer tipo de mediação um competidor de pequena escala, estrangulado no financiamento e defasado tecnologicamente, é absolutamente falsa, para não dizer desonesta a prescrição que defende o mercado livre numa circunstância como essa.<sup>9</sup>

Ciro Gomes afirmou que é hora de mudar o discurso pautado na miséria, objetivando conquistar atenção e mais subsídios para a região Nordeste.

[...] sustento que o discurso do coitadinho, o discurso que tenta edificar a justa súplica por ferramentas eficazes que tirem o atraso no desenvolvimento da Região Nordeste, não pode mais ser aquele discurso de uma certa elite egoísta também da nossa região. Eu me refiro à idéia de que teríamos que impor aos que decidem no País as nossas razões pela denúncia da miséria extensa.<sup>10</sup>

Na avaliação dele, não adianta aos nordestinos apelar para a saudade e pedir de volta coisas que no passado fizeram sentido e que hoje não fazem mais. Falta-nos autoridade para reivindicar “ferramentas que se desmoralizaram, seja pela ineficiência, pela relação custo/benefício que não recomenda; seja pela notícia infame da roubalheira inexplicável e premiada com a impunidade.”<sup>11</sup>

Para Ciro Gomes, a nossa linguagem, hoje, deve ser uníssona para reclamar a retomada de um novo modelo nacional de desenvolvimento, para ser de fato modelo legítimo, que atenda às necessidades do país. No novo discurso, os nordestinos devem se firmar como habitantes de uma região personalíssima, dentro da realidade fisiográfica, econômica, geográfica, política, ecológica, por números que serão defensáveis em qualquer fórum ou debate.

Por esta razão específica, uma política de desenvolvimento regional terá que contemplar essas regiões, mas não bastará, para sermos, de fato, avançados e inovadores, compreender a macrorregião política da divisão tradicional do Brasil em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Chamou atenção para as mudanças radicais que a região sofreu desde a fundação da Sudene, na década de 50. Hoje, os desníveis entre as regiões são maiores ainda.

Se separarmos, por exemplo, a dinâmica de qualquer argumento – ambiental, fisiográfica, geográfica, econômica, política, social, cultural do semi-árido nordestino com as regiões de dinamismo extraordinário que se avizinham a todas as capitais, mais algumas delas especialmente como Fortaleza, Recife e Salvador – também compreenderemos que não existe mais um Nordeste político, homogêneo, tal qual se via na década de 50. Há uma profunda desigualdade intra-regional, que tem que ser referida também nos passos próximos que se devem dar à seqüência da refundação da Sudene.<sup>12</sup>

Citou que no período de 65 e 70, o Nordeste teve um crescimento médio anual de 14,6%, dos seus investimentos fixos, mas esses índices foram caindo para 10,2% entre 70 e 80.

O ministro informou que o objetivo estratégico da nova Sudene é a inclusão social e não só a idéia de crescimento

<sup>8</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>13</sup> Idem.



econômico. “Porque aquela fase de crescimento econômico generosa ainda tem, para além da queda, o coice. Foi uma fase de crescimento concentradora de renda sob o ponto de vista intra-regional.”<sup>13</sup>

Para ele, se vai haver inovação, é preciso ter clareza no objetivo estratégico, que não é só fazer crescer a economia regional, será o enfrentamento da miséria e o combate sem tréguas à exclusão social. E para que esse objetivo se afirme, deverão ser tomadas duas linhas de atuação. A primeira delas é o aumento da base econômica e o fortalecimento da taxa bruta de investimento.

A outra é a distribuição de ativos estratégicos – terra, água, educação, etc. Esses são os principais. Aumentar a base econômica e criar caminhos para distribuir os ativos estratégicos que existem na região. As opções para praticar isso no aumento da base econômica, temos que trabalhar a inserção competitiva da região, e isso agora é indesculpável, não há mais perdão para quem não trabalhar nesta dinâmica. De novo, volto a lembrar: estamos acossados, agravados sob o ponto de vista intra-regional no Brasil, por aquelas condições de produção que são financiamento barato, inovação tecnológica de ponta e uma tendência à competição de escala. Portanto, a nova compreensão da nossa economia, rendida a essas evidências, tem que trabalhar para o Nordeste, na busca de uma inserção competitiva da região. Não se deve mais buscar financiar ineficiências. Deve-se buscar uma especialização bastante competente para não dispersar recursos já tão escassos.<sup>14</sup>

A segunda opção para o aumento da base econômica é a integração cooperativa das sub-regiões dentro da região Nordeste. Por exemplo, pólo de farmácia no interior pernambucano, de software em Recife, um pólo calçadista no Ceará, enfim, inovações tais como a nova prática de arranjo produtivo, tendo a ovinocaprinocultura como base em Caicó, no Rio Grande do Norte, o pólo têxtil do Ceará, o pólo de fruticultura irrigada de Petrolina.

Caberá à Sudene a tarefa de planejar o esforço para a distribuição desses ativos estratégicos e de criar políticas específicas. Para Ciro Gomes, na integração cooperativa de sub-regiões, a metodologia mais moderna é a identificação de arranjos produtivos locais que já existam e que possam ser potencializados.

Nos eixos de linha de ação da distribuição dos ativos estratégicos das políticas sociais e políticas específicas estão fundamentalmente três grandes focos: difusão do conhecimento – só para lhes dar um exemplo prático por que estamos dando tanta ênfase a isso. Estamos mapeando todas as intervenções regionais nas diversas áreas do Governo Federal. O Ministério da Ciência e Tecnologia dispõe de fundos setoriais com razoável montante de recursos, e a liderança política do Nordeste já teria conseguido, no passado, uma vinculação de 30% desses fundos setoriais para aplicá-los no Nordeste.<sup>15</sup>

Uma outra linha estratégica que guarda coerência com planejamento geral do Brasil é o ciclo de substituição de importações.

O BNDES vai estar orientado nessa linha para remover restrições a exportações de produtos brasileiros, para defender produtores brasileiros, dando a eles uma condição de ciclar itens no caminho de substituições de exportações. Essa será uma grande diretriz do novo modelo de desenvolvimento do Brasil. (...). O Nordeste já teve uma participação de 20% nas exportações brasileiras. Hoje isso despencou para 7%. Portanto, todas as grandes linhas, as grandes ferramentas nacionais de fomento estão vinculadas a esta diretriz: de consertar as contas externas do Brasil pelo incremento das exportações por uma ciclagem na substituição de importações. E nós, na região nordestina, estamos no contrapé, declinando de forma brutal nossa participação no comércio exterior.<sup>16</sup>

Ciro Gomes vislumbrou uma nova Sudene voltada às parcerias pública-privada. Em resumo, a formatação da Superintendência vai compreender o planejamento da economia regional e os mecanismos da integração dessa economia no Brasil e no mundo, além de resolver a dispersa liderança política.

Hoje, o Nordeste político é uma ficção. Provocando aqui, fraternalmente, exemplos práticos, caricatos, doídos não faltam. O da refinaria de petróleo talvez seja o mais emergente, mais contemporâneo. Trata-se de um investimento ao derredor de 2 bilhões de dólares, que não está decidido que haverá. A Petrobrás,

<sup>13</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

<sup>16</sup> Idem

deixado espontaneamente calcular os seus custos, a sua eficiência mercadológica, como empresa de capital misto, claramente prefere expandir uma determinada refinaria por uma simples razão: boa parte dos custos já estão feitos, e a expansão é muito mais barata aguardando a produção. Esta batalha, ou seja, a superação de uma visão conservadora, de uma decisão guiada pela lógica estrita do mercado e da eficiência logística da relação mesquinha de custo/benefício de curto prazo está sem combate, salvo exceções que a bancada nordestina no Parlamento está sendo a mais eloqüente delas.<sup>17</sup>

Falta projeto nacional. O que resta, portanto, às unidades federadas, é uma briga legítima, cada qual com a sua comunidade resolver solitariamente os problemas. Isso gera fraqueza, dispersão de recursos, ineficiência, intervenções inconclusas. Há um violento antagonismo a esta realidade, e não é fórum de negociação. A Sudene pretende ser este fórum. Para isso vamos avançar na direção de um formato em que o Conselho Deliberativo da Sudene terá grande poder, será um Conselho enxuto que vai reunir os Governadores de Estado, poucos Ministros da República, uma representação dos trabalhadores, uma representação dos empresários.<sup>17</sup>

O Conselho terá amplos poderes e poderá determinar os instrumentos de planejamento e de intervenção que serão basicamente quatro.

O primeiro indicativo: um plano de desenvolvimento regional para quinze anos. Ele será indicativo. Naturalmente, terá que ter cenários alternativos, mas a idéia de retomada do planejamento estratégico com um universo de quinze anos. Este Conselho Deliberativo aprovará esse planejamento. Desse planejamento de quinze anos, alguns instrumentos normativos se extrairão, um projeto plurianual de quatro anos, que também será deliberado pelo Conselho Deliberativo e terá a participação da região no Plano Plurianual da União. Desse planejamento de quatro anos se extrairá o Plano Anual e o seu Orçamento no Orçamento anual. Esse Conselho deliberará sobre as diretrizes prioritárias, identificação de arranjos produtivos, de novo, na idéia de evitar dispersão. O Conselho Deliberativo determinará no Ceará, nos próximos quinze anos, vão-se concentrar esforços na direção de adensar a cadeia produtiva. Não vou entrar em polêmica que isso é apenas um exemplo metafórico. Em Pernambuco se fará o adensamento da cadeia produtiva, e isso será determinante, por exemplo, para a aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.<sup>18</sup>

Informou que o Conselho também vai abraçar atribuições do Ministério da Integração Nacional. Não obstante, terá que encontrar fórmulas de mediar os conflitos intra-regionais e terá autonomia para decidir quais intervenções serão feitas.

Imaginamos que a Sudene deve atuar em duas linhas: uma no fomento, a base produtiva; e a outra nesta questão dos ativos estratégicos. Nessa questão dos ativos estratégicos, haverá um Fundo da Sudene, para agir naquilo que estamos chamando de externalidades ao fato produtivo. Às vezes, falta de energia elétrica, falta de abastecimento d'água, falta de uma obstrução na logística, o transporte, esse Fundo atuará nessas externalidades e em estreita sintonia com os Governos Estaduais e com os Municípios e, naturalmente, articulando com as pastas do governo federal afins a uma ou a outra área. O outro conjunto de ferramentas vai-se dar na direção de adensar as cadeias produtivas, de fortalecer a base produtiva da região, e aí são várias ferramentas.<sup>19</sup>

Ciro informou que foi passado em revista tudo que havia na Sudene e que funcionou com êxito e que serão mantidos por ter se revelado eficaz e imune à corrupção. A isenção de 75% do imposto de renda será ampliada para 100%.

Digo até 100% do imposto de renda, porque uma das metodologias, pensando no desnível intra-regional, é que a nova Sudene vai graduar a intensidade do benefício, do conjunto de incentivos, conforme um conjunto de critérios. Um deles é a presença no semi-árido de municípios de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), maior intensidade na absorção de mão-de-obra, e em qualquer cenário, esse conjunto de incentivos vai exigir a participação dos trabalhadores no resultado das empresas.<sup>20</sup>

Serão mantidos os 37,5% de redução de imposto de renda para os impedimentos em operação e será criado um fundo específico para inovação tecnológica. O ministro avisou que o Fundo em questão é de alto risco e seguirá o

<sup>17</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>18</sup> idem

<sup>19</sup> idem

<sup>20</sup> idem

modelo de participação acionária.

Então, a idéia, na prática – aqui eu estou sonhando – é que o dirigente da Sudene desta área vai ter uma pasta, e o escritório dele vai ser o avião. Uma pasta viajando o mundo e o Brasil, identificando nordestinos e/ou brasileiros e/ou estrangeiros, tendo idéias inovadoras, julgadas por comitês. Enfim, todas essas ferramentas terão agora comitês para gravar o controle social, e isso daí uma vez identificado, elegível, será co-financiado em modelo de participação acionária de risco completo, mas a idéia aqui é à busca da inovação. Haverá também sob o formato de participação acionária, a possibilidade de grandes projetos estruturantes ou, se quiserem para recuperar o jargão do Celso Furtado, bem de capital ou indústria de base, ou seja, numa ponta a inovação, o jovem, o projeto novo, que não dispõe de financiamento dentro dessa natureza em nenhum lugar do Brasil, terá na Sudene.<sup>21</sup>

Na outra ponta, continuou, viria uma refinaria, uma siderúrgica ou um projeto dessa natureza, também aí se admitirá a participação acionária.

As idéias de reestruturação da Sudene já receberam a aprovação do presidente da República, segundo anunciou o expositor. Além do apoio do Presidente, o ministro disse contar com a colaboração da Professora Tânia Bacelar, que sistematizou todo o debate, ouvindo especialistas em desenvolvimento regional no Brasil e no estrangeiro. O grupo de trabalho compreende, além do Ministério da Integração Nacional, os Ministérios da Fazenda, da Casa Civil, que tem a representação imediata do Presidente da República, do Meio Ambiente, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, da Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia e dos Transportes. “Que nos ajudou no grupo de trabalho em nome da CNA (Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil), e o secretário Mauro Filho, que nos ajudou também com o seu brilho de economista atualmente emprestado a administração do Estado do Ceará.”<sup>22</sup>

Retomando a palavra, o deputado Marcos Cals, convidou os deputados autores do requerimento, Chico Lopes, João Jaime e Luizianne Lins, os deputados federais José Pimentel e João Alfredo e o ministro Ciro Gomes para darem início aos debates.

Foi passada a palavra ao deputado Chico Lopes, que destacou, na oportunidade, as características da pretendida Sudene.

Eu tinha alinhado, na minha concepção, que o tipo de Sudene que nos interessa é a Sudene não paternalista, não clientelista e sem a influência da política neoliberal e, por fim, uma Sudene que não fosse um banco ou uma casa de crédito. Na sua fala, o senhor ministro deixou claro que ela será uma Sudene de um novo tipo, dentro de uma perspectiva que apoiamos do desenvolvimento integrado no Nordeste. Mas ele colocou os obstáculos que me preocuparam, embora não sejam coisas novas, como a questão da educação.<sup>23</sup>

O deputado disse que o Estado segue o modelo de dar educação ao pobre, enquanto que a empresa privada transformou a educação em mercadoria de risco, com a multiplicação de grandes estabelecimentos, que sobrevivem apesar da inadimplência. Ele questionou a transformação da Sudene tomando por base a estrutura política no Nordeste ainda viciada no clientelismo, principalmente no período eleitoral.

Chico Lopes considerou que o Ceará precisa trabalhar a revitalização da nova Sudene, a transposição das águas do rio São Francisco e a instalação da refinaria do Nordeste.

E aqui tem o presidente do Poder que fez essa caminhada: Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, e fizemos o acordo de discutir a refinaria para o Nordeste. Estivemos com a ministra e com a coordenadora de bancada para o Nordeste, e a perspectiva era a de que não teríamos mais essa preocupação da refinaria. A discussão se dava no seguinte sentido: quem ficaria com a refinaria? O Ceará ou Pernambuco? O governador do Estado tem feito um esforço muito grande em prestigiar os movimentos. Vem, nesse movimento, a Fiec, os prefeitos, os vereadores, o comércio varejista, enfim, todo o Ceará está trabalhando na questão da refinaria, inclusive, com a coordenação sempre bem informada. Como o senhor colocou, parece-me que estamos na estaca zero, e isso me preocupa. Entendemos que o Nordeste com a Sudene é positivo, mas, se vier a refinaria, passa a ser melhor. Se houver a transposição

<sup>21</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>23</sup> Idem

<sup>23</sup> idem

<sup>24</sup> idem



das águas, seja do São Francisco ou Tocantins, será ótimo.<sup>24</sup>

O deputado João Jaime sugeriu que também fossem disponibilizados mais recursos para o Projeto São José, que apóia o pequeno produtor rural, contribuindo na geração de emprego e renda para a população carente do Interior. Implantado pelo governo do Ceará em 1987, o Projeto iniciou um processo intensivo de mudanças que deu ao Estado um novo perfil econômico e social.

Essa primeira etapa que hoje dota essas comunidades do Interior do Ceará de infra-estrutura mais importante e mais básica, que é a água, que é a energia elétrica. Agora está carecendo de se dar um passo a frente, para que essas comunidades, esse patrimônio de mais de 20 mil associações comunitárias que existem só no Estado do Ceará, e não deve ser diferente no Nordeste, possam ter acesso ao crédito e usando dessa infra-estrutura que foi tão importante, essa eletrificação que chegou aos mais longínquos locais, sirva também para gerar e distribuir renda nessas comunidades. E a minha sugestão, é a de que os recursos da Sudene agora venham também numa segunda etapa, aproveitando a infra-estrutura, financiar projetos nessas comunidades, projetos de aquisição de tratores para o desenvolvimento da agricultura, projetos para pequenas fábricas de doces, de castanhas, curtumes, para peixamento das barragens que foram feitas pelo Projeto São José, pequenas indústrias de farinha, enfim, existem muitos projetos de sucesso.<sup>25</sup>

João Jaime disse temer que falem recursos para a continuidade do projeto. “Sei que talvez vá precisar de uma engenharia para viabilizar, mas, com certeza, se for viabilizado, vamos fazer a finalidade maior da Sudene, que é a distribuição de renda e diminuir as desigualdades econômicas e sociais do Nordeste.”<sup>26</sup>

A deputada Luizianne Lins iniciou a sua fala lançando críticas à globalização, que para ela é um processo de mundialização financeira e excludente. Parafrazeando a professora Laura Tavares Soares, a parlamentar ressaltou que a globalização não passa de crise global de modelo social de acumulação denominado de neoliberal, “que inclui, por definição, a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista com o surgimento de uma nova pobreza.”<sup>27</sup>

A nova pobreza, de acordo com Luizianne Lins seria os personagens alvos das chamadas políticas de assistência, no qual, o debate de focalização versus universalização trata-se de tentar conviver com a pobreza.

O documento citado informa a taxa de mortalidade infantil, na região nordestina, em 1998, de 58% por mil nascidos vivos, enquanto que a do Brasil era 36 por mil. Também em relação ao saneamento básico e à energia elétrica, 65% dos domicílios nordestinos em 1998 tinham abastecimento de água e 84% de energia elétrica; enquanto, em nível nacional, os índices eram de 79% e 94% respectivamente.

Lembrou que para a criação da Sudene foram formados o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, instalado em 25 de abril de 1959, que contou com a participação de todos os governadores da região. Naquele mesmo ano, o Congresso Nacional, por proposta do Poder Executivo, acabou criando a Sudene, e o seu primeiro Superintendente foi o economista Celso Furtado.

Luizianne Lins destacou ainda que não se pode esquecer o ajuste fiscal que cortou cerca de R\$ 14 bilhões do orçamento. No Ministério da Integração Nacional, foram cortados 90% do seu Orçamento, razão pela qual o ajuste fiscal precisa ser repensado.

Ao finalizar, defendeu o monitoramento da sociedade

porque senão vamos estar aqui daqui a trinta anos falando do que a Sudene deveria ser e não foi. Acho que é o momento de, uma vez por todas, estabelecermos novos paradigmas e numa nova cultura política que não veja apenas o Estado como um verdadeiro desaguadouro de interesses privados, mas que possa ser objetivamente um instrumento de inclusão social e de políticas públicas fundamentais para os trabalhadores e a sociedade pobre.<sup>28</sup>

Em resposta aos questionamentos, Ciro Gomes afirmou que a sua missão no Ministério da Integração Nacional é trabalhar pela sua extinção. Disse que quando começou a defender a reestruturação da Sudene tentou compreender o ceticismo e a descrença da maioria.

<sup>24</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>25</sup> Idem

<sup>26</sup> idem.

<sup>27</sup> idem

<sup>28</sup> idem

Foram tantos erros, tantas tentativas bem intencionadas, por que dessa vez vai funcionar? Quero dizer que a probabilidade de não funcionar existe. É importante que tenhamos essa noção. Até quando vamos montar as ferramentas, pode acreditar que estamos sempre muito preocupados em blindar essas ferramentas com a má experiência do passado. Não queremos inventar uma coisa nova. Não faz sentido inventar uma coisa nova. O que fizemos? Fizemos uma reflexão sobre a Sudene. O primeiro grande debate entre nós, eu com o próprio Presidente da República: Faz sentido a gente recriar a Sudene? A primeira grande discussão foi essa. O Presidente tinha assumido o compromisso na campanha, e, evidentemente, a sua palavra é para ser cumprida, mas fiquei encarregado, eu fui a ele. A primeira grande questão foi esta: O que o senhor pretende com isso? Faz sentido criar? Acabamos concluindo que ainda faz sentido que se tenha um órgão focado como braço do planejamento estratégico do país, na compreensão da realidade regional nordestina, na articulação das ações diversas dispersas que há e no esforço de superação da competitividade sistêmica muito baixa que a economia regional tem. Os números foram os mais influentes: 28% da população, 12% do PIB, metade dos pobres do Brasil está na região nordestina, concentrados no semi-árido, enquanto somos um terço da população ou menos de um terço. Se houver, de fato, empenho concreto, como vejo que há no Governo do presidente Lula, vamos começar a superar. Já não sou tão moço quanto a deputada Luizianne Lins, mas também já alimento mais ilusões.<sup>29</sup>

Para prevenir os vícios da cultura política que tomam o aspecto caricato muitas vezes do clientelismo, do coronelismo, Ciro Gomes vislumbra duas ferramentas.

Algumas instituições são mais vulneráveis a esses vícios da cultura política e outras menos. Procuramos em toda instrumentalização que essa nova Sudene terá, e na própria organização de suas estruturas deliberativas, o conselho deliberativo, uma secretaria executiva, que é uma boa experiência do passado, mas cada um desses fundos, ou práticas, ou intervenções será manejado por comitês gestores, envolvendo a sociedade civil. Então, cada ferramenta terá um comitê gestor. A Sudene não será uma agência executiva. Por exemplo, ajuizamento de risco, envolvido na seção de fundos públicos, será feito por instituições profissionalmente treinadas para isso. O Banco do Nordeste, evidentemente, é mais relevante, mas não se excluem o Banco do Brasil, o BNDES, como ferramentas adicionais para ajuizar riscos.<sup>30</sup>

Quer dizer, a Sudene deliberará qual é o arranjo produtivo prioritário num dado tempo, numa dada base territorial, mas os eleitos individualmente para esses empreendimentos serão necessariamente controlados por comitês. Será um comitê para cada fundo especializado em cada Estado e em cada mesorregião.

Cada comitê irá acompanhar, supervisionar e denunciar tudo que se processar não só em fraude, mas também na própria eficácia daquela escolha.

O eminente deputado Chico Lopes ainda me faz um questionamento sobre essa quantidade de fundos. Na verdade, especializei as tarefas do que pode ser um fundo só. Estamos com essa discussão viva, podemos dar personalidade a esses fundos, individualizá-los ou não, criar um fundo só. E o Conselho Deliberativo destacará neste grande fundo qual o percentual vai naquele momento, daquele plano anual, daquele Plano Plurianual, vamos dizer o destaque para aquilo. O que precisamos é ter um produto, vamos dizer, de financiamento, no caso específico, que seja maleável na direção de cada uma das necessidades estratégicas. O objetivo é inclusão social. A inclusão social, imaginamos que será alcançada pela ampliação da base produtiva e pela distribuição dos recursos estratégicos.<sup>31</sup>

Com relação à transposição das águas do rio São Francisco, Ciro Gomes disse que no momento está adotando a cautela, “dada a quantidade de energias negativas, destrutivas que se somaram a essa necessidade, a essa concepção, a esse projeto. As próprias palavras aqui têm que ser não só econômicas, mas cuidadosamente selecionadas”.<sup>32</sup> Informou que o Ministério da Integração Nacional está trabalhando com o Conselho de Revitalização do São Francisco.

Porque nos rendemos à evidência de que as nascentes do Rio São Francisco, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, estão muito degradadas, até sua foz entre Sergipe e Pernambuco, com assoreamento do seu leito, com a destruição de matas ciliares, com a interrupção da sua navegabilidade, com o

<sup>29</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>30</sup> idem

<sup>31</sup> idem

conflito de uso para energia hidráulica, ou de uso para irrigação. Há um caos completo hoje no Rio São Francisco. O que estamos fazendo? O Presidente Lula já reafirmou muitas vezes que fará esta obra, porém, se ele quisesse fazê-la hoje, seria fisicamente impossível, porque não há sistematizado um projeto. O que há são vários projetos basicamente em três grandes diretrizes: uma transposição pura e simples do Rio São Francisco para o Nordeste setentrional em calha de rios. Quer dizer, seria um grande canal, uma elevatória no Araripe, e daí um túnel em direção ao Rio Grande do Norte e à Paraíba, e descendo no Rio Salgado como afluente do Rio Jaguaribe.<sup>33</sup>

Há mais duas concepções, continuou ele, uma é a transposição de águas do rio Tocantins, basicamente de um dos seus afluentes para a calha do São Francisco, regularizando uma vazão superior a três mil metros cúbicos por segundo, atrás de Sobradinho. E a segunda é a idéia de fazer um conjunto de barramentos em afluentes do Rio São Francisco e da Bacia do Paraná, “que seriam manejadas de forma eficiente, também capazes de regularizar essa vazão, permitindo a transposição de um excedente para o Nordeste setentrional, para basicamente o semi-árido do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, pegando um trecho do agreste pernambucano, e o Piauí reclama também a possibilidade de uma fração disso em direção a São Raimundo Nonato.”<sup>34</sup>

Ciro Gomes disse que o importante é saber qual proposta é a mais eficiente porque não é possível continuar com debates que não prosperam.

Quanto à Refinaria, Ciro Gomes informou que concretamente só temos a capacidade de refino, instalada no Brasil, que hoje se aproxima da exaustão. Como exemplo, ele disse que o primeiro impulso da Petrobrás é expandir uma das suas refinarias existentes, no limite de curto prazo, não vendo nenhum outro objetivo estratégico.

Opinou que cada Estado nordestino mantém absolutamente viva e justa a sua reivindicação, como é o caso de Sergipe:

[...] hoje, o presidente tem a idéia de que uma prospecção nova está dimensionando um potencial de produção de petróleo muito grande na sua costa. Lá vai o argumento; quer dizer, Suape, e Transnordestina dão logística a Pernambuco; Pecém e a própria Transnordestina também dão uma logística interessante ao Ceará; o Rio Grande do Norte já tem a do Amaré, enfim, não falta quem queira fazer a conciliação de sugerir a pilotagem dessas refinarias no encontro das fronteiras de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Acredito que é muito útil que essa discussão se profissionalize, intensifique-se, porque vencer a primeira etapa, creio que é a primeira grande batalha. Em seguida, encontrar uma metodologia conciliatória que defina, inclusive, com benefícios cruzados, sendo repartidos em outros Estados, como que há uma possibilidade. Essa é minha opinião do ponto de vista onde estou.<sup>35</sup>

Ciro Gomes acolheu a sugestão do deputado João Jaime, anunciando que é preocupação do seu Ministério promover ações para superar a competitividade sistêmica e fazer daqui base para empreendimentos de escala nacional e global, “mas isso não deve ser feito descuidando do impacto, inclusive, potencialmente na geração de novos e eficientes arranjos produtivos, da microunidade produtiva de base comunitária.”<sup>36</sup>

Lembrou que já dispõe dos fundos constitucionais, que são ferramentas coordenadas e supervisionadas pelo Ministério da Integração.

Há um outro arranjo para viabilizar as intenções do Governo. Segundo o ministro, o presidente Lula determinou ao Banco Central e ao Ministério da Fazenda que preparasse “uma faxina de todas as restrições normativas que hoje impedem um melhor processamento de Cooperativa de Crédito. Uma vez pronto esse trabalho que está muito próximo, o próprio FNE vai alavancar essas Cooperativas de Crédito que têm muito mais vocação para fazer esse tipo de operação de empresas comunitárias.”<sup>37</sup>

Ciro Gomes antevê que o país, já no segundo semestre, começará a experimentar, discretamente, e mais positivamente, alguma taxa de crescimento econômico.

O deputado federal Antônio Cambraia lembrou que na década de 60, o grande mote da discussão era a industrialização do Nordeste com vista ao desenvolvimento da nossa região, a diminuição das disparidades regionais; o aproveitamento da mão-de-obra excedente no campo.

<sup>33</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>34</sup> idem

<sup>35</sup> idem

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> Idem.

A Sudene teve um papel importante no desenvolvimento do Nordeste com muitos acertos, também com muitos erros, mas o certo é que não conseguiu eliminar, nem sequer diminuir essa disparidade entre a nossa região empobrecida e outras regiões, mais especificamente a região do Centro-Sul que se desenvolveu mais proporcionalmente do que o Nordeste. Depois a Sudene diversificou a sua forma de atuar, chegando a sua lamentável extinção, há pouco tempo. Apesar do esforço das bancadas do Nordeste no Congresso Nacional, não foi possível estancar aquele processo de extinção da Sudene. Agora as esperanças se renovam com a decisão do Governo Federal em recriar a Sudene com outro papel, com outra forma de agir.<sup>38</sup>

Não obstante, o deputado considerou que a restrição dos recursos vai comprometer o novo papel da Sudene. Na oportunidade, ele quis saber de onde viriam os recursos necessários para o real desenvolvimento do Nordeste.

O deputado federal João Alfredo quis saber quais seriam as ações do governo Lula para a nossa região, por meio da Sudene, e como mobilizar as universidades nordestinas e os setores que formam opinião, como, por exemplo, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Também questionou como seria a integração das Organizações Governamentais, das Organizações Não-Governamentais (ONGs), de órgãos públicos por uma questão fundamental que está ligada aos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no combate à desertificação.

Para o deputado federal José Pimentel, a visão que o ministro Ciro Gomes tem do problema regional como parte da questão nacional é muito importante, porque isso permite uma articulação nacional, passando a ver que a solução dessas questões passa pelo Projeto Nacional.

Quero começar registrando que esta idéia de priorizar os projetos que são geradores de trabalho e que protegem o meio ambiente é decisivo para essa nova visão de alavancagem do nosso desenvolvimento. Tive o cuidado, ministro, de fazer um levantamento dos 3.057 projetos aprovados ao longo da história da Sudene. O que é mais grave nesse conjunto de projetos é o não-cumprimento da cláusula de geração de trabalho. Quando vi aqui V. Exa. colocar que um dos princípios definidores à aprovação desses projetos é a geração de trabalho, uma cláusula social voltada para isso, fiquei muito animado, porque é exatamente isso a que temos assistido em vários outros países.<sup>39</sup>

Recordou que em 2001, quando visitou a Itália e a Alemanha, teve a oportunidade de conhecer projetos cuja definição do subsídio ao crédito partia exatamente da capacidade da geração de trabalho e da manutenção desses empregos ou desses trabalhos durante o período incentivado e também por um período seqüencial. "Aqueles que não cumprissem a cláusula social de manutenção daquele número de trabalho e de emprego, teriam que devolver, proporcionalmente, o incentivo ao crédito, que eles ali concediam."<sup>40</sup>

Antes, em 1999, em viagem aos Estados Unidos e Canadá, José Pimentel teve oportunidade de estudar cooperativismo e,

a partir dali foi que veio toda essa concepção nossa da necessidade de alterar o Artigo 192, para regulamentar o Sistema de Cooperativismo no Brasil e, particularmente, na nossa Região Nordeste, como forma de permitir essa alavancagem e manutenção do crédito popular e regional que muito bem aqui V. Exa. expôs para nós.<sup>41</sup>

O deputado defendeu o aproveitamento de toda a infra-estrutura construída ao longo da história da Sudene e que está abandonada. Sugeriu a constituição de um grupo de trabalho para aproveitar o acervo encontrado, particularmente, nos grandes centros urbanos, numa região que tem toda a infra-estrutura de transporte, de coleta de lixo, de energia, de comunicação e de mão-de-obra já assentada. "O exemplo mais claro é este aqui da Dantas Irrigação que foi aprovada em 1989, como sendo a grande indústria desta área e que hoje está desativada."<sup>42</sup>

Uma outra questão que merece discussão seria a recuperação da capacidade de envolvimento dos funcionários dessas instituições remanescentes. Um exemplo concreto é o BNB. O parlamentar considerou injustificável que o Tesouro

<sup>38</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> idem

<sup>41</sup> Idem.

mande dinheiro para a nossa região, e, pela incapacidade política nossa de geração de projetos de desenvolvimento local e de uma economia integralizada, esses recursos retornem ao Tesouro.

Poderia dizer que seria uma decisão de Governo. Se isso fosse uma decisão de Governo, na Região Centro-Oeste, aconteceria a mesma coisa. V. Exa., com muita precisão, aqui colocou que temos outro banco público federal vinculado ao mesmo Ministério, e aquele banco está sendo orientado a suspender os recebimento de novos projetos, porque não existem recursos mais no Fundo para aplicar, e a inadimplência é de menos de 2%. Enquanto na nossa região, que é uma das regiões que mais necessita de crédito, temos um Fundo Constitucional que manda recursos para cá, e em face dessa nossa incapacidade de gerar projetos integrados em movimentos de aproveitamento de tecnologia, assistimos ao retorno desses recursos ou o passeio dos recursos. E se esta fórmula for estancada, no dia de amanhã, não teremos mais como manter esses recursos. Por isso, louvo muito a coragem de V. Exa., seja no Congresso Nacional ou nos vários lugares, de focar e levantar o tema da necessidade que temos de aproveitar melhor esses recursos.<sup>43</sup>

Também é necessário mudar a cultura para fazer entender que o recurso público é para ser emprestado, mas também é para ser devolvido, José Pimentel disse estar preocupado com a política do incentivo fiscal, argumentando que caminharia para a política do incentivo ao crédito, o subsídio ao crédito e não o incentivo fiscal.

Porque o incentivo fiscal é também um crédito indireto, mas não dá a transparência e o controle necessário para toda a sociedade. Enquanto que, se trabalhássemos com o incentivo progressivo, como muito bem aqui V. Exa. desenhou, de acordo com a microrregião, com a distância dos grandes centros dinâmicos, poderíamos ter um incentivo maior. Eu trabalharia muito mais com o subsídio do crédito, porque acredito que teríamos aí uma forma de controle social maior. Sei que essa minha posição é resultante de experiências anteriores, mas o arcabouço está sendo montado, pode ser que corrija isso.<sup>44</sup>

O ministro **Ciro Gomes** respondeu que a luta por recursos vai acontecer no contexto do conflito distributivo brasileiro. Mas fez um alerta para não semearmos ilusões, e muito menos, falsas promessas.

A taxa de investimento na região em quatro anos do Governo Lula deveria idealmente voltar ao melhor momento que já houve na história. Está em 15% a taxa de investimento em relação ao PIB, gostaríamos de voltar isso a 27%, a 28% do PIB. E a Sudene deveria estar encarregada de ter à disposição, como ferramenta indutória e catalisadora, 10% desse valor bruto. Em números grossos, isso significa R\$ 1,9 bilhão no exercício deste ano. Não é um disparate, porque os recursos que hoje a Adene teoricamente teria seriam metade disso. E não saiu dali um centavo, simplesmente porque o formato da instituição que sucedeu o Finor é impraticável, pura e simplesmente impraticável. E isso acabou ficando com uma indisponibilidade contábil, a mesma coisa no FDA que sucedeu o Finam na Amazônia.<sup>45</sup>

**Ciro Gomes** anunciou que o governo está tentando introduzir no planejamento central do país, aquilo que foi culturalmente posto como uma política setorial, a questão do desenvolvimento regional. “Por exemplo, não quero ser indiscreto, mas muito próximo está de ser anunciado o novo modelo energético do Brasil.”<sup>46</sup>

Um dos objetivos estratégicos, continuou ele, é a eliminação da exclusão elétrica, para atender a uma imensa quantidade de domicílios. Cinquenta e quatro por cento dos domicílios estão localizados no Nordeste e postos ali como prioridade. Quanto à questão dos transportes, o presidente Lula destacou mais de R\$ 1 bilhão para um programa de recuperação de rodovias.

**Ciro Gomes** falou que os critérios para recuperar rodovias são o fluxo intenso de tráfego, onde acontecem a maior ineficiência no frete, e a maior quantidade de acidentes.

Dirigindo-se ao deputado **João Alfredo**, o ministro informou que o governo federal pretende subverter a cultura do trabalho da organização setorial para um trabalho matricial. Esclareceu que a Sudene pretende praticar um dos seus

<sup>42</sup>Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>43</sup> idem

<sup>44</sup> Idem

<sup>45</sup> idem

<sup>46</sup> idem



objetivos estratégicos, que é a coordenação, sem intervir em todas as ações promovidas na região pelos governos federal, estaduais e municipais. As suas ferramentas não serão coercitivas, serão catalisadoras.

A Sudene ficará encarregada do zoneamento ecológico, econômico e estratégico da região.

Os instrumentos institucionais, os fóruns ou comitês de gestão social que eu já havia comentado. Para cada ferramenta dessa, haverá um fórum interativo com a sociedade civil, com ONGs, universidades, trabalhadores, sindicatos, empresários, etc., etc., que estarão definindo de forma consultiva para a deliberação pelo Conselho Deliberativo e, também, a posteriori dar consulta à supervisão, avaliação e controle de cada uma dessas ferramentas, com comitês centrais em Recife e com comitês locais até por mesorregião.<sup>47</sup>

Um fórum institucionalizado vai reunir todos os órgãos federais com atuação na região: BNB, Chesf, Codevasf, DNOCS, dentre outros. Também é idéia agregar as universidades, as ONGs, os institutos de ciência e tecnologia no comitê de articulação de política de inserção internacional e promoção de exportações.

Achamos fundamental introduzir, tencionando a cultura produtiva na região, esta questão do comércio exterior, para o qual estamos devidamente advertidos. [...] tínhamos lembrado aqui que uma das grandes diretrizes do novo modelo econômico que estamos embrionando é a questão do comércio exterior, estimularmos as exportações, estimularmos um ciclo competitivo de substituição de importações. Na contramão disso, na prática, o Nordeste que já teve 20% das exportações brasileiras hoje despenca para 7%. Vamos ter um comitê que vai articular as políticas de Inserção Internacional e Promoção de Exportações na ambiência da Sudene, e aí tem a ver com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a ser ainda o Ministério do Planejamento, Ministério das Relações Exteriores, etc.<sup>48</sup>

Esclareceu ainda que os recursos do FNE não estão sendo devolvidos como sugeriu o deputado José Pimentel. Os recursos estão se acumulando no Fundo.

Disse que já autorizou ao Banco do Nordeste o poder de delegar frações desses recursos para qualquer banco que ele queira que opere. Mas, isso não significa que esteja tirando do banco a atribuição, porque a instituição vai escolher operadores, ou o Banco do Brasil, ou bancos privados.

Temos que resolver problemas de garantia, problemas de fluxo, problemas de recuperação de crédito, um deles V. Exa. colocou. Estamos com um grupo de trabalho ocupado já em entender esta Carteira de Inadimplência e tomar providências na direção de um programa de recuperação de créditos. Nisso, faça-se justiça, o Banco do Nordeste tem pouca culpa, é o entulho legiferante, o entulho regulatório, inclusive, interativo com o Tribunal de Contas da União, uma série de coisas que estou trabalhando para remover, de maneira que possamos ter um programa de recuperação de crédito mais ágil, mais justo, mais legítimo possível, mais transparente possível de maneira a dar dinâmica a esse Fundo, sem o que de fato acho que está ameaçada a própria existência dele no futuro. Quero crer que são essas as respostas.<sup>49</sup>

Aldenir Lima de Oliveira sugeriu a criação de incentivos para empresas do sul para serem investidos no Nordeste, já que a Sudene vai depender só dos Fundos de Investimento de Empresários da região. Também quis saber se o governo vai apelar para Medida Provisória para criação da nova Sudene.

O professor da UFC e membro do Diretório Estadual do PT, Salmito Filho, lembrou o grande desafio da Sudene, no início, era o crescimento econômico para a região, mas que os seus criadores também se preocuparam com o peso político do órgão, apesar de não estar vinculado a nenhum ministério, mas sim ao Governo Federal.

Em seguida, foi a vez do deputado José Guimarães que ressaltou o compromisso do presidente Luis Inácio Lula da Silva com o Nordeste. Na avaliação do parlamentar, a recriação da Sudene vai ter um peso muito grande no processo de formulação de uma nova política de desenvolvimento regional. Não obstante, a devolução de recursos do FNE, cerca de R\$ 1,7 bilhão, é chocante.

José Guimarães defendeu a correção das distorções e “não imputar aos novos ministros e, particularmente, a V.

<sup>47</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>48</sup> idem

<sup>49</sup> idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Exa., que é novo Ministro da Integração Nacional, e à nova administração do Banco do Nordeste a responsabilidade por algo que não é deste Governo.”<sup>50</sup>

A economista Cleide Bernal destacou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária, que inclui a criação do Conselho de Desenvolvimento Regional, como garantia do fortalecimento da região do ponto de vista político. Também ressaltou a inclusão social como objetivo principal da Sudene, argumentando que a Sudene vai ter recursos para atender não só aos setores competitivos, mas para atender as populações do semi-árido, que têm dificuldades de financiamento.

Em resposta, o ministro Ciro Gomes disse que os fundos, terão, basicamente, uma presença direta no orçamento da Sudene, com os diversos formatos.

A origem dos recursos está reforçada por uma vitória importante que tivemos agora por determinação do Presidente Lula na formatação da Reforma Tributária. Já foi criado vinculando 2% da receita do IPI e do Imposto de Renda a um Fundo de Desenvolvimento Regional, isso a preço de hoje dá próximos R\$ 2,6 bilhões, naturalmente não será todo alocado no Nordeste, como não poderia ser, mas daí já há uma fonte muito segura de recursos. Pretendemos, no novo formato, aproveitar um instrumento de alocação de recursos de empresas que estão sediadas em outras regiões dinâmicas do País. No Nordeste, trata-se do conhecido Art. 9º, isso será mantido, porque depois de muita crítica, passou muito bem. Não há fraude, não há vulnerabilidade nisso, apenas vamos encerrar, formatando de uma forma pouco diferente. Mas a possibilidade de uma empresa que está no Sul, Sudeste, ou em qualquer lugar de optar por não pagar o seu imposto de renda e usar esse dinheiro para financiar uma instituição, uma ampliação na região do Nordeste está sendo mantido o Art. 9º puro.<sup>51</sup>

O ministro anunciou que caberá ao presidente Lula a decisão final sobre o formato institucional que a nova instituição tomará, se Medida Provisória, se uma deliberação pelo Congresso Nacional.

Se fizermos isso por Medida Provisória, ganhamos tempo e perdemos em legitimidade, pelo menos na origem, na medida em que o ideal é que isso nasça com a força de uma deliberação da vontade do País, expressa na sua instância mais legítima, que é o Congresso Nacional, o que não estará eliminado. Uma Medida Provisória, também é deliberada no Congresso Nacional. Vou levar como informação final para o Presidente Lula, depois do meu último despacho sobre o assunto, o resultado de conversações – acabando essas rodadas de Seminários – que farei com as direções da Câmara e do Senado e com as Lideranças.<sup>52</sup>

Ao Professor Salmito, Ciro Gomes disse que a força política desse tipo de entidade deriva não propriamente da sua vinculação burocrática, como pensou no passado o professor Celso Furtado, lembrando que, por exemplo, o Ministério da Integração Nacional é diretamente vinculado ao Presidente da República, “e isso não inibiu que fosse transformado num balcão de varejo de clientelismo, quando não de ladroeira em períodos bastante claros a nosso testemunho. O que há é que funcionalmente hoje o Presidente da República tem que despachar com trinta Ministros.”<sup>53</sup>

Ressaltou que, além da Sudene, também está sendo recriada a Sudam, no mesmo formato, mas com uma agência de desenvolvimento para o Centro-Oeste, “e não se poderia dar tratamento diferenciado, daí porque o Presidente deliberou, embora a minha ponderação fosse por uma vinculação à Presidência da República, essa era a minha opinião, que ficasse vinculada ao Ministério da Integração Nacional.”<sup>54</sup>

Ao deputado José Guimarães, o ministro falou que foi encarregado de ampliar no país um projeto de desenvolvimento regional.

No que se refere ao FNE, o governo conta com R\$ 1,7 bilhão no Nordeste; R\$ 1,92 bilhão na Amazônia e R\$ 1,1 bilhão, no Centro-Oeste.

Lembrou que na administração passada, o Banco do Nordeste não contabilizava o Fundo Constitucional, o FNE, no seu balanço.

<sup>50</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>51</sup> idem

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> idem

<sup>54</sup> idem

Então, havia o balanço do Banco do Nordeste e à parte da contabilidade do banco a contabilidade do Fundo Constitucional, dada a origem exótica dos recursos, etc. O que acontece? No fim de 2001 para 2002, o Banco Central brasileiro, em função de critérios do acordo de Basileia, etc., determina ao Banco do Nordeste fundir o balanço do Fundo com o do banco. Isso puxou toda a inadimplência histórica para ser contabilizada de uma vez só. De maneira que na operação, por exemplo, essa inadimplência já cai bastante, é muito alta ainda, mas cai para faixa de 30% e não 46,5%. Então, só para eu lhes dar um dado, como isso é um problema da instituição e não de gestão A ou B, como gesto de boa vontade, que gerimos o Fundo.<sup>55</sup>

Anunciou que vai discutir junto ao BN um programa de recuperação de crédito, que em alguns casos não se explica, em outros casos são operações, por exemplo, de agricultura familiar, que eram indexadas no passado, as GPMs, a TJLP. “Está tudo misturado. Vamos agora separar essa carteira e fazer um Programa de Recuperação de Crédito que tem a ver com a negociação delicada com o Tribunal de Contas da União que fiscaliza, dada a origem desses recursos, o Banco do Nordeste.”<sup>56</sup>

Disse que faz parte do seu papel ter medo de executar garantias que são a menor do que o valor inflado com juros e tomar uma censura do Tribunal de Contas.

[...] e já estamos com boa cooperação do Tribunal de Contas para limparmos isso e fazermos essa recuperação. Como gesto de boa vontade, liberamos ao redor de R\$ 270 milhões. De R\$ 1,7 bilhão já coloquei no Banco do Nordeste R\$ 270 milhões em números grossos. O Banco do Nordeste só conseguiu aplicar R\$ 43 milhões este ano. Portanto, não sei se estou devolvendo, mas o nosso Governo só conseguiu aplicar rigorosamente R\$ 43 milhões. (...) se tirássemos o Fundo Constitucional da operação do Banco do Nordeste e passasse para o Banco do Brasil nas mesmas condições, o Banco do Nordeste teria dificuldade de manter sua contabilidade, e não interessa para nós destruir o Banco do Nordeste. Então, é uma coisa delicada. Apenas quero repetir aqui para que os benebianos fiquem convictos de que, com o meu apoio, com a minha solidariedade, com a minha fraterna cooperação, cem por cento do FNE será aplicado à população pobre do Nordeste. Isso é uma determinação. Estou todo de acordo em ajudar o Banco do Nordeste a bem operar essa questão.<sup>57</sup>

Confirmou a ligação do Conselho de Desenvolvimento Regional à presidência da República e considerou avanço importante a criação do FDR com vinculação de 2% do IPI e do Imposto de Renda. Aproveitou para comentar sobre a questão da taxa de juros, atendendo a pedido do deputado José Guimarães.

Continuou dizendo que 80% da química fina dos remédios brasileiros são importados; mais de 30% dos derivados de petróleo são importados, mas já estamos perto de 80% da produção necessária. Enquanto isso, a importação de petróleo impacta no preço dos derivados. No setor dos eletroeletrônicos, mais de 80% dos microsistemas, microchips são importados, e isso também impacta no preço.

A inflação sobe com o modelo que herdamos. Se a inflação sobe, a taxa de juros tem que subir, porque a taxa de juros que interessa para o mercado é aquela que sobra da inflação. Se você tem uma taxa de juros de 100 com inflação de 99, o juro na realidade é 1. Estávamos com uma inflação, naquele primeiro momento do Governo Lula, sinalizando em alguns indicadores para 4% ao mês e na média para 2,3% ao mês. Portanto, fomos constrangidos, inevitavelmente, a levantar a taxa nominal para conservar a taxa real, sem o que não fecharíamos as contas, os fluxos, tanto é que o Risco País estava em 24%, falam em 2.400 na televisão, eles gostam desse jargão para não entendermos. Na verdade, o Brasil pode tomar dinheiro lá fora. O País tinha, quando tomou posse o presidente Lula, que pagar 24% de juros a mais do que se paga pelo título do Tesouro americano, é o chamado Risco Brasil.<sup>58</sup>

Nesse momento, o deputado Chico Lopes suspendeu os trabalhos, anunciando para as 14h o reinício do debate.

No segundo momento do seminário, a presidente do Inesp, Gina Pompeu, lembrou citação do professor Paulo Bonavides, em que afirmava que as desigualdades na região nordeste são alimentadas pelos erros e omissões.

Essas desigualdades têm-se perpetuado em virtude de erros, omissões, incúrias, despreparos, des-

<sup>55</sup>Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>56</sup> idem

<sup>57</sup> idem

<sup>58</sup> idem

continuidade das medidas aplicadas, incerteza na execução dos programas propostos, falta de firmeza e fragilidade na política traçada. Enfim, desorientação do Poder central que sempre se houve com as visões estreitas, ambíguas e tecnocráticas, jamais se capacitando, nem se conscientizando da profundidade, do alcance da extensão e da gravidade das desigualdades regionais e sociais do País. Se não as corrigirmos, esta Nação não terá futuro, esta sociedade não se emancipará, este povo não fará valer o seu direito ao desenvolvimento.<sup>59</sup>

A iniciativa do seminário, lembrou, tem como proposta defender a recriação da Sudene,

contribuir para que a nossa Nação realmente se movimente, que a Sudene seja recriada, reestruturada de uma forma a diminuir essas desigualdades sociais e garantir uma participação ativa dos nossos Municípios de treinamento, de capacitação para viabilizar essas grandes diferenciações que ainda marcam o nosso Estado, para que a ordem econômica e a ordem social possam andar juntas e signifique o desenvolvimento humano para o País.<sup>60</sup>

O professor Gilberto Bercovici, que abordou a questão das desigualdades regionais, disse que repensar a Sudene é oportuno levando em conta que a região Nordeste tem sido esquecida. Para ele, o ponto básico é a idéia de um projeto nacional de desenvolvimento.

A Sudene, elaborada por Celso Furtado em 1959, traz como novidade um Conselho Deliberativo em que participavam não apenas os representantes do Governo Federal, os Ministros interessados ou chefes de órgãos federais que atuavam na região, mas também os Governadores. E por que isso? De repente, cria-se um órgão com um Conselho que participavam não só representantes do Governo Federal ou só a equipe técnica, mas também representantes dos Estados interessados ou atingidos por aquela política. [...] No fundo, o que Celso Furtado tentou fazer foi instituir, de uma maneira original, o que chamamos de federalismo cooperativo, ou seja, um federalismo que há uma atuação conjunta das várias esferas do Governo, tendo em vista alguns interesses comuns, no caso aqui o interesse do desenvolvimento regional, que é premente, dado o desnível existente entre a Região Nordeste e as demais regiões do País, particularmente o Sudeste ou o Sul.<sup>61</sup>

Na avaliação dele, o que houve foi uma tentativa de articular essa cooperação, de coordenar os esforços federais e estaduais numa mesma direção, que foi bem-sucedida enquanto a Sudene teve como enfoque principal o planejamento regional e enquanto a Sudene teve como base de legitimidade os governadores eleitos num governo federal, também eleito.

Quando, em 1964, isso se acaba com Regime Militar, o que acontece? Primeiro, retira-se uma série de atribuições dos Estados, centraliza-se o planejamento apenas em nível da União – o Governo Federal. Além disso, com governadores nomeados e com o Poder Executivo que não era eleito, a legitimidade das decisões da Sudene diminuiu bastante. Porém mais do que isso, talvez tenha sido a grande diferença da Sudene de antes de 1964 para a Sudene depois de 1964 em que, para mim, contribuiu para crise final que terminou por extinta no Governo passado. Toda a estruturação da Sudene, o discurso que legitimou a sua criação por Celso Furtado, é o discurso a favor das reformas de base: reforma agrária, reforma educacional, reforma na rede de distribuição – uma nova visão do desenvolvimento nacional no sentido de uma maior redistribuição da rede de políticas sociais mais efetivas, que não limitava o desenvolvimento apenas ao crescimento econômico, como era o discurso culminante até então.<sup>62</sup>

Para o professor, quando o discurso se perde pelos motivos óbvios e se perde a legitimidade do órgão, o que é preciso ser feito?

Não se ia extinguir simplesmente a Sudene, porque a Sudene não tinha, para a região, todo um impacto simbólico. Vai-se transformar a Sudene em quê? Numa grande agência de incentivo fiscal para atrair indústrias, sejam de filiais de indústrias situadas no Centro-Sul, sejam de novas indústrias que se transferissem para a região, ou seja, para se promover o que o próprio Celso Furtado chama de modernização, mas não de desenvolvimento. Por quê? Porque se modernizaram algumas estruturas econômicas, industrializaram-se e ficaram na frente novas cadeias produtivas, mas não se alteraram

<sup>59</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>60</sup> idem

<sup>61</sup> idem

<sup>62</sup> idem

as estruturas socioeconômicas da região.<sup>63</sup>

Ou seja, a miséria continuou, assim como o desnível regional, apesar da ligeira melhora na década de 70. Também persistiu a idéia do subdesenvolvimento com a industrialização da mesma maneira que se perpetuava antes da vinda dos incentivos fiscais.

Então, quando vamos repensar a Sudene, acho que o primeiro ponto que devemos tomar muito cuidado é não querer limitá-la numa nova agência de incentivos fiscais. Os incentivos fiscais podem ser usados como instrumentos de desenvolvimento, mas é só sua ação, a sua intervenção é limitada. Não adianta achar que o incentivo fiscal é a panacéia para resolver os problemas de desenvolvimento regional, porque não resolve, e a nossa política histórica mostra isto: a Sudene, nas décadas de 70 e 80, o que fez foi simplesmente dar incentivos fiscais. Não teve nem um planejamento, nem uma alteração de estruturas sociais.<sup>64</sup>

Na visão dele, o foco da nova Sudene tem que ser o planejamento e a prevenção para evitar o desperdício de recursos que são escassos.

Na oportunidade, defendeu que não se pode sofrer discriminação pelo fato de estar numa região mais pobre ou mais rica perante os serviços públicos.

Todos têm direito ao mínimo existencial, o mínimo de serviços públicos básicos, que garantam as condições mínimas de vida. Ninguém está pedindo nenhuma extravagância. Está pedindo o quê? Escola decente, uma política de saúde decente, uma política de habitação, de saneamento básico, política de água, de utilização dos recursos naturais relativamente que se proponha não só à redistribuição de renda, mas também à própria idéia de inclusão social.<sup>65</sup>

Constatou que, em termos institucionais, a cooperação entre Estados, Municípios e União pode ser travada no âmbito do Conselho Deliberativo, como funcionou muito bem em 1959 e em 1964.

Vejo que não há grandes problemas em se restaurar essa experiência, obviamente com novos fundamentos, como a inclusão. Como é que fica a Sudene em relação aos demais órgãos federais que atuam na região? E aí surge um problema: pode haver uma disputa de espaços ou de competências desses órgãos. A Sudene antiga era ligada diretamente a Presidência da República no seu início, e o Celso Furtado, na verdade, era uma espécie de Ministro. E desse status hierárquico superior, ele conseguia ainda tentar coordenar os demais órgãos federais no Nordeste. Isso acabou com o Regime Militar em que a Sudene foi colocada num mesmo nível hierárquico que as demais autarquias: o Banco do Nordeste do Brasil, o DNOCS, o Instituto do Açúcar e do Alcool – e aí começaram a haver alguns problemas frente a esses órgãos. Qual seria a saída? A Constituição tem uma saída, que até foi incluída no texto Constitucional de 1988, até por influência do Professor Paulo Bonavides.<sup>66</sup>

Destacou o Art. 43 da Constituição que trata da região e que, segundo ele, foi esquecido.

Ninguém nunca mencionou esse Artigo, ninguém nunca se preocupou em concretizá-lo. Esse Artigo trata da idéia de coordenação das políticas federais em determinada região geoeconômica. Se a Sudene for criada com base no Art. 43 da Constituição, ela passa a ter a competência Constitucional de coordenar esses órgãos; passa a ter poder, não só vontade política, mas passa a ter a competência Constitucional de atuar em conjunto, de coordenar os demais órgãos do nível federal dentro de uma política de desenvolvimento regional, voltada especificamente para o Nordeste.<sup>67</sup>

Ressaltou que subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual os países desenvolvidos tiveram que passar. Lembrou que Celso Furtado já havia dito que subdesenvolvimento é fenômeno histórico característico dos países periféricos como o nosso.

<sup>63</sup>Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>64</sup> idem

<sup>65</sup> idem

<sup>66</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Porque a Constituição, no seu texto, continuou ele, vai desenvolver uma série de diretrizes para políticas públicas que possam, efetivamente, contribuir para vencer o desafio de uma política regional de desenvolvimento, “a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para todo o Brasil.”

O segundo expositor da tarde foi o professor Martônio Mont’Alverne, que falou sobre o tema Federalismo e o Papel da Sudene. Observou, de início, que sempre somos acostumados a ter a idéia de que a construção de um Federalismo ou a prática de um Federalismo não tem nada de genuíno, “ou seja, ela seria um mero produto de uma adaptação do modelo norte-americano de Federalismo que chegou ao Brasil a partir da República em 1891.”<sup>68</sup>

Ressaltou que nós sempre temos uma avaliação muito crítica e desfavorável ao próprio país, reconhecendo que em alguns casos isso é extremamente positivo.

O debate sobre Federalismo no Brasil não é um debate eminentemente produto de uma herança da reflexão do modelo americano ou dos Estados Unidos da América de Federalismo. Já no Século XIX, aqui, no Brasil se travava este debate, principalmente por meio de duas figuras do período imperial – o Visconde de Uruguai – título de nobreza de Paulino José Soares de Souza, e Aureliano Cândido Tavares Bastos, que é um jornalista de Alagoas. Ambos escreveram obras e ambos debateram sobre o tema: de um lado, um defendendo a centralização monárquica como alternativa para a garantia da territorialidade e desenvolvimento do Brasil; de outro lado, Tavares Bastos, como ficou conhecido, defendendo a possibilidade da formação de um pacto federativo a partir de uma participação monárquica, o que, por exemplo, era completamente, na verdade, inusitado, tendo em vista que o modelo Federativo que existia não incluía esta formação de uma monarquia institucional.<sup>69</sup>

Afirmou que a diferença regional do Brasil, principalmente a diferença entre o processo de ocupação a ser feito na Amazônia, no Nordeste e no Centro-Oeste, na região que garante acesso ao Brasil, a Bacia do Rio Prata, já foram objetos de discussão mesmo no Século XIX, antes do Brasil ganhar a forma de República Federativa.

Num primeiro momento, acrescentou, é fundamental que, compatível com a ordem que temos, a nova perspectiva da Sudene não se dê somente sob uma meta, sob um parâmetro do ponto de vista econômico desenvolvimentista.

É fundamental que, para a manutenção do Federalismo e a manutenção do Brasil na sua integridade federal e disposição e utilização das competências e das possibilidades, essa meta de desenvolvimento se caracterize pelo aspecto não somente econômico, mas também pelo aspecto social, ou seja, recriar a Sudene não significa recriar apenas uma nova política de incentivos fiscais, uma nova política de planejamento econômico, uma nova política de planejamento industrial, mas que necessariamente esse planejamento terá que estar submetido a estratégias de desenvolvimento do ponto de vista social e do ponto de vista de ser via de acesso a serviços públicos mínimos que garantam a existência do Poder Federativo, como o Professor Gilberto Bercovici bem mencionou. Esse aspecto diferenciador é que me parece que se pode pontuar como um certo rompimento na tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Esse rompimento que pode acontecer precisa, evidentemente, de um contexto político diferenciado.<sup>70</sup>

Para o professor, a perspectiva dá uma certa credencial política para que essa nova visão desenvolvimentista do papel da Sudene seja implementada. No entanto, chamou atenção para evitarmos a ingenuidade de acreditar que somente a tecnocracia virá resolver o problema.

Lembrou que a constituição tem que estar sempre adiante da própria sociedade, senão pouco adiantaria termos o rol de direitos e garantias individuais que temos na Constituição Federal.

Portanto, a Constituição funciona como uma advertência a todos nós, uma advertência àqueles que são do Estado brasileiro, àqueles que são da sociedade brasileira. É uma advertência da tarefa que ainda está por se realizar. Quando observamos a estrutura da Federação brasileira, a única no mundo a incluir o Município, portanto o poder local, como uma estrutura no mesmo nível que a União Federal e o Estado, ou seja, sem hierarquização entre os dois, mas apenas com competências distintas, percebemos a possibilidade desse renascimento de uma agência de desenvolvimento, tendo como critério um contexto político diferenciado. Nesse movimento da política, é impossível uma afirmação peremptória, mas pode-se caminhar para uma direção de uma implementação Constitucional que

<sup>67</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>68</sup> idem

<sup>69</sup> idem

<sup>70</sup> idem



significa, em última análise, a consolidação de um processo de democracia no Brasil.<sup>71</sup>

O professor José Filomeno de Moraes também se declarou esperançoso depois de ter acompanhado debates sobre o estudo federativo. Na ocasião, citou o livro *Os barões da Federação, Os governadores e a Redemocratização brasileira* do professor Fernando Abrúcio, e o livro da Professora Marta Rech, gaúcha, *Estado Federativo e Políticas Sociais Determinantes à Descentralização*. “Esses três trabalhos são, por conseguinte, altamente demonstrativos no vigor com que os estudos federativos têm sido colocados no Brasil mais recentemente.”<sup>72</sup> Também fez menção à Constituição Federal de 1988.

Em primeiro lugar, a Constituição elegeu como objetivo, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, erradicar a pobreza, a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Conforme já destacou o Professor Bercovici, a Constituição traçou, no seu Art. 43, alguns delineamentos muito importantes para o encaminhamento da problemática regional brasileira. Assim é que no Art. 43 estabelece que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Por sua vez, o § 1º estabelece que Lei Complementar disporá sobre: I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da Lei, os planos regionais integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.<sup>73</sup>

Aproveitou para lançar críticas aos que tornam a Constituição irreal, ou seja, uma Carta que só apresenta direitos e não estabelece deveres, “como se pudessem estabelecer direitos sem estabelecer concomitantes deveres e outras coisas mais.”<sup>79</sup> Ele se dirigia, sobretudo, aos que pretendem modificar a Constituição sob as mais variadas formas.

Na verdade, o que precisamos é impor medida no Brasil para tornar efetiva a Constituição, quer pela integração das normas, como a exigência que a Constituição tem em relação a esta Lei Complementar; quer efetivando esta Constituição através do seu cumprimento; quer criando uma jurisprudência construtiva, o que temos feito pouco nesses 15 anos em que se estabeleceu um documento tão importante é a falta do seu cumprimento. De modo que, hoje, quando se restabelece em bom tempo, e antes tarde do que nunca, a discussão da problemática regional, novamente, tem os instrumentos constitucionais apenas a serem aplicados. Não precisamos de maiores reformulações constitucionais, de exigências de quórum altíssimo, elevadíssimo, etc.<sup>74</sup>

Ele lembrou que nas décadas de 80 e 90 assistimos o internacionalismo desfigurar o papel do Estado nacional.

Na verdade, só poderemos construir uma sociedade com graus aceitáveis de equidade social, uma sociedade com graus de desenvolvimento econômico minimamente adequado e uma sociedade com graus de uma democracia política razoavelmente necessária, se enfrentarmos esta questão da problemática regional com denodo, com responsabilidade e, sobretudo, com a consciência das grandes dificuldades.<sup>75</sup>

O Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Ceará, Torres de Melo, citou artigo do professor Guimarães no qual aponta a ausência de apoio da população nas ações do governo. E dizia o Professor Guimarães Duque nesse artigo:

Observo que, nos últimos cinqüenta anos, as generalizadas obras de engenharia e de estrada, açudes, canais de irrigação, introduzidas no ambiente de sertanejos, trouxeram mais profundas e arbitrárias modificações, exibindo, porém, o meio físico mais desastrado. Em síntese, o povo não cooperou com o Governo, quer na execução ordenada das obras, quer quanto ao seu aproveitamento. Largo tempo (e aí é que o importante se unir) foi perdido na demonstração de uma técnica sem humanismo na

<sup>71</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> idem

<sup>74</sup> Idem

<sup>75</sup> Idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

implantação de princípios científicos que, embora verdadeiros, mantiveram a todos conceitos sociais mais simples, mais humanos e mais altruísticos.<sup>76</sup>

Destacou também a participação do professor Francisco Alves, no mesmo artigo, no qual exaltava os poderes concedidos à Sudene e que permitiram atacar os problemas da região. No entanto, a subordinação ao Ministério do Interior fez com que fosse enfraquecida. Torres de Melo questionou a respeito das condições atuais para a recriação da Sudene.

Informou que a Sudene, antes mesmo do Regime Militar, já havia sido desvirtuada na sua função precípua de planejamento, “quando criou uma infinidade de companhias mistas para furar poço, para fazer estudos no Vale do Jaguaribe. Foram mais de dez empresas que a Sudene passou a gerir diretamente, esquecendo a capacidade dos Estados de realizar esses estudos e de gerir essas companhias”.<sup>77</sup>

Ao final, ele disse esperar que as mudanças anunciadas não ficassem só na intenção dos congressistas e se auto-denominou como um poço de dúvidas.

A presidente do Inesp, Gina Pompeu, acrescentou que o direito constitucional só tem o seu vigor se puder realmente ser prático e se for eletivo. “Lei existe, a Constituição, no meu ponto de vista, é impecável. O que falta é justamente posicionamentos, conferências e interesses de como fazer a Sudene funcionar bem dentro do federalismo brasileiro”.

Naquele momento, o mestre de cerimônias, Gamaliel Noronha, leu correspondência enviada pelo deputado federal, Eunício Oliveira, louvando a iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de discutir a recriação da Sudene.

Ato contínuo, Gina Pompeu, passou a palavra ao deputado Nelson Martins. O parlamentar, abordando o aspecto jurídico, quis saber se era possível fazer alguma inferência jurídica legal à questão dos recursos destinados à região Nordeste. Argumentou que sempre quando se discute as desigualdades regionais, é flagrante a tendência a levar em consideração o número da população no momento de dividir os recursos públicos, ou seja, diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda.

Lembrou que o Ceará viveu um forte investimento na questão da política industrial.

Claro que, em certo momento, acabou favorecendo o Estado, mas, no médio e no longo prazo, outros Estados, outras regiões passarão também a fazer o mesmo, e acaba-se anulando o efeito social disso tudo, e o que se faz, na verdade, é, na prática, transferir dinheiro público. É uma verdadeira festa.<sup>78</sup>

Nelson Martins citou, por exemplo, que no período de 1990 a 2002, o Estado recebeu R\$ 2,2 bilhões.

Quando discutimos com relação ao Estado, tudo bem, pode até ter algum resultado em termo de retorno, de benefício, mas, quando discutimos isso em termo de País- e estamos aqui discutimos o País- acaba-se transformando numa transferência de recurso público para o setor privado. Eu gostaria de saber a opinião com relação a esses dois aspectos: primeiro, a distribuição dos recursos com base na população e na renda e essa outra questão dos incentivos fiscais, se isso não pode acabar transformando-se simplesmente numa transferência de recursos públicos para o setor privado.<sup>79</sup>

O deputado Zemaria Pimenta recordou o nascimento da Sudene quando o foco era o setor agropecuário e uma das primeiras ações do órgão foi tentar universalizar o plantio da palma forrageira no Interior do Estado. Na ocasião, quis saber se é possível diminuir as desigualdades regionais.

O vereador Paulo Mindello lembrou que a idealização da Sudene teve como modelo uma experiência na Itália, que viveu um desequilíbrio regional. Ele disse acreditar numa graduação de incentivos fiscais de acordo com o IDH.

a nossa pergunta é mais nesse sentido: a participação acionária. Vejo, com muita alegria, a lembrança do nome do grande Guimarães Duque que defendia, evidentemente, o fechamento de todos os boqueirões, a perenização dos rios, a transposição de bacias, mas mostrava que ainda restaria no semi-árido nordestino uma grande área seca e para isso ele defendia, justamente, a agricultura seca, ou seja, aquelas leguminosas e outro tipo de vegetação que pudessem, de fato, adaptar-se ao semi-árido nordestino.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>77</sup> idem

<sup>78</sup> idem

<sup>79</sup> idem

Para o professor Zamenhof de Oliveira, uma das grandes omissões da Sudene era a falta de comunicação para divulgar os seus investimentos e obras. Devido a isso, muitos chegam a pensar que o órgão era apenas incentivos fiscais.

O professor da Uece, Aldemir Lima de Oliveira, quis saber quais os instrumentos legais para se recriar a Sudene, extinta através de Medida Provisória. Na avaliação dele, a recriação da Sudene, por meio de votação na Câmara Federal, e acima de tudo ter que recuperar o patrimônio da Sudene, que foi abandonado, vai atrasar o projeto de implantação.

O representante da ONG Caju, José Trajano, defendeu o retorno da Sudene, argumentando a necessidade de garantir a cajucultura, que ele considera um das maiores riquezas do Ceará.

Ele sugeriu que se falasse a respeito do que chamou desprestígio da Sudene em relação aos políticos e às elites do nordeste.

Em resposta aos questionamentos, o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), José Torres de Melo, retificou afirmação do deputado Zemaria Pimenta, informando que a Sudene não nasceu visando à agricultura, pelo contrário, à época, os incentivos iam mais para indústria.

A agricultura, na realidade, foi incluída realmente pensando no aproveitamento das Bacias Hidrográficas. Foi contratado aquele grupo de franceses para o estudo específico do Vale do Jaguaribe e outro grupo para outros vales da região. Mas o principal escopo era a industrialização e uma visão de que a seca era apenas um fenômeno passageiro e que o problema deveria ser tratado de uma forma mais genérica, melhorando o desempenho econômico da região. Essa era a visão e não a agricultura. Somente agora é que a agricultura começou a ter essa expressão. Até a Rede Globo reconheceu, quando a agricultura passou a ser realmente responsável pelos superávits da balança comercial brasileira, quando ela se modernizou, tecnificou-se e atingiu aquele estágio de competitividade em que hoje nos encontramos, e se reconhece que o Brasil tem que voltar às origens de uma agricultura que fez a industrialização e agora de uma agricultura que vai permitir a nova reabilitação da economia brasileira. Essa é a minha visão.<sup>81</sup>

Avaliou que o desprestígio da Superintendência aconteceu em função de circunstâncias históricas.

No momento em que foi criada a Telebrás, não tinha como a Sudene continuar planejando a telefonia no Ceará e no Nordeste. Depois que foi criada a Eletrobrás, o Departamento de Energia da Sudene acabou-se. Então foi criado o Banco Nacional de Habitação, e a Sudene foi perdendo a sua razão de ser. E ficou adstrita ao problema dos incentivos fiscais, porque os monstros do Governo Federal substituíram aquela função de planejamento que ela possuía. Daí o desprestígio. Esse foi o mesmo fenômeno que aconteceu com o DNOCS e com muitos órgãos criados, de repente, perderam a alma. Depois que o órgão perde a alma, perde a razão de ser, fica feito zumbi rodando pelo mundo atrás de um novo corpo.<sup>82</sup>

Para o professor José Filomeno de Moraes um dos problemas da política brasileira é a falta de foco. “Não podemos focar na indústria, esquecendo a agricultura; ou focar na agricultura, esquecendo o social e assim por diante. Essa é uma questão que hoje retorna, e é sempre bom ressaltar que a observação da história é um grande mecanismo para que não se repitam os erros.”<sup>83</sup>

Na opinião dele, é preciso criar uma consciência política para superar os obstáculos que têm sido responsáveis pelo atraso no desenvolvimento regional. O professor Martônio Mont’Alverne, por sua vez, reclamou do papel da elite nordestina.

A elite nordestina que mais reclamava da necessidade de um tratamento diferenciado, que falava da sua discriminação do ponto de vista político do Governo Central era a mesma elite que votava de acordo com os interesses do Centro-Sul industrializado. Ou seja, esse discurso da elite nordestina era muito mais para legitimar a sua condição de elite predatória do que propriamente de uma elite favorável ao desenvolvimento.<sup>84</sup>

O deputado Chico Lopes interveio ratificando declarações do presidente da Faec, Torres de Melo, quando falou sobre a tendência da Sudene em atender o setor industrial.

Na oportunidade, defendeu proposta de recriação da Sudene, argumentando que o projeto tem um caráter de crescimento e vai aproveitar as questões importantes da antiga Sudene, “acrescentando, dentro de uma nova realidade, de

<sup>80</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>81</sup> idem

<sup>82</sup> idem

<sup>83</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

um novo Governo, que tem um apelo muito forte da sociedade, que não podemos cometer os mesmos erros. Podemos cometer até outros, mas não aquele da concentração brutal de meia dúzia das elites desta terra”.<sup>85</sup>

Em seguida, o deputado anunciou novo painel do seminário para discutir Proposta de Financiamento e Políticas Inclinentes para o Desenvolvimento do Nordeste, tema a ser desenvolvido pelo superintendente do Escritório Técnico e Econômico do Nordeste, José Sydrião Alencar Júnior e pelo diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, Marcos Holanda, e como debatedores o secretário do Desenvolvimento Local e Regional Alex Araújo; o secretário do Desenvolvimento Econômico, Régis Dias; representante da Federação da Indústria do Estado do Ceará, Firmo de Castro; do presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado, Antônio Soares Guimarães; e o superintendente de apoio à microempresa, Sérgio de Souza Alcântara.

O economista José Sydrião Alencar abordou a questão do financiamento para o desenvolvimento do Nordeste dentro do novo contexto de recriação da Sudene. Disse ter presenciado debates que culminaram com a extinção do órgão, mas que não houve nenhum clamor regional com relação a isso.

Relembrou que a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, segue a mesma proposta de concepção do BNDES e da Petrobrás. Não obstante, o BNDES foi formatado para trabalhar com grandes negócios, grandes empreendimentos na área de infra-estrutura, enquanto que o BNB foi criado dentro de uma formatação, onde havia uma área de desenvolvimento e uma área comercial.

Também, na época, já se constatava uma fuga de capitais da região Nordeste para o Centro-Sul, via instituições financeiras. Então, você tem todo o último arcabouço. Hoje, ainda se constata uma saída de recursos do Nordeste, via instituições financeiras privadas, e o não-atendimento em relação ao Interior nordestino, em especial o semi-árido nordestino da bancada privada.<sup>86</sup>

Na sua análise, a extinção da Sudene somada à falta de direcionamento provocou danos ao BNB. A recriação da Sudene vai permitir que o banco volte a ser um instrumento financeiro dentro das diretrizes regionais. Ou seja, não podemos ter hoje a mesma política para as demais regionais. Tem que ser diferenciada em função dos subespaços regionais.

Temos um subespaço regional, que preocupa muito, que é exatamente o semi-árido nordestino. Isso é uma questão importante de colocar: a questão do semi-árido nordestino é uma questão de extrema preocupação. Toda discussão deve-se fazer dentro desse novo contexto regional. É exatamente aquele espaço onde você tem hoje uma grande degradação ambiental, onde você tem os maiores níveis de pobreza. É exatamente o espaço sub-regional que se recente mais de uma política regional diferenciada. Esse espaço sub-regional é exatamente onde tem o maior peso dentro do estado do Ceará no semi-árido.<sup>87</sup>

Outra preocupação do banco, continuou, é a questão do desenvolvimento local e sustentável. Várias políticas do banco estão sendo reorientadas em função dessa proposta. “Vou colocar outra preocupação: esta política toca muito de perto a questão do semi-árido. O Semi-árido é exatamente esta região onde se resente mais nessa questão da organização, modernização e ampliação da estrutura produtiva regional, cadeias e arranjos produtivos estratégicos”.<sup>88</sup>

Quanto à questão de cadeias e arranjos produtivos, Sydrião Alencar informou que o BNB vai fazer parceria com o Sebrae. Outra fonte de recurso seria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, a ser gerenciado a partir da Reforma Tributária.

Os fundos setoriais para a área de ciência e tecnologia já existem e é uma coisa importante a colocar, porque 30% desses fundos são destinados ao Nordeste, mas, em média, apenas em torno de 15 a 18% desses recursos ficam no Nordeste, eles retornam para a aplicação em outras regiões. Isso é uma questão importante porque são recursos que já estão delimitados do ponto de vista legal. Existem, em torno, hoje, de mais de dez fundos setoriais nessa área de ciência e tecnologia. Também há uma idéia de formatar um fundo de incentivo à capacitação. Temos vários recursos para a área de capacitação na área de populações menos assistidas. Também temos repasses de organismos multilaterais e nacionais. Muitos desses recursos aí já existem. A partir da recriação da Sudene, entendemos que se pode delinear, organizar, sistematizar

<sup>84</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>85</sup> idem

<sup>86</sup> idem

<sup>87</sup> idem

<sup>88</sup> idem

a aplicação desses recursos.<sup>89</sup>

Um segundo segmento seriam os fundos de financiamento destinados a cadeias e arranjos produtivos prioritários na região. Ele considerou que a partir dos estudos de mapeamento com universidades, Sebrae, BNB, mais a recriação da Sudene, poderá ser priorizada a aplicação dos recursos para o FNE, o repasse de agências nacionais (BNDES, Banco do Brasil, Caixa) e multilaterais (BID, BIRD e AIC). Um terceiro segmento seriam os Fundos de Apoio à Iniciativa de Desenvolvimento Local.

Além dos programas citados tem também o FNE, repasse de agências nacionais, multilaterais, os programas Fome Zero e o de Apoio ao Desenvolvimento Local, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), Reforma Agrária e capacitação.

É importante colocar que todos esses programas (por isso a importância da recriação da Sudene) têm que ser adequados dentro daquela sistemática anterior. Temos o CredAmigo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), a parte de pólos de desenvolvimento, agente de desenvolvimento, Programa de Financiamento à Infra-estrutura de Estados e Municípios. Quer dizer, todos esses programas necessitam deste foco, desta sistematização.<sup>90</sup>

De acordo com ele, o BNB está discutindo melhores alternativas para o CredAmigo, considerando que a área de microfinanças é hoje o maior nível de polêmica no País. A discussão está entre a questão de banco de primeira linha ou banco de segunda linha, como avaliar o impacto desses programas de microfinanças na superação da pobreza.

O CredAmigo oferece linha de créditos de R\$200 a R\$1 mil e se pensa em atingir um público de financiamento de R\$ 50 e de R\$ 60.

Finalizando, disse que as diretrizes da nova administração em relação às políticas de financiamento são a agricultura familiar, a economia solidária, que deve ser inserida no próximo ano; o financiamento à infra-estrutura dos Municípios, que é uma idéia de retomar o financiamento, dentro dessa pesquisa que talvez sejam os entes que têm maior condição de financiamento e de investimento; as parcerias com entidades do terceiro setor – Estados, Municípios, Sebrae, instituições representativas, empresários, trabalhadores; o financiamento prioritário em áreas e setores as quais a sociedade civil esteja organizada.

O diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, Marcos Holanda, resumiu que as propostas de financiamento da nova Sudene incluem o FNE, o Fundo de Externalidade, direcionado para investimentos em infra-estrutura, tanto estrutura física como humana; e o fundo de investimentos mais direcionados a empresas de bases tecnológicas de médio e de grande porte.

O Ministro, hoje de manhã, falou que existe uma proposta do fundo da Sudene girar em torno de R\$ 1,9 bilhão, que acho que seria razoável. Nós lá no IPEA fizemos alguns cálculos de recursos necessários e chegamos ao valor de R\$ 2,5 bilhões, como sendo um volume de recurso que seria capaz de reduzir o desequilíbrio de renda per capita que existe entre o Nordeste e o Sudeste ao longo de dez anos. Mas o importante é que tenha realmente, nessa nova Sudene, a fixação de recursos dessa ordem. Acho que R\$2 bilhões seriam o mínimo necessário para começar financiamento nesse processo de investimento. É importante que, na proposta da nova Sudene, fique resguardado a oferta de incentivo fiscal para as empresas que se instalarem no Nordeste, a partir da isenção do Imposto de Renda da pessoa jurídica.<sup>91</sup>

A outra proposta, que considerou importante, é a inclusão social como objetivo forte a ser perseguido pela Sudene. Na oportunidade, referiu-se à experiência realizada no Ceará, o Regime de Metas Sociais para os Municípios, iniciativa pioneira no país na área social, sugerindo a reprodução ou ampliação de programas do Governo do Estado do Ceará.

Em seguida, deu início ao debate, passando a palavra ao secretário de Desenvolvimento Local e Regional, Alex Araújo, que por sua vez, concordou com o comentário feito anteriormente por Sydrião Alencar, da apatia com relação à extinção da Sudene.

Quer dizer, a Sudene foi extinta e praticamente não deixou viúvas que chorassem por ela. Esse talvez seja um dos pontos mais importantes, e o que vemos hoje aqui na Assembléia é uma discussão importante

<sup>89</sup>Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>90</sup> idem

nesse sentido, que é o aprofundamento dessa discussão sobre a identidade regional. Esse é um fator essencial, que muitas vezes é pouco colocado nas estratégias gerais. Quer dizer, é preciso que os Estados tomem as rédeas sobre a questão do desenvolvimento regional, e eles mesmos, a partir dessa integração, clamem por novas políticas de desenvolvimento regional. A questão da desigualdade regional, que justificou a criação da Sudene, existe e se mostra em diversos elementos. O Deputado Chico Lopes, no encerramento da mesa anterior, comentava que ainda estamos muito vendo o lado econômico, mas tem uma faceta nisso que é social. A questão sobre financiamento, tenho certeza de que se centrará como um dos papéis da Sudene. É importante quanto a essa questão que é mais institucional, da identidade regional dos Estados, o financiamento à infra-estrutura social.<sup>92</sup>

Para o secretário, a desigualdade que existe no Brasil, o Nordeste sendo um dos pontos muito relevantes nessa questão, mostra-se na educação. Aqui temos um dos maiores índices de analfabetismo, o menor nível de escolaridade e isso se revela na saúde. Temos a menor expectativa de vida no Brasil e a mais elevada taxa de mortalidade infantil. A menor renda média nacional e o menor índice per capita.

Por conta da desigualdade persistente, o secretário Alex Araújo considerou importante incluirmos elementos que ajudem a financiar o desenvolvimento institucional de Estados e Municípios.

O Alencar colocou essa questão da capacidade de investimento, que em virtude do grau de endividamento, hoje, existente numa determinada margem de manobra que exista, é muito mais presente nos Municípios e menos nos Estados e muito menos no Governo Federal. Isso é verdade em parte. No caso do Ceará, por exemplo, dos 184 Municípios, talvez 20 ou 30 têm alguma capacidade de endividamento. Temos que lembrar que a malha urbana do Nordeste ainda é formada, na grande maioria, por pequenos Municípios que nem sequer as funções básicas de cidade são bem desenvolvidas. Temos muitos Municípios com menos de 30 mil habitantes. A grande maioria dos Municípios nordestinos não cobra, sequer IPTU e ISS, isso reduz muito qualquer autonomia que o governo municipal possa ter para alavancar recursos. É importante que consigamos vencer isso. É importante que, na estratégia de centralização, cada vez mais, a autonomia pelas políticas sociais vá direcionada aos Municípios, mas isso tem que ser casado com o fortalecimento institucional dessas questões.<sup>93</sup>

Alex Araújo destacou a discussão, hoje, ainda muito concentrada nas questões dos recursos e fundos para financiamento, apesar de, na prática, ainda termos uma série de problemas.

Disse que muitas vezes se consegue financiar até determinada parte e falta recurso para capital de giro e para outro tipo de expansão. Além disso, o ambiente macroeconômico é adverso para o investimento. Se não fosse a situação gerada por uma década de pouco crescimento econômico, teríamos ainda a guerra fiscal muito acirrada, principalmente nos estados do Nordeste.

O segundo debatedor, o secretário Estadual do Desenvolvimento Econômico, Régis Dias, defendeu a mudança do financiamento na produção. Na opinião dele, os anúncios de liberação de verba estampados na mídia não chegam às micro e pequenas empresas. Ou seja, o microempresário não tem acesso aos recursos. Na ocasião, reclamou da competição com estrangeiros, excluindo os pequenos empresários do investimento.

Os portugueses vêm com o capital da União Européia com 40 anos para pagar, oito anos de carência e 4% de juros ao ano. O brasileiro que vai montar a pousadinha, para começar só pelo Turismo, tem oito anos para pagar, três anos de carência e vinte e tantos por cento de juros. Não tem globalização, não tem produção, não tem empreendedorismo que se segure. Louvo e parabenizo a iniciativa do Banco do Nordeste do Brasil. Realmente, o Dr. Roberto Smith procurou todos os Governadores, pediu para que o Estado levantasse quais são os empreendimentos, mas precisa mudar no País essa questão do financiamento! Os microempresários, quando sai notícia, vão lá, ou no Sebrae, ou no Governo, ou no IDT, atrás de recurso, e não tem recurso! Esbarra sempre na garantia, na contrapartida. Isso precisa ser revisto, precisa haver radicalmente uma mudança! Não dá mais! Ninguém agüenta isso, não! Precisamos tomar uma atitude forte!<sup>94</sup>

Na avaliação do secretário, tem que haver tratamento diferenciado e a questão da Sudene passa fundamentalmente por isso. Os Estados têm que dar incentivo fiscal, porque não temos poupança. Ressaltou que o que está sendo solicitado da

<sup>91</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>92</sup> idem

<sup>93</sup> idem



Sudene e do Governo Federal, é semelhante ao que está sendo desenvolvido no Ceará.

Parabenizou o Banco do Nordeste do Brasil ao mesmo tempo em que conclamava as outras instituições bancárias a fazerem o mesmo

porque não adianta nada a boa vontade do banco, se não existe uma política econômica nacional que oriente nesse sentido. Também não se pode tratar o microempresário como um grande empresário. Precisa ter patamar diferente. Precisa entender que isso é questão de desenvolvimento nacional. É questão até de segurança nacional.<sup>95</sup>

Finalizou dizendo que é preciso perseguir o desenvolvimento econômico com inclusão social, considerando que a grande exclusão é o financiamento da capital.

O terceiro debatedor, o empresário Firmo de Castro, disse que fazer desenvolvimento regional no Brasil como se pretende com a recriação da Sudene, nos coloca na contramão da agenda nacional em pelo menos 30 anos.

Tenho dito isto com uma certa frequência e muitas vezes nem sou muito entendido: o espaço regional brasileiro, não constituindo espaço que detém poder político formal, na medida em que a nossa organização política compreende União, Estados e Municípios e a administração nacional pública como um todo passou a ser afetada muito fortemente pelos parâmetros e paradigmas da globalização, cada vez mais se falar em desenvolvimento regional, mesmo que seja no Nordeste, que é uma região mais reconhecidamente deprimida, significa falar em desenvolvimento que deve ocorrer num espaço que não detém poder político expresso, por conseguinte espaço que deve ser premiado por esse Poder político para que ele possa, certamente, reivindicar programas, projetos, políticas, recursos. E só pode acontecer se houver delegação do Poder Federal – da União – e agregação de Poder dos Estados e Municípios, afora a agregação de poder da sociedade não-estatal. Isso é fundamental.<sup>96</sup>

De acordo com o empresário, para garantir o êxito de qualquer política, qualquer órgão como a Sudene, é necessário o respaldo dessa matriz político-institucional. “A história recente mostra que, ao contrário, o que tem acontecido é um movimento perverso no sentido de você subtrair poder político que a região, por acaso, historicamente, acumulou e que perdeu completamente.”<sup>97</sup>

O coordenador do Sebrae, Sérgio Alcântara, declarou que quando falamos de pequenos negócios no Brasil somos os verdadeiros estelionatários dos pequenos. Argumentou que o Brasil nunca teve uma política fundamental nos pequenos negócios.

De acordo com ele, todas as vezes em que o país está em crise, como outros países também, o recurso é o de sempre, ou seja, da retórica demagógica.

Para vocês terem uma idéia do tamanho dessa retórica, hoje, no Brasil, 99% dos empreendimentos são micro e pequenas empresas. Esses 99% representam, em média, 60% da população economicamente ativa, e representam 49% da produção quantitativa do País. Entretanto, esses macronúmeros representam apenas 20% do PIB nacional, o que significa que somos realmente os campeões da crueldade com esse povo. [...] Os números no Estado do Ceará não fogem muito a isso, incluindo as empresas formais, que são cerca de 4,5 mil. No Brasil, temos dez milhões de empresas informais, levando em consideração que 100% das empresas informais devem ser pequenas, porque acho que não faz muito sentido uma grande empresa ser informal, então, iríamos elevar esse número de 98% para 99.99% uma dízima periódica simples.<sup>98</sup>

Disse que, apesar do presidente Luis Inácio Lula da Silva ser sensível à questão, o governo federal cometeu um grave engano por não incluir representante dos pequenos empresários no Conselho de Desenvolvimento. Informou que aqui no Ceará, o Sebrae já está tentando fazer com que o País consiga começar a colocar linhas de créditos pré-determinadas para os arranjos produtivos.

O deputado Zemaria Pimenta afirmou que as desigualdades são flagrantes no Ceará, onde 60% dos impostos arrecadados ficam em apenas seis cidades, enquanto as demais têm que se contentar em

<sup>94</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

<sup>95</sup> idem

<sup>96</sup> idem

<sup>97</sup> idem



dividir os 40% restantes. Ele se mostrou pessimista com relação ao combate efetivo às desigualdades, quer sejam intermunicipais ou inter-regionais.

Já o Deputado Nelson Martins quis saber quais mecanismos deveriam ser criados para fazer com que o setor privado tenha uma participação maior nisso, uma responsabilidade social maior no processo do desenvolvimento. Ele argumentou que o debate sempre tem por base o poder público.

A outra questão diz respeito à guerra fiscal, que na sua avaliação depois da Reforma Tributária, haverá uma unificação das alíquotas do ICMS, por exemplo, contribuindo para a redução da guerra fiscal. Questiona se isto não seria mais uma transferência de recursos públicos para o setor privado.

A deputada Íris Tavares falou da sua preocupação com desperdício de verbas em obras embargadas, citando como exemplo o caso da empresa Incopesa, em Juazeiro do Norte. Segundo a parlamentar, a empresa, que faz parte do consórcio de empresários do Cariri, teve suas obras paralisadas pela denúncia de desvio de recursos.

A proposta básica da recriação da Sudene se fundamenta na inclusão social, corrigindo as disparidades e desigualdades regionais. O subdesenvolvimento da região Nordeste é fruto de um processo de acumulação capitalista, que precisa ser modificado com ações enérgicas para combater a heterogeneidade social.

As desigualdades inter-regionais no Ceará também precisam ser combatidas com uma distribuição na arrecadação de impostos. É preciso mudar o sistema de financiamento de produção de capital, permitindo que os pequenos empresários possam competir com os estrangeiros que têm poupança garantida.

A Sudene tem um longo histórico de luta contra a seca na região Nordeste, que remonta à sua própria fundação, em 1959.

A partir das grandes secas de 1952 e 1958, o Governo Federal decidiu criar uma instituição capaz de coordenar as ações globais para o desenvolvimento da região, destacando o enfoque de puro combate à seca.

Assim, a criação da Sudene visa à coordenação das ações do Governo Federal com os objetivos de implementar a industrialização na região e resolver os problemas agrícolas no Nordeste, agravados pela ocorrência de secas.

---

<sup>98</sup> Ata do seminário sobre a reestruturação da Sudene da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de junho de 2003

## CEARÁ 400 ANOS

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Dep. Domingos Filho (PMDB)

Palestrantes convidados: Cláudia Leitão<sup>1</sup>, Kelly Whitehurts<sup>2</sup>, Prof. Geraldo Nobre<sup>3</sup>

Data: 07/08/2003

Às vésperas das comemorações dos 400 anos de criação do Estado do Ceará, a Assembléia Legislativa, considerando a importância do momento, deu início ao debate para compilar sugestões, junto aos diversos segmentos da sociedade, sobre a organização da programação que deverá marcar a passagem de tão significativa data. Convém destacar que se trata de uma iniciativa dos Deputados Domingos Filho, Segundo-Vice Presidente desta Casa e Artur Bruno, Presidente da Comissão de Educação Cultural e Desporto e que recebeu a aprovação unânime do Plenário do Poder Legislativo. A coordenação dos trabalhos foi realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), órgão de assessoria técnica da Assembléia Legislativa. Contamos com o valioso apoio das seguintes Entidades: Governo do Estado do Ceará, através das Secretarias de Governo e da Cultura; Unifor – Cursos de Ciências Políticas; UFC – Cursos de História e Ciências Sociais; Uece – Cursos de História e Ciências Sociais; Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Fundação Cultural de Fortaleza; Fundação Demócrito Rocha; Livraria Ao Livro Técnico; Sociedade Filatélica do Ceará; FIC – Curso de Turismo; Face – Curso de Turismo; Fa7 – Curso de Direito; Instituto Attus de Cultura e Gestão Social; Unicef; Senac; Instituto Dragão do Mar; Pacto de Cooperação do Ceará; Circuito Cultural – Banco do Brasil; Escola de Formação de Governantes; Associação Cearense de Formação de Governantes e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.



A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em parceria com o Inesp, realizou no dia 7 de agosto, audiência pública para discutir a programação dos 400 anos de colonização do Estado. Na oportunidade, o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desportos, deputado Artur Bruno, falou da importância da participação da sociedade civil na comemoração ou na reflexão sobre o tema em questão, considerando que há uma dúvida com relação ao aniversário.

Uma interrogação, o Ceará tem 400 anos? Podemos considerar dessa forma o que houve antes, no Estado do Ceará, não é relevante para nós também estarmos refletindo? Como é que se formou o Estado Cearense? Qual a nossa origem, quem é o povo cearense, quais os seus interesses, o que conseguimos realizar em todas essas décadas, em todos esses séculos? Qual o Projeto que deveríamos ter para o nosso Estado, para a nossa sociedade? Então nós, da Assembléia Legislativa, nós Deputados Estaduais, queremos refletir sobre isso.<sup>4</sup>

A presidente do Inesp, Gina Pompeu, argumentou que a intenção é buscar conhecer a história do Estado e

<sup>1</sup> Secretária de Cultura do Estado

<sup>2</sup> presidente do Instituto Atos Cultura e Gestão Social

<sup>3</sup> vice-presidente do Instituto Histórico do Estado do Ceará

<sup>4</sup> Ata da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desportos sobre o Ceará 400 anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 7 de agosto de 2003.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

contribuir com a inclusão social. Para isso, além da produção do livro, será feito o lançamento de um símbolo a ser estampado em camisetas, bonés e toalhas de praia, a exemplo do que foi feito em outros estados, como Natal e São Paulo, para popularizar a campanha.

Na oportunidade, anunciou vários Projetos, dentre eles, uma Mensagem de um projeto de lei sugerindo o que ela chamou de tombamento dos Mestres da Cultura Tradicional Popular.

Porque para nós, que fazemos a Cultura, esse é o grande sentido desses 400 anos de diversidade cultural. Existíamos culturalmente como tribos indígenas, mas nos miscigenamos a partir daí, de 1603, não sei professor Geraldo Nobre se é bem 13 de julho, como contam os documentos da chegada lá de Pero Coelho, não aqui em Fortaleza, porque em Fortaleza ele chegará somente ano que vem, que também é uma grande razão de pensarmos que os 400 anos não se acabam esse ano e que, portanto, nós estamos bastante à vontade para esperarmos que o Brasil cresça de novo e que o dinheiro aumente, para continuarmos imaginando que temos uma boa razão, um bom mote para trabalharmos eventos que possam percorrer ainda esse ano e o ano que vem.<sup>5</sup>

O deputado Artur Bruno sugeriu uma campanha junto às escolas para adicionarem em seu currículo a história do Ceará. Na opinião dele, o tema também poderia ser utilizado nas questões dos vestibulares.

Logicamente que isso seria apenas um instrumento. Mais importante do que isso é o convencimento da importância do conhecimento da História do Estado do Ceará. Estuda-se todo tipo de História, da Antigüidade, da Índia, da China e, lamentavelmente, muitas escolas insistem ainda em desconhecer a História do Ceará. É uma campanha também que nós vamos, tanto com as Escolas Privadas como com as Escolas Públicas, encampar. Esperamos o apoio dos Institutos de Cultura e das Academias do nosso Estado.<sup>6</sup>

O professor Geraldo Nobre, do Instituto Histórico Geográfico, ressaltou que o importante das questões históricas é resgatar as origens da sociedade e da nossa nacionalidade.

No nosso grupo de convergência, e isso faz parte de uma obrigação de raciocinar sobre a realidade, o que nem sempre acontece, as pessoas vivem em um mundo diferente; é preciso então que se procure divulgar, ao máximo possível, a história. Quanto a mim, eu tive um começo disso, porque há alguns meses, fui procurado por uma jornalista, Aparecida Sales, do Diário do Nordeste, que queria que eu falasse dos 500 anos do descobrimento do Ceará. Aí eu lhe perguntei: "Quinhentos anos? Tem certeza?" Ela disse: "Por que?" E esclareci: "Porque para mim são 400 anos". "E como o Senhor explica?" Exatamente aí. O século termina no inteiro. O século XVI começou no ano de 1501 e terminou em 1600. O que acontece é sempre isso. O último ano é que dá a denominação deste século.<sup>7</sup>

A falta de compreensão dificulta o entendimento da história, na opinião do professor Geraldo Nobre, o que vem provocando, de acordo com ele, interpretações absurdas.

Em 1500, como nós sabemos, teria sido o descobrimento do Brasil por intermédio de Vicente Pinzón. Isso tem sido questionado por muitos, que preferem que o Brasil tenha sido descoberto por Pedro Álvares Cabral. Eu não discuto isso, porque afinal de contas assim como nós podemos ter oportunidade de fazer alguma coisa, os outros também podem. Mas o importante é que esta entrevista que eu dei, ela teve as suas conseqüências. E eu digo isso, porque quero lembrar da importância da divulgação que este grupo deve fazer, através dos jornais, quanto ao problema do início da nossa colonização. Início que data não de 1500, mas de 1626 e, de passagem, porque não foi uma coisa assim definitiva. Escrevendo ou lendo sobre isto em alguns livros que eu tenho, não só publicado no Brasil como na França, na Inglaterra, Estados Unidos.<sup>8</sup>

Geraldo Nobre chamou atenção para o fato de que a sociedade jesuítica se instalou em Ibiapaba porque estavam em relação com a sociedade jesuítica do Paraguai.

<sup>5</sup> Ata da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desportos sobre o Ceará 400 anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 7 de agosto de 2003.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

Então, nós podemos chegar do Paraguai até o Ceará, afirmando que nós tivemos mesmo, antes do descobrimento, uma corrente que estabeleceu uma relação permanente, naquela época, e certamente até hoje, do Paraguai com o Ceará. Então, esse é um fato muito interessante, porque eu li em outros livros que contestam essa ligação.<sup>9</sup>

Para o professor Francisco Pinheiro é importante recuperar o conceito da austeridade e pensar na produção intelectual feita no período que antecedeu Colombo que foi tema de um trabalho do antropólogo Tomaz Pompeu Sobrinho.

Ele produziu um trabalho chamado Pré-História do Ceará, e um outro chamado: Própria História do Ceará. E escreveu alguns artigos interessantes, como: Índios do Nordeste. Tomaz Pompeu, com toda precariedade que havia no Ceará naquele momento, faz uma tentativa de listar os diversos sítios arqueológicos no Ceará, o que demonstra a necessidade de irmos um pouco além. Uma outra questão, nós temos feito o esforço de estudo da periodização da História no Ceará. E nesse esforço temos colocado algumas questões. Temos a Professora Valdelice Girão, que trabalhou muito sobre o Período Colonial, uma pessoa muito respeitada. Então, o esforço da Valdelice e de outros, a gente poderia dizer que o Ceará, pelo menos até 1700 é um espaço em disputa entre as populações nativas e os Portugueses.<sup>10</sup>

De acordo com ele, a hegemonia da ocupação portuguesa só ocorre por volta da década de 20, do século XVIII. Não obstante, há divergências:

A presença do Pero Coelho significa realmente a hegemonia da colonização da Cultura Ocidental no Ceará ou é apenas uma presença fortuita? Nas pesquisas que eu venho realizando, por exemplo, nos livros de registros de batizados das paróquias mais antigas do Ceará, eles demonstram uma presença, mesmo com todo o processo de tentativa de extermínio da população nativa, uma presença muito forte ainda do povo indígena no Ceará. E creio que isso é uma coisa que remonta a esse conceito de austeridade que estou falando. Por que? Porque a Cultura Ocidental foi marcadamente – se lermos os registros do período – de uma visão Eurocêntrica. Então, tudo que está fora do centro europeu é barbárie, a ponto do Marquês de Pombal, em plena revolução industrial, elaborar o chamado “Diretório Pombalino” a seu pedido, e a principal questão posta lá é a civilização dos índios. Portanto, os índios são bárbaros e os portugueses vêm aqui para civilizá-los. Então, essa é a completa negação de qualquer possibilidade de austeridade.<sup>12</sup>

Francisco Pinheiro disse que pensar Ceará 400 anos implica reconhecimento dos povos nativos do Ceará, ou seja, os indígenas. O que não significa, necessariamente, fazer um discurso maniqueísta. Os índios estão aqui e devem ter garantida a sua expressão cultural.

Quando nós falamos em 400 anos, a gente deveria falar em 400 anos, no máximo, dos portugueses no Ceará, da presença portuguesa no Ceará, porque aí nós estaríamos minimamente respeitando a noção básica que é a noção de austeridade, isto é, de acreditar que existem outros, e que outros são diferentes, não são bárbaros! Eles são diferentes cultural e religiosamente, mas não são tão estranhos que tenham que ser moldados dentro da Cultura Ocidental. Porque senão, nossa ignorância vai ser tão grande, de esquecer da Cultura Chinesa, por exemplo, que é muito mais antiga do que a Cultura Ocidental do modo geral. Então, essas coisas nós temos que começar a repensar.<sup>13</sup>

Francisco Moreira, Coordenador do Curso de Ciências Políticas da Unifor, sugeriu que fosse republicada a revista dos 300 anos do Ceará que o Instituto Histórico produziu, como forma de rever o pensamento dos intelectuais e historiadores daquele momento.

O presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, anunciou que o Legislativo Estadual pretende dar uma dimensão maior à discussão sobre o Ceará 400 Anos em Fortaleza e no Interior do Estado.

<sup>9</sup> Ata da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desportos sobre o Ceará 400 anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 7 de agosto de 2003.

<sup>10</sup> Idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> idem

<sup>13</sup> idem

A Assembléia Legislativa tem que estar interagindo em todos os setores, em todos segmentos da sociedade. E é um Fórum adequado, faz parte da nossa proposta de agenda positiva. Então, a agenda positiva da Assembléia passa por esse Fórum, passa por essa discussão que nós queremos levar para a sociedade cearense.<sup>14</sup>

Marcos Cals lamentou o desinteresse pela cultura no país, notadamente no Ceará. Por esse motivo, o Poder busca levar informação às pessoas, resgatando a história cearense.

Ninguém nunca se interessa, pela Cultura, pela História; e uma data tão importante como esta, passou e não vi uma dimensão maior. Segundo informação que me têm dado, foi dia 31 de julho! Passou e ninguém registrou! Se sairmos perguntando qual foi a data, ninguém saberá dizer! Ninguém resgata a nossa memória! Então é nesse tipo de trabalho que gostaríamos que a Casa estivesse sintonizada com a sociedade. Tenho discutido com colegas, Parlamentares, que não podemos nos limitar só nessas ações menores. Temos que ver na amplitude, numa ação maior, numa ação macro esses debates. Que as pessoas busquem o acesso mais fácil ao saber e ao conhecimento.<sup>15</sup>

Vânia Dutra, da Associação das Primeiras Damas dos Municípios, falou sobre o Projeto de incentivo à leitura “Eu sou Cidadão”, em parceria com a Assembléia Legislativa, envolvendo 67 municípios. Disse ainda que o tema está sendo desenvolvido pelas escolas públicas através do Festival de Talentos das Escolas Públicas (Dança do Festal).

O historiador, pintor e artista plástico, professor Ernani Pereira, disse que sempre se preocupou com as origens da História do Ceará, mas sempre que buscava conhecimento encontrava inúmeras dificuldades. Essa foi uma das razões que o incentivaram a levar para a tela os fatos que marcaram a história.

Considerando que nós vivemos num mundo de imagens caracterizado pelas mensagens imagéticas, eu achei que nós poderíamos fazer um pouco mais, pela História do Ceará, a partir das imagens. Fundamos o Projeto Imagem do Tempo, no Centro de Estudo Histórico e Iconográfico sobre a História do Ceará, baseado na pesquisa histórica e iconográfica, e resolvemos produzir imagens do Ceará Colônia, num trabalho coletivo que envolveu alunos aprendizes, professores da academia, como temos aqui o Professor Pinheiro, que em alguns momentos pode nos visitar, acompanhar e sugerir, e uma série de outras pessoas de renome, tanto artistas, como pesquisadores e professores, tem acompanhado esse trabalho, que hoje está concluído na sua primeira fase.<sup>16</sup>

A primeira fase dos trabalhos do artista plástico é composta de dez telas com as principais passagens da História do Ceará colonial. O sistema de leitura de imagens históricas objetiva permitir o conhecimento da História de forma mais apropriada.

Para o professor Gleydson Ribeiro, o momento é um convite para refletir a respeito das políticas culturais do Estado. Na opinião dele, falar sobre a História do Ceará, tratar as políticas públicas.

O que eu tenho percebido, primeiro, é que parece que a memória histórica do Ceará sofre do mal de Alzheimer, aquele mal onde a gente esquece tudo, esquece os lugares, esquece as pessoas, esquece nomes, esquece datas. Isso me faz pensar que, há muito ainda a se fazer para além de uma grande festividade de comemoração de 400 anos, quando o assunto em pauta é História do Ceará. Por que eu digo isso? Porque nós temos hoje um conjunto de fontes de pesquisas, em todo Estado do Ceará, que num trabalho que eu mandei para o Governador Lúcio Alcântara, a pedido dele, para os professores da Universidade Estadual, eu o alertava de que essas fontes estão, em sua maioria, inacessíveis, tanto porque estão em estado total de degradação, ou porque não estão catalogadas ou porque nós até as desconhecemos por falta de uma rede de informações que pudesse ser feita entre os vários institutos de pesquisas, pesquisas de arquivos Estaduais ou Municipais.<sup>17</sup>

O professor Gleydson vê como grande problema na história do Ceará, na historiografia, o fato de que dispomos apenas de fragmentos, como o trabalho Imagem do Tempo, Gleydson disse que

Se a gente fosse falar de 400 anos, seria preciso falar de 1000 anos da História do Ceará, não de 400 anos,

<sup>14</sup> Ata da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desportos sobre o Ceará 400 anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 7 de agosto de 2003.

<sup>15</sup> idem

<sup>16</sup> idem

<sup>17</sup> idem

porque a comunidade indígena já estava aqui há muito tempo! Então, falar de Política Cultural é você falar de uma possibilidade de fazer com que essa memória seja universalizada e não fragmentada! Nós temos atitudes individuais, pontuais e aí eu pergunto, como uma provocação: Depois dos 400 anos do Ceará, o que virá depois do Projeto, do ponto de vista da pesquisa histórica sobre o nosso Estado ou sobre Políticas Culturais no nosso Estado? O que virá depois dessa comemoração? O que veio depois da comemoração dos 500 anos do Brasil, ou de invenção do Brasil? Não veio nada, não veio absolutamente nada! Quando eu chamo de “esquizofrênica”, é a visão absolutamente fragmentada, desse todo que é o universo da Pesquisa Historiográfica aqui no Ceará.<sup>18</sup>

Chamando atenção para a necessidade de preservação das fontes do arquivo público “que estão sendo totalmente destruídas”,<sup>19</sup> o professor defendeu plantão noturno para o setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel para facilitar o trabalho dos pesquisadores e historiadores na produção de projetos fundamentais para o desenvolvimento da História do Ceará.

Em 1999, a Assembléia Legislativa criou um memorial Dr. Pontes Neto para reunir peças, acervos, documentos, que dessem conta da trajetória do Parlamento cearense. O material reunido foi doado para o Arquivo Público.

Foi sugerido ao governador Lúcio Alcântara a implantação de um Instituto de Pesquisa que tivesse como função única e exclusiva a atividade de pesquisa sobre os saberes folclóricos, históricos, sociológicos, filosóficos do Estado do Ceará, com pesquisadores concursados, a exemplo da Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco.

A ausência de políticas culturais dificulta o conhecimento da História do Ceará, consequência direta para o desinteresse na busca e manutenção de arquivos históricos que precisem a data do início do Ceará. A maioria dos historiadores se ressentem da falta de material que sirva de argumento para respaldar a História.

---

<sup>18</sup> Ata da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Desportos sobre o Ceará 400 anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 7 de agosto de 2003.

<sup>19</sup> idem



# CONSELHO CEARENSE DOS DIREITOS DA MULHER

Autor do requerimento: Dep. Tânia Gurgel (PSDB)

Palestrante convidado: Evânio Guedes<sup>1</sup>

Data: 15/08/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou, no dia 15 de agosto, audiência pública para discutir a Mensagem do Executivo criando o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. A matéria, que foi enviada pelo Governo Estadual em junho, foi retirada do processo de tramitação de urgência, atendendo ao pedido da deputada Tânia Gurgel, que solicitou mais tempo para discutir o teor da Mensagem com a sociedade.

A parlamentar destacou, na oportunidade, o Parágrafo Único do Artigo 2º, que disciplina a formação do Conselho, a ser constituída de representantes da sociedade civil, selecionados por uma Comissão composta para este fim; e a outra metade, formada por representantes das Secretarias da Justiça e Cidadania; da Cultura; da Educação Básica; da Saúde; da Ação Social; da Segurança Pública e Defesa Social.

Artigo 4º: Fica a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) autorizada a adotar as providências necessárias a operacionalização e ao funcionamento do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, dotando de condições físicas e de meios de execução propícias ao atendimento de suas finalidades específicas.  
Artigo 5º: O Fundo Especial dos Direitos da Mulher, instituído pela Lei tal, destinado a gerir recursos e financiar as atividades do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, passa a ser administrado pela Secretaria da Justiça e Cidadania.<sup>2</sup>

A coordenadora do Fórum de Mulheres Cearenses, Nilze Costa e Silva, defendeu o retorno do Conselho da Mulher para a Secretaria de Governo.

Porque é interessante que o Conselho Nacional da Mulher anteriormente era ligado ao Ministério da Justiça e a partir do Governo Lula, passou a ser ligado à Presidência. Nós achamos que teria um respaldo maior. É uma outra coisa também que questionamos: que o Conselho ligado à Secretaria de Justiça, é como se a questão da mulher tivesse só ligado à violência, existem outras demandas da mulher que não é só a violência, a serem tratadas, a saúde, educação, cultura, e outras coisas ligadas à cidadania feminina. Outra coisa que tínhamos decidido retirar, era a lista tríplice, porque achamos que fere a autonomia do Conselho.

A professora da Universidade Federal do Ceará, Gema Galgane, defendeu que o Conselho deve permanecer no espaço onde tenha os melhores parceiros. A procuradora do Ministério Público Estadual, Vanja Fontenele, disse ter sido testemunha da violência contra a pessoa idosa, porque coordena o Centro de Apoio Operacional da Cidadania, e ela é muito maior do que se pode imaginar.

O secretário Estadual da Justiça e Cidadania, Evânio Guedes, informou que o Conselho será dirigido por quem os membros escolherem.

A natureza jurídica de um Conselho é híbrida; deve ser igual, ou ao invés de aumentarmos, até poderia se reduzir tanto Governo como a Sociedade Civil; o importante é que desse uma praticidade ao exercício do Conselho. Isso não quer dizer que não tenham auxiliares, que as mulheres não participem, pelo contrário, todos devem participar e a Secretaria está aberta para isso todos os dias. Então, é essa a colocação que nós queríamos fazer, e garantir as senhoras e os senhores que a Secretaria da Justiça e Cidadania velará para que tudo ocorra dentro da Lei, para que esse Conselho tenha todo o apoio material de que dispomos e todo apoio moral e ilimitado, até porque nós só estaremos nesta Secretaria até o momento que possamos respeitar a Lei e os direitos de quem quer que seja.

Lídia Gonçalves, da Secretaria da Saúde, declarou que a violência é encarada como uma questão de saúde pública. Na opinião dela, o Conselho deve ter a representação paritária e a presença do Ministério Público.

Assunta Cabral, do Fórum Cearense de Mulheres, defendeu a derrubada da lista tríplice para a escolha do colegiado e que as indicações de pessoas sejam de iniciativa das instituições.

<sup>1</sup> Secretário de Justiça e Cidadania

<sup>2</sup> Ata da audiência pública sobre o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 15 de agosto de 2003.

## ACESSO À JUSTIÇA

Autores do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB), Dep. Chico Lopes (PC do B)

Palestrantes convidados: Denise Frossard<sup>1</sup>, Luís Fernando Porto Mota<sup>2</sup>, Raul Araújo Filho<sup>3</sup>, Gonzaga Mota<sup>4</sup>, Socorro França<sup>5</sup>

Data: 22/08/2003

**A** Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou, no dia 22 de agosto, o seminário Acesso à Justiça, que contou com a participação da deputada federal Denise Frossard. O deputado Idemar Citó, que presidia os trabalhos, disse na oportunidade, que a Constituição Brasileira consagra os pressupostos essenciais de um Estado Democrático e enumera regras, princípios e políticas de forma tão extensa, que compete aos Juizes fundamentar suas decisões, obedecendo as principais diretrizes da ordem jurídica, para encontrar, para cada caso concreto, a solução que satisfaça o sistema e realize Justiça.



Disse que em países de terceiro mundo, como o Brasil, Justiça não é problema de primeira necessidade.

Essa afirmação é de Regis de Oliveira, que acrescenta divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dando conta de que 55% da população brasileira não procuram o Judiciário; 42% dos casos são resolvidos por conta própria e 15% preferem não se envolver com a justiça. A preocupação da população é obter o alimento para saciar a fome.<sup>6</sup>

Apontou os problemas estruturais como a distância dos fóruns, insuficiência financeira do Judiciário, morosidade, insuficiência de magistrados, problemas culturais, tais como o desconhecimento do direito e medo de propor a ação por problemas que dela podem surgir, ou represálias e perseguições.

Partindo desse contexto, continuou o parlamentar, o magistrado pode assumir diversos comportamentos com tendências conservadoras: manter a ordem posta ou ao contrário, assimilar as mudanças e necessidades sociais, e tentar modificar a organização judiciária para aplicação de normas e medidas que garantam a efetividade de direitos sociais, diante das ações de responsabilidades, ação ou omissão dos Gestores Públicos por ofensa, não oferecimento ou oferta irregular dos direitos assegurados ao cidadão.

Compete ao Poder Judiciário analisar e sancionar, responsabilizando os culpados e aplicando as respectivas sanções específicas e proporcionais aos crimes cometidos.

Fragilizar o Poder Judiciário não é a melhor política que talvez venha satisfazer interesses escusos. O

<sup>1</sup> Deputada Federal e Juíza

<sup>2</sup> Presidente do Instituto Teotônio Vilela

<sup>3</sup> Procurador Adjunto da Procuradoria Geral, representando governador Lúcio Alcântara

<sup>4</sup> Deputado Federal

<sup>5</sup> Procuradora Geral de Justiça

<sup>6</sup> Ata do seminário sobre acesso a Justiça da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 22 de agosto de 2003.

que se tem visto, com muitas exceções de Juízes de Primeira Instância, é o Poder Judiciário assumir uma posição contemporizadora, invocando a independência dos Poderes, não obrigando o Poder Executivo a cumprir ditames legais.<sup>7</sup>

O deputado Chico Lopes reclamou da morosidade da Justiça que, segundo ele, só é rápida quando se trata de interesse de grupos econômicos importantes. Com exemplo citou o caso do aumento da tarifa de energia elétrica que a Comissão de Defesa do Consumidor está tentando, debalde, reduzir.

A deputada Denise Frossard começou dizendo que cabe aos legisladores, e não ao Judiciário, o papel de fazer Justiça. Não obstante, no Brasil, tem sido um tanto diferente, por conta do autoritarismo que ainda se faz presente nos instrumentos legais que moldam o processo legislativo e concedem ao Executivo liberdade quase absoluta e, em alguns casos, exclusiva, para elaborar leis. “Pouco importa para o nosso tema, o que nos compete esclarecer, para poder evoluir; é que ao Poder Judiciário não cabe a responsabilidade pelo equilíbrio da balança social. O seu compromisso com a sociedade termina na exigência do cumprimento da Lei”.<sup>8</sup>

Denise Frossard ressaltou que os próprios juízes reconhecem que, apesar dos altos investimentos, o judiciário continua lento e distante da maioria da população. Portanto, o problema mais visível é a lentidão. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) incorpora como ferramenta de argumentação, uma outra levada a efeito pelo Instituto Vox Populi em 1999, que demonstra a insatisfação de 58% da população brasileira com o Judiciário, julgando-o incompetente. Por outro lado, 89% da pesquisa Vox Populi, ainda da população, considera o Judiciário uma instituição lenta.

Outros obstáculos de acesso à Justiça, de acordo com a parlamentar, é a multiplicidade de Leis e Atos Normativos. “O legislador brasileiro não foge a isso, ele não tem por hábito fazer Leis para o cidadão ou cidadã comuns. Ele escreve as Leis para os advogados ou juristas e, às vezes, nem eles conseguem ler com precisão.”

A primeira tarefa a cumprir para quem queira melhorar o acesso aos benefícios da Lei e do Direito será reeducar os legisladores. E isso inclui uma linguagem melhor na confecção das leis, de fácil entendimento, tornando mais democrático o processo de formação das Leis. Contudo, a obrigação de ser compreendido não deve ser exclusividade dos legisladores, há de ser também obrigação dos Juízes e operadores do Direito.

Destacou a situação das Defensorias Públicas necessitadas de maior atenção, considerando que o Estado brasileiro não lhes faz justiça, assim como ao serviço público. Outro aspecto que considerou importante em tudo isso, o nascimento da Constituição de 1988, “que antes de ser uma Carta de princípios jurídicos, é uma Carta de intenções. O legislador cuidou de destinar à cidadania direitos e prerrogativas que o Estado não estava aparelhado para assegurar.”<sup>9</sup>

Mas o lado ruim da história é que os legisladores cuidaram de equipar o Estado com os instrumentos necessários ao cumprimento de suas novas funções. E, por conseqüência, o Poder Judiciário “tem sido a vítima maior deste comportamento, naturalmente depois do próprio cidadão, que ao se socorrer no Judiciário, e dar de frente com uma estrutura arcaica, lenta e prejudicial, não lhe poupa impropérios”.<sup>10</sup>

Denise Frossard sugeriu, na oportunidade, para resolver os quadros funcionais, acabar de uma vez por todas com a velha história de misturar práticas partidárias com preenchimento de cargos e vagas no serviço público, e construir uma escala de carreira com base, exclusivamente, no desempenho funcional. Em paralelo, abrir oportunidades para atualização intelectual e prática.

Outra medida será conferir aos orçamentos públicos, o caráter de qualidade. Em algum ponto da nossa caminhada, eu citei pesquisa do IPEA, nela um ponto está em relevo: o descompasso dos gastos feitos com o Judiciário com a excelência de qualidade dos serviços prestados. Gasta-se muito e não há qualidade na prestação dos serviços. Na época da comunicação rápida, moderna e limpa, o Judiciário brasileiro ainda trabalha com processos esgotados pelo uso. Nenhuma informação consistente de processos judiciais se obtém sem a necessidade mais ou menos da presença física nos cartórios. As informações via Internet são incompletas, inconsistentes, ilegíveis ao comum dos mortais. No meu Estado ainda tem aqui e acolá aquela velha máquina de escrever, e nós, contribuintes, pagamos caro por um serviço de baixa qualidade.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Ata do seminário sobre acesso a Justiça da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 22 de agosto de 2003.

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

O deputado federal Gonzaga Mota observou que vivemos no Brasil o processo de desarticulação dos poderes da União, lembrando o Art. 2º da Constituição Federal. Como exemplos, as Comissões Parlamentares de Inquérito, que não têm competência para julgar, mas são instrumentos para indiciar, e fazer encaminhamento ao Ministério Público; e as Medidas Provisórias, que segundo ele, são o que mais atormenta a sociedade brasileira.

[...] o Executivo está legislando e de forma arbitrária, pós 98, através das Medidas Provisórias. [...] o Ministro Jobim teve aquela idéia das Medidas Provisórias para substituir o Decreto Lei, etc. Era dentro de um sistema Parlamentar, não dentro de um sistema Presidencialista! Então, realmente, hoje nós estamos com mais de sete meses de mandato, 90% do nosso tempo foi para carimbar MP, eu digo carimbar, porque vem a Medida Provisória e nós carimbamos do nosso tempo. Tivemos algum tempo dedicado às CPIs, e algum tempo dedicado agora às duas Reformas, as duas PECs 40 e 41. E o Judiciário também, a meu ver, tem esse papel, está desarticulado, como? O Judiciário está administrando através de liminares! Então, você tem o Legislativo julgando, o Executivo legislando, e o Judiciário administrando!

A Defensora Pública Geral do Estado, Maria Amália, disse que, apesar de a Defensoria Pública no Ceará ter sido criada em 1997, apenas 36 Comarcas do Interior têm defensores, que ao todo somam apenas 156 para atender 184 municípios. Lembrou ser obrigação do Estado assegurar o acesso à Justiça.

O deputado Moésio Loiola discordou da deputada Denise Frossard quando afirmou ser responsabilidade do Legislativo a aplicação da Lei, argumentando que o excesso de leis não é Justiça, “é exorbitância! E Justiça de menos é omissão.” Na opinião dele, os altos custos dos cartórios têm sido obstáculo para a grande maioria.

Então, o acesso à Justiça passa por uma cultura de um modo geral, pela mudança de costumes, de não guardar processo, de julgar. Deixe que apele, que vá para outra sentença, para outra instância, mas que julgue! A sociedade quer saber se o cabra que matou a mulher na frente de dois oficiais de Justiça, se foi ou não foi considerado crime de violenta emoção, porque arranjaram um bocado de malandragem na legislação brasileira, e V. Senhoria foi muito sábia quando disse: É a farra do advogado, é o lampejo do advogado, é o benefício do advogado. E, se num processo, por exemplo, pegar um advogado criativo, o processo não anda, não sai do lugar. Um outro aspecto que se discute, e eu discuto muito, é o concurso público. Porque inventaram uma malandragem chamada entrevista. É naquela entrevista onde está a fraude!

O advogado Cândido Albuquerque reclamou do reduzido número de juízes no Brasil com 170 milhões de habitantes tem que se contentar com 17 mil magistrados, enquanto outros países como a Itália, por exemplo, com 60 milhões de habitantes tem 120 mil Juízes aproximadamente. Fortaleza tem três milhões de habitantes e 30 Varas Cíveis. “É evidente que não pode andar. O Juiz não pode adoecer, não pode tirar licença, porque na hora que ele sai, outro vai responder pela Vara dele. E não atende nem a Vara dele nem a do outro. Isso não é gasto, isso é investimento”.

O deputado Osmar Baquit defendeu o Governo do Estado, informando a contratação de 50 Defensores Públicos agora, neste ano. “Treze estão como Classificáveis, tentando entrar e o Governo está tentando intermediar isso; a Dra. Mônica sabe. O Governo já fez cinco concursos públicos e contratou 50 Defensores”.

Em resposta aos questionamentos a deputada Denise Frossard ressaltou que o maior cliente da Justiça é o próprio Estado. E a Justiça, por sua vez, é uma vítima porque

as Varas Federais, e agora as Varas de Fazenda Pública, que têm por cliente o réu, e quem é o maior réu no Brasil, o maior cliente da Justiça? Vamos observar quem é, eu não falei aqui, mas todos nós sabemos, é o próprio Estado! Quer dizer, ele rompe, na verdade, com o princípio basilar da administração pública, que é o da moralidade administrativa.

Com relação ao número de juizes, Denise Frossard alegou a falta de recursos, reconhecendo que a Justiça não tem preço, mas temos orçamento limitado.

O povo brasileiro, no momento, deseja reformas estratégicas e não apenas táticas, estruturais e não conjunturais;

# A PROTEÇÃO E A SEGURANÇA DO CONSUMIDOR

Autores do requerimento: Dep. Waldomiro Távora, Dep. Moésio Loiola (PSDB),  
Dep. Chico Lopes (PC do B)

Palestrantes convidados: Paulo Zacarias da Silva<sup>1</sup>, Cláudio Dias<sup>2</sup>,  
Marié Alves de Miranda Pereira<sup>3</sup>

Data: 25/08/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou no dia 25 de agosto, um seminário para discutir sobre a Proteção e a Segurança do Consumidor. Na oportunidade, foi debatida a importância da criação do Juizado Civil e Criminal Especializado em Relação ao Consumo, e a Delegacia Especializada do Consumidor no Estado do Ceará.

O presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, destacou que o seminário seria mais uma oportunidade que



o Legislativo oferecia à população cearense, apresentando informações necessárias para um melhor convívio em sociedade.

O deputado Waldomiro Távora, autor do requerimento, começou a sua fala lembrando que a Constituição Federal de 1988 respalda os direitos e garantias fundamentais, dentre eles, a defesa do consumidor. A partir daí, a convivência entre consumidores e fornecedores mudou. Baseado nisso, o parlamentar informou ter apresentado em maio, um Projeto de Indicação criando a Delegacia Especializada do Consumidor, aprovado no dia 24 de junho do ano em curso.

Segundo ele, a criação da Delegacia Especializada do Consumidor contribuirá para a aproximação do cidadão e da sociedade aos seus direitos quanto à relação de consumo, e será mais um aparelho eficaz para equilibrar a situação do consumidor.

O Poder Público terá mais força, abrangência e qualidade na fiscalização das fraudes, intervindo de forma direta nas questões relativas ao consumo. E o surgimento de um destaque da Polícia adjetivada pelo consumo terá como consequência uma maior coibição dos crimes contra os consumidores. Por conseguinte, a possibilidade do surgimento dos Juizados Especiais do Consumidor e de Varas Especializadas do nosso Estado melhorará o acesso à Justiça para os consumidores, pois as Varas da Justiça comum encontram-se sobrecarregadas de processos e, acima de tudo, recepcionam uma gama de ações. O surgimento das Varas e dos Juizados Especiais dos Consumidores tornaria mais célere a resolução das querelas em discussão.<sup>4</sup>

Para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa, deputado Moésio Loiola, as Agências Reguladoras passaram a ser, com essas privatizações, muito mais parceiras das empresas do que da população. Como exemplo citou o aumento da tarifa da Telemar que foi bem abaixo do sugerido pela Anatel.

<sup>1</sup> Juiz Titular do 4º Juizado Especial Civil e Criminal de Alagoas

<sup>2</sup> coordenador Jurídico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça

<sup>3</sup> presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB - Alagoas

<sup>4</sup> Ata do Seminário sobre Segurança e Proteção do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de agosto de 2003.



O Coordenador Jurídico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Cláudio Dias, ressaltou que a defesa do consumidor é o primeiro degrau na escada da cidadania. Apesar do aumento no número de órgãos e pessoal envolvido, ele considerou pequena a quantidade de serviços de defesa do consumidor. No Brasil são apenas seiscentos Procon's para mais de cinco mil Municípios. Temos também 26 Procon's Estaduais e um Procon Distrital, do Distrito Federal, e temos as Entidades Cíveis de defesa do consumidor, e delas se destaca o Idec, que é uma das mais antigas.

Ao falar de Procon, sempre temos que falar do Procon-São Paulo, que foi o primeiro Procon. E vejam bem: aquele que tiver a Lei 8.078 verifica obviamente que ela é de 1990. E sabem de quando é o primeiro Procon do Brasil? É de 1976, que é o Procon de São Paulo. Então, foi um movimento que começou como movimento de Estado e depois passou a assumir essa feição de movimento Consumerista mesmo, de movimento popular. Começou como uma Política de Desenvolvimento do colchão social, para aqueles problemas dos Planos Econômicos, tipo Plano Cruzado, Bresser, Verão 1,2,3, e aí surgiram os Órgãos de Defesa do Consumidor, para que tivesse um colchão social mesmo. Depois, esse movimento foi se desenvolvendo, foi tomando feição de movimento realmente popular, e percebemos que levou a inserção, na Constituição da República de 1988, da garantia de Defesa do Consumidor e, posteriormente, auxiliou a criação do próprio Código de Defesa do Consumidor em 1990. (...) as Promotorias de Defesa do Consumidor são aproximadamente 270 no Brasil; temos Juizados Especiais, conhecidos como Juizados de Pequenas Causas, que não são aqueles Juizados de Pequenas Causas, anteriores à Lei de 1995, mas, como tais, considerados no Código de Defesa do Consumidor; e temos os Decom's, as Delegacias de Defesa do Consumidor.<sup>5</sup>

De acordo com Cláudio Dias, uma das ações mais conhecidas é o monitoramento das campanhas de recall, em âmbito Nacional. São os casos dos pneus que explodiam, os cintos de segurança que não funcionavam em batidas em baixas velocidades, dentre outros.

Temos a consolidação e divulgação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas. Isso é importantíssimo, é o SPC do fornecedor. A elaboração de Pareceres em Projetos de Lei, referentes à Defesa do Consumidor, isso aí é gravíssimo. Em 1996, havia aproximadamente 36 Projetos de Lei querendo alterar – no Congresso Federal – a Defesa do Consumidor. Sabem quantos existem hoje? Trezentos e Sessenta Projetos de Lei querendo alterar o Código de Defesa do Consumidor. Quer o exemplo de um? “Queremos revogar o Artigo 71 do Código de Defesa do Consumidor”. Depois, quem estiver com o Código, poderá ver que fala da cobrança de dívidas. E sabe qual é a justificação do Projeto? Diz o seguinte: “Sem pressão e sem coação não se cobra nada de ninguém”. Então, vamos revogar esse Artigo, que não deixa o consumidor ser coagido, está lá no quadro de Defesa do Consumidor, para que possamos, enfim, cobrar as nossas dívidas em paz e tranqüilamente. Esse é um dos Projetos de Lei que pretende alterar o Código de Defesa do Consumidor.<sup>6</sup>

Cláudio Dias chamou atenção para as alterações que também considerou perigosas, como é o caso do Projeto de Lei que dá às agências de turismo o direito de responderem apenas pelos serviços que efetivamente venderem.

Hoje, estamos vivendo um momento de crise na Defesa do Consumidor. Há estatísticas que nos mostram que, para cada consumidor lesado que reclama, há outros cinquenta com o mesmo problema, que não têm tempo, que não têm condição, não desejam ou não sabem nem que têm Direito, e que, portanto, não reclamam. Isso sem contar na deficiência administrativa histórica, estrutural dos Órgãos. O Poder Público está sempre correndo atrás. Por isso, até que o Código mesmo incentive a criação de associações cíveis, que tenham, às vezes, em algumas circunstâncias, um pouco mais de fôlego, percebemos que alguns fornecedores estão comodamente sentados em suas cadeiras, lesando. E já tivemos a oportunidade de verificar o pensamento de alguns desses in loco, em um Encontro da Febraban no Rio Grande do Sul, quando os Consumeristas mostraram aos dirigentes da Febraban, de então, que os contratos eram todos iguais, que todos eles tinham cláusulas abusivas. E em um certo momento um dos dirigentes falou: “É verdade, mas por que vou mudar isso? Pouquíssimas pessoas reclamam! Por que vou mudar?” Ou seja, o crime compensa.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Ata do Seminário sobre Segurança e Proteção do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de agosto de 2003.

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

A presidenta da Comissão de Defesa do Consumidor de Alagoas, Marié Alves de Miranda Pereira, disse que o maior número de reclamações é com relação aos serviços de saúde. O convênio feito com o Tribunal de Justiça garante ao consumidor carente mais facilidades porque vai dispor de serviço de um advogado especializado na área de interesse.

Na ocasião, ela lamentou que o fortalezense não pudesse contar com um Juizado específico de Relação e Consumo, “porque é através dele, como o Dr. Cláudio bem disse, que conscientizamos mais o consumidor, o cidadão, porque sentimos que o Código de Defesa do Consumidor veio para modificar um pouco essa questão de cidadania no Brasil, através da consciência dos Direitos”.<sup>8</sup>

O Juiz Titular do 4º Juizado Especial Cível e Criminal da Relação de Consumo de Alagoas e Coordenador dos Juizados Cíveis e Criminais daquele Estado, Paulo Zacarias da Silva, informou que o grande avanço no Brasil, nos últimos 50 anos, foi a criação do Juizado Especial, que permite uma justiça séria e de graça.

E, se não funcionam melhor é porque não temos todas as condições necessárias. [...] Portanto, temos que ter Especialistas em Direito do Consumidor, como temos Professores. E o Código, como disse, foi concebido para isso, para um Sistema integral. Então, Delegacias, Promotores, Defensoria Pública, Juizado, incentivo à Associação de pessoas encarregadas de defender os consumidores, tudo isso tem que ter uma especialidade. Daí porque, Senhor Presidente, Alagoas optou pela criação de Juizados Especiais Especializados. São poucos os Estados no Brasil que existem Juizados Especiais direcionados exclusivamente para a relação de consumo.<sup>9</sup>

A secretária Executiva do Decom cearense, Evânia Cavalcante de Brito, recordou que o Ceará, até o final do ano passado, não possuía sequer um Procon. E hoje, com a criação do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor as dificuldades ocorrem pela ausência de uma especialização tanto no âmbito das Delegacias, como também da própria Justiça.

Precisamos realmente, Dr. Paulo, de Juízes especializados em defesa do consumidor, que tenham conhecimento e entendam o que vem representando para o Ceará a Lei Complementar Estadual Nº 30, que criou o poder de Polícia para o Decom, que foi criado no âmbito de quatro Promotorias de Justiça, que é formada pelos companheiros presentes: Dr. Ricardo Memória, Dr. Antônio Carlos, Dr. João Roberto e por mim. Então, com a criação dessas Promotorias de Defesa do Consumidor e, no âmbito dessas Promotorias, o próprio Programa Estadual de Defesa do Consumidor. Fomos legitimados a desenvolver o programa, inclusive promovendo o processo e o julgamento administrativo, nos casos de infração às normas de consumo.<sup>10</sup>

Evânia Cavalcante de Brito contestou a Lei que criou o regime de concessão, que prevê nos Artigos 6º e 3º, que não constitui descontinuidade de serviço a suspensão do fornecimento por inadimplência. “Ora, meus Senhores, essa Lei conflita tanto com o Artigo 22 do Código, como com o Artigo 42 e, ainda, quando chegamos à infração penal no Artigo 71, verificamos que isso constitui infração penal e mais: que deveria ser devidamente apurado”.<sup>11</sup>

Nesse momento, o deputado Waldomiro Távora, que presidia o seminário, anunciou a segunda parte das discussões, ou seja, o debate a respeito da Delegacia Especializada do Consumidor no Estado do Ceará. A partir de agora, a presidência dos trabalhos passa a ser do deputado Moésio Loiola.

O primeiro a falar foi o Delegado-Chefe da Delegacia do Consumidor de Brasília-Decon, Antonio José Romeiro, que destacou o papel da Delegacia do Consumidor. De acordo com ele, a Delegacia do Consumidor difere das demais Delegacias de Polícia porque dependemos substancialmente da participação de outros Órgãos, tanto em nível Estadual como em nível Federal.

Cito como exemplo a venda dos combustíveis e a venda de GLP que, sem a participação dos fiscais da Agência Nacional de Petróleo, se torna impossível qualquer ação fiscalizadora e repressiva, com relação à venda irregular de combustível e GLP. Digo o mesmo com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Para nós é essencial a participação desta Agência, para podermos fiscalizar os médicos, as farmácias e outros estabelecimentos que vendem medicamentos e similares. Temos um

<sup>8</sup> Ata do Seminário sobre Segurança e Proteção do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de agosto de 2003.

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

trabalho bastante efetivo nesta área, junto à Anvisa, e já fizemos este ano inúmeras prisões de donos de farmácias, de falsos dentistas e de falsos médicos. A Secretaria de Agricultura, no caso o Departamento de Produtos de Origem Vegetal e Animal, nos permite fiscalizar os açougues clandestinos e em todos aqueles estabelecimentos que vendem produtos in natura. Sem esse departamento, também é impossível fazer a nossa parte.<sup>12</sup>

Além desses órgãos, ele apontou os Conselhos Regionais, como o Conselho Regional de Odontologia, de Medicina, de corretor de Imóveis, de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, além das associações.

Também temos Ações de Cambistas que inflacionam Mercados de sons e eventos. E a maior Ação do Decom está relacionada aos produtos impróprios para o consumo. É comum em Supermercados no Brasil, não sei se por descuido ou por má fé, vender produtos com a validade vencida. Isso por si só, é uma infração da Lei Nº 8.137, Artigo 7º, Inciso 9º, e a pena também é de 1 a 5 anos. Basta expor à venda em saquinho e o consumidor comprar a mercadoria, estando o prazo de validade vencido, o Comerciante será preso em flagrante e pagará uma fiança para responder o processo em liberdade. Já realizamos, nesses últimos cinco anos, 130 prisões de comerciantes infringindo esta Lei. Também fazemos Ações em Restaurantes, Self Services, Açougues, todos com o apoio da Vigilância Sanitária, que dá suporte ao nosso trabalho, por meio da apreensão do produto e da lavratura do auto de infração.<sup>13</sup>

O Delegado Jaime de Paula Pessoa, Titular da Delegacia de Falsificações e Defraudações, disse que a criação do Decom diminuiu a carga de trabalho, mas não diminuiu as dificuldades. Segundo ele, uma das maiores ocorrências registradas tem sido a questão do Título de Capitalização e dos serviços públicos delegados, além do comércio pirata.

Para Ricardo Memória, Promotor de Justiça, Titular da Primeira Promotoria de Defesa do Consumidor, a criação de uma delegacia específica vai combater a banalização que se faz dos crimes de consumo.

Iniciado o debate, Cláudio Dias foi instado a falar sobre a suspensão dos serviços públicos. Disse que o procedimento adotado é o do Supremo Tribunal de Justiça, que por quatro vezes, se manifestou no sentido de que seria impossível o corte por inadimplência.

O vereador José Airton Cirilo considerou um grande desafio ampliar o papel de informação, sobretudo de exercício de cidadania, a partir das instâncias dos poderes.

que têm a obrigação de fazer valer esses direitos que são desrespeitados pela população. Já sabemos que o Brasil é um País que tem uma inflação Legislativa imensa. Já temos muitas Leis, é evidente que algumas precisam ser aperfeiçoadas, mas o problema não é de Legislação, o problema, hoje, é de execução, de garantia da efetivação desses direitos na sociedade.<sup>14</sup>

Evânia Cavalcante Brito chamou atenção para o fato de que, mesmo sendo criado pela Prefeitura, o Procon é vinculado ao Código de Defesa do Consumidor. "Então, não importa, ele tem o Artigo 22, o Artigo 6º, que falam dos Órgãos públicos, quer dizer, qualquer Procon pode também agir contra a própria Prefeitura e está previsto na Constituição Federal e na Constituição do Estado."<sup>15</sup>

O Direito de Defesa do Consumidor é fato consumado. No entanto, ainda falta ampliar informações permitindo ao consumidor maior poder de reivindicação. Hoje, o Poder Público tem mais força, abrangência e qualidade na fiscalização das fraudes, intervindo de forma direta nas questões relativas ao consumo.

A possibilidade de surgimento dos Juizados Especiais do Consumidor e de Varas Especializadas no nosso Estado melhorará o acesso à Justiça para os consumidores, pois as Varas da Justiça comum encontram-se sobrecarregadas de processos.

Diante disso, é fundamental que o poder público garanta uma prestação de serviços de qualidade à população.

<sup>13</sup> Ata do Seminário sobre Segurança e Proteção do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de agosto de 2003.

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

# HISTÓRIA POLÍTICA DO CEARÁ

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Domingos Filho (PMDB)

Palestrantes convidados: Aroldo Mota<sup>1</sup>, Ernane Pereira<sup>2</sup>

Data: 01/09/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, Inesp, promoveu no dia primeiro de setembro o Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos, atendendo a requerimento dos deputados Artur Bruno e Domingos Filho. A iniciativa conta com o apoio da Fundação Cultural de Fortaleza e da Fundação Demócrito Rocha.



Também apoiaram a iniciativa do Legislativo, a Livraria Ao Livro Técnico, a Sociedade Filatélica do Ceará, o Instituto Atos de Cultura e Gestão Social, o Unicef, o Senac, o Instituto Dragão do Mar, Pacto de Cooperação do Ceará, Circuito Cultural do Banco do Brasil, a Escola de Formação de Governantes e Associação Cearense de Formação de Governantes.

Na ocasião, o presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, reafirmou o compromisso do Legislativo de permitir que a população tenha acesso ao conhecimento. Na opinião dele, as pessoas que têm “o domínio do conhecimento são aquelas que estão mais bem sucedidas na vida, e queremos dar a nossa participação. Por que ficarmos omissos se estamos vendo na vida das pessoas, a competitividade, a concorrência do dia-a-dia das nossas vidas”? <sup>3</sup>

O cientista político Aroldo Mota falou sobre a República do Ceará, os presidentes e a política republicana do Estado. Segundo ele, dois grandes vícios marcaram esse período: o despotismo e o nepotismo.

Então, de 1889 até 1912 liderou a Política do Ceará um senhor chamado Antônio Pinto Nogueira Acioly. Antônio Pinto Nogueira Acioly já vinha do Império, porque ele era genro do poderoso Senador Pompeu, chefe do Partido Conservador no Estado do Ceará, cujo chefe do Partido Liberal era o Martiniano de Alencar, o pai de José de Alencar. Nogueira Acioly foi Vice-Governador várias vezes do Período Imperial e entrou o ano da Proclamação da República, em 1889, eleito Senador pelo Ceará, mas não pode assumir, habilmente ele saiu do centro dos acontecimentos, que era o Rio de Janeiro, e ficou no Ceará, quando foi eleito Senador Estadual, naquele tempo havia o Senado Estadual e passou a dominar a política do Ceará. Então, de 1889 a 1912, o Ceará foi liderado e dominado por Antônio Pinto Nogueira Acioly, ele e sua família.<sup>4</sup>

Para Aroldo Mota, apesar do nepotismo, Nogueira Acioly contribuiu para o crescimento do Estado. Foram construídos durante o seu governo a Faculdade de Direito, o Teatro José de Alencar, as caixas d'água situadas próximas à Faculdade de Direito, com material vindos da Inglaterra. Concluiu a estrada que dá acesso a Russas, iniciada por José Martiniano de Alencar. Destacou que à época, a política do Ceará era amparada pelo aspecto industrial e comercial.

<sup>1</sup> Cientista político

<sup>2</sup> Professor

<sup>3</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>4</sup> idem

Em 1912 Nogueira Acioly era Governador do Ceará, e por uma Revolução Armada ele foi deposto e o seu adversário, Franco Rabelo, assumiu a liderança de Fortaleza, mas cometeu um erro crasso, dividiu o Ceará. Nogueira Acioly continuou sendo o Líder do Cariri, do Interior do Ceará, e Franco Rabelo passou a ser o Líder de Fortaleza, demorou dois anos, o Padre Cícero, que exerceu depois de Nogueira Acioly, nós temos o Padre Cícero na minha visão, que como Prefeito de Juazeiro constituiu um acordo com os coronéis e vieram armados vencendo o Franco Rabelo, até que depuseram o Franco Rabelo porque Padre Cícero ficou acampado lá na Pajussara e ficou acampado na Fazenda Trapiá em Maranguape, que ainda hoje tem o nome bem grande dos dois lá. Padre Cícero tinha como seu braço direito, o Floro Bartolomeu e José Borba de Vasconcelos, pai do Aécio de Borba, sogro do Mauro Benevides.<sup>5</sup>

De 1914 a 1916 foi Padre Cícero quem governou o Ceará e, segundo o cientista político, ainda manda até hoje devido ao caráter político e religioso alimentado pelos seguidores do Padre, no Cariri. Em seguida, veio o engenheiro João Tomé de Sabóia, o que inventou a chuva artificial no Ceará. Depois que o seu vice, Marinho de Andrade concorreu à uma vaga na Câmara Federal, João Tomé de Sabóia trouxe José Gentil, patriarca da família Frota Gentil.

Então, ele passou a influir no Ceará, até que veio a revolução de 30, eu estou atropelando um pouco, porque a história é muita vaga. Com a revolução de 30, todo esse pessoal foi apeado do Poder, o Governador em 1930, era Matos Peixoto, que foi uma coisa até muita boa que fizeram a ele, porque ele era um péssimo Governador, e passou a ser um belíssimo professor de Direito Romano no Rio de Janeiro, deixou obras monumentais, José Carlos de Matos Peixoto, era o seu nome. De 1930 a 1945, é um período de absoluto obscurantismo da política brasileira, Getúlio Vargas casou e batizou, fez o que quis, fechou tudo, fechou da Câmara Municipal à Presidência da República, foram 15 anos de absoluto obscurantismo. Fernandes Távora se encontrava preso, na cadeia de Fortaleza que nessa época funcionava na chefatura de polícia, que funcionava na rua Conde D'eu, onde hoje é a Telemar, ele estava preso, a multidão na Praça do Ferreira, insuflada pelo Demócrito Rocha, dono do Jornal O Povo, ainda hoje é da família deles. A multidão se dirigiu à cadeia, tirou o Fernandes Távora da cadeia e o empossou no Palácio da Luz, lá no Centro como interventor.<sup>6</sup>

O chefe da revolução era Juarez Távora, irmão de Fernandes Távora. Depois veio Carneiro de Mendonça, militar, que deixou um abrigo de menores, que funciona hoje próximo à Uece, Em seguida, veio a nomeação de Felipe Moreira.

Primeiro e único governador de esquerda, não tem outro. A política do Ceará, toda ela é na mão dos Conservadores, até hoje está na mão dos Conservadores, pessoas boas, nós queremos bem, mas Conservadores que não representam o povo, representam a sociedade, são coisas distintas. O Lula foi eleito para representar o povo e está representando a sociedade, são coisas muito distintas, todos nós devemos ter cuidado nessas análises. Então, Felipe Moreira Lima, esquerdista, militar, irmão do Coronel Lourenço Moreira Lima, que foi o redator e o escrivão da coluna Prestes, antes de Prestes ser comunista, e Felipe Moreira Lima, veio com a missão de coordenar eleição, que haveria no Ceará, em 1934 para redação de uma Constituição Republicana.<sup>7</sup>

Segundo Aroldo Mota, apesar de a Constituição ter como base o pensamento político de Weimer<sup>8</sup>, na Alemanha, que visava o povo, Felipe Moreira Lima não teve domínio político.

Foi atropelado pelos integralistas, por Dom Joaquim, pela Igreja Católica, que fundou um Partido para dominar o Ceará e dominou durante 10 anos, Liga Eleitoral Católica era o nome do Partido. Então, a Liga Eleitoral Católica elegeu nesta Casa, na Assembléia Legislativa, em eleições indiretas o Dr. Menezes Pimentel, um moreno que era professor da Faculdade de Direito, mandou no Ceará, durante 10 ou 12 anos, foi eleito o Governador do Ceará e Edgar de Arruda, eleito Senador. Em 1937, o Getúlio deu golpe militar, fechou tudo de novo, e Menezes Pimentel, continuou como interventor até 1945.<sup>9</sup>

<sup>5</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> Aroldo Mota se refere à constituição da República alemã, promulgada em 1919, após o fim da 1ª guerra mundial e a conseqüente dissolução do império germânico. A alusão ao nome Weimer dá-se por conta da transferência da capital alemã de Berlim para cidade em questão, ficando a república conhecida a partir de 1919 como a república de Weimer.

Em 12 de dezembro de 1945, foram eleitos no Ceará, os senadores Olavo Oliveira e Plínio Pompeu, avô da senadora Patrícia Gomes. No período de 1945 para 1947, a intervenção continuou no Estado porque a eleição para governador, senador e deputados estaduais e federais só ocorreria em 1947, quando Menezes Pimentel foi afastado.

[...] de 26 de outubro de 1945 a 14 de janeiro de 1946, o Dr. Benedito de Carvalho, também chamado Beni de Carvalho, era professor do Colégio Militar e com esse currículo foi eleito interventor, nomeado pelo Presidente da República de então que era o Dr. José Linhares, tio avô, do Marcelo Linhares que ainda está aí para ouvir a história. Depois desse pequeno período nós tivemos uma nomeação esquisita, houve uma briga pela posse do PSD (Partido Social Democrático), entre o Pimentel e o Olavo Oliveira, e levou vantagem nessa briga, o Acrísio Moreira da Rocha, irmão de Crisanto Moreira da Rocha e Péricles Moreira da Rocha, e Acrísio Moreira da Rocha, foi nomeado por um mês interventor de Fortaleza. Foi um Governo populista, torcedor do Ceará, no dia que o Ceará ia jogar, ia trabalhar com a camisa do Ceará e o povo atrás, em vez de usar automóvel usava uma carroça para ir trabalhar, no Palácio da Luz, almoçava e jantava no Sapis.<sup>10</sup>

De acordo com Aroldo Mota, Acrísio Moreira foi secretário da Fazenda e três vezes prefeito de Fortaleza. Depois o PSD nomeou Pedro Firmeza

tio do Heber Firmeza que foi deputado aqui nesta Casa e o Pedro Firmeza veio para cá nomeado pelo General Dutra, já Presidente da República. Mas aqui ele se bandeou para UDN, passou a apoiar o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a Presidente da República, derrotado e passou apoiar o Faustino, que seria candidato a Governador lá na frente. Foi demitido e veio Machado Lopes, para também presidir uma eleição, mas não teve êxito. Do Machado Lopes, isso tudo eram dois meses que eles passavam aqui, tivemos o Feliciano de Ataíde 1947, dois meses também e Feliciano entregou o Governo ao Faustino de Albuquerque.<sup>11</sup>

Na avaliação de Aroldo Mota, no período de 1947 a 1964 o Estado viveu uma democracia burguesa: quem perdia a eleição mudava de partido, ia para a oposição. Continuou dizendo que aqui sempre se trabalhou com três partidos. Eram o PSD (Partido Social Democrático), do pai do governador Lúcio Alcântara, do Pimentel e do Martins Rodrigues; a UDN (União Democrática Nacional), comandada por Virgílio Távora e Paulo Sarasate; e o PSP (Partido Social Progressista), do Olavo Oliveira.

Hoje, continuou ele, continuamos com três agremiações: O PSDB, PMDB e o PPS.

Então, Raul Barbosa foi eleito Governador, o Vice era do PSP, do Olavo Oliveira, Stênio Gomes da Silva. Neste período do Raul Barbosa, é um assunto que eu tenho que tratar também com cuidado. Nesse período surgiu a figura do comerciante Carlos Jereissati. Getúlio Vargas era candidato a Presidente da República com Raul. Raul candidato a Governador do Ceará no PSD e o Getúlio Vargas no PTB, candidato a Presidente da República e o candidato do PSD era Cristiano Machado, deputado mineiro, e o candidato aqui no Ceará do PSD era Raul Barbosa, o candidato da UDN, era Edgar de Arruda, aquele que eu disse atrás que foi eleito Senador em 1934, Senador indireto pela Assembléia Legislativa. Muito bem, o PTB era pequeno a nível nacional, então o que fez o Getúlio? O Getúlio, que tinha sido o grande ditador do Brasil, que tinha constituído o PSD, passou então ser bafejado pelo Pessedistas e veio para o Ceará. O que aconteceu? O Edgar de Arruda adiantou-se e disse que hospedava Getúlio Vargas, foi criticado pela UDN, porque ninguém quis hospedar Getúlio Vargas na Aldeota, porque Getúlio Vargas era populista, então não queriam hospedar.<sup>12</sup>

Aroldo Mota contou que Getúlio Vargas foi recebido por Carlos Jereissati, afilhado de batismo do Edgar de Arruda, um negociante de tecidos na Senador Alencar com Castro e Silva, perto do Passeio Público. Getúlio também ocupou uma casa em Maranguape, de propriedade de Arruda. À época, de acordo com o orador, Fortaleza não tinha hotel. "O fato é que Getúlio Vargas indicou o Edgar de Arruda, o Getúlio Vargas votou, foi para casa, passou a eleição, o Carlos reuniu o PTB, partido pequeno, e foi cobrar a hospedagem".<sup>13</sup>

<sup>9</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> idem



Aroldo Mota contou que Edgar Arruda soube bem aproveitar a amizade com o presidente Getúlio. Conseguiu tirar do empresário Jacó Bislense, licença exclusiva para importar da Inglaterra linho para o Brasil e para a América Latina, que foi passada para as mãos de Carlos Jereissati. Em dez dias nós tínhamos aqui no Porto de Mucuripe, 10, 20 navios carregados de linho, e alguns meses depois o Carlos era um dos homens mais ricos do Brasil”.<sup>14</sup>

O Raul foi um grande secretário, politicamente desastrado, porque pediu apoio da UDN, o fato é que ele renunciou seis meses antes, foi candidato a senador junto com Olavo, perderam a eleição, foi eleito o Fernandes Távora, pai do Virgílio Távora e foi eleito o Parsifal Barroso que foi indicado pelo Carlos Jereissati.

No Governo do Parsifal Barroso, aqui começa um pouco a influência das mulheres na política do Ceará que também é muito pequena, para os Senhores terem uma idéia de todos esses livros que eu escrevo, eu fui encontrar uma mulher eleita no Governo do Raul Barbosa<sup>15</sup>

Mas foi no governo do Paulo Sarasate que a influência das mulheres na política foi mais evidenciada. De acordo com Aroldo Mota, dona Albaniza Sarasate tinha uma força tremenda, nada era feito sem combinar com ela antes. E no governo do Parsifal Barroso,

quem mandava mesmo era dona Olga (esposa), que era filha do Chico Monte, uma mulher forte, gigante, participava dos comícios. Nós tivemos lá na frente também uma mulher muito forte, que seria a Dona Luíza Távora, mulher do Virgílio, embora o Virgílio também fosse um homem muito forte, mas a Luíza tinha muita influência.<sup>16</sup>

De acordo com o sociólogo, a política cearense começou a degenerar depois do boato dando conta de que o presidente João Goulart pretendia aplicar um golpe de Estado, o que provocou uma união pelo Ceará.

O fato é que fizeram aqui uma união pelo Ceará, juntaram dinheiro demais, sobrou tanto dinheiro que construíram três edifícios em Fortaleza, o edifício que eu tenho escritório, o Palácio Progresso, Edifício na Beira Mar, o Edifício da Duque de Caxias, em frente ao Banco Central, quer dizer era dinheiro demais. O Carlos Jereissati se revoltou porque ficou fora, e era do PTB, tinha que ficar com o Jango mesmo, o Carlos então lançou candidato a Governador Adahil Barreto, pelo PTB e ele próprio candidato a Senador numa cadeira e o Olavo Oliveira se unindo lá na frente, porque quando o Carlos ingressou na política do Ceará, o PTB tirou o PSP da jogada e assumiu no lugar do PSP.

Então, o Carlos ganhou sozinho, ganharam o Virgílio Távora Governador pela União pelo Ceará; Joaquim Correia, Vice-Governador; Wilson Gonçalves, Senador e a outra cadeira do Senado foi para o Carlos Jereissati, foi uma coisa espetacular. Diz a história que ele ganhou por causa de um programa de televisão, isso é uma coisa que ainda se precisa saber, mas o fato é que ganhou, mas o Carlos já estava doente, e morreu aos 48 anos de idade, dizem que com medo da revolução, outros dizem com medo do Armando Falcão. Em 1964 houve a revolução do conhecimento de todos os senhores, o exército tomou de conta, tirou o PTB, o PSB, a UDN e adotou um comportamento esquisito. Abriu, não fechou as eleições, só não permitiu eleição para Governador e Prefeito de capital, o resto era livre eleição.<sup>17</sup>

Plácido Castelo foi eleito o primeiro governador indireto do Ceará em 1966, indicado pelo Senador Paulo Sarasate.

A coisa era tão violenta naquele tempo, que eu vou contar um fato não porque eu faça parte do fato. Na eleição passada, deste período, o Plácido Castelo pertencia ao PSP, do Olavo, eu também pertencia ao PSP, fomos candidatos a Deputado Estadual, eu fiquei em primeiro suplente, do PSP, Plácido Castelo foi eleito Governador, na reorganização partidária, o Plácido Castelo entrou na Arena, eu entrei no MDB, fui ser secretário geral do MDB e o Mauro Benevides Presidente. Plácido Castelo, renunciou à cadeira dele na Assembléia, eu iria assumir às duas horas da tarde, quando cheguei lá havia um Ato do Castelo Branco, assinado por ele, dizendo que eu não poderia assumir

<sup>13</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

<sup>16</sup> idem

<sup>17</sup> idem



e todo mundo batia palma, inclusive eu.

Depois que Virgílio Távora e Figueiredo Correia renunciaram para se candidatar à Câmara Federal, o primeiro pelo MDB e o segundo pela Arena, assumiu o governo Franklin Chaves da Arena.

[...] e era até do integralismo, ligado às raízes ideológicas da Arena, mas passou a aparecer muito nos jornais, de repente Franklin Chaves estava em Fernando de Noronha, assistindo reunião da Sudene, estava no Rio de Janeiro, pedindo coisa aos militares, e os militares: Ah! Ele está andando demais! Então baixaram um Ato Complementar 16, que diminuía o mandato dele para um mês. Era uma democracia esquisita, porque tinha a Assembléia funcionando, tinha eleição no Interior, mas não tinha eleição para Governador, nem tinha eleição para Presidente. E não era com medo não, porque no Rio de Janeiro eles deixaram a eleição também assim, o Chagas Freitas era do MDB e foi eleito no Rio Grande do Sul.<sup>18</sup>

Depois de Plácido Castelo veio César Cals.

César Cals deu uma rasteira no Virgílio, no Adauto, em todo mundo, ele usou o Lions Club para fazer a sua propaganda e usou os militares de Recife, porque a sede do Exército era lá, para influenciar o nome dele. E o Virgílio só teve que aceitar. O fato é que foi eleito o César Cals como Governador do Ceará. Nesta mesma eleição, o César Cals era eleito aqui na Assembléia, mas o Virgílio tinha que ir para as eleições e foi eleito Senador da República e o Wilson Gonçalves na outra vaga. Quando houve esse incidente do César Cals, o Virgílio, muito sabido, chamou o Adauto, nós temos que fazer um acordo aqui, eu, você e o César e esse acordo passou a ter o nome na história de Acordo dos Coronéis, tudo se fazia com os três. Em face desse acordo, na sucessão de César Cals, vem então Adauto Bezerra, candidato a governador e Waldemar de Alcântara indicado pelo Virgílio como vice-governador.<sup>19</sup>

Alegando motivo de ordem pessoal, Adauto renunciou, um ano antes de terminar o mandato e, em seu lugar, assumiu Waldemar de Alcântara, pessoa de confiança do Virgílio.

O Waldemar de Alcântara assumiu só para atrapalhar a eleição do Virgílio para governador, o segundo período, o Virgílio foi governador duas vezes no Estado do Ceará, o Nogueira Acioly duas vezes e mandou no resto e o Tasso foi três e mandou no resto.

Foi eleito o Virgílio, segundo governo, terceiro governo, quatro governos da revolução, da chamada revolução em 1978, eleição indireta. Aqui já houve outra modificação, foi eleito o Virgílio pela Assembléia Legislativa a governador e foi eleito o César Cals senador indireto, aqui também a revolução foi chamada Emenda Armando Falcão modificou o programa de televisão e elegeu um terço dos senadores no Brasil assim, pelas assembleias legislativas, quer dizer, no cabresto. O outro Senador foi o José Lins de Albuquerque indicado pelo Adauto e pelo Virgílio.<sup>20</sup>

Em seguida, Virgílio Távora renuncia para se candidatar a uma vaga no Senado e foi substituído por Manoel de Castro, que, de acordo com o orador, foi responsável pelo acordo feito em Brasília que permitiu a eleição direta no país.

Esse acordo foi feito no gabinete do Professor Leitão, que era o chefe da Casa Civil do Médici e então fizeram um acordo imoralíssimo, porque a eleição passou a ser direta, o Governo era o Geisel, o Governo Federal já estava abrindo para o grande comício das diretas, aquela coisa, e fizeram um acordo em Brasília do qual eu tenho a cópia por escrito, em que dizia o seguinte: o Coronel Virgílio Távora tem 33% dos cargos, o Adauto tem 33% e o Coronel César Cals tem 33%. Mal sobrou para o Gonzaga Mota o lugar da mulher de primeira-dama, eles tomaram tudo.

Lá na frente o Gonzaga vingou-se, mas aceitou por imposição da Luíza Távora que passou à história como madrinha do Governador Gonzaga Mota, isso foi um escândalo muito grande, mas nós fomos para eleição direta com o Mauro Benevides. Perdemos a eleição, o MDB agora era PMDB, o Gonzaga foi eleito, teve um governo razoável, politicamente afirmativo, brigou com os Coronéis, saiu do PDS, nesse tempo era PDS e entrou no PMDB. A nível nacional, acompanhou o dissidente Aureliano

<sup>18</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>19</sup> idem

<sup>20</sup> idem

Chaves que era Vice-Presidente da República de João Figueiredo.<sup>21</sup>

Segundo Aroldo Mota, o governo Gonzaga Mota foi marcado por escândalos e atraso no pagamento do funcionalismo público. Depois que ficou sem mandato foi presidir o Banco do Nordeste. E quando Tasso Jereissati voltou dos Estados Unidos para onde tinha ido para tratamento de saúde, Gonzaga lançou o empresário candidato ao Governo.

E tem um fato aqui até interessante que eu vou contar para os senhores. O Tasso não tinha filiação partidária, ele não era filiado a nenhum Partido, o Mauro então, Presidente do PMDB bolou, foram requerer uma justificação de ficha por desaparecimento no cartório eleitoral, aqui na Primeira Zona, juiz Edgar Carlos Amorim, fizeram uma justificativa, o juiz me telefonou que estava fazendo aquilo, eu corri lá, a essa altura eu era advogado da candidatura do Aduino. O Aduino era o candidato contra o Mauro e continuaria contra o Tasso. O fato é que eu vi todo o quadro, chamei o Lúcio, que era Presidente do PFL e fomos ao Humberto, o Aduino não entendia nada, tudo era o Humberto. Humberto, a história é essa, o homem não é candidato, não é filiado. “Não se preocupe com isso não que a eleição está ganha, isso é um menino amarelo. A eleição já está ganha, não fale nesse assunto não”. Esse é só um detalhe da coisa.<sup>22</sup>

Na oportunidade, Aroldo ressaltou que durante o governo Tasso Jereissati houve resistência ao nepotismo, prática utilizada no Brasil desde o início da nossa história. Ou seja, desde a chegada dos portugueses, quando Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei João VI sobre a terra recém-descoberta e, no final da carta, pedia emprego para um genro.

O Tasso resistiu ao nepotismo o quanto pôde, tem até a história do Mauro Benevides que foi pedir um emprego ao Wilson Machado, que não foi eleito e tomou um chá de cadeira, o Sérgio, quando falou com o Sérgio, eles tinham ganhado a eleição, o Sérgio disse, me traga o currículo dele. Olhe Wilson, eu fui lá (o Mauro disse ao Wilson) ele está pedindo o seu currículo. Quer dizer ele não sabia o que era currículo, espantou-se. Em 1990 aquilo que eu digo, ele cometeu um erro, tirou o Virgílio da Prefeitura de Fortaleza e elegeu Governador do Ceará o Ciro, o Tasso tirou o Ciro da Prefeitura e elegeu o Ciro Governador do Ceará, um Governo bom, um Governo razoável, não podemos nos queixar do Governo dele, renunciou poucos meses antes para ser Ministro.<sup>23</sup>

E, em 1992, Tasso elegeu Ciro para o Governo e Beni Veras para o Senado. Volta ao Governo do Estado no período de 1995 a 2002.

Aqui o Tasso já não resistiu e quebrou o nepotismo para não ser regra na história, nomeou dois parentes, todos nós sabemos, nomeou um parente no turismo, nomeou um parente no seu próprio gabinete que inclusive está hoje aqui na Assembléia Legislativa, uma pessoa muito boa, meu amigo, eu quero muito bem a ele. O Tasso organizou a infra-estrutura de Fortaleza, com metrofor, com água, com luz, com Porto do Pecém, hoje é um dos grandes, talvez daqui a cinco anos seja o segundo ou terceiro local para se instalar indústria. No Interior ele cometeu um erro na minha visão, porque implantou algumas indústrias no Interior, aqui para acolá, mas desprestigiou o agricultor e o Ceará ainda somos 70% de pessoas que vivem de agricultura, muito embora às vezes urbano morando na cidade, mas de qualquer maneira foi um grande Governador, ninguém pode negar.<sup>24</sup>

Ao final, Aroldo Mota prestou uma homenagem ao Poder Legislativo, informando que a instituição da Câmara Municipal sempre funcionou no Brasil e só deixou de funcionar no período de 1930 a 1945, no governo Getúlio Vargas.

[...] todos os outros anos nós sempre tivemos Câmara Municipal, desde as primeiras São Vicente, O Martin Afonso de Sousa em 1532; Piratininga, que é São Paulo, por João Ramalho, em 1546 que eram os Presidentes de Câmaras; Salvador por Tomé de Sousa em 1549; São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, 1565; Filipéia de Nossa Senhora das Neves, que hoje se chama Paraíba, em 1585. São Cristóvão do Rio de Sergipe, por Cristóvão de Barros em 1590.<sup>25</sup>

<sup>21</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>22</sup> Idem

<sup>23</sup> idem

<sup>24</sup> Idem.

Por solicitação da presidente do Inesp, Gina Pompeu, o cientista político explicou aos presentes a diferença dos sistemas de governo para o povo e para sociedade, citados logo no início da sua fala. Segundo ele, nós somos o quarto ou quinto e não obstante, somos 30 milhões morando debaixo da ponte, enquanto 100 milhões têm poder aquisitivo.

Então, essas pessoas não sabem o que é liberdade, essa pessoa não é sociedade, essa pessoa é povo. Mas ela não participa de clube, ela não participa de festa, ela não sabe o que é Dragão do Mar, ela não sabe o que é Clube do Vaqueiro, ela sabe só colher papelão para vender e comer, só isso. Então, isso aí é que é o povo. Por isso é que nós estamos, parte da gente e eu, inclusive, que votamos no Lula, estamos estranhando, mas eu não estou estranhando, porque ele foi eleito pelo povo, mas está governando com a sociedade, comigo que pago imposto de renda, mas não está administrando ainda com o povo, aquele povo que somos 40 milhões de pessoas que não têm o que comer. Por isso que eu faço essa diferença. Sociedade é humanidade organizada e o povo é o povão sem documento, sem nada.<sup>26</sup>

O segundo palestrante, o jornalista Arnaldo Santos, falou sobre as eleições no Ceará, que segundo ele, têm registro violento, marcado por muito sangue. A história tem início a partir de 1699, com a formação da primeira Câmara Municipal de São José do Ribamar do Ceará, instituída pela carta Régia de 13 de fevereiro de 1699.

Realizada a eleição da Câmara, em 25 de janeiro de 1700, foram escolhidos, como primeiros Vereadores aqui desse Estado: Antônio Dias Freire, Antônio da Costa Peixoto e José Costa Aguiar. A vida se instalou no Povoado de Iguape, mas os habitantes da vizinha Aquiraz, que era a cidade mais antiga, por se achar mais desenvolvida, exigiram a sua transferência da sede, para a capitania, em 20 de abril de 1701, contrariando o desejo da população de Aquiraz, a própria Câmara decidiu mudar a sede da Vila para a Barra do Ceará e ali elegeu o Pelourinho, que é o obelisco que simbolizava a autonomia Municipal. Entretanto, já em 24 de fevereiro de 1706, o Capitão Mor Gabriel da Silva do Lago sugeriu e foi atendido, para que se mudasse a sede da vila para Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Esse tira e bota, da Câmara Municipal, nessa época, vai durar nada mais e nada menos do que 26 anos nesse período.<sup>27</sup>

Sendo assim, o pelourinho voltou para Aquiraz, foi novamente para a Barra do Ceará, depois para o Iguape e, por fim, no dia 13 de abril de 1726, com a eleição dos Vereadores Jorge da Silva, Pedro Moraes Souza e João Fonseca Machado se fincou em definitivo em Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, esta data hoje aceita como o início histórico da política também de Fortaleza.

Arnaldo Santos historiou que no século XVIII a escolha para os componentes do Legislativo era feita nos pelouros (bolas de cera na qual se incluía o voto do eleitor), quando também eram eleitos, além dos vereadores, dois juízes. Às vezes, ocorriam até duas eleições num mesmo ano. Esse processo de escolha continuou até o início do século XIX, quando o colégio eleitoral foi paulatinamente acrescido.

À época destacou-se o líder político Boticário Antônio Rodrigues Ferreira. Veio do Rio de Janeiro e se instalou em 1825, em Fortaleza, onde fundaria a famosa praça que hoje tem o seu nome, Praça do Ferreira.

Eleito Vereador em 1842, e intendente em 1843, cargo equivalente ao de Prefeito, exercido pelo Presidente da Câmara, o Boticário apesar de ter métodos perversos, para os seus adversários, conduziu seu mandato com abnegação, interesse pelo desenvolvimento da Capital. É nessa época do seu desempenho, que Fortaleza teve muita organização urbanista de hoje. Como por exemplo, o seu traçado lógico, a partir da praia, em raios, as melhorias qualificativas, equipamentos que prepararam para os tempos atuais.<sup>28</sup>

No século XIX, era costume no Interior da Província, as eleições se realizarem no interior das igrejas. Mas, isso não era motivo para que os pleitos não fossem marcados pela violência. Eram freqüentes os atritos e até homicídios. Nas eleições de 3 de novembro de 1856, realizadas na Matriz de Sobral, quatro pessoas foram mortas e mais de 50 feridas.

<sup>25</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>26</sup> idem

<sup>27</sup> idem

O principal personagem ativo desse episódio foi o cidadão Vicente Gomes Parente, que era conhecido na Ribeira do Acaraú, pasmem os senhores, como capador. Desde o século XVIII, que a atividade política do Ceará tem sido marcada pela violência, derramamento de sangue, foi também a disputa por terras, prestígios políticos entre os Montes e os Feitosas. Como as autoridades principais se encontravam distantes dos cenários das lutas, o Sertão Central, se cobriu de cadáveres e de lado a lado numa bestialidade, que até hoje, mancha a história política do Ceará. Como herança dessa guerra entre famílias, famílias que o Aroldo deixou para uma segunda parte e conhece melhor do que nós, incorporaram inclusive a toponímia cearense com muitos nomes de localidades, como Batalha, origem disso aí, tropas, emboscadas, trincheiras, cruzeiros, sacos de balas e até Riacho dos Santos.<sup>29</sup>

As famílias Castro e Moreira também protagonizaram outra luta ferrenha no ano de 1810, da qual também foram protagonistas o padre Antônio José Moreira, eleito Deputado na Constituinte de Lisboa e o Vereador Antônio José da Silva Castro, que era protegido do Governador Sampaio. “Segundo João Brígido, em “Ceará homens de fatos”, este Antônio José Castro, era o preferido de Sampaio, que o protegeu e a sua família, dando-lhe muitos empregos e privilégios origem de sua fortuna e de sua vida pública e que o Aroldo mencionou muito bem, mencionou em algumas dessas passagens”.<sup>30</sup>

No Ceará Província, as Câmaras Municipais tiveram atuação marcante. Quixeramobim, por exemplo, declarou extinta a dinastia dos Orleans e Bragança em represália ao imperador Pedro I, que mandou fechar a Assembléia Constituinte, em 1823.

Com um ato adicional, na Lei de 12 de agosto de 1834, foram então instituídas as Assembléias Legislativas Provinciais. Como Governante no Ceará à época, coube ao Padre José Martiniano de Alencar, instalar a nossa Assembléia Legislativa, que depois de acirrada as eleições, envolvendo Chimangos e Caranguejos, iniciou os seus trabalhos em 7 de abril de 1835. O Padre Alencar era dirigente maior dos Chimangos, que representavam a ideologia liberal, os caranguejos que representavam o pensamento conservador, eram dirigidos pelos Deputados Gerônimo Figueira de Melo, José Antônio Ibiapina e o Padre Antônio Pinto de Mendonça.<sup>31</sup>

Nas eleições de 1841, os Chimangos venceram os Caranguejos com grande maioria, e dois anos depois, em 1843, diante de nova derrota, alguns membros dos Caranguejos resolveram fundar o Partido do Meio e, simultaneamente, o Jornal Equilíbrio.

As eleições, segundo João Brígido, continuavam sendo uma grande marmelada, as eleições eram feitas por um método sumaríssimo. Os destacamentos tomavam as matrizes, nas igrejas escreviam-se algumas atas e nada mais. Havia algum povo ciscado aqui pelas vilas e pelo campo, mas este, só entrava nas eleições como veículo. Esse povo, ainda há pouco o Aroldo Mota se referia, sem qualquer interferência de nada. Havia uma ala dos Caranguejos, denominada Carcará, dirigida pela família Fernandes Vieira, Miguel Fernandes Vieira juntou-se a Antônio Ferreira e fundou a corrente do Boticário Carcará, que passou a ganhar as eleições no Ceará. A partir de então, os liberais foram não só, demitidos dos cargos, essa questão quando alguém chega ao Poder e demite os adversários, nada disso constituiu qualquer novidade. E a partir de então, demitiram todo mundo. Segundo Abelardo Montenegro, autor dos Partidos Políticos do Ceará, a facção Boticário Carcará, mantinha o seu prestígio a custa de fraude e da violência.<sup>32</sup>

Arnaldo continuou dizendo que a orientação de Boticário prevalecia mesmo quando os Colégios Eleitorais discordavam. Ou seja, se o deputado eleito não era um aliado, o diploma era dado a outro. Foi o que aconteceu com Pinto Mendonça eleito deputado em 1849, mas o diploma foi conferido ao candidato Miguel Fernandes Vieira. De acordo com ele, fatos como esses também foram registrados na Assembléia Legislativa, enquanto era discutida a mudança da Mesa Diretora.

Segundo Arnaldo Santos, os interesses das grandes famílias sempre predominaram na política cearense. A história é pontuada de nomes ilustres que vão sucedendo nas funções públicas, formando dinastias. Os sobrenomes dominantes

<sup>28</sup>Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> idem

<sup>31</sup> idem

<sup>32</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

eram os Castro Alencar, Fernandes Vieira, Pompeu de Souza Brasil e Paula Pessoa, dentre outros.

A família Alencar participou praticamente de todos os movimentos de caráter liberal do século XIX, sobretudo das Revoluções Republicanas de 1817 e 1824, a famosa Confederação do Equador. Tendo como nomes mais destacados, a matriarca, Bárbara de Alencar e seus filhos Tristão Gonçalves e o Padre José Martiniano de Alencar. O filho do Padre Alencar, famoso romancista José de Alencar, foi deputado e ministro da Justiça. O filho de Tristão Gonçalves, também chamado Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, além de muitos cargos fora do Ceará, aqui foi deputado estadual e presidente da Assembléia Provincial no biênio, 1848, 1849.<sup>33</sup>

Já os Fernandes Vieira, cujo principal nome foi o Dr. Miguel Fernandes Vieira, modificaram o Partido Conservador. Além de deputado provincial, ele também presidiu a Assembléia Legislativa em dois mandatos e senador pelo Império. A família Feitosa formou o clã pastoril, na região dos Inhamuns, que se notabilizou por seus métodos violentos empregados na política.

Foi da família Pompeu que saiu o homem que se tornou o mais poderoso do Ceará: o Padre Tomás Pompeu de Souza Brasil criador do Liceu. Ganhou todas as eleições em aliança com o seu primeiro, senador Vicente Alves de Paula Pessoa.

Os Paula Pessoa dominariam também por algum tempo a política cearense. Citado pelo Alberto Montenegro, do Jornal Constituinte, edição de 18 de fevereiro de 1866, assinalava que no segundo distrito eleitoral, eram deputados gerais todos os genros do senador Paula Pessoa, eram sete na chapa distrital, apenas. Sabe de quantos, dos doze que compunham toda chapa, mas de dois terços da chapa. Com a morte do Senador Pompeu, em 1877, o comando do Partido Liberal foi passado para o seu genro, Antônio Pinto Nogueira Acioly. Aqui começa o nepotismo e o despotismo sobre o qual o Aroldo falou superficialmente, que eu vou aqui dar mais detalhes sobre o sentido real desse nepotismo.<sup>34</sup>

Com a mudança da maior oligarquia da história política do Ceará, Nogueira Acioly, que ocupava o cargo de vice-presidente da Província, em 1880, foi eleito deputado geral, renunciando em seguida para voltar ao cargo anterior, o de vice-presidente do Ceará. No ano de 1889, conseguiu um mandato de Senador do Império, mas foi impedido de assumir por causa da Proclamação da República. Não se dando por vencido, Nogueira Acioly fundou o Partido Republicano Federalista.

Três anos depois, em 1892, elegeu-se novamente Vice-Presidente e quatro anos mais tarde, Presidente do Ceará.

Em 1900, Acioly não conseguiu fazer o seu sucessor, pois o Ministro Joaquim Martinho, seu inimigo, impôs o nome do Deputado Pedro Borges para governar o Ceará. Temendo que o novo administrador fizesse uma devassa em suas contas e o liquidasse politicamente, nós sabemos que acontece na história recente no Ceará, Acioly, que mantinha a maioria na Assembléia, propôs um acordo a Borges. Vamos ao acordo: O Presidente teria o apoio dos seus Deputados e a eleição certa para Senador no fim do mandato. Em 1904, Nogueira Acioly voltou ao Poder, era apoiado pelos coronéis do Interior, à frente dos quais estava o Padre Cícero Romão Batista. A oposição urbana foi crescendo, mas não evitou que usando um artifício, o velho oligárquico cearense, conseguisse da Assembléia Legislativa, o direito de se candidatar à reeleição em 1908, essas manobras que costumeiramente estamos acostumados a ver aqui, isso não é coisa de agora, não é invenção dos políticos contemporâneos.<sup>35</sup>

A revolta urbana, em 1912, pôs fim às pretensões política de Nogueira Acioly e ao período da história do Estado que foi marcado pelo nepotismo. De acordo com o sociólogo Arnaldo Santos, o político em questão tinha, como Secretário no Interior, o seu filho José Acioly, ele próprio era diretor da Faculdade de Direito, tendo o seu cunhado Tomás Pompeu como Vice-Diretor. Um outro filho, Tomás Acioly, era diretor do Liceu e o seu genro, Jorge de Souza, o Vice-Diretor. Tomás Acioly era também Diretor da Escola Normal e do corpo docente desse colégio, faziam parte um sobrinho, uma sobrinha, o irmão de um Presidente do Ceará.

O Dr. Tomás inclusive deveria ter o dom da "plurilocação", pois era também Senador da República pelo

<sup>33</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>34</sup> idem

<sup>35</sup> idem



Ceará. Na Câmara Municipal, o Secretário era Jovino Pinto, nada mais nada menos do que sobrinho de Acioly e o Procurador Fiscal, o Antônio Acioly Filho. O Batalhão do Exército era comandado por um genro do Presidente Capitão Borges.<sup>36</sup>

No final de 1911, o candidato oposicionista, coronel Marcos Franco Rabelo, candidatou-se à presidência do Estado.

A população da Capital passou a comandar os acontecimentos sucessórios. Nunca Fortaleza havia se envolvido tanto numa eleição. Das elites a multidão anônima, a mobilização era geral, passeatas de mulheres, crianças, trabalhadores do porto. Ao reprimir com violência a passeata das crianças, no momento em que tentavam ocupar a Praça do Ferreira, a polícia provocou a morte de uma criança, uma menina. A notícia correu rápida e a revolta se generalizou, travou-se uma verdadeira guerra com mortes dos dois lados, cerca o Palácio com corte do fornecimento de água, luz, alimentos, tornou-se inevitável a redenção do Presidente ao qual o Aroldo falou ainda há pouco.<sup>37</sup>

No dia 24 de janeiro de 1912, apesar de ter sido eleito com  $\frac{3}{4}$  da votação, Franco Rabelo e o seu vice-presidente, Antônio Francisco de Carvalho Mota, enfrentaram dificuldades porque os deputados e chefes políticos queriam continuar recebendo benesses.

Logo após, essas indisposições primeiras, com os próprios aliados ele também cometeu um pecado ao tomar posições no Estado, contrárias aos interesses do Presidente da República. Isso lhe foi fatal. Contando com o apoio do senador Pinheiro Machado, nome que Rabelo rejeitaria como candidato a Presidente, a oposição que se articulou para tomar o Poder. Esse governo de Juazeiro do Norte – aí novamente o Padre Cícero é a figura central – sob o comando do caudilho, o deputado Floro Bartolomeu da Costa, e a liderança religiosa do Padre Cícero, criaram uma complicação que justificasse a intervenção Federal. Floro declarou naquela época que não reconhecia mais Franco Rabelo como Presidente do Estado e instalou um governo paralelo.<sup>38</sup>

Apesar da intervenção do presidente que enviou tropas, quem venceu a rebelião foi a tropa dos jagunços e beatos comandados por Floro. As oligarquias de base rural continuaram dominando o Ceará até 1930. Formavam a República Velha: Benjamim Liberato Barroso (1914-1916), João Tomé de Sabóia (1916-1920), Justiniano de Serpa (1920-1923), Ildfonso Albano (1923-1924), José Moreira da Rocha (1924-1928), José Carlos Matos Peixoto (1928-1930), deposto pela Revolução de 30.

A campanha Presidencial de 1930 também movimentou o Ceará. No dia 2 de fevereiro, chegava a Fortaleza aquela caravana liberal – sobre a qual o Aroldo se referiu, que representava Getúlio Vargas para Presidência da República tendo a frente os tribunos: Augusto de Lima, Bruno Lobo, Agripino Nazaré e Alcides Carneiro. Os oradores foram simplesmente proibidos pelo Presidente Matos Peixoto de realizar o comício programado na Praça do Ferreira. Dois dias depois – olha a influência – uma segunda caravana, desta vez aliancista, portanto com vínculos políticos com o comando no Ceará, trazendo como oradores Batista Luzardo, Gustavo Caparema, Raul Bittencourt e Paulo Duarte – estes realizaram o comício na Praça do Ferreira, na Praça Fernandes Vieira continuando sua pregação pelo Sul do Estado, apesar da população cearense reclamar festivamente dos oradores, quando as urnas se abriram Júlio Prestes, o candidato da Situação venceu no Ceará.<sup>39</sup>

As principais figuras da Revolução de 30 foram os tenentes Landri Sales, Martins de Almeida, Djalma Baima, Júlio Veras, Ari Correia Brígido e os líderes civis Fernandes Távora, José de Borba Vasconcelos e o Jornalista Demócrito Rocha.

Após a vitória da Revolução, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, irmão do Juarez Távora, foi aclamado governador do Estado. O também articulador do movimento foi exonerado em 13 de julho de 1931, dando início a uma seqüência de posses e de destituições no governo. Ou seja, no período de 8 de outubro de 1930 a primeiro de março de 1947, o Ceará teve 19 interventores.

Participavam do antigo PSD Fernandes Távora, João da Silva Leal, Alfredo dos Santos, Pedro Filomeno, Demócrito Rocha e José de Borba Vasconcelos. Os líderes da LEC eram, além do bispo Dom Manuel, Edgar de Arruda, Audifax Mendes, José Magalhães Porto, Floriano Delgado e Menezes Pimentel.

<sup>36</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>37</sup> idem

<sup>39</sup> idem

<sup>39</sup> idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Em 1934 foram realizadas as eleições para as Assembléias Constituintes Federal e Estaduais para elegerem o Presidente da República e os governadores dos Estados. No Ceará a eleição para Governador se processaria em 1935. Como o pleito seria indireto, as atenções estavam voltadas para os Deputados que formariam o colégio eleitoral.

Aqui também é uma parte interessante: O resultado para as eleições nessa época, da Constituinte Estadual, deu vitória à LEC que elegera 17 deputados contra 13 do PSD. Com isso, estava praticamente assegurada a vitória do candidato lecionista, que era o Dr. Menezes Pimentel, sobre o qual Aroldo Mota se referiu na sua intervenção. Porém, o PSD passou a manobrar – aqui entra de novo as manobras, os conchavos – passou a manobrar por todos os meios para modificar o quadro que parecia definido. A começar pela substituição do seu candidato Juarez Távora por José Acioly com a esperança de captar o voto dos conservadores. [...] a iniciativa pedesista só funcionou precariamente. Apenas o Deputado George Moreira Pequeno abandonou a LEC, continuando esta com a maioria de dezesseis contra quatorze.<sup>40</sup>

O suborno e a violência continuaram marcando época. Os deputados Carlos Benevides, pai do ex-senador e, hoje deputado Mauro Benevides, e Lourival Correia, tiveram suas casas invadidas pela polícia do interventor Moreirinha. A história conta que houve até tentativa de envenenamento de deputados de oposição, através de uma refeição servida por um hotel da cidade. Para evitar o suborno, os deputados foram obrigados a pedir ajuda ao 23º BC.

Mas o fato pitoresco desse episódio vem agora: a última esperança do PSD passou a ser a virada do voto do deputado Elpídio Prata Gomes que se dizia independente. Sempre tem um deputado que se coloca como senhor das suas ações e passa a ser, em determinados momentos, fiel de balança. (...) Se ele votasse em José Acioly haveria então empate de 15 a 15 – olha a situação, e como o candidato do PSD era o mais velho do que o da LEC, seria então decretado o vencedor. Na hora da votação, segundo contavam alguns dos participantes muitos anos depois, o destemido deputado Chico Monte – que é uma figura por demais conhecida na história política do Ceará – da LEC, sentou vizinho ao deputado Elpídio e encostando, discretamente o punhal em uma de suas costelas – aqui, abaixo da axila – sussurrou baixinho pra ele: -"Amigo Elpídio, nós vamos ter 16 votos, não vamos? Mas, se não saírem os 16 – continuou ele – você será um homem morto. Reze, portanto, para que ninguém erre o voto porque se isto acontecer, o azar será somente seu, mesmo que você tenha votado, como eu creio que vai votar".<sup>41</sup>

Ao final, Menezes Pimentel foi eleito governador com 16 votos. E com o golpe do Estado Novo, foi mantido no poder como interventor até 1945. Depois, com a redemocratização do país, vieram novos interventores e foram organizados novos partidos, dentre eles o PSD (Partido Social Democrático), antiga LEC presidido por Menezes Pimentel; a UDR (União Democrática Ruralista), antigo PSD presidido por Fernandes Távora e PSP (Partido Social Progressista), que era presidido por Olavo Oliveira.

Merecem destaques também o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) presidido pelo então Carlos Jereissati, pai do ex-governador e hoje senador Tasso Jereissati; o PCB (Partido Comunista Brasileiro) presidido por José Bento de Sousa e o Partido Republicano, que era presidido por Acrísio Moreira da Rocha.

Nas eleições de 1947, eram candidatos ao governo do Estado, o general Onofre Muniz Gomes de Lima, pelo PSD, e o Desembargador Faustino de Albuquerque, pela UDN. O PTB formou aliança com o PSD, enquanto a UDN com o PSP. O candidato eleito foi o desembargador Faustino de Albuquerque.

Ao final, Arnaldo Santos destacou que a história do Ceará sempre foi marcada pelo sentimento de bravura e de liberdade, além da astúcia manifestada em muitos movimentos.

O terceiro expositor foi o sociólogo e professor Francisco Josênio Parente, coordenador do fórum permanente de Debates na FIC (Faculdades Integradas do Ceará), que falou sobre a estrutura básica, humana, física e geográfica do Ceará. De início, ele fez uma reflexão a partir da leitura que a região Sudeste tem da região Nordeste e o Ceará, que, segundo ele, não se encaixa. De acordo com o também escritor, a geografia cearense detém a maior parte do semi-árido.

Na opinião dele, as famílias ricas, as oligarquias, não se sustentam durante muito tempo. "Se você vir o século XX, nós tivemos quatro momentos de oligarquias, ou de momentos em que o Poder ficou restrito a um grupo específico e não houve alternância de Poder". Como exemplo, ele citou a família Acioly, que apesar do forte domínio, desapareceu

<sup>41</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>42</sup> idem

da cena pública cearense.

Mas o Ceará ficou com essa imagem, quer dizer, os Aciolys é que dominam o Ceará. Mas, em 1912 acabou. Se você estudar diplomacia, você vai ver a continuidade dos Aciolys. Mesmo porque os Aciolys eram realmente intelectualizados – criaram a Faculdade de Direito, por isso é que eles estão lá presentes, com relações internacionais e tudo mais.<sup>42</sup>

Segundo o professor, o fim da predominância da oligarquia Acioly, que vingou durante cerca de 12 anos, tem uma característica semelhante ao período dos coronéis. “Quer dizer, os Coronéis reproduzem as características estruturais dos Aciolys. Foi o Governo Federal também que estimulou por uma eleição direta o acordo dos Coronéis que tão bem destacou Aroldo Mota”.<sup>43</sup>

Ele continuou dizendo que o Ceará foi destaque político de interesse internacional em dois momentos: na década de 30 e durante a gestão Tasso Jereissati. O primeiro momento foi quando o Ceará participou da Liga Eleitoral Católica (LEC), no ano de 1932. A Liga foi criada por um grupo católico liderado por Dom Sebastião Leme para fazer frente ao enfraquecimento da influência tradicional do catolicismo, agravada na década de 20, devido à crescente urbanização, à secularização da cultura e à fundação do Partido Comunista Brasileiro.

O movimento destinava-se a defender os ideais cristãos na vida política nacional e tinha como secretário geral Alceu Amoroso Lima. Para Josênio Parente, o grande estrategista do movimento, aqui no Ceará, foi Dom Manuel da Silva Gomes, criador do Círculo Católico de Fortaleza, que serviu de modelo para Dom Leme criar em 1921, o Centro Dom Vital, um outro movimento que ajudou a organizar a Igreja.

E, num segundo momento, no governo Tasso, quando o Ceará viveu um “período rico”.<sup>44</sup>

Nesse ínterim, a professora Valda Mota interveio dizendo que a estrutura do poder local do Ceará, desde o início, foi marcada pelo clientelismo.

pelo mandonismo, inclusive, com muita força na questão da Oligarquia Acioly, posteriormente, com a questão dos interventores. [...] De forma que, é interessante se colocar no Projeto Republicano, quando a população vê que essa República é excludente, e não está participando, e que os Líderes chamam pra uma reunião na praça, onde são ovacionadas lideranças da elite. O povo não vai, quer dizer: o povo se coloca silencioso; o povo não vai aderir a essa grande manifestação por conta de quê? Que ele estava reconhecendo que essa República no Ceará era excludente, era, sobretudo, uma República Oligárquica. Que vocês vão ver no começo do Século XX, vai ter toda uma força a Oligarquia Acioly. E vai ter a bancarrota da Oligarquia; a queda da Oligarquia em 1912. E que o povo vai à rua! Quer dizer: o povo vai à rua, e praticamente armado, derruba as fábricas do Acioly.<sup>45</sup>

A reação popular, na opinião dela, mostra que o cearense é resistente e, sobretudo, sarcástico e tenaz.

Então, é preciso também, que ao lado dessa trajetória da elite, que vai forjando seus projetos de dominação e de exclusão social, mostremos uma população no Ceará, que é bravia, que se coloca em todos os momentos, com resistências surdas e resistências no cotidiano. Principalmente no cotidiano. Então é preciso ver na história do Ceará, que nós temos também um povo, que se contrapõe a todo esse processo de dominação resistente.<sup>46</sup>

Arnaldo Santos complementou informando que o Ceará mandou cerca de seis mil homens para a guerra do Paraguai, logo após a independência do Brasil. A iniciativa já demonstra o quanto é forte o sentimento de participação de mobilização do cearense.

Entretanto, essa ausência também decorre muito de um fato significativo, colocado pelo Professor Josênio Parente. É que as elites que dominaram nesse período, têm tanto desprezo, – como Sociólogo é a única visão que eu encontro, por essa cidadania dos cearenses, que ela não o estimula, porque a ela não interessa fazê-lo, sob nenhuma hipótese, porque a visão é aquela de manter como mero instrumento, massa de manobra, para legitimar aquilo que hipoteticamente seria, digamos, a visão mais adequada.<sup>47</sup>

<sup>42</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>43</sup> Idem

<sup>44</sup> Idem

<sup>45</sup> Idem

<sup>46</sup> Idem

E fazendo uma análise sobre a social democracia, o sociólogo acentuou:

Saindo do Brasil e implantando aqui no Ceará, qual é a organicidade que temos, por exemplo, no Partido da Social Democracia, especificamente? Enquanto na Europa, no Leste Europeu, a Social Democracia tem bases sindicais nas grandes indústrias, tanto no seu corpo dirigente em nível de Partido, como no Parlamento de pessoas, aqui não, aqui se dá através do CIC, e o que é o CIC, senão uma elite, que já vem dominando, e que no momento resolve então como os conhecimentos das universidades, com as tecnologias da comunicação. [...] Então, não há essa organicidade entre a elite e essa população. Isso faz com que a população tenha sofrido muito mais esse processo. E todas às vezes que ela se rebelou contra isso, ela o fez, de forma empírica, pelo seu próprio sentimento de indignação cívica, chamemos assim, ou em todos esses fatos.<sup>48</sup>

Segundo o jurista Aroldo Mota, a História Política do Ceará é conservadora. Durante todo o período republicano do Ceará e do Brasil, a política foi regida por dois vícios: o despotismo e o nepotismo. Para o jurista, o despotismo esteve presente em todo o período da ditadura militar e em toda a história política do Estado, o conservadorismo e a elite política foram amparados pelas tradicionais famílias cearenses. Para Aroldo Mota, a política do Ceará sempre esteve em mãos dos conservadores, que representam a sociedade e não o povo. O suborno e a violência sempre marcaram o período eleitoral e contribuíram para o resultado das eleições.

---

<sup>47</sup> Ata da Sessão do 1º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 1º de setembro de 2003.

<sup>48</sup> Idem.

## O CEARÁ EM DESTAQUE

Autores do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Domingos Filho (PMDB)

Palestrantes convidados: Hypérides Macedo<sup>1</sup>, prof. Francisco Moreira<sup>2</sup>, Prof. Pedro Albuquerque<sup>3</sup>, Arnaldo Santos<sup>4</sup>

Data: 08/09/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará deu continuidade, no dia 8 de setembro, ao Ciclo de Palestras Ceará 400 anos, abordando o tema Ceará em Destaque. A iniciativa conta com a parceria do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, Inesp. A abertura dos trabalhos foi feita pelo presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals, que na oportunidade ressaltou a importância dos debates. Em seguida, passou a palavra ao deputado Artur Bruno, que justificou a sua ausência na abertura do Ciclo de Palestra, informando que viajou



aos Estados Unidos, a convite do governo norte-americano.

O primeiro palestrante, Hypérides Macedo, falou sobre a convivência do Ceará com a seca. Ele entende que o fenômeno da estiagem é menos problemático que a enchente, que destrói o patrimônio e causa óbitos; aos tufões e tornados que causam prejuízos muito maiores. Por isso, na opinião dele, o cearense não deve se constranger por causa da seca.

A seca é um fenômeno conservativo. A seca não estraga nada. Ela não destrói energia, não destrói estrada, por sinal, é uma época boa para se construir. Muita gente escolhe a seca para consertar o telhado das casas, porque é nessa ocasião que se reforma a pintura das residências. A seca só tem um problema grave: inibe a produção e cria o desemprego para uma população que depende muito da agricultura, apesar do pico da agricultura ser baixo, mas o emprego do campo é fundamental para a vida dos cearenses.<sup>5</sup>

Hypérides completou dizendo que o Ceará, apesar de ser semi-árido, é uma das regiões em que mais chove no mundo.

Segundo as estatísticas da Universidade de Stanford (EUA), só 25% das regiões do Globo chovem mais de mil milímetros, e no Ceará chove mais de mil milímetros. Fortaleza chove mais de 1.500 milímetros; Ibiapaba chega às vezes a dois mil milímetros; Serra da Meruoca tem uma média de 1.600 milímetros; Baturité chega a 900 milímetros. Quer dizer, é uma região de muita chuva, comparada com a Espanha que são 400 milímetros; a Alemanha são 600, no Ceará chove muito. O problema do Ceará não é quantidade de chuva. O problema do Ceará é não saber aproveitar a umidade que ele tem. No Ceará há o desperdício da umidade.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Ciências Políticas da Unifor

<sup>3</sup> Prof. Ciências Políticas da Unifor

<sup>4</sup> Sociólogo e jornalista

<sup>5</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>6</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O secretário ressaltou que são três os aspectos fundamentais no Ceará: a irregularidade temporal e espacial da chuva, (que cria o eventualismo), e a geologia cristalina, que não permite a infiltração da água, razão pela qual não temos rios permanentes.

O eventualismo é a pior coisa que a sociedade pode ter. Ele não sabe se vai ter, às vezes tem, às vezes não tem. Hoje, o que prejudica muito o Ceará é quando chove, porque todas as ações do Governo se acabam. O Governo está interessado em montar uma estrutura contra a seca, choveu, vai todo mundo para casa. Por sinal, essa irregularidade é um dos fenômenos culturais que mais prejudicam a convivência.<sup>7</sup>

Ele lembrou também a evaporação no Ceará, que é três vezes a mais do que a média da chuva. Enquanto o nível de chuva atinge os 700 milímetros, a evaporação chega 2.500 milímetros.

Isso significa dizer que se espalhássemos a chuva do Ceará num ano, no território, com três ou quatro meses o sol teria bebido toda a água do Ceará. É por isso que se fazem açudes. Açude é um copo fundo que guarda a água que chove numa bacia. Os árabes já descobriram no fim da Idade Média com conhecimento grego, que a evaporação não é proporcional ao volume do copo, mas à boca do copo, conseqüentemente, quanto mais fundo o copo mais rendimento tem o açude. Não se pode fazer açude demais. Vejam, se o copo fundo guardar a água que chove numa bacia para se livrar do sol, se fizer açude demais, como fazem aqui no Ceará, as Emendas Parlamentares, somadas às políticas da Sudene de emergência, assim, estamos pegando o copo e derramando de novo na bacia. Com isso, estamos contrariando a aritmética árabe, que foi quem inventou o açude.<sup>8</sup>

O Ceará hoje perde por ano cerca de 2,5 bilhões de metros cúbicos de volume de água com a evaporação. A culpa é do número de açudes.

Se ele (o Estado) tivesse menos açudes e colocasse suas águas dentro das adutoras, não perderia nada. Vejam só que o açude perde de 20 a 30% de água; o canal perde 2% por evaporação e a adutora não perde nada, porque é condicionada num tubo. Se pudéssemos colocar todas as águas do Ceará dentro das adutoras, substituindo os pequenos açudes que evaporam muito, haveria bem mais água disponível no Estado.<sup>9</sup>

O secretário chamou atenção para o fato de não termos rios permanentes. De acordo com ele, o problema não é causado por falta de chuvas, mas porque a geologia do solo é de rocha granito e não sedimentar que permitiria termos rios perenes. O Rio Salgado, no Cariri, era permanente até 1918. A região do Cariri tem solo sedimentado.

Hypérides Macedo defendeu que já é tempo de fazer um projeto de convivência com a seca. Não faz sentido a ausência de projetos para resolver um fenômeno, que segundo ele, é suave com relação a outros como a geadas, que destrói plantações. Disse ainda que é na seca que se produz melhor do que no inverno. A fruta, nesse período, não apresenta fungos e manchas.

Informou também que no Ceará já existe regulamentação dos recursos hídricos.

[...] já tem um Decreto que regulamenta a açudagem pública; tem um Decreto que regulamenta a política de irrigação. Não são Decretos muitos avançados, mas já tem alguma coisa, já tem muito avanço na área de saneamento, tem a política tarifária. O Ceará já é um Estado mais ou menos moderno dentro do conceito de qualquer marco regulatório de Nação. [...] O que o Ceará talvez não tenha é um Código de Pesca. O Ministério Público é muito atuante.<sup>10</sup>

É também maior o conhecimento do território:

Todos sabem que o Apodi, o Cariri são sedimentares; a Ibiapaba é homogênea; Quixeramobim é heterogênea; as areias quartzito do litoral; os aquíferos da formação de Missão Velha, o Jandaíra. Na

<sup>7</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

minha gestão fiz um poço de mil metros de profundidade e descobri um lado do Cariri com 400 mil litros por hora, o poço de Araripe. Por quê? porque eu tinha o conhecimento dos estudos do Departamento de Produção Mineral. Se eu não tivesse esse conhecimento, iria largar uma máquina para cavar um quilômetro de profundidade. Finalmente, há mais parceria e integração na ação do Governo. Não totalmente, mas há um esforço.<sup>11</sup>

Hypérides também falou sobre a heterogeneidade do Nordeste. Lembrou que na região, as estradas não abriram fronteiras agrícolas. Não há cidades fundadas por estradas. Há postos de gasolina, restaurantes, borracharias, mas cidade não.

Triângulo de Quixadá, Timbaúba dos Marinheiros, Pinheirão, Russas, Limoeiro e Aracati já eram cidades pelo Rio Jaguaribe, Santo Antônio das Éguas Ursas, cidade antiga. Estrada de ferro também não fez cidade. As cidades que poderiam ter nascido pela estrada de ferro: Caio Prado, Quincuê, Joatama (a terra do Flávio Torres), Ibicuã. Essas cidades nem existem mais.<sup>12</sup>

As cidades que sobreviveram à estrada de ferro foram Quixeramobim, Quixadá, Iguatu porque tinham grandes rios. As últimas cidades do Estado têm nome de açude: Orós, Pentecostes e Forquilha. Ele previu que Castanhão deverá se tornar uma cidade.

As cidades do Ceará estão em cima do cristalino. O Engenheiro de Estrada faz a estrada por cima da linha de cumiada "(onde o terreno se divide em duas partes), como por exemplo a Avenida Antônio Sales desce para o Lagamar e para a Avenida Duque de Caxias, Heráclito Graça. É a melhor avenida para se viajar quando está chovendo em Fortaleza. Sugiro a quem não souber como chegar em casa, pegar a Avenida Antônio Sales, não tem perigo de ter alagamento porque é um divisor de águas. As estradas são divisores de águas, conseqüentemente, o cristalino não tem água. O divisor é exatamente onde não tem água. As estradas do Ceará só têm jurema preta de um lado e do outro. Observem que no Triângulo Mineiro é o contrário: laranja de um lado, soja do outro. Em São Paulo, cana-de-açúcar de um lado, soja do outro. A área mais homogênea do mundo começa no Piauí, no serrado baiano e vai até Mato Grosso do Sul e Norte. Quando essa região produzir 50%, porque só produz 20%, pode arranjar Estados Unidos, Rússia e a China e não conseguem bater o Brasil em produção de grãos.<sup>13</sup>

Explicou que as áreas homogêneas são as que mais se desenvolvem. Já as regiões cristalinas do Nordeste se caracterizam por uma base física heterogênea. E a setorização das políticas inviabiliza a produção. É necessário unificar as políticas públicas.

Em São Paulo, abrir estrada é abrir a fronteira agrícola, pode botar energia do lado que tem produção ao lado da estrada. Já no Ceará não tem produção ao lado da estrada, só tem poste, mas não tem transformador. O que caracteriza a produção é o transformador. Não tendo poste, termina fazendo o seguinte: botando água, não tem solo, porque os açudes geralmente são nos boqueirões de rocha, dificilmente tem solo bom perto, tem que levar canais para botar água em solo bom. Se bota água, não tem solo, bota energia, não tem água, porque é na beira da estrada, e bota estrada e não tem produção. [...] Infelizmente, o nosso planejamento era assim, e tem muita rede elétrica em locais completamente insustentáveis. Está na hora de usar quatro emes: Manejo de flora, Manejo de água, Manejo de solo e Manejo de gente. O Ceará precisa melhorar, ordenar o território, induzir populações a caminharem por cima dos mosaicos azul e verde.<sup>14</sup>

Hypérides acentuou que a reforma agrária é a política que está prejudicando o Ceará. O maior número de reforma é em Canindé, onde não há solo agricultável, só há pedra.

[...] como é que bota o povo em cima disso? Se fizer Reforma Agrária onde não tem produção nenhuma, não adianta nem botar água. Nunca esqueço quando chamaram o Fernando Henrique Cardoso para assinar uma ordem de serviço de uma fazenda de Reforma Agrária aqui, com um aparato maior do mundo, o General botando o carro em tudo que era lugar para evitar qualquer manifestação, fechando as entradas da estrada para aquela propriedade chamada Charneca, que foi vendida para Reforma Agrária, em São João do Jaguaribe. Charneca, em português lusitano, significa vegetação xerófila,<sup>15</sup> isso em Portugal, avalie no

<sup>11</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras-Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>12</sup> idem

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> vegetação xerófila que vive em solos secos.



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Nordeste. Botaram o povo em cima de pedra, em cima de Jurema Preta. Ali não adianta. Um dia eles queriam água para que, se não tem solo para produzir? <sup>16</sup>

De acordo com ele, cerca de 80% dos assentamentos do Estado não são em solo produtivo. Para ele, só se deve fazer reforma agrária com água, solo e tecnologia. Aí a seca vai aumentando.

Examinem, os primeiro que pedem carro-pipa são os assentamentos do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). O que é que adianta fazer assentamento? Tem um detalhe, somos o único Estado do Brasil que tem um Movimento Com-Terra, não é Sem-Terra. O pessoal tem terra, mas a terra não presta e vieram acampar na Avenida Bezerra de Menezes.<sup>17</sup>

Defendeu que está na hora de disponibilizar a infra-estrutura hídrica pública para o sertanejo porque “toda vez o sertanejo passa por baixo da mesa, já passou por baixo da política de açudagem e vai terminar passando por baixo na política dos canais”. <sup>18</sup> A seca tem solução e não depende de muito dinheiro. Basta avançar a legislação de água.

A maior parte dos programas que nós podemos fazer, não precisa gastar dinheiro. Um deles é avançar a legislação de água. Quanto mais avançar a legislação de água, mais justa a sociedade vive. O novo Código de Água do Ceará nós deixamos pronto. Até hoje disseram que era porque havia eleições ano passado, ninguém iria encaminhar o Projeto. A Lei é mais moderna, os Comitês têm mais participação. É uma readaptação da nova Lei. O Ceará é o mais atrasado hoje, membro da Federação em Água, porque a nova Lei de água ainda hoje não saiu. Mas foi entregue pronto, em agosto do ano passado. <sup>19</sup>

Também defendeu um código de pesca “porque quem toma conta da pesca é o Ibama e só credencia atravessador. Ele tem um negócio de ser federal, e tem um grupo de Recife que quer frigorífico, que quer peixe, ele dá uma licença para o grupo de Recife vir aqui no Ceará e pescar, e leva o peixe todinho dos açudes, deixa o sertanejo sem proteína. Fazem isso nos açudes novos todo dia”. <sup>20</sup>

O Código de Pesca Continental restringiria a pesca para as populações das bacias hidrográficas dos açudes credenciados pela Cogerh (Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos). Também se faz importante um código florestal, considerando que o Ceará não tem um parque estadual. Só tem a floresta da Ibiapaba e a do Araripe, que são federais.

Para que estar induzindo pessoas a morar em serra seca? serra seca é estadual para a sobrevivência da fauna, para que as famílias que moram ali virarem guarda florestal, conviverem com a floresta e virar até estação de caça daqui a uns anos, explorarem um pouco o turismo da caatinga que é muito importante. Nós não vamos passar a vida toda com 33% da população rural morando no meio rural. No Rio Grande do Sul só moram 6%; no Paraná 12%; São Paulo 14%, como é que o Ceará com esse solo inclemente, pode conviver com 33% da população morando no meio rural? <sup>21</sup>

Ele previu que no futuro todos irão migrar para o litoral, para cidades que estão crescendo como Cascavel e Beberibe. Enquanto isso, deverá ser criado um banco de solo disponível nos eixos hídricos, dando oportunidade ao sertanejo à infra-estrutura hídrica do poder público. A idéia é reorganizar o Estado regulamentando uma lei ambiental, que por sua vez, vai permitir a regulamentação da açudagem, substituindo por adutoras e desapropriar açudes privados.

Uma Lei Agrícola que estimule o estoque, pergunto: como podemos conviver com a seca se plantamos sorgo em forrageira em silos e o Governo não financia, não tem nada? O que fazer com o sorgo? Ele tem que dar oportunidade para o fazendeiro ao trocar aquele estoque por título da dívida pública, só quem tem direito é banqueiro? E o fazendeiro? Essas coisas têm que estimular. Em Nebraska tem um programa contra a seca, mas todo fazendeiro que faz o estoque tem um cartão azul. No Banco do campo ele tem uma prioridade ímpar, que é para poder estimular as pessoas a fazerem os estoques.<sup>22</sup>

Também é necessária a implantação de um crédito seletivo. “O Banco do Nordeste não muda mais as coisas do Nor-

<sup>16</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>17</sup> idem

<sup>18</sup> idem

<sup>19</sup> idem

<sup>20</sup> idem

<sup>21</sup> idem

<sup>22</sup> idem

deste porque só faz crédito geral. Em região heterogênea não se faz crédito geral”,<sup>23</sup> e um programa de desenvolvimento à caprinocultura; créditos para serras unidas; para chapadas sedimentares, “que é completamente diferente daqueles platôs em que hoje plantam fruticultura. Quer dizer, cada região do Ceará tem que ter um crédito especial seletivo.

Agora, se for em geral, cai na mão da mesma pessoa, sempre é o mesmo pessoal para o crédito de ovinos e de poços. Aí o sujeito arranja o dinheiro para o poço numa região cristalina, não deveria. Cacimbão só dá em aluvião, poço só dá em sedimento, mandioca só dá em sedimento, sem inverno, forrageira dá muito em sedimento mesmo sem irrigação. Pode olhar, em regiões homogêneas a mandioca é sempre verde. Então, falta um pouco de conhecimento do território para se fazer um crédito.<sup>24</sup>

Por fim, defendeu a integração das bacias, a exploração dos aquíferos estratégicos, a organização das políticas de vazante, águas subterrâneas, sobretudo cadastro de poços; um programa habitacional em áreas homogêneas, energias alternativas, como os cata-ventos.

Lá fizeram uma fábrica de ventos para botar na Coelce, de lá vai para a matriz e quando volta tem tarifa. O sertanejo tem que ser dono dos ventos e das ventas, se não for assim, não adianta. Ele tem que usar uma bombinha. Fiz um protótipo, botei uma bombinha eólica vento-sol, que o sertanejo bota lá e irrigam 3, 4 hectares. Mas ele mesmo, não precisa de Coelce. Temos que usar as energias alternativas para o dono da propriedade, para o pequeno produtor, não é para botar na linha da Coelce. Se for para injetar gerador na Coelce, aí vai para a Espanha e quando volta... e assim por diante.<sup>25</sup>

O secretário defendeu ainda o fortalecimento de cidades da costa. Para ele, um dos defeitos do Ceará é ter cidades pequenas, diferente de outros Estados como a Paraíba, que só tem cidade grande, razão pela qual o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é bem alto.

Não é porque a Paraíba seja melhor do que nós não. É porque bate tudo quanto é Universidade. A cidade tem que ser grande que é para vir morar gente, ter serviço. Hoje, o que pesa na economia é serviço. Na cidade de Sousa tem Universidade, tem hotel, tem tudo; Patos, Campina Grande. Agora, o Ceará não tem nem hotel. O meu motorista dormia na Delegacia, porque não tinha hotel na maior parte das cidades do Ceará. Tem que fortalecer Lavras, uma cidade histórica; Ipu está se acabando, deveria ser fortalecida com equipamentos sociais, com hospitais, com Liceus. Tem que fazer um bocado de coisa para concentrar e virar cidade grande. Sobral, inclusive, é um dos aspectos que demonstra que uma cidade grande é outra coisa. Crato, Juazeiro, Barbalha também, e assim por diante, tem que melhorar o nível da cidade. Tem que fortalecer a cidade da praia. Cascavel está crescendo.<sup>26</sup>

Estas seriam, de acordo com o secretário, ações que transformariam a realidade dos cearenses para melhor conviver com o fenômeno da seca.

O professor Francisco Moreira Ribeiro, especialista em Métodos e Técnicas de Pesquisas pela Unifor, reportou-se ao período da criação da aliança União pelo Ceará que elegeu o coronel Virgílio Távora para o governo do Estado. De acordo com ele, a aliança foi formada em torno de inimigos históricos, o PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional).

A aliança eleitoral, conhecida por União pelo Ceará, uniu esses inimigos históricos no mesmo palanque. Os partidários da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático, sendo um dos episódios mais ricos da História política do Estado do Ceará, não somente pelo fato de se concretizar num momento de maior efervescência da vida política nacional, mas principalmente pelo caráter ideológico e seus aspectos éticos e morais que a situação estava revestida.<sup>27</sup>

O contexto da união se deu no final da década de 50, antecedendo o período que foi marcado pela mobilização

<sup>24</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Idem

<sup>27</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

da sociedade com a criação das Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, os sindicatos, as manifestações culturais, os movimentos de vanguarda como a bossa nova; o cinema novo e as peças apresentadas pelo Grupo Arena. Tempo de uma cultura que tinha como argumento o nacionalismo.

Era sobretudo, um período em que predominava entre alguns segmentos da sociedade, a crença na superação do atraso econômico, nas realizações de reformas sociais e políticas, mas principalmente na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Esse é o contexto histórico em que se dá a União pelo Ceará. Quer dizer, um crescente processo de mobilização da sociedade civil, que colocava em cheque as posições dominantes e que viam nas propostas de reformas sociais uma ameaça concreta aos seus interesses.<sup>28</sup>

A União pelo Ceará, na avaliação do professor, teve amplitude nacional. A reforma agrária, os projetos populares, como o direito de voto aos analfabetos, dentre outras reformas, e o crescimento de partidos como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido reformista, incomodavam e colocavam em risco a hegemonia dos setores oligárquicos.

O PTB é um partido que tem a mesma matriz histórica da UDN e do PSD, mas o PTB é um partido que cresce paralelo aos dois Partidos. A UDN e o PSD já nasceram grandes. O PSD nasceu a partir da estrutura montada no Governo Vargas ou seja, todos os seus presidentes estaduais são os interventores ou pessoas próximas às interventorias. A UDN nasceu em oposição a Vargas. O PTB foi o Partido criado por Vargas para fazer frente ao Partido Comunista, e neste momento histórico é o partido que está vivendo legitimamente. Esse é um dos raros momentos em que ele não está na clandestinidade. Ele está atuando vivamente.<sup>29</sup>

Para Moreira, a natureza política do Interior do Estado tem suas próprias especificidades. Os atos praticados pelo indivíduo implica em quase todos os aspectos da vida cotidiana da comunidade. O emprego público é uma estratégia de sobrevivência, e os serviços básicos municipais podem ser prestados ou negados porque a lei pode ou não alcançá-los. Isso vai depender do grau de fidelidade do grupo no Poder.

As lideranças locais interferem no poder Judiciário, controlando para ganhar votos, livrando da cadeia e dos tribunais aqueles que os apóiam. O controle do poder político é tão importante para conferir status quanto à posse de bens materiais e os dois se reforçam mutuamente. Esse processo que predomina no Interior do Ceará tem uma marca profunda na história política local. Primeiro, a cada eleição há um desmonte da máquina pública local. Os vencidos perdem todos os bens, os direitos que tinham acesso anteriormente. Para isso, era preciso que o prefeito controlasse o poder através da polícia ou seja, o delegado era uma figura central nesse poder.<sup>30</sup>

Era a Coletoria Estadual que controlava os dois poderes, exercia uma espécie de malha fina em torno da questão do emprego.

Quer dizer, a forma como ele utilizava a distribuição das benesses como um emprego público, utilizava, naquele momento, uma cadeira para uma professorinha para ensinar numa determinada escola pública num distrito daquele. Quer dizer, toda vez que havia uma eleição, essa estrutura era removida. Os aliados do novo prefeito buscavam ter acesso a essas benesses, iam para mais próximos do distrito-sede ou eram deslocados para o distrito sede. Os que antes, no caso os vencidos, eram colocados em locais distantes e tal.<sup>31</sup>

Outra estratégia utilizada era com relação ao controle das delegacias. As pessoas eram soltas e presas de acordo com o mando do coronel. Há até um caso do delegado prender uma pessoa a mando de um coronel, e não tendo como mantê-lo preso, ia embora da cidade com a chave da cadeia para não insultar a sua dignidade e autoridade comprometidas.

O professor Francisco Moreira Ribeiro destacou que a vigência do partidarismo do Ceará ocorre no período de 1945 a 1962. Em 1947, com apoio do PSP, o desembargador Faustino de Albuquerque é eleito para Governo do Ceará

<sup>28</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>29</sup> idem

<sup>30</sup> idem

<sup>31</sup> idem

pela UDN. No ano seguinte, o candidato eleito foi um do PSD. E em 1950, o governador eleito tem o apoio do PSP.

Vejam o lado que esse partido pequeno ia. Determinava a eleição daquele candidato. Esses pequenos partidos tinham um peso significativo nas decisões eleitorais, inclinando a balança para qualquer um dos lados. O preço da sua adesão não eram idéias, mas o clientelismo. A sua flexibilidade ideológica era facilitada pela ausência de base de militância. O PTB, por exemplo, formalmente um partido da classe trabalhadora, que no Ceará era conservadora, rural e controlada por representantes das classes dominantes.<sup>32</sup>

Os partidos se caracterizavam pela forte competitividade eleitoral e pela divisão de blocos claramente diferenciados por interesses localizados. Eram as elites partidárias, que controlavam os cargos públicos, as verbas governamentais na zona rural.

A troca de favores por votos é uma instituição das mais antigas do Nordeste brasileiro, como também a perseguição dos adversários políticos. A facção que ocupa o poder local, por meio do controle direto, dos serviços municipais, indiretamente dos serviços estaduais até federais, controla as benesses dos seus aliados, ao mesmo tempo em que os utilizam para coagir rivais políticos. As lideranças políticas tinham uma lealdade na fidelidade política a sua base de sustentação. A troca de favores, o compadrio, o clientelismo, formam o alicerce de toda atividade política local, o que fazia com que as relações de amizade, de pertencimento a um grupo político fossem introjetadas de tal forma que as perdas das eleições significava a exclusão de um dos grupos por quatro anos, até as próximas eleições das benesses do poder. Isso quase sempre levava à rivalidade no campo da política para o pessoal.<sup>33</sup>

O professor ressaltou que desde 1945, o fator mais marcante na política cearense é a negociação nem sempre transparente.

A eleição de 1958, o candidato eleito era do PSD, na verdade, a origem do candidato era o PTB, porque era o Parsifal Barroso, e ele vinha do PTB. Mas, na verdade, o Partido que tinha uma estrutura capaz de eleger o Governador era o PSD. E nessa eleição, o candidato derrotado tinha sido o então Coronel e Deputado Federal Virgílio Távora. Para a eleição de 1962, se esperava que o candidato eleito, pela própria questão da alternância no Poder, fosse um candidato da UDN. Vários fatores indicariam isso. Um dos fatores era o profundo desgaste no PSD local, que era dirigido por uma figura nacional, Martins Rodrigues. Ao longo do Governo do Parsifal Barroso, do qual o PSD fazia parte, se inicia um processo intenso de desgaste. O Martins Rodrigues que se credenciava para ser o próximo candidato do PSD, tem os seus membros alijados do Governo Parsifal Barroso, e isso era importantíssimo com relação a uma eleição, porque ele precisa ter apoio da máquina política para poder ganhar as eleições. O PSD tinha essa dificuldade. Por outro lado, a UDN tinha candidato em número bem maior do que normalmente se apresentava.<sup>34</sup>

Naquela época, a Assembléia Legislativa trabalhava na expectativa de ter um dos seus membros candidato a governador, no caso o deputado estadual Edval de Melo Távora. No entanto, o mais credenciado era o candidato Adahil Barreto considerado progressista, que detinha uma extensa ficha de serviços prestados ao Estado.

De acordo com professor Moreira, a União Pelo Ceará começou a partir daquele momento. Não obstante, os interesses locais não eram os que prevaleciam. Apesar do respeito local e nacional que tinha o candidato Adahil Barreto, ele é acusado pelo colunista da Revista O Cruzeiro, Davi Nasser, de tendências esquerdistas.

Na época, a Revista O Cruzeiro era uma das mais importantes do País. Apesar de ela trazer outro tipo de reportagem, mas o pacto do Davi Nasser, que era uma espécie de escriba oficial da revista, e tudo que ele escrevia representava os interesses do Chateaubriand, era como se fosse o Roberto Marinho ou a figura que a Globo representa hoje para o País. O Davi Nasser faz um artigo longo, dizendo que há um movimento no Nordeste, de comunização. Aponta nesse artigo, que há uma série de candidatos a governadores no Nordeste, no caso Miguel Arrais em Pernambuco; Djalma Maranhão no Rio Grande do Norte e o Adahil Barreto no Ceará. Então, para cada Estado do Nordeste ele aponta um desses candidatos como sendo um representante desse processo de comunização. Associa a isso o papel desempenhado pelo Celso Furtado na Sudene. Há, nesse

<sup>32</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>33</sup> idem.

<sup>34</sup> Idem

momento, uma reação intensa no Nordeste com relação ao papel das elites locais, pelos políticos locais, principalmente os políticos tradicionais, com relação ao desempenho que a proposta de política que propunha o Celso Furtado, que de certa forma vinha no sentido de minar essas bases.<sup>35</sup>

Outros artigos vieram com a intenção de minar a candidatura de Adahil Barreto. A idéia, continuou ele, era comparar a região nordestina com o que tinha acontecido em Cuba. “Não se esqueça que Cuba está ainda muito presente na memória do povo, porque acontece em 1959 a Revolução Cubana, e aqui nós estamos nos anos 60”.<sup>36</sup>

E somado a isso, estava a atuação das ligas camponesas, que foram marcantes em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. No Ceará, a atuação foi pequena, mas importante na Igreja e no Partido Comunista.<sup>37</sup> E a União pelo Ceará tentou barrar o avanço das ligas, consideradas o fantasma para os conservadores, que temiam o crescimento do Partido Comunista, e nessa luta teve papel importante o então deputado federal Armando Falcão.

As forças que se unem no Ceará são em torno desse objetivo mais externo do que interno. É claro que tinha a luta pelo Poder. Por exemplo, o Virgílio Távora que vai ser o candidato pela União pelo Ceará. Encontrei registro na Revista O Cruzeiro, na Revista Visão, ele dizendo que não era o candidato, que havia o candidato dele. Na verdade, como presidente do partido não se declara em nenhum momento a favor, mas entre linhas se sabia que o candidato dele era o Edval Távora, mas em nenhum momento ele se coloca como candidato. Quer dizer, ele foi tirado da cartola. Têm aspectos locais, como a figura do Parsifal Barroso, que fez um Governo que teve em diversos momentos problemas extremos, de conflitos internos no Governo. Conflito com o PSD e conflitos com o Partido dele, que era o PTB e que era liderado aqui pelo então Carlos Jereissati. O Carlos Jereissati, na hora do processo de negociação, tenta barganhar mais do que o Parsifal Barroso achava que deveria dar. Já havia um desgaste intenso durante o Governo.

De acordo com o palestrante, na medida em que se aproximavam as eleições havia um rompimento e Parsifal Barroso saía do Partido.

Essa articulação interna teve como objetivo derrotar o Carlos Jereissati, porque ele tinha crescido muito em termos de poder local, na medida em que ele foi fortalecido durante o Governo do Jango. Nesse momento era preciso que essas forças também o derrotassem, apesar do Carlos Jereissati ser também uma pessoa conservadora.<sup>38</sup>

O terceiro expositor, o professor de Ciências Políticas da Unifor, Pedro Albuquerque, disse ter participado ativamente da campanha de Adahil Barreto ao governo do Estado, como militante da UDN. De acordo com ele, naquela época, o país discutia o seu projeto de país e a candidatura de Adahil estava inserida nesse projeto, que posteriormente foi derrotado.

Havia a UDN Bossa Nova, o Adahil Barreto era um desses membros. Sabe quem era um membro participante também dessa UDN Bossa Nova? Era o José Sarney. Havia um corte em torno da questão do projeto nacional. Depois da ditadura perdemos a perspectiva de Projeto Nacional, virando um projeto antiditadura, a Luta pela Liberdade, e aí unidos a todos nós. Com a redemocratização, um projeto que eu e o Hypérides participamos também intensamente foi da eleição do Governador Tasso Jereissati, em 1986. O que era que se tentava buscar aí? A impressão que sinto hoje, é de nós buscarmos aí as mesmas raízes de um projeto de sociedade que discutíamos antes de 1964. Eu participei de uma geração antes de 1964, que era uma geração de pró, não é do P-R-O não, é do pró-mudança no País; pró-reformas estruturais no País, em função de um projeto nacional que se construía naquela época.<sup>39</sup>

Ressaltou a sua participação em 1986, da candidatura Tasso Jereissati, com a meta de retomar o Projeto Pró, pelo desenvolvimento local. E também porque a candidatura se opunha ao domínio dos coronéis.

Qual o tripé dessa candidatura? Era a democratização do Estado; o projeto de desenvolvimento do País e o combate à inserção da democracia na sociedade. Ou seja, a participação legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>35</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras Combatendo a Inserção da Democracia na Sociedade. Ouseja, A participação legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Idem

<sup>38</sup> Idem

<sup>39</sup> Idem



da população no processo de Governo. Para mim, o grande equívoco da época, no desenrolar do Governo, foi a questão da participação relegada a segundo plano. Na verdade, o que o Hypérides falou aqui, apesar de estar falando da água como foco, como centro, o que ele esboçou foi um miniprojeto de sociedade. A necessidade que uma sociedade tem de se mobilizar em torno de um projeto seu. Falhamos a Oposição e falhamos o Governo. Primeiro porque a Oposição fazia oposição ao Governo Tasso Jereissati, mas não tinha um projeto de sociedade para o Estado do Ceará. O Governo Tasso Jereissati esboçou um projeto, mas não mobilizou a sociedade e esqueceu o projeto fundamental. Escrevi um artigo para uma Revista do Ministério Público cearense, em que digo o seguinte: Nem sempre participação combina com igualdade. Às vezes a participação cristaliza até a desigualdade.<sup>40</sup>

Na avaliação de Pedro Albuquerque, uma das grandes críticas que se faz até hoje ao chamado populismo da era Vargas, é a de que houve um exacerbamento das reivindicações populares e que o Estado não poderia atender. Para ele, o que falta na sociedade brasileira é uma participação mobilizada.

Participar só, não basta. Ora, a participação que se deu no processo de redemocratização se tornou para as forças de oposição, parecia que era um objetivo a ser alcançado e não um meio para transformar a sociedade. Transformou-se na verdade, no grande objetivo das oposições brasileiras a questão da participação. Essa participação se deu, e foi até institucionalizada pelo Estado. Foram criados vários conselhos em quase todas as instituições, como nas prefeituras os conselhos foram criados. Lembro-me que na época da primeira seca do governo Tasso Jereissati, se criou aqui um instrumento institucional de participação que foi GAC (Grupo de Ação Comunitária) que, na verdade, era uma tentativa de renovar as lideranças locais, muitas vezes para se opor a um Prefeito que não satisfazia à política do governo, outras vezes era para controlar mesmo a participação em nível local e neutralizar algumas forças. Essa participação existiu. As comunidades participaram, a própria Igreja participou; foram institucionalizadas leis institucionalizando a participação no que diz respeito à política da mulher, à política da criança e do adolescente, educação, e por aí vai.<sup>41</sup>

Analisou que a participação, apesar de ter significado um avanço sob a ótica da democracia, ficou ausente o projeto de sociedade.

Aí é que é a questão central. A ausência de um projeto de sociedade faz com que a participação se torne meramente focalizada, são assuntos isolados. Quer dizer, não se cria um espírito na sociedade de mobilização geral das consciências, dos corações das pessoas, em torno da mudança que a sociedade requer. A ausência de um projeto de sociedade requer, em primeiro lugar, um inconformismo político. O que faltou ao Governo? O Governo burocratizou a participação, jogando de lado um grande capital social, que é a mobilização da sociedade em torno de um projeto de mudança.<sup>42</sup>

O programa que tinha na sua essência a participação de todos, só incluiu os que já estavam incluídos, deixando de fora milhares que ficaram sem partidos e sem sindicatos.

Pedro Albuquerque comungou com a posição defendida pelo secretário de Infra-estrutura de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional, Hypérides Macedo com relação à reforma agrária e à construção de açudes.

Para o expositor, a realidade é bem diferente dos projetos políticos sonhados e copiados de países europeus.

O Hypérides colocou questões importantes que são elementos que podem induzir à mobilização social. Avançar na legislação da água é uma questão importantíssima, é para os deputados levantarem essa questão. O projeto sobre a nova lei da água foi mandado em setembro do ano passado. Ponto de mobilização: O Código de Pesca, o Código Florestal, o Banco de Solo, quer dizer, de terras boas; regulamentar a Lei Ambiental e da Açudagem; desprivatizar os açudes, colocar água a serviço da comunidade. Desapropriar os açudes, por que não? Por que não uma política corajosa de desapropriação de açudes particulares, se foi construído com o dinheiro público?<sup>43</sup>

Pedro Albuquerque defendeu uma política seletiva que “permita tirar daqueles que sempre recorrem aos mes-

<sup>40</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>41</sup> idem

<sup>43</sup> idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

mos recursos”.<sup>44</sup> E o país dispõe de vários recursos como o FNE (Fundo Constitucional de Desenvolvimento para o Nordeste), o BNB, os Fundos de Investimentos Estaduais, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), dentre outros.

Para ele, o grande problema hoje é a falta desse rumo que faz com que “de vez em quando, a nossa sociedade descambe para projetos focalizados”.<sup>45</sup> E um dos exemplos é o uso dos incentivos fiscais que ao seu ver são vantagens competitivas espúrias para o desenvolvimento, porque não cria sustentabilidade. De acordo com o orador, o que nos falta é o espírito de mobilização.

Apesar das dificuldades, Pedro Albuquerque finalizou dizendo que o Ceará tem amplas possibilidades de vencer. Mas isso só irá ocorrer quando as questões levantadas aqui se transformarem em projetos de reivindicação global da sociedade.

A presidente do Inesp, Gina Pompeu, disse se sentir frustrada por ter acreditado no governo pró-mudança, do qual fez parte.

[...] gostaria de dizer que também fiz todo o possível para o Governo Tasso Jereissati. Eu também acreditava nesse pró-mudança. Depois fui assessora do Líder do Governo por duas vezes; fui assessora do Gabinete da Presidência e, às vezes, me sinto frustrada como Professora, de conseguir dar esse fechamento, além do programa, do que era o projeto, porque eu mesma passei a me sentir excluída do projeto inicial.<sup>46</sup>

Gina disse que tem o mesmo sentimento como coordenadora do Projeto de Alfabetização Solidária em Limoeiro do Norte ao constatar a realidade dos agricultores, que eram obrigados a vender bombom para sustentarem suas famílias. Em seguida, indagou ao secretário Hypérides Macedo se ele havia conseguido promover alguma mudança na sua pasta.

Por sua vez, Hypérides Macedo informou que além de um canal, deixou um projeto de outros dez grandes canais.

Deixei meio bilhão de dólares negociado com o Banco Mundial, que entendo que vai terminar e conseguir lá no Ministério uma ajuda do Banco Japonês para fazer a emenda aqui em Fortaleza. Eu tenho um projeto que hoje é exemplo Nacional, que é o Prodam (Programa de Desenvolvimento Hidroambiental), que são os terraços, e o Ceará vai ficando parecido com a China; aquilo que se faz em Israel, na Grécia, é colocar as pedras arrumadas, o que não falta é pedra, o que falta é colocar pedra no lugar certo. Se todos os sertanejos botassem a pedra no contraponto da água, venceriam a seca porque teriam umidade permanente.<sup>47</sup>

Tem ainda o projeto de conservação do solo que foi implantado em Canindé, Caridade e Aratuba e o projeto Turbal-bomba:

uma máquina que coloca água dos açudes, transforma em energia mecânica e coloca água em cima da terra sem tarifa. Se vocês quiserem ver uma, ali em Sítios Novos, numa agrovila de pessoas pobres. Só que ninguém apoia as agrovilas. A política de irrigação pouco se interessa pelas agrovilas, só porque tem turbal-bomba e tem pessoas pobres. Eu fiz um esforço para colocar gente em cima de solo bom, com água de turbal-bomba, sem energia da Coelce, quer dizer, com água de graça. Mas infelizmente, o projeto nem saiu na publicidade, ninguém quis saber. Foi uma briga grande, porque um grupo queria turbina e o nosso grupo queria turbal-bomba. Ora, se é para usar a energia do Ceará, que transforme a energia em benefício do sertanejo, e não bote no fio da Coelce para ir para Madri e voltar de novo. É nessas horas que você faz a diferença num projeto social democrático, com democracia, e um projeto de conservadores reacionários. Essa é que é a idéia. todo Governo tem um grupo reacionário e tem um grupo mais avançado.<sup>48</sup>

Disse que não fez mais por falta de apoio do planejamento territorial. Hypérides ainda escreveu dois livros, A Chuva e o Chão na Terra do Sol e O Poço e o Pomar na Terra da Luz. Na opinião dele, o que impede a ação de muitas pessoas interessadas é o capricho de alguns setores equivocados do Governo. Não obstante, disse estar satisfeito com o apoio que o projeto de integração de bacias vem recebendo.

<sup>43</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>44</sup> idem

<sup>45</sup> idem

<sup>46</sup> idem

<sup>47</sup> idem

<sup>48</sup> idem

## QUESTÕES NACIONAIS – 2003

A transposição agora tem três projetos: Revitalização, Transposição, Integração das Bacias receptoras da água. Esse trabalho que foi para o Ministério deu pelo menos essa contribuição ao Novo Programa do Semi-Árido, tudo indica que vai ser implementado para a transposição, mas já com esse enfoque da integração interna dos açudes no território do Nordeste.<sup>49</sup>

Recordou que ao chegar ao Governo, o Ceará tinha 100km de adutoras, a de Acarape, que vem para Fortaleza, o que não era suficiente e a salvação foi o Canal do Trabalhador, mas, mesmo assim não atendeu ao volume de água que a cidade consome. A solução foi criar 40 lagos, utilizando 3 mil km de adutoras para atender o semi-árido, inclusive Ibiapaba, a partir do Jaburu.

Quando chegamos no Governo, não tinha nenhuma cidade com garantia, nenhuma. Hoje não tem uma cidade sem garantia. Os 180 Municípios estão abastecidos. Os problemas: Amontada, faltou recursos para fazer o açude Murici. O Macaco, de Ibareta, faltou dinheiro para terminar, o Governo esse ano está com muita dificuldade. Imagino se não fizer o Lontras na Chapada da Ibiapaba, o de Ipueiras, Nova Russas, Pires Ferreira, a cabeceira do Acaraú vai ter dificuldades. Então, pelo menos equilibramos e em Fortaleza não faltou mais água. Armazenamos em Fortaleza através de uma cortina de açudes de Baturité, começando com Sítios Novos, Cauípe, Aracoiaba; o Pacajus já tinha sido feito, mal cozinhado e aquele de Aquiraz, nós armazenamos um bilhão de metros cúbicos perto de Fortaleza.<sup>50</sup>

Hypérides garantiu que durante a sua gestão todas as regras ambientais foram respeitadas e nenhuma obra foi embargada.

O professor Francisco Moreira foi instado a responder sobre irregularidades registradas no período eleitoral. De acordo com ele, a compra de votos foi iniciada pela União do Ceará.

Nesse ínterim, o deputado Pedro Uchoa declarou que foi cabo eleitoral de Adahil Barreto durante 15 anos. Mas quem comprava voto era o senador chamado Carlos Jereissati, que não foi eleito pela União. À época, o parlamentar era estudante e fazia parte da UDN. Ele contestou o professor Moreira dizendo que em 1965 havia feição partidária. Quer dizer, membros da oposição quando perdiam a eleição permaneciam em seu partido.

Para Francisco Moreira, a esquerda sempre teve dificuldade para unir os seus projetos.

Quando se fala de esquerda, das diversas facções da esquerda no Estado é em nível nacional. Pela primeira vez pode-se dizer que um partido de esquerda chega ao poder no país. Tem toda uma história que dividia e facilitava a articulação dos partidos conservadores. Novamente aqui, no Estado do Ceará tem a chance de ver essas articulações sendo feitas. Mas já se começa a colocar toda uma série de dificuldades em torno disso. É preciso que entendamos melhor a própria questão da esquerda no País para poder ver. Na verdade, são os interesses. A questão do projeto político que o Pedro coloca, acho que falta um projeto político para a esquerda como um todo, são projetos díspares, que contemplam às vezes, interesses que podiam ser maiores.<sup>51</sup>

A questão da estiagem no Ceará é compreendida pela irregularidade temporal e espacial da chuva, que cria o eventualismo, e a geologia cristalina, que não permite a infiltração da água, razão pela qual não temos rios permanentes.

Além de ter que conviver com o fenômeno, o Ceará hoje perde, por ano, cerca de 2,5 bilhões de metros cúbicos de volume de água com a evaporação, por conta do número de açudes.

<sup>49</sup> Ata da Sessão do 2º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 8 de setembro de 2003.

<sup>50</sup> idem

<sup>51</sup> idem

# A PRESENÇA DE VICENTE YAÑEZ PINZÓN NO CEARÁ

Autores do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Domingos Filho (PMDB)

Palestrantes convidados: Rodolfo Espíndola<sup>1</sup>, César Cals Neto<sup>2</sup>, Geraldo Nobre<sup>3</sup>, Francisco Pinheiro<sup>4</sup>

Data: 15/09/2003

A Assembléia Legislativa realizou, no dia 15 de setembro, o terceiro momento do Ciclo de Palestras – Ceará 400 anos. A iniciativa, que conta com o apoio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, Inesp, desenvolveu o tema a Presença de Vicente Yañez Pinzón no Ceará. Foram palestrantes Rodolfo Espíndola, o ex-prefeito de Fortaleza, César Cals Neto; o professor Geraldo Nobre, e o vereador Francisco Pinheiro.

O primeiro palestrante, o jornalista Rodolfo Espíndola disse que o seu interesse pela vinda do navegador espanhol Vicente Yañez Pinzón, começou na década de 90, quando fazia matérias para o jornal o Estado de São Paulo, como professor do Instituto Histórico Arino Alves.

O jornalista iniciou a sua palestra reportando-se ao navegador Cristóvão Colombo.

Eu gostaria de começar a minha palestra, dizendo o seguinte: O Descobrimento da América, em 1492, está intimamente ligado ao Descobrimento do Brasil. Aliás, um dos seus personagens participou dos dois episódios que marcaram época no mundo. O Descobrimento da América, nós sabemos, foi feito pelo navegador genovês, o nosso Colombo. Mas antes, o Colombo tinha tentado vender o Projeto para Dom João II, em Portugal. Infelizmente, por uma série de fatores, não conseguiu. Ele foi para a pequena cidade de Palos, onde já tinha um filho, e lá ficou no Monastério de La Rábida, onde foi acolhido pelos padres franciscanos, um dos quais era o professor e conseguiu colocá-lo próximo à Rainha, Dona Isabel. E ele insistia, porque era um cara muito sonhador e tinha um Projeto. Ele sonhava, tinha uns mapas do Toscanelli<sup>5</sup> que mostravam que à frente de Portugal e Espanha, na frente da linha do Japão, estariam lá as Índias, e seria fácil chegar a um lugar que se mostrava no mapa completamente diferente. Estava há 10 mil quilômetros de distância, de onde ele chegou para onde ele pretendia chegar, em posição inversa.<sup>6</sup>

À época, Colombo conseguiu levantar dois milhões de “maravedi”, a moeda da época, para custear a viagem.

Só que um milhão foi liberado pela Rainha, pela coroa, e o outro milhão pelo Martín Alonso Pinzón, irmão mais velho dos “Pinzón”, que eram três: O Martín, o Vicente e o Francisco. Acertada a viagem, Colombo ficou com a Santa Maria, o Martín com a Pinta e o Vicente com a Niña. E descobriram a América em 12 de outubro de 1492.<sup>7</sup>

Rodolfo Espíndola frisou que Colombo nunca tinha tido uma experiência náutica, diferente dos irmãos Pinzón, principalmente Martín Alonso, que fazia a rota do Mediterrâneo, comercializando peixes na costa da África.

durante a viagem houve uma divergência muito grande entre o Martín Alonso e Colombo, pela liderança da excursão. O Martín Alonso, inclusive, teve oportunidade de controlar pelo menos três grandes motins na Santa Maria, em razão das tripulações das três naus terem sido compostas por elementos de Palos de La Frontera, de onde os Pinzón eram nativos. E Colombo era um estrangeiro, não tinha intimidade com aquele pessoal. Aliás, o Martín foi quem convocou todas as tripulações, numa altura de 100 pessoas, aproximadamente. E ele as conhecia. E teve um momento, no dia 6 de outubro de 1492, que os tripulantes queriam jogar Colombo dentro d’água, porque ele não definia a chegada, ele não tinha idéia de onde ia chegar. Mas o Martín foi lá, e o segurou a tempo, e finalmente, chegaram em Guarany.<sup>8</sup>

Naquele momento, Colombo acusa Martín Alonso de ter desertado durante a viagem, porque queria chegar

<sup>1</sup> Jornalista

<sup>2</sup> Ex-prefeito de Fortaleza

<sup>3</sup> Presidente do Instituto Histórico do Ceará

<sup>4</sup> Vereador de Fortaleza

<sup>5</sup> Pablo dal Pozzo Toscanelli (Florença, 1397 - Florença, 1482) foi um astrônomo e geógrafo italiano. Pensa-se que Toscanelli foi professor de Cristóvão Colombo, e que fez chegar a ele a idéia de chegar à Ásia pelo oceano Pacífico. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Paolo\\_dal\\_Pozzo\\_Toscanelli](http://pt.wikipedia.org/wiki/Paolo_dal_Pozzo_Toscanelli))

<sup>7</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>8</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

primeiro à Espanha, para avisar ao Rei que descobrira o novo caminho para as Índias que, no caso, era a América.

Então, ele fez muito barulho, porque era um marqueteiro de primeira linha, e levou alguns índios, algumas quinquilharias dali, para convencer os reis e se credenciar para uma segunda, uma terceira e até uma quarta viagem, como ele fez, afirmando que teria chegado às Índias, quando no caso nunca chegou.<sup>9</sup>

De acordo com Rodolfo Espínola, em razão desse descobrimento, Portugal e Espanha quase entraram em conflito.

E os dois reis, embora parentes, estavam partindo para a briga. Então foi necessária a interferência dos canais diplomáticos para neutralizar essa briga. Num primeiro momento, foram emitidas duas Bulas Papais, a InterCoetera I e II,<sup>10</sup> até desembocar no Tratado de Tordesilhas<sup>11</sup> [...] Esse foi um momento muito importante, porque o Tratado de Tordesilhas foi um dos documentos mais fortes de todo o mundo, que precisa ser apreciado de uma maneira muito fria.<sup>12</sup>

No retorno à América, Martín Alonso, o irmão mais velho de Pinzón, anunciou em Baiona, cidade da Galícia, pela primeira vez ao mundo, a descoberta de novas terras, antes do rei D. Manoel tomar conhecimento.

Eu gostaria de chegar ao Mucuripe. Existe toda uma documentação que fala e que comprova a presença de Vicente Yañez Pinzón num lugar chamado por ele, há 503 anos: Santa Maria de La Consolación. Evidentemente que, naquela época, ele não podia dizer: "Foi no Ceará, foi na Jabarana, foi em Itapajé, foi em Jericoacoara que estive". Mas nós conseguimos identificar, através de um documento, a posição geográfica onde ele teria chegado, e que foi a 3°52' (três graus e 52 min). Então, o que é que eu fiz? Eu tentei atualizar isso, me apoiando na tecnologia atual, ou seja, peguei um helicóptero, peguei GPS<sup>13</sup> e fui para 3°52' e fizemos uma foto.<sup>14</sup>

De acordo com Espínola o Mapa de Juan de La Cosa,<sup>15</sup> define a chegada de Pinzón em Fortaleza.

Ele chega lá, na ponta do Mucuripe, que coincide embaixo, passa pelo Rio Camocim. Ele passou dois dias aqui. [...] Na ponta do Mucuripe ele veio atrás de água, após uma viagem de 13 dias da Ilha de Santiago, aqui no Arquipélago do Cabo Verde, para bater aqui em Santa Maria de La Consolación. Como ele não encontrou água, mas viu pegadas, viu os índios à noite, viu fogo. E como não tinha como reabastecer, ele navegou ao sabor dos ventos e das correntes em direção ao Norte. Chegando aqui, vendo uma boca de rio interessante, na foz do Rio Curu, já que ele chama Rio Formoso. Nesse local eles pararam e tiveram contato com os índios, tentaram uma abordagem, mas, infelizmente, aconteceu um atrito entre eles, porque essa abordagem foi feita de uma maneira um pouco agressiva, em razão de eles terem jogado bonés, pilharia, e os índios não reagiram. Foi exatamente na barra, ali na foz do Rio Curu, onde, segundo eu pude levantar e identificar, que teria ocorrido o primeiro conflito armado, onde teria corrido sangue europeu entre o nativo e o europeu.<sup>16</sup>

Os registros históricos indicam a perda de 8 homens da esquadra de Pinzón, inclusive um comandante, e a morte de mais de 30 índios. Contam também que o Pinzón só conseguiu água para reabastecimento em Jericoacoara, que recebeu

<sup>9</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>10</sup> O papa Alexandre VI fez um decreto (1493), que uma linha imaginária dividiria as terras de norte a sul, traçada a 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras a oeste eram da Espanha e as do leste de Portugal. Esse decreto ficou conhecido como Bula Intercoetera, que denunciava o prestígio da diplomacia espanhola em Roma e não foi aceito por Portugal, intensificando-se a tensão entre os dois países. (www.sagradocj.com.br)

<sup>11</sup> No ano seguinte, outro decreto foi assinado, era o Tratado de Tordesilhas, que criava uma nova linha imaginária pelo qual passaria a 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

<sup>12</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>13</sup> O sistema de posicionamento global GPS (Global Positioning System) é um sistema de 24 satélites lançados pelos Estados Unidos para proporcionar navegação por triangulação de ondas de rádio. Similarmente, GLONASS é um outro sistema de 24 satélites lançados pela Rússia.

<sup>14</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>15</sup> É o mais antigo de todos os mapas feito por Juan de la Cosa, que registra o continente americano. Juan de la Cosa acompanhara Cristóvão Colombo em sua segunda viagem à América (1493) e fizera várias cartas.

<sup>16</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

o nome de Rostro Hermoso. Depois seguiu viagem passando pela Bahia de São Marcos, hoje São Luís, passou pela ilha de Marajó e, em seguida, descobriram o Amazonas.

Aliás, lá em Palos de La Frontera, terra de Pinzón, e em Madri também, eles reconhecem o Pinzón como o descobridor do Brasil e como o descobridor do Amazonas. Porque para eles, o Amazonas é assim algo muito fantástico! Daqui até lá, ele saía colocando nomes nos locais, nos acidentes. E, imediatamente, depois do Amazonas, ele disse: "Agora chegou a minha vez". Esse rio agora vai ter o meu nome, e batizou o nome daquele rio grande e que depois veio servir de argumentação para o Barão do Rio Branco, no início do século passado, naquela célebre questão do Amapá. O Rio que hoje é o Rio Oiapoque, nos 500 anos, era chamado Rio Vicente Pinzón. Nessa última viagem que fiz à Espanha, consegui recolher dois Mapas de 1526, que mostram lá, bem nítido, o Rio de Vicente Pinzón coincidindo com o nosso atual Oiapoque.<sup>17</sup>

Contou o jornalista que a viagem de Pinzón foi um fracasso do ponto de vista financeiro porque ao invés de especiarias desejadas, levaram alguns índios do Amazonas e cerca de 300 tonéis da madeira Pau Brasil.

A América foi descoberta, portanto, por Colombo e pelo Martín Alonso e Vicente Pinzón, e foram 3 as naus: Santa Maria, Pinta e Niña. Isso ficou marcado em 1492. Em 1494 o Vicente cobrou a Pinta e a Niña, já que a Santa Maria sofreu um acidente nas costas do Haiti, no dia 24 de dezembro de 1492, num problema com Colombo. Essas duas naus, a Pinta e a Niña, estiveram aqui, no Porto do Mucuripe, as originais, e isso está bem dito, bem registrado em um dos livros do Almirante; e antes do Almirante, nos livros do Juan Manzano e Manzano. Nós não conhecemos isso, Juan Manzano e Manzano. Um fato que passa batido. As outras duas naus, das quatro que ele passou aqui, eram a Fraila e a Vicente Yañez Pinzón.<sup>18</sup>

Pinzón descobriu terra com 600 léguas e continuou sendo prestigiado pela Coroa, o que lhe rendeu o título de Capitão Governador de Santa Maria de La Consolación no Mucuripe e Santa Maria de Matusi no Amazonas. As conquistas foram registradas pelo escrivão Pietro Maria de Aguerria, falando dos animais, plantas e outras coisas que mostraram a passagem de Pinzón pelo Ceará.

Outras viagens foram realizadas pelos espanhóis. Em 1504, Pinzón voltou aqui, chegando ao Cabo de Santo Agostinho. "Isso os pernambucanos querem assumir a paternidade, a chegada inicial. Lá existem também muitas provas mostrando essa chegada em 1504."<sup>19</sup>

Rodolfo Espínola esclareceu que apesar de falar dos espanhóis, não tira o mérito e nem reduz o impacto dos portugueses no Brasil. Na opinião dele, foram os portugueses os maiores navegadores da época.

O segundo expositor, o vereador e professor universitário Francisco José Pinheiro iniciou sua fala, destacando o trabalho da professora Aniere Guidon, que levanta uma série de teses questionando o conceito do descobrimento.

A primeira das teses defendida pela professora diz respeito à origem do povo americano. De acordo com estudos feitos por ela, há indícios da presença humana em São Raimundo Nonato, no Piauí, há 60 mil anos.

Portanto, a idéia de descobrimento levanta essas questões, porque seria a presença européia há 503 anos, enquanto que a presença dos povos nativos pode ser constatada há 60 mil anos. As pesquisas na região amazônica encontraram sepultamentos que datam de 11 mil anos. Então, isso levanta a presença humana nessa região há 11 mil anos. E há um mês, na região de Minas Gerais, uma pesquisa de um grupo muito importante, descobriu sepultamentos há 10 mil anos. Agora, nós temos que começar a discutir, realmente, como nós temos que trabalhar com esse conceito de descobrimento, porque quando o fazemos é como se não houvesse presença humana antes. E a pesquisa histórica, principalmente a arqueológica, mostra, exatamente, que houve anteriormente essa presença.<sup>20</sup>

Francisco Pinheiro ressaltou que o Ceará é um estado extremamente marcado pelo preconceito contra os povos nativos e contra a população negra.

<sup>17</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>18</sup> Idem

<sup>19</sup> Idem

<sup>20</sup> Idem



Uma correspondência enviada por José Bento Figueiredo ao imperador dizia que não existiam mais índios bravios no Ceará e os que existiam estavam misturados ao resto da população. Na avaliação do professor, o decreto possibilitou a invasão das últimas terras ora registradas, a partir de 1854.

Com a chamada “Lei da Terra”, as populações indígenas registraram suas terras. Se nós pegarmos o livro de registro de São Sebastião de Maranguape, lá estão registrados vários lotes dos povos que habitavam a antiga Paupina, ali onde tem as tapiocas, e depois eles pedem, em função da perseguição que eles sofrem dos brancos, que eles se desloquem para a Serra, próxima à Serra de Maranguape, onde hoje é camada Pitaguari. [...] e começou a ser invadida, e, principalmente, em função do algodão, tornou-se uma área muito fértil e muito importante, e ali não era importante para a pecuária.<sup>21</sup>

De acordo com o expositor, o reaparecimento das populações nativas ocorre em função da legislação que as protege. O fenômeno vem criando um sério problema porque as terras indígenas não podem ser vendidas nem alugadas. E sempre retornarão aos seus donos porque os documentos que vierem posteriormente não terão nenhuma validade.

Para o coordenador da área de Tecnologia de Informação da Fiec, o engenheiro César Cals de Oliveira Neto, a bravura dos cearenses, que vem ao longo do tempo resistindo às dificuldades como a seca, é comprovada nos registros históricos. No início, os portugueses não resistiram à estiagem.

O cearense que pegou uma terra, apesar das dificuldades climáticas, que não tinha o café, que era uma grande moeda na época da colonização, não tinha cana-de-açúcar, outra grande moeda, e um outro grande instrumento econômico também, daquela época, e que não tinha, era o ouro das Minas Gerais, e nem em outras áreas aqui do Brasil que, como de resto, não tem grandes potenciais auríferos aqui no nosso Estado. Mas, mesmo assim, o cearense construiu um processo, se afirmou. E hoje, apesar das nossas dificuldades, das nossas pobreza, nós somos um Estado referência, no Brasil, sobretudo em destaque, afirmando e reafirmando a posição do nosso Estado.<sup>22</sup>

César Cals Neto ressaltou que o Ceará foi palco da primeira concretização da liberdade dos escravos e tem sido berço de heróis como Dragão do Mar. Na oportunidade, defendeu a monumentalização do momento, seguindo o exemplo do governo federal que está se predispondo a financiar um filme contando a história de Santos Dumont.

Houve um princípio de monumentalização desse negócio, inclusive, no bairro que eu moro, que é Vicente Pinzón, e no Rodolfo Teófilo também, onde tem representantes da juventude, graças a Deus! E até fico muito surpreso, mas quantas pessoas sabem quem realmente foi Vicente Pinzón? Hoje foi a primeira vez que vi a imagem do Vicente Pinzón de cara! Foi preciso o Rodolfo fazer todo esse trabalho, e que a Assembléia convocasse isso. [...] Eu estava até conversando com nosso historiador, e dizia que acho que Vicente Pinzón, a primeira coisa que ele deve ter visto foi o Castelo Encantado, que é o Monte Pascoal, é a lógica da ótica. Ele vinha da África, de Cabo Verde. Quando você chega na Bahia, na região de Porto Seguro, está lá o Monte Pascoal. Lá tem o Centro de Artesanato. E por que nós, aqui também, não vamos lá, na ponta do Mucuripe, como disse o Rodolfo, fincar lá um marco ou alguma coisa? <sup>23</sup>

O professor Geraldo da Silva Nobre ressaltou que o Ceará foi descoberto por Vicente Yañez Pinzón em condições extraordinárias. Naquele momento, a política internacional, por influência da Inglaterra, tinha tendência universalizante. E isso implicava na ação de piratas, de navios negreiros, que freqüentavam regiões no Mediterrâneo.

À época, o Ceará era uma terra completamente abandonada. O Ceará teria recebido denominação que, na verdade, era de autoria do próprio Pinzón. Não são apelidos dados pelo Pinzón, mas embora apareçam no Mapa do De La Cosa, tem que se verificar que esses Mapas, muitas vezes, eram aumentados; essas denominações só se encontram no final do século XVIII. Antes disso, a coisa era indiscutível e, o mais importante, o Ceará ficara em poder dos índios, uma vez que os portugueses, os espanhóis, somente esporadicamente passavam pelo Litoral Setentrional do Brasil. Essa divisão em duas Capitânicas é muito interessante: uma foi denominada de Capitania do Ceará

<sup>21</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>22</sup> idem

<sup>23</sup> Idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Grande e outra Capitania do Rio Grande, quer dizer, estava presente sempre o nome Grande, e por que isso? Exatamente porque, àquela época, a faixa litorânea do Setentrião era praticamente inabitada.<sup>24</sup>

No início, a divisão prevaleceu na região do Ceará que era mais visada pelos europeus, que tinham mais recursos econômicos para explorá-la, principalmente pela vegetação de frutas e de óleos. Já a Capitania do Rio Grande do Norte era explorada por piratas.

A pirataria, na costa do Brasil, naquela época, era muito grande, a pirataria dos franceses, de holandeses, de ingleses, de vários outros povos, inclusive são conhecidos vários relatos de piratas que foram levados daqui para o Exterior, sobretudo para o Norte da África, pelos piratas franceses, piratas argelinos, melhor dizendo.<sup>25</sup>

Outro fator que determinou o fim da divisão foi a impossibilidade de governo dessas capitanias. Com a união, prevaleceu a denominação Ceará.

Essa divisão também não prevaleceu, por várias questões de interesse. Nós sabemos que o Norte do Brasil foi dividido e entregue a diversos donatários, como os filhos de João de Barros, depois os filhos dele ficaram como herdeiros, o Fernão Álvares de Andrade, que nunca veio ao Brasil, a não ser quando tentou trazer uma leva de colonos e fracassou, aquele pessoal morreu antes de descer à terra, e vários outros navegadores, piratas etc., que por aqui andavam. Então, a Capitania única, formada pelas antigas Capitanias Gerais do Rio Grande do Norte ou Rio Grande e do Ceará Grande, elas deixaram de existir, quer dizer, passou a existir apenas uma, que era a Capitania do Ceará, mas o nome "Ceará" aparece grifado em muitos mapas antigos como "Siará-Siará" e isso é uma coisa que não tem a devida explicação, porque, na verdade, a palavra Siará já estava acentuada como "Ceará" propriamente dito, e isso constava, sempre assim, na documentação oficial e, esporadicamente, aparecia "Siará", mas escrito por outros, inclusive por Cosmógrafos.<sup>26</sup>

O nome Siará foi adulterado na maioria dos mapas, assim como expressões no mapa do De La Cosa que só foram recuperadas no final do século XVIII.

Então, essa História é muito interessante, porque houve, digamos, um ponto de atração magnético, que era o norte e nordeste da África. Por ali passavam sempre os navios que iam em busca do mar Índico ou em outra direção qualquer. De modo que a importância decorria muito mais da pirataria do que, propriamente, da existência de uma organização política que ordenasse as coisas, de modo a não haver questões muito polêmicas, com muito menos luta. Embora realmente tivessem existido, muitas vezes houve lutas entre os piratas argelinos ou outros quaisquer e os portugueses e os espanhóis. Mas isso são histórias muito mais escritas no Oriente, na Índia, no Japão, na própria China, do que uma História escrita no local, com conhecimento local e não com conhecimento apenas de oportunidade, de passagem.<sup>27</sup>

O deputado Artur Bruno, que presidia os trabalhos, questionou a respeito da designação do nome do Estado, argumentando que há duas versões: Caranguejo Branco, designada pelos índios, e o Canto da Jandaia. O parlamentar quis mais esclarecimento a respeito da vinda de Vicente Pinzón, apesar do Tratado de Tordesilhas definir essa área da América como pertencente a Portugal.

A primeira questão coube ao professor Geraldo Nobre. Ele esclareceu que há mais de 100 versões para o nome Ceará. No entanto, o sentido da designação decorre da existência do rio Apodi, que também tem vários nomes.

O jornalista Rodolfo Espínola explicou que o Tratado de Tordesilhas permite uma ampla discussão e foi resultado do descobrimento da América.

De acordo com ele, o Tratado de Tordesilhas só teria validade com a assinatura dos reis, D. João II e D. Fernando, em até 100 dias após o 4 de junho, e isso foi feito. Outra cláusula determinava que as coroas deveriam apresentar

<sup>24</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>25</sup> idem

<sup>26</sup> idem

<sup>27</sup> idem

a medição oficial da distância das 370 léguas do Cabo Verde a oeste, dez meses após a assinatura. Mas, isso nunca foi feito por disposição declarada de D. João II.

Rodolfo Espínola esclareceu que os escritores Tomaz Pompeu Sobrinho, Capistrano de Abreu e Raimundo Girão escreveram a respeito de Pinzón. No entanto, existem divergências com relação à chegada do espanhol em nossa terra. “Tomás Pompeu, por exemplo, fala da Jabarana, fala do Icapuí e daquela região. Eu estive naquela região com um GPS e não conferiu. A mesma coisa que eu tive também no Cabo de Santo Agostinho e lá não conferiu. O que existe em termos oficiais, só lá no arquivo das Índias em Sevilha”.<sup>28</sup>

Continuou dizendo que há uma diferença de 100 dias para a chegada do português e do espanhol Vicente Pinzón.

O destemido Pedro Álvares Cabral saía do Porto do Rastelo, na altura do dia 8 de março de 1500 e Pinzón, que estava saindo pelo Amazonas. [...] O Cabral vinha com as caravelas Santa Maria, Pinta e Nina, que eram as do Colombo. O Cabral vinha comandando uma frota com 13 naus, com cerca de 1500 homens. [...] ele saiu no dia 8, e ao cruzar o Cabo Verde ele perdeu uma primeira nau com 150 pessoas. Isso foi um caso que até hoje não se explica direito. Depois que ele passou pelo Brasil e saiu em direção às Índias, antes de cruzar o Cabo da Boa Esperança, aqui na África do Sul, ele perdeu mais 600 pessoas ou 4 naus, inclusive, Bartolomeu Dias, que foi um dos que passara, pela primeira vez, no Cabo da Boa Esperança.<sup>29</sup>

O jornalista Vicente Alencar destacou que o Ceará é o Estado de 14 nações indígenas a tem a sua história desconhecida pela maioria. Na oportunidade, defendeu que o mocororó, vinho tipicamente indígena, deveria continuar a ser servido e mostrado aos cearenses e aos turistas que nos visitam. Aproveitou para fazer um apelo para a inclusão de uma disciplina sobre a história do Ceará na rede escolar.

O mesmo pensamento foi expresso pela professora Odélia Peixoto, que reclamou na ocasião a falta de incentivo por parte da Prefeitura de Fortaleza e também dos municípios cearenses para a divulgação da nossa história.

Na oportunidade, Vicente Alencar informou que o historiador Leonardo Pildas acaba de lançar o livro História de Coreaú, resultado de 20 anos de pesquisa.

A presidente do Inesp, Gina Pompeu, observou que também devem ser questionadas as organizações dos índios e de que forma resistiram ao processo de colonização. Na opinião dela, as questões são pertinentes na medida que ainda hoje é grande a parcela da população que luta para garantir o direito à terra. “Porque, na realidade, a resistência indígena nada mais foi do que essa tentativa de garantir o meio básico de sobrevivência que eram eles.”<sup>30</sup>

Ela também quis saber a respeito dos vestígios históricos da passagem de Pinzón pelo Ceará e como foi feita a divisão das capitânicas hereditárias num momento em que o país que ainda estava para ser explorado.

Em resposta, Rodolfo Espínola disse que, apesar de a Espanha ter exercido domínio durante 60 anos, no Brasil é muito difícil levantar qualquer tipo de identificação ou qualquer vestígio sobre a passagem de Pinzón no Estado. Apenas um relatório de Guarino Alves, que incursionou em Jericoacoara, na década de 50, sugere três ou quatro sinais da presença de Pinzón. A ocupação filipina se deu no período de 1580 a 1640.

Naquela oportunidade, um outro convidado para o debate, Fabiano Cunha, destacou uma das passagens de Pinzón, que levou um animal encontrado aqui, de presente para o rei Dom Fernandes. Segundo ele, a descrição que se tem do presente era a de um monstro: ficava em pé como pessoa, tinha mãos de homem, pés de macaco, carregava os filhos em uma bolsa, focinho de raposa, orelha de morcego.

Fabiano Cunha completou que depois da morte do animal, tiraram-lhe o couro e o levaram para o rei espanhol.

Rodolfo Espínola interveio dizendo que se tratava de um Cercopiteco.<sup>31</sup>

Fabiano Cunha voltou a interpelar dizendo que o escritor Capistrano de Abreu fecha a questão ao informar que os espanhóis foram os primeiros a chegar, mas em nada contribuíram para a colonização.

Quem fez isso foram os piratas, os corsários franceses. Quando ele chegou aqui, a “indiarada” já era miscigenada com os franceses, tanto que, Soares Moreno degolou, nada mais e nada menos do que duzentos franceses, inclusive, num dia só! Isso aí explica a presença da nossa navegação, do algodão que ele levava daqui, a Tatajuba, a pimenta malagueta e tinha papagaio falando francês! Quando

<sup>28</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

<sup>29</sup> Idem

<sup>30</sup> idem

<sup>31</sup> Cercopiteco - Macaco de longa cauda; Há cerca de 20 espécies na África.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Soares Moreno veio para cá disse: “Tenho que aprender a língua daqueles índios”, e já era o patuá. O próprio Soares Moreno não escreve mais Mucuripe, já é Macoripé. Então, quer dizer, isso é uma questão muito séria, tem que ser levada em conta. Passou a idéia que o espanhol chegou primeiro, mas ele não tem nada a ver, segundo Capistrano de Abreu. Quem contribuiu mesmo, durante mais de 100 anos, foram os piratas, como falou o professor Nobre. Daí tem esse pessoal todo, piratinha, cabelo louro, não tem para onde correr!<sup>32</sup>

Resgatar a História do Ceará é tarefa de todos aqueles que estão comprometidos com o fortalecimento da cidadania de nosso povo.

Rever questões esquecidas pelo tempo, revisar a história, obedecendo uma ordem cronológica que nos conta a presença européia há 503 anos, ou seja, a presença de Vicente Yañez Pinzón no Mucuripe.

As conquistas do espanhol foram registradas pelo escrivão Pietro Maria de Aguerria, falando dos animais e outras coisas que mostraram sua passagem pelo Ceará.

---

<sup>32</sup> Ata da Sessão do 3º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 15 de setembro de 2003.

# REPÚBLICA VELHA

Autores do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Domingos Filho (PMDB)

Palestrante convidado: Airton Farias<sup>1</sup>

Data: 22/09/2003

A Assembléia Legislativa deu continuidade, no dia 22 de setembro, ao Ciclo de Palestras Ceará 400 anos feito em parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, Inesp. Desta feita, o tema República Velha foi desenvolvido pelo deputado Artur Bruno e pelo professor Airton Farias. Os trabalhos foram conduzidos pela presidente do Inesp, Gina Pompeu.



O primeiro palestrante, o professor Airton Farias, explicou que a República Velha tem como característica a formação da oligarquia cearense, notadamente a oligarquia Acioly, que ficou no poder durante 16 anos e foi superada pelo grupo que atualmente governa o Estado. É na República Velha que as elites nacionais vão criar a chamada política dos governadores, que se processava como uma troca de apoio mútuo entre os governos federal e estadual.

Em função disso, em cada estado do Brasil vão se perpetuar oligarquias: os Nery, no Maranhão; os Maltas, em Alagoas e no Ceará, a oligarquia Acioly. Portanto, é um contexto nacional que explica porque o grupo do Acioly governou tanto tempo o Ceará. Quem foi Nogueira Acioly? Nasceu em Icó, era filho de fazendeiro latifundiário, e graças ao pai, foi estudar Direito em Recife. Formou-se e depois voltou ao Ceará. Conseguiu entrar na máquina pública, foi promotor; Juiz em Baturité, Limoeiro e Icó, e depois chegou mesmo a ser Juiz em Fortaleza. Nada diria que Nogueira Acioly um dia seria um político, mas ele teve a sorte grande de casar com a filha do Senador Pompeu.<sup>2</sup>

Foi graças ao prestígio de Senador Pompeu que Nogueira Acioly entra na política e se torna governador do Estado do Ceará logo após a proclamação da República. Desde o início, o seu governo foi marcado por escândalos:

Para ser eleito governador, Nogueira Acioly fez acordos com vários coronéis do sertão cearense, e um desses era um coronel do Crato, um importante reduto eleitoral, como ainda hoje é. O coronel resolveu apoiá-lo se em troca Nogueira Acioly desse ao coronel um emprego público, que recebesse um alto salário e que não trabalhasse! A idéia era essa: receber muito dinheiro e não trabalhar. Acioly é eleito, então vai cumprir a promessa com seu aliado.<sup>3</sup>

De acordo como professor Airton Farias, no início do século XX havia três empregos públicos com altos salários: juiz, deputado e professor do Liceu. Em nenhum dos três casos, cabia o coronel que era analfabeto, portanto, não entendia de Direito, ignorava as leis e não poderia assumir um mandato porque não tinha sido eleito.

Então, restou ser professor ao nosso coronel. Mas ensinar o quê, se ele era analfabeto? Então Nogueira Acioly inventou uma disciplina, o aramaico. Ele iria ensinar aramaico no Colégio Liceu do Ceará. Aramaico é uma língua morta. Cristo falava aramaico. Era uma língua que ninguém, aparentemente, ia se interessar em estudar. A idéia era essa mesmo: ele vai ensinar aramaico, não aparece ninguém para estudar e ele, portanto, ganha o salário sem trabalhar. O plano foi perfeito. Só que para azar do nosso professor, apareceu um aluno, era um rapaz de Tauá, um lingüista, falava francês, inglês, alemão, grego e queria também aprender a falar aramaico. E imagine, no primeiro dia de aula, o professor em sala tem diante de si um aluno, o temor – como é que vou dar aramaico, se sequer sei falar português corretamente? E a primeira aula foi a famosa enrolação. – O senhor é de Tauá? – Em Tauá eu conheço o fulano, o sicrano... Enrolou, e na primeira aula não houve nada de aula. Ao terminar a aula, o professor, em pânico, vai à casa de Nogueira Acioly e diz: – “Olha, apareceu um aluno, o que é que eu faço?” E Acioly respondeu: “Tenha calma que eu vou resolver a questão” Então Acioly chamou alguns policiais e mandou dar uma surra no coitado do aluno, e o rapaz foi obrigado a voltar

<sup>1</sup> Professor

<sup>2</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>3</sup> idem

<sup>4</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

para Tauá, apavorado.<sup>4</sup>

Outro caso de desmando e perseguição ocorreu durante o surto de varíola no Ceará, envolvendo, desta vez, o farmacêutico Rodolfo Teófilo, um ferrenho crítico do governador. Segundo o expositor, Nogueira Acioly se eximiu totalmente de auxiliar a população, o que fez com que o farmacêutico, por iniciativa própria criasse uma vacina para prevenir contra a doença que à época era fatal.

No entanto, a vacina não era bem aceita pela população porque se acreditava que a vacinação era uma maneira do governo matar os pobres. "Até os intelectuais duvidavam que a vacina tivesse efeito. Quando Rodolfo Teófilo resolveu fabricar a vacina e vacinar as pessoas, isso despertou a fúria da oligarquia Aciolina. Porque afinal, Saúde é coisa do Estado e não de pessoa particular, não de um indivíduo, um elemento, um cidadão."<sup>5</sup>

Nogueira Acioly considerou a iniciativa do farmacêutico como uma afronta ao seu governo e, a partir daí, deu início à perseguição.

Rodolfo Teófilo que era funcionário do Liceu há 15 anos, foi demitido sem nenhuma justificativa. A sua Farmácia, na Praça do Ferreira, foi incendiada de forma misteriosa. Rodolfo Teófilo foi acusado de matar as pessoas. A doença, diziam, era propagada, segundo a versão de Nogueira Acioly, não pela seca, mas pela vacina que o Rodolfo Teófilo estava fabricando. Então, foi uma forma de atingí-lo. Mas Teófilo se mostra oposição à ação do Governo, contra todas as pessoas que tentam interceder, que tentam entrar no caminho da oligarquia.<sup>6</sup>

Segundo o professor Airton Farias, doze fatos implicam no fim da oligarquia aciolyana. O primeiro foi a política das salvação encampada durante o governo de Hermes da Fonseca, que tinha como objetivo salvar a área pública brasileira. Eram movimentos armados, cujo propósito era derrubar as oligarquias que governam o país. Houve revolta no Ceará, em Alagoas e Pernambuco.

As eleições de 1912 também contribuíram para a queda da oligarquia. Naquele momento, Acioly indicou para concorrer Domingos Carneiro, um ancião de 80 anos e muito doente. De acordo com o expositor, a intenção era que com a provável eleição seguida de morte do candidato, o vice-governador, que era seu filho, ocupasse o posto e desse continuidade à oligarquia.

Só que esse fato foi recebido como um acinte, pela população de Fortaleza, que sempre teve um espírito muito forte de Oposição, e a opinião pública não aceitou, relutou em aceitar essas manobras do Acioly, em permanecer no Governo do Estado. A Oposição resolveu lançar um candidato que pudesse ser eleito governador, um militar chamado Marcos Franco Rabelo, candidato da oposição, contra o candidato da oligarquia Aciolyana.<sup>7</sup>

Foi durante a campanha eleitoral de 1912 que o Estado viveu um dos momentos mais tensos devido à violência e ataques feitos por meio de panfletos e as passeatas que acirravam os ânimos.

E o auge da campanha se deu quando em janeiro de 1912, o pessoal do Franco Rabelo (oposição) fez uma passeata no Centro de Fortaleza, uma passeata, lógico, com fins eleitorais. Essa passeata era composta por mais ou menos 5 mil crianças, todas de amarelo, com botom de Franco Rabelo, para mostrar o futuro do Ceará à candidatura da Oposição. Então, quando as 5 mil crianças, juntamente com os pais, num total de 10 mil pessoas, se aproximaram da Praça do Ferreira, a Polícia a cavalo, a mando do Acioly, atacou. De modo que houve uma grande tragédia. Imaginem 10 mil pessoas correndo na Praça do Ferreira, a polícia dando tiros, cassetetes, cavalos, uma loucura, uma grande confusão. E nessa confusão, morrem algumas crianças, pessoas saem feridas, há troca de balas, um caos completo. A população se revolta. Uma coisa era a disputa eleitoral, outra coisa era você matar crianças numa passeata. A Cidade se rebela e durante uma semana, Fortaleza vira uma praça de guerra.<sup>8</sup>

Além das trincheiras e troca de balas, vários prédios públicos foram destruídos, comércio incendiado. A cidade se tornou um caos. Nogueira Acioly refugiou-se no Palácio da Luz, antiga sede do Governo e que abriga hoje a Academia

<sup>5</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

Cearense de Letras, na Praça dos Leões.

Após quatro dias, Nogueira Acioly, sem comida, sem água, sem energia, e sem balas, ao ver o povo ameaçando invadir o prédio para linchá-lo, diante da pressão popular, faz a coisa óbvia: renuncia. Aliás, faz um acordo muito intenso: renuncia ao governo do Ceará em troca, embarca para o Rio de Janeiro. [...] Após a renúncia de Nogueira Acioly é eleito para governar o Ceará, Franco Rabelo. O seu governo tem pouca duração. É eleito em 1912, mas cai em 1914, na chamada Sedição de Juazeiro, na qual teve atuação política, uma das figuras mais polêmicas da história do Ceará, Padre Cícero.<sup>9</sup>

Na avaliação de Airton Farias, o Padre Cícero teve papel fundamental na República Velha.

Os devotos apenas vêem o padre como um santo, como um líder religioso, se ignora ou se diminui, que todos os fatos políticos do Ceará, no começo do Século XX, têm o papel do Padre Cícero. O Padre, portanto, na acepção de alguns intelectuais, seria o coronel de batina, em função da sua aliança com as oligarquias cearenses. Aliás, era um padre aliado, fiel a Acioly, portanto, das oligarquias que governavam o Ceará. Padre Cícero ficou famoso por um milagre: ele teria transformado uma hóstia em sangue, na boca de uma beata, Maria de Araújo.<sup>10</sup>

O fato não foi aceito pela Igreja Católica. Naquela época, a Igreja vivia a política de romanização que tinha como meta submeter todo o Clero à orientação do Papa.

Existe ainda na Igreja católica o dogma da transubstanciação. Segundo os católicos, na Santa Ceia Cristo transformou o corpo em Pão (a hóstia) e o vinho em sangue. E esse dogma, portanto, só ocorreu uma vez e foi feito por Cristo. E em Juazeiro o padre ter transformado o corpo na hóstia e vinho em sangue! E isso é impossível, dentro da visão católica. Portanto, por ir contra um dogma católico, a Igreja não aceitou o Milagre de Juazeiro. Não aceitou, e nem aceita hoje ainda. Existem algumas pessoas que, demagogicamente, fazem campanha para tentar canonizar o Padre Cícero. Por um milagre de Juazeiro, esse que eu falei, por outros talvez, mas por esse é impossível, só se a igreja católica mudar seus dogmas. Não há nenhuma possibilidade, por esse milagre de Juazeiro, de um dia um Padre ser oficialmente Santo pela Igreja Católica.<sup>11</sup>

Na opinião de Airton Farias, o milagre de Juazeiro evidencia preconceito de gênero e de raça. Isso, porque a hóstia foi transformada em sangue na boca de uma mulher pobre, frágil e negra.

Então, custava para a elite da época admitir que uma mulherzinha sertaneja, vulgar, negra, pudesse fazer um milagre. Por que Deus não teria escolhido alguém branco? Escolher uma mulher pobre? É lógico que vemos de imediato, que são racistas, preconceituosos e que mostram que não é apenas a questão do milagre de Juazeiro. Há outros fatos por trás que implicam, porque a Igreja ainda hoje não reconhece o milagre do Padre Cícero. Padre Cícero fez um milagre e foi perseguido pela Igreja católica. A Igreja chegou mesmo, várias vezes, a decretar sua excomunhão. Ser excomungado é ter o batismo revogado pela Igreja. É ser em vida, enviado ao inferno. E o Padre Cícero morreu rompido com a Igreja. Nunca houve uma reconciliação dele com a Igreja Católica. E havia um embate dele com o Clero.<sup>12</sup>

Simultaneamente à questão, ocorria a guerra de Canudos, na Bahia. Para o expositor, também foi motivada pela perseguição da Igreja, que não aceitava Antônio Conselheiro. Além disso, outro fator que alimentou o conflito foi o embate dos canudos com os latifundiários baianos. A elite baiana pressiona o governo a destruir Canudos como um reduto monarquista, contribuindo para uma das maiores tragédias na história do país. Foram mais de 30 mil pessoas mortas.

Padre Cícero percebeu que se não conseguisse um aliado forte, Juazeiro teria o mesmo destino de Canudos. Então, para preservar Juazeiro, vai se unir às elites cearenses, ocorre à união dele com os latifundiários, é nesse sentido que deve ser entendida. Ele percebeu que se não tivesse apoio dos meios

<sup>9</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

<sup>12</sup> Idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

políticos, coronéis, da classe dominante, não tinha a menor dúvida, as elites nacionais iriam fazer com Juazeiro o que fizeram com Canudos: um extermínio violento inquestionável. Por isso é que ele vai se unir às oligarquias. No caso, a oligarquia Aciolyana.<sup>13</sup>

Airton Farias lembrou que esse período, que compreende o final do século XIX e o início do século XX, é conhecido por Belle Epoque por conta do domínio econômico inglês e pelo domínio cultural francês.

Enquanto isso, a população mais humilde incorpora o deboche e surge o Ceará Moleque.

Existe aqui no Ceará, um equívoco hoje, de pensar que o “Ceará Moleque” é fazer piada, mas Ceará Moleque é outra coisa. Ceará Moleque, na realidade, é o povo mais humilde debochando da classe dominante, da elite, que não olha para esse povo mais humilde. O exemplo mais famoso no Ceará Moleque na República Velha é o bode ioiô. Segundo consta, o bode ioiô nasceu em Quixadá. Em 1915 houve uma seca muito grande no Ceará, e como acontece hoje, o sertanejo teve que deixar o Sertão e vir para Fortaleza. Um rapaz de Quixadá veio para a Capital com a mulher, os filhos, um cachorro, uma trouxa, e a sua única riqueza: um bode. Ele então foi para a Praia do Peixe, antiga Praia de Iracema.<sup>14</sup>

Ele lembrou que no início do século XX, Fortaleza, com cerca de 80 mil habitantes, se restringia às avenidas do Imperador, Dom Manuel e Duque de Caxias. A Praia do Peixe era considerado um local distante e era o local de veraneio. O mesmo ocorria no bairro do Benfica que era cheio de sítios e chácaras.

Este retirante (dono do bode) foi para Praia do Peixe e lá viu uma empresa que vendia algodão para Inglaterra. O proprietário da empresa era um inglês que ficou muito comovido com a situação do sertanejo, e para ajudá-lo, resolveu comprar o bode. Como esse inglês não conhecia a buchada, sarrabulho, não matou o bode. E o bode começou a ser íntimo da região. Começou a andar, e a perambular pelas ruas. Nessa época havia também um bonde, ligando o Centro de Fortaleza à Praia do Peixe, e para andar no bonde, as pessoas tinham que andar de terno, gravata, chapéu, uma coisa chique também, então o bode começou a pegar o bonde, para ver o Centro da Capital. Imagine, todos sentados no bonde, elegantes, e um bode ao lado.<sup>15</sup>

O bode também se tornou conhecido no Centro da Cidade e a ser apreciado. Andava em bares, era convidado para aniversários, ia ao cinema.

Ir ao cinema era uma coisa chique. Em 1917 foi inaugurado o Cine Majestic, na Praça do Ferreira. Porque nos cinemas mais elegantes do Norte no Brasil, para entrar, os homens tinham que usar terno e gravata. Aliás, eram sessões para homens e mulheres, não podiam entrar juntos rapazes e moças no cinema, eram sessões opostas. Para irem ao cinema, as pessoas precisavam usar roupas elegantes. Havia uma senhora que morava ao lado do cinema, que alugava roupas. As pessoas iam ao cinema, alugavam as roupas, se vestiam elegantemente, assistiam ao filme, e quando saíam, pagavam o aluguel e devolviam a roupa para a tal senhora. Então, conta-se que o bode ia para o cinema também, assistindo o filme e tal.<sup>16</sup>

Na eleição de 1920, o bode teve mais votos que o mais votado dos vereadores.

Em 1931, o bode morre, e chega a ser notícia na imprensa. [...] Então o dono da empresa resolve embalsamá-lo, empalhá-lo, e dá o corpo do bode ao Museu do Ceará, onde hoje pode ser visto, o cadáver mumificado do bode. Só que o bode sofreu alguns atentados nos últimos anos: um rapaz roubou o rabo do bode; um turista quis tirar uma fotografia montado em cima do bode, e quase arrombou o coitado. Então, é mais um exemplo desse Ceará Moleque, esse povo que debocha, que ironiza, que critica, portanto, o que acontece de política na classe dominante.<sup>17</sup>

Os anos 20 foram marcados pela crise política e econômica. Foi nesse período que o Ceará começou a fomentar

<sup>13</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

<sup>16</sup> idem

<sup>17</sup> idem

a luta da classe operária.

Inclusive, podemos destacar nos anos 20 o comando anarquista. Havia no Ceará muitos anarquistas, inclusive, esses anarquistas chegaram a ter dimensão nacional, como é o caso, por exemplo, do Moacir Caminha, um professor de greves, passeatas e que teve imensa dimensão nacional. Chegou a ocupar cargo de importância no anarquismo do País. Outro importante líder anarquista cearense é Pedro Augusto Mota, uma figura pouco falada, mas de uma grande importância. Pedro Augusto Mota chegou a ser diretor ou editor do Jornal A Plebe, de São Paulo, era o mais importante periódico anarquista do Brasil, e esse cearense conseguiu uma dimensão nacional no Movimento Operário. Pedro Augusto Mota teve uma morte trágica.<sup>18</sup>

Registros históricos dão conta de que Pedro Augusto Mota morreu na Cleverlândia, um campo de concentração, localizado no Oiapoque, na Amazônia.

[...] é um dos assuntos da história do Brasil menos conhecido. A Cleverlândia era um campo de concentração, com arame farpado e com homens armados, onde o Governo colocava os seus inimigos. Esse campo ficava no Oiapoque, na Amazônia. Então, imaginem o que era o começo do Século XX, na Amazônia, a tortura, trabalho forçado. Esse militante foi preso em São Paulo e levado para Cleverlândia e lá morreu. Há duas versões: uma, que ele tenha fugido do campo e morrido na floresta; a outra que ele tenha morrido no campo de concentração. Mas foi um importante cearense que teve um papel destacado no Brasil, e as pessoas não têm conhecimento da sua existência e história. No Brasil ocorre muito isso: há várias pessoas importantes que não conhecemos, que têm a sua importância histórica, lutando pelo povo mais humilde, e isso não é lembrado.<sup>19</sup>

Depois da crise dos anos 20, veio a revolução de 30 que levou ao poder Getúlio Vargas e no Ceará, Fernandes Távora, irmão de Juarez Távora. “E com isso começa a ascender como grupo político a família Távora, que teve grande importância política no Ceará, no Século XX, tanto que um sobrinho do Fernandes Távora, Virgílio Távora, por duas vezes governou o Ceará. Virgílio Távora era uma das figuras mais importantes do Ceará.”<sup>20</sup>

Segundo o expositor, a industrialização do Ceará teve início a partir de 1960 e contou com o apoio do BNB, da Sudene e do governo Távora, que trouxe a energia do Paulo Afonso para o Estado.

Ele comprou o Porto do Mucuripe; fundou o BEC, que criou os pólos industriais de Maracanaú. E Virgílio Távora, de certo modo, inicia no Ceará o processo de industrialização, e com este processo de industrialização, vão surgir vários industriais, em especial, um grupo de jovens empresários, que em 1978 toma o comando do Centro Industrial do Ceará. Esse grupo é composto por Tasso Jereissati, Amarílio Macedo, Sérgio Machado e Beni Veras. Em 1978 esses jovens empresários formulam um projeto político de assumir o comando do Estado. Isso irá acontecer em 1986 com a eleição do Tasso para governador. Vejam que a eleição do Tasso não foi uma coisa solta, faz parte de um projeto político que é consequência da industrialização promovida, em parte, pelo Governo Virgílio Távora.<sup>21</sup>

O deputado Artur Bruno foi o segundo expositor do Ciclo de Debates, abordando o tema os Governos da Geração Cambeba. Antes de dar início a sua fala, ele passou a palavra ao presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals, que na oportunidade reafirmou o apoio da Casa ao projeto incentivado pelo Inesp, ao mesmo tempo em que anunciava a pretensão de realizar outros ciclos de debates.

Marcos Cals disse que a meta do Legislativo é permitir o acesso da população à informação.

E fico feliz com a participação desses jovens. Mesmo porque os jovens têm que estar atualizados e sendo politizados cada vez mais. Eu tive oportunidade também, de muito jovem ainda, entrar para a política, pois desde os 19 anos de idade que fiz opção política partidária, e continuo militando na política até hoje.<sup>22</sup>

— Ao final, destacou a importância da participação da sociedade que vai influenciar positivamente para o aperfei-

<sup>18</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>19</sup> idem

<sup>20</sup> idem

<sup>21</sup> idem

<sup>22</sup> idem

goamento dos trabalhos da Casa e também para o convívio da comunidade.

O deputado Artur Bruno, ao retomar a palavra, lembrou que de 1964 a 1985, vivemos o período de governos militares, da ditadura militar. E no início dos anos 80 veio o movimento nacional pela redemocratização, que se seguiu ao movimento pela anistia, em 1979.

Movimento que lutava pela legalização dos partidos da esquerda. Um movimento que lutava pela eleição direta para presidente da República. Vocês devem estar lembrados que durante o período da ditadura militar, os presidentes da República eram eleitos de forma indireta, por um Colégio Eleitoral. E também os governadores só começaram eleitos pela população, a partir de 1982. [...] Em 1984, aconteceu um fato importantíssimo: a luta pelas Diretas Já! Um deputado Federal, que depois foi governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, então do PDT, apresenta uma Emenda à Constituição, para que a eleição para Presidente da República voltasse a ser direta, como era antes da ditadura militar. Ora, houve um grande movimento no nosso País, as centrais sindicais; os movimentos sociais; os estudantes, fizeram uma grande Campanha pelas Diretas Já! Isso em 1984, final de 1983 e durante o ano de 1984.<sup>23</sup>

A Emenda à Constituição foi derrotada, informou lembrando que participou de uma vigília na Praça do Ferreira pela aprovação das Diretas Já.

E lamentavelmente perdemos. Só que aqui no Ceará, além dos setores progressistas, os sindicatos, os estudantes, políticos de esquerda, alguns empresários apoiavam aquela idéia das Diretas Já. Empresários que militavam no Centro Industrial do Ceará, o chamado CIC. Esses empresários, como bem colocou aqui o Airton de Farias, eram liderados na época, por Beni Veras; Tasso Jereissati; Amarílio Macedo; Assis Machado, dentre outras lideranças empresariais. É verdade que este apoio ainda foi muito tímido ao Movimento das Diretas Já.<sup>24</sup>

Em janeiro de 1985 houve a última eleição indireta para presidente da República. Na mesma data, o PDS sofreu uma divisão.

O PDS foi um partido que substituiu a antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional). Quando houve o golpe de 1964, os grandes partidos foram extintos: UDN, PSD, PPB. Eram 13 partidos e a ditadura criou o bipartidarismo. Ou você era Arena, ia dar apoio, sustentação política ao Governo, ou você tinha que ficar na oposição mais moderada, no MDB, Movimento Democrático Brasileiro. Por que eu falo em oposição moderada? Porque os mais radicais foram presos, torturados, exilados. E aí quem estava na Arena, ou quase todos que estavam na Arena passaram a fazer parte do PDS, naquela Reforma Partidária que o Governo, em 1979, readmitiu o pluripartidarismo e aí se criou em 1980, no ano seguinte, o Partido Democrático Social.<sup>25</sup>

O PDS estava no poder, era a maioria no Congresso e do racha surgiu o PFL, Partido da Frente Liberal, criado pelos que não aceitaram a candidatura de Paulo Maluf a presidente da República.

Já o PMDB, o partido que mais trabalhou em prol das Diretas Já, considerou o nome de Ulisses Guimarães para a presidência, mas ele era considerado radical por alguns setores conservadores. Daí a escolha de Tancredo Neves, que ganhou as eleições no Colégio Eleitoral formado pelos congressistas e mais os representantes das Assembléias Legislativas, e foi eleito presidente da República.

Para a vice-presidência foi eleito José Sarney, que era do PFL e se filiou ao PMDB porque naquela época, o candidato a presidente e vice, tinham que ser do mesmo partido.

O que aconteceu no Estado do Ceará? Os coronéis, aquelas oligarquias tradicionais, estavam filiadas ao PDS. Essas oligarquias tradicionais em 1982 tinham se unido, os três grandes Coronéis do Ceará: Virgílio Távora; Adauto Bezerra e César Cals, pai do nosso presidente Marcos, uniram-se e lançaram, em 1982, um ex-secretário de Virgílio Távora, Gonzaga Mota, para governador do Ceará, que governou de 1983 a 1986. Gonzaga Mota fez um governo sofrível, um governo cheio de crises. O

<sup>23</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>24</sup> idem

<sup>25</sup> idem



Estado endividado não pagava sequer, o funcionalismo em dia, foi uma lástima. Um governo drástico. No entanto, em nível nacional, se destacou politicamente, porque resolveu apoiar Tancredo Neves a presidente da República no Colégio Eleitoral. E juntaram-se a Gonzaga Mota esses empresários do CIC, esses considerados modernos na época, empresários do Ceará, e fizeram, inclusive, um comitê, fizeram movimentação e um debate apoiando Tancredo Neves, o que foi um fato político importante, porque os empresários do Ceará sempre eram governistas.<sup>26</sup>

O expositor avaliou que na história política do Ceará, os empresários e as entidades empresariais sempre estiveram ao lado dos governos estaduais e federais. Entretanto, houve um grupo dissidente que apoiava o candidato que era contra a ditadura militar.

Seria para derrubar a hegemonia, a liderança do PDS na Presidência da República. Isso foi um fato importante, e esse fato importante pesou muito na definição do candidato a Governador em 1986. Vocês lembram que os coronéis tentaram se recompor em 1986. Adatao Bezerra sai candidato a Governador do Ceará em 1986, com apoio dos outros coronéis: César Cals e Virgílio Távora. Tentavam se recompor e voltar ao poder, até porque o Gonzaga Mota tinha rompido com eles, lançando Tasso Jereissati a Governador do Ceará. Então, é preciso entender que o lançamento de Tasso Jereissati, de certa forma, foi um rompimento com a política que até então acontecia no Ceará, onde as oligarquias, as grandes famílias tradicionais da política, estavam elegendo os governadores. Ora, para vocês terem uma idéia, de todos os prefeitos do Estado do Ceará, em torno de 15, apoiaram Tasso e os outros prefeitos apoiavam Adatao Bezerra. É tanto que no início da campanha eleitoral todas as pesquisas revelavam que Adatao ganharia facilmente as eleições.<sup>27</sup>

De acordo com Artur Bruno, a coligação articulada pelo grupo do CIC foi muito avançada para a época.

[...] porque o PMDB era o partido do Tasso Jereissati, até então. Faz uma coligação com o PDC e com os partidos comunistas, o PCB e o PCdoB apoiam Tasso Jereissati; parte considerável da intelectualidade cearense, professores universitários, técnicos vão apoiar aquela proposta, que era uma proposta realmente avançada para a época. Por que avançada? Porque faziam discursos em que o Ceará precisava romper com as oligarquias; romper com o coronelismo; romper com o empreguismo; era preciso fazer uma modernização da máquina administrativa. Quer dizer, a máquina precisava trabalhar para a maioria da sociedade. O governo fazia um discurso e a partir dali, a sociedade iria participar efetivamente da definição das políticas públicas. Iria haver mais democracia, mais vontade para o social. Eles prometiam retirar o Ceará da miséria e acabar com a miséria no Estado do Ceará.<sup>28</sup>

O discurso, continuou o orador, empolgava os setores progressistas da sociedade porque partia de um grupo homogêneo, e que trouxe o marketing avançado para a política.

[...] e fez um grande marketing na época que era o Galeguinho do Zoi azul. Isso empolgou muita gente, era um príncipe, um homem que larga suas empresas para se voltar para a maioria da sociedade, portanto, isso teve um apelo extremamente forte. E deu certo, pois em 1986, Tasso Jereissati se elege governador do Ceará, reiniciando um novo período político no nosso Estado. De forma breve, gostaria de analisar algo que nós sintetizamos no Livro Os Pecados Capitais do Cambéba. Primeiro, reconhecendo que houve méritos nesses 16 anos, e como falou muito bem o professor Airton Farias, esse grupo vai para 20 anos, se nós considerarmos o governo Lúcio Alcântara, e por enquanto ainda considero fruto desse grupo. O que vai acontecer daqui para frente é uma interrogação, mas até hoje, até este momento, o Governo Lúcio Alcântara representa uma continuidade dos 16 anos do governo do Cambéba, nós podemos ainda afirmar isso.<sup>29</sup>

Para Artur Bruno, um dos grandes méritos dos chamados governos das mudanças foi a continuidade da modernização econômica iniciada no governo Virgílio Távora.

No entanto, reconheceu que houve crescimento do PIB no Estado. Outro mérito dos governos das mudanças é

<sup>26</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>27</sup> idem

<sup>28</sup> idem

<sup>29</sup> idem

a modernização administrativa, que permitiu diminuir o empreguismo que havia antes.

Hoje nós temos no Ceará, uma máquina administrativa mais eficiente no funcionamento da administração pública. a máquina arrecadadora funciona melhor do que anteriormente, a gestão administrativa é mais racional, não há o empreguismo que havia antes. Não estou dizendo aqui que acabou o empreguismo, mas que o emprego não é mais uma política de governo. Basta lembrar o que acontecia até o governo Gonzaga Mota, no qual professores e professoras de escolas públicas eram nomeados pela caneta do deputado, do prefeito. Pessoas que nunca tinham dado aula se tornaram professores, indicados pelo deputado fulano de tal. Isso existia aos milhares em Fortaleza, nos municípios do interior e na máquina estadual. Então, de certa forma houve uma diminuição considerável desse tipo de política.<sup>30</sup>

Mas não foram só méritos, os governos das mudanças contabilizaram pecados capitais que foram reunidos em livro produzido pelo expositor.

O primeiro deles eu diria que foram os pecados políticos. E o primeiro nós denominamos de neocoronelismo. Se for verdade que no discurso da Campanha de 1986 e nas demais campanhas eleitorais se dizia que se estava rompendo com os coronéis e agora haveria um rompimento com aquelas oligarquias, com as famílias tradicionais, isso aconteceu no discurso, mas na prática não. Porque todos aqueles grupos, ou quase todos, os grupos políticos do interior do Estado, que apoiavam os coronéis, passaram a apoiar Tasso e os empresários do Cambéba. Aquelas oligarquias tradicionais que estavam na UDN e no PSD, depois passaram para Arena, depois passaram para o PDS, hoje estão no PSDB. Quem é do interior do Estado sabe muito bem do que é que estou dizendo. O Governador rompe com o PMDB. Não é fundador do PSDB, mas logo depois da criação do PSDB em nível nacional, se cria o PSDB aqui no estado do Ceará e aquelas oligarquias vão militar no PSDB.<sup>31</sup>

Artur lembrou que à época, foi feita uma pesquisa junto aos deputados para saber se conhecia a social democracia.

Quase ninguém sabia dizer mesmo o que era essa tal da social democracia, mas sabia que era o partido do governador. Aqui no Ceará se faz o contrário do que defendia Che Guevara, vocês conhecem aquela frase famosa Há Governo? Sou contra. Aqui no Ceará é o contrário: Há Governo? Sou a favor. Então, há esta política de sempre estar ao lado do governador e participando do seu partido. Portanto o primeiro pecado nós chamamos de neocoronelismo. E aquelas oligarquias continuaram apoiando o governador de plantão. E isso sempre se refletiu na Assembléia. O que ocorre aqui na Assembléia é que os deputados ligados ao governador normalmente aprovam sem muita discussão, sem muito debate, tudo aquilo que vem do Poder Executivo.<sup>32</sup>

O deputado situou que à época dos rompimentos, Tasso Jereissati encontrou oposição no Legislativo durante o primeiro governo. Em 1990, quando Ciro Gomes foi indicado candidato de Tasso não teve que enfrentar dificuldades, mas no terceiro e quarto governos, Tasso conviveu com apoio da maioria. “E agora o governador Lúcio Alcântara tem uma maioria tranqüila, fácil. Talvez 70% ou 80% dos deputados da Assembléia hoje, apóiam o governo Lúcio Alcântara.”<sup>33</sup>

O segundo pecado capital é o autoritarismo, que suplantou o discurso em defesa do diálogo e da participação, bem divulgado durante campanha eleitoral de 1986. A promessa convenceu a todos e fez com que PCdoB e o PCB apoiassem Tasso Jereissati.

Houve os conselhos de desenvolvimento sustentáveis para garantir acesso ao Governo e que poderiam modificar a política, mas não foram eficientes.

Esses conselhos foram criados cartorialmente, mas depois foram desfeitos. Hoje, boa parte desses conselhos não mais existe, porque eles não tiveram eficácia. O Governo criou para mostrar à sociedade que havia democracia no estado do Ceará, o que efetivamente não aconteceu. Esses conselheiros não foram treinados. Muitas vezes eram indicados pelo prefeito e que na verdade, pouco efeito teve.<sup>34</sup>

De acordo com o orador, quem manda no Ceará é um grupo hermético formado por empresários. “Tinha uma Assembléia

<sup>29</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>30</sup> idem

<sup>31</sup> idem

<sup>33</sup> idem

<sup>34</sup> idem

## QUESTÕES NACIONAIS – 2003

Legislativa dócil, que sempre apoiou aquilo que vinha do Cambéba e que, portanto, para aprovar algo na Assembléia, para conseguir os seus objetivos, esse governo não precisou, na sua leitura, ter a participação do diálogo com a sociedade.”<sup>35</sup>

A falta de transparência é o terceiro pecado capital.

As contas públicas precisavam ser transparentes. Inúmeras vezes os deputados de oposição aprovavam requerimentos solicitando informações e essas informações nunca vieram à Assembléia Legislativa. As CPI's foram abortadas. Quando se tinha uma denúncia muito séria, um deputado de oposição ou um grupo recolhia uma CPI e essa CPI, ou não acontecia ou quando acontecia virava uma grande pizza. A maioria governista não permitia que realmente essa fiscalização fosse feita a contento.<sup>36</sup>

Na oportunidade, citou o exemplo do BEC considerado um dos maiores escândalos financeiros do Estado, ocorrido durante o governo Gonzaga Mota.

O BEC trouxe um grande prejuízo à sociedade cearense, pessoas foram denunciadas como comandantes desse processo de desvio do BEC. E o próprio governador Tasso Jereissati fez esse discurso. Houve uma intervenção aqui no Estado do Ceará, do Banco Central, e se moralizou o BEC. Pois esse mesmo BEC que foi moralizado, houve um escândalo semelhante ou maior, no último governo de Tasso Jereissati. O que fez o Governo? Escondeu, passou pano morno. Houve uma CPI na Assembléia Legislativa que não deu em nada, porque a maioria dos deputados que compunham a CPI, eram governistas e até hoje esse escândalo do BEC não foi esclarecido, já está sendo investigado pelo Ministério Público, mas trouxe um roubo tremendo ao estado do Ceará.<sup>37</sup>

Uma outra denúncia foi a venda da Coelce que permitiu ao governo estadual arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão.

O parlamentar também citou o uso do BNB, que na opinião dele, começa a ser moralizado, administrado de forma mais criteriosa.

[...] mas o grupo político do governador Tasso Jereissati teve um poder muito grande durante o governo FHC, durante 8 anos, com a presidência do senhor Byron Queiroz, que hoje é assessor do senador Tasso Jereissati e que responde a inúmeros processos por administração indevida do Banco do Nordeste do Brasil, inclusive empréstimo que o governador fez, muito facilitado para suas empresas. Isso está fartamente na imprensa e investigado por uma CPI também no Congresso Nacional.<sup>38</sup>

Um outro pecado foi o volume de recursos gastos na publicidade. No ano 2000, por exemplo, foram usados R\$ 16 milhões, quase R\$ 7 milhões a mais que o previsto no orçamento.

Se analisarmos os orçamentos dos governos do PSDB, nós vamos perceber que quase em todas as áreas, o governo não investia tudo que estava previsto no orçamento. Se verificarmos, na educação, investiu 50%, 60% do previsto; na saúde, algo parecido. Mas quando chega na publicidade, o governo sempre supera o que estava previsto no orçamento. Por quê? Porque houve uma mídia competente. Isso nós temos que reconhecer. [...] Lembra disso? Ligava-se o rádio: propaganda; lia o jornal: propaganda. Eles investiram maciçamente na mídia. Criaram uma falsa idéia de competência, de moralização, de seriedade com a coisa pública, o que efetivamente não aconteceu, pelo menos com os números que nós estamos aqui apresentando neste momento.<sup>39</sup>

Artur Bruno apontou como quinto pecado capital o que ele chamou de desprezo pela Justiça.

Se há algo da república brasileira que é fundamental, é a harmonia e o equilíbrio entre os poderes. Está prevista na nossa Constituição. Se nós analisarmos os 16 anos de governo do PSDB, nós vamos perceber que o Poder Legislativo foi dócil. Foi obediente e que a maioria sempre se quedou e se ajoelhou às vontades do Cambéba.<sup>40</sup>

Ressaltou que o Poder Judiciário também foi dócil.

<sup>35</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>36</sup> idem

<sup>37</sup> idem

<sup>38</sup> idem

<sup>39</sup> idem

<sup>40</sup> idem

Em alguns momentos esse Poder Judiciário tomou decisões contra o Governo, sobretudo na área trabalhista e essas decisões não foram implementadas. Trabalhadores ganhavam questões na Justiça, obrigavam o Governo a pagar e o Governo não pagava. E o Poder Judiciário não fez a intervenção, como deveria ter feito, como admite a própria Constituição, por desobediência de decisões judiciais. Portanto, não houve essa harmonia, não houve esse equilíbrio e o Poder Executivo sempre foi mais forte do que o Legislativo e o Judiciário no nosso Estado.<sup>41</sup>

A concentração de renda é o sexto pecado capital que vai de encontro ao crescimento econômico, que beneficiou os grupos econômicos, sobretudo industriais, receberam benefícios através dos incentivos fiscais e políticas públicas.

Para o deputado, a grande falha consiste na ausência de benefícios para a maioria da população. “Nós podemos ter autoridade para cobrar. Depois de 16 anos, os dados, os indicadores, os índices sociais pouco melhoraram. Não vou dizer que não melhoraram; em alguma coisa sim. Mas depois de 16 anos de Governo, não poderemos ter mais esses dados que temos hoje.”<sup>42</sup>

Destacou dados do IBGE dando conta que o Ceará é o terceiro pior Estado em distribuição de renda.

Dados do Banco Mundial afirmam que 49% da população cearense vivem na miséria.

Não obstante, ele considerou a universalização do ensino fundamental um dado positivo porque permitiu a matrícula de 98% das crianças. Entretanto, a qualidade no ensino não acompanhou essa evolução. Os professores continuam percebendo baixos salários, e os alunos não têm acesso ao material didático.

Com relação ao ensino técnico, Artur Bruno reconheceu que houve crescimento positivo com a criação dos CVTs e os Centecs, construídos a partir de uma idéia do deputado federal, Ariosto Holanda. Mesmo assim foi uma iniciativa limitada, considerando que na Capital não houve implantação dos centros.

Defendeu maior participação da sociedade para mudar o perfil do Estado, reconhecendo que nos últimos anos tem se trabalhado mais a agricultura irrigada, o setor terciário e o turismo. “Hoje a indústria não é mais o grande carro-chefe, hoje ela já está diluída. Isso é um fato positivo devido às críticas da oposição e de setores que não estavam no Governo.”<sup>43</sup>

Portanto, é necessário discutir o desenvolvimento sustentável, a distribuição de renda e como fazer com que “o produto desse crescimento, beneficie a maioria da sociedade e não apenas um grupo que enriqueceu muito nos últimos anos, porque tinha amigos ou estava diretamente no Governo do Estado do Ceará.”<sup>44</sup>

A presidente do Inesp, Gina Pompeu, considerando a exposição do deputado Artur Bruno ressaltou a diferença entre o discurso ideológico e o discurso da governabilidade. O primeiro expressa a vontade e aspirações do partido e o segundo a compreensão administrativa de atender às necessidades da maioria da população. Na oportunidade, disse que apesar das frustrações com relação ao governo federal, espera que o discurso do deputado Artur Bruno, possa ser compreendido pelo PT, “para que os erros apontados do Cambéa, não venham a se repetir no governo federal.”<sup>45</sup>

O professor da Uece, Edilberto Jorge, historiou sobre o adesismo, “praga antiga na história da política brasileira”.<sup>46</sup> De acordo com ele, a prática começou aqui no Ceará no ano de 1824, quando o vice-presidente da Província, José Felix de Azevedo de Sá, traiu Tristão Gonçalves, passando para o lado do imperador com o aval de Lorde Cochrane.<sup>47</sup>

Então o primeiro adesista, oficialmente registrado, foi o vice-presidente da Província do Ceará no governo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Na República instalada em 1889, essa praga parece que se ampliou, e Clarindo de Queiroz, governador do Ceará, no dia 3 de novembro de 1891, foi o primeiro a bater palmas pelo golpe de Estado dado por Deodoro da Fonseca. No dia 23 de novembro do mesmo ano, houve o contra golpe e Floriano Peixoto assumiu a Presidência. Foi o primeiro a mandar um telegrama se solidarizando com o novo Governo Floriano. Só que o Floriano não caiu na jogada, e o demitiu logo depois. Se viermos para o fim da República Velha, 1930, logo nos primeiros meses

<sup>41</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>42</sup> idem

<sup>43</sup> O índice de Gine mede a concentração de distribuição de terras

<sup>44</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>45</sup> idem

<sup>46</sup> idem

<sup>47</sup> Alexandre Thomaz Cochrane foi o comandante da esquadra brasileira durante as lutas pela independência, nas quais a pequena marinha brasileira teve que enfrentar os navios portugueses que navegavam pelas costas do novo país americano.

de 31, aqueles que eram oposição à Aliança Liberal, logo assumiram a bandeira do novo Governo. Em 1945, com a redemocratização, muitos getulistas se passaram a democratas liberais.<sup>48</sup>

Continuou dizendo que em 1985, com a redemocratização, muitos do PDS apoiaram a campanha das Diretas Já. Em seguida, solicitou ao professor Airton Farias mais explicações a respeito da eleição de Franco Rabelo.

Ele foi eleito numa eleição duvidosa, mas foi eleito pelo povo. Mas precisava ser referendado pela Assembléia Legislativa. Naquela época era assim: havia um ensaio de eleição geral, onde alguns do povo participavam, mas teria que a Assembléia confirmar ou não. Até 1930 era assim. E Franco Rabelo, juntamente com o seu grupo, não adquiriu a maioria necessária, que seriam 16 ou 17 votos. O grupo do Acioly, mesmo derrubado, não tinha 16 votos e o do Franco Rabelo, 14. Nesse vai e vem para a Assembléia referendar o nome de Franco Rabelo, houve uma aproximação Rabelo/Accioly, que causou grande choque naqueles amigos mais íntimos e fortes de Franco Rabelo. Entre eles, o João Brígido e Agapito dos Santos, que imediatamente romperam com Franco Rabelo.<sup>49</sup>

Ele também quis saber sobre a dança das oligarquias e sobre a situação de padre Cícero após a Sedição de Juazeiro do Norte.

A respeito das oligarquias, o deputado Artur Bruno esclareceu que a maioria das famílias tradicionais que formavam as oligarquias aderiu ao PSDB. A exemplo disso, quase todos os prefeitos do Interior do Estado ou são do PSDB ou de partidos aliados.

Na ocasião, o deputado concordou com um dos presentes, Joaquim Garcez Neto, que criticou a política fiscal.

Para o deputado, este seria o momento de a sociedade se manifestar contrária porque enquanto os impostos aumentam, o salário de quem vai pagar continua com o mesmo valor. Instado a falar a respeito do setor primário, Artur Bruno disse que não só a agricultura foi abandonada, o setor terciário também, apesar de garantirem mais empregos do que o setor secundário, a indústria.

A secretária geral da missão Tremembé, Maria Amélia Leite, disse que a história dos 400 anos do Ceará precisa ser repensada. Na opinião dela, a terra é dos Tremembé, dos Tapeba, dos Potiguara, Tabajara, dentre outros. Contestou a versão apresentada sobre a dívida pública, que vem desde a Inglaterra e de Portugal, “que Portugal vivia asfixiado com a Inglaterra e foi obrigado a fazer uma série de conchavos. As histórias de todos esses Países são histórias de conchavos. Essa é a dolorosa realidade.”<sup>50</sup>

Dizendo sentir falta de fatos fantásticos, Maria Amélia Leite disse que o Ceará é formado por muitos povos e aqui não se falou das vitórias e das lutas desses povos.

Na ocasião, o professor Airton Farias anunciou que vai lançar um livro sobre a história do Ceará e o primeiro capítulo fala sobre a pré-história do Estado, antes da invasão dos portugueses no século XVII.

E aí nós resgatamos algumas idéias em relação ao Piauí. O Piauí mudou a história da América! A Niede Guidon, que é uma arqueóloga francesa, mas que está no Piauí há alguns anos trabalhando, encontrou fósseis que datam da presença humana, no nordeste, no Piauí, há 50 mil anos. Portanto, mudou a história, de certo modo, da América, e que hoje em nível internacional, há uma grande controvérsia sobre isso. Porque alguns americanos não aceitam o fato de ter o primeiro homem da América nascido no Piauí, ter surgido aqui, no Nordeste. Mas eu falo disso no livro. Falo também dos dinossauros no Ceará, da fauna que havia no Ceará. De modo que concordo perfeitamente com a idéia de que o Ceará, na verdade, não são somente os 400 anos. O Ceará surgiu ao longo dos tempos. E você pegar uma data para fundar um Estado, uma cidade, é um grande equívoco.<sup>51</sup>

As cidades, continuou, não surgem com um ato apenas, elas surgem por gerações.

A terceira história é sobre a eleição de Franco Rabelo, que comandou um grupo oligárquico. À época, a Assembléia era dominada pelos aciolyistas.

E um grupo de Aciolyistas, ao ver Acioly perder o Governo, passou para oposição, são do Grupo Mar-

<sup>48</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>49</sup> idem

<sup>50</sup> idem

<sup>51</sup> idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

reta. Esse grupo não aceitou o acordo feito por Acioly com Franco Rabelo. Eram precisos 16 votos, ele teve votos apenas de 13. Então, seu Governo é arbitrário, é ilegal! E esse é o argumento usado pela oposição, para tirá-lo do Governo. O golpe, aliás, ele tem essa fachada. O movimento seria legalista, porque Franco Rabelo é quem assume legalmente o Governo do Estado. [...] Sobre as Oligarquias do Ceará de 1916 a 1930, as oligarquias, vão se aliar ao Poder, no Partido Conservador, no partido democrata. Que eles são partidos idênticos, não há distinção entre ambos, tanto que eles se unem.<sup>52</sup>

Só houve competição na eleição de Justiniano de Serpa com Belizário Távora. As demais resultaram de coligação de grupos parecidos, que depois foram afastados do poder e só retornam com a Lei Eleitoral Católica, nos anos 30.

Sobre Padre Cícero, em 1914 ele participa da Sedição. Ele em si, vai sempre negar que tivesse feito a Sedição de Juazeiro, mas ele teve uma grande participação, as pessoas lutam, os fiéis lutam, pensando ser uma Guerra Santa, não percebem que são manipulados pelas Oligarquias cearenses. E em 1930, Padre Cícero já está muito velho, doente, e o coronelismo sofre um grande baque, inclusive o Padre Cícero. Uma prova disso, é que o seu retrato é retirado da Prefeitura de Juazeiro. Então, imaginem o simbolismo disso: o homem que fundou o Juazeiro, tem o seu retrato retirado da sede da Prefeitura. Em 1930 marca-se quase que o fim, a decadência física do Padre Cícero, na saúde e também na política. De modo que após 1930 ele é apenas mais um coronel derrotado, colocado de lado pelo Getulismo.<sup>53</sup>

Fabiane Cunha destacou que são 400 anos da vinda ao Ceará dos primeiros portugueses (Soares Moreno, Pero Coelho e os padres Francisco Pinto e Luis Figueira).

Aqui o mais correto seria dizer: Ceará 400 anos, ou a conquista do Maranhão. Esse era o objetivo desses primeiros portugueses que vieram para cá, porque isso aqui também era Maranhão. Nessa época, tinha o estado do Brasil que era Pernambuco; tinha o pau-brasil; tinha a Zona da Mata e tinha o estado do Maranhão. Foi o príncipe Henrique IV que quando o Brasil estava sob o comando da Espanha, dividiu em dois Estados: o estado do Brasil e o estado do Maranhão. Então o Ceará era Maranhão.<sup>54</sup>

Defendeu que não se pode esquecer a formação do povo cearense que foi a partir da miscigenação de índios e de corsários franceses. De acordo com ele, os índios esqueceram a sua língua de origem e se tornaram piratas também. "É muito comum você ver hoje um Índio fogoio."<sup>55</sup> Na oportunidade, anunciou a publicação do livro pela Secretaria de Cultura do Estado, mostrando a verdadeira história de Soares Moreno.

José de Alencar fez um romance muito bonito, mas não tem nada a ver com a história, prejudicou a história. O verdadeiro Soares Moreno que chegou aqui, não casou com Iracema não. Era homem valente, de respeito. Ele deixou onze soldados casados com mamelucas francesas. As índias eram mamelucas. Esse fato eu posso falar pelo seguinte: meu nome é Fabiane Cunha, sou neto de Quintino Cunha. Eu acho que sou o último Tupinambá que ainda fala o tupi antigo. Quando o Soares Moreno veio para cá, ele veio inclusive com a incumbência de aprender a fala daqueles índios do Ceará. Só que esses índios do Ceará não falavam mais tupi não! Era uma mistura de francês com tupi. Então, quem não falasse francês, aquele francês dos piratas, não falava com os Índios do Ceará. E para aprender tupi, bastava o povo que vinha de lá para cá, que ele vinha com os flecheiros; potiguaras; com tabajaras, vinha no meio do pessoal que falava tupi. Até pelo nome você vê: acangatã (cabeça dura); acanga (cabeça).<sup>56</sup>

Segundo Cunha, Soares Moreno degolou duzentos franceses, em um só dia no Iguape. Foi uma verdadeira manança. Preso em seguida pelo corsário Jean Fleury foi levado ao Diep e condenado à morte por exigência das viúvas e filhos dos franceses degolados, mas foi salvo pelo vice-rei.

O professor Airtton Farias informou sobre o lançamento de um livro que enfoca apenas a história política do Ceará, incluindo os temas renegados ao segundo plano pela historiografia. Por exemplo, a presença de judeus, de árabes, de

<sup>56</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

ciganos e índios na formação do povo cearense.

Falo de anarquistas, dos comunistas, falo das lutas armadas no Ceará. O Fabiane Cunha, salvo engano, foi preso político. Foi preso e torturado. Há outras pessoas no Ceará que foram também mortas. Então, há toda uma história a ser resgatada, não apenas história oficial, de datas, números. E eu como Professor também, não me importo muito com isso, nunca me apeguei a datas e números. Um assunto que sempre gosto muito de falar, é o Caldeirão. Caldeirão é uma fazenda na Serra da Ibiapaba, no sul do Ceará, no perímetro cearense, lá no Araripe. E que acabou sendo uma espécie de canudo cearense. Uma comunidade chefiada pelo beato José Lourenço, e que nos anos 30 desafiou, tanto a elite latifundiária, como desafiou a Igreja Católica. De certo modo, a Igreja católica fez com o “Caldeirão”, o que ela não fez com o Juazeiro. Porque o Padim, tinha o apoio do Poder político. O Beato José Lourenço, não. É um negro, uma pessoa humilde, analfabeta. Mas de um grande espírito solidário, cristão. Coloca em prática o cristianismo, não ficasse uma retórica vazia. Mas dividir, partilhar, com a massa sertaneja, o pouco que eles produziam.<sup>57</sup>

O espírito de solidariedade do beato despertou a fúria da elite, da Igreja e dos latifundiários. O pretexto usado era que o Caldeirão era um reduto de comunistas.

Diziam que José Lourenço tinha vinculação com a União Soviética, tinha um agente Bolchevique,<sup>58</sup> infiltrado aqui no Ceará. Tinha ligações com o Luis Carlos Prestes. Então, há um discurso todo de justificar a ação da polícia, depois a polícia invade a serra e promove um massacre, no qual morrem entre trezentas e mil pessoas, ninguém sabe quantos morreram na realidade. Quem comandou a operação foi Cordeiro Neto, que depois seria Prefeito de Fortaleza, inclusive, ele disse que viu, mais ou menos, duzentos mortos. Se alguém da repressão disse que morreram duzentas pessoas, é bem provável, que muito mais tenham perecido. Portanto é um episódio interessantíssimo! Eu também luto para divulgar esse assunto, que seria um herói popular cearense, como foi, repito, Pedro Augusto Mota, Canindé, o próprio José Lourenço, dentre outras pessoas que fazem parte, da outra história do Ceará, que não é contada, geralmente nem nas ruas e nem nas praças.<sup>59</sup>

Segundo o professor, a queda de Franco Rabelo, por exemplo, ocorreu após o rompimento com Hermes da Fonseca, provocada pelo lançamento do chamado bloco do norte.

A idéia era lançar um candidato da oposição à presidência da República, portanto, contra o candidato do Hermes da Fonseca, que era o Pinheiro Machado. Pinheiro Machado era um político muito influente na República Velha. Ele queria governar o Brasil e tinha o apoio do Hermes da Fonseca, e Franco Rabelo não apoiou essa candidatura, se uniu a outros governadores, e articulou uma candidatura de oposição. É por isso que Hermes da Fonseca vai tramar, vai ajudar o Padre Cícero, a outros políticos, da derrocada de Franco Rabelo. Além disso, Franco Rabelo fazia um governo desastroso. Embora ele permita que haja uma pequena participação da classe média em seu Governo, há o velho nepotismo, do velho clientelismo. Então, é um Governo também desastroso. De modo que ele se isola no Poder, perde boa parte do apoio que tinha, e cai diante da Sedição de Juazeiro.<sup>60</sup>

Na avaliação de Airton Farias, a influência do tenentismo no Ceará foi muito pequena. Reduz-se a alguns poucos militares do Colégio Militar, de escolas militares em geral e do 23º BC (Batalhão de Caçadores).

[...] era uma coisa muito restrita. Um grupo de militares que não têm muita dimensão em nível de Estado. A prova disso é que no Brasil inteiro, em geral, quando acontece a Revolução de 30, quem assume o Poder, boa parte são Tenentes. Aqui no Ceará não, quem assume é um civil, Fernandes

<sup>57</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>58</sup> Um Bolchevique, palavra da língua russa, traduzida aproximadamente como maioria, era um membro da facção de Bolcheviques do Partido Operário Social-Democrata Russo liderado por Vladimir Lenin. Pouco depois de os Bolcheviques terem chegado ao poder durante a Revolução Russa de 1917, eles mudaram o seu nome para o Partido Comunista de Toda a Rússia (Bolcheviques) em 1918 e passaram a ser conhecidos apenas como Partido Comunista após esse ponto. No entanto, não seria antes de 1952 que esse partido removeria formalmente a palavra Bolchevique do seu nome.

<sup>59</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>60</sup> idem.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Távora, irmão do Juarez Távora, um dos articuladores no Brasil da tal Revolução de 30. No Ceará o tenentismo foi muito pequeno, teve pouquíssima influência na realidade. As oligarquias é que vão continuar mesmo, com civis no comando do Estado. <sup>61</sup>

Houve também a figura do boi santo doado pelo industrial pioneiro no Brasil, o cearense Delmiro Gouveia. Ele tinha montado uma fábrica de tecidos em Alagoas, que depois foi destruída e dizem que por pressão de grupos estrangeiros.

E Delmiro Gouveia deu um boi de presente, um boi zebu, ao Padre Cícero. O Padre não tinha como criar esse boi em Juazeiro, e pediu ao José Lourenço que fosse criá-lo no seu sítio. E como era um animal muito querido pelos romeiros do sítio, os inimigos do Padre começam a dizer que o povo está cultuando esse boi como se fosse um santo. Diziam que faziam reverências perto do boi; que usavam pedaços do casco do boi como amuletos; bebiam a urina do boi; usavam as fezes para curar cicatrizes. Lógico que isso era só boatos para difamar o José Lourenço, e por tabela, atingir o Padre Cícero. De modo que o episódio vai ter uma solução autoritária. Nessa época, Floro Bartolomeu era deputado federal, era muito amigo de Padre Cícero. De certo modo, Padre Cícero, na política, deve uma boa parte a esse cidadão, Floro Bartolomeu. Então, Floro Bartolomeu viu-se atingido por essa história. Ele veio ao Juazeiro, mandou prender José Lourenço, e matou o boi em praça pública, para dizer que não tinha nada a dever naquela história. <sup>62</sup>

Maria Amélia Leite contestou a referência história popular feita pelo professor Airton Farias quando se refere à luta do povo. Argumentou que a história não é feita somente por grandes fazendeiros, bandeirantes.

Airton Farias respondeu dizendo que o termo história popular é porque se contrapõe à idéia da elite, mas não é pejorativo. “É a idéia de que existe uma história da elite, contada nos meios de comunicação; nos livros tradicionais; nas ruas; nos jornais. É história popular-social, escondida.” <sup>63</sup>

Uma análise historiográfica na temática “República Velha” é um passeio pela formação da oligarquia cearense, notadamente a oligarquia Aciolly, que ficou no poder por 16 anos. É falar dos coronéis do sertão do Ceará. Esse período que compreende o final do século XIX e o início do século XX, é conhecido por Belle Epoque por conta do domínio inglês e pelo domínio cultural francês. Enquanto isso, a população mais humilde incorpora o deboche e surge o Ceará moleque.

---

<sup>61</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>62</sup> idem.

<sup>63</sup> idem.

# REVISÃO HISTÓRICA DOS 400 ANOS DO CEARÁ

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT), Domingos Filho (PMDB)

Palestrantes convidados: Prof. Almir Leal<sup>1</sup>, Juarez Leitão<sup>2</sup>

Data: 29/09/2003

A Assembléia Legislativa, em parceria com o Inesp, realizou no dia 29 de setembro, o último debate do Ciclo de Debates Ceará 400 anos. Para falar sobre a Revisão Histórica dos 400 anos do Ceará foram convidados os professores Juarez Leitão, Almir Leal e Antonio Gilberto Nogueira.

O primeiro expositor, o professor Juarez Leitão, abordou a espiritualidade do povo cearense. Para ele, causa estranheza para algumas pessoas a mistura de religião com religiosidade, algo considerado sério, com o espírito jocoso e moleque do cearense. Mas que são duas facetas do cearense que têm sido abandonadas pela história oficial.

O Ceará tem uma vocação espiritual. Somos, etnicamente, mais formados de portugueses e de índios, pois a presença negra no nosso Estado não foi tão expressiva, e a colaboração cultural foi menor que as duas outras contribuições: a portuguesa ou ibérica e a indígena. É claro que o habitante primitivo do Ceará, o verdadeiro dono da terra – o índio – era um ser espiritual, e muito mais até, talvez, que nós. O índio, numa prática animista, via espírito em tudo: nas árvores, nas pedras, nos animais, em todas as manifestações da natureza. Foi para o colonizador uma necessidade extrema, transformar a religião num instrumento de dominação. A religião haveria de pavimentar o propósito principal da economia colonizadora: teria que se dominar a terra. E uma das maneiras de dominar a terra, era capturar o espírito do homem. Os pajés teriam que ser enfrentados pelos padres; os novos pajés; os novos feiticeiros colonizadores.<sup>3</sup>

Inicialmente, a tentativa foi converter as crianças das tribos e ao encontrarem resistência, por conta da tradição religiosa arraigada, partiram para os aldeamentos. De acordo com Juarez Leitão, o aldeamento era verdadeiro campo de concentração.

Os aldeamentos jesuítas tiravam o índio do seu habitat, da sua taba, da sua casa coletiva, onde, por exemplo, eram capazes de morar duzentos índios sob o mesmo teto; já no aldeamento isso era chamado de promiscuidade. Nos Aldeamentos como o de Palpina, de Caucaia; de Paiacus, de Pacajús, nas proximidades de Fortaleza, se tentava fazer uma espécie de lavagem cerebral, onde os mitos e ícones indígenas eram substituídos pelos ídolos, deuses e santos cristãos. O papel dos Aldeamentos para o colonizador foi fundamental. O índio amansado, o índio que soltava a borduna e o tacape e pegava o rosário; o índio agora, ao invés das suas cicatrizes heróicas, trazia no peito as medalhas; esse índio era muito fácil de ser dominado, de ser escravizado. Querendo ou não, os jesuítas- e temos que ser francos nessa história- foram instrumentos de exploração. No mínimo, inocentes úteis da dominação do invasor, indiscutivelmente.<sup>4</sup>

O poder militar, a casa forte, aliado ao poder econômico, o curral, e o aldeamento, formavam o pacto colonizador.

A característica dos capuchinhos eram as chamadas missões itinerantes que eram levadas de aldeia em aldeia, pregando as santas missões.

As aldeias já estão formadas, aquelas aldeias que originaram a cidade do Ceará. Ainda hoje elas existem, e o último representante morreu recentemente, o Frei Damião, um italiano que praticava a mesma pregação do Século XVIII, dos Capuchinhos, pois era um Capuchinho também. Pensamos que não, mas o cearense, filho do índio, do caboclo e do português, pratica uma religião de resistência. Essa religião que parece ser oficialmente a religião cristã, é uma religião misturada de mandingas, das superstições, dos medos indígenas e do espírito em tudo, pois em tudo se vê o espírito. Muitos líderes religiosos oficiais, deram origem a outros líderes de caráter popular. Temos o caso do Padre Ibiapina, que era advogado e ordenou-se depois, e tornou-se um grande pregador. Ele saía pelo nor-

<sup>1</sup> coordenador do curso de Jornalismo da UFC

<sup>2</sup> escritor e historiador

<sup>3</sup> Ata da Sessão do 6º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>4</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

deste inteiro, de comunidade em comunidade, construindo cemitérios, casas de partos, em processo de mutirão, e igrejas, em processo de mutirão. O Padre Ibiapina teve como sacristão, Antônio Vicente Mendes Maciel, o famoso Antônio Conselheiro. Antônio Conselheiro é um derivado do Padre Ibiapina, e veremos que Antônio Conselheiro tem uma prática muito mais comunitária, muito mais arraigada, muito mais popular, e no sentido de resistência do povo. Parece que aquela resistência étnica e cultural que vinha do índio, estava renascendo no momento em que o Movimento dos Conselheiristas resistiam ao Poder oficial.<sup>5</sup>

Sobre o padre Cícero, Juarez Leitão informou que embora tenha enfrentado a Igreja, era amigo do coronelismo, era um coronel proprietário e líder político.

Foi o fundador e primeiro prefeito de Juazeiro do Norte, gerou o beato Zé Lourenço. O beato Zé Lourenço, o líder do Caldeirão, é um derivado do Padre Cícero. E novamente temos aí essa conotação. O derivado, o líder popular e espontâneo, esse é um líder mais ousado e muito mais comunitário, e muito mais agregador dos anseios do povo.<sup>6</sup>

Juarez lembrou que nos anos 60 era difícil falar sobre história e a restrição foi até os anos 70, diferente de hoje. Citou como exemplo, o que ocorreu com o professor de geografia, Bartolomeu José Gomes, que saiu algemado de uma sala de aula do Colégio Farias Brito, depois de comentar sobre comportamentos políticos do Ceará.

Mas podemos perguntar: porque somos assim? [...] Por que apostamos na própria contradição? Nós que vivemos na seca, somos autores do riso; nós que vivenciamos a dor, somos capazes de sublimar essa dor, e dela fazer uma atitude gaiata; nós que temos essa espiritualidade, inclusive de resistência, e usamos essa mesma religião usada pelo colonizador como dominação, a usamos como resposta política em alguns casos. Por que somos assim? Há varias teorias. Câmara Cascudo, estudando o comportamento do cearense diz que essas jocosidades dos cearenses são compensações que eles tiram do caos. Essa teoria é referendada por Abelardo Montenegro, quando estuda o Ceará moleque, que teve como seu grande palco, a Praça do Ferreira.<sup>7</sup>

Outros grandes achados são Leonardo Mota e Renato Soldan, os achadores de graça porque “são capazes de encontrar no pântano, a flor do riso.”<sup>8</sup> Quintino Cunha, continuou ele, apesar de ser um homem fechado, sempre fazia prosa com muita ironia.

E algumas vezes era preciso se pensar um minuto, para se alcançar perfeitamente a sua ironia. Essa ironia poderia ser sobre política, contra o poder constituído, o Clero organizado; ou contra o próprio público que o queria crucificar. Na Guerra de 1914/18, primeira Guerra Mundial, Quintino Cunha foi germanófilo, ficou ao lado da Alemanha, contra toda a Faculdade de Direito, contra a toda a comunidade, contra toda a sociedade, e dizia: Eu sou mais a Alemanha. E daí provocou um ódio geral, e a Alemanha começou ganhando a guerra. Assim como aconteceu na Segunda Guerra Mundial, quando Quintino Cunha disse: Isso não vai dar nem para o começo.<sup>9</sup>

Mas quando a Alemanha começou a perder, Quintino se ausentou da cidade porque passou a ser perseguido pelos aliados vencedores e os admiradores do Ceará o queriam de volta à praça. Um dia, finalmente, ele é visto por estudantes da Faculdade de Direito que o cercam no Centro da Cidade, na esquina das ruas Guilherme Rocha com Major Facundo. Uma multidão começou a gritar: Traidor; safado; germanófilo; vamos dar uma paulada nele! Vamos quebrar os ossos dele! Vamos quebrar a cara desse traidor!<sup>10</sup>

Nesse ínterim, Quintino sentindo a gravidade do momento, subiu em um parapeito de uma casa e disse para a multidão:

<sup>5</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>6</sup> idem

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> idem



Tudo bem, eu vou apanhar, tenho certeza absoluta que vocês vão me bater Mas antes que vocês me dêem essa surra, que talvez vá até me matar, deixe-me contá-los um sonho, pois há dias que eu não andava no Centro da Cidade, porque não via motivos. Eu estou derrotado, mas devido a esse sonho desta noite, vim contar para vocês. <sup>11</sup>

Como a multidão ficou quieta e pôs-se a ouvir, Quintino continuou o seu discurso.

Ora, sonhei que estava na Alemanha, e de repente, do Hotel enxergo um grande séquito em plena Berlim. Desço, curioso como todo cearense, para ver e pergunto à multidão, todo mundo chorando: O que é isso? Não está sabendo? Responderam. É o enterro do General Lindeburg, o nosso herói militar. – O General Lindeburg morreu? Morreu, e isso aqui é o féretro dele. Bom, então vou ficar por aqui e olhar. E todo mundo queria olhar, mas tinha um cordão de isolamento, queria olhar para o esquife, para o cadáver, e me meti, muito baixinho, fui me metendo, me metendo, e quando consegui chegar na primeira fila, estava olhando e de repente, surpresa geral: o General Lindeburg se ergue a meio corpo; o defunto se ergue a meio corpo, se senta no caixão com os olhos roxos dos cadáveres, olha para um lado e para o outro; olha para mim e diz: “Quintino, você aqui?” É, General Lindeburg, eu vim aqui! E o que você veio fazer aqui no meu enterro? Ora, General Lindeburg, eu vim representar o Ceará. Daí ele disse: “O Ceará?” Tá aqui para o Ceará! E daí morreu definitivamente”. <sup>12</sup>

Na interpretação de Juarez Leitão, Quintino Cunha colocou na boca do general, o que ele queria falar para o público presente. “Esse é o Quintino que representa o espírito galhofeiro, mas sobretudo inteligente, do nosso humor, capaz de sair das piores situações para as mais brilhantes, sem dúvida.” <sup>13</sup>

O expositor reafirmou a liberdade de se entender mais sobre a história. Segundo ele, hoje vivemos um tempo em que tudo é natural. Lembrou que a ex-vereadora Rosa Fonseca foi presa e torturada por ter apertado Jarbas Passarinho, na Universidade.

Juarez contou que antes do golpe militar, nos finais dos anos 50, quando a Rússia lançou o foguete espacial Sputnik, provocou orgulho no Partido Comunista Brasileiro. O PCB comemorou o feito enviando emissários aos estados para divulgar o lançamento e o desenvolvimento tecnológico dos russos que haviam ultrapassado os americanos na corrida espacial.

E veio para Fortaleza um dos diretores da nacional do PCB que foi recepcionado por colegas comunistas numa bodega. Lá, a bebida preferida, a cachaça, foi tomada sem freios. No momento da conferência, o representante do partido estava totalmente embriagado.

Ao chegar ao local, os alunos logo perceberam que ele estava bêbado, e não começava a Conferência. Mas quando lhe deram a palavra ele disse: Vocês sabem o que é o Sputnik. Todos ficaram calados. Ele insistiu: Sabem o que é Sputnik? Ele saiu da mesa, e ficou no meio da platéia, no auditório da Faculdade de Direito, e tornou a perguntar: Vocês sabem a importância, o valor, a intrepidez da União Soviética? O Sputnik, vocês sabem o que é? Ninguém respondia. Mas de repente um aluno disse: Eu sei o que é, professor! Neste momento, ele se aproximou do aluno e disse: E o que é o Sputnik? O aluno respondeu: É um engenho de moer cana. Mete-se a cana no engenho e vem a garapa; depois essa garapa é fermentada por um processo, coloca-se num troço chamado alambique e depois de muita destilação, vai pingando, pingando, pingando, é a pinga; é a cachaça, a famosa cachaça, esta da qual o bucho de V. Exa. está cheio! . E a partir daí, não houve mais condições de ter conferência. <sup>14</sup>

Encerrando a sua exposição, Juarez Leitão disse que os versos de Cordel têm sido instrumento não só da religiosidade, como do Ceará galhofeiro. Um deles, João Mendes de Oliveira, transformou Padre Cícero em uma das pessoas da Santíssima Trindade. Ele disse: É um pastor delicado, cheio de fé e bondade; a justiça divina, salvação da humanidade. Não existe alma tão boa, Padre Cícero é uma pessoa da Santíssima Trindade. <sup>15</sup>

O expositor lembrou à época em que como vereador de Fortaleza, fazia palestras no interior do Estado para falar de independência e de autonomia dos poderes.

[...] porque as Câmaras de Vereadores do Interior, todas atreladas ao prefeito, corroborando

<sup>11</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>12</sup> idem

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> idem

<sup>15</sup> idem

com tudo que o prefeito quer, era um instrumento de corrupção. Então fui dar uma palestra em cidade do Interior, e disse: Vocês têm que ser autônomos, independentes. A Câmara Municipal é um órgão fiscalizador do Poder Executivo; é o Poder Legislativo independente! Eles me ouviram e em um determinado momento um participante disse assim: Não, Doutor, não pode ser assim, temos é que ficar com o Prefeito, porque é o Prefeito que dá o remédio; é o Prefeito que resolve o problema na hora do parto das nossas esposas; os eleitores vêm; sem Prefeito não adianta de jeito nenhum. Lá estava presente um violeiro que era vereador também, e disse: Eu vou resumir a situação: olha, sem prefeito vereador está perdido, daí disse assim: Vereador sem Prefeito é um carro fora da pista, com os dois faróis queimados e o chofer curto da vista, e um bêbado em cima gritando: encalca o pé motorista! <sup>16</sup>

Nesse momento, o deputado Artur Bruno falou sobre uma das obras de autoria do professor Juarez Leitão, apontando o livro *Sábado*, que conta histórias interessantes e jocosas, de Fortaleza e do Ceará. Em seguida, passou a palavra ao professor Almir Leal.

O professor Almir Leal disse que a sua fala teria dois momentos. O primeiro, uma reflexão do que foram as comemorações sobre os 300 anos do Ceará e no segundo, as perspectivas de estudo e pesquisas sobre o Ceará Colonial. De início, ele chamou atenção para o fato de que somos consumidores de uma tradição, mas não a conhecemos em profundidade.

Consumimos fatos inventados, não possuímos os elementos para entender como esses atos foram dados a um consumo cultural e ideológico. Possuímos determinados signos patrióticos, que foram criados a partir de uma articulação entre o produto intelectual e círculos do Poder, que num determinado histórico ganharam status de nos representar, mas não conseguimos visualizá-los na sua produção, na sua construção de maneira crítica. Assim, discutir o significado da nossa relação do passado, com as tradições inventadas, é uma forma de interferirmos na realidade e subsidiarmos nesse consumo cultural. <sup>17</sup>

Para o professor, a produção historiográfica do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará entre os anos de 1887 e 1930 está profundamente relacionada com as construções ideológicas responsáveis pela inserção do Ceará na identidade nacional.

Formado em 1887, o Instituto do Ceará, como é mais conhecido, congregou diferentes profissionais: médicos, engenheiros, advogados, poetas, jornalistas, religiosos, com diferentes posturas políticas e intelectuais, com o objetivo de construir um lugar para o Ceará, um lugar do Ceará na História do Brasil. Identificados com as concepções de civilização e de progresso social de matrizes cientificistas e positivistas, estes historiadores aspiraram ao progresso local através de uma forma definidora do território e da História cearense. Ao estabelecerem situações, e os agentes que criaram as origens parciais e míticas do Ceará, eles definiram o território a partir dos seus colonizadores; a partir dos donatários de Sesmarias; a partir dos heróis fundadores, criando uma sistemática tradição. O conjunto dessa tradição gerou uma cronologia, gerou uma efeméride e o sentido dessa participação hoje, é exatamente os 400 anos, uma data criada, inventada em 1903, pelos sócios desse Instituto Histórico, na ocasião das comemorações do chamado tricentenário do Ceará em 1903. <sup>18</sup>

Para Almir Leal, as comemorações dos 300 anos do Ceará foi um momento de eleição de temas “uma resignificação do passado, e de trazer esse passado na idéia dos vultos, na idéia do culto cívico.” <sup>19</sup> Continuou dizendo que foi nesse momento que foram criadas as Armas, o Hino do Ceará, dentre outros.

A idéia do tricentenário do Ceará partiu de Guilherme Studart, sócio do Instituto, e pretendia consagrar o passado do cearense.

Foi publicada uma série de estudos sobre a chegada dos portugueses no início do Século XVII. Fortaleza foi palco de várias manifestações. Logo pela manhã, uma alvorada reuniu as bandas de música do batalhão de segurança, da Escola de Aprendizes Marinheiro e do Clube de Filarmônica.

<sup>16</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>17</sup> idem

<sup>18</sup> idem

<sup>19</sup> idem

sulados, oficinas tipográficas, estabelecimentos comerciais. Foi decretado feriado pelo Intendente Municipal. Às 8 horas da manhã, na Catedral, um Te-Deum foi ministrado pelos Bispos de Fortaleza e do Maranhão; Às 13 horas, realizou-se uma Sessão Cívica no Edifício da Assembléia Legislativa. Às 15 horas, houve uma recepção no Palácio do Governo. Uma outra solenidade religiosa ocorreu na Igreja Coração de Jesus, às 16 horas. O Clube Barbosa de Freitas realizou uma Sessão Cívica às 17 horas. A programação ainda incluiu concerto musical, baile, show pirotécnico, na Avenida 7 de Setembro. Durante o dia, as bandas de música percorreram a Cidade em bondes especiais, e segundo o Jornal A República os festejos organizados em comemoração à data mais tradicional de nossa História tiveram a consagração de uma extraordinária solenidade ainda não atingida.<sup>20</sup>

Na avaliação do professor, as comemorações também serviram para mostrar a hierarquia predominante na sociedade. As autoridades (presidente do Estado, deputados, magistrados e o Clero) ocupavam lugares estratégicos, cadeiras especiais e honrarias.

Um dos sentidos da comemoração do Tricentenário, que inicialmente podemos observar, foi a de oferecer ao público espectador a visualização das hierarquias das cidades e do Estado, no início do Poder Republicano. A função política no palco da vida pública pôde ser assistida num ritual de consagração do passado construído, que fundamentava as mitificações da História, ao mesmo tempo em que elegia os temas cívicos. A legitimação e a consagração do passado, num ritual oferecido para os moradores de Fortaleza. Semelhante efeito sobre a Cidade, também provocou a Sessão Cívica no Palácio da Assembléia Legislativa. Ainda, segundo os jornais da época, o edifício foi especialmente decorado para a cerimônia, com combinações de flores, escudos, bandeiras, espelhos, oferecendo aos espectadores, um aspecto sedutor e uma impressão fantástica. As bandas marciais, que antes percorriam a Cidade, se perfilaram à frente do edifício, e ao toque do clarim do Batalhão de Segurança, apresentaram suas armas para a entrada do Presidente do Estado, a comissão organizadora e demais autoridades. Uma multidão se aglomerou na praça, para assistir a entrada dos convidados. Assim como uma cerimônia religiosa, o povo assistiu a tudo do lado de fora.<sup>21</sup>

Ele contou que durante a sessão, o presidente do Instituto Histórico, Paulino Nogueira Borges da Fonseca e Tomaz Pompeu de Souza Brasil fizeram discursos emocionados. O Hino do Ceará, de autoria de Tomás Lopes e Alberto Nepomuceno, foi entoado pela primeira vez. Ainda segundo os jornais, uma estrondosa salva de palmas foi ouvida após o cântico do Hino do Ceará. Em sua complexidade de efeitos, essa música parecia evocar o longínquo, indefinível e misterioso de há três séculos, à voz de Pero Coelho, de seus companheiros, dentre a espessura da floresta virgem, na sombria tristeza do crepúsculo.<sup>22</sup>

Comentou o professor que as lembranças da origem do Ceará, e os primeiros lances da conquista, estabeleceram, de fato, o símbolo de um patriotismo que deveria ser cultuado e ritualizado no presente.

Nesse caso, o Hino do Ceará foi a primeira das manifestações de um imaginário republicano a ser criado no Estado. Sabemos que civismo e patriotismo estavam articulados em atitudes que privilegiavam as formas de vivências comunitárias. Mediação entre a família e o social, a pátria representava na teoria positivista, uma organização circunscrita a um pequeno território que pudesse desenvolver sentimentos comunitários e efetivos. Ela seria uma forma de estágio de evolução social, que substituiria dentro do que acreditava Auguste Comte,<sup>23</sup> no apostolado positivista, o estágio teológico quando a humanidade galgaria as suas evoluções e atingiriam o ideal positivo. Ou seja, era a mediação necessária para atingir o instinto social. O culto cívico pretendido nas comemorações dos 300 anos, se enquadrava dentro dessa perspectiva.<sup>24</sup>

Ele lembrou um artigo chamado Consagração do Passado, de autoria de Augusto de Vasconcelos, também sócio do Instituto, essa articulação entre pátria e progresso positivo aparece bastante evidenciada.

O organizador das festividades, o presidente da Comissão, Guilherme Studart, também demonstra como as

<sup>20</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>21</sup>idem

<sup>22</sup> idem

<sup>23</sup> Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (Montpellier, 19 de Janeiro de 1798 — Paris, 5 de Setembro de 1857), foi um filósofo francês e o pai da Sociologia.

<sup>24</sup>idem

tradições locais reafirmaram esse elo entre passado e presente, representando um brilho na História.

Segundo ele, essa comemoração será um estímulo à atual e às futuras gerações. Essa longa e demorada vista retrospectiva, documentará o amor dos cearenses à sua história e tradições; produzirá uma homenagem aos que primeiro descortinaram para a vida da civilização essa terra, guarda ciosa dos tesouros, de suas crenças, heróicas nos sofrimentos, trabalhadora, ávida de progressos, fadada a atos e desafios. Definida a origem que abria para o Ceará o ingresso no processo evolutivo civilizatório, ou seja, a chegada dos portugueses é a inauguração do Ceará perante a história, o reenquadramento do passado à linha evolutiva, e estabelecia nessa visão, tradições a serem cultuadas. Nessas tradições, o vulto máximo desse complexo ritual organizado em 1903, se deu em torno de Martins Soares Moreno. Ainda segundo Guilherme Studart, Martins Soares Moreno é o vulto culminante da primitiva História do Ceará. Tudo o que lhe diz respeito reveste-se de capital interesse, porque mais afortunado que Pero Coelho – que foi aliás, o primeiro que chegou em 1603, e os missionários Pinto e Figueira – ele é o fundador do Ceará, e por longos anos o nascente estabelecimento viveu e prosperou debaixo de sua direção inteligente e vigorosa.<sup>25</sup>

Almir Leal continuou citando Guilherme Studart, que identificou o processo de colonização/conquista, a matriz original da história do Ceará.

Nesse sentido, o discurso histórico elegeu um mito fundante e construiu em torno dele todos os elementos de verossimilhança, garantidor e legitimador da construção de um panteão cearense. Os historiadores e seus ofícios foram responsáveis assim, pela imagem edificadora da colonização/conquista européia do Ceará, onde a invenção ética de Martins Soares Moreno figurou como símbolo tributário de um culto cívico, durante as comemorações em 1903.<sup>26</sup>

Na oportunidade, o expositor destacou que falar do Ceará Colonial nos remete, necessariamente, à discussão da conquista do território aos indígenas e a tomada de suas terras.

E vários estudos apontam para isso. Uma história bastante conhecida, a questão dos currais, dos aldeamentos, enfim, toda uma tematização já levada a cabo pela historiografia que data do século XVIII com a bacia do Jaguaribe ocupada pelas fazendas de criar, se expandindo pela região do Acaraú; a criação das vilas; os caminhos dos gados; a economia da charqueadas; a civilização do couro, como chamou Caipistrano de Abreu, toda uma definição de um rol de temas sobre a história do Ceará Colonial.<sup>27</sup>

Almir Leal disse que vários historiadores levantaram discussão sobre o Ceará. Caio Prado Júnior inaugurou a historiografia, nos anos 30.

Caio Prado Júnior chamou a atenção que o papel desempenhado na pecuária, como fonte de abastecimento no mundo colonial, por si só já bastaria para mostrar que as áreas de pecuária não eram apenas subsidiárias das áreas de plantação. Ele diz que é com justiça que ela é relegada a um segundo plano, uma vez que se escondia às vistas da intensidade da produção canavieira e da atividade mineradora. Entretanto, ele dizia ainda já em 1942, abre aspas: Já sem contar o papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária, o que realizou da conquista do território para o Brasil, a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos da nossa História.<sup>28</sup>

Os historiadores Celso Furtado, Fernando Novais e Flamarion Cardoso também chamaram atenção para atividade da pecuária como subsidiária da economia canavieira.

Num segundo momento, o professor Almir Leal falou sobre as expectativas e as tendências de uma pesquisa historiográfica sobre a história colonial do Ceará.

Se esse mercado consumidor, se a área da pecuária, se a própria incorporação do Ceará, a uma dinâmica do mundo colonial, pode ser investigada hoje, que indicações os novos estudos sobre o

<sup>25</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>26</sup> idem

<sup>27</sup> idem

<sup>28</sup> idem

período colonial apontam, no sentido de discutir as relações entre comércio como fundamentais para o conhecimento dos vínculos entre elite senhoriais e dinâmicas internas? No caso do Rio de Janeiro, que já foi bastante estudado, a análise dos contratos de arrematação podem oferecer uma explicação da formação da elite de então. Que contratos foram negociados no Ceará? Quais foram os seus contratantes? Como os comerciantes praticavam os seus negócios? Quais eram os contratantes no comércio do charque? E quem contratava os dízimos do gado? Manipularam os comerciantes esses contratos? Que relações o trato das carnes secas, por exemplo, pode ser estabelecido para os comerciantes de Pernambuco? Enfim, como era que isso estava situado o Ceará no século XVIII, diante do império português? Não conhecemos as nossas tradições.<sup>29</sup>

E sobre a formação da elite senhorial, quais foram as estratégias utilizadas na montagem dos seus sistemas de exploração e quem é a elite de mando no Ceará no século XVIII?

Vamos conhecer os fidalgos cearenses reconhecendo as famílias dos conquistadores que se enraizaram nos domínios coloniais aqui estabelecidos. Para isso, seria necessário um levantamento sistemático das Sesmarias concedidas no período, realizado por Antônio Bezerra de Menezes.

Mais que isso, o levantamento e o mapeamento desses conquistadores poderiam nos dizer a que perfil eles se vinculariam. Se por exemplo, vieram do Reno; se vinham mesmo de Pernambuco, e em que proporção. Pesquisas recentes nos mostram que muito mais que interesses pernambucanos, você tem interesses de diferentes partes da África e da Metrópole propriamente. Compreender a origem dessa primeira leva de conquistadores significa poder interpretar que interesses estavam envolvidos nesse processo. Juntamente com esse levantamento, é possível também compreender como esses interesses se reproduziram aqui ou seja como se interiorizaram e reproduziram suas estruturas de mando e poder. E para isso, seria de fundamental importância o estudo da reprodução dessas famílias, a partir de fontes, como registro de batismo, registro de óbito, registro de casamento, escrituras públicas e cartas de Sesmarias, é possível acompanhar as trajetórias da elite senhorial que se instalou no Jaguaribe, para colonizá-lo a partir do século XVIII.<sup>30</sup>

Uma outra fonte para o estudo das dinâmicas das áreas coloniais, como a pecuária, é também a que se refere ao sistema de mercês.<sup>31</sup>

Enfim, as redes recíprocas montadas pelas famílias dos colonizadores devem ser historicizadas, e devem obedecer aos critérios da crítica historiográfica moderna. Sabemos que os processos de matrimônio eram extensos e muitas vezes demandavam investigações de origem dos nubentes, por vários anos. Essa documentação também pode nos sugerir que tipo de interesse estava presente na colonização do Ceará. Enfim, conhecer as nobrezas forjadas nos processos de incorporação das áreas coloniais aos mecanismos de acumulação do mercado atlântico português, é um desafio que se coloca para o estudioso da história colonial brasileira e cearense em particular.<sup>32</sup>

Na avaliação dele, discutir os 400 anos do Ceará sob a crítica das comemorações realizadas pelos 300 anos e sob a crítica da historiografia moderna, é uma forma de agir contra essa tematização forjada.

E gostaria, para finalizar, dizer que tecer uma desconstrução dos discursos ideológicos identitários é uma forma de avançar na compreensão dos usos e apropriações que grupos políticos e empresariais vêm, no decorrer de anos, nutrindo com respeito à história do Ceará. É necessária também a investigação da história da conquista do Ceará e de sua colonização a partir de um esforço sistemático de pesquisa, libertados, evidentemente, os seus temas da historiografia tradicional. São necessários também, os procedimentos modernos do historiador, para a partir de um esforço sistemático de pesquisa, nos libertarmos dessa historiografia tradicional, que tematiza e define propriamente o percurso da história do Período Colonial.<sup>33</sup>

O professor Gilberto Nogueira propôs uma revisão histórica dos 400 anos do Ceará, por meio de uma reflexão crítica. Questionou quais seriam os mecanismos de apropriação dos centros históricos por diferentes grupos sociais e,

<sup>29</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>30</sup> idem

<sup>31</sup> idem

<sup>32</sup> Consistia numa tradição medieval portuguesa pela qual a Coroa concedia benesses, terras, comendas, cargos militares e civis, recompensando os seus leais vassalos. Representava o exercício de poder sobre a sociedade. Um bom exemplo disso é o caso de Juiz de Órfão, responsável pela arca para onde ia parte dos bens dos órfãos, uma espécie de poupança social, cujos recursos podiam ser, e eram emprestados ao mercado.

<sup>33</sup> idem



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

por conseguinte, quais os processos de construção e transmissão de uma memória social.

E citando o historiador egípcio Eric Hobsbawn, que dizia que toda a tradição inventada na medida do possível, utiliza a história como elemento legitimador e de coesão, o professor disse ser possível o vínculo entre memória, história e nação.

Assim podemos situar o tricentenário do Ceará em 1903, e o Ceará 400 anos em 2003, tendo em vista a continuidade do objetivo. Ou seja, a sacralização do passado cearense. Tendo em vista essa sacralização, resta-nos perseguir o uso muitas vezes perverso de seleção da memória coletiva, encontrada nesse processo de rememoração social, que tem justamente como opção principal, impedir o próprio esquecimento. Há 100 anos, o lugar social da produção, no sentido da comemoração, foi postulado pelo Instituto Histórico Cearense, como já falou o Professor Almir Leal. Naquela conjuntura, as representações de um passado cearense, construída pelos historiadores do Grêmio, se coadunavam com a intenção da maioria dos outros institutos irmãos criar uma história brasileira, ou melhor, dar um passado ao País, e generalizar histórias de certos grupos regionais influentes. Esta é uma citação de Linda Schwartz, que trabalha a história desses Institutos Históricos no seu livro *Espetáculo das Raças*.<sup>34</sup>

Nesse movimento, a busca da produção historiográfica do estudo do Ceará era conhecer o lugar do Ceará na História do Brasil.

A revista do Instituto, no ano do tricentenário, mostrava a fala oficial que privilegiou as origens místicas de uma tradição, que precisava ser sistemática e cultuada como sinônimo de patriotismo. Dessa iniciativa, uma série de estudos, fontes, cronologias, e principalmente biografias, elegeu o processo colonizador e os primeiros conquistadores, como mito de origem, e o herói fundador do Ceará, respectivamente. No entanto, tematizar a origem do Ceará a escolha de determinados sujeitos históricos, como Martins Soares Moreno, faz tábuas rasas da presença do outro, melhor dizendo. Nesse caso, os índios, que já habitavam esse território. Assim como também se apaga da lembrança, qualquer situação de constrangimento que colocassem em cheque, os valores e ideais presentes no culto cívico promovido pela História. Ao comemorar o Ceará 400 anos- a cidadania em destaque- como subtítulo, como se propõe o ciclo de palestra, estaria esta Casa escrevendo uma revisão da cidadania.<sup>35</sup>

A socióloga Cibele Borges provocou um debate sobre a apresentação da história do Ceará que, na opinião dela, sempre parte sob o prisma do colonizador e da elite. Já o professor Edilberto Jorge quis saber se os estudos do Dr. José Higino Duarte Pereira, do Instituto de Pernambuco, que esteve na Holanda em 1886, traz revelação sobre o Ceará colonial.

As questões foram respondidas pelo professor Almir Leal, que defendeu ser necessário compreender as conjunturas do império português, para não se deter apenas na introdução da pecuária como uma cultura subsidiária da econômica canavieira, mas compreender o significado das guerras, do fim das guerras ao tráfico africano de escravos e o dilema que a Coroa viveu em relação ao tráfico de escravos, no início do século XVII.

As guerras pelo tráfico, que era uma atividade altamente rentável, interrompem por diversos anos a importação de cativos para Pernambuco. Uma explicação dessa conjuntura, poderia qualificar a conquista da Ribeira do Açu, a conquista da Ribeira do Jaguaribe, como tentativa de incorporação dessas áreas à dinâmica colonial, no sentido de uso da mão-de-obra indígena na lavoura canavieira. Então, se temos mais elementos para poder avaliar o significado dessa conjuntura durante quase todo o século XVII, poderíamos compreender essa colonização do chamado sertão de fora, desse sertão do litoral, ou do outro Nordeste, como o professor Djacir Meneses coloca, e poderíamos referenciar a introdução da pecuária e a conquista dessas terras aos indígenas, dentro de uma situação que ocorre em Angola, por exemplo.<sup>36</sup>

Almir Leal continuou dizendo que a tomada de Angola pelos holandeses impede uma relação de tráfico de escravos e os pernambucanos associados, inclusive com mercenários paulistas, conquistam o Rio Grande do Norte, o Açu, o Jaguaribe, justificando aí a escravidão de índios.

[...] a escravidão indígena, que seriam os descimentos, descer as populações não para a aldeia, não para o aldeamento religioso, mas fazer uma captura para promover a defesa. Enfim, a pecuária aparece dentro desse contexto, mas teríamos ainda que compreender melhor como que se

<sup>34</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>35</sup> idem

<sup>36</sup> Idem.

deram essas conjunturas para Pernambuco, até que ponto poderíamos justificar, analisando nessa perspectiva, a conquista do Ceará, a uma dimensão muito mais ampla na história do Império Português, como a própria definição da Coroa, de estabelecer o Atlântico Sul no Século XVII, como o elemento central da sua política de colonização. [...]No que diz respeito a qual seria o destino do território do cearense sem a pecuária, não dá para fazermos essa viagem no tempo, e propor uma outra História.<sup>37</sup>

Almir Leal ressaltou que as atividades dos franceses com os indígenas, por exemplo, não são objeto de investigação.

A própria idéia de um comércio anterior ao Século XVI é descartada. O que a nova historiografia tem observado são as relações inteiramente particulares do que seria essa Costa Leste/Oeste, daquilo que seria a Costa Norte/Sul. Até mesmo pelas próprias definições geográficas e de condições de navegação, a Costa Leste/Oeste estaria muito mais ligada a uma rede que saia no Caribe, do Rio Grande Norte, Ceará, Maranhão, Pará, ao Caribe, a esses interesses em relação à determinação das correntes e dos ventos, do que propriamente ligada ao contexto do Nordeste da cana-de-açúcar, isso até a segunda metade do Século XVIII.

Na ocasião dos 300 anos do Ceará, o trabalho do José Higino não é citado. Eles publicaram uma série de estudos, mas foi um momento de divulgação dos estudos do Instituto do Ceará. Nos duzentos anos e cem anos, não houve comemoração.<sup>38</sup>

Explicou que a idéia das comemorações nasce na segunda metade do século XIX, e acontece pela primeira vez, em 1903. No ano seguinte ocorre outra comemoração. Em 1900, foram comemorados os 400 anos do Brasil, motivo de aproximação da Igreja com o Poder Republicano, que havia se separado na Proclamação da República.

O Poder Republicano tinha necessidade de colocar no lugar do Imperador e da figura carismática dele, outros rituais. Na minha tese, analisei, por exemplo, os desfiles escolares, o culto à figura do Tiradentes, o culto à figura dos confederados, como elementos de uma pedagogia cívica e que buscava a legitimação do Poder Republicano que era, enfim, muito pouco popular. A idéia da comemoração então, e desses festejos, serviam sobretudo para – acho que é o primeiro entendimento que podemos ter das comemorações – mostrar o poder mesmo. Gostaria de dizer para a Cibele, que é um desafio fazermos a história crítica das elites, como também é um desafio da Antropologia, da Arqueologia, resgatar toda a riqueza das civilizações anteriores aos portugueses que habitavam no Ceará. Quem lida com patrimônio sabe o quanto isso é premente, é urgente de ser realizado um inventário. Não temos, por exemplo, um núcleo de arqueologia no Estado.<sup>39</sup>

Contou que vários objetos, dentre eles, vasos, lanças, encontrados em um terreno em Ibiapaba, estão guardados na Universidade. “Temos sambaquis no Ceará, que datam, enfim, de 10, 20 mil anos, e precisam de um esforço sério de pesquisa para conhecer isso melhor.”<sup>40</sup>

Neste momento, Fabiane Cunha voltou a intervir questionando sobre o povoamento do Nordeste pelos portugueses. Na avaliação dele aquele país não contava com número suficiente para isso. A população de Portugal não chegava a um 1,2 milhão de habitantes. Além disso, a juventude portuguesa havia morrido com o próprio rei D. Sebastião, na de Alcácer-Quibir.<sup>41</sup>

Então, vimos o quê? A presença constante dos corsários franceses, dos comerciantes. Essa história de corsários era meio fantasiosa. Corsários, tornamo-nos, com os indígenas, posteriormente conto essa história dos Tremembés e Tupinambás. Então o que acontecia? O pessoal- isso aqui ficou abandonado- então ficaram aqueles mercadores que eram pobres, era povo, o povo francês naquela ânsia de comerciar o vinho para cá, e quem denuncia isso, quem denuncia, quem registrou foi o próprio Soares Moreno. O verdadeiro Soares Moreno é uma beleza em termo de relato histórico, mas não queremos o verdadeiro Soares Moreno; só queremos o Soares Moreno inventado na mimosa lenda

<sup>37</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>38</sup> idem

<sup>39</sup> idem

<sup>40</sup> idem

<sup>41</sup> A Batalha de Alcácer-Quibir travou-se no verão de 1578, em Alcácer-Quibir, entre os portugueses liderados por D. Sebastião, e os mouros de Marrocos. Dela resultou a derrota dos portugueses e o desaparecimento do próprio D. Sebastião, precipitando a crise dinástica de 1580, e o nascimento do mito do Sebastianismo.

do escritor José de Alencar, e não dá!<sup>42</sup>

Na opinião do expositor, Soares Moreno não veio aqui para fundar vilas, considerando que se tratava de um conquistador. E eram objetivos dele a conquista das províncias de Jaguaribe, Ceará e Mel Redondo, de olho no Maranhão. Mas encontrou aqui a população indígena descaracterizada.

A população indígena miscigenada com os mercadores, com os franceses, daí essa população fogueio de hoje, que depois Dom José, mais adiante, que chama de cabouçolos, achou o termo injurioso e disse. "Olha, o português que for para lá, não pode chegar na Vila e chamar ninguém de cabouçolo não, porque pode ser expulso da vila". Então, essa população de cabouçolos que Dom José conta era exatamente a origem, a população que já tinha se formado. Então o que se fazia? Temos uma prova incontestável da presença dos corsários, porque, primeiro, Soares Moreno disse: Saíam daqui muitos navios carregados de algodão, pimenta malagueta.<sup>43</sup>

Citando o diário de Matias Beck contou que ele ao chegar aqui encontrou o forte fundado na Barra do Ceará destelhado. Isso, porque os índios cobriram as choupanas com o material, que foi devolvido logo depois de solicitado por Matias Beck.

Sabem por que os portugueses não encostavam aqui? Porque os Tupinambás e os Tremembés, nas suas grandes canoas, todos se tornaram navegadores. Daí surgiu a nossa arte de navegação. Aprendemos a fazer jangada. Se chegarmos ao litoral daqui até a Bahia, vemos verdadeiros estaleiros, são pessoas analfabetas, que estão fazendo aquela caverna, fazendo aqueles navios, e eram grandes navegadores.<sup>44</sup>

Um dos escravos libertos era João Malemba, que pertencia a um holandês. Um outro era Luiz que pertencia a um francês, no Rio Grande do Norte, e que foi o único francês, em toda a história brasileira a ser dono de escravo, de acordo com o que escreveu Capistrano de Abreu.

De acordo com o orador, eram poucos os índios que estavam ao lado de Pero Coelho, considerando a população que se formou: os franco-tamoios, os franco-tupinambás, franco-potiguaras, franco-tremembés, franco-tapuias, toda essa população de mais de cem anos.

E não acabou em 1603 não, porque quando Matias Beck chegou aqui, em 1649, não tinha nada de Pero Coelho; não tinha nada de Soares Moreno, e não tinha nada de padre. E chegando à Ibiapaba-também chegaram em 1656, e também não tinha nada- eles fundaram o quê? Colonizaram o quê? Eles foram, como disse Capistrano de Abreu, "os vencedores, os organizadores, mas povoadores não!" E diziam que o próprio Soares Moreno não era chegado à mulher não, porque ele deixou onze soldados casados com mamelucas francesas aqui. Ele chegou aqui e disse: "Ah!, aquela lourinha é mameluca, aquela ali". Escolheram onze logo, de tacada. Porque toda a população era mameluca francesa e era corsária. Aí você vem com a história de povoado, se Soares Moreno não era nem chegado! Ele não casou com Iracema não. Essa é a questão.<sup>45</sup>

O português Sérgio Solomonoff um dos participantes do ciclo de palestras fez alguns questionamentos a respeito da ordem cronológica da historiografia do Ceará. Considerou incorreto política e historicamente a intenção dos 400 anos, devido ao mínimo reconhecimento do período. Ele disse estar perplexo com o uso que se faz da palavra raça.

Questionou a respeito dos programas escolar que não permitem se chegar ao final do ano falando, em ditadura, por exemplo. A história contemporânea fica esquecida e não há o encontro, a ligação entre a vida cotidiana e a sucessão histórica dos fatos. Defendeu a necessidade de um estudo anticronológico, começando hoje para explicar o que acontecia antes.

Conheço a história da minha família, mais ou menos a partir do ano de 1492. Mas quando pergunto

<sup>42</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>43</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>44</sup> idem

<sup>45</sup> idem

aqui a sua família, se conhece o Carvalho, português, ninguém conhece, ou ao menos ninguém quer falar dos precedentes familiares. Há essa negação de ir para trás, na história pessoal. Mas acho que na nossa elaboração histórica, a intervenção do Professor Almir Leal é muito interessante. Eu começaria, por exemplo, perguntando: o que são as novas elites hoje? Eu fico totalmente perplexo de abrir jornais importantes desta Cidade e encontrar três ou quatro páginas somente, com fotografias de 400, 350, 387 famílias e nomes desta Cidade, que parecem ser as novas elites, os novos fidalgos. Fico perplexo, porque é uma necessidade de auto-afirmação dessa nova elite. Pode até ter a legitimidade que deseja ter. Mas seria interessante, a partir dessa nova elite aqui, para entender o passado, de onde vem, o que representa, que novos interesses representa. Não para julgar positivo ou negativamente essa idéia do historiador, ninguém aqui, mas para perceber qual é essa formação. Porque a realizar essa situação no Século XVIII, no Século XVI, a realizar as comemorações de 1903 e compreender que em 2003 são mais ou menos as mesmas pessoas, as mesmas famílias, esta é uma visão minha que de poucos meses tenho que reconhecer, mas na minha visão, na minha experiência, acho que é essa a situação.<sup>46</sup>

Retomando a palavra, o professor Almir Leal sugeriu que fossem deixados de lado os marcos tradicionais, entendendo que aprisionam a compreensão sobre o período colonial no Ceará. Os marcos tradicionais a que se referia eram a chegada dos portugueses no ano de 1603, a vinda dos jesuítas, a pecuária, o grupo de militares, o forte, por onde entrou a primeira corrente; a fundação da Vila, em Aquiraz, em Fortaleza; na Prainha; no Iguape; no Presídio, onde elegeu a Câmara.

Para ele, discutir os grupos que queriam a Câmara no Aquiraz, por exemplo, é falar da relação de poder do capitão-mor e dos grupos que, de fato, estavam colonizando.

Gostaria de dizer ao Sérgio Solomonoff, que concordo com ele, acho que a História tem que ser pensada a partir do hoje. Acho que as nossas crianças não conseguem abstrair, entrar na 5ª Série e estudar o período colonial. Acho que todos os elementos pedagógicos, didáticos, para que desde o primeiro ano do ensino fundamental, seja trabalhada a idéia de registro, a idéia da fonte, que o historiador trabalha com memória; da caixinha de sapato que a criança pode fazer, guardando, recolhendo ali seus registros, podemos trabalhar pedagogicamente a crítica historiográfica.<sup>47</sup>

E nos idos de 1870, e em 1903, lia-se nos jornais: Ah, finalmente Bacon não tem mais razão em relação ao Ceará. Com as comemorações, conseguimos mostrar que temos a civilização.<sup>48</sup> Fica claro que raça e natureza são definidores do caráter do cearense, na visão desses que buscam a identidade, buscam a sua particularidade diante da Nação.

Para o historiador, os intelectuais sofriam uma profunda crise por ter que lidar com certa indiferença das massas.

[...] com essa massa de bárbaros, que é assim mesmo como eles viam: uma massa de bárbaros, que prestou muita atenção na ocasião das comemorações, assistiu do lado de fora, contemplou as bandas, mas mesmo assim, houve uma crítica de um jornal à época, acho que o Jornal A República, dizendo que viraram a madrugada, lá para as bandas do Boulevard 7 de setembro, atual Avenida Duque de Caxias, nas suas festas, nos seus bailes populares. Enfim, por mais que o culto, a memória, o evento tenha significado essa ação pedagógica, a massa continuou fazendo a sua baderna até altas horas da madrugada. Enfim, é o lugar preconceituoso que as nossas elites colocam o nosso povo.<sup>49</sup>

E para finalizar, Almir Leal destacou que o estudo sistemático da genealogia não deve ser do herói, para vincular o herói. Que não se deve buscar primeiro o fundador da família e de lá fazer a genealogia, porque aí todos vão se identificar com o fundador.

Mas acho que devemos fazer aquela genealogia cinzenta, que o Michel Foucault<sup>50</sup> propunha: não é descobrir o brilho do passado, mas é descobrir o que há de cinzento nesse passado. E acho que o estudo sistemático da nossa elite deve ser feito inclusive pelo caminho da genealogia, que leva ao cinzento, de descobrir as relações de mando; de descobrir a formação dos grupos; de descobrir como esses grupos se perpetuam e se perpetuaram no poder. E enfim, as elites têm o poder enorme

<sup>46</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.

<sup>47</sup> idem

<sup>48</sup> idem

<sup>49</sup> idem

de permanecer no Brasil e na América Latina, e nós devemos documentar isso, porque não podemos apenas constatar. E o historiador está muito ligado com o historiador no sentido da prova. Então, temos que fazer uma pesquisa sistemática, antes que essa documentação se perca de vez, porque aí assim, é muito mais difícil para recuperar.<sup>51</sup>

### Considerações Finais

Para o professor Almir Vidal, é necessário fazer um trabalho sistemático de formação de pessoal e de criação de um núcleo sério, de arqueologia histórica no Ceará, como, por exemplo, um loteamento em cima de uma área de tanques de curtumes e charqueadas, que foi a base de nossa inserção no mercado atlântico Português.

Na ocasião, ele anunciou para o final do semestre o término de um trabalho que está sendo realizado em conjunto com universitários, de análise crítica dos livros de história para identificar como esses livros trabalham a história do período colonial. Trata-se de um trabalho sistemático de investigação.

■ 400 ANOS

### Ciclo de palestras para discutir história do Ceará

Dentro da programação comemorativa pelos 400 anos do Estado do Ceará, a Assembléia Legislativa deu início, ontem, a um Ciclo de Palestras relacionadas ao tema. Com o objetivo de debater alguns tópicos da história cearense, durante todo o mês de setembro, a cada segunda-feira, historiadores, professores, geógrafos, economistas e advogados participarão do evento.

O jurista Aroldo Mota abriu o Ciclo, falando da história política do Ceará. Ele discorreu sobre o período da República no Estado, que teve início em 1889. "Esta época foi baseada aqui no despotismo e no nepotismo, amparados pela elite comercial e industrial", disse.

Mota criticou a grade curricular das escolas, tanto particulares como públicas. Para ele, História do Ceará - "cujo espírito burguês e libertário ajudou a sustentar ditaduras fracas e revoluções inspidas" - deveria ser uma disciplina obrigatória. "O argumento de que não há livros didáticos sobre o tema não é verdadeiro. Eu mesmo já escrevi dezenas de volumes sobre o tema e nunca veio nenhum diretor de escola me procurar para adotar qualquer um deles", acrescentou.

Aroldo Mota apoiou a iniciativa do governador Lúcio Alcântara de tornar obrigatória a execução do Hino do Ceará nas escolas públicas e nos eventos oficiais do Estado. Ele acredita que, mesmo que a maior parte do cearense não conheça a letra da canção o esforço é válido.

De acordo com o presidente da Assembléia Legislativa, Marcos Cais, o Ciclo de Palestras é uma forma de conhecer melhor os fatos que conduziram o Ceará ao que ele é hoje. "O Poder Público tem obrigação de ofertar ao povo acesso ao conhecimento. As pessoas mais bem sucedidas são as que têm maior domínio sobre o conhecimento", ressaltou.

**DURANTE TODO o mês de setembro, a cada segunda-feira, historiadores, professores, geógrafos participarão do evento**



<sup>50</sup> Paul-Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês. Esteve no Brasil em 1965 para conferência a convite de Gerard Lebrun, seu aluno na rue d'Ulm em 1954.

<sup>51</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 29 de setembro de 2003.



# AS CORES DO CEARÁ COLONIAL

Autor do requerimento: Dep. Maros Cals (PSDB)  
Palestrantes convidados: Professor Ernane Pereira  
Data: 15/10/2003

A Assembléia Legislativa do Estado e o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, encerraram no dia 15 de outubro, o Ciclo de Palestras – Ceará 400 anos, abordando o tema as Cores do Ceará Colonial. Simultaneamente, promoveram a abertura da exposição As Cores do Ceará Colonial, que tem como objetivo resgatar a memória visual da primeira fase do Ceará Colônia. São dez quadros em óleo sobre tela, estilo de Pedro Américo, do artista plástico e professor Ernani Pereira.

É fruto de um trabalho de quatro anos, baseado na pesquisa histórica, fonográfica e pedagógica que contou com



apoios de professores das Universidades Estaduais e Federais, e de artistas.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da Casa, deputado Marcos Cals (PSDB), voltou a destacar a importância do tema em questão, dizendo ser de responsabilidade do poder público oferecer conhecimento à sociedade, trabalhando em parceria como ocorreu com o ciclo de palestras.

E aqui a Assembléia Legislativa é o grande espaço democrático, onde todos passam diariamente e vivenciam a história do Ceará. Sabemos que nós, universitários somos bastante cobrados diante da Universidade. As Universidades cobram, porque elas universalizam o conhecimento. Aqui os índios vão expressar a sua cultura, mostrar, através dela, que ao chegarem ao Brasil, as terras já tinham dono, esse Continente. E muitas vezes as pessoas desprezam o nosso passado, que não é certo, nós temos é que resgatá-lo constantemente. O nosso passado é a memória, é o que vivenciamos hoje, e muitas vezes as pessoas querem escondê-lo, por ter tido algum momento de infelicidade; mas nós não, fazemos questão, através da Assembléia Legislativa, de mostrar o nosso passado, cultivar esse passado e nos orgulharmos dele. <sup>1</sup>

O segundo a falar, o deputado Artur Bruno (PT), agradeceu a participação de representantes das tribos dos Tapeba, Genipapo, Canindé, Tremembé e Pitaguary. E dos caciques Dourado e Pequeno.

Artur Bruno destacou que, apesar das campanhas que falam sobre a ausência de índios no Estado, aqui há muitas tribos que se organizam para manter as suas tradições, os seus costumes, para garantir a posse de suas terras.

E quero lembrar aqui uma passagem da história do Ceará, quando um Chefe Canindé de uma das tribos que aqui estão, na Guerra dos Bárbaros, no final do Século XVII, início do Século XVIII, quando as tribos do Ceará, juntamente com as tribos do Rio Grande do Norte, não permitiram a ocupação do território cearense, e o Rei de Portugal mandou chamar o Chefe Canindé. Ele foi a Portugal para fazer um acordo de paz com os brancos. Portanto, durante décadas, os indígenas, os nativos, venceram os portugueses no Estado do Ceará. E lamentavelmente, mais uma vez, os brancos não cumpriram a sua palavra, e desfizeram

<sup>1</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

o acordo que o Chefe Canindé foi fazer em Portugal. Mas, isso mostra a coragem, a intrepidez, a liderança e a força desse povo que está no nosso sangue. Nós cearenses somos filhos de índios e brancos, quase todos nós aqui temos sangue indígena nas veias, e é isso que vocês vieram dizer hoje aqui, com a arte de vocês, e o Professor Ernane, com essas belas obras de artes plásticas.<sup>2</sup>

O cacique Dourado disse que o dia não é para comemorações, mas para protestar contra a colonização, que resultou num massacre de índios. Na ocasião, solicitou à Assembléia Legislativa a revogação simbólica do decreto publicado no ano de 1873, pela então Assembléia Provincial, afirmando sobre a extinção dos índios no Ceará e em vários estados do Nordeste.

[...] esse Decreto realmente foi uma mentira para que os colonizadores se apossassem de nossas terras, e hoje nós vivemos praticamente encurralados como animais. Quero dizer que a nossa luta é pela terra, pela sobrevivência, para manter a cultura e a dignidade humana. [...] E quero dizer, representando todos os índios do Ceará, que a única coisa que nós queremos pedir aqui, é que esta Assembléia respeite o que foi colocado há dois anos, que era o compromisso com os índios do Ceará, que foi assinada a carta compromisso, e até hoje isso não foi concretizado. Então, nós precisamos da ajuda de todos os deputados e da sociedade, para que possamos ter a terra demarcada, e não só demarcada, mas regularizada e com projeto de sobrevivência para todos os índios do Estado do Ceará.<sup>3</sup>

Disse que apesar das dificuldades, os índios hoje estão sendo incluídos na agenda da sociedade. O também chefe de núcleo da Funai, sugeriu que os índios querem muito mais do que uma representação na Fundação, mas compromisso do governo no tocante à garantia de suas terras, à cultura e o reconhecimento étnico.

Muito obrigado aos deputados e ao Inesp, não pelo que aconteceu no passado, mas pelo que está acontecendo hoje. E quero dizer para todos que nós estamos aqui, de peito lavado, dentro desta Casa que se diz a Casa do Povo, mas muitas vezes o povo é espancado aqui dentro, pela polícia, porque não pode reivindicar seus direitos. Antes o índio não podia entrar aqui sem blusa. Não podia! Que casa do Povo é esta? Se não pode entrar seus filhos ilustres, os primeiros habitantes desta terra? Agradeço mais uma vez a esta Casa, por nos receber com muita sabedoria. Muito obrigado.<sup>4</sup>

A professora Maria Amélia Leite falou que um relatório de 1863 revela o Ceará no período colonial, informando sobre o meio rural, a indústria, as escolas e a extinção dos aldeamentos indígenas. Ela também solicitou do Legislativo a revogação do decreto que afirma a extinção dos índios nas terras cearenses.

Disse que, apesar de o gesto ser simbólico, representa muito para os indígenas na continuidade da luta por suas terras. Na oportunidade, reclamou da proposta de educação do projeto decenal de educação do Ceará que trata a educação indígena como educação diferenciada.

Não tem sentido dizer diferenciada indígena E gostaríamos que nós; as entidades; os professores indígenas; as lideranças, tivessem acesso a essa discussão, que eu sei que é um grupo que está aqui com o deputado Artur Bruno, a professora Sofia, a professora Guaraciaba, E a gente gostaria de participar, e acho que vocês não podem deixar de convocar os professores indígenas para dizerem o que eles querem, eles já disseram isso em março, no Congresso do ano passado. Mas é diferente eles serem convocados pela Assembléia, e dizerem para vocês.<sup>5</sup>

Aproveitou para solicitar apoio da Casa no transporte de representantes indígenas para participar da conferência sobre o meio ambiente. Para ela, não é justo o que os empresários estão fazendo, promovendo saída de pessoas para eleger delegados na conferência nacional.

Os índios precisam ter os seus direitos de ser delegado e de participar e dizer lá que não aceitam a destruição dos manguezais, a invasão das falésias, das áreas do litoral. Eu fico muito feliz de estar aqui hoje, e de dizer isso a vocês, com a liberdade que sempre tivemos. Quero parabenizar o grande artista Ernane Pereira, e acho que ele foi de uma felicidade enorme, revelou mais a opressão do que

<sup>3</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

<sup>4</sup> idem

<sup>5</sup> idem

realmente as coisas bonitas que os indígenas têm. <sup>6</sup>

O historiador, artista plástico, professor Ernane Pereira, falou sobre o seu trabalho no resgate iconográfico da história do Ceará, destacando a participação de educadores, doutores e artistas plásticos de renome como Cascadeira e Pedro Eimar.

Solicitou, na oportunidade, apoio para maior divulgação dos quadros que mostram as cores do Ceará colonial, no interior do Estado. A idéia é fazer uma exposição itinerante. Informou que as telas em questão foram produzidas para serem mostradas em salas de aula, como recurso didático.

Depois da fala dos expositores, seguiu-se a apresentação da dança do Toré e da dança da guerra.

Encerrando a programação de palestras sobre os 400 anos de colonização do Ceará, o evento "As Cores do Ceará Colonial" proporcionou, além de maravilhosa exposição fonográfica e de cunho pedagógico, a conscientização da atual existência em nosso Estado de tribos indígenas organizadas, que procuram manter seus costumes, suas tradições e suas terras.

Lembrando o importante papel dos indígenas na defesa contra invasões ao território cearense e como ancestrais de nossas famílias e sociedade, oportunizou a participação de representantes dessas tribos que, com liberdade de expressão, expuseram seu protesto contra ações discriminatórias e seu apelo à ajuda dos legítimos representantes do povo, da sociedade e ao compromisso do governo quanto ao reconhecimento étnico e defesa de seus direitos.

---

<sup>6</sup> Ata da Sessão do 5º Ciclo de Palestras- Ceará 400 Anos da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará datado do dia 22 de setembro de 2003.

# FÓRUM INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (PC do B)  
Palestrantes convidados: Sofia Lerche<sup>1</sup>, Jacqueline Moll<sup>2</sup>  
Data: 15/10/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou, no dia 15 de outubro, o III Fórum Interinstitucional de Educação Pública no Estado do Ceará. A iniciativa foi do deputado Chico Lopes, que na ocasião lamentou o desempenho dos alunos submetidos às avaliações. De acordo com ele, apesar da expansão do ensino, com a ampliação de vagas na rede pública, o rendimento educacional deixa a desejar.

O parlamentar também lamentou os altos índices de evasão e de repetência na educação básica. A seu ver, a escola pública ainda se encontra distante dos reais interesses daqueles que a frequentam. Recentes estudos apontam que 40% dos alunos que concluem o ensino fundamental, continuam os seus estudos.

Chico Lopes defendeu mudanças na escola, que na opinião dele precisa estar em sintonia com o projeto da cidade, “fazendo com que as suas práticas sociais se traduzam em efetivo exercício de cidadania. Educação cidadã é a que busca plena realização humana, permitindo que cada indivíduo seja reconhecido na sua posição de sujeito histórico.”<sup>3</sup> Pensar a qualidade da educação, ressaltou, é repensar sobre os bens culturais de cada povo e suas formas de convivência social, onde os conteúdos escolares, decorrentes do saber acumulado, ganham vida e se tornam práticos e necessários.

A Secretária de Educação do Ensino Básico do Estado do Ceará, professora Sofia Lerche, informou que o Fórum Interinstitucional da Educação Pública no Estado do Ceará, no seu terceiro momento, vem se fortalecendo a cada ano.

Todos nós temos o mesmo norte: construir uma educação de qualidade para o nosso povo. E eu acho que neste momento histórico em que o Ceará, assim como o resto do nosso País, atravessa dificuldades muito específicas, nós vamos conseguir dar um exemplo de cidadania para este país, pensando e focalizando as nossas iniciativas naquilo que é a construção da escola pública de qualidade no nosso país, a construção da escola cidadã que é feita de muitas cores, de muitos parceiros. E todos nós, não importa onde estivermos, estaremos juntos, construindo com essa escola.<sup>4</sup>

A professora Jacqueline Moll, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, considerou que hoje, o Brasil está construindo uma escola menos burocrática e mais humanizada.

Não é por nada que estamos aqui, ocupando espaço da Assembléia Legislativa do Estado. Eu acho que aqui tem um conteúdo simbólico importante, porque é a nossa aproximação com os poderes constituídos e que vão, sim, sendo desburocratizados e vão-se relacionando com esse mundo da vida construída numa esfera pública ampliada. Propomo-nos, neste debate, a lançar novos olhares sobre a escola, a comunidade e a cidade. [...] Entendendo-se por cidadão o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou nos seus deveres para com esse e aquele habitante da cidade, é outra acepção possível para o cidadão. É preciso perguntar-se como esses atributos podem caracterizar e atravessar a ação de uma instituição social como a escola, constituindo o que já consagramos como escola cidadã, como a escola desempenha seus deveres para com o Estado.<sup>5</sup>

Na avaliação de Jacqueline Moll, pensar a cidade implica em várias leituras, como por exemplo, lançar mão de utopia presente na história da pedagogia e projetar a cidade como espaço distinto daquele que se apresenta ao senso comum, hoje.

Que percepção é essa que está no senso comum hoje da cidade? A percepção generalizada de que

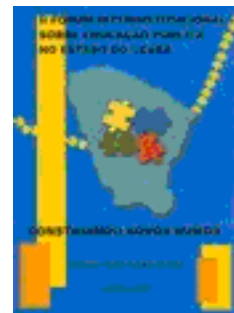
<sup>1</sup> Secretária da Educação Básica

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<sup>3</sup> Ata do Fórum Interinstitucional de Educação da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 15 de outubro de 2003.

<sup>4</sup> Ata do Fórum Interinstitucional de Educação da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 15 de outubro de 2003.

<sup>5</sup> idem



## QUESTÕES NACIONAIS – 2003

a cidade é um lugar cada vez mais inseguro, de medo, de perigos, lugar no qual a única alternativa é isolar-se no âmbito doméstico [...] Estamos enclausurados, às vezes, no computador, às vezes na televisão, modo que recruta a cidade como um lugar em relação ao qual o desafio é sobreviver. Essa percepção generalizada da cidade precisa mudar, senão não vamos mais ocupar a cena pública, nem sozinho e nem com os nossos alunos.

Mencionou que ao longo do século XX, cerca de 70% da população mundial passou a viver nas cidades. “Na América Latina, 3 de cada 4 habitantes vivem atualmente nas cidades. E o Brasil, passamos dos anos 20 aos anos 90, de 30% para 81%.”

A professora destacou a influência dos veículos de comunicação na formação das pessoas, com relação ao comportamento diante de certos fatos, por exemplo, de como tratar as diferenças de opção sexual em nosso meio?

Como superamos os históricos preconceitos com relação aos negros, aos índios, àqueles que são outros diferentes na nossa cidade? Como transitam na cidade os conhecimentos e as experiências dos mais velhos, jogados pela sociedade de consumo capitalista, o lixo, porque não compram mais, não produzem mais?

Explicou que cada cidadão deve se entender como parte da cidade, comprometidos com o seu destino e

ocupando nela espaços reais e simbólicos num movimento pedagógico e cultural que permita a todos, na qualidade potencial de educadores. Sim, porque todos são educadores, o dono da venda que tem em frente à escola que avisa lá a diretora que tem a droga entrando na escola. Ele é um educador sim, ele tem uma co-responsabilidade conosco.

Para Jaqueline Moll, uma escola cidadã só é possível se resguardar a todos, que nela ingressam, os direitos à aprendizagem.

Constitui-se forte exercício de cinismo falar em cidadania na escola, ou escola cidadã, quando milhares de meninos e meninas já entram na escola com carimbo de incapazes para os saberes escolares. [...] A escola cidadã só se constitui como tal pela recuperação da humanidade perdida em dezenas de anos, nos quais inúmeros meninos e meninas foram reduzidos a números de reprovados ou a índices de alunos em dificuldades escolar, a números de meninos e meninas e condenados ao não-saber da escrita, patamar básico para o acesso a inúmeros outros saberes dessa tal sociedade do conhecimento, como eu dizia antes.

Uma escola cidadã, continuou Jaqueline Moll, reencontra a cidade e a comunidade,

quando a diversidade humana e cultural que constituiu a cidade e a comunidade, encontra nela seu espaço, quando consegue sair a perspectiva dessa que eu tenho chamado de ideologia de mesma idade; quando um aluno é pouquinho diferente: bom, esse daqui não vai aprender. Então acabou a possibilidade ele como cidadão, como democrático e a minha possibilidade inclusive como democrata.

Finalizou, dizendo que as crianças que não aprendem a ler e escrever ou sobre coisas são as crianças pobres. “Romper com isso é condição sine qua non para escola cidadã.”

Na ocasião, foram prestadas homenagens à escritora Rachel de Queiroz e às professoras Maria Nobre e Maria de Lourdes.

O professor Jaime Alencar, do Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará (Apeoc), defendeu a aprovação imediata do Plano Estadual de Educação, alegando que a matéria deveria ter sido aprovada em 2001, junto ao Plano Nacional de Educação.

Apesar da expansão de vagas nas escolas da rede pública, apenas 40% dos alunos que concluem o ensino fundamental continuam seus estudos.

Além de garantir vagas para os alunos, a escola para ser cidadã precisa resguardar a todos os direitos de apren-



# PRIMEIRO SEMINÁRIO CEARENSE DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Autor do requerimento: Dep. Osmar Baquit (PSDB)

Palestrantes convidados: Marcelo Costa Pinto Neves<sup>1</sup>, Clarissa Sampaio Silva<sup>2</sup>

Data: 03/11/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), realizou no dia três de novembro, o Primeiro Seminário Cearense das Funções Essenciais à Justiça – Uma Nova Concepção, atendendo a requerimento do deputado Osmar Baquit. A iniciativa foi uma promoção da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará e contou com a participação do Marcelo Neves, da Pontifícia Universidade de São Paulo, que proferiu palestra sobre As Dificuldades para a Efetivação da Constituição Federal de 1988 e o Papel das Funções Essenciais à Justiça.

Na ocasião, o deputado Osmar Baquit, que presidiu os trabalhos, lembrou os 15 anos da promulgação da Constituição brasileira e as dificuldades enfrentadas diariamente pelos profissionais que desempenham suas funções na área. Em seguida, anunciou a palavra ao palestrante, professor Marcelo Neves, que falou sobre os fatores da efetividade, o problema da exclusão como fator da inefetividade da Constituição de 1988, e da corrupção sistêmica como fator da inefetividade da Carta Maior.

Segundo o professor, a efetivação do Direito no Estado Constitucional é a efetivação da Constituição.

Então, se nós temos um modelo que implicaria a Constituição como norma suprema do ordenamento jurídico positivo, nós vamos ter uma efetivação que passa pela integração legislativa da Constituição, pelos Decretos dos regulamentos, num plano mais concreto nos negócios jurídicos privados, as decisões judiciais, nos atos administrativos até que nós chegamos nos atos de observância. Mera observância fática do dia-a-dia e aos atos de mera execução quando a polícia prende alguém, quando há um ato concreto. E aqui nós teríamos o plano final da cadeia de efetividade. É naquele dia-a-dia do cidadão e dos Órgãos de mera execução que nós temos realmente a efetividade. Pode chegar até a decisão judicial.<sup>3</sup>

Mas, se a decisão judicial não segue o modelo constitucional, por exemplo, se as prisões não correspondem ao modelo prisional previsto na Constituição, ocorre a sentença concreta sem efetividade final mediante o respeito à Constituição, “porque o preso vai ser torturado, vai sofrer várias privações que são incompatíveis com a Constituição e nós teríamos falta da efetividade no processo final.”<sup>4</sup>

Acrescentou que se a prática jurídica não tem como critérios básicos a constitucionalidade e a legalidade prevista na Constituição, fica prejudicada a efetividade do Direito. “Então, esses dois fatores, o fator da consistência ou melhor, a constitucionalidade e a legalidade como critério da prática jurídica no estado constitucional, são fundamentais para a efetividade do Direito como efetividade também constitucional.”<sup>5</sup>

Na avaliação do professor, a inclusão social é a dependência das restrições impostas pelos diversos sistemas sociais e acesso aos seus benefícios.

A inclusão jurídica implicaria acesso aos direitos e subordinação aos deveres, ônus, responsabilidades impostos pelo sistema jurídico. Então, se há direitos sem deveres, evidentemente, se a pessoa se vincula ao sistema jurídico só para usufruir os direitos, mas não cumpre as penalidades nos casos de desvios de conduta, evidentemente, nós temos problemas de inclusão. Embora, normalmente, quando se fala de exclusão, se fala de exclusão pela falta de acesso.<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Professor da Universidade Católica de São Paulo

<sup>2</sup> Procuradora Chefe da União

<sup>3</sup> Ata do 1º seminário Cearense das Funções Essenciais à Justiça – Uma Nova Concepção da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 3 de novembro de 2003.

<sup>4</sup> idem

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> idem

A seu ver, a exclusão absoluta só existe com a morte ou se o grupo estiver totalmente isolado. No terceiro mundo, continuou, a democracia se fortifica, de certa maneira, mas o estado de direito é fragilizado.

No caso brasileiro, podemos falar de alternativa, porque a cultura jurídica e política dominante é a cultura da ilegalidade excludente a margem da Constituição. Essa prevalece contra a tendência includente, ainda hoje, embora haja muitos movimentos sociais, que é uma atuação brilhante do Ministério Público nessa área, ainda permanece isso. Uma alternativa é a legalidade constitucional includente. É buscar interpretações, conforme a Constituição que a gente como operador jurídico possa contribuir para essa transformação, no sentido da efetividade, se nós queremos isso realmente. É claro que essa efetividade depende de fatores sistêmicos externos, de uma economia mundial que se reproduz. Isso não é um voluntarismo jurídico, mas o agente jurídico tem, o operador do Direito tem que estar preparado para buscar soluções de acordo com o modelo constitucional; e não o legalismo fetichista preso a uma cláusula do processo civil sem nenhuma interpretação conforme a Constituição. Isso é uma tendência que ocorre muito fortemente, no caso do Brasil, principalmente, no Judiciário.<sup>7</sup>

Finalizando, declarou que o problema no Brasil é que depois de 88, os governos em vez de trabalhar numa cultura de fortificar o apego ao modelo constitucional, eles trabalharam todos num jogo de desprezar o modelo constitucional sob a alegativa de que a Constituição torna o país ingovernável. Esse argumento, continuou ele, é uma forma de afastar estas responsabilidades. “O que eu proponho é que nós saíamos desse modelo e partamos para uma cultura da concretização Constitucional, em vez de uma Reforma Constitucional.”<sup>8</sup>

No entendimento do presidente da Associação dos Defensores Públicos, Carlos Augusto Medeiros, não há Justiça onde não houver defensor público. A ausência do defensor traduz-se numa enorme contradição que deve acabar de uma vez por todas.

E em caráter imediato e urgente, já que tardio, ousou aludir que sociedade exige um chamamento de todos os candidatos restantes que lograram êxito no último concurso público para Defensor Público no Estado do Ceará e que já estão esperando meses as suas nomeações, uma vez que há cargos suficientes para serem preenchidos.<sup>9</sup>

O presidente da Associação Cearense do Ministério Público, João de Deus, ressaltou o defensor público como agente transformador da sociedade, tem como missão conscientizar o cidadão para que este passe a andar com seus próprios pés, para que ele realmente busque a efetividade dessa Constituição. “Por isso, sofremos a cada minuto, a cada dia, as investidas do Congresso Nacional na tentativa de nos amordaçar, de nos calar, de nos tornar apenas aquele apêndice do Poder Executivo, que deveria servir aos Governantes e não a sociedade.”<sup>10</sup>

Ele se referia ao Projeto de Lei de autoria do deputado Jutahy Magalhães,

que proíbe ao Ministério Público de investigar atos de corrupção de Presidente da República, Ministros, Senadores, Deputados, Governadores e Prefeitos. Isso tudo depois que o Ministério Público veio a cumprir o seu papel e que vem fazendo da melhor forma e dentro das condições de falta de estrutura que dispomos.<sup>11</sup>

Acentuou que é papel também do Ministério Público guardar a Constituição e defender a Ordem Jurídica e o Regime Democrático, razão pela qual deve ser fortalecido.

O Procurador da República, Alessandro Sales, declarou que hoje o Ministério Público está perdendo poder. O Supremo Tribunal Federal, segundo ele, vem negando sistematicamente os poderes de investigação, subordinando o Ministério Público enquanto titular da ação penal, a uma atuação investigativa das instâncias policiais, contribuindo para a impunidade.

O presidente do Conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Ceará, Feliciano de Carvalho, declarou que a Justiça está barrando as portas para o cidadão.

<sup>7</sup> Ata do 1º seminário Cearense das Funções Essenciais à Justiça – Uma Nova Concepção da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 3 de novembro de 2003.

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> idem

<sup>10</sup> idem

<sup>11</sup> idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O professor Marcelo Costa disse ainda que no Brasil, o próprio contexto social dificulta. Porque, além da questão técnico-jurídica, tudo passa por políticas redistributivas, que implicam na compensação. Mas falta interesse a classe média brasileira.

Continuou dizendo que no momento em que há uma estrutura de redistribuição, os serviços ficam caros, e teremos que nos adequar ao modelo novo. “Nós construímos uma sociedade ou um contexto político-social que aponta exatamente para fortificar cada vez mais diferenças. A gente critica, vai à rua, faz protesto, mesmo aqueles grupos mais extremistas de esquerda, e mantém um padrão que é incompatível com a inclusão social.”<sup>12</sup>

Ou seja, essa sociedade está orientada num modelo desigualitário.

Porque se eu pago a empregada doméstica R\$240,00, eu estou apostando num processo de exclusão. O que eu faço de caridade porque ajudo e faço alguma coisa positiva para ela. Isso não tem nada a ver com a inclusão democrática de pessoas iguais. Tem a ver com formas de um clientelismo moderno, de vivência, de separação. No fim da tarde ela vai pra sua favela e seu filho está passando fome; ou mora em um cubículo da nossa casa. Esse exemplo que eu dou, com muito gosto, porque eu aprendi a viver num mundo desse tipo. E quando vi que isso é um mundo de exclusão e negação de igualdade; é apenas um exemplo referente a nossa prática diária.<sup>13</sup>

Encerrou, argumentando que a aposta numa mudança não é apenas jurídica, é algo que extrapola o sistema jurídico.

A Constituição de 1988 prevê, em seu Título IV, “Da Organização dos Poderes”, o Capítulo IV, “das Funções Essenciais à Justiça” e nomeia as seções I, II e III, o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia e a Defensoria Pública, respectivamente.

Com o novo milênio, avanços sociais estão sendo conquistados dia-a-dia e a importância de tais instituições aumenta vertiginosamente. É preciso que a sociedade realmente usufrua dos serviços prestados por essas instituições. É necessário que os profissionais envolvidos estejam cientes que há uma nova concepção no exercício de seus misteres.

---

<sup>12</sup> Ata do 1º seminário Cearense das Funções Essenciais à Justiça – Uma Nova Concepção da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 3 de novembro de 2003.

<sup>13</sup> idem

# FÓRUM DE DEBATES PARA UNIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA PARLAMENTAR

Autor do Requerimento: Dep. Fernando Hugo  
Palestrante Convidado: Dep. Orlando Fantazzini – PT/SP  
Senador Ramez Tebet – PMDB/MS  
Data: 10 /11/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no dia 10 de novembro de 2003, realizou Fórum de Debates para Unificação do Código de Ética Parlamentar, tendo como palestrantes o deputado Orlando Fantazzini – PT/SP, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e o Senador Ramez Tebet. O evento contou com a presença dos debatedores: Deputado Chico das Verduras (Presidente da Comissão Ética da Assembléia Legislativa de Roraima), Professor Dr. José Maria Arruda (Professor da Universidade Federal do Ceará), Professor Dr. Filomeno de Moraes (Juiz Eleitoral –Substituto e Presidente da Associação Cearense de Formação de Governantes). Estiveram presentes também: o Deputado Fernando Hugo, Presidente da Comissão de Ética da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e Autor do Requerimento, os Deputados Federais: João Alfredo, Inácio Arruda, Leo Alcântara, Almeida de Jesus e os Deputados Estaduais: Marcos Tavares; Artur Bruno; Francisco Aguiar; José Maria Pimenta; Francini Guedes; Gony Arruda; Osmar Baquit; Heitor Férrer; Nivaldo Cortez; Valdomiro Távora, Tânia Gurgel, Ronaldo Martins e Chico Lopes.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Marcos Cals iniciou sua fala ressaltando que:

O grande desafio do Legislativo moderno, neste início de milênio, é encarar a questão ética como prioridade, consagrando a transparência e a retidão. Nesta direção, o Legislativo Cearense deu o primeiro passo, aprovando o Código de Ética e Decoro Parlamentar, através da Resolução Nº 473, de 28 de julho de 2002. Entretanto, o mundo moderno e sua complexidade exige uma maior transparência e decoro nas Relações Públicas e no trato com o Orçamento Público.

O Presidente Marcos Cals destacou o grande o número de escândalos na mídia, sobre malversação do dinheiro, falta de decoro e de responsabilidade social e ética dos nossos homens públicos. Por esses motivos, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atendendo ao Requerimento do Deputado Fernando Hugo, Presidente da Comissão de Ética nesta Casa, sentiu a necessidade de criar um debate nacional sobre a qualidade moral das instituições brasileiras, na tentativa de unificar os preceitos contidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, visando um Brasil mais justo e civilizado para as nossas gerações futuras.

O Deputado Fernando Hugo inicia sua fala destacando os primeiros passos da vida do Conselho de Ética na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Os passos iniciais de vida do Conselho de Ética foram na tentativa de subir uma escada dura, aquela escada em que a lógica real, a lógica natural do trabalho Parlamentar de Legislador, foge às normas do dia-a-dia. E o Conselho de Ética, como uma Bíblia não muito pronta mas extremamente pertinente, pôs-se a julgar companheiros, colegas de Bancada, coisa nunca antes feita nesta Casa Legislativa, desde o seu assentamento inicial, no Centro da 5ª Capital do País, que é esta Fortaleza que ora os recebe. Os passos iniciais do nosso Conselho foram essa escada íngreme, foram feitos de uma forma tremendamente tempestuosa, onde grupamentos políticos tentavam tomar partido e tentavam tomar torcida, pelo fato de um colega estar exposto a uma condição sine qua non do Legislativo, que era o direito que temos nós de julgar, levando, quando possível, até a situação máxima da cassação de um mandato. Recordo-me de todas as pressões que esta Casa recebeu, de todas as incertezas que aquele mirrado Código nos dava, porque ele não era brilhante na lucidez esclarecedora de atos e de fatos. Mas uma coisa nós tivemos o prazer de ver: a ascensão diária de tudo aquilo que foi proposto pelo Código e que tinha o apoio do Regimento. As votações, conseqüentemente feitas no Conselho de Ética, nas Comissões afins, ou seja, na Comissão de Constituição e Justiça e no termo final neste Pleno, foram todas elas inequivocamente democráticas.

O assunto relacionado à ética, em nível Nacional, de uns anos para cá tem sido verdadeiramente explorado, no maior sentido, por grupamentos Parlamentares, por facções políticas ideológicas e com a espetacularização que essa Matéria sempre representa em nível da sociedade, com o tempero,

muitas vezes, picante, e em algumas ocasiões, precipitado, de alguns, entre eles a Imprensa, que é inequivocamente o 4º Poder, o que mentaliza pela a informação colhida da maneira que se faz dentro das Câmaras.

O Deputado Orlando Fantazzini<sup>1</sup> iniciou sua fala destacando o conceito de Ética:

ETOS" Ética em Grego, designa a morada humana, o ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo protetor e permanente.

A Ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Isso significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente, para que seja moradia saudável materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda. Esse é um trecho do Livro de Leonardo Boff, A Águia e a Galinha.

O Deputado Orlando Fantazzini enfatizou que a Constituição Federal norteou-se na fixação do Conselho de Ética e Decoro, sendo o critério coletivo ou geral, acatando que existe uma Ética e um Decoro aceito por todos os brasileiros, inclusive os Parlamentares.

A Constituição não é muito clara, porém dá uma pista de alguns exemplos expressos do que é ético ou decoroso, ou melhor, determina quais os comportamentos que não são permitidos ou desejáveis pelos representantes populares, seja no exercício do mandato ou fora dele.

Este comportamento individual do Parlamentar, que desagrade a alguns ou a todos, é o fixador da pena única desejada pela Constituição: a perda do Mandato. Isso porque quis o constituinte originário, que os fins não justifiquem os meios.

Desta feita, na fixação da Ética na Política, acolheu a Carta Constitucional, implicitamente, os conceitos de idéia de bom, de certo, de bonito, de eficiente, de correto e de esperado, afastando e não desejando as idéias opostas de desagrado, de incômodo, de errado, de ineficiente e de ilícito. Não se pode negar as dificuldades em precisá-los como critérios objetivos, os que determinam a ética e o decoro, e os que foram colhidos preceitos subjetivos de idéias, valores sociais econômicos e políticos.

Neste momento, o Deputado Orlando Fantazzini relatou que em um ordenamento político como o nosso, a Lei é o maior e fundamental instrumento de garantia de direitos. Assim como ética tem a ver com preservação de direitos e deve constar expressamente de nossa Lei maior, ou seja, a expressa exigência de ética na Constituição, é mecanismo de preservação de direitos, o que dá à ética a característica do direito de garantia. Por seu turno, o modo como foi fixada ética em nossa Carta, a caracteriza-a também como direito individual de cada cidadão, ganhando neste particular alcinha de bem indisponível e pético, como todos os outros direitos individuais.

A exigência da ética é necessária à preservação do status democrático pretendido pela Constituição Federal. A maior importância da existência de um Código de Ética Parlamentar não consiste somente pela falibilidade e deficiência do ser humano, mas também e principalmente pela característica do nosso sistema representativo que impõe, por exemplo, que o acesso ao Parlamento esteja vinculado a Partidos Políticos, que são agremiações com ideologia e estatutos próprios. E respondem a interesses e forças econômicas, sociais, religiosas, filosóficas e políticas, às vezes conflitantes e controversas.

O Deputado Orlando Fantazzini conclui suas considerações dizendo que, se não houver a fixação de regras severas de conduta e atitude à distância, entre o certo e o errado, diminui e instaura-se a balbúrdia e o caos. A Ética e o Decoro são, portanto, os grandes referenciais de comportamento de atividade do Parlamento.

Entretanto, esta conclusão nos traz dois outros problemas, outros desafios. O primeiro é que a Constituição muda, altera-se, e mudamos nós também. Muta a Ética e o Decoro. A Ética é construída e segue ao sabor de seus construtores, não só o Legislador que ia ser o Procurador, mas de todo o povo. Falar de Ética é ditar os preceitos calcados na ideologia, nos valores que nem sempre são unânimes. (...) A Ética e o Decoro podem, então, sofrer os efeitos dos ventos do dinamismo social. Se há um Código de Ética, significa dizer que houve um acordo prévio entre membros de um grupo

---

<sup>1</sup> Orlando Fantazzini Neto, Deputado Federal pelo o PT de São Paulo, encontra-se em seu segundo mandato de deputado federal, já tendo sido vereador por Guarulhos em três legislaturas. É o autor do Projeto de Lei que institui o Código de Ética para a televisão brasileira.



social, explicitando o que pensam e qual é sua identidade política, social e econômica. E se é um acordo, há obrigações e deveres comportamentais aos seus signatários que, se cumpridos, estarão realizando o modelo idealizado de pessoa e contribuindo para o robustecimento do coletivo das Instituições, da democracia e do Parlamento.

O Senador Ramez Tebet<sup>2</sup> iniciou sua fala destacando que três assuntos vão estar constantemente na Ordem do Dia: a Ética, o Meio Ambiente e a Defesa dos Direitos Humanos. Esses três assuntos se interligam, são importantíssimos para nós construirmos aqui no Brasil e no mundo, uma democracia cada vez mais solidária, cada vez mais igual e cada vez mais feliz e justa.

A Ética é aquele comportamento pautado na honestidade e na dignidade, mas que tenha por objetivo, atender aos reclamos de uma sociedade cada vez mais exigente com relação à conduta do seu homem público. A ética está ligada ao espaço que Deus nos deu. Estará sempre ligado ao meio ambiente que nós temos que preservar para poder viver. E temos que nos desenvolver, é verdade, mas sabendo preservar aquilo que Deus nos concedeu. A ética está ligada à legitimidade. Não está ligada só à moralidade. Está ligada ao próprio conceito de democracia, ao exercício da cidadania. A sociedade está avançando, está observando a conduta do seu Parlamentar, a sua conduta moral e a sua conduta em benefício da sociedade, de tal forma que a cada quatro anos ele tenha a oportunidade ou de renovar o mandato daquele Parlamentar ou dar-lhe o passaporte de retorno a sua Casa, onde ele poderá ficar na omissão dos debates e dos problemas que a sociedade tem de resolver. Nós temos que avançar um pouco na elaboração.

O Deputado Francisco Vieira Sampaio (Chico das Verduras)<sup>3</sup> ao iniciar sua fala ressaltou que a Comissão de Ética começaria a partir dos partidos políticos, na hora em que fosse escolher os seus candidatos, a pessoa se elege, para ficar por trás de um mandato, para evitar uma punição mais severa, mas se o Partido tivesse uma ética no momento da escolha dos seus candidatos, com certeza existiriam melhores Parlamentares.

O Dr. José Filomeno de Moraes<sup>4</sup> iniciou sua fala ressaltando que no Brasil talvez nos últimos trinta anos, os dois fatos mais importante da nossa vida institucional tenham tido origem no Legislativo. Em primeiro lugar, a feitura da Constituição cidadã, para utilizar as palavras de Ulysses Guimarães, é no ano de 1987 e 1988, que nos trouxe um atestado civilizatório, como é a Constituição de 1988, que tem problemas, mas que a nossa construção constitucional, legislativa e jurisprudencial tem tentado resolver. Por sua vez, outro fato de extrema importância foi o processo de impeachment do Presidente Fernando Collor, que deu exemplo ao mundo, que nunca tinha, mesmo nas democracias, avançado num processo de impedimento do Presidente, qual foi feito no Brasil.

Na verdade, a Constituição tem um sentido de preservação, tanto dos que votam como eleitores comuns, como os Parlamentares, em relação aos eleitores, que a Constituição rege em cláusula pétreia, tira o voto direto, secreto, universal e periódico, estabelecido no Artigo 60, Parágrafo 4º. Por sua vez, a Constituição estabelece para os Parlamentares, um conjunto de garantias, entre as quais a inviolabilidade por opiniões, palavras e votos.

A questão do voto aberto no Parlamento, na medida em que dá maior transparência à atividade parlamentar, e por conseguinte, possibilita ao eleitor, condição de realmente avaliar o desempenho do seu Parlamentar. Reconheço que há problema; reconheço a questão da falibilidade humana, no que diz respeito à possibilidade de uma posterior, vendida, muitas vezes um tanto secreta, mas essa possibilidade, quero crer que a atividade do homem público tem que merecer, e tem que sofrer estes riscos, repito, por uma questão de custo e benefícios, inclusive, de possibilidade de uma maior transparência do processo de avaliação da sociedade. Eu optaria, embora reconheça um conjunto de problemas que isto acarreta, que o voto aberto fosse possibilitado em toda as decisões parlamentares. E reconheço que não é uma questão regimental, é uma questão constitucional, mas me parece que os Parlamentos Brasileiros agiriam bem, se tomassem atitudes neste aspecto.

O Dr. José Filomeno de Moraes ressaltou que a efetivação da ética parlamentar é muito menos um problema

<sup>2</sup> Ramez Tebet foi Senador filiado ao PMDB pelo Mato Grosso do Sul. Morreu em novembro/2006.

<sup>3</sup> Francisco Vieira Sampaio, o Deputado Chico das Verduras, do PRP, é o Presidente da Comissão de Ética da Assembléia Legislativa de Roraima.

<sup>4</sup> José Filomeno de Moraes Filho é Professor da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade de Fortaleza, Procurador do Estado e Presidente da Associação Cearense de Formação de Governantes.

jurídico do que na verdade um problema político e social.

Na verdade, nós temos aqui diversos mecanismos educativos, nas Universidades, nas Escolas, na Família; no Parlamento, em diversas Instituições, tanto da sociedade civil como da sociedade política, na verdade é empreender essa discussão ética. Penso que nós já temos, tanto em nível nacional, como na maioria dos Estados e Municípios, instrumentos jurídicos para proceder essa realização. Na verdade, precisamos firmar cada vez mais os esforços, no sentido de realmente efetivar estes mecanismos constitucionais jurídicos legais.

O Dr. José Maria Arruda<sup>5</sup> iniciou sua fala destacando a falta da presença da Sociedade Civil nos Conselhos de Ética.

Quando um processo é definido, parece que a Sociedade Civil é chamada a legitimar mandato. Na hora de deslegitimar esse mandato, quer dizer, a hora de discutir esse mandato, a Sociedade Civil é completamente excluída desse processo. Então eu acho que deveríamos repensar a presença nessas Comissões de Éticas, de representantes da Sociedade Civil. Eu sei que isso é complicado juridicamente, mas é muito complicado também pensar processo de julgamento entre pares. Nós sabemos como é difícil julgar colegas com quem convivemos, com quem temos algumas afinidades ou talvez até desavenças, e nesse sentido a presença da Sociedade Civil, juntos com o Conselho de Ética e alguns membros com reputação ilibada, que podem inclusive ser indicados pela Sociedade Civil ou pela própria Assembléia Legislativa, já que seria bem vinda para tornar este processo ainda mais transparente.

O Dr. José Maria Arruda conclui sua explanação dizendo que:

O grande sentido de ética que a sociedade espera do Parlamento, é que o Parlamento possa, de fato, ser representante do interesse coletivo e que possa fazer com que um País, como o Brasil, tão injusto, com distribuição de renda tão desigual, com tantas agruras, com tantas possibilidades, por outro lado também possa, de certa forma dar aos seus cidadãos e a seus filhos, um futuro melhor, uma perspectiva melhor de futuro.

Eu acho que a grande ética que se pode criar de uma Casa Parlamentar, é que ela colabore com o Executivo, que ela fiscalize e traga Projetos de última instância que possa significar benefícios para população de uma forma geral.

---

<sup>5</sup> José Maria Arruda é Doutor em Filosofia, professor adjunto do Departamento de Filosofia e professor de ética de Mestrado em Filosofia, da Universidade Federal do Estado do Ceará.

# VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (PC do B)

Palestrante convidado: Celeste Cordeiro<sup>1</sup>

Data: 25/11/2003

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou, no dia 25 de novembro, sessão especial em homenagem ao transcurso do dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. A data passou a ser celebrada a partir do Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bogotá, na Colômbia, em 1981, em homenagem às irmãs revolucionárias Mirabel, Patricia, Minerva e Tereza, presas, torturadas e assassinadas em 1960, a mando do ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo.

O autor do requerimento, deputado Chico Lopes, destacou o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas no ano de 2000, o qual vem confirmar a degradação das condições de vida das mulheres em nível internacional. Os dados comprovam que 70% do total de pessoas que vivem em condições de miséria absoluta são mulheres. Do total de analfabetos elas representam 2/3. A carga horária de trabalho é aproximadamente 13% superior à do homem. Na zona rural sobe para 20%, embora represente mais de 50% da mão-de-obra no campo, recebendo menos de 10% do crédito rural disponível. Em cada 10 famílias brasileiras, três são chefiadas por mulheres que vivem sozinhas com seus filhos, no entanto, seus salários são cerca de 25% menor do que dos homens.

A mortalidade materna também assusta. O Brasil é um dos países latino-americanos de maior incidência de casos. Em cada 100 mil crianças nascidas, 200 óbitos maternos. Por ano no Brasil morrem cerca de 5 mil mulheres por complicações na gravidez, parto ou pós-parto. Aliado a esse fato, soma-se aproximadamente de 1,5 a 2 milhões de abortos clandestinos praticados em condições de risco. Problemas circulatórios, de câncer de mama, câncer uterino ainda estão entre as principais causas mortais entre as mulheres, problemas de fácil tratamento que, diagnosticado a tempo, a cura é garantida. Vale ressaltar que a Aids cresce entre as mulheres.

Somam a esse quadro de dados referentes à violência física. Estatística levantada pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para defesa do direito da mulher revela que em escala mundial, um em cada cinco dias de falta ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres em suas casas. Na América Latina tal ocorrência incide em 25% a 50% das mulheres.

Ainda, de acordo com o deputado Chico Lopes, no Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é vítima de violência doméstica. Geralmente, o agressor é o próprio marido ou companheiro. No Ceará, em 1999, segundo o Instituto Médico Legal e a Delegacia de Defesa da Mulher, foram registrados 63 homicídios, 34 suicídios, 3.612 lesões corporais, 10.693 agressões e 480 estupros. Vale ressaltar que muitas das ocorrências ainda não são registradas devido aos tabus sociais e morais que impedem que as mulheres denunciem seus agressores. De lá para cá o número só tem aumentado.

A ONU e aqui no Brasil o Governo Federal através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançam hoje a campanha Nem mais um minuto, quebrems o silêncio com o objetivo de combater a violência doméstica contra as mulheres. Um comercial de televisão pedirá um minuto de reflexão sobre as agressões nas residências. A data de início do movimento coincide com o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aponta que 23% das brasileiras são agredidas por maridos, pais, irmãos ou filhos dentro dos próprios lares, violência que inclui estupro e muitas vezes fica abafado entre quatro paredes. [...] no Ceará, foram registradas no ano passado 9.300 ocorrências, cerca de 30% de lesões corporais, socos e pontapés que somam 3.300 boletins policiais.<sup>2</sup>

Chico Lopes anunciou a apresentação de um Projeto de Lei que institui a Semana Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher, com o objetivo de sensibilizar a sociedade cearense para a questão.

A presidente do Núcleo Socorro Abreu, Eliana Gomes, já atendeu a cerca de 3,5 mil mulheres, onde a maioria reside em bairros da periferia de Fortaleza.

<sup>1</sup> Secretária Extraordinária da Inclusão e Mobilização Social

<sup>2</sup> Ata da 6ª Sessão Especial da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de novembro de 2003.

No entanto, não podemos nos prender às violências praticadas. Além de combater suas causas é preciso preveni-las. Esta prevenção só será possível com políticas públicas que entendam e valorizem a questão de gênero em todas as suas vertentes, traçando diretrizes inclusivas da saúde até a cultura e o lazer.<sup>3</sup>

Na oportunidade, ela apresentou as principais reivindicações que são o fim de todas formas de discriminação de gênero, raça, idade, crença, condição física e orientação sexual; da impunidade nos crimes de violência contra a mulher; pela ampliação do número de delegacias de defesa da mulher no Interior, em Fortaleza e Região Metropolitana; pela capacitação dos profissionais de saúde e segurança pública, dos funcionários do IML, a fim de que possam prestar atendimento mais especializado às vítimas de violência; e pela ampliação do número de casas de abrigo.

Também pediu a ampliação do número de defensores públicos; a garantia dos direitos trabalhistas; o combate ao assédio moral no ambiente de trabalho; o fim das más condições de trabalho, especialmente nos setores de maioria de mão-de-obra feminina; a garantia do serviço das creches comunitárias; a redução das taxas de mortalidade materna; uma política de pré-natal de qualidade; o acesso a uma educação de qualidade; uma justiça mais humanizada e mais justa.

Ao final, Eliana Gomes reivindicou a prisão dos agressores de mulheres e o fim da prostituição infantil.

A secretária estadual de Inclusão Social, Celeste Cordeiro, disse comungar com a luta de Eliana Gomes,

essa liderança que todos nós aprendemos a respeitar, e sabemos que ela representa muitas outras lideranças aqui presentes, e que vem de forma muito brava, com muita paciência mas muita garra, tentando acumular forças para combater essa violência contra a mulher, assim como qualquer outro tipo de violência.<sup>4</sup>

A deputada Gislaíne Landim falou do trabalho da Comissão Especial da Assembléia Legislativa que vem fazendo acompanhamento das denúncias de violências praticadas contra a mulher no interior do Estado. Para ela, a banalização é que provoca a impunidade, como o que vem ocorrendo na região do Cariri, onde 14 mulheres foram assassinadas.

Temos aqui também, a Deputada Luizianne Lins e eu, um trabalho que nós começamos sobre o Código de Ética contra a exploração sexual infanto-juvenil. E essa discussão nós vimos fazendo aqui antes do primeiro recesso do meio do ano, e com o recesso, parou-se a discussão e depois nós recomecemos junto à Secretaria de Turismo. E estamos no final dessa elaboração desse Código, que de certa forma é uma violência contra a mulher, porque a exploração sexual infanto-juvenil é muito maior no sexo feminino do que com os meninos. Portanto, eu acho assim que o Legislativo de certa forma vem fazendo a sua parte, contribuindo para que aqui as pessoas tomem conhecimento dessa violência que existe no Estado do Ceará. Esse Código de Conduta é assim um código de livre adesão para que todas as instituições, todos os hotéis, empresas que lidam com turistas, principalmente, possam de certa forma evitar e denunciar a exploração sexual infanto-juvenil das nossas crianças, as nossas adolescentes. Vemos a cada dia na Beira-Mar, nos postos de gasolinas das BR's essa violência que acontece, principalmente quando se diz assim: eu acho que a exploração sexual infanto-juvenil é muito maior o número na própria casa.<sup>5</sup>

A presidente da Associação de Prostitutas, Rosarina Sampaio, destacou que não é favorável à prostituição, o objetivo é lutar contra o preconceito, a discriminação, a violência e trabalhar por melhor qualidade de vida para a mulher que trabalha com o sexo, permitindo que ela tenha outra opção de vida. De acordo com ela, a Associação trabalha com 150 mães, a maioria, adolescentes.

A deputada Luizianne Lins informou, que de acordo com levantamento feito pela comissão especial que acompanha a violência contra a mulher, temos diagnóstico suficiente para provar que o Estado do Ceará não tem combatido da forma que deve a violência de gênero.

Só para se ter uma idéia, nós tínhamos que ter pelo menos 16 delegacias especializadas nas cidades com mais de 60 mil habitantes, só temos cinco, e passamos a ter cinco a partir de 2000. Nós só temos uma casa de abrigo que funciona pelo compromisso e pela boa vontade de muitas que tratam aquilo muitas vezes com carinho que trata um filho ou uma filha para poder continuar, porque se fosse depender da visibilidade desse problema, eu acho que nenhuma casa-abrigo nós teríamos. [...] só este ano já foram registradas na Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher em Fortaleza, só de

<sup>3</sup> Ata da 6ª Sessão Especial da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 25 de novembro de 2003.

<sup>4</sup> idem

<sup>5</sup> idem

janeiro a outubro, já que novembro ainda não finalizou 6.426 ocorrências até agora no mês passado só em Fortaleza. Imaginem como isso não se agiganta pelo Interior do Estado do Ceará onde sequer tem delegacia para pelo menos diagnosticar, controlar e fazer o registro.<sup>7</sup>

O deputado Heitor Ferrer disse que o grande problema no Brasil é a frouxidão das Leis. “Porque é muito mais fácil você se livrar hoje de um crime de homicídio diante das Leis, da frouxidão das Leis brasileiras feitas por nós políticos no Congresso Nacional. E essa revisão tem que ser feita porque não pode uma frouxidão chegar a tanto.”<sup>8</sup>

Ao finalizar a sessão, o deputado Chico Lopes anunciou o Projeto 197/03, de sua autoria, que institui a última semana do mês de novembro, a Semana Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher.

Respeitar os direitos das mulheres é respeitar os direitos de mais de 50% da população mundial. Garantir a participação feminina, com equidade de direitos em todos os setores da sociedade, é dever de todos nós.

É preciso a conjugação de esforços de todos os poderes e a mobilização efetiva da sociedade, sem o que não obteremos a erradicação desse crime contra a mulher. Todas as ações provam que o parlamento não ficou omissos diante da questão, embora falte muito para se atingir o ideal.

---

<sup>7</sup> Ata da audiência pública sobre o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher da 1ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, do dia 15 de agosto de 2003.

<sup>8</sup> idem



# INSTALAÇÃO DO COMITÊ CEARENSE PARA ELIMINAÇÃO DO ANALFABETISMO ESCOLAR NO CEARÁ

Autor do requerimento: Dep. Ivo Gomes  
Palestrante convidado: Ministro Tarso Genro  
Data: 25/03/2004

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Ordinária no dia 25 de março de 2004, realizou a 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará para discutir a Instalação do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará.

A Sessão teve início com a leitura do Projeto de Lei N.º 36/04, pelo Sr. Deputado Osmar Baquit. A seguir o Presidente Deputado Marcos Cals, (PSDB) fez a abertura da Sessão explicando a finalidade que foi a instalação do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará. E convidou para compor a Mesa dos trabalhos, o Ministro da Educação Tarso Genro; a Senhora Sofia Lerche, Secretária de Educação do Estado; o Deputado Ivo Gomes, Líder do PPS; Patrício Fuentes, Coordenador do Unicef nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte; o Professor René Barreira, Reitor da Universidade Federal do Estado do Ceará; o Senhor Artur Pinheiro, Presidente da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação Seção Ceará); o Professor Teodoro Soares, Reitor da Uva; o Senhor Rui Aguiar, representante do Unicef no Estado do Ceará; o Deputado Artur Bruno, Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Convidou ainda para compor a Mesa, o Professor Randal Pompeu, Pró-Reitor da Unifor e o Professor José Batista de Lima; o Reitor da Urca, Professor André; a Professora Guaraciara Barros Leal, Presidenta do Conselho de Educação; a Professora Justina, da Undime do Rio Grande do Norte, que está acompanhada por doze Secretários dos Municípios: Caicó de Mossoró, Santana do Cariri, Angicos, Parnamirim Açu, Nova Cruz, Carnaubais, Ipanguassu, todos do Estado do Rio Grande do Norte.

A palavra foi dada ao Ministro Tarso Genro, que iniciou sua participação saudando a todos. Disse:

Trata-se do seguinte: nós estamos no momento da construção de um Projeto Nacional que integra o Brasil de forma soberana e cooperativa no mundo globalizado. E esta integração, uma integração não subordinada, só pode se dar com um amplo movimento de coesão social interno, que entenda de maneira absolutamente clara nas suas políticas, que tenha políticas claras que permitam a transição de um modelo econômico até hoje subordinado aos interesses do capital financeiro globalizado, e que sufocam os países emergentes como o nosso.

O Presidente Lula já se manifestou perante os órgãos e as Agências Internacionais, que é necessário compreender que a retomada do crescimento, da inclusão social, são os elementos chaves de afirmação de um Projeto de Nação. E um Comitê desta natureza, é um Comitê que aponta para esta coesão social e política interna capaz de dar sustentação para esta transição, colocando na agenda, a questão do combate ao analfabetismo, seja o analfabetismo funcional, seja o analfabetismo mascarado por um sistema de ensino que ainda é deficiente, embora universalizado na questão do ingresso na educação básica nacional e que nós temos que colocar em um outro patamar qualitativo, num outro patamar civilizador. Portanto, a Assembléia Legislativa do Estado quando se incorpora a esse movimento de forma cidadã, de forma altamente politizada, mas não partidária, dá uma demonstração formal de que em última instância, a Nação brasileira está compreendendo quais são os eixos fundamentais que devem presidir a construção desse Projeto de Nação.

O MEC tem três prioridades fundamentais, que serão rigorosamente cumpridas: Primeira: a conjugação da luta contra o analfabetismo com a inclusão social. Para isso nós vamos conectar os Programas de Alfabetização com o Programa Bolsa-Família, com os Programas de geração de emprego e renda, com os Projetos, portanto, que fazem a passagem da capacidade de ler e escrever para a inclusão no trabalho e no emprego. Por isso, inclusive, nós estamos fundindo o EJA na Secretaria, que vai combater o analfabetismo no País. Portanto, isso vai ser tomado como uma totalidade, no que se refere à inclusão e a afirmação da cidadania.

A segunda prioridade do MEC é o Fundeb, a constituição de um Fundo que inicia a mudança do perfil dos gastos públicos brasileiros. O Fundeb será um Fundef ampliado, reforçado e qualificado, para tratar não mais somente do Ensino Fundamental, mas do Ensino Básico e colocando o Ensino Básico como este vetor que dá a capacidade de agregação, de coesão social para a formação de um espírito federativo e de um espírito cidadão capaz de dar sustentação à Nação.

A terceira prioridade é a Reforma da Universidade. Quem é contra a Reforma da Universidade, é a favor da privatização do ensino, que é o que vem ocorrendo no País nos últimos 30 anos. E quero

deixar bem clara esta visão: hoje há uma frente da extrema direita e de setores que se dizem de esquerda, unificados contra a Reforma, que privilegia a hegemonia do ensino privado no Brasil. O Governo não vai se render a essa visão e vai promover a Reforma da Universidade para prestigiar e afirmar a Universidade Pública Brasileira.

Não é estranho nos momentos de mudanças, de transformações e de afirmação de um Projeto Nacional, de uma aliança de uma suposta extrema esquerda, como uma extrema direita que defende, na verdade, a manutenção do status quo sem Reforma, para afirmar esse modelo que tem 77% de vagas privadas aqui no Brasil.<sup>1</sup>

A palavra foi passada para a Sra. Sofia Lerche que saudou a todos e deu início a sua participação fazendo um registro sobre a importância do dia 25 de março para o Estado, pois nesta data é celebrada libertação dos escravos no Ceará, quatro anos antes do restante do País. E ressaltou:

Hoje estamos falando da segunda abolição do Ceará. No ano passado, aqui nesta Assembléia, nesta mesma data e no Centro de Convenções, lançamos um grande Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, e hoje nos associamos, ao mesmo tempo em que discutimos a possibilidade concreta e real da alfabetização de todos aqueles que foram privados desse elemento fundamental de cidadania, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará institui o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar.

Isso significa dizer que nós estamos trabalhando conjuntamente, de uma forma compartilhada e cidadã, a questão do analfabetismo, onde ele atinge um maior contingente de pessoas: na escola, naquelas crianças que têm o acesso mas ainda não sabem ler, e ao mesmo tempo daqueles que foram privados, e que alfabetizados, hoje terão a possibilidade concreta, inclusive, de acompanhar as crianças que estão na escola e dessa forma dar um tipo de atendimento que a família de classe média costuma dar e que faz uma enorme diferença na alfabetização das crianças.

Portanto, hoje é um dia histórico para o Ceará, e nós do Governo do Estado nos congratulamos com a iniciativa, emprestamos todo o apoio a ela, estamos dispostos a prestar toda a colaboração que seja necessária.<sup>2</sup>

O Deputado Ivo Gomes iniciou sua participação no debate saudando a todos e dizendo:

É consenso que um sistema público de educação constitui-se em ferramenta imprescindível para que qualquer Nação seja verdadeiramente justa, livre e democrática. Esse consenso fez com que alguns passos importantes fossem dados no Brasil e no Ceará nos últimos anos. É conquista nossa a oferta de vagas a praticamente todas as crianças de 7 a 14 anos no Ensino Fundamental, embora saibamos que este fato não implique necessariamente que todas elas permaneçam nos bancos escolares até o final do ano letivo. Uma outra grande conquista da última década foi a instituição de uma fonte estável de financiamento para o Ensino Fundamental, através da criação do Fundef. Só este ano, no Ceará, serão gastos pelos Governos Municipal e Estadual algo em torno de 1 bilhão de reais. Embora esteja aquém do ideal, este é o maior valor já gasto em educação pública, no Ceará, em todos os tempos. A mais importante consequência de cada conquista de uma dada sociedade, em qualquer lugar, em qualquer tempo, é o surgimento da necessidade de outras conquistas mais. Tem sido esse o motor do progresso dos povos ao longo da história. Desde sempre. Na área da educação pública, as últimas conquistas se transformaram em base para a formação de um outro forte consenso: a qualidade dos serviços prestados pelas escolas públicas brasileiras e cearenses precisa melhorar e melhorar muito. É intrigante o fato do rendimento dos alunos nas escolas públicas, ao longo dos últimos anos, evoluir na inversa proporção do aumento de gasto público no setor. Algo está muito errado.<sup>3</sup>

O Sr. Deputado Ivo Gomes continuou sua exposição relatando que:

A guerra contra o analfabetismo de crianças ou o analfabetismo Escolar, não pode e nem deve apontar o dedo no rosto de ninguém, atribuindo a quem quer que seja a culpa ou responsabilidade

<sup>1</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Assunto: Instalação do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará / Dia 25/03/2004. P. 05

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

por esse estado de coisas. Ao contrário, precisa unir todas as pessoas e instituições que podem, de maneira direta ou indireta, ajudar no bom combate. Nenhuma batalha jamais foi vencida com tropas desagregadas e dividida; Nenhuma guerra jamais foi vitoriosa com vaidades ou sem desprendimento.<sup>4</sup>

O Deputado Ivo Gomes disse ainda que a Assembléia Legislativa do Ceará, o Unicef e a Undime-CE estavam convocados, juntamente com todos os presentes, para lutar contra o analfabetismo. Continuou afirmando:

Durante os próximos nove meses o Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar vai conduzir o mais completo e profundo diagnóstico sobre a qualidade do ensino ministrado em Escolas Públicas em toda história do Ceará. E como falei, não fará isso para responsabilizar quem quer que seja. Fará isso para, a partir desse diagnóstico, produzir informações confiáveis e deflagrar um grande movimento de mobilização social com o objetivo de discutir causas, conseqüências e acima de tudo, propor medidas concretas e exeqüíveis, para que no mais breve espaço de tempo possível o Ceará possa eliminar de uma vez por todas o analfabetismo dentro de nossas Escolas Públicas e preparar a criançada cearense para ingressar no maravilhoso mundo do conhecimento.

Objetivamente pretende este Comitê, que será composto por 5 Parlamentares, representantes de todas as Universidades Públicas do Ceará e a Unifor, que também desempenhará a grave responsabilidade de conduzir o diagnóstico que vai ser feito com 20 mil crianças espalhadas por todo o Ceará, Capital e Interior, no próximo mês de novembro, divulgar um relatório completo sobre o problema e passá-lo às mãos dos futuros gestores municipais eleitos no pleito deste ano, ao Governo do Estado e a sociedade cearense.<sup>5</sup>

O Presidente Deputado Marcos Cals fez uso da palavra para anunciar os Deputados que fizeram parte do Comitê: Ivo Gomes, Artur Bruno, Pedro Uchoa, Agenor Neto, e Caetano Guedes .

O Sr. Patrício Fuentes<sup>6</sup> iniciou sua participação saudando a todos. Disse ser este um momento de muita alegria e ressaltou que o UNICEF realiza um programa na área de Educação chamado Educação para a inclusão.

E me parece que justamente o tema da “Qualidade da Educação,” o Brasil tem mais que concentrar esforços nos próximos anos. Parece-me que o tema do Analfabetismo Infantil, que é o objetivo específico e preciso deste Projeto, disse a relação com três pontos fundamentais da criança. Primeiro, a inclusão social. Obviamente que a pessoa que não tem nível educacional satisfatório, não tem mais nada a fazer nesse mundo atual; Segundo, me parece que politicamente é importante termos um eleitorado mais refinado, mais consciente e mais capaz de decidir sobre os destinos do Ceará e do Brasil. E em terceiro, me parece que economicamente qualquer País precisa de, numa hora, qualificar. Mas fica sempre com o primeiro objetivo: A inclusão social.<sup>7</sup>

O Sr. Artur Pinheiro<sup>17</sup> saudou a todos e fez uma breve participação dizendo:

Nós estamos na ponta, combatendo o analfabetismo adulto, é necessário fazê-lo, mas temos que fechar a torneira do analfabetismo. Temos que acabar com essa vergonha, que é termos “analfabetos na sala de aula”.

Então, o compromisso, Deputado Marcos Cals, que esta assinatura é também global, os Municípios estarão assumindo, os professores em nossas salas de aula.

Antes nós discutimos aqui, como trazer todos os alunos para a escola. E trouxemos os alunos para a escola. Agora estamos discutindo a qualidade da Educação. Isso é um orgulho para todos nós professores, para todos nós educadores, para os nossos secretários e para os nossos Municípios.<sup>8</sup>

O Deputado Fernando Hugo iniciou sua participação dizendo:

Senhor Presidente, inequivocamente o povo cearense tem nessa sua história, escrito de forma dura, com letras douradas, e um sentido até paradoxal, mas uma coisa é a bravura, o destemor, a garra, a antecipação dos fatos que fazem com que esse povo cearense, duramente inserido e vivido no Semi-á-

<sup>4</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Assunto: Instalação do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará / Dia 25/03/2004. P. 05

<sup>5</sup> Patrício Fuentes, Coordenador do Unicef no Ceará e no Rio Grande do Norte.

<sup>6</sup> Artur Pinheiro, Presidente da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação-CE)

<sup>7</sup> Idem.

rido do Nordeste, uma das regiões mais pobres do mundo, seja respeitado por aí fora. O Parlamento cearense hoje, inequivocamente, posta-se de armas e bagagens numa empreitada que se iniciou há tempos atrás. Tenho apenas meio século de vida, mas desde criança já ouvia falar seqüencialmente de que se devia, a cada dia em que o sol iluminasse o Ceará e o Brasil como um todo, erradicar o analfabetismo, mas que esta ação do nosso Parlamento institucionalizada e instituída hoje, ela traz a mostra viva da bravura desta Casa e o passo primeiro a ser dado por um Parlamento no naipe, na forma e no viés que se encaminha aqui.<sup>9</sup>

O Deputado Zemaria Pimenta fez o seguinte questionamento:

Então eu gostaria de perguntar o seguinte: será que os nossos professores não querem ensinar, com os conhecimentos que adquiriram com esses estudos até a Pós-Graduação, Doutorado, Mestrado ou será que os nossos alunos não querem aprender? Porque simplesmente se levantava uma questão de que se qualificassem os nossos professores, automaticamente nós teríamos uma melhor qualidade de ensino e uma melhor aprendizagem. Então é necessário que esta pergunta que eu faço para o Curso de Agronomia, seja feita também para os Professores do Ensino Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Secundário, aqui no Estado do Ceará.<sup>10</sup>

O Deputado Moésio Loiola fez uma abordagem sobre a educação no Ceará, dizendo:

Eu acho que temos que se discutir também é sobre a auto-estima, o emprego gerado, a perspectiva do amanhã. Porque aluno chega até aquele determinado gargalho da garrafa, e quando chega ali, aberta, e ele não passa mais, por quê? Porque o cursinho é caro; a competição daqui é ingrata.

Nós temos uma "privatização" entre aspas, porque o gargalo, para quem quer chegar, vai se estreitando e ele não passa realmente. Hoje, a competição da Escola Pública com a Escola Privada é no mínimo ingrata.

Então, o Ministério da Educação vai passar exatamente por uma questão chamada auto-estima. Porque hoje nós temos a dedicação do professor, do técnico, do abnegado, do dedicado, mas nós temos hoje também, talvez uma disfunção e eliminação de uma coisa chamada cultura regional. Hoje a integração dos meios de comunicação, através da antena parabólica, da cultura da Cidade de São Paulo, direto para a Comunidade de Ubajara, Tianguá, tem até desmistificado uma série de coisas do aprendizado e talvez do amor do homem a sua própria terra e a sua comunidade. Então, vamos ter que conviver com uma nova realidade, o real, sem sombra de dúvida, mesmo porque esta Mesa só tem gente da melhor qualidade e condição.

Então, ou se engrandece este aluno, trabalhando a sua auto-estima, com perspectiva aberta ou não haverá melhora. Eu vejo como algumas Prefeituras poderiam fazer isso, através de concursos, contratações com aquela mão de obra para o aluno que realmente poderia aprender.<sup>11</sup>

O Deputado Moésio Loiola finalizou ressaltando:

Eu acho que a Escola Pública, tirando os professores, o coração e a convicção, está atravessando uma série de coisas de atravessadores, [...] e a gente tem que visar é ao aluno, é o amor próprio do aluno; a auto-estima do aluno, e se não passar por isso, não adianta, porque vai ficar realmente na mesmice que está aí.

A instalação do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará, objetivando um estudo mais aprofundado e um trabalho de forma compartilhada para a solução do problema, constitui-se em mais uma das importantes iniciativas da Assembléia Legislativa do Ceará em prol da inclusão social e da valorização da cidadania.

<sup>9</sup>Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Assunto: Instalação do Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar no Ceará / Dia 25/03/2004.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

# ANÁLISE SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Autor do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB)  
Palestrante convidado: Prof. Francisco Celso Frederico<sup>1</sup>  
Data: 29/03/2004

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 29 de março de 2004, realizou Seminário 1964 – Reflexões e Análise Sobre A Conjuntura Política, Econômica e Social, quando houve a palestra do Professor Francisco Celso Frederico. Dedicando-se justamente à abordagem do tema acima citado, o evento contou ainda com a presença da Dra. Rosimeire Brasileiro, representando a Procuradora Geral de Justiça do Estado do Ceará, a Dra. Socorro França, com o Professor Francisco Moreira Ribeiro, coordenador do Curso de Ciências Políticas da UNIFOR (Universidade de Fortaleza), e o com Dr. Eudoro Santana, superintendente do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Presentes ainda os Deputados Nelson Martins(PT) e Artur Bruno (PT).



A programação do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social”, uma realização da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, teve início no dia 23 de março de 2004, com a exibição de filmes e com uma exposição de imagens dos anos 60, contendo fotos, jornais e documentos diversos.

O debate teve início com as boas vindas dadas pelo presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Marcos Cals(PSDB), que ressaltou a presença de professores e também ex-companheiros Deputados, além dos jovens que se fizeram presentes no evento. Ao se dirigir ao professor Celso Frederico, explicou que este seminário se diferenciava dos demais que a Assembléia Legislativa vem promovendo, pois palestrantes e debatedores participaram do Movimento de 1964. E ressaltou: “Portanto, jovens cearenses, aproveitem essa oportunidade que o Poder Legislativo Estadual está oferecendo à nossa sociedade”.<sup>2</sup>

O professor Celso Frederico iniciou sua palestra agradecendo ao convite, e demonstrando a sua satisfação em encontrar uma platéia tão diversificada, com um público heterogêneo, composto de estudantes, jovens, políticos já experientes e também professores universitários. Relatou ainda que o Movimento de 1964 significou uma ruptura profunda na vida política brasileira, e nesse momento de ruptura os novos Governantes procuram justificar suas ações, e costumam fazer isso sempre desqualificando o que veio antes. Ressaltou ainda:

Os novos Governantes procuraram apagar todo o passado e dizer que o que havia antigamente era apenas anarquia, bagunça e subversão. E principalmente no campo da política, havia o chamado

<sup>1</sup> O Professor Francisco Celso Frederico, formado em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP), onde concluiu o mestrado em Sociologia Urbana. Possui livre docência em Sociologia, também pela USP.

<sup>2</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P 04

<sup>3</sup> O populismo é considerado por muitos um fenômeno político típico da América Latina, principalmente a partir dos anos 1930, estando associado à industrialização, à urbanização e à dissolução das estruturas políticas oligárquicas em que o poder político encontra-se firmemente na mão de aristocracias rurais.

<sup>4</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P 04



“populismo”<sup>3</sup>, que era visto como o Diabo.<sup>4</sup>

Essa expressão “populismo” é muito genérica, já que ela inclui uma gama muito vasta de políticos com tendências diferentes. Segundo essa teoria, o Jango seria populista, como também o Getúlio Vargas, o Perón, o Jânio Quadros, o Fidel Castro, o Hitler e o Fernando Collor de Mello. Quer dizer, essa é uma expressão que recobre políticos de ideários muito diferentes. Então, a boa análise, a boa perspectiva histórica procura sempre resgatar, procura sempre enfatizar o princípio da particularidade, isto é, aquilo que é peculiar de uma situação qualquer, de um objeto estudado qualquer, aquilo que dá os traços configuradores, únicos e inconfundíveis de um processo. Portanto, a boa historiografia, a boa história é contra a generalização, isto é, é contra a diluição de um acontecimento qualquer<sup>5</sup>.

O professor Francisco Celso Frederico deu ainda o exemplo:

o golpe de 1964 está num conjunto indiferenciado de golpes militares que ocorreram no mundo. A boa historiografia também é contra o chamado “empirismo”<sup>6</sup>, isto é, a tendência de isolar o objeto estudado do conjunto do qual ele faz parte, e o exemplo desse empirismo são alguns relatos jornalísticos que isolam a ação dos militares do conjunto da sociedade, como se eles fossem peças soltas que agem por conta própria, e não em articulação política com setores nacionais e internacionais. E uma tendência moderna é estudar a história através da memória dos participantes. É muito importante, claro, resgatar a memória dos participantes da história, só que muitas vezes a história sendo feita dessa forma vira um discurso, e é um discurso ao lado de outros discursos e de outras memórias, então, fica tudo equivalente, vira um ponto de vista individual e se perde a visão do todo e se dilui, com isso, a particularidade, aquela análise concreta, de uma situação concreta. Também a boa tradição da história costuma defender a tese do presente como história.<sup>7</sup>

E explicou o que vem a ser isso:

Isso quer dizer que o passado é sempre melhor compreendido no presente, quando um ciclo histórico já se completou. Sempre o mais desenvolvido explica o menos desenvolvido, e isso vale para várias coisas, inclusive para a história. Por que? Porque no momento mais avançado do processo, aquelas pendências que estavam adormecidas, que estavam embrionadas, já mostraram as suas caras, já se explicitaram, então, fica mais fácil reconstituir o processo histórico.<sup>8</sup>

Na seqüência do debate o professor Francisco Celso Frederico, afirmou ainda que o presente explica melhor o passado, porém desta assertiva pode surgir outras interpretações:

de qual presente estamos falando? Quando falamos em 1964 estamos falando de um passado que não ficou definitivamente para trás, isto é, o que estava em jogo, em 1964, ainda não se resolveu, na história brasileira, portanto, o historiador, o pesquisador não pode olhar para o passado como se ele fosse um arqueólogo falando de uma civilização desaparecida, ao contrário, a realidade brasileira, nesses 40 anos, passou por profundas transformações, só que as coisas ainda não se resolveram.<sup>9</sup>

O professor Francisco Celso Frederico completou ainda, que o que estava em jogo em 1964, e que culminou no golpe militar, continua a ser de extrema atualidade. Para corroborar com sua afirmação citou o seguinte exemplo: “se a questão nacional ainda existe ou não; o papel do Estado no desenvolvimento; a relação entre o Estado e o mercado e principalmente as reformas estruturais, entre elas a Reforma Agrária, que foi um fator detonador da crise de 1964 e do golpe militar.”<sup>10</sup>

O professor Francisco Celso Frederico afirmou que falar dos fatos ocorridos em 1964 é falar um pouco do nosso presente. Disse ainda que estamos imersos em um ciclo histórico que não se realizou completamente, e é por isso que remexer nesse passado também é tomar partido nas querelas, nas brigas do presente. Ressaltou também que para entendermos 1964 é bom lembrar que aquela época foi um momento histórico de longo ciclo, que se iniciou com a

<sup>5</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P05

<sup>6</sup>Empirismo é a escola de Epistemologia (na filosofia ou psicologia) que defende que todo o conhecimento é o resultado das nossas experiências (ver teoria da “Tábula Rasa” de John Locke). O empirismo é um aliado próximo do materialismo (filosófico) e do positivismo, sendo oposto ao racionalismo europeu continental ou intuicionismo (intuitionism).

<sup>7</sup> Idem. P05

<sup>8</sup> Idem. P05

<sup>9</sup> Idem. P05

<sup>10</sup> Idem. P05

Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas toma o poder. E não foi por acaso, que o sucessor de Getúlio Vargas, Jango, foi derrotado em 1964. E quando se fala em Getúlio Vargas, geralmente se associa esse nome ao Estado Novo e à repressão política que se abateu sobre o País, e por isso mesmo se procura entender Getúlio Vargas como uma espécie brasileira do fascismo. Deu o exemplo da legislação do trabalho, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e mostrou que há semelhanças diretas com a “Carta de Lavoro”, de Mussolini<sup>11</sup>, então, por conta disso há uma tradição brasileira que diz que “há uma semelhança estrutural entre o fascismo<sup>12</sup> e o getulismo<sup>13</sup>”. Falou também que tudo isso se dá no contexto da crise de 1929, que permitiu o desenvolvimento do nazismo na Europa e levou à Revolução de 1930 no Brasil. Lembrou que essa crise de 1929 foi um produto do velho liberalismo, no momento em que o Estado não atuava sobre a economia e sobre a sociedade. O professor Francisco Celso Frederico afirmou que:

Então, a sociedade foi entregue às Leis impessoais do mercado, que levou o País ao caos, que levou o País a uma crise profunda, que deu lugar ao nascimento de regimes fascistas e nazistas. Acontece que o caso brasileiro tem uma certa especificidade: há alguns anos, o Professor Alfredo Bozi escreveu um livro onde ele procurou entender o ideário político da Revolução de 1930, e contrariando as várias interpretações existentes ele disse que não se tratava de fascismo, mas de um outro fenômeno. Os personagens de 1930 foram profundamente influenciados pela filosofia positivista, que era muito forte, em todo o cone sul, e através da Argentina e do Uruguai chegou ao Rio Grande do Sul, de onde vieram os revolucionários. Então, segundo Alfredo Bozi, toda a política brasileira foi, a partir daquele momento, marcada pelo ideário filosófico do positivismo. Era uma idéia filosófica comandando a história brasileira. E o que diz o positivismo? O positivismo acha que a sociedade é uma espécie de organismo e, portando, esse organismo tem partes articuladas, e cada uma dessas partes tem uma função, e nesse organismo o Estado é a cabeça, isto é, é ele quem rege e quem dá ordens ao conjunto.<sup>14</sup>

O palestrante continuou seu discurso afirmando que, após 1930, o Estado passou a se preocupar com o desenvolvimento econômico, com o planejamento da economia e criou escolas públicas gratuitas e laicas no País, e criou também os sindicatos dos trabalhadores, isto é, criou uma estrutura sindical, ligando a classe operária ao Estado, como órgão de colaboração com o Poder Central. O Governo Getúlio Vargas criou principalmente um Sistema de Proteção Social, que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Afirmou ainda que com isso a questão social deixou de ser um caso de polícia, como era antigamente, porque antigamente uma greve era um problema que se resolvia chamando a polícia. Isto é, a greve é um acontecimento da esfera privada, do Direito Privado, do Código Civil. A partir de 1930 a greve se tornou uma questão política e houve uma publicização do direito que tornou a greve uma coisa aceita, legal e tratada não mais de acordo com a legislação penal, mas de acordo com a legislação na esfera pública do Direito do Trabalho. O professor Francisco Celso Frederico disse que:

estamos perante uma mudança radical na nossa história. O antigo liberalismo tinha uma concepção formal do Direito, de que “todos os homens são iguais perante a Lei”, só que no mercado de trabalho o trabalhador não é igual ao capitalista, há uma desigualdade profunda. E Getúlio Vargas, ao criar o Direito do Trabalho, ao incorporar a questão social ao Estado, negou esse formalismo que diz que os homens são iguais, então, ele procurou proteger a parte mais fraca, que é o trabalhador, reconhecendo, portanto, que as partes do contrato não são iguais, e o Estado passou a ter uma série de medidas de intervenções na questão do trabalho, e uma delas foi o salário mínimo.<sup>15</sup>

O professor Francisco Celso Frederico seguiu afirmando que:

<sup>11</sup> Benito Amilcare Andrea Mussolini - foi jornalista e político italiano. Governou com poderes ditatoriais a Itália, entre 1922 a 1943, autodenominando-se Il Duce, que significa em italiano “o condutor”.

<sup>12</sup> O fascismo é uma doutrina totalitária de extrema-direita desenvolvida por Benito Mussolini na Itália, a partir de 1919, e durante seu governo (1922–1943 e 1943–1945). Fascismo deriva de fascio, nome de grupos políticos ou de militância que surgiram na Itália entre fins do século XIX e começo do século XX; mas também de fasces, que nos tempos do Império Romano era um símbolo dos magistrados: um machado cujo cabo era rodeado de varas, simbolizando o poder do Estado e a unidade do povo. Os fascistas italianos também ficaram conhecidos pela expressão camisas negras, em virtude do uniforme que utilizavam.

<sup>13</sup> Getulismo é o culto à personalidade do Dr. Getulio Vargas, político brasileiro, que governou o país entre 1930 a 1945, e de 1951 a 1954. O povo o cognominou de o Pai dos Pobres. Forma de agir e pensar como Getúlio Vargas

<sup>14</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P06

<sup>15</sup> Idem. P07

O salário mínimo não era mais fixado pelo jogo entre os sindicatos e o patrão, era o Governo quem dizia qual deveria ser o aumento do salário mínimo. Até hoje, quando o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) faz pesquisas sobre o padrão de vida, diz que para voltarmos a recompor o poder de compra do salário mínimo, no Brasil, que teve o seu auge em 1940, devemos aumentar o salário mínimo para mil e poucos reais. Então, isso mostra que neste País o trabalhador já ganhou muito mais. Então, com o Governo Getúlio Vargas houve uma modificação fundamental na situação da classe trabalhadora. Eu sempre me lembro de um tio bastante conservador, que repetia o que alguns jornais diziam: “que o mal do Brasil foi o salário mínimo”, e estabeleciam um salário único para os trabalhadores diferentes. Então, tínhamos o bom trabalhador e o mau trabalhador tendo um salário igual para esses trabalhadores, e isso desestimulava o bom trabalhador a trabalhar, ele perdia o estímulo. Então, o meu tio dizia que “era melhor deixar a fixação do salário nas mãos do patrão, porque assim beneficiava o bom trabalhador e punia o mau trabalhador”, como se as coisas funcionassem assim, na realidade.<sup>16</sup>

Para o palestrante, o Estado interferiu para defender a parte mais fraca. Além disso, teve a legalização das greves, a representação do trabalhador na Justiça do Trabalho e a fiscalização das fábricas, e o Estado passou a fiscalizar as condições do trabalho. Segundo ele, o importante é que essa estrutura sindical criada beneficiou os trabalhadores ligados ao sindicato, e quem não era filiado ao sindicato não tinha esses direitos, portanto, todos os órgãos sindicais pediram representação junto ao Ministério do Trabalho e passaram a ser controlados por este Ministério. O palestrante ressaltou que:

Começou ali um processo bastante complicado, e uma relação promiscua, entre o sindicalismo, o Estado e os Governos, e houve uma burocratização do sindicalismo e o chamado “peleguismo”, que são aqueles operários que chegam ao sindicato e jamais voltam para a fábrica, e passam a ficar de intermediários entre os patrões, o Governo e a classe trabalhadora que eles dizem representar. E tudo isso era mantido pelo imposto sindical, que permitia a manutenção da vida sindical, mesmo que o sindicato não tivesse representação maior e fosse apenas um sindicato de carimbo, mas recolhia o imposto sindical, e isso funcionava à revelia da categoria. É claro que com esse processo de peleguismo começou a corrupção sindical, como existe bastante, atualmente, porque os sindicatos tem dinheiro garantido, o sindicato vira uma grande burocracia e o trabalhador que chega ao sindicato jamais voltará à fábrica, e aquilo fica como um meio de vida para ele, e ele passa a circular nas elites empresariais, políticas e jornalísticas. Esse é um tema bastante atual, que tem que ser repensado. De qualquer modo, com esse modelo político montado por Getúlio Vargas, o Brasil teve um espantoso crescimento, e segundo dados oficiais, o Brasil foi o país capitalista que mais cresceu, no Século XX, e esse é um fato impressionante. O modelo montado por Getúlio Vargas incentivou a indústria do Estado a participar da economia e trouxe para este País, que era um país essencialmente agrícola e atrasado, um espantoso crescimento.<sup>17</sup>

O Professor Francisco Celso Frederico usou a expressão “modelo nacional desenvolvimentista” para caracterizar esse período que vai de 1930 a 1964, onde houve algumas modificações, e o Governo Juscelino Kubitschek<sup>18</sup> procurou abrir o Brasil para o capital estrangeiro, que já era um desenvolvimento associado, mas mesmo assim Juscelino foi contra o FMI (Fundo Monetário Internacional), já que ele não aceitou a ingerência do FMI na economia brasileira. Para o palestrante, esse modelo que trouxe um espantoso crescimento para o País entrou em crise lá pelos anos 60, no Governo Jango<sup>19</sup>, e aí, para superar a crise o Governo Jango, pressionado pelos movimentos sindicais operários, resolveu fazer as reformas estruturais no Brasil, principalmente a Reforma Agrária, e junto com isso o movimento para a estatização das companhias estrangeiras. Naquele momento, a esquerda, influenciada pela União Soviética, acreditava que estatizar era o caminho para o socialismo.

<sup>16</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P07 e 08

<sup>17</sup> Idem. P07 e 08

<sup>18</sup> Juscelino Kubitschek foi Presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Foi casado com Sarah Kubitschek.

<sup>19</sup> João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango. Vigésimo segundo presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Por duas vezes elegeu-se vice-presidente: em 1955 com Juscelino Kubitschek e em 1961 com Jânio Quadros. Com a renúncia deste, em 25 de agosto de 1961, João Goulart assumiu a presidência, inicialmente em regime parlamentarista. Em 1963, foi realizado um plebiscito, no qual se decidiu o retorno ao presidencialismo. Nesta segunda fase, desenvolveu-se séria perturbação de ordem política, que culminou com o Golpe Militar de 1964, quando foi deposto pelos militares. Exilou-se no estrangeiro, assim como a maioria de seus colaboradores. Faleceu ainda no exílio vítima de ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O palestrante adiantou que o Governo “Jango” foi um Governo de extrema polarização ideológica, que mexeu na estrutura do País e causou reações adversas. De um lado os defensores procuraram empurrar o Presidente para realizar as reformas, através de greves gerais que paralisaram o Brasil e através de grandes comícios em praças públicas, exigindo as reformas de base, e do outro lado os adversários também se mobilizaram e fizeram a famosa “Marcha da Família: com Deus, pela liberdade”. Segundo o escritor Jacob Gorender<sup>20</sup>, nesse período do pré-64 o Brasil conheceu o maior movimento de massa de sua história. Nunca o País esteve tão mobilizado, nunca houve tanta radicalização e polarização. E como falou um outro crítico: “Nunca o Brasil foi tão inteligente!”. O Brasil conheceu, nesse período, uma efervescência cultural jamais vista antes: a época da Bossa Nova; do Cinema Novo; do Teatro Novo e a construção de Brasília. Foi um momento de grandes esperanças, onde o Brasil despontou como o País do futuro, e parecia que o futuro estava chegando. O Brasil estava na vanguarda e os brasileiros se sentiam otimistas e felizes com o seu País. Veio o golpe de 1964, onde setores conservadores estavam receosos de que o Governo Jango pudesse levar o Brasil para o comunismo, através das reformas de base.

É evidente que um golpe de Estado nunca é “um raio caído de um céu azul”, e olhando um pouco para trás vamos ver que esse golpe de 1964 é a continuação de uma série de eventos, talvez começando com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954; com a tentativa de golpes em Aragarças e Jacariacanga, onde houve tentativa de golpe militar; com a renúncia do Jânio Quadros; com a luta pela posse do Governo Jango, que não queriam deixá-lo tomar posse da vice-presidência de Jânio Quadros. Então, o golpe militar estava na seqüência de uma turbulência política que vinha de longe, e ao mesmo tempo o nosso golpe também foi um momento na história da América Latina. Em seguida vieram outros golpes militares: no Uruguai, na Argentina, no Chile e em outros países, então, houve um ciclo de golpes militares na América Latina.<sup>21</sup>

O professor Francisco Celso Frederico afirmou que, com o advento do Regime Militar, aquele modelo nacional desenvolvimentista foi substituído pelo desenvolvimento associado, e uma das primeiras medidas do novo Governo foi acabar com a Lei de remessa de lucros para o estrangeiro. Seguiu-se a isso uma repressão intensa. Não se compara com a do Chile nem com a da Argentina, mas curiosamente atingiu, em primeiro lugar, não a classe operária, mas os próprios militares. Segundo o Professor Francisco Celso Frederico, o setor mais atingido pelo golpe foi o setor militar. O palestrante afirmou que o Governo manteve a estrutura sindical feita por Getúlio Vargas, mas introduziu algumas modificações, das quais a primeira foi proibir as greves, porque eram uma questão de segurança nacional, crime contra a segurança nacional a ser punido com severidade. O Governo passou a fixar totalmente o salário mínimo, impedindo a participação dos sindicatos. O palestrante afirmou que a função do sindicato, de lutar por aumentos salariais, ficou esvaziada e, portanto, o sindicato passou a ser um órgão que prestava assistência social, com advogado, médico, oftalmologista e dentista. Foi em função dessa paralisia que se deu ao movimento sindical, os setores que faziam oposição ao regime militar olharam para o passado e fizeram uma avaliação sobre o golpe militar, e a pergunta era: “Em que erramos? Por que o golpe foi possível?” E analisando as causas do golpe, pelo menos duas posições se cristalizaram:

No período do Governo João Goulart houve um desvio da Esquerda, e faltou prudência aos grupos que apoiavam o Governo João Goulart, que levaram o País a uma radicalização insustentável”, e um exemplo disso era a palavra de ordem da época: “Reforma Agrária na Lei ou na marra!”. Era uma palavra de ordem ambígua, porque “Reforma Agrária na Lei” pressupõe a luta democrática e parlamentar, e “Reforma Agrária na marra” significa invasão de terras e guerrilha rural.<sup>22</sup> Então, houve uma radicalização, o que levou a Direita a se organizar e a derrubar o Governo, e a gota d’água foi a Revolta dos Sargentos<sup>23</sup>, que quebrou a hierarquia militar, aí os militares sentiram os comandantes levados ao golpe militar<sup>24</sup>.

O professor Francisco Celso Frederico ressaltou que:

<sup>20</sup> Jacob Gorender nasceu em 20 de janeiro de 1923, em Salvador, onde viveu sua infância nos cortiços habitados pela comunidade pobre daquela cidade. Em 1941, matriculou-se na Faculdade de Direito de Salvador, onde se manteve até 1943. Autor de dois clássicos da historiografia brasileira, O Escravismo Colonial e Combate nas Trevas.

<sup>21</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004P. 09

<sup>22</sup> Idem. P10

<sup>23</sup> Revolta dos Sargentos - Rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais, sobretudo da Aeronáutica e da Marinha, em 12 de setembro de 1963, em Brasília, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, conforme previa a Constituição de 1946.

<sup>24</sup> Idem. P10

Naquele momento a classe média abandonou o Governo João Goulart, através da “Marcha da Família com Deus, pela liberdade”, o Governo ficou isolado e foi derrotado. Portanto, quem pensava assim procurou, a partir de 1964, retomar a política de alianças e somar todos aqueles que eram contra o Governo, numa grande frente comum, para isolar, politicamente, e derrotar o regime militar. Essa posição levou, no plano político, ao fortalecimento do Partido legal, na época, que era o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e depois o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e também levou a uma tentativa de rearticular a vida sindical, atuando dentro dos sindicatos oficiais controlados pelo regime militar. Era uma luta surda, de ocupar posições dentro do aparelho sindical. Mas do outro lado havia uma interpretação diferente, que via o golpe militar como algo inevitável, então, o erro do Governo João Goulart e de toda a esquerda foi um desvio de direita, e ao invés de preparar os setores populares para um confronto e para um golpe militar que seria inevitável, se pautou por uma política de alianças, depositando esperanças na burguesia nacional, que era nacionalista e progressista, mas na verdade já estava associada ao capital estrangeiro e não estava preocupada efetivamente com as reformas estruturais.<sup>25</sup>

O professor Francisco Celso Frederico observou que naquele momento a perspectiva que se abria não era mais isolar e derrotar o regime militar, mas derrubá-lo pela força, e não pela luta parlamentar. Ressaltou ainda que esse setor pregou voto nulo nas eleições e uma ação no meio sindical, paralela à estrutura sindical, isto é, criou comissões de fábrica e não participar dos sindicatos oficiais. Nos anos 1967/1968, este setor radicalizado ganhou a hegemonia da Oposição e desenvolveu uma política de confronto, uma tensão máxima, através de passeatas que procuravam confrontar diretamente o Poder estabelecido. Foi o momento de grande voluntarismo político, que se explica também pela situação internacional. Naquele época tivemos a Guerra do Vietnã e um dos povos mais pobres do mundo derrotou o exército mais poderoso do mundo: o exército americano, que mostrava que com vontade política se enfrentava qualquer dificuldade, e vencia. Foi o momento, em 1968 que na França, os estudantes quase derrubaram o Governo De Gaulle, que era um Governo estável e forte. Foi um momento marcado pela emoção, com a morte de Che Guevara<sup>26</sup>, na Bolívia, e com uma revolução cultural na China. Foi um momento de grande voluntarismo político, onde a vontade estava acima da razão. A radicalização política levou ao golpe militar, e dentro do golpe militar houve o AI-5<sup>27</sup> (Ato Institucional Nº 5), que praticamente fechou as portas de qualquer participação política legal. Era o que os setores radicalizados também queriam, e naquele momento sobrava como alternativa de luta apenas a guerrilha, e essa guerrilha ainda radicalizou e esquentou mais o clima político da época. Não houve propriamente uma guerrilha no Brasil, houve ações armadas: assaltos a bancos, roubos de armas, seqüestro de embaixadores, e de qualquer forma isso levou a uma polarização e trouxe como resposta uma radicalização tremenda, que deu uma sobrevida enorme ao regime militar, um pretexto para continuar no Poder.

O professor Francisco Celso Frederico falou sobre a conjuntura dos anos negros, dos anos de chumbo da repressão. Começou lentamente a se desanuviar a partir de 1973/1974, quando o Brasil conheceu um crescimento chamado “Milagre Econômico Brasileiro<sup>28</sup>”, mas a partir daí, com a crise do petróleo, o País entrou numa fase de crise econômica, e nenhum Governo se sustenta muito tempo quando as coisas vão mal na economia, e por isso mesmo, em 1974 a Oposição ganhou as eleições no País inteiro, com uma vitória espetacular do MDB. Com a guerrilha derrotada, a esquerda se rearticulou e procurou de novo repensar os caminhos para o futuro. Novamente as duas posições que vieram no pós-64 se repuseram, e os que defendiam a prudência e a política de alianças propuseram uma frente democrática contra a Ditadura. Em seguida o palestrante afirmou:

Todo mundo que era contra devia se juntar e apoiar o Partido legal, o MDB e o PMDB, e lutar pela Constituinte, e também lutamos pela anistia dos presos políticos”. No campo sindical essa corrente procurou inserir um movimento operário nessa frente democrática, então, o movimento operário

<sup>25</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P10

<sup>26</sup> Ernesto “Che” Guevara de la Serna, mais conhecido por Che Guevara ou El Che Nasceu em Rosário na Argentina 14 de Maio de 1928 e morto em La Higuera, Bolívia, 9 de Outubro de 1967) foi um dos mais famosos revolucionários marxistas da História.

<sup>27</sup> Foi decretado pelo Presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. O Ato Institucional Número Cinco, ou AI-5, foi um instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos, como o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional.

<sup>28</sup> O milagre econômico é a denominação dada à época de exponencial crescimento econômico durante a ditadura militar, ou anos de chumbo.



sindical era parte de uma coisa maior e, portanto, procurou atuar sempre, preferencialmente, dentro da estrutura sindical, para revitalizá-la. Foi daí que saiu um movimento chamado “Unidade Sindical”, saiu a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e depois a Força Sindical, e todo um movimento histórico começou nesse momento. Por outro lado, os que criticavam a política de alianças do pré-64 se posicionaram contra a frente democrática, dizendo que o movimento popular não devia ir a reboque de ninguém, mas devia criar uma alternativa própria, e foi por isso que esse setor se manifestou contra o MDB, contra a proposta da Constituinte, em 1976, e privilegiou a atuação das oposições sindicais que se organizaram em comissões de fábricas, fora da estrutura sindical. Então, contra as concepções antigas um novo sindicalismo pregou o fim do atrelamento do sindicato ao Estado do monopólio legal de representação outorgada pelo Estado, isto é, contra a unicidade sindical, contra o sindicato único por categoria, ou seja, cada categoria podia ter vários sindicatos, de acordo com a sua coloração ideológica.<sup>29</sup>

O professor Francisco Celso Frederico adiantou que a herança de Getúlio Vargas começou a sofrer uma corrosão, uma crítica por parte não só da antiga direita, mas da nova esquerda. Disse ainda que:

Indo um pouco para frente, essa herança que Getúlio Vargas legou ao País passou a ser contestada abertamente, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que no seu discurso de despedida, no Senado, disse que o Governo dele ia marcar o fim da “Era Vargas<sup>30</sup>”, então, ele entrou realmente disposto a varrer o passado e a sepultar a herança que Getúlio Vargas deixou no País. Percebeu-se aí, uma estranha confluência entre essa nova proposta dele e o PT, e aí há uma ponte de similitudes bastante clara. O Governo Fernando Henrique Cardoso iniciou um processo de privatização das companhias estatais, tentou fazer uma Reforma da Previdência, que não foi para frente, e deixou a economia brasileira tutelada pelo FMI. Houve a reversão em toda a política feita na Era Vargas, que vai de 1930 a 1964, onde o Estado tinha uma presença dominante na economia, e agora o Estado se recolheu, não que ele tenha perdido sua função, porque o Estado ainda estava presente na cotação do dólar, na política monetária, porém, ele mudou totalmente a sua feição, e houve um encolhimento do Estado, como empregava o ideário neoliberal.<sup>31</sup>

Com relação ao Governo Lula, salientou que o viu com grandes esperanças, mas, curiosamente, ele também se propôs a um ajuste de contas com a Era Vargas. Ressaltou:

Eu queria até estar enganado, mas me parece que esse Governo está retomando e exasperando toda a política do Fernando Henrique Cardoso. Parece que o neoliberalismo<sup>32</sup> está recebendo um novo impulso, e com isso a idéia, aquilo que marcou a Era Vargas, pela criação de um destino nacional, isto é, a política como ação, que se volta para o Estado, que se volta para criar um destino para este País, foi posta de lado, e agora a política é administração, é contabilidade, a política virou um mecanismo para gerenciar uma sociedade em crise, portanto, é o máximo de pragmatismo e o mínimo de invenção. O Governo, como vocês sabem, está fazendo uma série de projetos de reformas para o País, e a primeira foi a Reforma da Previdência, onde o Estado recua para dar lugar para o mercado, isto é, para os fundos privados de previdência complementar, que é um rico filão para a acumulação de capital e para o sistema bancário.<sup>33</sup>

Está em pauta a Reforma Universitária, que começou com a gestão do Cristóvam Buarque e continua agora com o Tarso Genro, e ninguém sabe que coisa é essa, e todos os professores estão bastante preocupados com o que vem pela frente, num momento em que a escola pública e gratuita, que foi tão importante no Brasil, na Era Vargas, que criou igualdade de oportunidade para todos, e tivemos uma grande escola pública, que começava no primário e ia até o final

<sup>29</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P12

<sup>30</sup> A Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil (de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954). Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, por causa das inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

<sup>31</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P12

<sup>32</sup> Neoliberalismo é o termo ao qual se referem políticas liberais adotadas por governos nacionais desde fins do século XX, inspiradas no liberalismo clássico.

<sup>33</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P13

da universidade, e que formou e revelou grandes pensadores, grandes cientistas, nas classes populares.<sup>34</sup>

O professor Francisco Celso Frederico exemplificou Florestan Fernandes<sup>35</sup>, grande sociólogo, que já foi Deputado Federal, teve sua formação em escola pública, pois era filho de lavadeira e foi engraxate na sua infância. Disse ainda:

Então, todos estamos preocupadíssimos com os caminhos da Reforma Universitária. E na seqüência vamos ter uma Reforma Sindical, que também ninguém sabe como é que vai ser. Parece que a idéia geral é fortalecer a burocracia sindical, as centrais sindicais, e esvaziar o papel dos sindicatos. Para quem defendia o basismo, até uns anos atrás, é uma mudança de posição bastante extravagante. E os direitos trabalhistas estão correndo perigo, porque toda aquela rede de proteção montada na Era Vargas está ameaçada, como o 13º salário e as férias remuneradas, que sempre foram coisas bastante discutíveis para os liberais antigos. Por que um 13º salário, se o ano tem 12 meses? Essa era a questão. Por que introduzir essa deformação nas relações contratuais entre o trabalhador e o patrão? Então, olhando para trás, e também para o presente, podemos constatar que em 1964 teve uma interrupção naquele projeto de desenvolvimento nacional, não só no Brasil, mas foi uma coisa que pegou toda a América Latina, principalmente a Argentina. A Argentina é um caso único, de regressão econômica. Em 1914 a Argentina tinha um Produto Interno Bruto (PIB) maior que o da França, e a Argentina tinha tudo para ser uma grande potência mundial. E o que aconteceu, naquele País, que ele regrediu? É fantástico! A Argentina é um fracasso monumental, é um tango da melhor qualidade, é uma tragédia social tremenda, é um País que caminhou para trás. Mas é difícil entendermos todas essas modificações na economia.<sup>36</sup>

O professor Francisco Celso Frederico adiantou ainda que o subdesenvolvimento é o resultado elaborado e cuidadoso de longos séculos de políticas públicas. Pois para ele o subdesenvolvimento não pode ser improvisado. E salientou em seguida:

Não é fácil, o subdesenvolvimento é preciso muita elaboração teórica, muita vontade política, para criar o subdesenvolvimento. Então, esse Brasil subdesenvolvido teve uma possibilidade de dar um salto à frente, em 1964, mas a nossa burguesia nacional de fato morreu de medo da inclusão social, da Reforma Agrária, da democratização e da participação popular generalizada, e escolheu o papel subalterno de sócia menor das corporações internacionais.<sup>37</sup>

O professor Francisco Celso Frederico observou que, com a Terceira Revolução Industrial, surgiu a informática, e com ela um novo mundo aumentando brutalmente a diferença entre os países desenvolvidos e os países atrasados. Ressaltou ainda que no Brasil, temos um setor industrial, uma agricultura organizada, porém, hoje a essência da riqueza está ligada às invenções tecnológicas e às patentes. O professor Francisco Celso Frederico disse ainda que:

Então, o grande desafio de hoje, para os jovens que vão entrar na vida civil, que vão participar das decisões, e principalmente para os Deputados aqui presentes, é encontrar, nesse momento de turbulência, de dificuldade, um caminho para esse País sair da crise social profunda na qual estamos mergulhados.<sup>38</sup>

A palavra foi retomada pelo Presidente, Deputado Marcos Cals (PSDB), que anunciou a palavra do primeiro debatedor, Dr. Eudoro Santana<sup>39</sup>, diretor do DNOCS.

O Dr. Eudoro Santana iniciou saudando a todos. Falou sobre sua felicidade por participar desde evento articulado pela Associação 64/68 Anistia. Ressaltou ainda que o Inesp prestou um grande serviço a esta Casa, durante a Constituinte, e depois foi esquecido, sendo o próprio Eudoro Santana que teve a oportunidade de reativá-lo, como seu

<sup>39</sup> Ex-deputado Estadual do Ceará, diretor do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

<sup>34</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P13.

<sup>35</sup> Florestan Fernandes - Era vendedor de produtos farmacêuticos quando, aos 18 anos, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1947, formando-se em Ciências Sociais. Doutou-se em 1951 e foi assistente catedrático, livre docente e professor titular na cadeira de Sociologia.

<sup>36</sup> Idem. P13

<sup>37</sup> Idem P14

<sup>38</sup> Idem P14

primeiro presidente depois do período da Constituinte. Disse ainda:

Então, eu digo que o golpe militar de 1964 foi um golpe planejado, foi um golpe preparado, que teve a inspiração, a ajuda econômica e todo o apoio dos Estados Unidos. E não foi uma coisa apenas no Brasil, foi o resultado de uma intervenção dos Estados Unidos na América Latina, porque não tivemos Ditadura só no Brasil, tivemos a Ditadura quase em todos os países da América Latina. E há razões para essa preocupação de chegar a esse nível de intervenção americana, em razão exatamente do crescimento, no mundo, desse desejo de construir uma nova sociedade mais justa, mais fraterna. Não vamos analisar aqui a experiência da União Soviética, do chamado socialismo real, que fracassou, mas na verdade com a América Latina tendo culpa, naquela época, como a semente da construção de uma nova sociedade, de uma luta pela implantação do socialismo.<sup>40</sup>

O Dr. Eudoro falou sobre a situação que preocupava as elites dominantes do sistema capitalista mundial, pois naquela época a guerra fria, a luta contra o comunismo ainda não tinha conseguido grandes vitórias. Havia uma preocupação com o crescimento do movimento operário camponês, e também com a participação do movimento estudantil nas decisões políticas das nações. O Brasil, na América Latina, e na América do Sul, com a liderança da UNE (União Nacional dos Estudantes), despontou no mundo como um país onde a juventude tinha um grande papel e estava exercendo uma pressão na luta contra a corrupção e a dependência americana. Houve um crescimento da força estudantil, que foi um dos grandes responsáveis pelo golpe militar de 1964. A juventude teve importante papel e o desejo de transformar. O movimento estudantil não tinha ligações, era muito mais livre, e lançou o Movimento Operário Camponês Estudantil, mostrando que, para construir um processo de transformação, no Brasil, teria que ter essa unidade.

Falou ainda que naquela época a igreja teve um papel importante, em razão da visão revolucionária do Papa João XXIII, que abriu a igreja católica para o ecumenismo, que é o respeito a todas as ideologias e a todas as visões de fé, de Deus. Houve uma abertura da igreja, que deu a oportunidade para que a teologia retomasse as origens do cristianismo, e foram dados os primeiros passos da Teologia da Libertação, e com isso a igreja chegou à conclusão de que não podia mais continuar com a idéia de se preocupar em salvar as almas, mas salvar os homens que vivem no mundo, nas cidades. Surgiu a ação católica como uma ação da igreja, voltada para o social, para os organismos sociais.

Ressaltou o papel da igreja em toda a sua história, sempre serviu de sustentação para os embates sociais, possuindo uma visão conciliadora, passou a ter uma posição de vanguarda, naquela época. Havia em todas as categorias o movimento do povo brasileiro, no desejo de construir uma nova realidade para o País.

O Dr. Eudoro Santana ressaltou ainda a preocupação internacional, com o crescimento da Petrobrás, e disse ser por isso, que ela tem sido perseguida para que seja privatizada, hoje parte das ações já foram privatizadas.

Observou que na área dos recursos humanos o País avançou muito. Disse ainda que hoje o mundo todo se preocupa com o meio ambiente, com o problema da desertificação. Finalizou desta forma seu discurso, passando a palavra para o professor Francisco Moreira Ribeiro.

O Professor Francisco Moreira (Unifor) saudou e iniciou afirmando que:

O Nordeste, por exemplo, teve uma participação fundamental nesse processo, principalmente se levarmos em conta o surgimento da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, cuja criação, pelo economista Celso Furtado, provocou uma reação muito forte, por parte da elite nordestina.

Muita gente pode até não fazer essa ligação com esse processo, mas a Sudene foi tão atacada por essa elite nordestina, que viu, nos moldes que ela foi proposta por Celso Furtado, que ela era uma ameaça ao processo de dominação existente na região, como também fora da região. Por exemplo: em uma pesquisa que fiz encontrei grandes articulistas, principalmente da Revista O Cruzeiro, que era a revista da família brasileira, naquela época, e que tinha uma influência enorme, em termo de opinião nacional, atacando a Sudene, chamando a Sudene de “coito de comunistas”, como sendo um centro irradiador do comunismo, e o Celso Furtado seria o seu chefe. Nesse sentido também é bom ver o papel que os camponeses nordestinos tiveram na luta, nesse momento, principalmente a partir das ligas camponesas, que tinham uma influência muito grande nos Estados, principalmente nos Estados de Pernambuco e da Paraíba; tinham pouca influência no Rio Grande do Norte e tinham uma presença quase inexistente no Estado do Ceará.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P16

<sup>41</sup> Idem. P16

O Professor Moreira falou ainda que as ligas camponesas não tiveram importância, que este papel foi coberto pelo Partido Comunista e pela igreja. Ressaltou que esta desempenhou um papel importante na construção dos sindicatos rurais. E outro ponto importante, foi a idéia de que o golpe militar teria sido quase uma contingência do processo de “esquerdização”, ou de radicalização da esquerda no Brasil.

O Professor Moreira falou sobre o processo de polarização e de radicalização política que se deu em nível nacional, e que o Nordeste teve uma participação significativa inclusive na questão dos estudantes. O presidente da Casa, passou a palavra para o primeiro inscrito para o debate, o Senhor Mário Albuquerque, da Associação 64/68 Anistia.

O Sr. Mário Albuquerque (Associação 64/68 Anistia) saudou a todos e iniciou seu discurso falando sobre a Associação 64/68 Anistia, explicando que a mesma reúne os anistiados políticos do Estado do Ceará, e trabalha tanto na parte jurídica, na defesa dos direitos dos anistiados, como também na parte da memória. E disse:

Foi muito falado aqui, pelos companheiros Eudoro Santana e Francisco Moreira, sobre a questão do papel dos Estados Unidos no golpe, também chamado “golpe militar”. Então, Professor Celso Frederico, peço que o senhor fale sobre isso, porque parece que a elite brasileira, que a burguesia brasileira, que a classe empresarial brasileira ficou um pouco secundarizada nisso. Então, senti os próprios militares reclamando desse termo “golpe militar”, como isentando a área civil desse golpe.<sup>42</sup>

O Professor Celso Frederico, que retomou dizendo:

A pergunta foi sobre o papel dos Estados Unidos no golpe militar. Quer dizer, o golpe foi militar, e a elite brasileira não participou do golpe? Quanto ao papel da Escola Superior de Guerra. É evidente que os acontecimentos políticos concentram e condensam muitas tendências e posições, têm várias ramificações. E só para dar um outro exemplo, me lembro que por volta de 1973, 1974, quando começou a reavivar o movimento operário, percebi uma coisa curiosa: aqueles grupos de oposição sindical não agiam mais isolados, isto é, houve uma internalização do movimento operário, e cada peça que se mexia no tabuleiro tinha conexão com o conjunto, e política é isso, ainda mais num mundo cada vez mais globalizado, as articulações são muitas, são múltiplas. Então, quando analisamos um fato político, como um golpe militar, vemos que é claro que aí havia uma ligação entre civis e militares, o capital estrangeiro e o Governo americano, e isso está cada vez mais claro. Quanto ao papel dos militares, quanto ao papel da ESG, durante muitos anos os nossos militares foram educados e preparados pelo exército americano. Havia uma escola, no Panamá, que formou toda essa gente.<sup>43</sup>

O professor Francisco Celso Frederico se explicou sobre a presença americana e disse ainda que não havia tocado neste ponto por não ser o objetivo de sua palestra.

O palestrante falou também sobre a história da mídia, sua democratização e seu espaço. Disse ainda que a democratização é o controle social da mídia. Continuou sua exposição dizendo:

E sobre as gerações de 1964 e 1968, as pessoas mudaram? É evidente que as pessoas mudam, e mudam muito, mas elas mudam porque as condições sociais mudam. Quer dizer, eu conheci o José Dirceu nas passeatas de 1967, 1968, depois ele teve toda uma participação política, no exílio, e voltou. Então, não acho que as pessoas abandonaram os seus ideais, elas estão perplexas com a situação, elas estão sentindo o tamanho da crise política e econômica do País e estão, para o meu gosto, excessivamente moderadas, e o que está faltando é um pouco de imaginação, de ousar fazer as coisas. É claro que o Governo Lula não é de todo fechado, homogêneo, e há um setor que foi lembrado aqui, que é a política internacional, que é muito importante, porque o Brasil não vai sair sozinho desse buraco, é preciso ter parceiros econômicos. E não digo que a nossa política externa continua boa, porque mesmo durante o Governo militar ela não foi uma política boa, e o Brasil teve uma participação na libertação de Angola e de Moçambique, e temos que lembrar isso. Os militares foram mais coerentes, dentro do ponto de vista conservador que eles defendiam, e temos que fazer justiça aos inimigos e aprender com eles algumas coisas. Então, voltando ao nosso tema, estamos vivendo aqui uma encruzilhada. Acho que o Brasil vai mudar e alguma coisa vai acontecer, não tenham dúvida, porque o Governo não vai se condenar ao suicídio político.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P16

<sup>43</sup> Idem. P21

<sup>43</sup> Idem. P21

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O professor Francisco Celso Frederico finalizou seu discurso dizendo que:

Em 1968, quem estava à frente da política eram os estudantes com 17 anos, com 18 anos de idade, e também quem estava na guerrilha. Na fase final da guerrilha, no caso da ALN, era a juventude de 16 anos, de 17 anos, que fazia a guerrilha. Então, realmente foi um fenômeno curioso, e os jovens têm que ser despertados para a criação de um despir nacional, para inventar alguma coisa nesse País, e toda nova geração sempre tem um horizonte novo, que os velhos vão perdendo, e também porque os jovens têm uma vida pela frente, e os velhos não têm mais, os velhos não têm futuro, porque o futuro para os velhos já chegou, e é isso que está aí, mas os jovens têm uma abertura temporal que não temos.<sup>45</sup>

A historiografia oficial esconde a realidade dos fatos acontecidos em muitas épocas no Brasil, notadamente no período da ditadura militar de 1964 a 1985.

O seminário “1964 – Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” foi uma oportunidade ímpar que a Assembléia Legislativa proporcionou à sociedade cearense de ouvir como palestrantes-debatedores aqueles que participaram do movimento. Movimento este que significou uma ruptura profunda na vida política brasileira.

O evento ocorreu por ocasião do aniversário dos 40 anos do golpe militar de 1964, deflagrado no dia 31 de março, que depôs o presidente João Goulart.

O filme “Jango”, de Sílvio Tendler, faz uma retrospectiva das pressões de setores políticos conservadores que o cercavam, além da fase anterior ao golpe de 31 de março.

A turbulência política vinha de longe. Inicia no contexto da crise de 1929, que permitiu o nazismo na Europa e levou à revolução de 1930 no Brasil.

As leis impositivas de mercado do velho liberalismo perdiam espaço para um Estado que incorporava as questões sociais e passava a atuar na economia e na sociedade. Quatro palavras traduziam o projeto governamental de Getúlio: trabalhismo, nacionalismo, estatismo, desenvolvimentismo. João Goulart havia sido seu ministro do trabalho no período de 1953 a 1954. Quando assumiu o cargo os adversários do trabalhismo articularam uma campanha nacional contra sua nomeação.

Em 1961, entretanto, como resultado da crise política deflagrada pela renúncia de Jânio (anteriormente apoiado pelas forças conservadoras) aconteceu o que mais temiam as forças anti-getulistas: João Belchior Marques Goulart chegou à Presidência da República.

Em 1963, com dificuldade de articular qualquer tipo de consenso com a oposição, Jango passou a adotar políticas acentuadamente nacionalistas e reformistas. Os movimentos sindicais pressionaram o governo a fazer as reformas estruturais que tinham como carro-chefe a reforma agrária.

Houve um movimento de massa nunca visto na história do País. A radicalização levou a direita a se articular, receosa de que João Goulart pudesse levar o Brasil ao comunismo, através das reformas de base. A revolta dos sargentos foi a gota d'água.

No Brasil, com a deposição e exílio de João Goulart, chegavam ao fim a Era Vargas e o tempo do trabalhismo distributivo.

O mundo vivia a guerra fria, a polarização ideológica, e o golpe de 1964 está num conjunto indiferenciado de golpes militares que ocorreram na América Latina: no Uruguai, na Argentina, no Chile e em outros países.

---

<sup>45</sup> Ata da 1ª Sessão Plenária do Seminário “1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” do dia 29 de março de 2004. P21



# CENÁRIOS DO GOLPE

Autor do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB)  
Palestrante convidado: Prof. Caio Navarro de Toledo<sup>1</sup>  
Data: 31/03/2004

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 31 de março de 2004, realizou a 2ª Sessão Plenária do Seminário, iniciada com a palestra do Professor Caio Navarro de Toledo, que se dedicou à abordagem do tema "1964: Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social". Contou ainda com a presença da Senhora Gina Pompeu, Presidente do INESP (Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará) que presidiu os trabalhos, delegada que foi pelo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Marcos Cals (PSDB). Estiveram presentes também o Deputado Artur Bruno (PT) e o Deputado Chico Lopes (PCdoB), o Professor Pedro Albuquerque, o Professor Francisco Moreira Ribeiro representando a Universidade de Fortaleza, e Cláudio Régis representando a CNBB.

O debate teve início com as boas vindas dadas pela Dra. Gina Pompeu, que saudou a todos e ressaltou a continuação



do programa que faz uma reflexão sobre a década de 60 e 70 e como repercutiu na vida política, econômica e social.

A palavra foi passada para o Professor Caio Navarro de Toledo, que iniciou ressaltando a importância do evento que marcou a vida dos brasileiros. Foram confrontadas diferentes visões, perspectivas teóricas e ideológicas e através destas foram tiradas várias lições acerca desse período da história. Reiterou que foi na perspectiva de pensar no Brasil que foi debatido o Golpe de 64. O Professor Caio Navarro de Toledo disse ainda que:

As razões do Golpe, segundo a minha perspectiva, não são aqui alinhavadas. E há simplesmente menção de que o País hoje vive uma República independente e democrática. Mas eu quero ressaltar isso. Apenas ainda aqueles que participaram evidentemente do Golpe, que militaram, que foram responsáveis pelo Golpe. Algumas dessas personagens estão se manifestando, estão escrevendo. Mas o que eles fazem? Eles fazem simplesmente é justificar, racionalizar as razões pelas quais o Golpe foi dado, mas mesmo assim não festejam<sup>2</sup>.

O Professor Caio Navarro de Toledo continuou falando:

Felizmente o conjunto da sociedade brasileira está reconhecendo o que o Golpe de 64 significou, pode ter significado segundo a visão de alguns, alguns avanços do ponto de vista tecnológico, econômico, mas há um consenso felizmente na sociedade brasileira de que Ditadura nunca mais. E isso, acho que é uma das lições que já podemos retirar dessas evidências. Que ao cerceamento, o comprometimento da Democracia é um dano irreparável à sociedade e à vida das pessoas.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Professor Caio Navarro de Toledo - graduado em Filosofia pela USP, Universidade de São Paulo. Doutor em Filosofia pela UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente pertence ao Departamento de Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas.

<sup>2</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P04

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O professor falou ainda que várias pessoas testemunharam o que foi o golpe e sofreram com ele e com a Ditadura, e têm queixas, lamentações, críticas, em relação aos eventos de abril.

O Professor Caio Navarro de Toledo falou ainda:

É preciso não confundir, o Governo Goulart não é um Governo de esquerda. O Governo Goulart<sup>4</sup> é um Governo que buscou conciliar forças políticas antagônicas. O Governo Goulart propiciou, permitiu que lutas sociais, que o movimento social, que lutas políticas ocorressem. E ele teve então para nós o seu mérito de ser um período democrático, o período em que houve avanços sociais políticos importantes. O Governo Goulart desde a sua posse até fins de 63 foi um Governo de conciliação nacional, buscou a conciliação nacional. Buscou realizar Reformas sociais, econômicas tentando o apoio de forças de centro, de esquerda e até mesmo setores de direita. Foi um Governo que se pretendeu de conciliação nacional. No entanto, a partir de um determinado momento, praticamente a partir de outubro de 1963, nós podemos datar assim, Goulart ao verificar que as reformas sociais entre elas a principal, a Reforma Agrária, estava sendo barrada, estava sendo impedida de ser realizada. No momento em que a direita, os setores conservadores derrotaram Goulart. Isso foi setembro de 1963, o anteprojeto da Reforma Agrária foi barrado através de uma votação no Parlamento, a partir daí João Goulart percebendo, que não podia contar mesmo com os setores liberais conservadores, ele busca abertamente o apoio junto às esquerdas. A partir, então, de fins de 63, e início de 64, que nós podemos dizer que caracterizaram o Governo Goulart como um Governo próximo da esquerda apoiado pela esquerda, e a partir desse momento também as esquerdas, os setores nacionalistas de esquerdas vão selar um apoio a Goulart. É um pacto político parece-se constituído a partir de fins de 63 e início de 64.<sup>5</sup>

O Caio Navarro de Toledo falou ainda que o Governo Goulart estava sendo combatido desde 1961 pelos setores conservadores e liberais. Continuou dizendo que, no entanto, o acordo com as esquerdas, que ocorreu no fim de 1963, foi decisivo para a intervenção militar, para o recrudescimento da luta política e ideológica que culminou na sua derrubada. Disse ainda:

A tese central nessa minha fala, seria a seguinte: O Golpe de 64 visou barrar o processo social e político que reivindicava o alargamento da Democracia política e a realização de Reformas sociais no Capitalismo<sup>6</sup> brasileiro. O Golpe de 64 sinteticamente buscou impedir uma participação popular maior na vida política ao mesmo tempo em que barrou reformas sociais no Capitalismo. Não estava em curso o processo revolucionário, que poderia instaurar uma nova ordem econômica social. Não estava no horizonte das esquerdas nacionalistas, nem mesmo de Goulart, a instauração do socialismo.<sup>7</sup> Mas não estava em curso a instauração, a ruptura com a ordem econômica social capitalista. E sim a realização de reformas sociais que tornassem o Capitalismo menos selvagem, até no dizer de Goulart, o Capitalismo mais patriótico, o Capitalismo mais humano, se é que é possível pensar que o Capitalismo possa ter uma face humana. No entanto, numa perspectiva social democrática, numa perspectiva de reformas que permitissem que o Capitalismo fosse mais equilibrado, menos injusto.<sup>8</sup> E é contra esse movimento, é contra esse processo, essas lutas sociais e políticas que ocorrem no Brasil visando essas Reformas e visando uma ampliação da Democracia política, visando uma participação popular mais ativa, é que o Golpe de 64 se insurgiu. Então para mim, o Golpe se deu contra o alargamento da Democracia e contra a realização de reformas que permitissem uma economia mais justa e mais solidária, do ponto de vista mesmo dos seus atores.<sup>9</sup>

<sup>3</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 04

<sup>4</sup> João Belchior Marques Goulart, conhecido como Jango, foi o 22º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Por duas vezes elegeu-se vice-presidente: em 1955 com Juscelino Kubitschek e em 1961 com Jânio Quadros. Com a renúncia deste, em 25 de agosto de 1961, João Goulart assumiu a presidência, inicialmente em regime parlamentarista. Em 1963, um plebiscito decidiu o retorno ao presidencialismo. Com o Golpe Militar de 1964, foi deposto pelos militares. Faleceu no exílio vítima de ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes.

<sup>5</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 05

<sup>6</sup> Capitalismo - Sistema econômico e social que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção, trabalho livre assalariado e acumulação de capital (riqueza). É traduzido em um sistema de mercado baseado na iniciativa privada, racionalização dos meios de produção e exploração de oportunidades de mercado para efeito de lucro.

<sup>7</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P06

<sup>8</sup> Idem. P 06

Continuou dizendo:

O Governo Goulart apoiado nas massas trabalhadoras buscava implementar um Capitalismo com hegemonia da burguesia tida como nacional, não vinculada diretamente ao imperialismo. É nesse sentido que pode se designar o Governo Goulart como um governo populista. Eu não vou entrar nessa discussão do populismo,<sup>10</sup> que é um conceito, uma formulação polêmica. Mas eu entendo aqui o populismo, não de Goulart na acepção de que Goulart se apoiava nas massas populares, nos trabalhadores, mas não tinha interesse, e não tinha um projeto e interesse de organizar essa massa e torná-la autônoma e independente. O populismo se caracteriza por essa dimensão. E a tragédia do Governo Goulart foi a de que ele, ao mesmo tempo buscava, através das reformas sociais do Capitalismo, um Capitalismo menos dependente. Então, a intenção dele era chegar a traduzir isso socialmente através de uma homogênea burguesia nacional, desculpem, essas tentativas Goulart iam no sentido de tornar a burguesia nacional hegemônica. A tragédia foi que essa burguesia nacional, essa burguesia que se pretendia ser nacionalista com interesses nacionais, essa mesma burguesia o repudiou. E também a sua tragédia reside no fato de que as massas populares, os setores populares aos quais ele estava apoiando e buscava apoio, solidarizava-se com as suas lutas. Estas mesmas massas populares no momento em que ele é golpeado, no momento que seu Governo é golpeado, essas massas não o apóiam, essas massas aceitam pacificamente aquartelado o Golpe de 64.<sup>11</sup>

O Professor Caio Navarro de Toledo falou ainda que o Golpe de 1964 foi a tentativa de golpe que teve maior êxito no Brasil, desde de 1950. Continuou afirmando que:

A Democracia nascida em 45, com o Golpe contra o Estado Novo<sup>12</sup>, a Democracia brasileira que se inicia em 45 e que se institucionaliza a partir da Carta de 46; está permanentemente sendo questionada pelos setores conservadores e liberais. Só para apresentar alguns dados, algumas evidências dessas tentativas de Golpe.<sup>13</sup>

Em 50, Vargas<sup>14</sup> que tinha sido ditador é eleito democraticamente, no entanto a UDN<sup>15</sup>, setores conservadores e liberais tentam bloquear a sua posse. Em 54 Goulart, Vargas novamente. Vargas há toda uma campanha no sentido de buscar, demover, derrotar, bloquear o caminho de Vargas, que vai culminar com o seu suicídio em 54. Logo a seguir em 55 é eleito Juscelino Kubitschek<sup>16</sup>. Nova tentativa da direita em 56 de impedir a sua posse. Durante o Governo JK na tentativa como de Aragarças, querendo um Golpe contra o Governo Constitucional de Juscelino Kubitschek. Em 61, vocês sabem Goulart era Vice-Presidente de Jânio Quadros<sup>17</sup>. Goulart foi impedido de se tornar o legítimo sucessor de Jânio Quadros. A Junta Militar de 61 vetou a posse de Goulart. Quer dizer, essa foi também uma tentativa de Golpe que foi superado através da Emenda Parlamentarista que foi posta sobre o Congresso. Foi imposta ao Congresso. Aqui nós temos um verdadeiro Golpe Branco. A Emenda Parlamentarista. A instauração do Regime Parlamentarista para permitir a posse de Goulart. No outro Regime de Governo pode ser caracterizada até como uma tentativa de Golpe, como um Golpe efetivo. Um Golpe Branco, porque a Constituição foi alterada num clima pré-insurrecional. E a Carta de 46 impedia explicitamente que uma mudança Constitucional fosse feita num clima de guerra.<sup>18</sup>

<sup>9</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 07

<sup>10</sup> O populismo é considerado por muitos um fenômeno político típico da América Latina, principalmente a partir dos anos 1930, estando associado à industrialização, à urbanização e à dissolução das estruturas políticas oligárquicas.

<sup>11</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 07

<sup>12</sup> Estado Novo é como ficou conhecido o período da história republicana brasileira que vai de 1937 a 1945, quando foi Presidente do Brasil Getúlio Vargas.

<sup>13</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 08

<sup>14</sup> Getúlio Dornelles Vargas por várias vezes Presidente da República (1930-1934, governo provisório; 1934-1937, governo constitucional; 1937-1945, regime de exceção; 1951-1954, governo eleito popularmente), tinha a alcunha de pai dos pobres. Suicidou-se com um tiro no coração, dentro de seu quarto no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal.

<sup>15</sup> UDN era a sigla da União Democrática Nacional, um partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas e de orientação liberal-conservadora.

<sup>16</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou simplesmente JK (Diamantina, 12 de setembro de 1902 — 22 de agosto de 1976) foi um médico e político brasileiro. Presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal.

<sup>17</sup> Jânio da Silva Quadros (Campo Grande, 25 de janeiro de 1917 — São Paulo, 16 de fevereiro de 1992) foi o décimo-sétimo presidente do Brasil; entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 — data em que pediu a renúncia, alegando que “forças

O palestrante continuou seu discurso dizendo:

E, posteriormente uma tentativa de Golpe em 63 através do Estado de Sítio<sup>19</sup> que foi também uma tentativa dos militares que nesse caso foi apoiada pelo próprio Goulart, mas que foi abortada pela reação da direita e da própria esquerda. Tanto a direita e a esquerda no Brasil nesse momento se unem para combater, para impedir o Estado de Sítio e finalmente o Golpe de 64. Assim o que eu estou ressaltando é que a Democracia incipiente, essa Democracia nascente em 45, sofre em vários momentos a tentativa de Golpes, ou seja, a Democracia política no Brasil é extremante frágil. E em 64 os setores liberais conservadores as chamadas “vivandeiras” de quartel como alguém chamou. Se toda a sociedade civil que freqüentemente batia nos quartéis para que os militares intervissem no processo político, finalmente depois de várias tentativas fracassadas o Golpe é bem sucedido.<sup>20</sup> As Reformas sociais e entre elas a Reforma Agrária questionava a distribuição de terra no Brasil, injusta, desigual. Então os setores conservadores acham isso intolerável; uma Democracia e essa é uma tese mais geral, uma Democracia com ampla e ativa participação popular, é intolerável na perspectiva das classes dominantes e que estava em curso no Brasil era essa demanda<sup>21</sup>.

O Professor Caio Navarro de Toledo falou ainda que a direita foi responsável pelo Golpe e por todas as consequências que vieram com o Poder Militar, com a Ditadura que se seguiu. Continuou dizendo:

Passados os 40 anos o Governo e os tempos de Goulart são ainda objeto de interpretação controversa e antagônica. Liberais e conservadores ainda hoje atribuem um período e ao Governo apenas aspectos negativos e perversos. Seriam então os tempos de Goulart e o Governo de Goulart tempos de baderna política, crise de autoridade, causa administrativa, inflação descontrolada, recessão econômica, quebra da hierarquia e indisciplina nas Forças Armadas, subversão da Lei e da Ordem e avanço das Forças de Esquerda e “comunistas”.<sup>22</sup>

Continuou falando que entre os setores de esquerda foram diferentes as interpretações sobre o Governo Goulart, para alguns tratou-se de um Governo de conciliação de classes, para outros de um Governo populista e nacional reformista. De imediato foi rejeitada a visão dos vitoriosos de 64 que, na busca da legitimação e justificação do movimento político militar, denominaram de revolução. Relatou ainda que:

Por sua lucidez, Ernesto Geisel<sup>23</sup> deveria aqui ser lembrado, num depoimento em 1981 afirmou o seguinte: “O que houve em 1964 não foi uma revolução, as revoluções se fazem por uma idéia em favor de uma doutrina, para o vitorioso de 64, o movimento se fez contra Goulart, contra a corrupção, contra a subversão.”<sup>24</sup>

Nos anos 60, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas, e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos. A esse respeito vejamos a questão do ângulo dos setores progressistas, então socialistas, comunistas, liberais, conservadores, através de associações de classe, através de entidades culturais, através de centrais sindicais, por exemplo, nesse momento, intelectuais como Roberto Campos, do ponto de vista conservador, do ponto de vista liberal, formulavam seus projetos, ao mesmo tempo em que Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Vieira Pinto, a Cepal, o Esebe, a Fundação Getúlio Vargas, enfim, um conjunto de entidades, de associações, de intelectuais estão presentes debatendo discutindo, problematizando, pensando o Brasil, repensando o Brasil e projetando uma sociedade, seja de um ponto de vista conservador liberal, seja de um ponto de vista mais à esquerda, radical, revolucionário.<sup>25</sup> Só para dar um exemplo de algumas indicações sobre isso, não tendo acesso aos meios maciços

<sup>18</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 08

<sup>19</sup> Estado de Sítio é uma medida de governo decretada pelas autoridades competentes em situações de emergência nacional em oposição ao Estado de Direito.

<sup>20</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 08

<sup>21</sup> Idem. P 09 e 10

<sup>22</sup> Idem. P 10

<sup>23</sup> General Ernesto Geisel (Bento Gonçalves, RS; 3 de agosto de 1907 – Rio de Janeiro, RJ; 12 de setembro de 1996), oficial militar e político brasileiro, o quarto presidente do regime militar instaurado pelo movimento de 1964. Foi lançado oficialmente candidato à Presidência pela Arena, em 18 de Julho de 1973 e venceu, no Colégio Eleitoral em 15 de Janeiro de 1974, Ulysses Guimarães.

<sup>24</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 11



de comunicação, a esquerda nacionalista e socialista, além de seus Órgãos de imprensa, pequenos jornais, revistas, buscavam difundir as propostas reformistas do nacional desenvolvimentismo, por meio de experiências como o teatro, o cinema, a música, artes plásticas, o cinema novo, com limitação de recursos, mas com um generoso lema de uma idéia na cabeça e uma câmara na mão, colocou as camadas populares da cidade no campo como protagonistas centrais de suas narrativas. Assim, os primeiros e excelentes filmes de Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro, Rui Guerra e outros, tornaram-se possíveis a partir desse novo quadro cultural e ideológico que se constituía no País, o movimento estudantil, através da UNE<sup>26</sup>. No sindicalismo brasileiro alcançou um dos seus momentos de mais intensa atividade, enquanto no Governo de Juscelino Kubitschek de 58 a 60 ocorreram 177 greves, só nos três anos Goulart, de 61 a 63 foram deflagradas mais de 430 paralisações, o que significa isso? Significa que o movimento sindical está se organizando, está realizando reivindicações, é isso que vai inquietar os setores dominantes, os setores liberais, ou seja, essa busca de ampliar a cidadania, não apenas a cidadania política, mas a cidadania social, a que se expressa através de reivindicações econômicas dos trabalhadores.<sup>28</sup>

O palestrante continuou seu discurso falando que outra dimensão da cidadania estava na luta dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores do campo que se constitui através das ligas camponesas, estas ligas que notabilizaram o Advogado e Deputado Federal Francisco Julião e nasceram das lutas de resistências de pequenos agricultores e trabalhadores não-proprietários contra a tentativa da expulsão das terras onde viviam. Estas ligas tiveram uma acelerada expansão em todo o Nordeste, contestavam a dominação política e econômica a que as populações rurais estavam secularmente submetidas. Disse ainda que em algumas localidades ocorreram conflitos armados entre camponeses e proprietários de terras, lideranças camponesas foram perseguidas e assassinadas a mando dos latifundiários alarmados com a politização das massas rurais. Ressaltou ainda que na luta pela Reforma Agrária as ligas se associaram às demais organizações políticas progressistas do País, participando, tal como ocorre hoje com o MST, de comícios, passeatas, manifestações no Congresso em defesa das Reformas de base, em particular da Reforma Agrária.

No pré 64 a Imprensa alardeou que estava em curso uma guerra camponesa, revistas nacionais e até internacionais alarmaram, aos setores dominantes afirmando que estava em curso uma guerra camponesa que seria radical que estava se insurgindo contra a propriedade rural. No pré 64 outras reivindicações buscavam ampliar a Democracia liberal existente no País, assim é que se pedia o voto dos analfabetos, o direito do subalterno, das forças armadas, de postular cargos eletivos, se demandava também a legalização do Partido Comunista Brasileiro, dos partidos comunistas na medida em que eles estavam proscritos desde 47. Ao afirmarmos que o Golpe de 64 teve como protagonistas principais as facções duras das forças armadas e do empresariado nacional, através dos seus partidos, entidades de classe e aparelhos ideológicos, frise-se: com apoio decidido e incentivo da Embaixada, das Agências Norte-Americanas de Segurança, Departamento de Estado, Pentágono, a CIA, não significa que devemos isentar os setores nacionalistas e de esquerda pelo dramático desfecho do processo político, afinal um processo político é constituído por forças sociais antagônicas, que lutam pelo poder, as esquerdas estão participando, os setores nacionalistas estão participando também desse processo, essas forças também são responsáveis pelo desfecho do processo político. Isso não significa, como veremos adiante, que as esquerdas devem ser responsabilizadas pelo Golpe, mas de um ponto de vista crítico podemos reconhecer que o processo chegou a isso, em virtude desses agentes diferentes e contraditórios, eu diria que atitudes, gestos, e declarações, altissonantes e, a rigor, autênticas bravatas e lideranças progressistas contribuíram para o agravamento do processo político.<sup>29</sup> No noticiário dos jornais se intensificaram os boatos de que Goulart, com o apoio do PCB, do Partido Comunista Brasileiro, do CGT, e de outras forças políticas nacionalistas, preparava um Golpe de estado. Dois gestos de Goulart podem ser interpretado como o de um ator, que de forma desesperada, agônica, mas também de forma destemida se lança de peito aberto diante de seus adversários ou algozes. O primeiro ato foi a complacência de Goulart em relação à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro. Ao anistiar os revoltosos o Presidente afrontou o Ministro da Marinha que dias antes tinha punido os rebeldes e provocou assim a indignação de toda a corporação militar. Na passeata dos marinheiros que comemorava o indulto presidencial, Cândido Aragão, conhecido

<sup>25</sup> Idem. P 11 e 12

<sup>26</sup> A União Nacional dos Estudantes, mais conhecida como UNE, é uma organização brasileira fundada em 1937. Seu objetivo é representar os estudantes das instituições de ensino superior do Brasil.

<sup>27</sup> O Comando Geral dos Trabalhadores, ou CGT, foi criado em São Paulo no ano de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores.

<sup>28</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 12 e 13



como almirante vermelho, ou almirante do povo, foi carregado em praça pública, carregado em triunfo. O segundo ato desse dramático gesto, Goulart, no dia 30 de março, justamente 40 anos atrás, fez um discurso de natureza até panfletária, numa assembleia de marinheiros no Automóvel Clube do Brasil, transmitido pela TV, diante de um auditório repleto de soldados, sindicalistas, políticos e nacionalistas, Goulart denunciou as forças reacionárias e golpistas, com veemência defendeu, para a redenção do País, a necessidade de um Golpe das Reformas, a expressão é essa, contra o Golpe que está aí, contra o Golpe dos reacionários dos conservadores “nós vamos realizar o Golpe das Reformas para redenção do País”.<sup>30</sup>

As palavras eloqüentes e os gestos dramáticos do presidente muito se assemelhavam à carta testamento de Vargas, sem atirar contra o próprio peito Goulart parecia optar pelo suicídio político. Poucas horas após o seu discurso, tropas comandadas por oficiais golpistas de Minas puseram o pé na estrada, troca de telefonemas entre oficiais foram suficientes para dismantelar o chamado dispositivo militar de Goulart. Mas diante de insinuações de que os setores progressistas e de esquerda, pela intransigência de suas demandas e ações também devem ser responsabilizados pelo desfecho dos acontecimentos de abril de 64 é preciso sublinhar e ressaltar que quem planejou e desencadeou o Golpe contra a Democracia foram as classes dominantes através de suas forças políticas e entidades de classe.<sup>31</sup>

O Golpe de 64 que contava com elevada simpatia junto à opinião pública, ruiu como um castelo de areia. As classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das manifestações e passeatas que em algumas capitais do País pediam a destituição de Goulart. Embora não se opusessem ao Governo, os setores populares e os trabalhadores nada fizeram, para evitar a derrubada do Governo. De outro lado, as forças políticas que afirmavam representar esses setores, de esquerda, nacionalistas, que afirmavam representar os trabalhadores, nenhuma ação efetiva desenvolveram para impedir o Golpe anunciado, como se bem sabe, usando uma expressão muito conhecida, o Golpe de 64 não foi um raio em céu azul.<sup>32</sup>

O professor Caio Navarro de Toledo fez alusão às forças progressistas e de esquerda que estavam desarmadas, desorganizadas e fragmentadas e nenhuma resistência ofereceram aos golpistas. Falou ainda que Goulart, alegando que não queria assistir a um guerra civil no País, negou-se a atender a alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar um ação repressiva, de caráter meramente intimidatório, contra os sediciosos que vinham de Minas, e preferiu o exílio político, no calor da hora. Terminou seu discurso com a seguinte frase:

algumas lideranças nacionalistas e de esquerda afirmaram que os golpistas teriam suas cabeças cortadas, caso ousassem romper com a legalidade democrática. No entanto, com a ação dos vitoriosos de abril, a metáfora se tornou uma dura e cruel realidade para muitos homens e mulheres, durante os 20 anos da ditadura militar.<sup>33</sup>

A Presidente do INESP, Gina Pompeu, deu início ao debate, passando a palavra para o Deputado Artur Bruno. O Deputado Artur Bruno (PT) fez uma análise sobre o que aconteceu em 1930. Ressaltou:

Observe que a partir da Revolução de 30 havia forças políticas que chegaram ao poder após a redemocratização, que eram representadas sobretudo pelo PTB e alguns setores do PSD e outros partidos menores, inclusive pessoas ligadas ao Partido Comunista que não puderam exercer plenamente suas funções, clarear essas suas posições, porque o partido ficou proscrito durante quase toda a sua história naquele período. Então, havia setores reformistas que ganharam as eleições de 50, com Getúlio Vargas, que ganharam as eleições de 55, é bom observar, que em 50 foi o PTB que ganhou as eleições com Getúlio Vargas, em 55 foi PSD de Juscelino, aliado ao PTB, e em 60 nós tivemos uma reação da UDN, que aí também setores importantes da Revolução de 30 eram os setores liberais conservadores que tentaram chegar ao poder com Jânio Quadros. É bom lembrar que naquela época eleição para presidente era diferenciada para eleição de vice, poderia se eleger um presidente de um partido e um vice de outro, foi o que aconteceu em 60, quem a população brasileira elegeu para presidir o Brasil foi Jânio Quadros, um conservador, talvez com uma ou outra idéia liberal, moralista, populista, que a UDN apostou para por em prática as suas idéias, que até então, com a redemocratização, eles não tinham oportunidade de chegar ao poder, porque quem

<sup>29</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.. P 13 e 14

<sup>30</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. P 15

<sup>31</sup> Idem. P 15

<sup>32</sup> Idem. P 16

<sup>33</sup> Idem. P 16

estava governando o Brasil era o PTB e o PSD. Então aquela tentativa dos liberais conservadores foi frustrada, porque houve a renúncia de Jânio, e João Goulart chega à presidência da República como vice-presidente, não foi ele quem foi eleito, não foram as forças vencedoras das eleições de 60, ele era o candidato a vice, isso é importante, quer dizer, João Goulart teve dificuldade na relação com o Congresso desde a sua posse. Daí o Parlamentarismo, que aconteceu de 61 a 63, e vamos ver quem foram os primeiros ministros, o primeiro foi Tancredo Neves, um liberal conservador, do PSD, depois nós tivemos dois políticos mais progressistas, Brochado da Rocha e Hermes Lima, que duraram meses os seus governos, eles como primeiros ministros. Então, em 63 veio o plebiscito, que confirma João Goulart, além de chefe de Estado, como chefe de Governo, aí sim é que a gente começa mesmo o Governo João Goulart, em 63.<sup>34</sup>

Então, eu acho que isso é um aspecto importante, quer dizer, creio que a questão militar, e aí é um outro ponto, não foi bem analisada por aqueles que governavam o País, os militares têm duas questões básicas, hierarquia e disciplina. O governo foi irresponsável do ponto de vista político, com as atitudes que tomou no apoio à insubordinação militar, porque os militares têm a sua lógica, então houve uma irresponsabilidade muito grande, na forma como o governo se relacionou com os militares, eu gostaria de ressaltar isso. Outra questão fundamental: a relação com o congresso, o populismo não consegue sucesso político por um motivo muito simples, entre o governo e as massas há um intermediário fundamental, na Democracia, que é o Poder Legislativo, que é a representação eleita pela população, e a relação com o Congresso era a pior possível, o João Goulart não conseguiu ter a maioria para por em prática as suas políticas, por isso é que o seu projeto de Reforma Agrária e tantos outros foram derrotados do Congresso, houve incapacidade política de conseguir ter uma maioria no Congresso Nacional para que ele pudesse governar.<sup>35</sup>

O Deputado Artur Bruno continuou dizendo ainda, que a história ajuda no entendimento do presente. Falou também sobre o governo Lula, que segundo ele não é um governo de esquerda, disse ser um governo de aliança da esquerda com o centro e ainda com alguns setores conservadores, e dessa forma pode realizar reformas e avançar.

Uma questão que eu acho que não foi tratada aqui e eu acho que é central, e o Governo Lula também está preocupado com isso, não se pode governar um País como o Brasil sem uma relação política com os governadores, e os três principais governadores, eu diria até os quatro principais governadores daquela época eram de oposição a João Goulart, Magalhães Pinto<sup>36</sup>, de Minas Gerais, Adhemar de Barros<sup>37</sup>, de São Paulo, que tinha uma posição meio dúbia, é verdade, Carlos Lacerda<sup>38</sup>, do Rio de Janeiro e Meneguetti<sup>39</sup> no Rio Grande do Sul, portanto havia uma relação muito ruim, do ponto de vista político com os governadores, e mesmo sendo de oposição, um Presidente da República tem que manter relações administrativas institucionais, e de certa forma um jogo político com governadores poderosos, dos Estados mais fortes.<sup>40</sup>

O Deputado Artur Bruno continuou dizendo:

O General Mourão Filho sai de Minas Gerais com as tropas, aquilo não estava combinado, mas já estava feito. Mas o que aconteceu já vinha sendo planejado há anos, aqueles setores liberais conservadores, que não tinham chegado ao poder, depois da redemocratização, por causa dos Governos do PSD e do PTB, tentaram chegar ao poder com Jânio e não conseguiram, reagiram, os udenistas que queriam Reformas Liberais, que queriam até a Democracia possivelmente, e aí eu creio que alguns golpistas achavam que iam interromper, e com pouco tempo voltaria a Democracia, também não havia uniformidade entre os golpistas, entre os militares havia divisão, um setor liderado por

<sup>34</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 17 e 18

<sup>35</sup> Idem. P 18

<sup>36</sup> José de Magalhães Pinto governou o estado de Minas Gerais de 1961 a 1966, quando criou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Nesta época, foi um dos principais artífices do golpe militar de 1964. Foi duas vezes deputado federal por Minas Gerais.

<sup>37</sup> Adhemar Pereira de Barros (Piracicaba, 22 de abril de 1901 — Paris, 12 de março de 1969) foi um político influente no contexto regional de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1960. Por duas vezes, foi prefeito da capital e duas vezes governador. Concorreu à presidência do Brasil em 1955 e em 1960.

<sup>38</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda (Vassouras, 30 de abril de 1914 — Rio de Janeiro; 22 de maio de 1977) foi jornalista e político membro da União Democrática Nacional (UDN). Foi governador do Estado da Guanabara e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa, fundado por ele em 1949. Víctima de atentado em agosto de 1954, atribuiu-o ao governo de Getúlio Vargas, do qual era ferrenho opositor. Esse incidente foi ponto decisivo na crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

<sup>39</sup> Ildo Meneghetti (Porto Alegre, 1895 — Porto Alegre, 1980) Foi prefeito de Porto Alegre por duas vezes e governador do Rio Grande do Sul também por duas vezes.

Castelo Branco, um setor liderado por Costa e Silva, não havia essa uniformidade. Então não foi apenas na minha opinião, o movimento contra Goulart, contra o comunismo, havia um movimento mais sofisticado, muito bem assessorado pela Cia, como projeto, havia intelectuais, economistas, que participavam do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), que participavam do IEPS, (Instituto de Estudos Sociais Políticos), participavam dessas instituições e que elaboravam uma proposta para o Brasil pós Golpe de 64, é evidente que entre os golpistas havia setores que pensavam apenas nisso, até por pouca sofisticação intelectual, achavam que era preciso interromper aquele movimento, era preciso evitar...<sup>41</sup>

O Deputado Artur Bruno finalizou sua participação no debate, ressaltando que foram cometidos alguns erros pela esquerda. E disse ainda:

Então faltou responsabilidade política, na minha opinião, evidente que a forma de corrigir isso seria o processo eleitoral, seria o processo democrático, nas próximas eleições o povo deveria dizer se deveria ou não ter continuidade aquele projeto político, naquela época liderado por João Goulart, é evidente que a forma de resolver isso sempre será a Democracia.<sup>42</sup>

A palavra foi passada para o Deputado Chico Lopes (PCdoB) que iniciou seu discurso ressaltando a importância do movimento de 1964, e disse concordar com algumas colocações:

Como era o papel do servidor público, que depois teve muita importância, mas qual era o papel que nós tivemos? Então, participei disto, vi que havia uma necessidade do povo de querer, ou a sua libertação, não tinha a sua consciência que nós discutimos aqui, mas pelo menos pelo bem estar de um País de bem-estar social. E nós tínhamos, primeiro, estabilidade no emprego, depois de 10 anos. Depois de 10 anos, como trabalhador de fábrica, isso aqui tinha estabilidade, uma das coisas que a classe dominante nunca recebeu com bom grado os trabalhadores, terem isto. Nós tínhamos o problema de estabilidade também no setor público, que começou a dar os primeiros passos com as Associações de Servidores Públicos. Agora, professor, eu gostaria que o senhor desse uma profundidade. Qual foi o papel da Igreja nesse movimento que desaguou? Aliança, a liga camponesa, era para avançar, ou era para sustentar? Qual era a finalidade das ligas camponesas no meio do campo?

Eu queria que se fosse com a profundidade para o debate, primeiro: O papel dos Estados Unidos e propriamente como ela formou dedo duro dentro e delatores etc. e tal. Dentro dos movimentos sindicais nós tivemos pessoas que tiveram também esse papel. Qual era a força real do partido comunista na época? Ou era agente apenas estava como um participante, tentando levar as massas, as massas não foram apoiar João Goulart, porque a massa estava sendo preparada para um avanço bem maior do que simplesmente a questão de bota o João Goulart, ou tira João Goulart. Eu tenho essa visão. E por último, há o papel das classes dominantes, o que o senhor me diz a respeito da marcha com Deus pela liberdade e ouro para o bem do Brasil. Será que isso antes não tinha tido já a sua questão de mobilização? Eram essas as indagações que eu queria fazer, porque eu acho muito duro com os comunistas, querendo nos responsabilizar, temos erros, é verdade, tínhamos divergência interna, é verdade, nem todo mundo na época era comunista, eu não era. Eu vim ser comunista, ingressei no PCdoB em 68, no fogo cruzado, mas antes eu era militante, funcionário público da prefeitura, e ia para os movimentos, pacto sindical, aglutinava as massas, mas com a perspectiva de revolução e bons salários. E quem não gostar de bom salário como trabalhador, é porque é ruim da cabeça ou doente do pé.<sup>43</sup>

A palavra foi passada para o Professor Pedro Albuquerque, que iniciou sua participação dizendo:

Eu ia levantar uma questão só aqui, a questão do Populismo, mas a palavra do Artur Bruno, infelizmente ele não está aqui, me parece que o Deputado Artur Bruno, não usou o passado para tentar compreender o presente, ele quer justificar o presente negando o passado, mas eu acho que essa é uma questão que a gente tem, inclusive é uma das minhas preocupações como professor, quando eu recebo meus alunos na Universidade, eles chegam com a cabeça feita, com discurso. Qual é o discurso? É que João Goulart é irresponsável, aquele Governo foi irresponsável, inepto, populista, demagogo, manobrista, queria fazer sempre a manobra para ter o apoio da massa, mas para levar a

<sup>40</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 18 e 19

<sup>41</sup> Idem. P 19

burguesia para o poder. Então, esse discurso, para mim, eu tenho como professor a responsabilidade de desconstruí-lo, porque o Artur Bruno aqui repete, irresponsável, Governo desorganizado, isso não é verdade, isso não é verdade. O que na verdade, se chama de populista... Populista João Goulart, é Brizola<sup>44</sup>, é Arrais, é Adhemar de Barros, é Jânio Quadros. Que negócio é esse? Tudo da mesma panela..., não tem distinção, diferença.”

O que na verdade nós temos que compreender é o seguinte: aí vem a minha compreensão professor, é que não estava colocada na época a questão do socialismo, o que estava colocado na época eram Reformas estruturais, para transformar o Capitalismo num sistema mais humano, como o senhor mesmo disse, esse é o pensamento do João Goulart. O que está por trás do Pensamento do João Goulart ? O João Goulart era socialista ? Não, o João Goulart vinha da tradição positivista, onde o sistema capitalista, com base na hegemonia da indústria, através do Estado forte, e que interviesse na vida econômica, na relação capital e trabalho, e mais, no Brasil assume uma dimensão democrática que é do ponto de vista da inclusão dos trabalhadores nesse desenvolvimento capitalista.

Então, portanto, não havia essa questão de querer manobrar os trabalhadores, para levar a burguesia para o poder, até porque, essa visão do João Goulart, de Getúlio, etc., jamais colocaria os trabalhadores no poder, nunca tiveram essa intenção. Na verdade é uma questão objetiva, e depois o seguinte: O Partido Comunista na época levantava que a etapa daquela revolução era uma etapa nacional e democrática, nacional do ponto de vista da independência em relação ao imperialismo, e democrático do ponto de vista da propriedade, e João Goulart dizia assim: “A propriedade é uma coisa tão boa que não pode ser para poucos” e ele dizia assim, com relação à Reforma Agrária, ele queria mudar o Artigo 146 da Constituição de 46, que ao se desapropriar, obrigava o pagamento em dinheiro, e ele dizia que..., é previamente em dinheiro, exato! tinha que depositar o dinheiro previamente. Ele dizia assim: “Isso não é Reforma Agrária, isso é negócio agrário”. Quer dizer, isso aí, é para facilitar para os donos de terra.<sup>45</sup>

A palavra foi dada para a ex-Prefeita Maria Luiza, que iniciou dizendo:

Olha, eu gostaria de aprofundar aqui três questões. A primeira é em relação ao populismo, eu acho que a sua análise está perfeita, ou seja, a que refletir melhor sobre essa questão, porque da mesma forma que o Pedro Albuquerque aqui fez comentários sobre Goulart, Brizola, e Miguel Arrais e outros mais, todos na mesma panela, o Chico de Oliveira, por exemplo, ao analisar a nossa eleição em Fortaleza, dizia que eu era uma líder populista, e eu não me enquadro absolutamente nessa característica, até porque toda a minha experiência de vida, é uma experiência em que o movimento de base, sempre quis se sobrepor ao nosso próprio mandato como Deputada. Então, eu acho que é importante aprofundar essa questão; e a outra questão que eu gostaria de que o professor pudesse retomar, é a questão colocada pelo Deputado Artur Bruno, ou seja, é impossível analisar qualquer fato após a Revolução Soviética, após a Revolução em Cuba, sem que se faça referência a esses fatos internacionais, ou seja, havia uma polarização muito grande à época entre o pólo capitalista e pólo dito socialista; eu digo socialista porque nós analisamos a nossa interpretação sociológica, científica, econômica, é de que era um Capitalismo de Estado.

Eu quero dizer que isso tanto era do ponto de vista ideológico como num processo organizativo em que existia no Brasil e aqui no Ceará, eu fiz parte, embora sendo anticomunista, na época, que era o seguinte: O movimento operário, estudantil camponês, ou seja, como você quer ter um processo de movimento operário estudantil camponês, se não estivesse em pauta, algo mais forte do que o simples processo eleitoral.

E eu tinha um terceiro ponto que eu queria colocar, era exatamente a ascensão do movimento popular que o Pedro fez referência, ou seja, havia de fato uma ascensão do movimento popular na época, e encerro aqui dizendo o seguinte: nós também não podemos aceitar a interpretação que as forças armadas dão, de que realmente foi o período em que o Brasil cresceu. Aquele era um período de amplo desenvolvimento do Capitalismo, que não é a crise que nós temos agora. A crise hoje no País, inviabiliza a administração de qualquer Governo, seja ele Lula, Fernando Henrique Cardoso, ou de qualquer outra que pretenda administrar o Capitalismo, é inadministrável, é uma crise sem proporções na história do desenvolvimento capitalista. Então, é importante que a gente também dimensione isso.<sup>46</sup>

<sup>43</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 24

<sup>44</sup> Leonel de Moura Brizola (Carazinho, RS, 22 de janeiro de 1922 — Rio de Janeiro, 21 de junho de 2004) foi um influente e carismático político brasileiro. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Exilado pelo Golpe de 1964, foi um dos líderes da resistência.

<sup>45</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 24

O sr. Caio Navarro de Toledo tomou a palavra e interferiu dizendo que “Eu não quero entrar na discussão do Governo Lula, mas eu acredito que ele usou certas expressões que eu desconsidero, não reconheço como adequadas.” A palavra foi dada para o Sr. Marcos Antônio, que iniciou dizendo:

eu queria fazer uma reflexão em relação aos efeitos em relação do Golpe à atualidade, e eu gostaria que todos nós refletíssemos uma questão, por exemplo: Na época, Florestan Fernandes<sup>54</sup> saiu dos bancos, das escolas públicas, o que o Golpe fez com a escola pública? E o que nós podemos fazer para poder recuperar o direito que é de todos ao estudo. pelo menos. Educação, nem entra na questão, aqui, se nós fôssemos fazer uma pequena pesquisa, quantos aqui têm um filho estudando numa escola pública? Então, o que acontece? O que era um privilégio, hoje não é considerado isso, eu acho que a gente tem que refletir; e a Assembléia tem um papel muito importante nisso.<sup>47</sup>

A palavra foi passada para o Dr. Cláudio Régis Quixadá, Reitor da UECE, que iniciou sua participação dizendo:

De maneira nenhuma, nenhum príncipe da Igreja ao longo dos anos anteriores se envolveu com qualquer coordenação para derrubar o Presidente João Goulart. Também é verdade que a Igreja não estava satisfeita com os quadros, a maneira como o Presidente João Goulart estava levando o problema; a Igreja sempre procurava conscientizar o povo, mostrando a importância do exercício da cidadania, aquela pergunta que o Chico Lopes falou a respeito das Ligas Camponesas, ainda hoje é um ponto de qualificação, profundamente diferente como foi a pastoral da terra, quando ele estimulava o movimento dos sem terra. Alguém citou que na época do Golpe militar estava Dom Hélder Câmara<sup>48</sup> com os militares, Dom Elder Câmara merece respeito, é um santo cearense.

Ele foi como prelado, como bispo do Estado do Rio de Janeiro, numa solenidade, conversou com os militares, e havia perspectiva de que somente haveria uma transição, imediatamente seria entregue o Poder aos Civis, e mais tarde a linha dura tomou conta, e vocês sabem que a instituição que sofreu mais, durante esses 20 anos de Golpe, foi a Igreja Católica. Quantos padres foram metralhados, enquanto muitos outros fugiam? O nome de Dom Hélder Câmara, não podia ser mencionado em qualquer Órgão da Imprensa falada, inscrita e televisionada nesse País. Não é porque algum aqui e outro acolá que defendia uma exceção não representava o geral, porque o que representava o geral era a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e sempre a CNBB foi contrária ao Golpe militar de 64, a Igreja nunca adotou e nem apoiou qualquer tipo de ditadura, a ditadura de Vargas, que João Goulart foi filho espúrio, foi aquele que levou a esposa de Luiz Carlos Prestes<sup>49</sup>, o maior inimigo da Igreja, para morrer nos campos de concentração de uma ditadura terrível que era a ditadura nazista.<sup>50</sup>

A ditadura de Vargas foi aquela que criou o DIP – Departamento de Informações e Propaganda, que levou muitos brasileiros à rua da amargura, inclusive o meu pai, que ele era o homem de ligação entre a França – Líbia e América do Sul. E quando terminou a Segunda Guerra Mundial<sup>51</sup> o De Gaulle<sup>52</sup> entregou um diploma pelo reconhecimento que ele fez, eu trouxe até para que vocês..., para dizer que não é verdade, aqui está o documento histórico de 15 de janeiro de 1946.

O Dr. Cláudio Régis Quixadá finalizou seu discurso dizendo:

Eu me indigno muito quando pessoas querem interpretar a posição da Igreja, de uma forma profundamente leviana. É importante avaliar, como disse o Deputado Chico Lopes, a participação da Igreja nesse evento, tão triste, que foi o movimento de 64. Mas eu tenho certeza como Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça do País, Seção do Ceará, que é responsável pela interpretação da doutrina social da Igreja Católica, tenho certeza que a Igreja teve um papel fundamental durante esses anos de chumbo, quem quiser leia: “Tortura, nunca mais”. E procurem ver o que aconteceu,

<sup>46</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 24

<sup>47</sup> Idem. P 24

<sup>48</sup> Dom Hélder Pessoa Câmara, nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 7 de fevereiro de 1909. No dia 20 de abril de 1952, foi eleito Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Secretário Geral da CNBB. Aos 55 anos, Dom Hélder Câmara, foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife. Morreu em 27/08/1999

<sup>49</sup> Luís Carlos Prestes (Porto Alegre, 3 de janeiro de 1898 — Rio de Janeiro, 7 de março de 1990), militar e político brasileiro. Foi Secretário-Geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) - posteriormente Partido Comunista. Brasileiro. Com o fim do Estado Novo, Prestes foi anistiado, elegendo-se Senador.

<sup>50</sup> O Nazismo ou o Nacional Socialismo designa a política da ditadura que governou a Alemanha de 1933 a 1945, o Terceiro Reich. O nazismo é freqüentemente associado ao fascismo, embora os nazistas dissessem praticar uma forma nacionalista e totalitária de socialismo (oposta ao socialismo internacional marxista).



e ai daquele que pensa, que esses fatos não poderão retornar, se nós não tivermos a consciência crítica, a postura de procurar separar o joio do trigo, porque muita gente aposta ainda no pior, para ver se é melhor.<sup>53</sup>

A palavra foi dada ao Sr. Mário Albuquerque, Presidente da Anistia de 64/68 que iniciou sua participação dizendo:

Eu queria falar um pouco que a Associação 64/68, a Anistia, que eu represento, reúne os anistiados políticos do Ceará, tantos civis, como militares. E nós trabalhamos além da parte jurídica, que é a defesa dos direitos dos anistiados, também fortemente com essa parte da memória, nós estamos principalmente aqui do Ceará, porque esse acontecimento foi muito falado e discutido, mas muito no eixo Rio – São Paulo. E aqui no Nordeste, e no máximo ali em Pernambuco e pronto. Mas a repressão à ditadura, foi generalizada, aqui mesmo, além do Ceará, nós temos aqui essa sub-região Nordestina que é o Ceará – Piauí – Maranhão. Então, nós estamos reconstruindo documentalmente, formando um grande acervo, para colocar à disposição, para pesquisadores.

Que é uma questão, que faltou um pouco de capacidade de administrar a crise naquele momento, se isso é realmente é um problema que nós dos Governos populares, os Governos que querem fazer Reformas profundas na estrutura social e não digo só no Brasil não, mas da América Latina. Por sinal vivemos uma questão muito mais grave, na América Latina, que é uma contra-revolução permanente. Comandada principalmente pelo Estados Unidos da América do Norte, que têm a região da América Latina como o seu quintal, como sua reserva de mercado, e que impede qualquer mudança profunda nessas estruturas, porque isso é toda América Latina, não é só o Brasil. O único País que conseguiu romper com isso foi Cuba, e veja que Cuba até hoje vive sob o cerco permanente dos Estados Unidos. Qualquer tentativa na América Latina, tanto pelos meios violentos, armados, como pelos meios pacíficos, eleitorais, respeitando a Constituição, a Democracia foi derrotado, através de Golpes.<sup>54</sup>

O professor de história Sr. Aluizio Martins recebeu a palavra e iniciou fazendo uma indagação:

Quería fazer uma pergunta, atendendo aí o pedido da Mesa, no seguinte sentido: Você colocou no começo da sua fala, que no final de 63 e início de 64, o Partido Comunista Brasileiro, vamos dizer, travou uma aliança com o Governo Goulart. Então a minha pergunta, vai no sentido, de que você por gentileza detalhasse essa aliança, quais as convergências entre o programa do Partido Comunista Brasileiro e o Governo Goulart. E quando eu falo do PCB, é a sua direção, é o partido, eu não quero me referir aqui a elementos isolados, mas o todo do partido, qual era o programa, em que pontos o programa do Partido convergia com o Governo João Goulart, em que termos se deu essa aliança? E a segunda questão, para concluir rapidinho: É no pré-64, você tem um discurso anticomunista, muito forte; na Imprensa, na Igreja. Então, eu queria que você detalhasse, por favor, o lugar do discurso anticomunista no pré-64.<sup>55</sup>

A palavra foi passada para a Sra. Maria De Lurdes Albuquerque representante da Anistia, que iniciou dizendo:

Eu quero apenas só dizer, que estou no movimento da Anistia, sou mãe de 04 ex-presos políticos, e com muito prazer, ajudei a luta, e ajudarei, todo tempo que puder, que voltar, que eu não quero que volte mais, o movimento de 64, mas se o Brasil continuar numa luta, eu também continuarei lutando. E, também peço... (Aplausos) ...quem não tiver aqui assistindo, procurando saber do movimento e que não sabia antes, como se deu o Golpe, eu peço também que continue nos ajudando, ajudando o povo brasileiro, que nós só podemos sair de tudo isso com luta. É só isso que eu quero dizer.<sup>56</sup>

A Sra. Laura Maia, mestranda da UFC, iniciou sua participação dizendo:

<sup>51</sup> A Segunda Guerra Mundial (1939–1945) opôs os Aliados às Potências do Eixo, tendo sido o conflito que causou mais vítimas em toda a história da Humanidade. As principais potências aliadas eram a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a China, a França e a União Soviética — que compunham os Aliados —, e a Alemanha, a Itália e o Japão — que por sua vez perfaziam as forças do Eixo.

<sup>52</sup> Charles André Joseph Marie de Gaulle (22 de Novembro de 1890, em Lille - 9 de Novembro de 1970, em Colombey-les-Deux-Églises), na França mais conhecido como “général de Gaulle”, foi um general e estadista francês. Foi o líder das Forças francesas livres durante a Segunda Guerra Mundial e chefe do governo provisório de 1944-1946. Chamado para formar um governo em 1958, inspirou uma nova constituição e foi o primeiro presidente da Quinta república, de 1958 a 1969. Sua política ideológica é conhecida como Gaullismo, tendo ainda muita influência na vida política francesa atual.

<sup>53</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P 30

<sup>54</sup> Idem. P. 31 e 32

Professor, eu queria saber na verdade, é que o senhor pudesse contextualizar um pouco daquele momento da Reforma universitária e das implicações do Movimento Estudantil, e enfim na juventude, porque o que eu vejo, e como é bem sabido de todos, a juventude, a atuação da juventude naquela época do Movimento Estudantil é extremamente diferente da nossa atuação hoje, e nós que somos filhas daquela juventude, somos tão apáticos, estamos tão inertes nesse caos assim, em termos de movimento.<sup>57</sup>

A palavra foi passada para o Sr. Fabiani Cunha que iniciou sua participação dizendo:

Havia um clima entre os militares, estou falando em política, fui militar, estava na aeronáutica, entrei porque meu pai queria que eu fosse fazer a Escola Cadetes do Ar, apanhava como um diabo para estudar, mas fui para lá. Então, o que se via? As três forças não se entendiam, essa é uma questão que poucos historiadores tem adentrado, porque são questões militares. Então, era verdade nas Forças Armadas, Exército, Marinha, Aeronáutica, havia um desentendimento. Quando eu estava fazendo o segundo científico no Colégio Castelo de Sá e fui para a Aeronáutica, tive que sair de lá porque eu era de prontidão, não tinha tempo para estudar. Como era prontidão? O rompante entre Exército e Aeronáutica, a gente ficava de prontidão esperando que o Exército invadisse a Aeronáutica, eu ficava guardando as cabeceiras da pista, onde havia as vilas dos oficiais, eles dormindo, eles hoje vêm para cá, os canhões ficavam apontando para as cabeceiras da pista para os aviões não subirem, os canhões do Exército. Então, esse era o clima. Quando eu saí de lá, saí com ódio do Exército, porque eu era da Infantaria<sup>58</sup>

O sr. Fabiani Cunha continuou dizendo:

Então eu coloquei duas questões, essa questão dos militares que não foi devidamente estudada, inclusive quando os aviadores derrubaram o avião do Presidente Castelo Branco, para mim não foi novidade nenhuma, porque se eu que estava lá com fuzil na mão, guardando as vilas dos oficiais, dormindo lá com suas esposas, seus filhos, se bombardeassem as cabeceiras das pistas, essas bombas do Exército iam matá-los com a sua família.

Então, sai uma esquadrilha lá, um dos aviões acidentalmente derruba, de qualquer maneira os aviadores derrubaram o Castelo Branco, a propósito ou não, mas derrubaram.

A ordem da Aeronáutica, se os estudantes avançam naquela passeata para a Faculdade de Direito, a ordem da Aeronáutica era pipocar, não deixa o pessoal passar. Aí eu volto, digo, pessoal não dá. Quando era polícia eu ia brigar, como era Aeronáutica eu voltei.<sup>59</sup>

O Sr. Fabiani Cunha finalizou sua participação dizendo:

Pois bem, eu queria colocar essa questão, essa dica para que os historiadores adentrem a essa questão militar, que aí muda tudo, e tem que ver também o seguinte, há aí a grande contradição que houve entre nós do ponto de vista ideológico, fizemos uma revolução tão profunda, inclusive... Porque não é brincadeira não, o material dialético, material histórico, eles se contrapõem, acaba com tudo que é religião, isso não implica no respeito que nós temos, e eu quero agradecer a D. Alúcio<sup>60</sup> que serviu de mediador, porque se não a gente teria sido fuzilado nessas greves de fome, que a Maria Luiza acompanhou, então o D. Alúcio foi o nosso grande mediador. Nós temos um respeito muito grande pelo papel da Igreja, mas eu quero só dizer que as coisas têm que ser colocadas com muita sinceridade, com muita honestidade. Não é brincadeira não, você tem uma ideologia marxista<sup>61</sup>, lenista<sup>62</sup>, baseada na história, e material dialético, eu não vou dizer que os religiosos achem isso uma maravilha, tem uma contradição brutal.

O Sr. Caio Navarro de Toledo retomou sua participação no debate para responder aos questionamentos colocados pelos debatedores. Disse ainda que o Ceará teve papel de destaque neste período histórico, devido à conscientização política, uma referência nacional do ponto de vista político e ideológico. Pediu desculpas dada dada a escassez de tempo

<sup>55</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P. 32

<sup>65</sup> Idem. P. 33

<sup>57</sup> Idem. P. 33 e 34

<sup>58</sup> Idem. P. 35

<sup>59</sup> Idem. P. 36 e 37

nem todas as questões receberam uma reflexão mais elaborada. Iniciou dizendo:

Inicialmente, tomando a primeira intervenção, que foi do Deputado Artur Bruno, já tive a ocasião de fazer um comentário sobre isso, eu divergiria em boa parte daquilo que ele aqui apresentou. Ele fez um juízo muito forte, muito duro do Governo Goulart, falando da sua irresponsabilidade no Governo, e eu não posso debater com ele, gostaria que ele estivesse aqui.

Mas como o próprio colega Pedro já tinha antecipado, eu julgo que ele foi motivado, bom, pode ser uma visão subjetiva minha, mas objetivou na sua colocação a defesa no Governo Lula, ele procurou muito essa direção. Então, para defender o atual Governo ele fez críticas indevidas contra o Governo Goulart, eu não deixei de manifestar também objeções ao Goulart, não tenho o Goulart como uma referência de Presidente, do governante ideal, não o considero do ponto de vista crítico, que ele tenha tido e que ele esteja no mesmo plano do que o governante que foi Aliende, que foi Salvador Allende<sup>63</sup>. Longe, muito longe, ele estava da envergadura ideológica, teórica, consistência que foi Salvador Allende. Mas enfim, era uma personalidade que do ponto de vista político foi sensível ao seu tempo, foi sensível ao seu momento, mas não era nunca um governante de esquerda, ele teve a sabedoria, a sensibilidade de procurar estar atento àquele momento, em que as Reformas sociais, a busca de um Capitalismo transformado, reformado se empunha.

Depois no Governo Juscelino Kubitschek, onde o País avança industrialmente, quase que se consolida industrialmente, mas que para as massas populares, para os trabalhadores, para as grandes maiorias, foi um Governo que se desenvolveu, mas que não distribuiu riquezas, que avançou na ordem capitalista, mas não teve repercussão no plano na vida das pessoas simples. Então, ele teve a sensibilidade, o Goulart, de buscar atender essa Reforma, transformar esse Capitalismo, novamente torná-lo uma face mais humana. Porque o Capitalismo no meu ponto de vista jamais poderá atender de forma plena, consistente, abrangente as profundas necessidades das camadas populares dos trabalhadores. Então, isso é estrutural, do ponto de vista estrutural não há Capitalismo humano, enfim que não possa comportar mudanças.

A Social Democracia Européia revelou isso, houve um avanço no nível de vida das camadas dos trabalhadores populares, é inegável isso. É isso que o Goulart, ligado ao trabalhismo, ligado à ideologia trabalhista, buscou realizar, mas foi impedido, foi bloqueado, então não aceitaria que houve uma responsabilidade do Governo, eu entendo que ele tomou algumas atitudes no final, quase de desespero, quando ele percebeu que as Reformas estavam condenadas, ele tentou selar essa aliança com as esquerdas, e teve gestos, atos, atitudes, que do ponto de vista político, da lógica política, do ponto de vista de uma racionalidade política, eram irracionais, aí não aceitava. Ele como Presidente da República apoiar os “sediciosos”, apoiar os rebeldes, os marinheiros, e contra a hierarquia das Forças Armadas, nesse sentido alguém levantou, fato é sagrado pelos militares, é um ponto de honra a disciplina, a hierarquia, e Goulart comprometeu e com isso ele se condena, com isso ele estimulou aqueles setores das Forças Armadas; não é o conjunto das Forças Armadas, setores duros das Forças Armadas. Desde a República, não aceitava, não avanços populares, uma Democracia ampla, extensa. Analisando à medida que tem uma visão elitista. E que vai se consolidar através da Escola Superior de Guerra, que tem como padrão os Estados Unidos, o Capitalismo, como referência única e fundamental e central. Tem o socialismo e o comunismo, como inimigos mortais.

Então, setores das Forças Armadas, alguns setores democráticos, alguns setores que não eram radicais, ficaram diante desses atos e desses gestos, que realmente foram ganhos pela causa conservadora, pelos setores duros. Então Goulart teve sim, responsabilidade nessa radicalização do processo.

Goulart tentou uma Reforma Agrária pudesse ser realizada no País. Era necessário mudar aquele Artigo Constitucional, que estabelecia que as terras desapropriadas deveriam ser feitas através de prévia indenização e pagas em dinheiro, aquilo que alguns denominaram como seria uma: negociata agrária; um negócio agrário.

Goulart tentou no primeiro momento, viu que os setores conservadores; a maioria do Congresso era contrária a essa mudança Constitucional. Ele tentou junto com setores do PSB: tentou dialogar, negociar.

<sup>60</sup> Arcebispo de Aparecida Dom Aluísio Cardeal Lorscheider.

<sup>61</sup> Marxismo é o conjunto das idéias filosóficas, econômicas, políticas e sociais que Marx e Engels elaboraram e que mais tarde foram desenvolvidas por seguidores. Interpreta a vida social conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo.

<sup>62</sup> Leninismo é o nome dado à doutrina defendida pelo russo Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lenin, que procurou adaptar a teoria marxista do século XIX à nova realidade do século XX. Lenin adapta esta teoria para a realidade russa, um país atrasado, agrícola, com vestígios de um sistema feudal e sem nenhuma consciência revolucionária.

<sup>63</sup> Salvador Allende Gossens (Valparaíso, 26 de junho de 1908 — Santiago do Chile, 11 de setembro de 1973) foi um médico, político e estadista chileno. Foi o primeiro marxista eleito democraticamente presidente da república na América Latina.

Houve uma Emenda chamada Bocaiúva, onde tentava se flexibilizar, esse pagamento financiamento. Há pronunciamentos na Convenção Nacional da UDN, radicais nesse sentido; apela-se até mesmo para os Estados Unidos. Então Goulart tentou; não foi nesse sentido irresponsável, não foi um Governo de Esquerda radical. Então nesse sentido, não pode ser responsabilizado Goulart, por esse tipo de observações: que o Goulart foi populista, que ele não procurou o Congresso, não corresponde à realidade dos fatos.

É possível compatibilizar, é possível fazer aliança com aquele que, desde o primeiro momento, desde Goulart, Lacerda, era notório, era sabido. Todos nós sabemos que ele foi um dos mais talentosos políticos brasileiros, no sentido de radicalizar, de derrubar Presidentes. Ele certamente, derrubou Vargas, tentou inviabilizar a eleição de Juscelino Kubitschek. Porque Juscelino Kubitschek era dito que não tinha, porque teve apoio do Partido Comunista para ser eleito. Levantou o ponto de que, o Presidente teria que ter maioria absoluta. Isso é uma interpretação fantasiosa que ele fez, que a UDN fazia da Constituição.<sup>64</sup>

O Sr. Caio Navarro de Toledo continuou respondendo os questionamentos:

Então, sobre esse pretexto, se tentou Golpear Juscelino Kubitschek em 61, o Golpe que os militares fizeram contra a posse de Goulart, teve o endosso de Carlos Lacerda. Enfim, com esses setores, com essas forças, não era possível diálogo porque eles tinham muito presentes, que Goulart tinha que ser derrubado. Então, não há diálogo com inimigo, com aquele, que o combate mortalmente. Mas quando ele fala que o Governo levou em conta os meios de comunicação. Ora! Os meios de comunicação de massas. São propriedades dos grandes setores, dos grandes investidores; a grande Imprensa desde o início, se opõe também ao Goulart. Então, como fazer, como negociar, com a Rede Globo de televisão? É submeter-se a ela? E aqui, nós vamos poder fazer um comentário; o fato hoje do Governo Lula ter uma visão muito positiva, ser apreciado pela Rede Globo de Televisão, nos enseja algumas reflexões.

Então uma empresa como essa, que desde o início é contrária aos setores populares, aos avanços populares, quando essa organização é homenageada publicamente na figura do senhor Roberto Marinho. Quando o Ministro Antônio Palocci diz publicamente que o senhor Roberto Marinho ajudou a consolidar a Democracia no Brasil, isso não deve ser encarado se não, como um insulto, uma infâmia. Desculpem a minha exaltação; uma infâmia, àqueles que morreram e lutaram, àqueles que bravamente, buscaram a redemocratização do País. Dizer isso para que, por que? Qual é a lógica? É de estar bem com os meios de comunicação? É estar bem com a Rede Globo de Televisão? Então, quando se faz isso nós estamos longe... Significaria soltar fogos, rojões, festejar a morte do grande, do ancião que faleceu, não, não significa isso. Do ponto de vista democrático, dizer as coisas como elas são.

Faleceu sim, um grande empresário, que teve um papel importante na consolidação da televisão. No entanto, não se pode aceitar de um Governo que tem um compromisso com a mudança de transformações, com a Democracia, de mistificar, de falar mentira. Com isso, eu diria que é um Governo de Esquerda, eu só poderia avaliar isso; só podemos responder essa questão, se nós examinarmos, de um lado as alianças que estão sendo feitas; mas do que as alianças, as realizações efetivamente, que o Governo está implementando. Nesse sentido, nós temos que perguntar se a política econômica social, definida, executada, realizada por esse Governo, tem orientação popular. Tem! Ou se ela não se subordina aos cães, aos paradigmas de um modelo neoliberal, de um modelo ditado pelas grandes agências como o FMI (Fundo Monetário Internacional), pelo Banco Mundial. Quando quem são os apoiadores, quem são aqueles que estão satisfeitos com esse Governo; que apóiam integralmente esse Governo.

Então não vou dizer que é um Governo de Centro, de Esquerda, de Direita. Mas certamente, não podemos honestamente, objetivamente, com rigor dizer que esse Governo seja um Governo de Esquerda. Certamente, aqueles que ainda o defendem, julgam que é necessário uma política de esquerda, uma política que tenha uma dimensão popular. Para que ela aconteça, é necessário esse momento de transição, essa conciliação. É preciso governar, junto com os setores também conservadores. Isso nós saberemos, se isso vai acontecer em breve tempo. Até hoje, até o prezado momento, passado quase um terço do Governo, certamente, nós não podemos garantir que ele tenha uma dimensão de Esquerda, no sentido de pensar, tomando a Esquerda como aquele Partido que busca realizar transformações sociais de amplitude estruturais, Reformas profundas na ordem econômica social, isso ainda não ocorreu. Se virá, nós, deixamos aberto para que essa questão seja respondida.

Então, de fato houve também, eu frisei sim, o Golpe foi contra a mobilização popular, foi contra a Democracia, para não marcar um pouco as tintas. De fato faltou complementar isso que havia sim, também um projeto, mas era um projeto que aprofundaria a dependência, os vínculos do Brasil do

<sup>64</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P. 41

Capitalismo brasileiro com Capitalismo internacional, que era para contestar aquelas formulações do Partido Comunista Brasileiro.<sup>65</sup>

O Professor Caio Navarro de Toledo ressaltou ainda a questão do populismo:

A questão do populismo fica levantada de fato, a gente precisa ser mais cauteloso no debate do populismo de Goulart. Populismo, você pode colocar nesse saco até o: Jânio, o Vargas, o Ademar de Barros, de fato, não são políticas diferentes. No entanto, quando nós usamos a expressão populismo, com toda cautela, nós teremos designando aquela política de Estado que permite, que estimula, que é complacente com a mobilização popular, com a atividade das camadas populares. Mas temos que reconhecer que nos estudos sobre o populismo, do Professor Francisco José Ford não se pode afirmar que ele tinha uma visão simplória do populismo. Porque alguns, ao criticar a noção de populismo, dizem que as massas não são simplesmente manipuladas. As massas podem agir de uma certa forma autônoma. O Professor José Ford afirma isso mesmo: o populismo é uma via de dupla mão. Ao mesmo tempo em que as massas são conduzidas, há uma interferência do Poder estatal. Elas também na dinâmica, das suas reivindicações, das suas lutas, elas têm um certo grau de independência.<sup>66</sup>

O professor Caio Navarro de Toledo falou também sobre o importante papel da Igreja durante este período:

Pintou aqui um ponto polêmico, que foi levantado; a questão da Igreja, quer dizer, os documentos evidenciam que a Igreja, a Igreja no pré-64, não é a mesma Igreja do pós-64. A Igreja no pré-64 ainda não estava sobre a influência das decisões da Conferência de Medellín, da Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação não tinha aquela dimensão, e mesmo hoje, bem sabemos que a Teologia da Libertação, ela não é hegemônica dentro da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros). E certamente isso é uma questão a ser discutida, no meu ponto de vista, não é ainda, ela tem uma importância no debate. E a Igreja, no pré-64, participou sim; participou sim, “das marchas pelas famílias, e contra o comunismo. As marchas pelas famílias, como elas eram designadas: “pela família e pela liberdade”. Eles não anunciavam a propriedade, mas estava implícito, que a propriedade era aquilo que movia. Então a Igreja nós não estamos aqui para denegrir, para atacar, mas objetividade histórica impõem que seja dita. A Igreja no pré-64, teve uma participação importante, na desestabilização de João Goulart.<sup>67</sup>

O professor Caio Navarro continuou respondendo aos questionamentos:

A questão do PCB, era um dos atores importantes dentro das Esquerdas, mas é preciso lembrar que o PCB, não era radical. Jamais o PCB teve posições radicais, o PCB defendia como já foi mencionado aqui, uma ideologia nacional desenvolvimentista. Qual seja a necessidade do Capitalismo brasileiro se opor a sua dependência em relação ao imperialismo norte-americano. Ampliar a Democracia era um projeto desenvolvimentista, no sentido de que, não na visão e da pista do partido. Era necessário ampliar o Capitalismo, constituir a Nação.

Assim como foi mencionado no contexto internacional, nós não tivemos a oportunidade de detalhar, desenvolver, mas é o contexto da guerra fria. Eu apenas resumiria dizendo, como já disse na minha fala. Temia-se por parte dos conservadores, que uma nova e grandiosa Cuba, fosse aqui instalada. E os Estados Unidos estiveram atentos a isso. A Embaixada norte-americana, e até hoje o senhor Lincoln Gordon que na ocasião as Esquerdas brincavam e diziam: “chega de intermediários, para Presidente Lincoln Gordon”.<sup>68</sup>

O professor Caio Navarro continuou ainda ressaltando:

É importante preservar esse instituto, essa conquista; então há isso, no entanto, no entanto... Eu diria que uma participação ativa, uma participação extensa das camadas populares no Poder; isso é intolerável! Isso é intolerável e é inaceitável dos setores dominantes.

Então temos que ter sempre presente isso, que a Democracia dentro da ordem burguesa, ela tem limites. Não significa absolutamente dizer que a Democracia é uma invenção burguesa. A Democracia política mesmo nos quadros, nos marcos do Capitalismo, ela é muito melhor. Nós devemos defendê-la de forma resoluta; e como a senhora afirmou: “ditadura nunca mais”. A ditadura ao contrário, do

<sup>65</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará P. 41 e 42

<sup>66</sup> Idem. P. 45

<sup>67</sup> Idem. P. 45



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

que alguns poderiam pensar, que ela poderia propiciar o aguçamento das camadas populares, das forças revolucionárias.

Essa Democracia tem limites, no Capitalismo, ela não é nunca a soberania popular o poder popular. Porque ela tem limites, é a Democracia que permite o debate político, as eleições regulares de tempos em tempos. Mas não é a Democracia que vai disciplinar o capital, disciplinar o mercado. Do povo poder discutir as questões mais essenciais que afetam, diária e cotidianamente as suas vidas. A Democracia na ordem capitalista não limita o poder econômico, enquanto existir a ordem capitalista<sup>69</sup>.

A palavra foi passada para a Sra Walda Weyne encerrou o evento lendo a apresentação em nome do Presidente da Assembléia Legislativa do Ceará Deputado Marcos Cals.

Permanentemente sintonizada com a historicidade e a consciência crítica da sociedade, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, através de seus Órgãos de planejamento, cultura e memória, tem buscado sempre, com a realização de eventos múltiplos, registrar e celebrar os fatos e acontecimentos de relevância pública com o objetivo de manter a história viva e impedir o esquecimento. Em março de 64, ocorreu no Brasil o Movimento Militar que gerou uma das maiores repercussões e transformações políticas, econômicas e sociais, já experimentadas pelo País em toda a sua história.

Esse fato, como não poderia deixar de ser, provocou intensa ressonância na esfera dos Poderes Constituídos, e naturalmente, sobre o Parlamento cearense que, com dignidade e altivez, perpassou todo esse período de exceção, voltado ao cumprimento das Leis então vigentes, no desempenho de seus deveres institucionais. Quarenta anos foram passados, o tempo, o senhor da razão, procede tecendo a cada momento, episódios e fatos que por certo irão concorrer para que no futuro próximo, se efetue uma mais equânime reflexão sobre esse evento de fundamental relevo na história brasileira. Temos a honra, na qualidade de Presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de promover junto com a comunidade cearense, em particular, os estudiosos da história e os partícipes daquele importante fato nacional. No cenário de transparência, que impera no nosso Parlamento, participamos assim, do Processo histórico nacional, que impõe a reflexão constante e o eterno compromisso com os ideais de Democracia e soberania popular, que norteiam a Casa do povo. Deputado Marcos Cals, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. <sup>70</sup>

Aos eventos ocorridos no Brasil em 31 de março de 1964 e que culminaram em um golpe de estado que interrompeu o governo do presidente João Goulart, democraticamente eleito vice-presidente pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – nas mesmas eleições que conduziram Jânio Quadros à presidência pela UDN (União Democrática Nacional), afirmavam os vencedores do movimento ser uma revolução. Hoje, os historiadores definem ter sido um golpe militar.

Jânio Quadros renunciou ao mandato no mesmo ano de sua posse (1961). João Goulart que deveria assumir a presidência, segundo a constituição vigente à época, promulgada em 1946, estava na China comunista. Militantes de direita acusaram Jango de ser comunista e o impediram de assumir o cargo no regime presidencialista. É feito um acordo político e o Parlamento brasileiro cria o regime parlamentarista, sendo João Goulart Chefe de Estado, mas não chefe de governo – desta forma não teria poderes para governar. A instalação do regime parlamentarista para permitir sua posse foi um golpe.

Em 1963 em plebiscito o povo brasileiro votou pela volta do regime presidencialista, e Jango assume a Presidência da República com amplos poderes. O cenário político era o pior possível. Não havia maioria no Congresso Nacional e seu projeto de Reforma Agrária e tantos outros foram derrotados.

O Presidente tinha dificuldades de relacionamento político com os quatro governadores principais: Adhemar de Barros ( de São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Carlos Lacerda ( Rio de Janeiro) e Meneguetti ( Rio Grande do Sul). Na economia, o País enfrentava uma inflação de 90%, não existia responsabilidade fiscal, nem preocupação com a receita e despesa.

A história é um processo marcado por rupturas e continuidades. O ano de 1964 nasceu marcado pela continuidade de profundas desavenças políticas que alimentavam a história brasileira desde 1954. Divergências que se tornaram mais complexas a partir do início da década de 1964. O Golpe submeteu o Brasil a uma ditadura militar que durou até 1985, quando, indiretamente, foi eleito o primeiro presidente civil, Tancredo Neves.

<sup>68</sup> Ata da 18ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. P. 45

<sup>69</sup> Idem. P. 50

<sup>70</sup> Idem. P. 50



## 20 ANOS DO MOVIMENTO DIRETAS-JÁ E O LANÇAMENTO DO LIVRO “JANGO – UM PERFIL” (1945 – 1964).

Autor do requerimento: Dep. Fernando Hugo (PSDB)

Palestrante convidado: Dr. Marco Antônio Vila<sup>1</sup>

Data: 03/04/2004

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 03 de abril de 2004, realizou palestra iniciada pelo Doutor Marco Antônio Vila, que se dedicou à abordagem do tema “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas-Já e o lançamento do Livro “Jango – Um Perfil” (1945 – 1964).

O debate teve início com as boas vindas dadas pelo presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, Deputado Marcos Cals, que registrou a presença do Deputado Francisco Aguiar, do Deputado Adahil Barreto, Deputado Nelson Martins, Deputado Heitor Férrer. Convidou para compor a Mesa dos trabalhos: o Senhor Professor Doutor Marco Antônio Vila, o Ex-Ministro Expedito Machado e Ex-Deputado Federal, os debatedores Jornalista Messias Pontes; o Ex-Deputado Federal Iranildo Pereira; o Professor Doutor Paulo Antônio de Albuquerque.

Brasil, abril de 1984. Um País se veste de verde e amarelo e vai as ruas em um só grito: “Diretas-Já”. 400 mil pessoas em Belo Horizonte, 1 milhão no Rio, 1 milhão e 700 mil nas ruas em São Paulo. Manifestações de grande porte em todas as grandes cidades do País revelam claramente os anseios da população: Eleições Diretas para Presidente. A realização de um pleito presidencial poria um ponto final em um longo período de arbítrio e repressão iniciado 20 anos antes, em 1964.

E passados 20 anos do Movimento “Diretas-Já”, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, considera esta hora por demais propícia para se discutir os rumos do nosso País, depois do seu novo grito de independência. Na oportunidade, teremos o lançamento do livro “Jango – o perfil (1945 – 1964)”, de autoria do Professor Doutor Marco Antônio Vila, que será o nosso palestrante. A coordenação deste evento está a cargo do Inesp, Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, órgão de Assessoria Técnica desta Casa Legislativa.

O Sr. Presidente Deputado Marcos Cals (PSDB):

Esta Casa tem, professor, buscado resgatar na memória da nossa população, a história. E a história tem que ser vivida através dos escritos, através das palestras, para termos uma perspectiva de futuro. E esse Movimento das Diretas-Já, eu jovem ainda, iniciando na militância política, não tinha aquela compreensão maior da importância daquele movimento. Há 20 anos atrás estava na iniciação política, estava com 20 anos, não tinha ainda aquela fundamentação, aquele conhecimento, a apreensão do que seria, do que poderia acontecer e do que está acontecendo hoje. Nós estamos vendo aquele movimento consolidando cada vez mais a nossa Democracia<sup>2</sup>.

A palavra foi passada para o Sr. Marco Antônio Vila que iniciou sua palestra saudando a todos e agradecendo ao convite. Disse:

Nós somos um País muito conservador e a discussão histórica feita na universidade, ainda por uma série de problemas, não consegue atingir a sociedade e quando estou falando da sociedade, estou pensando na elite política, na elite econômica. E isso eu observei, por paradoxal que seja, no debate das Diretas-Já, por que no meio da discussão o Ministro Luís Dulci, fez uma afirmação que diz o seguinte: “tal qual a Abolição, a República, o Diretas-Já era um Movimento semelhante aos acontecimentos do passado de grande unidade nacional<sup>3</sup>.”



<sup>1</sup> Doutor Marco Antônio Vila, é Doutor em História Social pela USP (Universidade de São Paulo), atualmente é Professor de História do Departamento de Ciência Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>2</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 02

<sup>3</sup> Idem. P. 05

O professor Marco Antônio Vila, falou sobre a Emenda Dante de Oliveira, criada pelo jovem Deputado Federal Dante de Oliveira<sup>4</sup>, que foi o primeiro candidato a apresentar proposta de Emenda nas Eleições Diretas. Ressaltou ainda que houveram na época outras propostas de emenda, porém apenas a apresentada por ele possuía 15 linhas sendo bastante sucinta. Continuou sua exposição dizendo:

Então apareceu a Emenda das Diretas-Já do Dante de Oliveira<sup>5</sup>. O PMDB, na época o Centro da Oposição era a questão econômica, era luta contra aqueles Decretos, alguns devem lembrar, 2.045, Decretos do Governo Figueiredo<sup>6</sup> sobre política salarial. A questão da situação econômica era muito difícil em 83, porque a partir de 1981, houve uma queda sensível do crescimento econômico, uma vez com crescimento negativo, a disparada da inflação passando de 200, 300% . A situação era muito complexa e ao mesmo tempo o esgotamento do Regime Militar<sup>7</sup>, que deu as cartas durante boa parte do período, mas que naquele momento, dada a crise econômica e especialmente os problemas externos, a questão da dívida externa, o México acabou suspendendo o pagamento da dívida e a crise mexicana acabou se espalhando pelos Países do então chamado Terceiro Mundo. Não existe mais hoje tal definição até porque não existe o socialismo real. A situação econômica acabou ficando extremamente difícil para o Governo Figueiredo, que tinha chegado ao poder em 1979 nas eleições pelo Colégio Eleitoral<sup>8</sup>.

O professor Marco destacou que naquele período o país estava em situação difícil, com a disparada da inflação, dificuldade de honrar os pagamentos, os juros e as amortizações da dívida. Falou ainda que sobre a política, dizendo:

Politicamente, nós já tínhamos tido em 1979 a Anistia, que foi um momento importante da história brasileira, que repercutiu no retorno da maior parte dos exilados e à volta a vida política de banidos, cassados etc., uma série de outras questões não foram resolvidas, mas isso são outros quinhentos e não cabe hoje eu colocar essa questão<sup>9</sup>.

A reorganização partidária que ocorre durante o Governo Figueiredo, que é algo importante com a criação de seis partidos, porque foi criado o PP, o Partido Popular que acabou se auto-extinguindo quando foi criado o voto vinculado. Vocês devem se lembrar que o voto vinculado nas eleições de 82 obrigava que o vereador nas eleições, nas cidades que tinham Prefeito, Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal, Senador, que fossem do mesmo Partido. Isso inviabilizava, segundo os dois principais políticos do PP à época, Magalhães Pinto<sup>10</sup> e Tancredo Neves<sup>11</sup>, a existência do Partido principalmente inviabilizava a possibilidade de Tancredo chegar ao Governo de Minas em 82. Isso faz com que o PP se extinga e a maior parte dos políticos do PP foram para o PMDB e outros buscaram outras legendas.

Então essa reforma, essa reorganização partidária joga um papel importante também na questão das Diretas-Já, porque acabaram se consolidando cinco Partidos, inclusive com a legalização do Partido dos Trabalhadores, os outros Partidos de Esquerda que só vão ser legalizados depois de 1985. O primeiro Partido de Esquerda Legalizado é justamente o Partido dos Trabalhadores.<sup>12</sup>

<sup>4</sup> Dante de Oliveira, engenheiro civil, formado pela UFRJ, foi Deputado Federal, autor da Emenda Constitucional das Diretas Já e foi governador do estado do Mato Grosso no período de 1998 a 2003.

<sup>5</sup> Emenda Dante de Oliveira: Deu-se o nome de emenda Dante de Oliveira à emenda constitucional proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira que tinha o objetivo de instaurar eleições diretas para Presidente da República. A enorme pressão popular para que a emenda fosse aprovada transformou-se num dos maiores movimentos político-sociais da história do Brasil e logo recebeu o nome de Diretas-Já.

<sup>6</sup> João Baptista de Oliveira Figueiredo: General João Baptista de Oliveira Figueiredo (Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1918 – Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1999), foi o último presidente da República durante o regime militar, entre 1979 e 1985.

<sup>7</sup> Regime Militar (Ditadura) foi instaurado pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964. Estende-se até o final do processo de abertura política, em 1985. É marcado por autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação.

<sup>8</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004.. P. 06

<sup>9</sup> Idem. P. 07

<sup>10</sup> José de Magalhães Pinto foi um dos principais artífices do golpe militar de 1964.

<sup>11</sup> Tancredo de Almeida Neves (São João del-Rei, 4 de março de 1910 — São Paulo, 21 de abril de 1985) foi eleito presidente do país por via indireta em 1985, mas nunca chegou a tomar posse no cargo. Com Sarney como vice, derrotou Paulo Maluf na última eleição indireta do país. Porém, a sua saúde não resistiu e, em 21 de abril Tancredo falece vítima de infecção generalizada, aos 75 anos. Tancredo Neves seria o primeiro presidente civil após o Golpe de 1964

<sup>12</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 07

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O professor Marco Antônio falou ainda sobre as eleições de 1982 no Rio de Janeiro, que foram vencidas por Leonel Brizola, em São Paulo por Franco Montoro e em Minas Gerais por Tancredo Neves, ressaltou que em nove Estados o PMDB venceu, em um o PDT e nos outros o PDS. E continuou dizendo:

É bom lembrar que o processo de distensão que começou com Geisel<sup>13</sup> e foi aprofundado pelo Governo Figueiredo, com a chamada Abertura, partiu do pressuposto que era possível controlar todos os atores sociais. Como se fosse possível ter o controle de todas as variáveis. Essa era a idéia de fazer uma transição, portanto, sobre o controle do Regime Militar e que o sucessor de Figueiredo se fosse um Civil, era possível que fosse, mas fosse do Partido Governamental, do Partido Democrático Social criado na Reforma Partidária do Governo Figueiredo. Portanto era uma situação que onde havia a maior parte do PIB, do Produto Interno Bruto, o PMDB venceu. Nos Estados mais pobres venceu o PDS. Mas ainda o PDS teria condições de fazer o sucessor do Presidente Figueiredo. Naquela situação portanto de problemas econômicos, de transição, em que se tem o Regime Militar ainda presente, as candidaturas do setor de informações, Otávio Medeiros atropelava por fora, chefe do SNI, o Figueiredo a todo o momento ameaçava trazer o Walter Pires, Ministro do Exército, falando: "Olha se a situação apertar eu chamo Walter Pires". Portanto se tem uma pressão da chamada "Comunidade das Informações". Por outro lado há os candidatos civis, e há um deles que de certa forma colaborou indiretamente com o processo de transição como ocorreu, que é o Paulo Maluf.<sup>14</sup>

O professor Marco Antônio Vila falou também sobre Paulo Maluf, ressaltando que o mesmo tinha sido Governador de São Paulo em 79 e 82 e que usou os recursos do Governo do Estado à exaustão, de forma, pouco ortodoxa ao trato da coisa pública, que marca a carreira do Senhor Paulo Maluf até os dias atuais. Continuou ainda:

Então tinha, Paulo Maluf, o Aureliano Chaves já citado, e tinha Mário Andreazza, Ministro do Interior. Portanto, se tinham os candidatos: Mário Andreazza, Aureliano Chaves, Paulo Maluf que eram os candidatos mais fortes e havia alguns outros menos votados que ficavam aguardando ver como é que a situação poderia ficar. Do lado civil não tinha nem candidato, porque no Colégio Eleitoral a vitória do PDS seria tranquila, absoluta, pelos cálculos feitos em abril de 87 e não foi acidental quem calculou montou muito bem, seria impossível se não houvesse uma fração, uma divisão no interior do Partido Governamental, qualquer vitória da Oposição. Mas os tempos estavam bem diferentes, crise econômica, não era a época do milagre, não era 1973 ou o Governo Geisel, em que a situação econômica ainda estava em crescimento bastante considerado no País, basta ver a expansão da indústria de bens e capital, por exemplo, durante os 5 anos do Governo Geisel. Era um momento de crise econômica. A Emenda Dante de Oliveira começa a tramitar e o PMDB vai assumir a bandeira das Eleições Diretas. Até então a bandeira política principal do PMDB era a Constituinte, não eram as Eleições Diretas. Começam os primeiros comícios, Curitiba, uma série de pequenos comícios. Mas efetivamente a campanha decola no dia 25 de janeiro de 1984, em São Paulo, no comício da Praça da Sé. O comício da Praça da Sé é um marco histórico porque o número de pessoas é difícil estimar, fala-se em 300, outros falam em mais de 300 mil. Mas foi ali que a campanha começou efetivamente, quer dizer adquiriu um caráter de massa.<sup>15</sup>

O palestrante destacou ainda o papel da Rede Globo, que foi obrigada a dar uma notícia falsa, divulgou que no dia 25 de janeiro estava sendo feita uma homenagem à Independência do Brasil, porém a notícia verdadeira era a comemoração do aniversário da cidade do Rio de Janeiro. Continuou falando:

Se vocês pegarem "o tape" da época irão ver o absurdo. Mas teve que noticiar, tinha muita gente lá, era impossível apagar aquilo. E foi crescendo e houve uma série de atos por todas as Capitais do País, algo que nunca tinha ocorrido também em todas as Capitais do País. Em algumas cidades você tinha quase que 15%, 20% da população da cidade participando dos atos. E aí houve acusações que as

<sup>13</sup> General Ernesto Geisel (Bento Gonçalves, RS; 3 de agosto de 1907 – Rio de Janeiro, RJ; 12 de setembro de 1996), o quarto presidente do regime militar instaurado pelo movimento de 1964. Nasceu em uma família luterana de imigrantes alemães. Foi lançado oficialmente candidato à Presidência pela Arena, em 18 de julho de 1973 e venceu no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974 o "anti-candidato" Ulysses Guimarães.

<sup>14</sup> Ata Sessão Especial do "Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro "Jango - Um Perfil" (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 11

<sup>15</sup> Idem. P. 12



peças eram compradas, aquelas coisas de sempre, que os artistas iam lá por causa de cachê. Tudo bobagem! Na verdade o que se tinha era uma manifestação, um desejo de participação política que estava na garganta, afinal a última eleição presidencial tinha sido em 1960, portanto não se tinham eleições há mais de 20 anos.

E a pressão foi crescendo. Os grandes comícios, os últimos três foram em Belo Horizonte, depois no Rio, na Cinelândia, e depois em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, que provavelmente foi o maior comício da história do Brasil. O Brizola sempre reivindica que o maior comício teria sido no Rio de Janeiro, lá realmente tinha muita gente, e foram os dois maiores comícios realizados certamente na História do Brasil como em participação popular. O de São Paulo foi dia 16 de abril.<sup>16</sup>

O Professor Marco Antônio falou também sobre a Emenda que foi votada na madrugada no dia 25 para o dia 26. Disse ainda que esta Emenda precisava de 320 votos, então eram necessários dois terços, e teve apenas 298, faltaram 22. Ressaltou também:

Muitos se ausentaram, poucos votaram contra, a maior parte da Bancada Governamental se ausentou. Naquele momento, nas vésperas da votação, o Movimento tinha três grandes linhas; os que defendiam as Diretas-Já, que queriam Eleições Diretas portanto em 1985. Os que queriam “Diretas Daqui a Pouco”, como o Leonel Brizola, que por debaixo dos panos negociava com o Figueiredo a extensão do mandato dele por mais dois anos, (já imaginou mais dois anos de Figueiredo não seria fácil), mas defendia porque com isso o Brizola poderia ser candidato, saindo do Governo do Estado depois de quatro anos, estruturando o Partido nacionalmente e ter cacife para poder participar nas eleições presidenciais, tenta negociar com o Figueiredo essa possibilidade. E há os que defendiam as “Diretas Jaz”. As “Diretas Jaz”, jaz no sentido de jaz mesmo, ou seja que queriam matar as Diretas, a possibilidade de ter Diretas. Certamente uma parte do PMDB estava nela, como por exemplo, o Tancredo Neves, que sabia que em seu futuro político seria muito difícil ele ser vitorioso numa Eleição Presidencial Direta naquela conjuntura, com a figura de Ulysses Guimarães, que tinha aparecido como a grande figura de Centro Direita na campanha das Diretas. Seria um candidato imbatível dentro do PMDB. Agora na hora das eleições não se sabe, as urnas são sempre surpreendentes, mas seria o Candidato do Partido e não haveria espaço para o Tancredo, que inclusive estava na época como já disse, como Governador de Minas Gerais, e apostava portanto numa solução negociada via Colégio Eleitoral. Agora, ninguém sabia o que iria ocorrer.

Quando a Emenda foi rejeitada não se sabia o que fazer. É quando começou a haver um racha no interior do PDS, e a criação da Frente Liberal. A criação da Frente Liberal passa a ter um papel extremamente importante porque ela viabiliza a possibilidade da Oposição ir ao Colégio Eleitoral com a possibilidade de vitória. E aí há o racha com a saída do Aureliano Chaves, do Marco Maciel muito depois do José Sarney, que era o Presidente do Partido. Com esse racha que abriu as condições do PMDB buscar uma aliança com essa Frente, que depois se constituiu em Partido, com esse grupo que está saindo do PDS, junto com o PDT e o PTB, excluindo o PT porque o PT é contra ir ao Colégio Eleitoral, mesmo assim de 18 Deputados, três vão ao Colégio Eleitoral, Aírton Soares, Bete Mendes e José Eudes, dois de São Paulo e um do Rio de Janeiro, votam no Tancredo, os outros cinco não foram, seguindo a recomendação partidária, os que foram acabaram sendo expulsos do Partido. E se viabilizou essa possibilidade de transição e acabaram as eleições do dia 15 de janeiro via Colégio Eleitoral, portanto restritas, o Tancredo sendo eleito por larguíssima margem. Chega o momento em que o temor do Tancredo é que o Maluf desistisse e se criasse uma situação difícil.

O que importa, para concluir, é que temos que separar dois movimentos, um é o Movimento das Diretas, e o outro é a transição via Colégio Eleitoral. São duas coisas diferentes. A transição via Colégio Eleitoral acabou preservando no novo, o velho. Que é um velho problema do Brasil. Ou seja, o novo nunca se constitui como novo plenamente, porque no interior do novo, como tem muita presença das forças do antigo regime, vamos usar uma velha expressão, o novo não se constitui como novo e portanto não rompe as amarras com o passado e constrói uma nova ordem democrática. Nunca ocorre por causa da presença do velho.

Então isto foi uma coisa que ocorreu na transição negociada com Tancredo Neves, nós não rompemos. Ao contrário do que Portugal fez, claro que o processo de Portugal é muito diferente, mas Portugal em um ano fez uma nova Constituição e rompeu rapidamente com o passado, se modernizou. Nós estamos vendo como Portugal se modernizou rapidamente. Alguém pode dizer, mas está na Europa e tal, é verdade, mas o processo de transição foi muito rápido. No caso brasileiro, o nosso processo foi muito lento e, pior, as eleições não foram antes da Constituinte, esse é sempre um problema brasileiro, se lembrem

<sup>16</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004.

1945. Era primeiro para ter a Eleição Presidencial, depois a Constituinte. Acabou não sendo assim, e era a questão que aparecia no *queremismo*<sup>17</sup> toda aquela discussão. Isso é uma outra história mas só para lembrar. No nosso caso o processo seria diferente se primeiro tivesse uma Eleição Presidencial e depois a Constituinte, acabamos tendo a Constituinte e somente em 1989 a realização das Eleições Presidenciais. Isso certamente causou um sério problema ao País até hoje.

As Diretas, para separar, foi um outro processo, um grande movimento de participação popular. Que houve um entusiasmo popular raramente visto na história do Brasil, sim. Que se compara com outros momentos na história do Brasil, não. Portanto, quando eu citei no início o Luiz Dulci falar que parece Abolição, alto lá! Abolição não foi nada disso, teve muita gente contrária e não foi um momento de unidade. A República foi um Golpe Militar reacionário, conservador antinegro. Não tinha republicanos em nenhum lugar, nem aqui em Fortaleza. Basta ver que a República foi proclamada num quartel aqui, assim como foi em Salvador, no Rio de Janeiro, no quartel general no antigo Campo de Santana. Portanto essa história de Unidade Nacional é construção. As Diretas não foram momento de unidade, ao contrário, se fosse unidade teria sido aprovada a Emenda Dante de Oliveira na madrugada do dia 25 para 26. Então eu acho que hoje com o tempo, dá para termos mais tranquilidade para poder fazer uma análise e ver as diversas forças sociais que interagiram naquele momento, mas aprender algumas lições, e a principal delas é que não há saída a não ser no interior da Democracia. É muito perigoso tentarmos encontrar soluções fora da Democracia, porque até 64 nós tivemos a relação entre Democracia e crescimento econômico, chegou em 64 se descolou uma coisa de outra. A partir de 67 nós tivemos um grande crescimento econômico que foi na verdade até o final dos anos 70, mas não teve a liberdade, quando veio a liberdade não teve crescimento econômico.<sup>18</sup>

Marco Antônio Vila concluiu dizendo: “Então o grande desafio que coloco para nós e era o desafio na verdade colocado nas Diretas, é como compatibilizar liberdade e Democracia com desenvolvimento econômico.”<sup>19</sup>

A palavra foi passada para o Jornalista Messias Pontes<sup>20</sup> que iniciou sua participação dizendo:

Nós vivemos hoje um momento muito rico: os 40 anos do Golpe Militar, os 20 anos da Campanha das Diretas, os 25 anos da Anistia Política, os 30 anos da Morte de Frei Tito.

Uma das coisas que chamou mais atenção, em toda história brasileira foi a espontaneidade das massas. Outra coisa que chamou atenção foi o desprezo, principalmente da Rede Globo, em querer desconhecer a campanha das Diretas, se tinha realmente a Folha de São Paulo que era o principal veículo de comunicação a apoiar, a divulgar e a incentivar a Campanha das Diretas.

E a espontaneidade no Brasil inteiro, com o papel fundamental dos Governadores tendo à frente Franco Montoro, Leonel Brizola. Aqui tivemos o apoio do Gonzaga Mota, está aqui o filho dele, só que o Gonzaga não foi para o nosso palanque naquele comício das Diretas, mas deu apoio e foi o primeiro Governador do Estado a aderir ao Colégio Eleitoral com Tancredo Neves, apoiar Tancredo, poderia ter sido o Vice, foi convidado pelo Tancredo, e teve medo, achava que era muito novo.<sup>21</sup>

O jornalista Messias Pontes finalizou sua participação dizendo:

Nunca antes houve isso, nem durante o Impeachment do Collor eu acho que houve tanta espontaneidade das massas para ir às ruas e exigir. Só que as Diretas, as Eleições Diretas começaram a ser exigidas desde o dia que foi editado o Ato Institucional N° 2<sup>22</sup>, se eu estou lembrado, parece-me que foi no dia 27 de outubro de 1966, quando os Militares acabaram com os Partidos Políticos, acabaram com

<sup>17</sup> *Queremismo* foi um movimento popular cuja consigna era Queremos Getúlio e que propunha uma Assembléia Constituinte com Getúlio Vargas na Presidência da República.

<sup>18</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 16

<sup>19</sup> *Idem*. P. 16

<sup>20</sup> Messias Pontes: Jornalista, foi preso político em 1972 e em 1974. Atualmente é Vice-Presidente do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa,

<sup>21</sup> *Idem*. P. 17

<sup>22</sup> Ato Institucional N.º 2 - Em 27 de Outubro de 1965, o general Humberto de Alencar Castello Branco baixou o Ato Institucional Número Dois, ou AI-2, que instituiu a eleição indireta para presidente da República, dissolveu todos os partidos políticos, aumentou o número de ministros do STF de 11 para 16, reabriu o processo de punição aos adversários do regime, estabeleceu que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso, intervir nos estados, decretar o recesso no Congresso, demitir funcionários por incompatibilidade com o regime e baixar decretos-lei e atos complementares sobre assuntos de segurança nacional.

o pluripartidarismo criando ARENA e MDB, o Partido do “Sim” e do “Sim Senhor”. E os Militares acabaram também com o AI 2 e assim as Eleições Diretas para Presidente da República. Então no dia seguinte já se estava falando em Diretas, todo mundo queria eleger o seu Presidente. Houve muitos movimentos. Começou o primeiro comício no dia 27 de novembro de 1983, mas o pontapé mesmo para valer, foi o comício do dia 25 de janeiro com o aniversário de São Paulo.<sup>23</sup>

A palavra foi passada para o Sr. Iranildo Pereira<sup>24</sup> que deu início à sua colocação dizendo:

Eu diria que logo após o Golpe Militar, já começaram a se esboçar movimentos de rebeldia e de inconformismo. O próprio MDB que foi um Partido consentido pela própria Ditadura, mas no seu seio surgiram vários Deputados contra a Ditadura, e formou-se naquela época dentro do MDB o Grupo Autêntico, que tinha como meta principal o combate à Ditadura e o retorno às liberdades democráticas. Isso no começo e olhem que os riscos eram tamanhos, Deputados foram cassados, mas houve esse primeiro movimento. E sequenciaram vários outros movimentos, que iam mostrando à sociedade o inconformismo de viver num regime ditatorial, onde foram suprimidas as liberdades democráticas fundamentais. Quanto mais se reagia, mais a Ditadura reagia, cassando mandatos, exilando as pessoas, matando, prendendo, jogando nos cárceres, mas nem por isso os movimentos foram sufocados. Então essa Tendência Popular desempenhou um papel muito importante porque ela passou a analisar também a Ditadura sob o ângulo social e se espalhou em pequenos grupos no País inteiro. Aqui no Ceará nós organizamos essa Tendência Popular, juntando todos os grupos de Esquerda, na qual a Maria Luíza teve um papel juntamente com o restante, muito importante na organização desse movimento, e isso foi aos poucos ferindo a fortaleza da Ditadura, porque cada martelada que se dava de certo modo feria.

Posteriormente veio um outro movimento que criou um espaço muito grande que foi o da Anistia, que era um movimento extremamente corajoso, porque a Anistia significava que iríamos mexer com os males que a Ditadura tinha praticado contra as pessoas. E no meio, nós tivemos também as primeiras manifestações em São Paulo, no ABC Paulista, onde os operários desempenharam um papel muito importante na contestação do Regime.<sup>25</sup>

O Sr. Paulo Antônio de Menezes Albuquerque<sup>26</sup> iniciou sua participação dizendo:

Então acredito que a ponte entre esse passado recente, que não passou ainda, e o Movimento das Diretas e a recuperação da Democracia, passa por essa reflexão, em torno da consistência das instituições brasileiras, em torno do que nós fizemos historicamente, em termos de compreensão política. Essa atividade que o Senador Expedito Machado também caracterizou aqui como sendo aquela atividade que mais dignifica o ser humano. Porque é mais nobre, estendendo além dos seus efeitos, sua ação, além da simples vida do indivíduo. De como nós poderíamos criar nessa vida política brasileira, raízes democráticas, para que a Democracia não fosse um episódio. Porque o que o livro me deu a impressão, eu acredito que é uma das teses centrais, é de como o debate em torno da Democracia: tanto pela Direita como pela a Esquerda, era marcado por uma visão estratégica, ou seja, de que modo nos interessa a Democracia, de que modo nos favorece, quando nos favorecer. Então ela passa a ser um assunto secundário, fica em segundo plano.

Acredito que essa questão é a partir daí como o Deputado Iranildo registrou, o ponto onde renasce mais tarde, em 84, a questão democrática. Porque o que me recordo, que a posição da Classe Média brasileira, foi uma posição ambígua durante esse período. O próprio livro registra como no dia 02 de abril, a queda de Goulart, foi saudada com fogos e comemorações. Enquanto que a Classe Operária, mesmo aqui cortada pelo trabalhismo de Jango, não participava daquela euforia.

E a Classe Média só vem a se desencantar com o Regime Militar pouco a pouco, a medida em que percebe não só, que os seus direitos elementares estão sendo restritos, mas que as promessas econômicas não são

<sup>23</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 20

<sup>24</sup> Iranildo Pereira pertence ao PMDB, e foi Deputado Estadual por quatro anos, e Deputado Federal por oito anos.

<sup>25</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004.. P. 21

<sup>26</sup> Idem. P. 22

<sup>26</sup> Paulo Antônio de Menezes Albuquerque é Doutor em Direito pela Universidade de Münster na Alemanha. Funções exercidas: Procurador da Universidade Federal do Ceará e Professor de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará

cumpridas. Então me parece, não sei se o historiador, o Professor tenha partido dessa mesma visão. Que em 84 consagra esse processo de convenção da Classe Média, que já vinha dos anos 70.<sup>27</sup>

O Sr. Pedro Albuquerque<sup>28</sup> participou também do debate dizendo:

Eu venho de uma geração que antes de 1964 se irmanou em torno da luta para um Projeto de País. O País vivia em um debate intenso, profundo. Então esse País vem se debatendo no caminho, tentando construir um caminho próprio de desenvolvimento, um caminho próprio de soberania, de igualdade. E esse Projeto Nacional, galvanizava a participação da juventude, e não era só da Esquerda! Havia também a juventude da Direita, que também participava e tinha outra visão para o País. Foi essa visão que foi vitoriosa pelas armas, em 64.

Portanto, nós somos de uma geração do pró; quer dizer, nós tínhamos um projeto, a favor do qual nós nos alinhávamos. Com a caída de João Goulart, nós passamos a nos unir pelo "não". Quer dizer, a luta foi contra a Ditadura, então tudo que nos unia era a Oposição da Ditadura.

Com a queda da Ditadura, essa ampla frente desfaz-se, ela se fragmenta. Surgem novos Partidos: PT, PDT, o PCB já se retira do PMDB, então há uma fragmentação. Essa fragmentação, já na pós-Ditadura; até hoje, Professor, o que eu sinto é que essa fragmentação, ainda não teve força, até hoje, mesmo com a eleição do Lula de voltar a construir, de retomar o projeto do pró, quer dizer, um Projeto Nacional.

Antes de 64 esse projeto estava se definindo, foi derrotado em 64, depois de 64 há a unidade em torno da luta contra a Ditadura. Mas após a Ditadura, nós não refizemos esse Projeto Nacional.<sup>29</sup>

O Professor Pedro Albuquerque continuou sua exposição ressaltando que antes de 1964, a unidade do projeto estava centrada na questão da igualdade. A Democracia era relevada a segundo plano. Para muitos grupos, o fundamental era a igualdade social, a Democracia passava pela igualdade. Com a desaparecimento da Ditadura, veio a luta pela Democracia, participação do povo nos processos decisórios, criação de conselhos. Disse ainda que:

Então nós na verdade, transformamos a luta pela Democracia num ponto de unidade; a luta pela participação. Mas não fomos capazes, nesse processo, de retomar o discurso da igualdade. Eu acho que o discurso da igualdade, ficou ausente, ele veio postergado. Veja aqui, que eu não considero a mera luta da reivindicação salarial como um discurso da igualdade. O Discurso da igualdade passa pelas profundas transformações do País. Esse discurso foi abandonado, e agora nós nos vemos numa situação difícil.<sup>30</sup>

O professor Pedro Albuquerque disse também que hoje a Esquerda e a Direita têm o mesmo discurso, um discurso igual; o discurso do crescimento e da queda dos juros. Disse também que a luta pelo crescimento econômico era um desejo generalizado dos Partidos. Ressaltou:

Mas eu sinto que o País necessita dar uma resposta a isso. Eu acho que cada País tem que buscar essa resposta na sua própria história. E eu acho que uma das razões, uma das fortes razões, para que a Esquerda brasileira, não tenha sabido construir esse Projeto Nacional, tendo como centro da questão a igualdade, é porque a Esquerda brasileira negou a história. Ela tentou negar a história passada, ela não tentou retomar a experiência que os movimentos sociais e populares tiveram no passado. É tanto assim, que os problemas não resolvidos em 30, que os problemas não resolvidos nos anos 50, que os problemas não resolvidos nos anos 60, estão aí diante de nós. Exemplo: Reforma Agrária, a questão agrária está aí diante de nós; o problema da propriedade está aí diante de nós, todo problema colocado; o problema da soberania; do ensino, da educação foi colocado diante de nós.

Então eu acho que o fato da Esquerda brasileira ter tentado negar o passado, como se a história recomeçasse a partir daquele momento quando se abriram as comportas para Democracia. Inclusive tentou, porque eu penso o seguinte: na verdade, era como se no momento em que a Esquerda partisse para discutir o Projeto Nacional, a divisão nela ainda seria mais profunda, inclusive dentro do próprio PT. Na hora em que o PT for discutir a questão nacional, o que vai ter de pedaços de PTs espalhados,

<sup>27</sup> Ata Sessão Especial do "Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro "Jango - Um Perfil" (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 27

<sup>28</sup> Pedro Albuquerque é formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará e em Sociologia, pela Universidade de Ottawa Canadá, onde fez também Mestrado em Sociologia.

<sup>29</sup> Ata Sessão Especial do "Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro "Jango - Um Perfil" (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 29

<sup>30</sup>Idem. P.29 e 30

divididos. Porque o que uniu o PT foi o discurso da Democracia, com base na Liderança do Lula. Foi o discurso da reivindicação, das corporações organizadas no País. Mas o discurso não foi além, parou no campo social, numa política igual a que o PSDB sempre adotou, que é a política compensatória. Aquela visão do Fernando Henrique Cardoso, de que o nosso desenvolvimento poderá ocorrer, mas ocorrerá na periferia do sistema capitalista.<sup>31</sup>

A Sra. Maria Luiza Fontenele iniciou sua participação dizendo:

Eu considero que essa forma de dicotomia, Democracia e Regime Militar ou Democracia e Ditadura não abarca a natureza da reflexão que precisa ser posta. Eu gostaria de dizer, por exemplo, que para entender a Ditadura Militar é preciso entender o que havia num plano internacional. E eu pensei que o Pedro iria fazer referência a isso, uma proposta que era a construção de uma sociedade socialista. Ou seja, a luta dos Partidos, ditos comunistas, a luta da Esquerda era a luta para construir uma sociedade de um novo tipo. Não era uma luta para dar continuidade ao sistema capitalista, que estava em curso.

Então eu acho que hoje, o que nós precisamos avaliar é o que não foi possível realizar; o que foi perdido e o que é que hoje tem que ser diferente. Então a formulação que você faz, ela é a que deve ser posta. Nós vamos continuar a lutar para manter o capitalismo?

Então não é a Democracia ou a não-Democracia. Porque na verdade, por exemplo, que houve crescimento, aliás, os militares dizem isso: “Houve crescimento, porque era o Regime Militar. No momento em que começou a Abertura, deixou de haver desenvolvimento.” Isso é uma falácia! O sistema capitalista estava em forte desenvolvimento no mundo todo! Ai depois você tem uma crise do sistema capitalista: onde tem Ditadura, onde tem Democracia, a crise está na mesma natureza.

Nós não queremos esse sistema. No entanto, ter a liberdade democrática do Governo do tipo Lula, não está resolvendo! Então qual é a ruptura que tem que ser feita mesmo, para que nós tenhamos uma sociedade onde as pessoas possam ter o seu pleno desenvolvimento? Então eu acho que a questão é essa, e deveríamos, talvez em um próximo momento, aprofundar essa reflexão, porque está todo mundo engasgado. Qual vai ser a solução depois daí? “Fora Lula?” Para botar quem? Ou então uma nova eleição, para botar quem? Entendeu? Porque é uma coisa tão complexa o que está posto, o que está nos exigindo, que falta uma reflexão em maior profundidade.<sup>32</sup>

O Sr. Renato Abreu iniciou sua participação ressaltando:

A minha primeira pergunta para a Mesa é o seguinte: passou-se para o povo, que as Diretas eram uma grande panacéia de solução, depois as Diretas não passaram. E aí gostaria que o Professor, nas suas pesquisas, o senhor conseguiu identificar: o que foi que houve, por que tão poucos votos faltaram naquele Colégio Eleitoral? Porque um movimento tão intenso, tão grande, envolveu tanta gente, cresceu tanto ao ponto, se você pegar as contas do início da transição da Emenda Dante de Oliveira até o dia da votação, ela teve um crescimento de não sei quantos mil por cento em termos de angariar votos de apoio de Congressistas. No entanto, por 22 votos ela não passou. Por que faltaram 22 votos? O que faltou para a Emenda Dante de Oliveira realmente ser aprovada naquele dia? E aí eu gostaria de uma reflexão do Professor, do nosso conferencista e dos outros. Porque depois surgiram especulações de que setores do próprio PMDB, não tinham tanto interesse em aprovar a Emenda Dante de Oliveira, por que uma eventual Eleição Direta naquele momento, teria como candidato imbatível o senhor Ulisses Guimarães, e não o senhor Tancredo Neves, que representava uma ala de conservadores, que era o candidato de uma conciliação por isso mesmo era o candidato talhado para ir ao Colégio Eleitoral, não as praças públicas disputar o voto direto, disputando talvez uma eleição com outro candidato favorito que seria o Brizola. Então essa é a primeira questão.

Será que o próprio PMDB, dentro do próprio PMDB é possível acreditar que existiram pessoas, políticos, Deputados, que sabotaram internamente o sucesso da Emenda Dante de Oliveira naquele dia da votação, enquanto todo mundo na praça acreditava que naquele Movimento, todo mundo lutava por ela, e tinha gente ali dentro, lobos vestidos de cordeiros, que na hora H, por seus interesses políticos, partidários, pessoais, levaram isso mais em conta do que aquela manifestação livre, espontânea do povo? Isso houve realmente?

Até que ponto o desgaste do Presidente Lula hoje, não é muito também em cima dessa coisa mágica, que se imaginou que era a Presidência da República. Um local onde no dia que se sentasse um brasileiro que vem de baixo, vem das massas, era operário, veio do povo – e não havia ninguém mais

<sup>31</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P.30

<sup>32</sup> Idem. P. 30



talhado, mais identificado com o povo do que Lula – o caminho desse País podia ser percorrido de forma diferente. E não está. Está tal qual quando era ocupado pelo sociólogo. E a desesperança está caindo, e está semeando. E eu pergunto, o Lula sente hoje um reflexo, o Movimento das Diretas hoje sente esse reflexo? O Lula sente o reflexo dessa história de que a Presidência era um lugar mágico, que quem sentasse lá resolveria por conta disso tudo?

A outra questão, era mais um dado que eu peguei quando se confidenciou que o Professor Gonzaga Mota, na época Governador, poderia ter sido Vice do Tancredo. E que foi dito aqui que o Presidente Figueiredo não passou a faixa de Vice para o Presidente Sarney, por uma questão até que o Presidente talvez não estivesse nas suas faculdades mentais exatas. É bom entender também o surrealismo disso, porque o Sarney era o Presidente do PDS, ajudou a derrubar as Diretas-Já, e logo depois o povo brasileiro teve que ir para as ruas aplaudir o cara que foi o coveiro das Diretas. É uma coisa complicada. Quer dizer, um cara que passou 20 anos servindo a um Governo, a todo um movimento que o Movimento das Diretas quis derrubar, de repente temos que ir para as ruas bater palmas porque ele vai assumir a Presidência da República. Uma coisa completamente estapafúrdia. Como é que o povo brasileiro poderia ir para as ruas bater palmas para Sarney, mesmo que entrou como Vice, numa negociata de acordos, que foi possível fazer com a eleição do Tancredo Neves.<sup>33</sup>

A palavra foi retomada pelo palestrante Sr. Marco Antônio Vila para responder aos questionamento:

Acho que, não pela ordem, mas o primeiro ponto que temos que pensar no Brasil, em uma dificuldade que temos nos tempos atuais, é como trabalhar com a herança Vargasista. Não é possível ficar com a versão hegemônica que a USP impôs ao País, através do PSDB e do PT, de que deve ser destruída a herança Vargasista. Consegui fazer isso nos anos 90 e continua no tal Governo, que agora vai vir a Reforma Trabalhista, porque férias, 13º, tudo isso é um absurdo, tem que acabar, é algo arcaico, segundo o Ministro do Trabalho, o atual e o anterior, o Wagner e esse Berzoini, que nós vimos na Reforma da Previdência o desastre que ele fez.

A questão da herança Vargasista, eu acho que tem que separar uma coisa de outra. Eu digo o seguinte: O PT assemelha-se em alguns momentos muito a UDN, e os dois não nasceram no ventre do Estado, nasceram fora do Estado. O PSB e o PTB nasceram do Estado Novo, como vocês sabem, e a UDN nasceu fora daquilo, com resistência ao que foi construído. Podemos discutir que forma, tragédia da Ditadura, mas o Estado Novo são outros quinhentos, mas nasceu como resposta àquilo, e de interesses que foram prejudicados pelo primeiro Governo Vargas. E o PT nasce fora do Estado como todos vocês sabem, algo mais recente, não vale nem a pena nos estendermos.<sup>34</sup>

O palestrante Sr. Marco Antônio Vila continuou respondendo os questionamentos sobre a herança Vargasista, dizendo:

Então a questão da herança Vargasista, construção do Projeto Nacional, a ousadia, tudo que nos últimos 20 anos quase que sumiu do discurso nacional, ninguém fala mais em crescimento nacional, nas grandes tarefas que o País pode fazer, etc e tal. O mundo, vale lembrar, foi falado aqui numa das questões, que há uma crise do capitalismo. Não há crise nenhuma! Alto lá, crise de onde? A China cresce há 25 anos ininterruptamente! Crise é no Brasil, que imaginamos que o Brasil é o mundo, o Brasil não é o mundo. A Coréia está em crise, teve problema em 99, mas pegue os indicadores da Coréia dos últimos 40 anos, e pegue o Brasil, veja a diferença. A grande questão é que estamos patinando desde 80, aí são outros quinhentos. O Brasil é uma coisa, o mundo é outra. A década de 90 foi década de crescimento, pode pegar todos os dados, das agências internacionais. Temos que acabar com a mania de querer que a ideologia suplante a realidade.

Ou seja, ou discutimos uma das amarras nossas, que não é destruir o Estado, que foi conquista da população brasileira, não vou dizer do conjunto da população, de todas as reformas que nós tivemos, do crescimento econômico, desenvolvimento, universalização do ensino, uma série de coisas que nós não conseguimos plenamente, mas conseguimos. Jogar fora tudo isso, e ficar com os coronéis? A moça do Jornal O Globo uma vez conversando comigo por telefone, numa entrevista que tinha dado no começo do ano, ela fez uma brincadeira, eles perguntaram para o Sarney, no começo do ano numa entrevista no Jornal O Globo: “É verdade que o senhor manda mais no atual Governo, do que no Governo do senhor?” E é verdade, ele manda mais agora do que no Governo dele – que durante boa parte foi o Dr. Ulisses que deu as ordens.<sup>35</sup>

<sup>33</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 33 e 34.

<sup>34</sup> Idem. P. 34

Marco Antônio Vila colocou ainda que enquanto houver oligarquia não há Democracia. Afirmou que para a construção de uma ordem democrática plena no Brasil, era necessário destruir o poder oligárquico. Continuou ressaltando:

A grande questão que interessa – me parece que é o nosso desafio – é construir coisas novas. Nós sempre olhamos para o passado, e fazemos um discurso velho, arcaico, irresponsável. Porque foi falado aqui, das ilusões dadas pela campanha das Diretas, é verdade, era a solução mágica. Mas não foi só as Diretas, a solução mágica foi o Tancredo em 85, foi a Constituinte. Gente de Esquerda eu me lembro muito bem, dizia: “Não porque vamos fazer grandes coisas na Constituinte, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”, e daí, não aconteceu nada. Deu numa Constituição, e era para pôr todos os Artigos na Constituição, por que os direitos seriam garantidos se estivessem na Constituição. Quantas vezes ela já foi Emendada? 50 vezes, desde 88. Acho que a primeira Emenda foi em 91 ou 92, de lá para cá já teve tudo isso.

Então me parece que no caso nosso, no caso brasileiro, nós temos que fazer alguns desses acertos de contas com o nosso passado. Saber o que significou o Varguismo nos anos 30, a partir de lá foi uma ruptura que nós tivemos, basta ver a estrutura de Estado que surge depois de 30, que não é aquela de Washington Luiz, muito pelo contrário. Eu já vi gente de Esquerda falar que foi uma tragédia o Vargas ter assumido, que era melhor o Júlio Prestes. Quer dizer, é inacreditável! Júlio Prestes foi quem venceu as eleições de 30 – só para pôr as coisas no lugar.

Segundo, como é que nós vamos enfrentar os grandes dilemas que o País vive hoje, que são dilemas que vêm de 64, evidente, passa por 68, de luta contra a Ditadura, etc, mas passa primeiro por uma questão, pela valorização da Democracia. Não é possível fazer um discurso que despreze a Democracia, porque isso nós sabemos onde acaba, e acaba com a Direita no poder, não é com a Esquerda no poder, acaba com a Direita. Isso já aconteceu outras vezes na história brasileira.

A questão que se coloca pronto ao Governo, é como ele não consegue construir o novo, e não tem a mínima ousadia. E já ouvi dizer outro dia, que quatro anos é pouco, Juscelino ficou cinco e fez tanto. A questão não é essa, a questão é de ter ousadia. Se você for pegar os jornais da década de 50, o Juscelino caía a cada dia, segundo os jornais, teve duas rebeliões militares, quase não tomou posse, basta ver os acontecimentos em novembro de 55, dois acontecimentos que lhe obrigaram a respeitar o resultado eleitoral, e tomar posse em janeiro de 56. Portanto precisa ter ousadia, precisa ter programa, precisa conhecer o País, ter vontade de governar, ler os relatórios, ter disposição de atender Ministros. O atual Presidente tem certos Ministros que recebeu uma vez em 15 meses. Então não é possível governar desse jeito, ou seja, compromisso não é só compromisso de origem social, se não nós vamos colocar um artigo na Constituição que só pode ser candidato quem for operário. Não basta isso, precisa mais, precisa ir além dessa história que já teve, desse passado importante, da luta contra a Ditadura, o compromisso com as transformações. E o compromisso com a transformação é ousar, é mostrar que é possível governar sem fazer acordo com coronéis – se não é o que o Fernando Henrique dizia, é o que os outros diziam.

Quer dizer, se nós repensarmos nessa forma de fazer política, ter um Congresso mais atuante, realizar as reformas indispensáveis – e quais eu não sei, não são essas apregoadas certamente – mas são aquelas que garantam efetivamente o avanço da economia. O que se deve discutir responsabilmente é alongar o pagamento da dívida interna e externa, alongar os prazos, incentivar a construção civil, fazer isso, fazer aquilo. Agora com relação à dívida, é alongar pagamentos, pedir perdão de certos valores internacionais.<sup>36</sup>

O Sr. Marco Antônio Vila finalizou o debate dizendo: “Nós temos uma formação muito particular, que não é a formação do ressurgimento, que a discussão passa por aí, e é o período Pré Primeira Guerra Mundial. Então nós temos certas particularidades, o tamanho do País, a diversidade, etc.”<sup>37</sup>

O evento realizado pela Assembléia Legislativa do Ceará revestiu-se de grande importância, no sentido do resgate da memória e do entendimento de momento tão relevante e decisivo para a afirmação da democracia em nosso País.

Na oportunidade foi analisado o contexto político-econômico e social em que vivia a sociedade brasileira, numa seqüência lógica e riqueza de detalhes sobre acontecimentos e situações que antecederam e dos quais resultaram o movimento em prol das eleições diretas – o movimento Diretas-Já.

<sup>35</sup> Ata Sessão Especial do “Debate sobre os 20 anos do Movimento Diretas Já e o Lançamento do Livro “Jango - Um Perfil” (1945 - 1964), dia 03 de Abril de 2004. P. 43

<sup>36</sup> Idem. P. 45

<sup>37</sup> Idem. P. 45 e 46

# 1964 – REFLEXÕES E ANÁLISE SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL

Autor do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB)

Palestrante convidado: Francisco Batista Torres de Melo<sup>1</sup>

Data: 05/04/2004

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará deu início a 3ª Sessão Plenária do Seminário “1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social” no dia 05 de abril de 2004, com palestra iniciada pelo Sr. Francisco Batista Torres de Melo.

O debate teve início com as boas-vindas dadas pelo presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, Deputado Marcos Cals, que registrou a presença do General Torres de Melo, do General Luciano Salgado<sup>2</sup>, do Coronel Sérgio de Assis Pedrosa, representando o General de Divisão Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, Comandante da 10ª Região Militar; do Coronel Bayma Kerth<sup>3</sup>, do Jornalista e Ex-Deputado Estadual Temístocles de Castro e Silva e da Presidente do Inesp, Dra. Gina Pompeu.

O presidente Marcos Cals passou a palavra para o General Torres de Melo que iniciou sua participação saudando a todos e ressaltando que o ano de 1964 mudou o Brasil. Mudou porque o País estava sendo governado por homens sem muita experiência e sem vontade de dirigi-lo. Para esclarecer o que realmente aconteceu em 64, passou a palavra para Coronel Bayma Kerth.

O Coronel Bayma Kerth saudou a todos e iniciou sua participação dizendo:

Estou aqui designado como um dos representantes do Grupo Guararapes, não para emitir juízo de valor sobre os governos militares e suas realizações, e sim para tecer considerações sobre os aspectos ideológicos e militares da Revolução de 31 de março de 1964. Entendo que a maioria dos livros escritos sobre a Revolução de 1964 entra direto no período revolucionário, sem considerar os seus antecedentes e sem analisar, devidamente, as suas conseqüências.

A Revolução de 64 foi uma das muitas conseqüências da Guerra Fria que ocorreu no Brasil, devido ao despreparo do Presidente João Goulart, que não soube conciliar a atividade política com as superiores responsabilidades de Presidente da República. Terminada a Segunda Guerra Mundial, o comunismo Internacional começou a expandir-se com mais força, liderado pela União Soviética, em oposição às chamadas Democracias Capitalistas Ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos da América.

Ao tratado do Atlântico Norte opôs-se o Pacto de Varsóvia, a China tornou comunista e esta radicalização ideológica, sem fronteiras, levou à ocorrência de inúmeros fratricidas no resto do mundo. Então, esta política expansionista dos Comunistas, que já haviam realizado uma tentativa no Brasil, em 1935, retornou às Américas com mais vigor, e conquistou Cuba, onde no início dos anos 60 houve o problema dos mísseis nucleares soviéticos que seriam instalados naquela Ilha, o que, por pouco, não provocou a Terceira Guerra Mundial.

Foi nessa conjuntura de acirramento de ânimos e de desconfianças, que Jango<sup>4</sup>, após visitar a China Comunista e passar no Brasil por um arremedo de Regime Parlamentarista, assumiu o Governo. Sou, em parte, testemunha dos acontecimentos, porque estava no Rio de Janeiro, no ano de 1963. Foi um ano terrível, com muita desordem, greves gerais, comícios com discursos que exigiam reformas, na Lei ou na marra, proposta de fechamento do Congresso, tudo isso acontecendo sobre a visão



<sup>1</sup> Francisco Batista Torres de Melo é natural de Fortaleza, estudou na Academia Militar das Agulhas Negras. Na vida civil, exerceu o Cargo de Vereador de Fortaleza. É atualmente Presidente do Lar Torres de Melo e Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

<sup>2</sup> Luciano Salgado Campos é natural de Fortaleza. General de Brigada, reformado.

<sup>3</sup> José Antônio Bayma Kerth é natural do Maranhão. Coronel do Exército da Arma de Artilharia, foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, Oficial do Estado Maior da 10ª Região Militar e Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará.

<sup>4</sup> João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango (São Borja, Rio Grande do Sul, 1 de Março de 1918 - Mercedes, Corrientes, Argentina, 6 de dezembro de 1976) foi o vigésimo segundo presidente do Brasil, de 1961 a 1964).

complacente do Governo Federal.

Em feroz oposição, o discurso inflamado dos opositores de Jango, com destaque para Carlos Lacerda<sup>5</sup>, Governador do Rio de Janeiro, inquietava o Governo. Neste quadro de desordens, e estimulada pela subversão da Hierarquia Militar que, também já se iniciava com a missão do Governo, deu-se a Revolta dos Sargentos, em Brasília, envolvendo Militares da Marinha e da Aeronáutica. Como os Sargentos do Exército não aderiram, não foi difícil restabelecer a ordem. E aqui ocorreram episódios da maior relevância, que poucas vezes vem relatados e que vão perpetuar na “História Verdadeira” deste País, o nome de três cearenses, cearenses de incedível responsabilidade, coragem e moral, como mostrarei a seguir.<sup>6</sup>

O palestrante Sr. Coronel Bayma Kerth relatou ainda que, a pretexto da Revolta dos Sargentos e das desordens estimuladas pelo próprio Governo, com a concordância dos Ministros Militares, enviou ao Congresso mensagem propondo Estado de Sítio. Continuou dizendo:

O General Castelo Branco<sup>7</sup>, que era Chefe do Estado Maior do Exército, sentindo que o que estava ocorrendo no País, eram problemas que poderiam ser resolvidos por ação firme do Governo, e preocupado com a utilização do Exército em ações duvidosas, dirigiu-se, por escrito, ao Ministro do Exército, com a lealdade e franqueza que lhe eram peculiares, mostrando a desnecessidade da adoção daquela medida extrema. Depois de alguns dias, o Governo mandou retirar do Congresso, a proposta do Estado de Sítio. Quase que ao mesmo tempo, durante essa tentativa do Estado de Sítio<sup>8</sup>, o Comandante da Brigada Paraquedista recebeu ordem de prender o Governador Carlos Lacerda, e chamou para cumpri-la, também, dois cearenses dignos, como o General Castelo Branco, o Coronel de Artilharia Francisco Boaventura e o Coronel de Infantaria José Aragão Cavalcante, e ambos se recusaram a cumprir a referida ordem por entenderem que era manifestamente ilegal. Qual seria o futuro do Brasil, se o General Castelo Branco não se opusesse ao Estado de Sítio, e se um dos dois coronéis concordassem em seqüestrar Carlos Lacerda? Entrou-se em 64, e nessa ocasião Jango exibiu, ao máximo, o seu despreparo para Governar o Brasil.<sup>9</sup>

O Coronel Kerth falou ainda que foi no governo de Getúlio Vargas que ocorreu a Intentona Comunista de 1935, Getúlio combateu e prendeu os revoltosos. O palestrante continuou seu discurso dizendo:

Jango, Presidente da República, não só apoiou a subversão da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas no caso da Revolta dos Marinheiros, como compareceu e liderou, pessoalmente, o Comício da Central do Brasil e a Reunião dos Sargentos no Automóvel Clube. Ao contrário de Getúlio Vargas, colocou o cargo de Presidente da República a serviço da desordem. E agora, uma observação minha, com a qual muitos que conheceram de perto o General Castelo Branco, concordam: O General Castelo não era revolucionário, embora discordasse dos atos de subversão da ordem estimulada pelo Governo. Era um democrata, e pelo seu desejo, esperar-se-ia as próximas eleições, quando haveria mudança do Presidente. No entanto, acredito que a pressão popular, a Marcha com Deus e pela Família e pela Liberdade, e principalmente, a crescente quebra da hierarquia militar, contribuíram para que os Generais Mourão e Guedes deflagrassem o Movimento, ao alvorecer do dia 31 de março de 1964.<sup>10</sup>

O palestrante continuou sua exposição dando sua opinião de que o General Mourão agiu certo quando conteve a situação de quebra da disciplina e da hierarquia. Disse ainda que se o General Mourão não marchasse, não haveria eleição. Assim, em abril, o General Castelo Branco foi escolhido Presidente da República. Continuou dizendo que:

Quando o General Castelo Branco, por não interferir no Processo Eleitoral, permitiu que dois revolucionários da primeira hora, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, tivessem os seus candidatos derro-

<sup>5</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda (Vassouras, 30 de abril de 1914 — Rio de Janeiro; 22 de maio de 1977) foi um jornalista e político brasileiro. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN). Foi governador do Estado da Guanabara de 1960 a 1965 e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa.

<sup>6</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário “1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social,” P. 04

<sup>7</sup> Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (Fortaleza, CE; 20 de setembro de 1900 – Fortaleza; 18 de julho de 1967), oficial militar e político brasileiro, primeiro presidente do regime militar instaurado pelo golpe militar de 1964.

<sup>8</sup> Estado de Sítio é uma abordagem de governo decretada pelas autoridades competentes em situações de emergência nacional em oposição ao Estado de Direito. São características do Estado de Direito.

<sup>9</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário “1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social,” P. 05

<sup>10</sup> Idem P. 05

tados nos seus Estados, eu, como muitos militares, achei que o General Castelo Branco tinha sido condescendente com os adversários, pois deveria prestigiar os líderes da Revolução. Hoje vejo que ele, na verdade, era como mostrou em todos os seus atos, na vida militar e vida civil, um patriota exemplar, inflexível no cumprimento do dever e das suas convicções democráticas. Ele foi Comandante Militar e Presidente da República, e em cada uma dessas situações agiu de acordo com as responsabilidades do cargo, levando em consideração apenas os interesses nacionais. É lógico que muitas pessoas foram presas, porque evidentemente era preciso afastar os inimigos da Revolução, mas o Brasil logo entrou numa situação de normalidade democrática. Então, em 25 de julho de 1966, os escritores nunca lembram este fato, terroristas explodiram uma bomba no Aeroporto de Guararapes, assassinando duas pessoas, uma delas jornalista, aleijando outras duas, e ferindo mais quinze, das quais uma criança. E aí, os escritores também esquecem que, em 1968, partindo da França, foi exportada para todo o mundo a Revolução Cultural, que pregava a tomada do Poder pela Luta Armada, utilizando-se do terrorismo e do emprego planejado das Guerrilhas Urbana e Rural.<sup>11</sup>

Bayma Kerth fez ainda uma alusão à China, onde ocorreu uma revolução com o mesmo nome, Revolução Cultural, que visou expurgar os chineses considerados inimigos de MaoTsé-Tung<sup>12</sup>. Continuou dizendo:

Não sou, nem nunca fui favorável à tortura, e apenas por se tratar de uma discussão histórica, quero lembrar aos escritores sobre a Revolução de 64, que na França, berço da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, foi colocado a questão se seria legítimo para fazer face às ameaças do terrorismo, violentar uma pessoa, sob suspeição, com o objetivo de salvar milhares de vítimas de um previsível atentado. O recente ataque a esses trens na Espanha é um exemplo contundente que leva a dilema semelhante.<sup>13</sup>

O Coronel destacou ainda Cuba, que condenou mais de setenta escritores a sentenças variáveis de 20 a 25 anos de prisão, por manifestarem publicamente opiniões contrárias ao Governo. Continuou lembrando que:

No entanto, nos idos de 1968, a partir daquela maquinação de tomada do Poder no Mundo pela luta armada, oriunda da França, a qual me referi anteriormente, comunistas, apoiados e treinados pela União Soviética, Albânia, China e Cuba, iniciaram uma feroz ofensiva de guerrilha urbana no Brasil, incluindo-se seqüestro de Embaixadores estrangeiros, acho que foram quatro; assassinatos de militares brasileiros e estrangeiros, só de colegas de minha turma do Estado Maior foram assassinados dois, um Major alemão e um Major de Infantaria Martinez; assaltos a Quartéis e atentados a bomba, como a que esfaçalhou o Recruta Kozel, sentinela do 2º Exército; assaltos a bancos e a trem pagador; e nunca é demais repetir: o massacre do Tenente Mendes da Polícia Militar de São Paulo, pelo assassino e traidor Lamarca.<sup>14</sup>

O palestrante ressaltou ainda que coube ao General Médici, como Presidente, após sua ação decisiva na AMAN, enfrentar a luta das guerrilhas, com decisões oportunas e com o rigor necessário. Continuou sua exposição dizendo:

Criticam o General Médici pela falta de liberdade de Imprensa, e eu lhes digo que em qualquer Guerra as notícias têm que ser controladas. Se numa Nação em guerra, o povo toma conhecimento das sucessivas derrotas, ele perde o ânimo de lutar e a Nação estará definitivamente derrotada. Na Guerrilha não é a mesma coisa, mas a filosofia de negar vantagem ao guerrilheiro é a mesma. Como os guerrilheiros atuam na clandestinidade, as forças da Lei não os conhecem. Se a Imprensa divulga que um deles foi preso, os outros fogem. A Imprensa também, às vezes, inadvertidamente, pode ser usada para a transmissão de mensagens, não só para definir ações de terrorismo, como ainda para incentivar o povo a se colocar contra o Governo. Eu, no Rio de Janeiro, cumpri missão de censurar as transmissões de uma rádio local. Combater guerrilheiros não era tarefa fácil, porque eles eram treinados para matar pela causa em que acreditavam. Procuo ridicularizar os militares pelo "grande efetivo" empregado no Araguaia, contra

<sup>11</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 07

<sup>12</sup> Mao Tse-Tung (ou Mao Zedong; chinês nasceu em 26 de Dezembro de 1893 e morreu em 9 de Setembro de 1976) foi um revolucionário e governante comunista da República Popular da China.

<sup>13</sup> Idem. P. 07

<sup>14</sup> Idem. P. 08



número muito inferior de guerrilheiros. O Brasil não inventou nada! Na guerra de guerrilhas rural, o estudo da experiência de outras Nações mostra que toda a área tem que ser cercada, tem que haver uma grande vigilância sobre as rotas e sobre os suprimentos. A busca dos guerrilheiros é quase de casa em casa e, principalmente, não se sabe quem é guerrilheiro e nem quem é camponês. O importante é que os Governos Militares venceram a ameaça comunista, com relativa rapidez e sem muitas mortes de lado a lado, e isso é muito relevante, quando constatamos que em outros Países das nossas Américas, morreram milhares de pessoas e que, ainda hoje, existem remanescentes da guerrilha, particularmente na Colômbia, onde as FARC infelicitam o povo, continuando a praticar atos de terrorismo.<sup>15</sup>

O Sr. Coronel Bayma Kerth continuou sua explanação fazendo outra observação onde lembrou que, logo após a derrota dos comunistas, o Presidente Militar, General Geisel, iniciou de forma inequívoca a abertura política, à qual o General Figueiredo deu seqüência, propondo a Lei da Anistia, que permitiu o retorno dos exilados. Falou ainda sobre o episódio do Riocentro, que ocorreu em desacordo com o pensamento da maioria das Forças Armadas que queria a pacificação do País. Continuou dizendo ainda:

O Presidente Figueiredo encerrou o período dos governos militares, pacificamente, e os militares, por iniciativa própria, afastaram-se da política. Queiram ou não queiram, os seus detratores e os impenitentes revanchistas, a Revolução de 64 foi decisiva para que o Brasil vivesse hoje a democracia plena de que tantos brasileiros se orgulham. Os Militares nunca quiseram tomar o poder, para se perpetuarem no poder, no Brasil. A propósito deste final, e como sei que muitos que me ouvem não concordam com os meus pontos de vista, numa última tentativa de convencê-los desejo, para encerrar, dirigir-lhes a seguinte pergunta, da qual até hoje não obtive resposta: Qual o País comunista onde há pluripartidarismo, eleições livres, alternância de poder, liberdade de ir e vir e, principalmente, liberdade de Imprensa?<sup>16</sup>

O General Luciano Salgado saudou a todos os presentes e iniciou sua participação dizendo:

Desde o Império, as Forças Armadas Brasileiras têm administrado os conflitos que são promovidos pelos Civis. E assim nós tivemos primeiro, sob a liderança e a grandeza de Duque de Caxias, a manutenção da unidade nacional, com a pacificação dos espíritos, desde o Maranhão, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, e também enfrentando as ameaças externas, como foi o caso da Guerra do Paraguai, Oribe Rosas e outros Eventos. E as Forças Armadas sempre estiveram ao lado do povo, atendendo as aspirações do povo, como aconteceu no episódio da Libertação dos Escravos, a Nação toda queria a libertação, só não os proprietários de escravos, que praticavam a desumanidade de ser proprietários de outros seres humanos. E as Forças Armadas então se negaram a ir caçar negros fugitivos no campo, e elas seguiram pela República com os mesmos propósitos, atendendo às aspirações; aos anseios do povo. Assim chegaram a 1922, 1924, 1926, trazendo desde os Tenentes de 1922, três faróis, querendo para este País, primeiro a moralidade administrativa, depois o exercício da ética na condução da coisa pública, inclusive principalmente nas eleições, que eram reconhecidamente fraudadas, isso levou a 1930.

E finalmente elas sempre pretenderam que se fizesse neste País, com as potencialidades que ele tem, um planejado desenvolvimento econômico e social. Chegamos a 1930, uma Revolução Civil que nos trouxe um ditador Getúlio Vargas nos braços do povo, e que as Forças Armadas apoiaram, porque se pretendia atender àqueles propósitos. Daí nós fomos à ignomínia, à traição, à infâmia, da Intentona Comunista, quando se mataram os nossos companheiros que inclusive dormiam, na calada da noite, e rebentou a Intentona no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, e no Rio de Janeiro, que foi debelada, Graças a Deus, pelas Forças Armadas unidas, os que não estavam infiltrados, e aí influenciados pela ideologia comunista.

Mas aquela Intentona deixou uma marca, uma marca de aversão ao Comunismo. E muitos que vieram depois, na Revolução de 64, traziam aquela marca, aquele ressentimento no peito. Depois da Intentona seguiu-se o Estado Novo de 37, o Golpe Integralista de 38, e depois as Forças Armadas vão à Guerra, vão à Itália enfrentar o Nazismo, pela democracia! E quando voltam, ainda se praticava no Brasil, não a democracia, mas uma ditadura que durava de 30 a 45. E essa ditadura caiu, num movimento civil, apoiado pelas Forças Armadas. E aí voltou-se à plena democracia, foi eleito pelo voto do povo, o General Dutra, que ficou no Poder até 1950. Mas Getúlio Vargas volta ao Poder.

<sup>15</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 09

<sup>16</sup> Idem. P. 09

Getúlio Vargas era o ídolo do povo, era o pai dos pobres, e numa eleição democrática, pela primeira vez ele assume o Poder, mas teve a infelicidade de mal se cercar, e o Governo dele ficou conhecido como um mar de lama! Um homem de bem, que não suportou que havia nos seus porões de Palácio, e suicidou-se. O seu suicídio trouxe grandes desdobramentos.<sup>17</sup>

O General Luciano Salgado continuou dizendo que logo após veio a eleição democrática de Juscelino Kubitschek, que foi um grande Presidente. Disse também que depois da eleição de Juscelino, havia dois grupos, civis, políticos, alguns acompanhados por militares, uns que não queriam a posse de Juscelino porque a eleição havia sido fraudada, e outros que a queriam para cumprir a Lei, e foi cumprida a Lei, houve o Golpe de Lott. Ressaltou ainda:

Depois disso então, veio Jânio Quadros com a vassoura, para varrer a imundice que estava no País, e que era uma grande esperança dos brasileiros. Foi eleito por uma boa maioria de votos, mas que surpreendentemente, antes de completar um ano de Governo, depois de presidir uma solenidade militar do Dia do Soldado, chega em Palácio e renuncia, surpreendendo a Nação. Muito tempo depois ele teria revelado a um neto, que ele desejava mesmo era voltar nos braços do povo. O povo nem ligou para isso, ele foi imediatamente substituído.

Com a renúncia de Jânio Quadros, ficou vago o cargo de Presidente, e devia assumir João Goulart. Alguns não o queriam, pelo seu passado de Ex-Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, e pelo que se cercava; outros queriam que cumprissem a Lei. Houve muita discussão, ameaças, revoltas, rebeldias, e chegou-se a um acordo no próprio Congresso, instituindo-se o Parlamentarismo, contrariando toda a tradição brasileira. E João Goulart então assumiu, com seus poderes diminuídos, mas tendo o privilégio de indicar o Primeiro-Ministro, a ser aprovado pelo Congresso, como foi.

No dia 20 de março, depois de ter havido revolta dos Sargentos da Aeronáutica em 1963, em Brasília, e alguns da Marinha, houve então a Revolta dos Marinheiros. Marinheiros fardados, na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos, fazendo discurso político, coisa totalmente proibida aos militares na ativa naquela época, como ainda é hoje! É uma verdadeira quebra da disciplina e da hierarquia, esses marinheiros detravam os seus chefes, defendiam apenas o Presidente João Goulart. E dali saíram, foram para a rua, e incrivelmente levaram nos ombros um Almirante, Fuzileiro Naval, nas ruas do Rio, uma coisa inusitada e que a Nação toda reprovou!<sup>18</sup>

O General Luciano Salgado ressaltou que na véspera de 19 de Março, dia de São José, que é o Padroeiro do Ceará e da Família, surgiu a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, em São Paulo, reunindo mais de meio milhão de pessoas, promovido pelas mulheres, que sempre estiveram à frente dos principais anseios e dos seus propósitos da Nação brasileira. No dia 30 de março, foi realizada uma reunião, na Sede do Automóvel Clube do Brasil no centro do Rio. João Goulart incita o povo a se rebelar contra as próprias Forças Armadas.

Então, as Forças Armadas, com o seu espírito de estar sempre ao lado do povo, até mesmo os seus anseios, de surpresa descem lá de Minas com as tropas do General Olímpio Mourão Filho, que a chegada do limite com o Estado do Rio de Janeiro seria antagonizada pelas tropas legais que subiam do Rio e que logo aderiram à Revolução, porque as forças de João Goulart eram um castelo de cartas, e as tropas que subiram para enfrentar o 2º Exército, partindo do Rio, comandadas inclusive por um ex-comandante do 23 BC, o Coronel Luís Alves de Sousa Moreira, foram barrada nas altura de Barra Mansa, junto a Resende, pela decisão histórica do General Médici que comandava a AMAN, e não tendo tropas, lançou cerca de 800 cadetes neste mister. E a AMAN operou como escalão avançado do 2º Exército, que vinha sobre o comando do General Amauri Cruz, de São Paulo, e então o que acontece? O Regimento de Escola de Infantaria pára na altura de Barra Mansa, e vinha apoiado pelo grupo Escola de Artilharia, e esse, surpreendentemente com os oficiais e sargentos nas suas viaturas acenando lenços brancos, se passa para o lado da Revolução, e entra gloriosamente na AMAN, engrossando nossas forças. Eu estava lá e presenciei!

Então os Capitães do Regimento de Escola de Infantaria, reunidos, informaram ao seu Comandante que jamais iriam atirar em cadetes, que seriam os oficiais de amanhã, não fariam aquela indignidade. E voltaram. E a Revolução foi vitoriosa, se espalhou no Brasil inteiro, as resistências foram fraquíssimas, e ganhou toda a população.

Depois vieram os portos, tudo que precisávamos para desenvolver o País, para atender às necessidades de exportação dos minérios de Carajás e Paranaguá, por onde hoje se exporta a grande maioria da

<sup>17</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 11

<sup>18</sup> Idem. P. 12

produção de soja do País, que desde 2002 é o maior produtor do mundo.

Já naquela época se fazia, via satélite, a ligação de todos os Estados do Brasil pela TV. E assim tivemos a criação da Embraer<sup>19</sup>, hoje uma indústria aeronáutica que disputa com o primeiro mundo, vive disputando com o Canadá, tem aviões nossos voando, fazendo linhas comerciais nos Estados Unidos e uma grande fonte de receita e via Embel, a (indústria de material bélico), o Brasil passou a exportar material bélico para o Oriente Médio e incrementar a sua receita; depois de tudo isso, a Embel foi dispensada. E a Revolução nos deu um crescimento de mais de 300% da produção de área de petróleo. Nós produzíamos 75 mil barris por dia, passamos a produzir 750 mil, e a Petrobrás se tornando líder mundial na extração de óleo em águas profundas, com tecnologia própria! E veio o pró-álcool, pegamos duas grandes crises do petróleo, quando o barril custava 1 e meio dólar, passou a custar 30, perto até de 40, com um grande problema para nós na dívida externa, e foi criado o Pró-álcool. O petróleo se extingue, o pró-álcool não, o Pró-álcool é terra, sol, chuva, temos cana quando quisermos. Programa que hoje é copiado por alguns Países do primeiro mundo, inclusive há estados nos Estados Unidos que misturam gasolina com álcool, que o petróleo está se acabando.<sup>20</sup>

Destacou ainda o crescimento da mineração, onde citou a jazida de minério de ferro de Carajás, falou que segundo cálculos realizados, esta jazida ainda poderá suprir a necessidade do mundo por 400 anos. Deu continuidade dizendo:

E vieram as Ferrovias: a Ferrovia de Carajás, Itaqui aqui no Porto, cerca de 10 quilômetros; a ligação de São Paulo com Brasília – Brasília tinha 4 anos na Revolução, e hoje ainda depende de quase tudo que vem de São Paulo; depois, a conclusão do Tronco Ferroviário Sul, e melhoramento das Redes de um modo geral. E vieram as Rodovias. De 19 mil quilômetros, passamos a ter 75 mil quilômetros de Rodovias, inclusive, o asfaltamento da Estrada Belém/ Brasília, que o Presidente Juscelino Kubitschek<sup>21</sup> tinha construído, unindo o Sul ao Norte, e asfaltamento de Cuiabá a Santarém, que ainda está faltando um trecho que não se conclui porque as ONG's<sup>22</sup> não deixam; de Cuiabá a Porto Velho, em Rondônia; e Rio Branco, no Acre. E hoje o Brasil com isso, deixou de ser aquele País constituído de ilhas, é hoje um País continente! Grande benefício que trouxe ao Brasil, a integração Nacional.

No campo social foi uma coisa fantástica. Na educação foi criado o Mobral<sup>23</sup>, mas acabaram com esse Programa de Alfabetização de Adulto; o Projeto Rondon, que levava universitários, particularmente de medicina, em todo o Oeste na Amazônia, atendendo aos necessitados, às tribos indígenas, sofrendo os maiores percalços e dificuldades. E vieram muitas coisas; o BNH<sup>24</sup>, para casas populares, financiamento pela Caixa Econômica, e o 13º salário, que algumas empresas já pagavam, mas não era institucionalizado e passou a ser obrigatório, tanto no meio privado, como no meio público. Veio o Estatuto da terra, que é a Reforma Agrária dentro da lei, um documento formidável, ainda do Governo Castelo Branco; o Decreto 200 da Reforma Administrativa; o FGTS, que hoje dá uma garantia ao operário, ao trabalhador, no fim da sua vida recorrer aquilo, ou antes, se tiver algum problema de saúde e outras necessidades, de habitação, por exemplo; o INCRA<sup>25</sup>; o CEME, a Central de Medicamentos; uma grande redução da inflação, que naquele ano ia chegar a 100%. E principalmente, houve um grande incremento da indústria, da agricultura e conseqüentemente, das exportações.<sup>26</sup>

O General Luciano Salgado destacou ainda que o Brasil, naquela época, era um País de 4º mundo, exportava matéria-prima e grãos, principalmente de café e com o desenvolvimento da indústria passou a exportar manufaturados. Isso deu um grande desenvolvimento à economia brasileira, que no início da Revolução era a 48ª economia do mundo, e no fim era a 8ª e agora está em 12º lugar. Ressaltou:

<sup>19</sup> Embraer ou Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. é uma empresa que fabrica aviões de pequeno e médio porte (para uso na aviação regional, executiva e agrícola), além de caças militares e aviões de sensoriamento remoto e para transporte de autoridades.

<sup>20</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 14 e 15

<sup>21</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou simplesmente JK (lê-se jota cá) (Diamantina, 12 de setembro de 1902 — Resende, 22 de agosto de 1976) foi Presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal.

<sup>22</sup> ONG - As Organizações não governamentais, são associações do terceiro setor, da sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas para melhorar determinados aspectos da sociedade. Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas.

<sup>23</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBREAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho.

<sup>24</sup> BNH - Banco Nacional da Habitação

<sup>25</sup> INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<sup>26</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 15 e 16

... e deixei para o final para dizer que uma das melhores coisas que já se fez neste País, o Fundo Rural. Antigamente o nosso trabalhador do campo, quando perdia suas forças, ia envelhecendo, tinha que ficar vivendo de favor dos filhos, de outros parentes ou esmolando nas feiras. E desde o tempo do General Neves que o trabalhador, quando chega na velhice, recebe um amparo de salário, que está se estendendo agora para a Zona Urbana.

De forma que eu tinha que relatar essa história e fazer uma pequena observação: Acusa-se, sempre com muito alarde, que se fez o Golpe de 1964. No nosso entendimento, e acho que das pessoas que têm bom senso, golpe é quando acontece normalmente nas Repúblicas Sul-Americanas, na África, que um grupo derruba quem está no Poder para assumir o Poder e dele usufruir! Não foi o que aconteceu com a Revolução. A Revolução veio para, primeiro de tudo, preservar a nossa democracia que estava em risco, estava em via de se dar o golpe do Senhor João Goulart com os seus asseclas e instituir, neste País, uma República Socialista Comunista. Não se tem mais dúvida sobre isso, até o dia estava marcado, era aquele dia 19 de abril. E depois costuma-se dizer que a "Ditadura" é uma "Ditadura" entre aspas! Vejam só, uma Ditadura que nunca teve um ditador! Tivemos 5 Presidentes sucessivos, nenhum deles quis se perpetuar no Poder! Não vou admitir que o Congresso Nacional fosse só de homens desonrados, mas o próprio Congresso Nacional quis dar o feitiço de democracia, o que a Revolução promovia, e elegeu 5 Presidentes! Será que todos aqueles congressistas que estiveram no exercício eram pulhas? Não é possível!<sup>27</sup>

O General Salgado repetiu que a Revolução não teve sangue, e questionou:

Mas depois o que aconteceu? Aqueles frustrados, derrotados em 1964, começaram a fazer terrorismo! E depois sucederam-se os assaltos a bancos; os assassinatos. E vieram os seqüestros de embaixadores, nos dando a grande vergonha de seqüestrar Embaixador Americano, somos responsáveis pela segurança deles, como eles são lá no Exterior, responsáveis pela segurança dos nossos, o Embaixador Alemão, o Cônsul suíço, para trocar por presos políticos, entre os quais o Senhor José Dirceu, Chefe da Casa Civil, que dali foi para Cuba, onde passou 6 anos, e hoje chora, quando vê Fidel Castro! E hoje todo mundo lamenta os pobres, os milhares que foram mortos pela Revolução! O lado de lá não tinha nem 1000! Era uma mínima minoria!

De maneira que a Revolução se tornou com sangue e por causa dela, o próprio Presidente Castelo Branco onde eu assisti, quando assumiu a Presidência no Congresso, declarou que ele ia passar o Governo aos Cívicos, em 1965, fim do Governo dele. Mas mesmo diante das circunstâncias, não pôde, e a coisa engrossou tanto, e ele deu liberdade. O Congresso funcionava, as Assembléias funcionavam, e só deixaram de funcionar com o AI-5, que foi uma necessidade plenamente justificada pelo Ministro Passarinho, que assinou e disse que não se envergonha de tê-lo feito, e depois foi liberado. A própria Revolução restituiu o Poder aos cívicos, deu uma anistia, que hoje é adotada como única, só para eles!<sup>28</sup>

O General Torres de Melo reiniciou sua exposição dizendo:

É preciso acabar com essa balela de que as Forças Armadas Brasileiras são golpistas. As Forças Armadas Brasileiras sempre foram legalistas. Elas estiveram ao lado da Lei, em 1930 e foram os Cívicos: Getúlio Vargas, Batista Luzarca, o Presidente de Minas Gerais e outros grandes políticos da Nação Brasileira que fizeram a Revolução de 30, não fomos nós! Também não fomos nós, as Forças Armadas, que fizemos a Revolução de 1932, foram os políticos de São Paulo, que procuravam lutar contra a Ditadura Vargas. Também em 1935, não fomos nós, as Forças Armadas, que tentamos o Golpe de 1935, em que o Comunista Carlos Prestes, recebendo dinheiro da Rússia, matou brasileiro até dormindo! Também em 1937, não fomos nós que fizemos a tentativa do Golpe Integralista, foi Plínio Salgado! Também não fomos nós que fizemos o Golpe, quando S.Exa., o Presidente Getúlio Vargas foi deposto em 1945, foram os grandes políticos brasileiros, com um grande manifesto dos mineiros, que desmoroçou a Ditadura Vargas, inclusive com a nomeação do seu irmão, Beju Vargas, para ser Secretário de Polícia do Rio de Janeiro. Não fomos nós, Forças Armadas, que matamos o querido Getúlio Vargas, foram os seus próprios amigos!<sup>29</sup>

Torres de Melo deu sua opinião em relação ao Presidente Jânio Quadros, dizendo ainda que não foi a população que colocou Jânio fora do poder. Ressaltou:

<sup>27</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 16

<sup>28</sup> Idem. P. 16

<sup>30</sup> Idem. P. 20



Foi a irresponsabilidade de um Presidente que deveria estar dirigindo a Nação Brasileira e que numa tentativa de Golpe ele saiu, pensando que iria voltar nos braços do povo! Não foram as Forças Armadas! Nessa época eu cursava a Escola de Estado Maior, e ouvi, porque estava na Companhia Telefônica, e fui chamado pela funcionária para que presenciasse uma conversa, que ainda hoje me dói no coração, a conversa entre o Presidente Juscelino Kubitschek e o Senhor João Goulart, em Paris. O País tremia, o País estava à beira de uma guerra civil e eu ouvi os dois conversando, parecia conversa de surdo e mudo, cada um querendo embromar o outro, aquilo me abalou! Recordo-me bem quando S.Exa., o Presidente Juscelino Kubitschek disse: “Jango, vem, assume! Não me interessa nada, o que interessa é PSD e PTB”. E eu disse: Meu Deus do Céu! E o Brasil, não interessa nada nisso? Isso eu ouvi! Como ouvi também, naquela época, um Senador desta República gritando lá no Palácio do Piratini, para Recife: “Olha, tudo bem, não interessa o resto, nós ganhamos e ah! Ah!”. Tudo isso eu ouvi, não foram as Forças Armadas! A irresponsabilidade dos homens públicos é que leva o País, às vezes, a essas crises terríveis! Fala-se muito em democracia e democracia é o cumprimento da Lei. E para que os senhores saibam como era e o que havia, perguntaram ao historiador: “Os 31 meses do Governo João Goulart foram marcados por uma absoluta falta de um Plano de Governo, de um rumo coerente a ser seguido, o senhor concorda?” Eis a resposta do historiador: “É um Governo do caos, da incompetência e da incapacidade administrativa”. Em diversos momentos parecia que ele ia começar. E lá embaixo ele diz o seguinte: “O senhor acha então que João Goulart é responsável por tudo?” “Não, eu não disse dessa forma, porque aí eu seria a satanização definitiva do João Goulart. Eu digo que naquela conjuntura de 1964 foi uma enorme responsabilidade, por ser Presidente. O Presidente é sempre o maior responsável por termos chegado àquele impasse! Claro que a direita jogou pelo impasse, mas o Presidente tem que ter serenidade, tem que ver em longo prazo.” Então, é o que faltava naquela época. E não fomos nós que fizemos a Revolução, nem o Golpe. Nem houve Revolução e nem houve Golpe. O que houve foi uma luta política dos políticos brasileiros daquela época, homens de muito respeito. Os políticos foram: Ademar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, e tantos outros, que gritavam dentro do Congresso que o caos estava implantado na Nação. E outra coisa, não fomos nós, Forças Armadas, que mandamos o Presidente da República para Porto Alegre! Ontem mesmo o Valdir Pires disse para o Presidente: “Não vá,” e ele foi! E sabe para onde ele foi no dia 2 de abril? Passear, está aqui escrito, 3 dias nas suas Fazendas, entre o dia 2 e 5 de abril ele estava passeando nas Fazendas dele no Rio Grande do Sul e o País pegando fogo! E não fomos nós que declaramos que o Cargo de Presidente da República estava vago! Quem declarou isso foi o Presidente do Senado, Senador Andrade! O cargo ficou vago e alguém teve que assumir! S.Exas., os Governadores de Minas, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e outros, se reuniram e acharam por bem fazer uma eleição indireta.<sup>30</sup>

O General Torres de Melo falou também sobre as eleições indiretas, pois as mesmas ainda existem em muitos países do mundo. Citou alguns países como: a Alemanha, a Espanha, e os Estados Unidos. Ressaltou que no Brasil foi realizada a eleição conforme as normas traçadas pelo Congresso, na qual foi eleito o Presidente Castelo Branco. Disse ainda que não gostaria de repetir o que já foi dito por outros debatedores, mas ressaltou:

Mas se debate muito sobre o problema de democracia e economia. Então, o pessoal da esquerda dizia: “O Brasil precisava de democracia!” Por que eles não pregavam a democracia na Rússia, na União Soviética, onde eu estive? Eu estive lá na Rússia. E a Rússia caiu e não estava desenvolvida economicamente! Então, há uma luta, porque a democracia traz o desenvolvimento da economia, outros dizem que não, é preciso regime forte para fazer a economia, e nessa luta nós vivemos eternamente. O problema é que para se desenvolver a economia, precisa-se de ordem, precisa-se de homens cultos e inteligentes e que façam com que o País possa se desenvolver. Foi o que a Revolução de 1964 fez: ela pegou o Castelo Branco, um homem preparado para o Cargo, e está aqui escrito, não sou eu quem está dizendo! Atualmente, até o meu querido Amadei, que não está aqui presente, que é de Esquerda, e o Deputado Chico Lopes, reconhecem que se não fosse a inteligência brilhante de Castelo Branco, nós não teríamos preparado, com a sua Reforma Administrativa, o grande salto para fazer o que o General Salgado falou, que foi o desenvolvimento do País, da quadragésima para a oitava posição. Pegaram a nata da inteligência brasileira e o Brasil se desenvolveu. Agora, sem cultura, sem ordem, debaixo de greve, com as polícias revoltadas, não há democracia assim que leve ao nosso desenvolvimento! Então, meus amigos, para encerrar, gostaria de dizer que não houve Revolução, porque para haver

<sup>30</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário “1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social,”P. 18



Revolução nós teríamos que mudar todo o sistema. Revolução nós tivemos a Revolução Francesa, que era um Regime Absolutista, passou para um Regime depois da igualdade, liberdade e fraternidade, mas que morreu gente terrivelmente; Revolução houve na Inglaterra, com Cloman Truman, quando ele matou todos os duques e duquesas daquela época, para começar de novo; Revolução nós tivemos em 1917, em que era o sistema absoluto do Sá, e veio a Revolução Comunista com Trozke, Lenine, e essa Revolução trouxe, em consequência, a morte de 100 milhões de pessoas no mundo! Então, será que se isso é vantagem, fazer Revolução da esquerda! E agora eu pergunto: O que é esquerda, o que é direita, o que é reacionário?<sup>31</sup>

O General Torres de Melo voltou a falar ressaltando que:

Na época eu estive no Gabinete Militar do Presidente da República, o General Castelo Branco, e conversando com ele, disse-lhe: “Vocês precisam começar a dizer o que é que nós estamos fazendo.” E a resposta que eu recebi foi a seguinte: “O Presidente Castelo Branco é contra o DIP.” O DIP era o Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Getúlio Vargas. E gostaria de dizer que os Governos Militares não tinham dinheiro para gastar para fazer propaganda mentirosa! Todo o dinheiro que o Brasil arrecadava foi para fazer a infra-estrutura e colocar o Brasil na oitava economia do mundo! Hoje, só o Governo Federal gasta mais de 1 bilhão de reais somente com propaganda, às vezes mentirosa, que são tiradas do ar! Eis a diferença, nós tínhamos Governos sérios, e por isso o Brasil progredia.<sup>32</sup>

O General Salgado deu início a sua exposição dizendo:

... Eu parto da missão constitucional das Forças Armadas, que se resume na defesa da Pátria. Primeiro, para o âmbito externo; e no âmbito interno, a garantia das Instituições, a garantia da Lei e da ordem, assim elas têm agido sempre, e sempre, como eu disse na minha exposição, atendendo aos anseios do povo, porque elas mesmas, que do povo provêm, são o povo em armas. Eu reputo essa idéia de Golpe, porque golpe para mim, é até como golpe diário, que dão os bandidos aí na rua, o golpe do bilhete falso, é outra coisa!<sup>33</sup>

O General Torres de Melo fez alusão aos questionamentos que foram expostos pelos demais participantes dizendo:

O Carlos Prestes, na véspera da Revolução, esteve em Moscou e nessa viagem conversou com o Comitê e declarou que o comunismo estava no Governo, faltava tomar o Poder. O nosso ainda vivo, Dr. Miguel Arrais, hoje Deputado Federal, quando saiu do Rio de Janeiro e chegou em Recife, os jornalistas, na véspera de 31 de março, perguntaram-lhe qual era a situação. Ele disse o seguinte: “Eu não sei, vai haver um Golpe, ou nosso ou deles.” Se tivesse sido o Golpe deles, estava certo? Quer dizer que se fosse o Golpe comunista, apoiado pela União Soviética, tudo bem? E se foi para o lado de cá, na defesa da democracia, tudo errado?<sup>34</sup>

O Coronel Kerth iniciou fazendo uma pergunta:

Qual o País comunista onde há pluripartidarismo, eleições livres, alternância de Poder, liberdade de ir e vir, e principalmente liberdade de Imprensa? Esta é uma pergunta que eu gostaria que fosse respondida. O General Salgado respondeu; o General Torres de Melo já deu uma resposta, eu também gostaria que no final o senhor também respondesse a esta pergunta.

Mas eu vou dizer que não se pode negar que após a Segunda Guerra Mundial estabeleceu-se a famosa Guerra Fria, uma Guerra ideológica entre o Ocidente e o Oriente; entre os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética. A China tornou-se Comunista, houve a expansão, também, pelo Sudeste Asiático, onde houve a Guerra do Vietnam, a Guerra da Coréia, o problema do Camboja, onde surgiu inclusive depois o pol pot, e aquilo se espelhou no mundo todo, e veio aqui para as Américas. Depois, quando Castelo Branco tomou o Poder e tentou estabelecer a legalidade no País, houve o atentado do Guararapes, aquilo endureceu muito o Regime Militar, o pessoal militar, a linha dura, o pessoal mais

<sup>31</sup>Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário “1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social,” P. 22

<sup>32</sup> Idem. P. 27

<sup>33</sup> Idem. P. 28

<sup>34</sup> Idem. P. 28

preocupado com esse problema do terrorismo, evidentemente dificultou a transição para a liberdade. Mas em 1968 houve a Revolução Cultural na França, que chamam também de Revolução Estudantil, que disseminou uma política de ações de guerrilha em todo o mundo. Na China também houve uma Revolução Cultural no mesmo ano, que foi justamente para expurgar todas as pessoas consideradas inimigas de Mao Tsé-Tung. E essa Revolução Cultural na França, não foi só aqui no Brasil não, porque ninguém escreve nada sobre isso, isso aconteceu na Itália, com as Brigadas Vermelhas, aconteceu na América do Sul, era Tupamaro, é Motoneiro, é Tupacamaru e outros.

E pergunto ao senhor o seguinte: O Che Guevara<sup>35</sup> era argentino, participou de uma ação política, se não me engano, na Guatemala, e depois foi para o México, conheceu Fidel Castro<sup>36</sup>, participou da Guerra do Fidel Castro na Revolução em Cuba e depois veio e foi morto na Bolívia. O que ele estava fazendo na Bolívia? Então, toda essa ação em todos esses Países, na Argentina, no Uruguai, foi uma ação orquestrada dos Militares para cada um tomar o Poder naqueles Países? Por que aconteceu na Itália também, e no Vietnã, e nesse pessoal todo aí?

Qual o País comunista, onde há pluripartidarismo, eleições livres, alternância de poder, liberdade de ir e vir, e principalmente liberdade de imprensa?<sup>37</sup>

O General Torres de Melo respondeu ao questionamento feito por um estudante presente na platéia:

Em relação à primeira pergunta, gostaria de dizer que a posição da mulher em 1964 foi fundamental. Foi à mulher que foi a rua, fazendo as marchas “O Deus pela liberdade”, com o terço na mão, pedindo para que se salvasse a Nação. Naquela época, no Governo Castelo Branco, uma mulher cearense de grande visão, foi Ministra da Educação, Raquel de Queiroz. Então, nós tínhamos e temos sempre, a mulher como um esteio de uma sociedade. Nós não queríamos que a mulher fosse matar, queríamos que a mulher fosse amada. Então, esse é que é o problema, é o posicionamento que nós sempre respeitamos. O senhor pode verificar que nós sempre achamos que é a família, é a mulher o esteio da sociedade.<sup>38</sup>

O Presidente Marcos Cals perguntou ao General Torres de Melo: por que chegar ao extremo do Ato Institucional Nº 5? O General Torres de Melo respondeu que:

O Ato Institucional nº 5 foi uma necessidade para que o País pudesse voltar à calma. Eu estava fazendo um curso no Rio de Janeiro, quando houve o caso daquele estudante que foi morto estupidamente, o José Luiz. Meus amigos, era uma coisa terrível! Todo mundo na rua, uma agitação terrível, havia a necessidade da segurança do Estado!

Gostaria de dizer para o jovem estudante que fez esta pergunta, que o Presidente De Gaulle, para salvar Paris, mandou buscar o exército francês que estava na Alemanha! Então em determinados momentos tem que se tomar medidas duras para salvar a Nação! E o Ato Institucional nº 5 foi uma razão de Estado, como foi uma razão de Estado, o Presidente De Gaulle mandar buscar o seu exército para salvar Paris! Então, não há nada demais, tudo é assim! E amanhã o Presidente Lula poderá decretar o Estado de Sítio, no caso de uma necessidade de salvar a Nação!<sup>39</sup>

Marcos Cals pediu ao General Luciano Salgado que ele respondesse à mesma pergunta feita ao General Torres de Melo para que fossem observadas as duas visões. O General falou que:

O terrorismo que começou com os derrotados, frustrados, do 31 de março, levou a situação nacional a uma contingência, que exigia uma medida forte. Além dos atos terroristas que eu citei aqui, havia, e presenciei em Brasília, movimentos, passeatas, inclusive eu assisti um de um grande Deputado Federal que era daqui, à frente, e que foram varridos da Avenida da W3 em Brasília. E na ocasião, um desses Deputados Federais disse para o Oficial Bombeiro que estava comandando a operação: “Você sabe com quem está falando? Está falando com um Deputado Federal!” E o Oficial respondeu-lhe: “Um Deputado Federal não se presta ao papel que o senhor está fazendo, de fazer arruaça na rua!” A

<sup>35</sup> Ernesto Rafael Guevara de la Serna, mais conhecido por Che Guevara ou El Che Nasceu em Rosário na Argentina 14 de Maio[1] de 1928 e morto em La Higuera, Bolívia, 9 de Outubro de 1967) foi um dos mais famosos revolucionários marxistas da História.

<sup>36</sup> Fidel Alejandro Castro Ruz (Birán, Holguín, 13 de Agosto de 1926) é o presidente da República de Cuba.

<sup>37</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário “1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social,” P. 30 e 31

<sup>39</sup> Idem. P. 30 e 31

<sup>39</sup> Idem. P. 33

situação se tornou insustentável, e principalmente, o problema foi agravado com aquela atitude do Deputado Márcio Moreira Alves, que no Plenário da Câmara chamou a atenção das moças do Brasil, para não dançarem com os Cadetes e os Oficiais, como repúdio à Revolução de Março, procurando inclusive desmoralizar.

Recentemente, o Ex-Ministro Passarinho, num ato de muita coragem, ele não se justificou, explicou porque que tinha assinado o AI5, dizendo que o faria de novo, porque naquela ocasião, só um ato de força poderia conter a rebeldia que já estava nas ruas, comprometendo o Poder! De maneira que o AI5 se justificou, e não durou muito! Foi uma única época da Revolução em que as liberdades foram realmente tolhidas, até se reconstituir o problema e devolver a liberdade total, inclusive de Imprensa. De maneira que o AI5 foi uma medida que não se poderia deixar de tomar, senão estaria o Poder totalmente desmoralizado! E quem está no poder e numa Revolução, não se pode deixar desmoralizar!

Eu gostaria de fazer mais um acréscimo dessa situação, porque se acusa a Revolução de muitas coisas, mas o Senhor Presidente está informando que há outros debatedores, por esta razão não será possível me estender sobre o assunto. Mas gostaria de realfirmar que o AI5 foi para conter uma situação insustentável, senão o Poder se desmoralizaria.<sup>40</sup>

O Sr. Fabiano Cunha<sup>41</sup> iniciou sua participação saudando a todos e dizendo:

Eu digo isso de coração. Sou ex-preso político, era estudante da Universidade, me matriculei em quatro faculdades, não consegui terminar nenhuma. E quero do lado dos estudantes dar uma pequena explicação: Nós, essa estudiantada toda, entramos nessa guerra à força! Por uma razão muito simples: até o AI5, se contestava nas ruas, mas já havia uma grande preocupação, qual? Quando se fazia uma passeata e havia nas faixas: "ABAIXO A DITADURA!" Isso eram idéias. E aqui havia repressão policial, mas em São Paulo não!

E outra coisa, nós estamos discutindo é a anistia, é paz, é conciliação, e tenho uma pergunta a fazer: Nós estamos lutando pela paz e pela conciliação e a anistia é isto. Eu sinto que muitos militares que foram cassados e que foram anistiados, porque que eles ainda não foram anistiados como nós, e porque o Governo Federal não teve coragem de fazer o que o Governo liberal burguês já fez, dar uma pequena indenização para que essas famílias possam se restabelecer? Será que estão impedindo que os militares retornem para os quartéis, os que foram anistiados? Essas famílias vão continuar sendo penalizadas? É uma questão muito delicada! Eu acho que isso não contribui para a pacificação. Então, falo em nome dessas famílias, desses militares e dos outros que ainda não foram anistiados verdadeiramente, porque não conseguiram regularizar as suas vidas. E que conciliação é essa que a gente mantém tapanho da ditadura, sob essas famílias sofredoras? Este é o meu apelo.<sup>42</sup>

O Sr. Ciro Jorge saudou a todos os participantes e iniciou dizendo:

... eu fico bastante grato pela atenção dos senhores, e quero fazer uma pergunta ao General Torres de Melo e ao General Luciano Salgado, sobre a Igreja Católica.

Sabemos que a Igreja Católica, durante muitos anos fez uma perseguição intensa àquelas pessoas que eram contrárias as idéias da igreja. Mais tarde, para se sustentar, ela se colocou ao lado do povo. E por que em 1964 se diz que a Igreja Católica teve a sua participação naquele movimento em prol da liberdade? E por que depois a própria igreja estava contra o Regime Militar? Esta é a pergunta.<sup>43</sup>

O General Torres de Melo retomando a palavra, disse:

Quem foi para o Araguaia sabia que ia para uma luta! Foram os senhores que foram pra lá. Não fomos nós que fomos primeiro pra lá! O Senhor Fabiano Cunha há de concordar comigo! Os senhores tentaram fazer uma base de guerrilha, para começar o movimento de uma guerrilha rural, nos moldes da guerrilha chinesa. Então, os senhores foram para lá, conscientes que iriam lutar! Quando se tomou conhecimento, as forças legais foram lá para combatê-las. Morreu gente nossa e morreu gente dos senhores! Lamento as que morreram dos senhores, como lamento os que morreram dos nossos, mas guerra é guerra, infelizmente! É muito triste brasileiro matar brasileiro! O senhor há de

convir que isso não leva a nada. Não sei se dei a resposta ao senhor, mas gostaria de dizer que é

<sup>40</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 33

<sup>41</sup> Fabiano Cunha, Assessor do Gabinete do Deputado Pedro Uchoa

<sup>42</sup> Idem. P. 34 e 35

<sup>43</sup> Idem. P. 36 e 37

muito triste o que aconteceu!

... gostaria de dizer que a Revolução de 31 de março foi feita por homens e não por santos! É uma obra humana, tem sempre as suas imperfeições! Se nós estivéssemos em 31 de março, todos com capacidade de acertar tudo, o mundo seria maravilhoso! Nós não vamos dizer que acertamos tudo, houve erros graves, que a sociedade paga, porque nós somos humanos! Se houve alguma tortura, é como disse o Senhor Fabiano Cunha, e na época, o Pedro Aleixo disse muito bem: "O problema é difícil, o problema está lá na ponta." Aliás, quando eu comandava a Polícia de São Paulo e do Piauí, o que eu mais temia, meu caro Fabiano Cunha, era a amante do Cabo do Comandante do destacamento. Então a senhora vai entender que essas coisas acontecem, e às vezes a gente toma um susto! Como eu tomei muitas vezes por aí a fora.

Em relação à pergunta do Senhor Ciro Jorge, eu gostaria de dizer que em 1964 a Igreja Católica estava numa linha conservadora, com todos os Cardeais. Inclusive eu conversava muito com um, Dom Avelardo Vilela, um homem altamente equilibrado. Muitas vezes fui conversar com ele, que me orientava. E era uma linha equilibrada. De repente a Igreja Católica passou, depois do Vaticano Segundo, para uma linha de libertação, uma linha muito chegada à esquerda. Ela teve, na sua formação, uma formação marxista, e que nós não entendemos, porque o marxismo é uma filosofia que não admite a existência de Deus. Então, não casa isto aí com a igreja. Então é por isso que a igreja mudou de posição, uma parte da igreja! O Santo Padre, na sua sabedoria, que sofreu na mão dos comunistas na Polônia, e quando ele assumiu deu uma freada, e a igreja está mudando novamente de posição, indo para uma linha de centro, em busca da felicidade, que não é aqui, é lá, onde se encontra Deus. Este é que é o problema da igreja. A igreja está voltando a sua linha de pregação na busca da verdade, que é Deus.<sup>44</sup>

O Coronel Salgado continuou sua participação respondendo aos questionamentos:

Vamos primeiro abordar o problema que foi citado e que o General Torres de Melo disse que é lamentável. É muito lamentável a questão dos presos. Mas eu disse no começo que as Forças Armadas são, sobretudo, democratas, não querem jamais que venha a prevalecer, neste País, um Regime totalmente contra a democracia. Um Regime que é uma falácia, uma balela, e que fracassou nos primeiros Países que adotaram! A União Soviética acabou, e muita gente não se convenceu ainda que o Muro de Berlim caiu! Lá em Cuba, cujo ditador é endeusado quando chega aqui, o povo está esperando que ele morra para voltar a democracia no País! As pessoas querem fugir de lá e não conseguem, e quando fogem, são fuziladas. Lá morreram mais de 17 mil no paredão. Os frustrados daqui deviam estar muito felizes, porque não houve paredão no Brasil. Dizem que na Argentina foram 30 mil, no Chile 4 mil, no Brasil não se conta 300! Os que foram para o Araguaia, foram para lá para fazerem uma Revolução para dilatar o quê? O comunismo no Brasil! E tinha de ser combatido! Era guerra! Então não há desculpa pra isso! É que eles não queriam a democracia no Brasil. Queriam implantar no Brasil um Regime que é uma falácia, é um fracasso, não dá certo em lugar nenhum! A própria China está se capitalizando.<sup>45</sup>

A Assembléia Legislativa do Ceará, por meio desse evento "1964 – Reflexões e Análise sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social" mais uma vez cumpriu com sua função de promover debate democrático com a sociedade, uma vez que abriu espaço aos militares ativistas do período revolucionário a fim de que colocassem suas considerações e justificativas para a realização do golpe de 1964, alicerçadas em seus aspectos ideológicos e inseridas no contexto socioeconômico e político da época.

Analisando o período pré-revolucionário do País, justificaram o Golpe Militar, tendo em vista a missão constitucional das Forças Armadas de assegurar, tanto no âmbito externo como no interno, a lei da ordem, a garantia das instituições, a defesa e a segurança da pátria.

Na análise deles, "quem foi para o Araguaia sabia que ia para uma luta, para fazer guerrilha. E na luta, morreu gente dos dois lados". Apesar de que, contando os dois lados, não se contabilizam trezentos mortos. Diferentemente dos mais de 17.000 fuzilados no regime comunista de Cuba.

<sup>44</sup> Ata da 3ª Sessão Plenária do Seminário "1964- Reflexões e Análises sobre a Conjuntura Política, Econômica e Social," P. 37

<sup>45</sup> Idem. P.39

# HOMENAGEM AO DIA 13 DE MAIO, DATA COMEMORATIVA DA ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (PC do B)  
Palestrante convidado: Prof. Paulo Tadeu Sampaio de Oliveira  
Data: 13/05/2004

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará em Sessão Extraordinária no dia 13 de maio de 2004, realizou Grande Expediente, em homenagem ao Dia 13 de Maio, data comemorativa da Abolição dos Escravos. O Deputado Idemar Citó (PSDB) deu início ao Grande Expediente, destinado à homenagem ao dia 13 de maio, em atendimento a requerimento aprovado, de autoria do Deputado Chico Lopes. Convidou para compor a Mesa o Roberto Eduardo Mattoso, Secretário do Trabalho e Empreendedorismo do Estado, representando o Governador Lúcio Alcântara; Deputado Estadual autor do Requerimento, Deputado Chico Lopes, o Jornalista Paulo Tadeu<sup>1</sup>, Fundador da Associação Cultural e Educacional Afro-brasileira Maracatu Nação Iracema, o Professor William Augusto Pereira<sup>2</sup>, Historiador e Pensador das questões raciais no Ceará; Professora Lúcia Simão<sup>3</sup>, fundadora do Movimento Negro no Ceará, e o Senhor Ivaldo Paixão, membro do Movimento Negro Unificado.

O Sr. Mestre-de-Cerimônia Euri Andrade deu início fazendo uma breve exposição sobre o assunto, dizendo:



O 13 de Maio é uma data importantíssima no contexto histórico brasileiro. Marco da vitória do movimento, o Estado do Ceará foi relevante nesse processo através da sociedade cearense libertadora onde pontificaram ilustres contrerrâneos, entre eles o trabalhador do mar Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar. Culminando no fato de ter sido o primeiro Estado Brasileiro a abolir os escravos, neste entendimento a Assembléia Legislativa julga da mais alta importância a realização desse evento comemorativo, que por sua vez atende a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Chico Lopes, Líder do PCdoB nesta Casa.<sup>4</sup>

A palavra foi passada para o Deputado Chico Lopes que iniciou sua participação dizendo:

No final da década de 80, durante as comemorações dos 100 anos da abolição da escravidão, um debate acirrado tomou conta do Movimento Negro Brasileiro. Qual a importância do dia 13 de Maio? Ocorreu ou não abolição da escravatura? O 13 de Maio é uma data para se comemorar? No geral, predominou uma visão bastante crítica sobre a importância dessa data até então considerada o marco na História brasileira. Várias entidades exigiram a sua retirada da agenda do Movimento Negro e os

<sup>1</sup> Paulo Tadeu Sampaio de Oliveira, Professor universitário, Jornalista, fundador da Associação Cultural Educacional Afro-brasileira Maracatu Nação Iracema.

<sup>2</sup> William Augusto Pereira, Bacharel licenciado em Filosofia, Teologia e História, pós-graduado em Planejamento e Inovação Tecnológica, escritor de literatura infantil e militante do Movimento Negro, historiador e pensador das questões raciais no Ceará.

<sup>3</sup> Professora Maria Lúcia Simão é formada em Teologia, curso em Psicologia, pós-graduada em Educação. Fundadora do Movimento Negro, integrante do diretório do Maracatu Nação Iracema, Professora e Pesquisadora.

<sup>4</sup> Ata da 32ª Sessão Extraordinária - Grande Expediente / Assunto: Homenagem ao Dia 13 de Maio, data comemorativa da Abolição dos Escravos. P. 1 e 2



mais radicais se negaram mesmo a reconhecer que tivesse ocorrido abolição. No entanto, a visão negativa que predomina em alguns meios contrasta com os sentimentos homens e mulheres brancos e negros que viveram e lutaram naquele turbulento dia.

No dia 13 de Maio de 1888, uma multidão cercou o Parlamento Imperial esperando ansiosa a votação da Lei Áurea. Para eles esta era uma conclusão de uma luta iniciada há séculos, mas que adquiriria uma nova dimensão de radicalidade no início da década de 80. Quando a notícia da aprovação da Lei chegou ao povo uma explosão de alegria percorreu as ruas das principais cidades brasileiras, os sinos das igrejas repicaram, missas foram rezadas, repartições públicas fecharam as portas e o País foi tomado por uma grande festa popular como jamais se tinha visto. A abolição da escravidão sem indenização, isto é, sem condições, foi encarada por todas as forças progressistas da sociedade brasileira como uma vitória contra os senhores escravistas e as forças racionárias. O mesmo projeto imperial enviado em 13 de Maio condicionava a abolição e a compensação monetária aos proprietários, e obrigava os libertos a permanecerem na fazenda até o fim da safra. Tal projeto não pode ser sustentado, tão grande foi a pressão das massas nas ruas do Rio de Janeiro.

A Abolição da Escravidão ocorrida em 13 de Maio foi também a conclusão de uma vitoriosa aliança do Movimento Abolicionista Urbano, e a luta insurrecional dos escravos rurais. A junção dessas duas grandes correntes que pelejavam pela libertação ampliou e radicalizou o movimento pelo fim imediato da escravidão e precipitou o acontecimento que estava sendo retardado pela intransigência dos setores escravistas e pela vacilação dos emancipacionistas. O movimento abolicionista abalou o aparelho do Estado Monárquico Escravista, vários oficiais do Exército passaram a se recusar a perseguir escravo fugitivo, e juízes começaram a dar sentença favorável aos abolicionistas.

Em 1887 e início de 1888 fugas de escravos foram acontecendo e as fazendas foram abandonadas em massa. Diante de uma abolição inevitável, a vanguarda dos fazendeiros paulistas abandonou também os escravistas intransigentes, e passou a manobrar no sentido de uma abolição gradual que garantisse a eles uma justa indenização. Antônio Bento foi perseguido, tendo sua casa cercada e invadida pela polícia, e descobriram-se vários planos para assassiná-lo.

A história desse herói da Abolição ainda está por ser contada. Uma visão radical da História do Brasil assentada na compreensão da centralidade e na luta de classe, nos leva a encarar 13 de maio como data a ser comemorada com um tributo à família Imperial Brasileira, que até então havia sido um dos esteios da ordem monarca de escravismo conservador. Mas deveria ser um tributo aos homens e mulheres escravos livres que lutaram para construção de um país moderno e mais justo.<sup>5</sup>

Chico Lopes finalizou sua participação falando: “Temos que lembrar Castro Alves, José do Patrocínio e tantos outros que foram se acumulando até que 13 de maio teve essa vitória que hoje nós temos a felicidade de estar comemorando”<sup>6</sup>.

O prof. Paulo Tadeu saudou a todos os presentes e iniciou sua participação dizendo:

[...] comemorar o 13 de Maio nos remete a importantes acontecimentos da História do Brasil. Poderíamos iniciar lembrando que o Português Pedro Álvares Cabral chegou à Bahia de Todos os Santos em 1500. Porém, muitos anos antes Portugal já havia assegurado o direito sobre essas terras através do Tratado de Tordesilhas<sup>7</sup>, em 1494, assinado entre a Espanha e Portugal. Em terras brasileiras os colonizadores impuseram seu domínio sobre a população indígena e comercializaram o pau Brasil, madeira utilizada para tingimento nas fábricas têxteis européias. Nesse processo, os Portugueses foram atrás dos índios, foram sacrificar os índios, para que fossem os seus escravos aqui na terra Brasil. Encontraram os índios fragilizados porque não podiam conviver com os portugueses, pois pegavam a doença de branco. Mas eles massacraram os índios e viram que estes também fugiam e não ficavam sendo escravos gratuitamente como eles pensaram. Então foi a hora dos portugueses começarem a trazer da África nos porões dos navios, escravizados, os africanos. Calcula-se que entre 1532 e 1585 aproximadamente 3 milhões e 500 mil africanos foram trazidos escravizados para o Brasil. Na África eles eram felizes, viviam nas tribos, nas nações, cuidando de suas famílias, vivenciando suas culturas. Mas ao chegarem no Brasil Colônia eles eram submetidos a tortura, humilhações e muita peia, alguns chegando à morte como forma de exemplo imposto pelos colonizadores. Revoltados com tanta pressão milhares deles, desafiando o sistema colonial, fugiram das plantações da costa para a selva congregando-se com os indígenas e formando os denominados quilombos ou mocambos. No Nordeste brasileiro foram famosos

<sup>5</sup> Ata da 32ª Sessão Extraordinária - Grande Expediente / Assunto: Homenagem ao Dia 13 de Maio, data comemorativa da Abolição dos Escravos. P.4

<sup>6</sup>Idem. P. 4

<sup>7</sup> O Tratado de Tordesilhas, assim denominado por ter sido celebrado na povoação castelhana de Tordesillas, foi assinado em 7 de Junho de 1494, entre Portugal e Castela (parte da atual Espanha), definindo a partilha do chamado Novo Mundo entre ambas as Coroa

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

os quilombos dos Palmares, 1630 a 1695, e a figura do grande Líder Zumbi<sup>8</sup> que foi assassinado em 20 de novembro. Sua morte passou a ser o símbolo da resistência com o Dia da Consciência Negra<sup>9</sup>. No Rio de Janeiro, 20 de novembro é feriado e em São Paulo também, como prova da luta, da reivindicação dos direitos dos afrodescendentes.

A crise do açúcar obrigou os colonizadores a buscar meios substitutos para o trabalho na agricultura, assim o ciclo do açúcar por volta de 1696 foi substituído pelo ciclo do ouro paralelo ao do café, ao do algodão e ao da borracha. Em todos esses ciclos da nossa cultura o trabalho escravo foi importante, e aos escravos, aos negros africanos nós devemos a nossa economia, nossa riqueza, e esse País que está aí.<sup>10</sup>

Paulo Tadeu falou que o dia 13 de Maio foi um momento em que a Princesa Isabel resolveu abolir os escravos, e passou a ser uma data importante para a referência do negro no Brasil. Este dia entrou para a História do Brasil como um marco na luta de um povo oprimido e sofrido, luta esta desencadeada pelos abolicionistas em todo o Brasil. Falou ainda sobre repercussão desta data no Estado do Ceará, dizendo:

No Ceará merece destaque o movimento denominado Sociedade Libertadora, onde pontilharam nomes como Francisco José do Nascimento – o Chico da Matilde – que era exatamente o Dragão do Mar. Gostaria de lembrar também que o 13 de Maio além de marcar a primeira aparição de Nossa Senhora de Fátima em Portugal é a data conhecida como o Dia do Maracatu.<sup>11</sup>

O Sr. Ivaldo Paixão recebeu a palavra e iniciou saudando a todos e ressaltando que para falar em Movimento Negro no Ceará tem-se que falar da Sra. Lúcia Simão e em seu esposo Professor William. Disse:

Queria dizer que nos sentimos muito a vontade, porque falar 13 de Maio é falar do Ceará. Toda a campanha abolicionista teve como pano de fundo os acontecimentos aqui do nosso Estado do Ceará. Estou escrevendo um livro, deverei estar lançando na Bienal em agosto, abordando essa questão, e em especial a questão das províncias que aboliram a escravatura antes da Lei Áurea. E para nossa felicidade o nosso Estado do Ceará foi pioneiro. O segundo Estado na época Província, foi a Província do Amazonas que para nossa felicidade o Presidente era um cearense. A terceira Província a abolir quase por completo a escravatura foi a Província do Rio Grande do Sul, e para a nossa felicidade o Presidente da Província do Rio Grande do Sul também era um cearense. Quem fez a primeira Lei Abolicionista também para a nossa alegria, Deputado Federal do Império, Pedro Pereira, também para nossa felicidade um cearense. Todos os movimentos sociais que visavam logicamente a libertação dos escravos contaram de uma forma ou de outra com a presença do cearense. E aqui, eu queria citar o grande cearense esquecido pela história do Ceará e do Brasil, o cearense lavrador que emigrou para o Estado do Pará aos 13 anos de idade, e aos 21 anos de idade foi o maior líder cabano do Estado do Pará. Aos 21 anos foi Presidente Cabano, Presidente revoltoso. Eduardo Angelim colocou pra fora os ingleses que queriam mandar no Estado do Pará.

E para concluir, dizer também que nós não podemos olvidar da grande figura de Dragão do Mar. Então, todos esses movimentos trouxeram para o 13 de Maio de 1888. Eu não acredito em coincidência, e pequenos fatos são muito mais, e demonstram a generosidade, a compreensão e a nobreza do povo do Estado do Ceará, principalmente quando nós temos a palavra do grande Vitor Hugo que por ocasião, logo após a Revolução Francesa e também já por ocasião quando houve a libertação dos escravos em Redenção, ele saudou para o mundo a nossa província do Ceará a cidade hoje de Redenção.<sup>12</sup>

O Sr. Roberto Matoso iniciou sua participação dizendo da sua designação em representar o Governador Lúcio Alcântara e a satisfação em estar novamente na Assembléia Legislativa:

Há 116 anos o Brasil aboliu a escravatura, mas logicamente não aboliu a escravidão, principalmente porque a escravidão que todos nós somos vítimas em menor, maior grau é justamente que sofrem preconceitos. O dia 13 de maio deve ser lembrado como não só uma data que homenageia o passado,

<sup>8</sup> Zumbi foi o último dos líderes do Quilombo dos Palmares.

<sup>9</sup> O Dia da Consciência Negra é um dia celebrado no Brasil, dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A data foi escolhida por coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695.

<sup>10</sup> Ata da 32ª Sessão Extraordinária - Grande Expediente / Assunto: Homenagem ao Dia 13 de Maio, data comemorativa da Abolição dos Escravos. P. 6

<sup>11</sup> Idem. P. 7

<sup>12</sup> Idem. P. p. e 10.

## QUESTÕES NACIONAIS – 2004

mas que nos impulsiona para continuar lutando por um país mais justo e com menos preconceito. Eu termino, Senhor Presidente, Chico Lopes, lembrando a frase do grande lutador contra o preconceito no mundo, Martin Luther King<sup>13</sup>, que tem uma das frases no seu discurso “Eu Tenho um Sonho”, um dos discursos mais bonitos da história da humanidade. Martin Luther King tem uma frase no meio do discurso sem pretensões, mas que fica no coração de todos nós para que possamos continuar lutando. Ele disse: “Não vamos matar nossa sede de liberdade na xícara da intolerância e do ódio.

A Assembléia Legislativa mais uma vez referenciou um dos grandes marcos da história do Ceará, estado pioneiro na luta abolicionista no Brasil.

Na ocasião, foram rememorados os acontecimentos da época, e exaltada a importância do fato como conscientização e modelo para a abolição de todos os tipos de escravidão, de intolerância e de rejeições.

---

<sup>13</sup> Martin Luther King (15 de janeiro de 1929, Atlanta, Georgia – 4 de abril de 1968, Memphis, Tennessee) foi um pastor e ativista político americano. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1964, pouco antes de seu assassinato.

## MEDIDA PROVISÓRIA 232

Autor do requerimento: Dep. Fernando Hugo (PSDB)

Palestrante convidado: Dr. Hugo de Brito Machado<sup>1</sup>

Data: 03/03/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 3 de março de 2005, realizou debate sobre a Medida Provisória 232, tendo como expositor o tributarista Hugo de Brito Machado. O evento contou com a presença do senhor Carlos Mauro Cabral Benevides Filho, Secretário de Administração do Estado do Ceará representando o Governador do Estado do Ceará, Dr. Lúcio Gonçalo de Alcântara. Presentes ainda, o Deputado Federal Antônio Cambraia (PSDB – CE), o Terceiro Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Fernando Hugo (PSDB – CE), autor do requerimento que deu origem à Sessão, o Desembargador Byron Frota, o senhor José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), além do senhor Pretextato Mello, Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Ceará (SESCAP).



O debate sobre tributação vem cada vez mais despertando o interesse da sociedade. Tornou-se uma exigência dos setores produtivos nacionais, bem como daqueles que são afetados pela elevada carga tributária, uma conscientização e uma mobilização no sentido de que os impactos ocasionados na vida do povo brasileiro pela alta dos impostos não termine por desgastar totalmente o tecido social que compõe a Nação.

Enxergando no debate o clamor da sociedade, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará trouxe o assunto da “Medida Provisória – 232” ao cenário das discussões. Para dar início aos trabalhos, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Marcos Cals (PSDB – CE), designou o Deputado Fernando Hugo para falar em nome do Poder Legislativo.

O Deputado Fernando Hugo discorreu sobre a importância do debate, ressaltando que o tema consegue mobilizar “todos os pensadores da área econômica, contábil e todas as personalidades públicas e políticas do Brasil.”<sup>2</sup> O deputado Fernando Hugo congratulou-se com os demais colegas deputados, ponderando que se fizesse desta Casa um local de confronto ideológico, desta forma, a Assembléia iria para um debate no “caminho livre de pensar e que teremos colheita proveitosa neste dia, que hoje nós temos essas visitas tão ilustres na Assembléia.”<sup>3</sup> A presidência então anunciou a palavra ao palestrante, Dr. Hugo de Brito Machado, que começou sua exposição falando que o Brasil tem a maior carga tributária da América do Sul enquanto o México possui a menor:

Dizem que é porque o México tem muito petróleo, e o petróleo é do estado mexicano, e, portanto, o estado não precisa de tributos mais elevados para o custeio de suas despesas, pois aufera recursos através da venda do petróleo. O argumento pode ser consistente, mas acho que não por si só, não responde a questão, porque existem muitos outros países que não têm petróleo, e nem um terço ou 10% do que tem o Brasil, e têm a carga tributária menor que a brasileira. Relaciona-se, e é costume relacionar-se, a carga tributária ao PIB (Produto Interno Bruto). E digo, às vezes, em tom de brincadeira mas faço isso com toda seriedade. Não gosto de relacionar a carga tributária com o PIB. Por que não gosto, porque não sei o que é o PIB. “Ah! O senhor não sabe que o PIB é o Produto Interno Bruto?” É claro que sei isso! Mas nunca ouvi dizer como é, em termos objetivos, concretos, que a gente chega a esse número chamado PIB. Eu não sei, por exemplo, se quem está na informalidade é ou não é considerado para efeito de apuração de PIB. Alguém poderá dizer: “É claro que não é, porque não se tem documentos!”. Mas o PIB se compõe de vários elementos que são simplesmente determinados por estimativas. Então eu não sei, realmente, o que é o PIB, e por isso eu prefiro raciocinar com dados de constatação mais fácil, mais direta, qualquer um de nós pode conferir.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Bacharel em Direito, Especialista em Direito Público e Mestre em Direito Público, pela Universidade Federal do Ceará, Professor convidado para lecionar em Cursos de Pós-Graduação e Mestrado, na Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Faculdade de Direito (Unip) – São Paulo e Universidade Vale Rio do Sino – Rio Grande do Sul. Professor Titular de Direito Tributário da Universidade Federal do Ceará, exerceu as funções de Procurador da República, Juiz Federal do Ceará, Juiz do Tribunal Regional da 5ª Região, em Recife. Autor de vários livros na área de Direito Tributário.

<sup>2</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005, p. 5.

<sup>3</sup> Idem. p. 5.

<sup>4</sup> Idem. p. 6.

Em seguida, mostrou que o cidadão brasileiro de classe média, que tem um padrão da ordem de 2.300 (dois mil e trezentos reais) de renda mensal, paga de tributo 54,13% do que ele ganha e gasta. Em seu estudo, apresentou os seguintes dados:

Quando a gente ganha, quem está nesta faixa acima de 2 mil e trezentos reais paga 27,5% de Imposto de Renda na Fonte, descontado, não tem o que discutir! Esse cidadão bota o dinheiro no bolso e vai às compras, vai comprar um sapato ou uma roupa, e aí ele paga 17% de ICMS, 7,6% de Cofins, 1,65% de PIS/PASEP, e geralmente, como se paga com cheque, mais 0,38% de CPME. Se vocês tomarem esses percentuais que eu falei, vão encontrar o tal de 54,13%<sup>5</sup>.

Quanto às empresas, ponderou que a dificuldade pela qual elas passam dá-se devido ao encurtamento dos prazos para pagamento dos tributos e à antecipação desse recolhimento. O Dr. Hugo de Brito Machado entende que se a empresa tiver tempo para praticar suas operações, para desenvolver plenamente a sua atividade, ela, bem ou mal, vai terminar arrecadando dos consumidores os valores correspondentes aos tributos que devem ser recolhidos. Sobre a questão da antecipação do pagamento de tributos disse:

Hoje, quase todos os tributos são pagos antecipadamente. Nós temos aqui, por exemplo, no Estado do Ceará, recolhimento de ICMS antecipado em relação a quase todas as mercadorias. E isso é terrível para as empresas, porque elas vão precisar, necessariamente, de um capital de giro exageradamente elevado, para poder custear essas antecipações para poder pagar os impostos, antes de receber o produto da venda das mercadorias. Mas, inclusive, sem falarmos nas antecipações de recolhimento, o simples prazo de recolhimento já é muito pouco. E apenas para refrescar a nossa memória, eu menciono que todos esses prazos, todos eles, foram encurtados em razão da inflação galopante que nós tínhamos. O governo conseguiu leis, encurtando os prazos de recolhimento de todos os tributos, exatamente para diminuir os efeitos negativos da inflação, sobre os valores que deveriam ser recolhidos. Só que a inflação passou a estar sob um relativo controle, como está hoje, e os prazos não voltaram a ser os que eram antes da inflação galopante. Continuou-se com prazos muito curtos, para recolhimento de tributos. [...]. Mas esse ponto eu acho perfeitamente viável, e acho que será um serviço muito relevante prestado ao País, por parte do Poder Legislativo, se tomar a iniciativa de questionar e de legislar sobre o prazo de recolhimento de tributos, porque isso vai ajudar, significativamente, o desenvolvimento da atividade empresarial.<sup>6</sup>

Acerca da questão dos agricultores, o palestrante afirmou “ser uma das mais sensíveis”: “Na verdade, chegaria a ser ridículo admitir que o pequeno agricultor tivesse que emprestar dinheiro ao governo federal quando o que se fala todos os dias e em todos os lugares, é que o pequeno agricultor precisa ser ajudado pelo governo, concreto.”<sup>7</sup>

Outro ponto destacado foi o da atividade de prestação de serviços.

[...]realmente existem alguns prestadores de serviços que obtêm uma vantagem significativa, ao constituírem pessoas jurídicas, para se submeterem ao Regime Tributário do Imposto de Renda das pessoas jurídicas. Existem profissionais no âmbito da atividade publicitária, por exemplo, que obtêm receita do seu trabalho de publicitário, receita significativamente elevada, e ao invés de pagarem os 27,5% de Imposto de Renda, que pagariam se recebessem essas quantias na condição de pessoa física, eles optam, constituem pessoas jurídicas, e optam pelo lucro presumido e vão pagar Imposto de Renda somente de 32%, que era a base de cálculo anteriormente definido na Legislação<sup>8</sup>.

O Dr. Hugo de Brito Machado, passou então, a abordar a questão sob o ponto de vista técnico, comentando sobre o atual instrumento muito utilizado pelo Governo: a Medida Provisória. A Constituição Federal só permite a edição da Medida Provisória quando o assunto for relevante e urgente, e uma Medida Provisória que estabelece pontos que só vigorarão no ano seguinte não se enquadra nos padrões de utilização deste instrumento. Após essa observação, o

<sup>5</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005, p. 5.

<sup>6</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 7.

<sup>7</sup> Idem, ibidem.

<sup>8</sup> Idem, ibidem.



expositor concluiu sua fala.

O Presidente em exercício, deputado Fernando Hugo, passou a palavra ao deputado federal Antônio Cambraia<sup>8</sup> (PSDB – CE), que referiu-se ao congelamento da tabela do Imposto de Renda, desde 1996 não atualizado, exceto por um reajuste de 17,5% realizado em 2002. Segundo o deputado, várias tentativas foram feitas para a atualização da tabela, devido à pressão popular que via “seu poder aquisitivo diminuído por estar pagando mais imposto”<sup>9</sup>. O deputado federal Antônio Cambraia foi relator de um Projeto de Lei que tratava da atualização da tabela. Tal projeto não foi aprovado porque, segundo o deputado, o Governo o ignorou por ter maioria no Congresso Nacional, e ser tal projeto oriundo da oposição. Para ele, a não atualização da tabela não significa renúncia fiscal:

Eu diria que é apropriação indébita, da parte do Governo, quando não atualiza a tabela do Imposto de Renda, frente a um processo em que ainda existe inflação, cujos salários são atualizados em vista da inflação, e a tabela permanece congelada. Então, aumenta a contribuição do Imposto de Renda, indevidamente, se constituindo, como eu disse, em uma apropriação indébita!<sup>10</sup>.

Para o Deputado Federal Antônio Cambraia, os dispositivos altamente prejudiciais à população, editados na Medida Provisória 232, foram feitos exatamente para serem discutidos, tirando a atualização da tabela do Imposto de Renda do foco de atenção. Discutem-se então os dispositivos que aumentam a carga tributária e esquece-se de cobrar um percentual maior de correção da Tabela de Imposto de Renda, levando à aprovação de apenas 10% de correção desta tabela. O fato da repercussão da edição da Medida Provisória 232 ter mobilizado um elevado número de entidades empresariais, cidadãos e parlamentares levou o deputado federal Antônio Cambraia a propor que seja cobrado também um reajuste maior na Tabela do Imposto de Renda. E disse ainda que, contra os argumentos de que a correção vai tirar recursos dos Estados e Municípios, do Fundo de participação dos Estados e do Fundo de participação dos Municípios:

É verdade, desses dois bilhões que o Governo vai arrecadar a menos pela atualização, seiscentos milhões seriam distribuídos para o Fundo de Participação do Estado e Fundo de Participação do Município. Mas esses Estados e Municípios, no que diz respeito a esta questão, eles também tiveram, em função da atualização, um aumento nas transferências constitucionais vindas do Governo Federal!<sup>11</sup>.

Após a conclusão do deputado federal Antônio Cambraia, o Presidente em exercício, deputado Fernando Hugo, passou a palavra para o senhor Pretextato Mello, presidente da SESCAP-CE<sup>12</sup>. O senhor Pretextato Mello fez menção a um movimento que teve origem no ano passado no Ceará, envolvendo as seguintes entidades: CRC, CDL, FIEC, FAEC E OAB<sup>13</sup>. Tal movimento realizou uma campanha contra a carga tributária e a primeira palestra realizada teve como expositor o Dr. Hugo de Brito Machado. Para Pretextato Mello, quando o Governo Federal deixa de reajustar uma tabela de desconto de Imposto de Renda está aumentando a carga tributária. Disse ainda que a Medida Provisória conseguiu reunir mais de mil e cem entidades que se posicionaram contrárias à referida medida e que o Governo deveria cobrar o necessário na tributação e principalmente dar o retorno à sociedade, investindo mais nas áreas de Segurança, Saúde e Educação. Preocupado com o teor da Medida, Pretextato Melo, concluindo sua exposição, relatou que o SESCAP-Ceará, juntamente com o CRC, havia entrado com uma ação declaratória contra a Medida Provisória, em meados de fevereiro de 2005.

Em seguida, o deputado Fernando Hugo, na qualidade de presidente em exercício, passou a palavra para o Dr. Mauro Benevides Filho, Secretário da Administração do Estado, representando o Governador do Estado do Ceará, Dr. Lúcio Alcântara. O Dr. Mauro Benevides Filho, no início de sua fala, disse que está se dando muita ênfase à questão da carga tributária em relação ao Governo vigente, quando na verdade, a elevação dos tributos é algo que vem acontecendo com frequência ao longo dos anos. Segundo o Dr. Mauro Benevides Filho

nós saímos de uma carga tributária de 28% do Produto Interno Bruto, em 1994, para quase 35% em 2002, que, infelizmente, aumentou para 36% em 2004. Mas isso não é uma conjuntura atual que nós estamos falando. Isso é um movimento que já vem de muito tempo e que precisa, portanto, ser

<sup>8</sup> Antônio Elbano Cambraia, Deputado Federal do PSDB, economista, professor universitário, administrador público, foi Prefeito de Fortaleza de 1993 a 1997.

<sup>9</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 10.

<sup>10</sup> Idem, ibidem.

<sup>11</sup> Idem. p. 11.

contextualizado dentro dessa questão<sup>14</sup>.

Ainda com a palavra, o secretário de administração disse que o Governo cometeu um grave erro quando foi tratar desse 1,5% de Imposto de Renda, na venda de produtos agrícolas, que é um setor reconhecido na atividade econômica, dos sofrimentos, das agruras que existem no decorrer de toda a sua cadeia de produção. Quanto a este imposto, o secretário de administração seguiu a linha de pensamento do deputado federal Antônio Cambraia, dizendo que:

Eu também acho que esse Imposto que está aí colocado, talvez seja um dos argumentos que vão ser usados para que o Governo retire do seu posicionamento, e faça deixar outros mais significativos, porque, realmente, este está gritante, no perceber dos contribuintes, deixar prevalecer que esse adicional de 1,5%, na venda desse produto, eu acho que isso o Governo Federal deverá retroagir na sua concepção<sup>15</sup>.

Complementou ainda afirmando que o Governo erra ao aquiescer e aumentar o superávit primário de 3,8% do PIB para 4,25%, atitude tomada com intuito de honrar um compromisso com a questão do endividamento do setor público. O Dr. Mauro Benevides Filho concluiu sua fala dizendo:

O Governo Federal tem adotado mais pesadamente, como disse o Deputado Antônio Cambraia, buscar esses aumentos naquilo que são receitas não compartilhadas. Nós estamos falando de Contribuição Social de Lucro Líquido, nós estamos falando de Cofins, nós estamos falando de CPMF, de receitas, que estados e municípios não participam das possíveis elevações de arrecadação. Isso tem sido uma estratégia, que eu não sei se vai persistir durante muito tempo, há uma ponderação. Se em 2003 teve uma queda real do Fundo de Participação, em 2004 uma queda do Ceará, por exemplo, de 280 milhões e um aumento de 60% em 2004, nós temos que observar esse movimento, porque senão agita não só no âmbito da pessoa física e da pessoa jurídica, mas já vai contaminar também o próprio setor público, o Município e o Estado, nesse confronto que poderia gerar, entre esses dois níveis da Federação Brasileira, em relação ao Governo Federal<sup>16</sup>.

Encerrada a exposição do Sr. Mauro Benevides Filho, o deputado Fernando Hugo passou a palavra para o desembargador Byron Frota, que foi breve em suas colocações. Começou falando sobre a colonização da América do Norte, que se deu devido aos altos impostos cobrados na ilha britânica: “o tributo mexe na vida dos cidadãos e dos países. Um dos motivos da Colonização da América do Norte foi a ida dos peregrinos que ali, naquele barco famoso, o “Mayflower”, foram muito mais por causa de impostos escorchantes”<sup>17</sup>. E relatou um caso ocorrido na história brasileira: a Inconfidência Mineira – uma revolta separatista, ocorrida em 1791, devido aos altos tributos cobrados pela Coroa Portuguesa. Para o Desembargador Byron Frota, debates como este deveriam ser feitos com mais frequência e com um maior aprofundamento. Ainda disse que o tributo no Brasil é recolhido de forma escorchante, constituindo-se na maior carga tributária do mundo, o que afeta diretamente a empregabilidade.

Após o término da fala do Desembargador Byron Frota, a palavra foi passada para o Dr. José Ramos Torres de Mello. Este começou dizendo que hoje, na área da agricultura e da pecuária, só são obrigados a declarar Imposto de Renda aqueles cujo rendimento ultrapassa o de mais de uma atividade, indo além da atividade rural.

O Dr. José Ramos Torres de Mello relatou que se for considerado o valor bruto da pecuária brasileira, no exercício do ano de 2005, este chegou a atingir o valor médio de R\$ 189.756.000.000,00 (cento e oitenta e nove bilhões e setecentos e cinquenta e seis milhões de reais). Só na área rural esse 1,5% significaria um aumento no Imposto de Renda de dois bilhões de reais. E concluiu dizendo que a Medida Provisória 232 afeta a todos os produtores.

O palestrante encerrou sua exposição e em seguida, o deputado Fernando Hugo passou a palavra ao deputado Artur Bruno (PT). O deputado concordou com a assertiva de que o Brasil tem a maior carga tributária da América. Disse que cobramos mais impostos percentualmente ao PIB do que Estados Unidos e Canadá. E quanto à Europa, a cobrança é equivalente, mas a diferença está na prestação de serviços, que são incomparáveis e superiores aos de nosso País e afirmou:

<sup>14</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 13.

<sup>15</sup> Idem, p. 14.

<sup>16</sup> Idem, p. 14.

<sup>17</sup> Idem, p. 15.

Portanto, é injustificável essa carga tributária. No entanto, nós temos que analisar que devemos ter uma política de Estado. Não pode ser uma política de Governo, a diminuição da carga tributária. Acho que essa é uma questão central do debate. Não se pode pensar apenas no Governo atual, ou Governo passado, tem que ser uma política de Estado<sup>18</sup>.

O deputado Artur Bruno relatou que em 1994 a carga tributária significava 28% do PIB e chegou a 35% no final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Continuou, dizendo que o governo do presidente Lula tem mantido esse índice, que se encontra na margem entre 35% e 37%. E disse:

em outros Estados e Municípios, houve também aumento de arrecadação, portanto, tem que ser realmente um movimento nacional, tem que ser uma política de Estado, e não pode se dirigir unicamente à União. Esse movimento tem que se dirigir aos Estados, tem que se dirigir aos Municípios, tem que se fazer um histórico. Há poucos anos era 24% do PIB, passou a 28%, e hoje está em 36%<sup>19</sup>.

O segundo aspecto apresentado pelo deputado Artur Bruno, referente à Medida Provisória, é o da reivindicação da sociedade, das Centrais Sindicais, da classe média, que é a atualização da tabela, que para ele é um ponto positivo:

Acho que deveria ser anualmente, esta é que deveria ser a nossa luta. Porque a inflação acontece anualmente, se paga mais, então tem que ser anual e concordo plenamente com o que se colocou. Diria que este Governo tem uma diferença: Esse Governo dialoga. Este Governo cede. E não tenho a menor dúvida que com o trabalho que está acontecendo lá no Congresso Nacional, entidades empresariais, os próprios Parlamentares, sensíveis, a bancada governista sensível, deverá haver uma modificação na Medida Provisória e que muitas dessas questões que vocês colocaram sejam atendidas<sup>20</sup>.

Concluída a sua fala, o deputado Fernando Hugo passou a palavra para o deputado Néelson Martins, que lamentou a ausência de um representante da bancada governista da Câmara Federal, para apresentar a visão do Governo em relação à Medida Provisória 232. O segundo aspecto abordado seguiu a mesma linha apontada pelo deputado Artur Bruno, que foi a de relatar o crescimento da carga tributária no Governo anterior. E o deputado ainda aprofundou a questão de uma proposta de reforma tributária enviada no ano passado:

Eu tenho aqui em mãos a Proposta de Orçamento do Governo Federal para 2005. Estão devidamente especificadas algumas medidas de redução de carga tributária, que correspondem, durante o período de 2005, a R\$ 7.583.000.000,00 em termos de redução de carga tributária. Considerando os cálculos feitos pelo Deputado Federal Antônio Cambraia, isso aqui corresponderia a mais do que o dobro do que está colocado, ou a mais do que o triplo, de acordo com os cálculos do Governo<sup>21</sup>.

O deputado Néelson Martins concluiu sua exposição lamentando, mais uma vez, a ausência de um representante do Governo no evento.

Em seguida, o Dr. Jurandy Porto pôde exprimir o seu ponto de vista, ao dizer que parece ser um vício de Governo o aumento da carga tributária, independente de ser o anterior ou o atual. E comentou:

(...) os impostos são os recursos necessários arrecadados da sociedade, para prover as necessidades sociais dessa mesma sociedade. Tem-se hoje consolidada a idéia de que o Estado moderno é um Estado que deve se ocupar apenas de suas tarefas e funções básicas, concernentes à educação, à segurança, à saúde, aos investimentos públicos que não podem ser feitos pela iniciativa privada<sup>22</sup>.

E questionou a competência do Governo na aplicação desses recursos, pois não se vê o retorno que tanto necessita a população:

Qual o retorno das obrigações do Estado no campo da segurança pública? Qual o retorno no campo da educação? E a educação está falida! A educação pública é nenhuma! A segurança pública é nenhuma!

<sup>18</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 17.

<sup>19</sup> Idem, p. 18.

<sup>20</sup> Idem, p. 18.

<sup>21</sup> Idem, p. 19.

<sup>22</sup> Idem, p. 20.

ma! Vivemos hoje uma neurose do medo, ainda quando estamos trancafiados em casa! Em relação à saúde, basta que qualquer pessoa entre num hospital público e veja, pelo chão dos corredores, a miséria e a lástima que são esses hospitais públicos. Mas a carga tributária tem aumentado, atestam todos os senhores que conhecem com profundidade o tema, a carga era 26 até bem pouco tempo, hoje é 36%, é 37%<sup>23</sup>.

Segundo o Dr. Jurandy Porto, a dívida pública e o pagamento excessivo desta, seriam a responsáveis pela falta de verba para ser aplicada em serviços básicos à sociedade, tais como saúde, educação e segurança. Para ele, não há como fazer crescer a economia pagando a dívida pública em excesso. Criticou ainda o modelo de democracia do País que nós temos, devido à ação do Executivo de legislar em situações que não são de emergência, portanto, desrespeitando a Constituição Federal. O Dr. Jurandy Porto fez ainda uma crítica ao Estado brasileiro onde diz: "(...) não vejo, no Estado Brasileiro, aquilo que ele deveria ser: a sociedade politicamente organizada. Há um Estado, um monstro, e embaixo, submissa, suportando o peso gigantesco deste Estado, por ele sendo esmagada, a sociedade brasileira, o povo"<sup>24</sup>.

Encerrada a exposição do Dr. Jurandy Porto, foi a vez do deputado José Guimarães fazer suas ponderações. Começou sua fala concordando com o deputado Néelson Martins, ao dizer que lamentava a ausência de um representante governista da Câmara Federal, para defender o ponto de vista do Governo. Em seguida, salientou que o Governo vai rever alguns pontos da Medida Provisória 232, como o artigo referente ao setor agropecuário, e apontou que é uma conquista, termos um Governo democrático que abre espaço para discussão. Ao falar da medida acima mencionada, o deputado José Guimarães observou alguns pontos que foram deixados de lado. Segundo ele:

A Medida Provisória coloca vários outros aspectos que, infelizmente, V. Exas. sequer contextualizam, como: I) A ampliação da parcela de isenção, que é um negócio importante. Como disse o Deputado Mauro Filho: É pouco, poderia ser 20%? Poderia! Mas é muito, para quem, no passado, não fez nada! Isso é significativo;

II) A tentativa de atrair para a formalidade, aqueles setores da informalidade da nossa economia, que está também dentro da Medida Provisória;

III) A tentativa de também estabelecer uma relação que possa corrigir todo esse processo de precarização das relações trabalhistas, que aconteceram nesses anos todos, bem como um processo de terceirização brutal, que tivemos no nosso País, inclusive aqui no nosso Estado<sup>25</sup>.

O deputado José Guimarães falou que a Medida Provisória 232 não trata apenas de elevação da carga tributária, mas também de corrigir a situação dos sonegadores de impostos, fazendo com que eles paguem. Falou do aumento do superávit primário, que foi necessário, pois senão o País se veria em uma situação em que seria obrigado a dar o calote. Isso devido ao endividamento desenfreado da dívida interna.

Concluiu dizendo que a principal questão sobre a Reforma Tributária é a guerra fiscal nos Estados. E disse que a Reforma Tributária não é votada no Congresso porque os governadores não aceitam o fim da guerra fiscal, criando obstáculos para a federação.

Na seqüência do debate, o Dr. Hugo de Brito Machado respondeu aos questionamentos afirmando que a elevação da carga tributária, bem como o aumento de despesa pública não é algo atual e nem um privilégio do Brasil. Quem estuda finanças públicas sabe que isso ocorre nos demais países. E reiterou que a cobrança deve ser feita não aos governos passados, e sim ao atual, pois para ele, um erro não justifica o outro. O Dr. Hugo de Brito disse sentir-se feliz pela mobilização contrária à elevação da carga tributária: "Eu estudo direito tributário e participo dessas situações há cerca de quarenta anos, e é a primeira vez que estou vendo, no Brasil, sendo discutido uma Medida de aumento de carga tributária, com a amplitude que está sendo discutida, e fico muito feliz que esteja sendo assim!"<sup>26</sup>

Quanto à guerra fiscal, o Dr. Hugo de Brito Machado disse que este é o grande mal no sistema tributário:

Eu vejo a guerra fiscal como uma medida de última possibilidade de defesa dos Estados pobres, que querem trazer investimentos para os seus territórios! E a guerra fiscal só existe em função da omissão brutal e absolutamente inaceitável do Governo Federal! Porque a Constituição Federal, em

<sup>23</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p.20.

<sup>24</sup> Idem, ibidem.

<sup>25</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 21.

<sup>26</sup> Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste.

gualdades regionais!<sup>27</sup>

Tecendo comentários sobre a diferença entre o optar como pessoa jurídica ou pessoa física no momento de pagar o Imposto de Renda, Dr. Hugo de Brito Machado disse que uma pessoa física paga, de saída, 27,5% de imposto na fonte, além de que a fonte pagadora sofre um ônus de 20% de contribuição previdenciária. Então, são 47,5% de ônus tributário, em cima de qualquer pagamento feito por qualquer empresa ou qualquer prestador de serviço, na qualidade de autônomo. Portanto, nas palavras do Dr. Hugo de Brito:

(...) a principal diferença eu diria que está no interesse das próprias Empresas que pagam os prestadores de serviço. Eu sou prestador de serviço e sei isso muito bem! Dificilmente uma Empresa que me consulta, quer pagar a mim como pessoa física! Porque ela tem um ônus brutal de contribuição previdenciária sobre o valor que me paga! Mas a pessoa jurídica também tem alguns ônus, ela paga imposto de renda, uma alíquota menor, mas paga, que é essa que está sendo aumentada, com aumento de base de cálculo, ela paga 7.6% de Cofins, ela paga PIS/PASEP e paga ISS. Então, ela não está no mundo maravilhoso não, ela paga! Agora, paga um pouco menos do que os 27,5% de Imposto de Renda, além de que a vantagem é da empresa<sup>28</sup>.

Quanto à sonegação, o Dr. Hugo de Brito disse que é difícil e complicado falar em sonegação quando se discute sobre tributos. A Medida Provisória 232, segundo o Dr. Hugo de Brito Machado, é um convite à sonegação. O Governo vem aumentando a carga de quem vem pagando para não precisar cobrar dos sonegadores. O palestrante disse que

(...) existe uma Lei que não é jurídica, é uma Lei natural, do âmbito da ciência das finanças, chamada Lei de Lafer, que diz que "quanto maior as alíquotas dos tributos, mais forte é a tendência para sonegação." Nós já temos casos práticos do que aconteceu no Estado do Ceará e do que aconteceu no Estado de São Paulo, nos quais o aumento da alíquota levou a uma diminuição do total arrecadado, e a diminuição da alíquota levou a um aumento do total arrecadado<sup>29</sup>.

Concluindo, o Dr. Hugo de Brito Machado disse que se é verdade que há muita gente sonegando, a providência correta não é aumentar a carga tributária de quem paga, e sim, tentar diminuir a sonegação e não tentar aumentar a contribuição de quem não está sonegando.

Dando prosseguimento ao debate, o deputado Fernando Hugo passou a palavra para o deputado José Maria Pimenta (PSDB). Empunhando a bandeira da agricultura, o deputado falou que a Medida Provisória 232 acarretaria vários problemas ao setor. Disse que a medida referida está nos mesmos moldes da Medida Provisória 66/2002<sup>30</sup>. Encerrada a participação do deputado José Maria Pimenta, o deputado Fernando Hugo passou a palavra ao Dr. Carlos Cintra que, em primeiro lugar, destacou a insinceridade do Governo Federal, que dizia que não ia aumentar impostos, especificamente o PIS e o Cofins, incidentes sobre importação e majorou a alíquota desta figura em aproximadamente 150%. O segundo aspecto refere-se à sonegação. Para ele, além da carga tributária, há dois objetos que não foram discutidos:

Primeiro, há uma elevação considerável do número de deveres instrumentais de obrigações, assessorios que os contribuintes terão de cumprir, por força das alterações. Hoje em dia todos nós sabemos que as Empresas têm que dispor de um pessoal para desempenhar suas atividades fins e de outra equipe para cuidar desses deveres, para preencher os formulários, para trabalhar para o Governo. Alguns aludem até à existência de uma verdadeira escravidão, regime de escravidão<sup>31</sup>.

Outro aspecto abordado pelo Dr. Carlos Cintra é a questão democrática:

<sup>27</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 24.

<sup>28</sup> Idem, p. 24.

<sup>29</sup> Idem, p. 25.

<sup>30</sup> Medida Provisória número 66, de 29 de agosto de 2002: Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre os procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.



O Dr. Farias Machado, com muita coragem, denunciou que a Medida Provisória, ao cercear o direito do contribuinte de levar determinadas discussões para uma segunda instância, refiro-me, especificamente, não só a auto de infração lavrado pela Receita Federal, mas a outros assuntos de maneira categórica, antecipou que o Governo Federal não tem muita preocupação com essa perspectiva democrática, por quê? Porque o Órgão de primeira instância, o Órgão Federal, a despeito de ser colegiado, mas é um colegiado composto por membros da Receita Federal. Em segunda instância, encontra alguma expectativa de ter sucesso em determinadas discussões, levando em conta a sua formação paritária. A Medida Provisória cerceia e exclui determinadas matérias dessa possibilidade e discussão. E como nós sabemos que o que prevalece no fisco, não só Federal mas Estadual e Municipal, é uma avidez incontida, um apetite fiscal sem precedentes, não se pode desconhecer que uma atitude como essa é flagrantemente antidemocrática<sup>32</sup>.

Na sua conclusão, o Dr Carlos Cintra destacou uma frase muito difundida entre os tributaristas, que é consenso inclusive entre o próprio STF, baseado no que a Suprema Corte Americana diz: “O poder de tributar não pode chegar ao desmesurado poder de destruir”<sup>33</sup>.

O deputado Fernando Hugo passou a palavra ao Dr. Erinaldo Dantas, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Ceará. Ele concordou com a colocação do Dr. Hugo de Brito que dizia que “aumentando a carga tributária dos prestadores de serviços, a sonegação vai aumentar e a informalidade também, porque serviço, pela própria natureza, é intangível, e já é de fácil sonegação”<sup>34</sup>. Disse que um dos pontos positivos do Governo do Fernando Henrique Cardoso foi o simples. O simples é uma modalidade de pagamento de impostos e contribuições federais que o pequeno industrial ou o pequeno comerciante se utiliza para quitar os seus tributos, através de um percentual de 5%. É uma forma fácil, prática e barata, que incentiva a formalidade.

A Medida Provisória 232/04 causou grandes repercussões em vários setores da sociedade brasileira que se posicionaram contra alguns itens da referida medida. Itens como o que aumenta de 32% para 40% a taxa da receita bruta mensal como base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos prestadores de serviço.

Em 2004, a Receita Federal arrecadou 35,56% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) através de tributações. Enquanto a carga tributária em relação ao PIB do Brasil cresceu aproximadamente 23% (de 28,92% para 35,56%) no período de 1994 a 2004, o aumento da carga tributária no mercado interno, excluindo as exportações, cresceu no mesmo período 34%, passando de 30% para 40,28%, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas.

Comparando a carga tributária brasileira com outros países em relação ao Produto Interno Bruto, o Brasil ocupa o 4º lugar, com uma das maiores taxas de tributos correspondendo a 36,11%. Em primeiro, está a Suécia com 53%, em segundo lugar a Noruega com 52% e em terceiro a Alemanha com 36,40%. As mais baixas ficam com o Equador com 13%, Paraguai com 14,10%, Venezuela com 15,90% e Chile com 17,33%. Os Estados Unidos têm uma carga tributária de 29,60% e o Japão de 27,10%.

O presidente em exercício, deputado Fernando Hugo, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão.

<sup>31</sup> Ata da 4ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 03 de março de 2005. p. 26.

<sup>32</sup> Idem, p. 27.

<sup>33</sup> Idem, p. 27.

<sup>34</sup> Idem. p. 28.

# PROJETO DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS DO SÃO FRANCISCO

Autor do requerimento: Chico Lopes (PC do B), Gilberto Rodrigues (PHS),  
Gislaine Landim (PSB), José Maria Pimenta (PSDB)

Palestrante convidado: Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes<sup>1</sup>

Data: 07/03/2005

**A** Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 7 de março de 2005, realizou debate sobre o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional, tendo como expositor o Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes. O evento contou com a presença do Governador do Estado do Ceará, Dr. Lúcio Gonçalo de Alcântara; do Vice-Governador do Estado do Ceará e Secretário do Planejamento, Francisco de Queiroz Maia Júnior; do Vice-Governador do Estado do Piauí Osmar Ribeiro de Almeida Júnior; do Deputado Federal Inácio Arruda (PCdoB – CE), Coordenador do Projeto de Integração das Bacias do São Francisco junto ao Congresso Nacional; do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, representando o Governador Cássio Cunha Lima, Deputado Estadual Rômulo José de Gouveia (PSB – PB); do Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputado Estadual Robson Farias (PMN – RN), do Secretário Estadual de Recursos Hídricos, representando a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Josemar Azevedo; do Deputado Estadual Geraldo Coelho (PFL – PE), representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Deputado Romário Dias, além do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith.



Recentemente, o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, apresentou à sociedade o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, o qual beneficiará os Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Essa iniciativa é de fundamental importância para a Região Nordeste que convive, há décadas, com os problemas decorrentes da escassez de água.

Conforme a Lei de Recursos Hídricos (9.433/97), o Estado deve garantir a necessária disponibilidade de água para a população. Contudo, a falta de água, seja pela ausência de chuvas ou pela falta de rios e de outras fontes, tem dificultado ações governamentais bem sucedidas na Região Nordeste em direção ao desenvolvimento sustentável.

Estados como o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, por exemplo, não dispõem de rios perenes. Sem abastecimento assegurado de água, a pobreza perpetua-se e aumenta a dependência de políticas paternalistas e assistencialistas.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional<sup>2</sup> o Nordeste Setentrional encontra-se em situação de “estresse hídrico”. Em outros termos, isso significa que as possibilidades hídricas encontram-se aquém do valor recomendável para o desenvolvimento econômico-social desta região.

O Nordeste do Brasil, particularmente a zona do sertão semi-árido, é intermitentemente atingido por secas, fenômeno que afeta toda a base estrutural da região (economia, indústria, comércio, distribuição de renda, etc) e fragiliza não só a perspectiva de progresso como as possibilidades de desenvolvimento humano.

Dada a importância da matéria junto à sociedade, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará decidiu realizar debate em torno da questão.

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals, abriu a Sessão relatando o interesse dos deputados estaduais em realizar um debate em defesa da interligação de bacias do nordeste setentrional, destacando também a coragem do presidente Luis Inácio Lula da Silva em executar um projeto importante para o nordeste, como a transposição e a interligação. O deputado Marcos Cals salientou o empenho do ministro Ciro Gomes, segundo ele, um homem determinado, que será o operador do início das obras.

<sup>1</sup>Ex-deputado estadual, ex-prefeito de Fortaleza, ex-governador do Estado do Ceará, ex-ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e o Ministro da Integração Nacional no governo Lula da Silva.

<sup>2</sup> Exposição do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Grande Expediente do dia 07/03/2005. O valor mínimo do índice de alerta é de 1.700m<sup>3</sup>/hab. ano de água e o NE setentrional conta com somente 1.250m<sup>3</sup>/hab.ano, de capacidade de armazenamento d'água.

Depois destes comentários, o deputado Marcos Cals abriu espaço para que cada autor de requerimento pudesse tecer algumas palavras. A primeira foi a deputada Gislaíne Landim (PPS), que iniciou sua fala dizendo que em 1997 a Assembléia Legislativa tinha como prioridade o Projeto de Transposição, quando houve uma campanha que levantou um milhão de assinaturas. Segundo a deputada, o projeto não saiu do papel. A deputada considerou importante a presença do ministro Ciro Gomes, que iria esclarecer dúvidas do projeto, dos objetivos da transposição, sobre o gerenciamento das águas, dos custos a serem repartidos entre os estados beneficiados, dentre outras mais. Disse ainda que “O valor inicial dessa obra está orçado em 4 bilhões e meio de reais. Isso equivale ao que o governo de uma forma geral – Governo Federal, Governo do Estado e os Municípios – investe em uma seca. Então, duas secas resultarão em um montante desse projeto.”<sup>3</sup>

A deputada ressaltou a importância da participação dos mais variados setores da sociedade, para ajudar no esclarecimento de dúvidas acerca do projeto.

Após a conclusão da fala da deputada Gislaíne Landim, foi a vez da deputada Ana Paula Cruz (PFL), que demonstrou sua satisfação por essa reunião, que, segundo ela, ultrapassou as barreiras partidária e ideológicas, formando um bloco em defesa do cidadão nordestino. Para exemplificar a importância da causa, a deputada citou o chefe de gabinete do ministro da integração nacional, Pedro Brito, que disse: “O rio São Francisco é federal. Ele não pertence a nenhum estado em particular”<sup>4</sup>. Falou da importância da discussão sair do campo político e ir para o campo técnico e “(...) que durante a construção serão gerados 5 mil empregos diretos e, depois da obra concluída, poderá gerar cerca de 180 mil empregos na área rural, evitando o êxodo de aproximadamente 1 milhão de pessoas da região para os grandes centros”<sup>5</sup>.

Concluiu dizendo que a transposição deve ser feita de uma forma responsável, que não ponha em risco o rio São Francisco.

Concluída a fala da deputada Ana Paula Cruz, foi a vez do deputado Chico Lopes (PC do B), que saudou o governador do Estado do Ceará e o Ministro da Integração Nacional e logo em seguida, salientou a importância do Ceará se desenvolver, mas de forma conjunta com os demais estados do nordeste, ou seja, o desenvolvimento integrado. O deputado focalizou a importância da cooperação dos vários segmentos da sociedade, como universidades, a CUT, sindicatos, federação de bairros e favelas. Propôs a discussão técnica do projeto, para esclarecer quem tem dúvida e quem eventualmente seria contra, para mostrar a importância do projeto.

Depois dos comentários do deputado Chico Lopes, o presidente da Assembléia Legislativa deputado Marcos Cals passou a palavra para o governador do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara. O Governador iniciou sua fala saudando o Presidente da Assembléia Legislativa deputado Marcos Cals e o Ministro Ciro Gomes. Na concepção do governador, o atual o Presidente da República foi muito feliz em confiar esse projeto ao ministro Ciro Gomes, pois este: “(...) luta pelos seus objetivos em defesa do povo do Nordeste e do povo cearense; tem conhecimento, experiência, capacidade não só de desenvolver todo esse projeto, ultrapassando as diversas etapas que são necessárias para que o projeto possa valer pela sua consistência técnica e pelo seu conteúdo social”<sup>6</sup>.

Disse ainda que o rio da integração não pode se transformar no rio da desunião regional propondo como armas para que se vença a batalha pela transposição argumentos sólidos e inteligência, e concluiu dizendo: “A argumentação só tem consistência quando tem respaldo técnico, conteúdo social e humano que a torne irrespondível.”<sup>7</sup>

Concluída a fala do Governador, o Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals passou a palavra para o Ministro da Integração, Ciro Gomes. O Ministro cumprimentou todos os integrantes da Mesa e começou sua exposição dizendo que o projeto teve sua concepção revista, no que tange os campos econômico, ambiental, sinérgico, da engenharia e recursos hídricos.

Para o Ministro, há dois obstáculos que têm trazido dificuldades para o projeto. Um deles é a desinformação: para o Ministro Ciro Gomes qualquer cidadão brasileiro que tiver a oportunidade de obter informações sobre a transposição não irá se opor a esse projeto. Outro inimigo está sendo o egoísmo, e segundo o ministro, nada pode ser feito, pois é um defeito do ser humano.

Voltando a falar a respeito da desinformação, o Ministro Ciro Gomes disse que esta deve ser combatida e que é muito importante a criação desse comitê para esclarecimento de dúvidas. Afirmou que não poderá participar do comitê como membro, pois ocupa o cargo de Ministro da Integração Nacional. Falou da importância do apoio dos acadêmicos

<sup>3</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 05

<sup>4</sup> Idem. Pág. 06

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

<sup>6</sup> Idem, p. 07

<sup>7</sup> Idem. Pág. 08

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

e da CNBB<sup>8</sup>, esta, agindo com uma pedagogia de paciência e humildade, e os acadêmicos, pelo fato da universidade ser um ambiente de conhecimento. Ambos estão agindo de forma que se esclareça o que é o projeto de integração do rio São Francisco e qual a sua finalidade.

Quanto à parte técnica, o Ministro Ciro Gomes adiantou que a empresa responsável por gerenciar o projeto está licitada, faltando apenas o licenciamento por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e a conseqüente concorrência pública para a escolha das empresas que vão executar a obra. Afirmou que se o projeto está hoje com qualidade, não é tão somente pelo trabalho da equipe atual, mas também "(...) daqueles que no passado tentaram avançar essa idéia, mas fundamentalmente dos que hoje se dispuseram a participar com sua crítica, com sua sugestão".<sup>9</sup>

Nas palavras do ministro Ciro Gomes:

No Nordeste brasileiro, semi-árido, vive 28% da população do País, de onde se extrai menos de 13% da produção nacional. Nenhuma outra Região do Brasil tem esse hiato entre produção e população como o semi-árido. Nessa Região inteira, com mil características que conhecemos bem, uma chama atenção. Estão apenas 3% de toda água potável do território nacional brasileiro. 70% dessa água concentra-se na Bacia do Rio São Francisco. A idéia não pode ser isolada, porque estamos ambientando esse esforço num conjunto articulado. Estão em curso nessa direção, ao redor deste projeto, as seguintes ações: revitalização de bacias do São Francisco. Vale a pena aqui mencionar um parêntese. Este era um consenso oco, o rio está sofrido, o rio está machucado, o rio teve desflorestado praticamente toda sua mata ciliar. O rio tem hoje 250 comunidades lançando efluentes, esgoto in natura, sem tratamento na sua calha. O rio tem mais de 180 comunidades lançando lixo, que chama-se hoje resíduo sólido na sua calha. Em função dessas conseqüências todas, o rio assoreou, perdeu sua potencialidade de navegação no médio São Francisco. O rio em função da cascata de barragens da Chesf e, evidentemente, não consigo imaginar o que seria o Nordeste sem isso, mas é bom que se faça a menção em homenagem à população que está sofrendo as conseqüências da forma como foi feita. O rio, de Sobradinho pra baixo, é um rio pobre, é um rio sem nutrientes, é um rio onde os pescadores, os produtores de arroz, todas essas pessoas empobreceram, sofrem muito gravemente por tudo que aconteceu. Boa parte do antagonismo que se refere ao projeto de integração de bacias vem da memória dessa providência. Volto a dizer: é importante sob o ponto de vista estratégico, mas que na sua forma desconsiderou os legítimos interesses dessas populações. Era, entretanto, um consenso oco. Não havia orçamento, não havia, pasmem, plano.<sup>10</sup>

Segundo o Ministro da Integração Nacional, a revitalização do rio São Francisco será feita, atendendo à ordem do presidente da República, como um gesto de consideração à sociedade ribeirinha e a toda sociedade brasileira. Há também um projeto de combate à desertificação, que visa o melhoramento da interligação de bacias.

Quanto ao grupo social que seria alcançado e suas conseqüências, o ministro disse:

Por fim, havia uma crítica, do nosso ponto de vista muito justa e legítima, de que não se deveria fazer uma intervenção dessa repercussão sem olhar a que grupo social esse conjunto de intervenção beneficiaria. Há um projeto a parte, que avança, inclusive, aceleradamente, tem a ver com ação fundiária e regularização. Regularização para todos os pequenos proprietários ao longo dos eixos de integração e ao longo dos mais de 1.000 quilômetros de rios secos que serão perenizados com esta obra. Isso já está em marcha assim como a faixa de domínio está com decreto de desapropriação, assim como declaradas estão de utilidade pública uma faixa de terra, 2,5 quilômetro para cada lado dos eixos Norte e Leste, constituindo um universo prioritário para Reforma Agrária do Governo do Presidente Lula de 350 mil hectares. Tentamos demonstrar a lógica do projeto esclarecendo que de um lado há a necessidade, porque é incrível que haja quem conteste a necessidade de um empreendimento dessa natureza, sob o ponto de vista de disponibilidade de água e de outro lado com o argumento de que demonstra a disponibilidade de água sem prejuízo de nenhuma funcionalidade, nenhum interesse das populações ribeirinhas.<sup>11</sup>

Ao explicar as características da obra mostrando alguns números, disse:

Os números basicamente são os seguintes, esclarecidos pelo plano de bacias. Até hoje tudo que se

<sup>8</sup> CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

<sup>9</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 10.

<sup>10</sup> Idem. Pág. 10.

<sup>11</sup> Idem. Pág. 12.



usa no rio chega a 91 metros cúbicos por segundo. Todos os projetos de irrigação, abastecimento, enfim, para uso de qualquer natureza, industrial, agrícola etc, hoje, no somatório, consomem apenas 91 metros cúbicos por segundo. Reparem: os números agora começam a ficar muito fortes. A vazão média medida na foz do rio São Francisco é de 2.850 metros cúbicos por segundo. Essa é a água que vai em média todo dia adoçar a boca do mar. Essa vazão é medida quando não há mais nenhum uso, onde a água está pura e simplesmente sendo destruída e lançada no mar: 2.850 metros cúbicos por segundos. Havendo uma gravíssima seca, tomando uma série centenária e extrapolando, a vazão segura na foz, no extremo que nunca se observou, seria de 1.850 metros cúbicos por segundo. Ainda há uma garantia, agora institucional, de que ela não baixará na foz por razões ambientais a 1.300 metros cúbicos por segundo. Portanto, a vazão consumida atualmente não excede a 5% da vazão média que o rio lança no mar.<sup>12</sup>

O Ministro Ciro Gomes procurou responder a algumas dúvidas acerca do dispêndio com tanta energia, ao se levar água, para um lugar tão distante quando há terras irrigáveis, mais próximas no território baiano. Nas palavras do Ministro:

A resposta surge no plano de bacias no aperfeiçoamento do projeto com dois argumentos. O primeiro argumento: retiramos o pedido original de outorga de água que já foi no passado de 300 metros cúbicos por segundo. Quando o Presidente Lula tomou posse eram 63 metros cúbicos por segundos incondicionais. Mapeamos as necessidades de água no processo de integração de bacias para separar aquilo que a Constituição e qualquer espírito cristão reconhece, como sábio da Constituição, que é o abastecimento humano e a dessedentação animal. O pedido de outorga foi refeito e agora o projeto pede de vazão segura, incondicional, apenas 26 metros cúbicos por segundo para garantia do abastecimento humano e dessedentação animal nos eixos de influência no projeto de integração. O remanescente até 63 metros cúbicos por segundo. A outorga agora é condicionada ao vertedouro de Sobradinho. Explicando: Sobradinho em 40% do tempo verte, e a vazão do rio nessas ocasiões não é mais 2.850 metros cúbicos por segundo. Agora, a vazão pode ser de 16.000 metros cúbicos por segundo, causando grandes transtornos de enchentes, como aconteceu em janeiro do ano passado, na cidade de Propriar, em Sergipe. Neste caso, se Sobradinho estiver vertendo, o rio estiver com uma vazão de pico de 16.000 mil metros, graças à existência das barragens, se bombeará então pelo pico da capacidade do Projeto de Integração, que pode chegar a 114 metros cúbicos por segundo, nunca excedendo 63 metros cúbicos por segundo médio. Isto é uma mudança conceitual, que se introduziu no projeto e que faz uma mudança definitiva. Naquele outro argumento que falei, fizemos também no plano de bacias com a participação de todos, uma extrapolação para responder essa questão da irrigação. Reparem: o Brasil nos últimos vinte anos evoluiu em todo território nacional 7.000 hectares de irrigação por ano em média. Fizemos uma extrapolação no plano de bacias para que o Brasil passe a evoluir a 10.000 hectares por ano, e não mais no território nacional como todo, mas todo concentrado na bacia e fizemos as simulações. Neste caso, em 2025, se toda essa extrapolação exacerbadamente otimista que não guarda coerência com nossa realidade fosse praticada, o rio estaria pedindo mais 262 metros cúbicos por segundo. Ele tem no plano de bacia 360 metros cúbicos por segundo de vazão livre para uso consultivo; ou seja, em 2025, se tudo acontecer no melhor cenário que nós extrapolamos de propósito para ter segurança, o rio estaria usando 262 e estariam sobrando 98 para uma vazão pedida pelo projeto.<sup>13</sup>

De acordo com as palavras do Ministro Ciro Gomes, no esboço para a transposição está previsto uma vazão reservada para o futuro de 200 metros cúbicos por segundo. A vazão firme fica em 26 (vinte e seis) e o excedente só quando o rio Sobradinho estiver cheio. E o Ministro ainda apresentou um quadro a respeito da hidrografia do Nordeste, onde:

Os açudes que há no Nordeste Setentrional perdem em média 80% da água, seja por evaporação ou vertimento. Mas, não é propriamente por ineficiência de gestão. É fundamentalmente por um conceito que é da insegurança hídrica. Mantem-se por tradição os açudes o mais cheio possível, porque não sabe se o ano que vem será um ano de uma ou duas secas contínuas. Como manter o açude o máximo cheio possível em função de insegurança quanto ao ano que vem, o que acontece? O espelho d'água é o maior possível, a insolação leva dois mil milímetros por ano e ainda que precariamente quatro ou cinco anos chove, pega-se o açude meio cheio e muito precocemente perde. A soma desses vertimentos e a vaporização soma 80% da água. Portanto, a água segura é apenas 20% do que está reservado, mantidas às condições de gestão e a forma tradicional de que se administra.

<sup>12</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 13.

<sup>13</sup> Idem. Pág. 14.



Isso evidencia que há uma criticíssima necessidade desse projeto vir a reforçar eliminando a insegurança e introduzindo eficiência na gestão de recursos hídricos e novos moldes institucionais que estão propostos no projeto. O projeto aqui já começa a se desenhar no território, basicamente se constitui de dois eixos, sob ponto de vista de engenharia não é muito complexo, é importante que se desmistifique isso também, porque às vezes quer se levantar um argumento que é uma obra faraônica, que é uma coisa mirabolante e não tem nada disso. O projeto sob ponto de vista de engenharia é dramaticamente simples, trata-se basicamente de dois canais de sessão média 50 metros que vão demandando a partir de Cabrobó em direção ao Norte, até transpor o divisor de água da Serra do Araripe, ganhando o relevo com estações elevatórias que também são muito simples. Impulsionadas essas águas nessas elevatórias por um conjunto de bombas que já estão encomendadas. Demora quinze meses para entrega. O eixo Leste cuja tomada se dá em Itaparica e corta em direção ao Estado de Pernambuco, em direção a Campina Grande, na Paraíba. Aí não há recuperação de energia e a água só sobe, do eixo Norte a partir da transposição do divisor de água do Araripe a recuperação de energia com pequenas hidrelétricas que se colocam. Portanto, é basicamente canal que não passa de escavação, aterro e impermeabilização, nada mais que isso. Elevatórias que não passam de uma caixa de cimento para hospedar as bombas; um túnel aqui e ali para perfurar relevos mais rochosos.<sup>14</sup>

O ministro Ciro Gomes, após encerrada sua exposição, agradeceu a oportunidade e a atenção dispensada. O presidente da Assembléia, deputado Marcos Cals, passou a palavra para o representante do presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, deputado Geraldo Coelho, que iniciou sua fala dizendo que Petrolina tem características similares ao Estado do Ceará, em matéria de seca e miséria. Mas se desenvolveu. Desenvolveu e hoje são 500 mil habitantes naquela cidade, enquanto em qualquer cidade da Paraíba e do Ceará deve ter 10 ou 20 mil, chegando ao máximo 30 mil habitantes.

Emprego existe, não tem criança de rua nem tem pedinte. Isso tudo nos deixa emocionados, acreditando que a água não é somente para beber. Se fosse só para beber, não tínhamos nada. Irrigação é um exemplo hoje de Petrolina, sendo eleita esta semana pela Gazeta Mercantil, a cidade mais dinâmica de Pernambuco. Tudo isso é fruto de trabalho voltado para gerar renda. Ao lado disso ninguém constrói nada, Ministro Ciro Gomes, sem educação. Petrolina cresceu, recebeu todos os benefícios através da educação, desde o primário, secundário, escolas técnicas e faculdades. Sem conhecimento ninguém absorve nada. Começamos buscando ensinamentos na Califórnia e em Israel. Hoje o mundo vai para Petrolina. Recebemos continuamente governos, principalmente da África. Os Estados daqui do Nordeste vão buscar ensinamentos lá. [...] Quem vê um bom desenvolvimento desta natureza usando água do São Francisco....! Temos que levar esses benefícios da água, Ministro Ciro Gomes, para o Nordeste todo. Não podemos ficar falando em Nordeste, enchendo a boca dizendo que é Bolsão de Pobreza. Temos condições para modificar todo este cenário.<sup>15</sup>

E concluiu:

Agradeço, e quero dizer: serei solidário com o Ceará, com a Paraíba, com o Piauí, onde eu estiver estarei defendendo essa transposição. É a integração para que todos tenham renda e vida. Acabar esse negócio de pobreza, de esmola, que Luís Gonzaga já condenava, que nós temos que absorver o tempo todo.<sup>16</sup>

Depois das considerações do representante do presidente Assembléia Legislativa de Pernambuco deputado Geraldo Coelho, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, passou a palavra para o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte deputado Robson Farias. Ele iniciou sua fala manifestando apoio ao Estado do Ceará.

Abordou também uma questão interessante sobre a transposição, onde colocou que esta é uma decisão mais para o campo político que para o campo técnico. Concordou com a fala do ministro, que disse não pode de maneira alguma haver um brasileiro que seja contra levar água para a Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e que a desinformação deve ser mesmo combatida.

Quero dizer da importância desse momento mágico, de fraternidade, de união, de história. Estamos aqui também talvez praticando história no dia de hoje aqui no Ceará, pois temos uma oportunidade rara. Não

<sup>14</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 15.

<sup>15</sup> Idem. Pág. 17.

<sup>16</sup> Idem. Pág. 18.

sabemos o que irá acontecer na política brasileira. Temos hoje um Presidente da República nordestino, pernambucano. Temos um Ministro cearense, da terra de vocês, competente, com talento e com coragem para realizar esse projeto. Temos hoje a boa vontade da classe política.<sup>17</sup>

Falou ainda que, atualmente se discute muito sobre petróleo, setores estratégicos e que a água fica esquecida. Disse que nos Estados Unidos vários setores e instituições são privatizadas, mas a água é de domínio do País. Na Alemanha, as represas de água são protegidas pelas Forças Armadas. E concluiu dizendo que devemos ficar atentos, pois no futuro, há grandes possibilidades de guerras em virtude do controle da água. E finalizou sua exposição manifestando sua vontade de que o ministro Ciro Gomes possa fazer uma palestra na Assembléia de seu Estado, o Rio Grande do Norte.

Encerradas as palavras do presidente da Assembléia do Rio Grande do Norte, o presidente Marcos Cals passou a palavra para o presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, deputado Rômulo Gouveia, que em breves palavras disse que com o apoio do Presidente da República e do Ministro Ciro Gomes a essa obra, ele viu a importância de se criar um comitê na Paraíba.

Após o pronunciamento do deputado paraibano Rômulo Gouveia, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, passou a palavra para o vice-governador do Estado do Piauí, o excelentíssimo senhor Osmar Ribeiro de Almeida Júnior. Este iniciou sua fala ratificando que é sabido de todos as especificações técnicas desse projeto, que foram relatadas na palestra do ministro Ciro Gomes, onde deve ser ressaltada a preservação do meio-ambiente e as condições de vida da população. Por esses motivos é que o Estado do Piauí se integrou ao movimento pela integração das bacias do rio São Francisco com as bacias do nordeste setentrional.

Concluídas as palavras do vice-governador do Piauí, o presidente Marcos Cals, passou a palavra para o deputado federal Marcondes Gadelha (PSB – PB). Este começou relatando a importância desses comitês, que promovem a sustentação política e o esclarecimento do projeto, pois disse que é público e notório que algumas vezes foram praticadas atitudes ilegais com o objetivo de sonegar à opinião pública conhecimento deste projeto. Para ele, esse tipo de atitude vai contra a prática democrática, e algumas ações até extrapolam o limite da tolerância, como é o caso de desfiles com caixões, simbolizando o enterro do presidente da República e do ministro da integração. Blocos de carnaval são organizados contra a transposição.

Falou que esse projeto de integração irá preencher um déficit hídrico crescente e irreversível a que está submetida a comunidade que sobrevive no nordeste setentrional. E disse

Não temos rios perenes, não temos águas no subsolo. Estamos repousando sobre o cristalino e não temos água de chuva suficiente. A transpiração das águas é simplesmente uma das mais elevadas do mundo. A solidariedade que falo não é apenas um ato de mercê dos nossos irmãos a quem amamos com a mais irrestrita fraternidade, mas é uma solidariedade inter-relacional. Nós estamos cuidando agora do futuro de nossos filhos, que vão precisar sempre cada vez mais de água. Não há outras fontes confiáveis. O manancial mais próximo, mais abundante e mais barato é indiscutivelmente o Rio São Francisco.<sup>18</sup>

O deputado federal Marcondes Gadelha falou ainda que o custo de fazer essa obra é menor do que não fazer. Esse custo relatado por ele se refere ao capital dispensado em uma seca, mostrando que se gasta mais no reparo dos danos da seca do que se vai gastar nesse projeto, a saber R\$ 4,5 milhões de reais. Falou também da utilidade social da obra, onde 12 milhões de nordestinos do semi-árido serão beneficiados através dela. E concluiu dizendo que essa luta deve continuar pois nunca se obteve conquista social sem mobilização.

Encerrada a exposição do deputado federal Marcondes Gadelha, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals passou a palavra para o Sr. Josemar Azevedo, Secretário Estadual de Recursos Hídricos, representando a governadora do Rio Grande do Norte, Vilma Farias. Este começou sua exposição dizendo que poucas pessoas sabem, mais precisamente os técnicos, que o estado do Rio Grande do Norte será o mais beneficiado com a integração da bacia do São Francisco, talvez até mais que o Ceará. Segundo o secretário, a integração irá para as duas maiores bacias do estado: Apodi-Mossoró e Piranhas-Açú, correspondendo a 54% do território potiguar. Estudos mostram que em 2015, os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte irão precisar de 53m<sup>3</sup>/s do rio Piranhas-Açú, que atualmente só dispõe de 26m<sup>3</sup>/s.

<sup>17</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 19.

<sup>18</sup> Idem. Pág. 20.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O Secretário de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte afirma que esse projeto é de vital importância para seu estado, pois não é somente para saciar a sede dos cidadãos mas para um pleno desenvolvimento do Rio Grande do Norte como um fato e citou o exemplo de que a carneicultura, segundo maior segmento exportador do Estado, precisa de água suficiente para se desenvolver totalmente.

Quanto à bacia do Apodi, que tem fronteira em comum com o Ceará, ponderou que esta tem as melhores terras do Nordeste, e que através da barragem de Santa Cruz a transposição não iria chegar a apenas 7 mil hectares como o projetado, mas a 28 mil hectares. E conclui dizendo que, com isso, iria trazer renda e desenvolvimento para o estado do Rio Grande do Norte.

Concluída a exposição do Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, Josemar Azevedo, deputado Marcos Cals, passou a palavra para o presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), senhor Roberto Smith, que iniciou sua fala salientando que a integração da economia nacional com a economia nordestina já é um fato. Declarou o alinhamento do Banco do Nordeste do Brasil com o projeto da integração das bacias do rio São Francisco. Ressaltou que esta atitude não é algo inédito, pois o referido banco já tem a prática de destinar crédito ao setor agrícola rural.

Quanto à exposição do ministro Ciro Gomes, o presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) chamou atenção para o quesito segurança hídrica, onde não poderia haver espaço para incertezas, não sendo este o caso do projeto, pois, segundo Roberto Smith "(...) a transposição do rio São Francisco, de uma certa forma, inaugura um processo revolucionário no tratamento da questão hídrica e propalada escassez hídrica".<sup>19</sup>

Outro ponto abordado por Roberto Smith foi aspecto da confiabilidade: "(...) A confiabilidade entre os agentes e, notadamente, a confiabilidade dos agentes econômicos em relação ao Estado, em relação ao Governo. Não adianta, alguém que se proponha a plantar se ele não tem a confiabilidade de poder contar com a energia e com a água."<sup>20</sup>

E concluiu dizendo que este é um dos mais importantes projetos do Governo Federal.

Encerrada a exposição do presidente do Banco do Nordeste, o presidente Marcos Cals passou a palavra para o prefeito de Maracanaú – CE, Roberto Pessoa. Este começou sua exposição falando da importância de convencer àqueles que são contra o projeto. Segundo ele, um projeto bem arquitetado como este, que tem a participação do Ministro Ciro Gomes, do vice-presidente da República, José Alencar e da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, não pode ser visto como um projeto de risco, como algo prejudicial à sociedade brasileira.

Disse ainda que em Alagoas há pessoas que resistem ao projeto, que buscam audiência pública, portanto, apresentando obstáculos à obra. E salientou que a presença do deputado Geraldo Coelho é de suma importância, pois em Petrolina há pessoas que se posicionam contra o projeto, impondo resistência. Para ele, o projeto é de grande necessidade. E concluiu dizendo que é importante viabilizar recursos para a divulgação de tão importante projeto.

Concluída a exposição do prefeito Maracanaú – CE, Roberto Pessoa, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, passou a palavra para o deputado federal Inácio Arruda (PC do B – CE) que é coordenador da Bacia. Este fez breves comentários, e informou sobre a instalação do Comitê Cearense em defesa da Implementação de Bacias, com o intuito de discutir, levando informação aos municípios e outros estados.

Falou que às vezes acontece de não se querer a realização da obra por questões partidárias, por não querer ver o êxito do Governo Federal. Disse ainda que a realização da obra é um desejo do presidente Lula, e que a oposição existente não é feita por nenhum argumento científico ou político, e sim, é uma oposição política ao projeto. Concluiu afirmando um compromisso da bancada federal do Estado do Ceará, pois este é um projeto importante para o Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Encerrada a participação do deputado federal Inácio Arruda, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals passou a palavra para o magnífico reitor da Universidade Federal do Ceará, professor René Barreira. Este disse que a Universidade tem como missão institucional, enquanto situada no Estado do Ceará, a de servir ao meio. Manifestou o apoio ao projeto, em nome da comunidade universitária da UFC.

Disse que ao longo dos 50 anos de existência, a UFC formou 60 mil profissionais, produziu conhecimentos e ressaltou a importância de ver esse conhecimento se transformando em tecnologia a serviço do desenvolvimento da região nordestina e do País. Concluiu dizendo que visa articular junto a todas universidades do Nordeste com o objetivo de apoiar e desenvolver o projeto, contribuindo para o esclarecimento deste e rebater os comentários injustos que a obra recebe. Após a participação do reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o deputado Marcos Cals passou a palavra para a senhora Maria Zita Timbó Araújo,

<sup>19</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 24.

<sup>20</sup> Idem, ibidem.

engenheira, representando o Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza. Ela em seus breves comentários, disse que o comitê do qual ela faz parte cumpre a lei que diz que “(...) a gestão dos recursos hídricos tem que ser participativa, integrada e democrática, representadas pelos comitês, que representarão os diversos segmentos da sociedade”.<sup>21</sup> E disse que no Comitê da Bacia Metropolitana tem 60 representantes de todos os segmentos usuários: sociedade civil, poder público municipal e poder público federal. Por fim, disse ao ministro Ciro Gomes que, em nome do Comitê, vai apoiar o projeto e multiplicá-lo.

O presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, deputado Marcos Cals passou a palavra para o ministro Ciro Gomes, para que fizesse suas considerações finais.

Disse então o Ministro:

Gostei muito do que ouvi aqui porque acredito francamente que temos um bom projeto, que é aquele projeto que por respeitar a crítica, por respeitar os seus antagonismos, aperfeiçoou-se e atingiu um ponto de equilíbrio contra o qual só se levantarão aqueles que não quiserem informar ou que estejam com o seu coração transformado em pedra pelo egoísmo. Mas ainda assim, acredito no que ouvimos aqui. É o que precisamos fazer nesse instante. Não nos falta determinação. Faremos esse projeto no que depender do Presidente Lula e da minha modesta contribuição. Entretanto, será tanto mais ágil, será tanto mais a celebração da unidade nordestina e exemplo de um País, que pode encerrar uma quadra em que o neoliberalismo impôs o individualismo egoísta como atitude, para ser um País que se celebra nas suas convergências e na unidade acelera nossa vocação ao progresso. Uma informação derradeira sobre o campo em que essa militância se fará necessária. Temos uma pesquisa de opinião pública bastante detalhada e profunda: o único Estado onde a opinião pública é majoritariamente contrária é o Estado de Sergipe. O argumento que sobrelevou-se entre aqueles que se manifestam contra a opinião pública. Há uma crença de que será desviado o Rio São Francisco e há um esforço de se impedir, pelo barulho, pela violência, que a sociedade como um todo, tome conhecimento do projeto. Na Bahia, onde há uma certa militância política mais ativa, a opinião pública ainda é majoritariamente a favor. Em Minas Gerais, a opinião pública é por 2 terços dos consultados a favor. Apenas indica uma coisa: que o povo brasileiro é generoso, e é com este povo que nós temos que nos encontrar. Muito obrigado.<sup>22</sup>

O atual Projeto de Integração de Bacias pretende captar 26 m<sup>3</sup>/s d'água e beneficiar 12 milhões de pessoas em seis bacias hidrográficas, interligando açudes e diminuindo a quantidade de água a ser captada, em relação aos projetos anteriores de mesma natureza. Propõe ainda a revitalização do “Velho Chico”.

Entretanto, a transposição e a integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional requer investimento, estudos técnicos e grande mobilização política. Faz-se sobretudo necessária a união de forças para a concretização desse Projeto que irá beneficiar as condições de pleno desenvolvimento do semi-árido nordestino.

O Estado do Ceará aposta na unidade dos Estados nordestinos no apoio e na luta em defesa da integração São Francisco e Bacias Hidrográficas, obra de extrema importância no combate à seca e, absolutamente necessária ao desenvolvimento econômico-social da Região Nordeste. Neste particular, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará instalou o Comitê Cearense pela Integração da Bacia do São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Vencer resistências e unir forças políticas em favor do Projeto em questão são os principais objetivos do Comitê para a consolidação de obra fundamental na solução do secular problema hídrico do Nordeste brasileiro.

Depois das considerações finais do ministro Ciro Gomes, o presidente Marcos Cals encerrou a Sessão Especial.

---

<sup>21</sup> Ata da 1ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 07 de março de 2005. Pág. 30.

<sup>22</sup> Idem, p. 31



# EMANCIPAÇÃO DE DISTRITOS

Autor do requerimento: Domingos Filho (PMDB), Gilberto Rodrigues (PHS)

Palestrante convidado: Sebastião Leal Júnior<sup>1</sup>

Data: 14/03/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 14 de março de 2005, realizou debate sobre Emancipação de Distritos, com fulcro na discussão da Proposta de Emenda Constitucional nº 13/2003 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi (PTB – RS) e que teve como debatedores o deputado estadual Sebastião Leal Júnior (PFL – PI), que é o Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), o deputado Domingos Filho (PMDB – CE), Presidente da Comissão Representativa da Emancipação de Distritos, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o deputado estadual Osmar Severo (PDT – RS), e o deputado estadual Marcos Ferreira (PMN – AL).



De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 18, § 4º (parágrafo quarto), os Estados tinham a prerrogativa de legislar sobre a criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios. Em 1996, essa prerrogativa foi retirada dos Estados por força da Emenda Constitucional nº 15/96 que deixou a cargo de uma Lei Complementar Federal a regulamentação dos processos de alterações territoriais.

O grande problema é que esta Lei Complementar nunca foi editada, provocando assim um verdadeiro *vacanso legis*<sup>2</sup>, impedindo que novos municípios fossem criados.

Tramita no Senado Federal, desde o ano de 2003, a Proposta de Emenda Constitucional nº 13/2003 de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que tem como objetivo devolver aos legislativos estaduais a antiga competência para legislar sobre as emancipações de distritos, fato que resolveria este problema da “vaga na lei” e daria continuidade à criação de novos municípios. Contudo, faz-se necessário uma análise mais detalhada desta proposta, uma vez que a emenda em questão pode alterar o quadro político, econômico, social e territorial do nosso País.

Nessa perspectiva, surgem questionamentos de natureza variada. Será que a criação de mais municípios é benéfica para o desenvolvimento local? São muitas as dificuldades para gerir um município. Questões referentes à economia, como o recolhimento de impostos, são relevantes para a gestão de municípios emancipados. Há ainda que se discutir se a arrecadação será suficiente para os gastos com a Câmara, com a prefeitura e ainda custear a saúde, a educação, e as demais obrigações do município para com a população.

Questões sociais também se impõem, como a possibilidade de geração de emprego e renda, e a oferta de serviços públicos básicos de qualidade. Por fim, os problemas da redução de desigualdades sociais e as prerrogativas para a promoção do desenvolvimento local.

Neste sentido, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em conjunto com a União das Assembléias Legislativas Estaduais – UNALE, debate a Emenda Constitucional Nº 13 de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que devolve aos legislativos estaduais a competência para legislar sobre as emancipações de distritos, cuja responsabilidade foi transferida para a esfera federal nos termos da Emenda Constitucional Nº 15, de 1996.

Também está em debate o Projeto de Lei Complementar do Estado do Ceará Nº 7 de 2003<sup>3</sup>, de autoria do Deputado Domingos Filho, sobre os estudos de viabilidade municipal para a criação, incorporação e fusão de municípios no Estado do Ceará.

A Emenda Constitucional Nº 15 de 1996 retirou dos Estados o poder de legislar sobre as emancipações de distritos, direito antes garantido pela Constituição Federal de 1988.

Entendendo que a referida emenda fere o Pacto Federativo, o Senador Sérgio Zambiasi tomou a iniciativa de apresentar a Proposta de Emenda Constitucional Nº 13 de 2003, que devolve aos Estados a prerrogativa de legislar sobre a alteração territorial estadual.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB) abriu a Sessão cum-

<sup>1</sup> Deputado Estadual PFL – PI.

<sup>2</sup> *Vacanso legis*: palavra em latim que significa vaga na lei, ou seja, falta de legislação, de regulamentação sobre um determinado assunto.

<sup>3</sup> Projeto de Lei Complementar Estadual de autoria do Deputado Domingos Filho, que se encontra atualmente em fase de estudo na Procuradoria da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.



primentando a todos os presentes, e ressaltando a importância da matéria perante a sociedade, com satisfação, afirmou que o Estado do Ceará está a favor desse movimento de retorno da autonomia das Assembleias Legislativas do Brasil, passando essa autonomia para a emancipação dos distritos.

Em seguida citou a presença dos participantes da Mesa debatedora, como o Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, deputado Sebastião Leal Júnior, e o deputado Domingos Filho que, na Presidência da Comissão Representativa está mobilizado pela aprovação dessa PEC que se encontra no Senado Federal, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals enfatizou a importância da criação de regras gerais nessa Emenda Constitucional, pois com isso, as Assembleias Legislativas podem ter as suas especificidades, assim como cada Estado possui a sua peculiaridade. O Presidente da Assembleia Legislativa fala que, para ele, essa é uma luta de muitos anos e que já esteve mobilizado desde a primeira legislatura em algumas emancipações, citando como exemplo, o Município de Pires Ferreira (Ipú<sup>4</sup>), onde teve a alegria de ver nascer novos prefeitos que são ou serão exemplos para administrações futuras. É por isso que se defende a autonomia e a possibilidade de crescimento desses municípios.

O Presidente deixa bem claro que a idéia desta Casa não é a de fazer farra de emancipações<sup>5</sup>. Mas defende que, se existe um distrito com amplas condições de emancipar, e pode fazê-lo por motivos constitucionais, que esse impedimento seja removido, para assim, se integrar no desenvolvimento de sua região e poder crescer juntamente com o seu Estado.

Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals anuncia a palavra do expositor, deputado Leal Júnior, presidente da UNALE<sup>6</sup>.

Na ocasião, o deputado falou que há muito tempo busca, por meio da UNALE, resgatar a competência legislativa dos municípios, e que hoje, por exemplo, se a Reforma Tributária passar como está proposta, não irá mais legislar sobre a principal receita dos Estados que é o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS. Com isso, ele afirma que "... se a situação continuar dessa forma, seremos apenas parlamentares representantes que não poderemos representar porque não temos competência para legislar"<sup>7</sup>.

Na medida que os distritos e povoados se desenvolvem, se buscam condições necessárias para que esses tenham representatividade, mas a legislação federal tirou essa competência dos Estados. Com tudo isso, é preciso reconhecer que em muitas situações foram criados municípios pelo Brasil sem as devidas condições e sem os requisitos necessários para a sua administração. Com tudo isso, é preciso estabelecer regras e critérios para que esses povoados e distritos tenham condições de sobreviverem e se desenvolverem.

Neste momento, o expositor cita um exemplo de uma deputada do Pará que declarou numa última reunião acontecida no Estado do Rio Grande do Sul, que há um povoado ou distrito com 15 mil habitantes na Região de Altamira-Pará com a distância de 1.200 quilômetros da sede do município. Indignado o deputado diz ~(...)Não podemos conviver com uma situação dessas. Como é que um prefeito e sua administração pública pode chegar a esse povoado para dar assistência aos seus munícipes? Como é que os munícipes poderão chegar à administração para terem condições de participar da administração pública?"<sup>8</sup>

O deputado Sebastião Leal Júnior exprimiu com convicção que no momento em que o Brasil inteiro emancipava municípios, o Ceará foi um dos estados que teve mais cautela e prudência na criação de municípios.

(...) de 10 anos para cá, muitos dos distritos do Ceará criaram as condições necessárias para se emanciparem, por isso, estamos apoiando essa luta. A UNALE está participando desse desenvolvimento e apoiando esse processo. Temos a obrigação e o dever, enquanto entidade, de fortalecer essas questões que dizem respeito à competência para legislar. Já fizemos uma primeira reunião nesse novo processo no Rio Grande do Sul, depois criamos uma Comissão que é presidida pelo eminente Deputado Domingos Filho e, em seguida, uma reunião em Brasília para discutirmos essas questões. Fomos recebidos pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senador

<sup>4</sup> O município dista 312,2 quilômetros da capital cearense, na microrregião do Ipu.

<sup>5</sup> Movimento que ocorreu por volta da década de 80 em que os municípios eram emancipados sem um mínimo de critério para seu sustento e seu desenvolvimento.

<sup>6</sup> UNALE – União Nacional dos Legislativos Estaduais é uma entidade representativa dos Legislativos, que congrega 1.059 deputados estaduais brasileiros e tem por objetivo discutir as questões que dizem respeito aos Parlamentos Estaduais.

<sup>7</sup> Ata da 2ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 14 de março de 2005.

<sup>8</sup> Idem p. 4.

Antônio Carlos Magalhães, que tem uma questão muito importante no seu Estado, onde o Município de Luís Eduardo Magalhães<sup>9</sup>, é um dos municípios mais progressistas e em desenvolvimento da Bahia. Portanto, é necessário regularizar esta situação da competência para legislar dos Estados. Nosso trabalho deverá ter continuidade em São Paulo, para continuarmos as discussões, elaborarmos uma proposta e discutirmos sobre a questão<sup>10</sup>.

O deputado Leal Júnior finalizou seu discurso enfatizando que a matéria deve ser apreciada nesse primeiro semestre, a fim de que as Assembleias Legislativas possam estabelecer, cada uma delas, os seus critérios e as suas normas, para que os povoados e distritos que preenchem esses requisitos possam ter a condição de discutir essa questão da emancipação. Expressou também a sua imensa alegria de estar dialogando sobre essas questões tão importantes para os municípios.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará concedeu, então a palavra ao deputado Domingos Filho<sup>11</sup> que cumprimentou a todos os presentes à Sessão e começou expondo sua opinião sobre a questão da emancipação; ele relembrou que desde que assumiu seu mandato de representação popular, em 1995, tem se inconformado com essa questão no Estado do Ceará e mesmo hoje com o apoio do Brasil como um todo, o deputado Domingos Filho diz que ainda vê alguns que se utilizam de um discurso simplório, pouco eficaz, dizendo que emancipar um distrito significa distribuir miséria. Isso ocorre, muitas vezes, pelo desconhecimento da questão da emancipação.

O deputado Domingos Filho fez a ressalva de que essa luta é para se emancipar com critério, corrigindo os erros do passado, por isso, o deputado afirma que esse projeto que abrange todo o Estado do Ceará teve o apoio unânime das bancadas de todos os Partidos Políticos.

Sobre a questão constitucional dessa matéria, o deputado Domingos Filho explicou e indagou:

Em nosso Pacto Federativo tem a União, a competência para estabelecer critérios e a emancipação de Estados. Têm os municípios a competência constitucional de definir os seus distritos. Tinha o Estado a competência para definir as regras de emancipação de distritos. E aí uma pergunta: por que se retirou, se subtraiu uma prerrogativa ferindo de morte o Pacto Federativo?<sup>12</sup>.

O que deputado Domingos Filho quer demonstrar é que a emancipação de distritos não é uma divisão de pobreza. Dando continuidade ao seu pensamento, o deputado Domingos Filho fez diversas perguntas sobre o assunto:

Dizer que a emancipação é distribuir miséria, é outro grande engano. Hoje, a cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma só, é bem verdade, mas o nosso projeto, em nível de Estado, temos 184 municípios. Vamos dizer que permitam a emancipação de 12 ou 16 municípios para completar, por exemplo, os 200 municípios, para os senhores terem uma idéia. Nos municípios que não emancipem seus distritos, esse redimensionamento irá fazer com que haja uma diminuição tão somente entre 5.500 a 7.500 mil reais pelo município que não emancipa. O que significaria, por exemplo, o pagamento de um médico de um Programa Saúde da Família. Portanto, eu pergunto: será que isso é distribuir miséria, quando permitirá a condição dos distritos, que pela força de sua gente, de sua própria gente, cria a estrutura mínima e o desenvolvimento para ser cidade e tem a permissão de escolher os seus próprios gestores e a permissão de aplicar a sua própria receita só naquela área? Vejo aqui também prefeitos de grandes municípios que têm distritos emancipados. Olha que os próprios prefeitos estão aqui para defender a emancipação. E sabe por quê? Porque por mais que eles queiram distribuir os seus investimentos, proporcionalmente para aquela área, eles não conseguem isso. E não conseguem por quê? Porque os grandes investimentos de custeios estão na sede dos municípios. Neste local você tem a atenção do serviço de saúde, o ensino médio e o comércio, é por isso que não tem como garantir um investimento proporcional a isso<sup>13</sup>.

Depois desses questionamentos o deputado quis deixar bem claro que não quer emancipar os municípios que não têm condições. Por isso, está-se tentando uma posição de meio termo, pois segundo ele, dentro dessa técnica vai se

<sup>10</sup> Ata da 2ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 14 de março de 2005.

<sup>11</sup> Deputado Domingos Filho é Presidente da Comissão Representativa da Proposta de Emenda Constitucional Nº 13 de 2003 – UNALE, 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e autor desse requerimento. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. p. 5.

<sup>12</sup> Ata da 2ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 14 de março de 2005. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. p. 6.

<sup>13</sup> Idem. p. 7.

consolidar na UNALE uma proposta comum que contemple as situações diversas de todas as regiões e estados para levar ao Congresso Nacional, que as normas gerais sejam aplicadas nessa PEC, mas que as específicas venham para os Estados. Para o deputado, se assim não for, seguramente vão surgir muitos problemas, como já existem no País.

Mais uma vez, o deputado Domingos Filho mostrou dados importantes:

De 1996 para cá, tivemos mesmo nos Estados mais audaciosos, com o entendimento da população local, 52 emancipações que estão todas numa guerra judicial, dos quais 25 municípios estão instalados já na sua terceira eleição. E ainda temos um caso, no Estado do Rio Grande do Sul, Pinto Madeira, que depois do município instalado, com sua vida própria retornou à condição de distrito. Portanto, carece urgentemente que a gente tenha essa norma de regência para que aqueles que preencham os requisitos possam usufruir dos direitos subjetivos de sua gente, de garantir a maioria política e independência.

Dentro dessa linha, temos como exemplo, o Estado de Roraima, quinze municípios, com uma média de quinze mil quilômetros quadrados; Estado de Alagoas, cento e dois municípios, com duzentos e setenta e seis quilômetros quadrados; Na Alemanha, dezesseis mil municípios, com vinte e dois quilômetros quadrados em média; nos Estados Unidos, trinta e quatro mil municípios, com duzentos e setenta e cinco quilômetros quadrados; na França, trinta e seis mil municípios, com quinze quilômetros quadrados; no Brasil, apenas cinco mil, quinhentos e sessenta e um municípios, com mil, quinhentos e cinquenta e quatro quilômetros quadrados<sup>14</sup>.

Finalizando seu discurso, o deputado Domingos Filho ressaltou que é preciso debater o Pacto Federativo de forma objetiva para que essa Federação exista para permitir autonomia e maioria política a quem já gerou para si esse direito pelo desenvolvimento.

Prosseguindo com o debate, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, passou a palavra a parlamentares de outros Estados, a começar pelo deputado federal Peniel Pacheco (PSB – DF), que iniciou seu discurso ressaltando quatro questões que para ele parecem óbvias: “Em primeiro lugar, temos que reconhecer que no passado a questão das emancipações transformaram-se numa farra, muitas vezes por interesse político eleitoral. Alguns municípios sem condições mínimas foram emancipados trazendo transtornos e não soluções para as populações que ali viviam”.

Em razão dos erros do passado, vem a segunda constatação óbvia: era preciso colocar um freio nessa arrancada de tentativa de emancipações, o que não é o caso do Ceará, pois este é um dos Estados da Federação que manteve uma postura de maior responsabilidade na questão das emancipações. Mas, alguns Estados do Brasil emanciparam-se sem nenhum critério e isso trouxe certamente um desequilíbrio nas contas municipais. Mas, uma vez que existe um equívoco, era preciso tomar uma medida urgente para conter essa ação desenfreada. Uma Emenda na Constituição brasileira. Essa Emenda não proibiu a criação de municípios. Simplesmente, estabeleceu que haveria critérios na Legislação Federal que disciplinariam a questão das emancipações e assim, os municípios que realmente mereciam emancipações estão proibidos porque não há uma regulamentação. Isso chama-se de *vacanso legis*, pois não tem legislação que discipline essa questão.

Ao mesmo tempo que a União tem a possibilidade de criar Estado, temos também que garantir aos estados a responsabilidade de criar municípios e assegurar aos municípios possibilidades de criar distritos, bairros ou regiões administrativas, senão tiramos do Estado a sua competência.

A terceira questão óbvia é que a forma simplíssima não resolve o problema. Engessar não é a solução; deixa os Estados sem essa competência legislativa. Parece-me que existe uma necessidade real, pois está aqui uma população livre querendo a emancipação.

Por último, além de existir uma necessidade real, existem caminhos para resolver os problemas. Em primeiro lugar, podemos resolver através da regulamentação da Emenda 15 que existe hoje na Constituição. Para isso basta que o Governo Federal envie à Câmara ou ao Senado a Mensagem estabelecendo esse critério, o que não foi feito nos últimos dez anos. Ou então uma nova PEC estabelecendo regras gerais para que a União não sofra mais aquele impacto com a criação desenfreada de municípios, mas que também não subtraia dos Estados a possibilidade de legislar. São regras claras, e responsáveis para emancipação<sup>15</sup>.

Terminado o discurso do deputado federal Peniel Pacheco, o Presidente da Casa, deputado Marcos Cals, passou a palavra à deputada estadual da Bahia, Sônia Pontes, que começou sua argumentação explicando que a emancipação é uma questão de justiça social. Ela afirma que essa questão não é apenas um problema do Estado do Ceará, mas sim de

<sup>14</sup> Ata da 2ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 14 de março de 2005. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. p. 8.

<sup>15</sup> Idem p. 9.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

vários outros, inclusive do Estado da Bahia. Ela ressaltou as palavras do Presidente da UNALE, que em sua exposição falou bem da emancipação na Bahia.

A deputada encerrou sua exposição dizendo:

É o momento de clamarmos por esta justiça, porque o Brasil discute: Reforma Tributária, Pacto Federativo, melhoria e qualidade de vida, e um grande crescimento da democracia. É a partir da Assembléia Legislativa, que conhece a realidade dos municípios, que temos que definir esses critérios, a vontade popular, com a participação de todos vocês e, principalmente, da sensibilidade do Congresso Nacional e a compreensão, sem dúvida, da Imprensa do Brasil.<sup>16</sup>

Dando continuidade ao debate, o Presidente deputado Marcos Cals passou a palavra para o deputado Estadual Osmar Severo<sup>17</sup>, do Estado do Rio Grande do Sul.

O expositor cumprimenta a todos e fala do seu esforço sobre essa questão da emancipação pelo Brasil afora. Ele diz que fez visitas pelo Ceará e que aqui é um estado que tem condições de crescer com as emancipações.

Terminando o discurso, o Presidente anunciou a palavra do deputado Marcos Ferreira<sup>18</sup>, que fez referência ao discurso do deputado Domingos Filho quando este falou sobre o Estado de Alagoas que, apesar de ter uma extensão territorial pequena, tem muitos municípios. O deputado citou o exemplo de um distrito chamado de Capivara<sup>19</sup>, que pertence a três municípios e mesmo assim, nenhum dos três prefeitos atendem às necessidades desse distrito. O deputado ressaltou a grande finalidade desse debate, que é a importância da emancipação para todos.

O debatedor expôs as suas preocupações:

Temos que nos preocupar porque se em 1960 tínhamos uma população urbana de aproximadamente 31%, hoje temos 85% da população nas cidades. O cidadão cada vez mais corre do campo para as cidades porque mesmo sendo uma cidade pequena, a sede de um município, lá ele encontra o auxílio de um programa social, um prefeito municipal, a ajuda de um vereador. Mas, nos povoados que estão distantes da Sede fica difícil encontrar até água para beber. É importante lembrar que é definido a cada ano no Diário Oficial da União pelo Governo Federal os índices de FPM e FPE<sup>20</sup>. O que o Ceará recebe para seu Estado, é distribuído em seus municípios. E o que o Estado de Alagoas recebe também é definido por lei. Portanto, se for criado mais dez municípios não aumenta em nada o FPM do Estado do Ceará, pois este fundo continuará sendo distribuído entre as cidades<sup>21</sup>.

Com isso, o deputado concluiu o seu discurso dizendo que a luta é grande, mas que vai continuar trabalhando com responsabilidade para a emancipação dos distritos.

Depois de ouvir os deputados que queriam se manifestar sobre essa questão, o Presidente da Casa, deputado Marcos Cals, passou a palavra para os representantes de cada região do Estado do Ceará, como a região do Sertão Central, Litoral Oeste, Norte e Leste, região dos Inhamuns, Médio e Baixo Jaguaribe, Maciço de Baturité e Região Metropolitana, para que eles se manifestassem sobre o assunto que é de extrema importância para suas cidades.

Após concluída a fala de todos os representantes, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

A Constituição de 1988 não estabeleceu critérios para a criação de novos municípios, mas concedeu poderes aos Estados para legislar sobre o assunto. Assim, a responsabilidade das emancipações recaiu sobre o executivo estadual e suas Assembléias Legislativas.

<sup>16</sup> Ata da 2ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 14 de março de 2005.

<sup>17</sup> Osmar Severo é Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Assuntos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>18</sup> Marcos Ferreira é Deputado Estadual de Alagoas, eleito em 2002.

<sup>19</sup> Capivara se localiza a quarenta quilômetros da sede do município de Traipú, e esse distrito pertence a mais 3 municípios e no Estado de Alagoas.

<sup>20</sup> Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados.

<sup>21</sup> Ata da 2ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, realizada no dia 14 de março de 2005. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. p. 13.

A Emenda Constitucional nº 15 de 13/09/96 não trata mais da questão da criação de municípios como simples ato do Legislativo estadual. A criação/emancipação far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá tanto de consulta prévia às populações dos municípios e distritos envolvidos, como de um estudo de viabilidade técnica.

A Emenda em questão pode ser criticada pelo fato do plebiscito ser aplicado em todo o município, esquecendo que a população interessada dos distritos é a única capaz de decidir sobre o futuro da sua comunidade. Nestes termos, para que aconteça a emancipação de forma responsável é necessário captar o desejo da comunidade e estabelecer regras para que as transferências de recursos sejam condicionadas ao desempenho fiscal e social, resolvendo os conflitos locais através da participação democrática.

A legislação vigente argumenta que a criação de novos municípios prejudica aos já existentes. Esse fundamento não deve prosperar, mas ao contrário, a elevação de distrito à categoria de município tem demonstrado ser fator de indiscutível desenvolvimento local por vários motivos, dentre os quais destacam-se: a oferta direta ao cidadão de melhores condições de vida e a facilidade de acesso aos serviços básicos como saúde, educação, ação social, infra-estrutura básica etc.

Existem várias argumentações contra a emancipação, uma delas é a de que o distrito não terá como se sustentar se for elevado a município. Porém, a Constituição de 1988 ampliou a competência tributária dos municípios<sup>22</sup> e, principalmente, obrigou os governos federal e estadual a repassar aos municípios uma fatia maior de suas arrecadações. Além do mais, existem várias outras formas para se promover o desenvolvimento de um município. O turismo, por exemplo, pode contribuir positivamente para o desenvolvimento local de uma cidade, pois somente a comunidade local conhece suas potencialidades turísticas e culturais.

Além de todos esses aspectos, existe o fato de que, estando os governos locais mais próximos da população, melhor conhecimento terão sobre preferências de seus cidadãos. Esses, por sua vez, ganham voz nas decisões de seus governos, definindo as prioridades de gastos de acordo com as necessidades da população. Por fim, pode acontecer uma concorrência saudável entre municípios pela atração de moradores, empreendimentos, indústrias, fato gerador de emprego e renda. A eficiência de governos locais depende da capacidade de arrecadação de tributos, da possibilidade de oferta de bons serviços públicos, fornecendo qualidade de vida às comunidades.

Portanto, para uma localidade se desenvolver, faz-se necessário criar canais de participação junto aos governos locais. Além dos critérios técnicos, a emancipação demanda a definição clara de meios de captação de receitas próprias. Assim, a independência é pressuposto de desenvolvimento local, pois é condição da oferta de serviços básicos de qualidade para seus cidadãos.



## APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNDIAL GEOPARK

Autor do requerimento: Marcos Cals (PSDB)

Palestrante convidado: Gero Hillmer<sup>1</sup>

Data: 23/03/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no dia 23 de março de 2005, realizou audiência pública sobre a preservação dos fósseis, tendo como expositor o Professor Doutor Gero Hillmer. Na ocasião o professor pôde exprimir seu interesse acerca da necessidade da criação e manutenção de uma reserva de controle para os fósseis no estado do Ceará, um programa mundial chamado Geopark a ser instalado na bacia do Araripe<sup>2</sup>, nos municípios de Santana do Cariri e Nova Olinda, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO.

O projeto Geopark constitui-se na mais consistente e importante propositura em prol da educação geral e científica, bem como no âmbito da pesquisa e de ações voltadas à preservação da jazida fossilífera do que se conhece por formação Santana<sup>3</sup>. O presente projeto

também tem finalidades turísticas, e será um parque da natureza. O Geopark irá prover aos visitantes locais, regionais e mundiais uma floresta nacional, cuja área vem sendo protegida por mais de 60 anos.

O Geopark também oferecerá aos visitantes documentos arqueológicos antigos. Isto significa que todos os visitantes poderão estudar a flora e a fauna regional e aprender sobre a importância da biodiversidade. Por seu forte apelo cultural, espera-se que o Geopark não seja transformado em uma atração turística artificial como a Disneylândia, por exemplo. Em geral, no Geopark as pessoas poderão estudar um aspecto de tópicos como a natureza, a história da terra, do homem e da cultura.

A região do Cariri, no sul do Ceará, é um dos mais ricos depósitos de fósseis do mundo do período Cretáceo<sup>4</sup> Inferior, há cerca de 105 a 115 milhões de anos. A instalação do Geopark ratifica essa importância para a ciência e para o desenvolvimento da região.

Sensível a esse projeto de preservação dos fósseis na bacia do Araripe, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, promoveu debate em torno do assunto em questão, quando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB) informou que o grande expediente seria destinado à apresentação do programa mundial Geopark, patrocinado pela Unesco. A presidência convidou alguns representantes para compor a Mesa dos trabalhos.

O Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals, comentou que o tema em questão é muito importante, pois o Ceará será o primeiro estado do Brasil em que será instalado o Programa Mundial Geopark. Além disso, ainda não se tinha debatido sobre esse tema. Reportagens na televisão são veiculadas, freqüentemente, denunciando a existência de contrabando de peças na região de Santana do Cariri, Nova Olinda. Com esse espírito, o presidente Marcos Cals, concedeu a palavra para o Reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA) professor André Luiz Herzog.

O Reitor Dr. André Luiz Herzog apresentou o geólogo e professor Dr. Gero Hillmer, que foi contratado



<sup>1</sup> Professor e Paleontólogo da Universidade de Hamburgo na Alemanha.

<sup>2</sup> Bacia do Araripe – A bacia sedimentar do Araripe, localizada no extremo sul do Ceará, é predominantemente Mesozóica. Tem uma área de 11.000 km<sup>2</sup>. Local que teve origem de um grande desastre em escala global há 150 milhões de anos, que provocou a separação entre os continentes americano e africano.

<sup>3</sup> Formação Santana – Os locais mais visitados e com expressiva ocorrência de fósseis são relacionados principalmente nos municípios de Santana do Cariri, que emprestou seu nome à formação, os municípios de Nova Olinda, Crato, Abaiara, Jardim e Porteiras, na porção cearense da bacia. Os fósseis da formação Santana destacam-se por possuírem os primeiros registros de tecidos moles (não ósseos) do mundo.

<sup>4</sup> Cretáceo – É o último período geológico da era Mesozóica. Abrange o intervalo de tempo compreendido entre 136 e 65 milhões de anos.

através do serviço de intercâmbio acadêmico alemão e submeteu a proposta de consultoria ao Governo do Estado do Ceará, à Secretaria da Ciência e Tecnologia e à URCA. Segundo o Dr. André Herzog, logo que esteve no Cariri pela primeira vez, em 2004, o prof. dr. Hillmer percebeu a riqueza da região e prontamente se dispôs a oferecer seu conhecimento para formulação desse projeto. O Dr. Herzog encaminhou a palavra ao Dr. Hillmer, que iniciou a sua explanação falando sobre o projeto em nível mundial, justificando o estabelecimento do Geopark. Comentou que o território do parque deve ter limites bem definidos, servindo para o desenvolvimento econômico local. Compreenderá um certo número de sítios da herança geológica, tendo uma importância científica especial, como raridade e uma história geológica dos acontecimentos da evolução que serão significativos e representados na área. A região é de importância geológica, arqueológica, histórica e de valor cultural. Em geral, isso significa que o Geopark educará o povo sobre ciência, geológica e assuntos ambientais. O Geopark poderá garantir o desenvolvimento sustentável, bem como o melhoramento socioeconômico da região. Promoverá o turismo científico, congressos, intercâmbios e apoiará a conferência da Unesco. Protegerá os sítios geológicos ameaçados para as gerações futuras; deve parar ou, pelo menos minimizar os saques dos fósseis que estão acontecendo, via tráfico internacional. Segundo o Dr. Hillmer, na América Latina não existe Geopark. Portanto, a recomendação da Unesco para se criar após a implementação da Geopark lateral é de convênios em nível nacional, acordos de cooperação com Geoparks europeus e também uma rede de Geoparks nacionais.

Logo após essas afirmações, o Dr. Hillmer fez uma exposição de slides em que foi mostrado o perfil geológico com a determinação da idade dos sedimentos das rochas da Bacia do Araripe. Existem sedimentos, meio ambiente e fósseis diferentes, revelando histórias muito importantes sobre suas vidas e a evolução dos organismos. Foram achados fósseis completos em formas tridimensionais de madeira articulada, tecidos móveis, músculos que ainda contêm tecidos de estômago, que estão preservados. Encontram-se animais que morreram aproximadamente há cerca de 120 milhões de anos, como uma libélula e um escorpião. O professor afirma que se deve estudar e compreender todos os documentos fósseis únicos que existem na bacia do Araripe para se ter uma melhor compreensão da evolução do planeta Terra, bem como sobre a evolução dos organismos. Continuando a importante apresentação, a palavra é direcionada ao Senhor Dieter Gerding, cônsul honorário da Alemanha.

Dieter Gerding afirmou que o Estado do Ceará está diante de um projeto formidável e arrojado, pois o solo cearense guarda um formidável tesouro testemunhal da evolução do planeta. Isso clama por uma exploração científica consistente, como também por preservação ambiental e em última análise, por um grande respeito pelo que se tem nesse Estado. Concordando com o Dr. Hillmer e com o Sr. Dieter Gerding, a deputada Íris Tavares (PT) deu a sua contribuição sobre o assunto, afirmando acreditar “que, através dessa iniciativa, o Cariri, definitivamente, vai entrar na rota da pesquisa e do estudo especializado. Já estava em tempo, porque a gente é daquela região e sabe a contribuição que tudo isso tem a dar.”<sup>5</sup>

Em seguida, o deputado Heitor Férrer (PDT) ocupou a presidência da Mesa em substituição ao presidente Marcos Cals e de imediato passou a palavra ao deputado José Maria Pimenta (PSDB).

O deputado José Maria Pimenta comentou que, segundo o que foi projetado nos slides pelo Dr. Hillmer, certamente, o rastro do homem deveria estar perto, porque o homem sempre procurou a terra fértil, o lugar rico em peixe e em plantas para sobreviver, quando era nômade. Antes de o homem domesticar o ambiente, ficava onde a terra era rica e oferecia recursos para a sua sobrevivência. Então, segundo o deputado José Maria Pimenta, é necessário também que se estude a pegada dos homens em direção a esse parque. O Ceará é rico nessas inscrições, sobretudo no sertão central, onde se tem verdadeiras trilhas e as inscrições de homens que viveram há milhões de anos. Logo depois, a palavra foi concedida à geóloga Fátima Feitosa.

Também perguntou ao Reitor André Herzog, se há condições para que a região dos Inhamuns fizesse parte dessa rede de visitação para o Ecopark. Continuando a Audiência Pública sobre o projeto Geopark, o ex-deputado Iranildo Pereira comentou que, à proporção que se toma conhecimento da importância da região em questão, e da preocupação em nível científico, é fundamental se aprofundar para não só discutir, mas estabelecer a preservação desse grande sítio arqueológico. Faz referência a três atividades que, na verdade, não sabe a extensão, a profundidade de vir ou não a prejudicar o sítio arqueológico. Primeiro, é a exploração das pedras de Santana do Cariri, que são de certo modo, pedras fossilizadas, embora beneficiem centenas de pessoas, nunca houve uma sistematização por parte do Governo para estabelecer as áreas em que a pedra retirada fosse definida. Segundo, a retirada dos fósseis para a venda. A outra atividade é a industrialização do gesso. Não se sabe até onde a industrialização do gesso pode prejudicar a preservação desses fenômenos que existem em Santana.

<sup>5</sup> Ata da 6ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 23 de março de 2005.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Iranildo Pereira defende a criação do Geopark nacional, pois com esse projeto deverá aparecer uma legislação que defina muitas coisas sobre como atuar na região, ao mesmo tempo em que questiona a possibilidade de se ter petróleo em função dos fósseis. Por último, fez uma observação final ao Reitor, comentando que a população não conhece a importância da preservação dos fósseis, nem toma conhecimento da existência do museu, no sentido de participar desse processo. Sugere que a Universidade estabeleça discussões junto à comunidade para que tenha consciência, assim ajudará no processo de evitar a depredação existente. Segundo Iranildo Pereira, é possível conscientizar a sociedade nos diversos níveis, até aquele que não tem consciência do prejuízo, da maldade e da repercussão em retirar os fósseis e explorar a pedra. Nesse momento, o deputado Heitor Férrer encaminhou a palavra para a Dra. Olga Paiva, diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A Dra. Olga Paiva informou sobre a existência de uma legislação específica para a arqueologia, que faz parte do patrimônio cultural brasileiro, de acordo com a Constituição Federal de 1988, tal como descrito no artigo 216. Isso significa que quem por acaso descobrir, fortuitamente, um sítio arqueológico, deverá informar ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão responsável pela preservação desse patrimônio no País. Existe há mais de 67 anos e está voltado para a preservação, divulgação, promoção e proteção desse patrimônio. Referindo-se à questão da professora e geóloga Fátima Feitosa, anteriormente citada, a Dra. Olga Paiva informou que terá disponível no plano de ação, a presença de uma arqueóloga. Com relação ao Iranildo Pereira, a Dra. Olga Paiva informou que será disponível uma pessoa da área da pedagogia para tratar da necessidade de ensinar à população, informar corretamente sobre a importância desse patrimônio e a necessidade de sua preservação. Nesse sentido, o que será desenvolvido também é um trabalho de educação patrimonial. Logo em seguida, o Dr. Artur Andrade, representando o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), prestou algumas informações ao Sr. Iranildo Pereira.

O Dr. Artur Andrade afirmou que o DNPM, preocupado com o problema dos fósseis na região, principalmente na bacia sedimentar do Araripe, colocou o centro de pesquisa paleontológico na bacia do Araripe em 1987, tendo a finalidade de fiscalizar e dar uma proteção ao patrimônio fossilífero da região. No entanto, o DNPM, infelizmente, dispõe na região de somente dois técnicos para fazer essa fiscalização. Comenta que, por mais esforços que se tenham feito na região, dificilmente isso vai ter um efeito de 100% (cem por cento) para evitar que uma peça possa sair. Logo após, o Dr. Artur Andrade fez um questionamento para todos os participantes da Audiência Pública, em questão, com relação a como se poderia progredir no aspecto da mineração sem agredir o patrimônio fossilífero da união. Posteriormente, afirma que é necessário que haja uma modificação no código de mineração, na legislação com relação à proteção e preservação do patrimônio fossilífero, pois o código de mineração brasileiro beneficia as grandes empresas. Ao concluir a sua explanação, sugere que se encontrem os instrumentos legais para que a sociedade local também seja beneficiada com a exploração dos bens minerais, minimizando os efeitos negativos da degradação do meio ambiente, da degradação do patrimônio fossilífero. Na ocasião, o deputado Heitor Férrer (PDT) passou palavra para o professor André Herzog. Em relação à pergunta sobre como nos 33 Geoparks já estabelecidos houve um engajamento nos parlamentos dos países correspondentes, respondeu dizendo que não há um modelo a ser seguido, já que são diferentes organizações e realidades políticas de país para país. Nos formulários de submissão da proposta, a Unesco está incluída numa exigência de uma sinalização de apoio político dos estados e países envolvidos na proposta. O Dr. André Herzog também comentou que em relação ao suporte da Unesco, não há possibilidade desta ampliar a atenção para outras regiões do estado do Ceará, nesse projeto. Entretanto, pode-se tentar um contato a partir da definição específica da área de interesse. Ao terminar a sua explanação, a palavra foi encaminhada para o deputado Heitor Férrer (PDT), que agradeceu a presença de todos os participantes pela colaboração com as suas opiniões construtivas ao debate sobre o programa mundial Geopark, e encerrou os trabalhos.

Conclui-se que o Geopark, um programa mundial voltado para a preservação dos fósseis na Bacia do Araripe, na região do Sul do Ceará, terá um impacto para todo o Estado. O projeto em questão trata do estabelecimento de um parque sob assistência da Unesco. A justificativa para esse estabelecimento está fundamentada na especificidade da bacia sedimentar do Araripe.

O território do parque servirá para o desenvolvimento econômico local, pois terá uma importância científica especial como raridade e também uma história geológica dos acontecimentos da evolução que serão significativos e representados na área. Essa região bastante particular é reconhecida mundialmente há aproximadamente 200 anos pela quantidade e pela excepcionalidade de fósseis. É o único local do mundo onde existe o registro das primeiras interações ecológicas, da interação entre insetos e plantas, indispensáveis para a propagação da vida.

Além do patrimônio paleontológico, especificamente, o Geopark contribuirá para o conhecimento e a preservação do patrimônio arqueológico, um passado mais recente na nossa região. Isso se remete à importância também da preservação e difusão da rica expressão cultural e artística local. Sobretudo, chama-se atenção para a grande riqueza, que é a biodiversidade do bioma de todo o Sul do Ceará, sendo expressiva há 100 milhões de anos.

# ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Autor do requerimento: Marcos Cals (PSDB)

Palestrante convidado: Dep. Federal Raul Jungmann (PPS - PE)<sup>1</sup>

Data: 09/05/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 9 de maio de 2005, realizou debate sobre o Estatuto do Desarmamento, tendo como expositor o deputado Federal Raul Jungmann (PPS – PE). Na ocasião, o Deputado pôde exprimir a sua convicção acerca da necessidade de um rigoroso controle de armas extensivo a toda a sociedade, bem como pugnar por um maior esclarecimento com vista ao referendun sobre o comércio de armas de fogo em nosso País, realizado em outubro de 2005.

Não foi por acaso que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará decidiu publicar os grandes debates surgidos nesta Casa no ano de 2005. Esta iniciativa demonstra o interesse e a preocupação dos deputados estaduais em trazer para o dia-a-dia, os temas regionais e nacionais de maior relevância no panorama econômico brasileiro.

De tal sorte que o Poder Legislativo do Ceará sente-se compelido após tão frutíferos ciclos de debates, com personalidades de relevo local e nacional, a proporcionar à população cearense, o acesso a esses mesmos debates, agora, via publicações INESP. Assim, o debate sobre o Estatuto do Desarmamento se insere nesta perspectiva por ser, atualmente, um dos temas de maior interesse da sociedade brasileira. É importante compreendermos que o conceito de Estado moderno e as relações institucionais que advêm desta concepção repousam nas preconizadas por Thomas Hobbes, quando, ao delinear sua filosofia política, que iria determinar a condução do Estado nas relações com os indivíduos, vislumbrou o chamado pacto hobbesiano. Em linhas gerais, afirmava que, para a convivência harmônica das partes, seria necessário a criação do ente estatal organizador da vida em comum, isto é, os indivíduos deveriam ceder a determinadas práticas anteriores, como a de fazer justiça pelas próprias mãos, ou usarem de forma ilimitada a liberdade individual, e passassem a se auto-regular. Para a boa convivência social, de acordo com o Pacto Hobbesiano, o indivíduo se submeteria ao veredicto de cortes de justiça que iriam determinar quem estaria com a razão nos litígios. O cidadão também deveria abdicar um pouco de sua liberdade no aceitar regras e convenções que ordenariam a vida em sociedade e, principalmente, deveria renunciar às armas e às guerras particulares, pondo-se sob o patrocínio e a subvenção da segurança do Estado.

Durante séculos, este tem sido o arcabouço jurídico constitutivo da sociedade civilizada e a nota marcante que caracteriza o Ocidente.

De Hobbes a Rousseau, até chegarmos a Kant, que assevera ser o direito “repartição de liberdade”,<sup>2</sup> nossa sociedade tem evoluído à custa do pacto sucessivo das gerações que vêm no Estado hodierno a força catalisadora para a manutenção da paz, da harmonia e da segurança.

A evolução das relações jurídicas veio garantir ao cidadão cada vez mais parcelas de atribuições na sociedade, porém sem perder de vista a antiga noção, com os devidos ajustes necessários à modernidade, do pacto social atributivo ao escopo primordial do Estado no garantismo jurídico-institucional.

Nestas atribuições, que são cada vez mais conferidas aos cidadãos, estão a possibilidade de estabelecer rumos a sua própria felicidade e crescimento material, individualização de direitos, como: o direito à honra, à imagem, à propriedade, etc. Entretanto, é consenso desde o iluminismo e sua culminância na tradição da Revolução Francesa que, na individualização e na universalização dos direitos do homem, consagra o Estado, como ente finalístico do pacto social, a tarefa de promover o bem-estar e a segurança de seus cidadãos.

Portanto, mesmo com os avanços surgidos no campo da filosofia social e política, ainda que levássemos em conta o processo de enfraquecimento dos estados nacionais, fruto da polarização dos poderes econômicos globais impositivos,



<sup>1</sup> Coordenador do Comitê Pró-Desarmamento e membro da Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado na Câmara Federal

<sup>2</sup> Kant, in Limavaz. Escritos políticos e filosóficos. p. 254.



o fenômeno da segurança pública não poderia estar entregue nas mãos de terceiros ou particulares de qualquer espécie, em detrimento do poder estatal, para que não retornássemos à lei de talião ou seja, do “olho por olho, dente por dente”.

Por ser tão atual e ao mesmo tempo tão polêmico, foi que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará partiu na frente, antecipando-se aos demais fóruns de debates democráticos do País, cedendo seu espaço para que o tema fosse discutido abertamente. E foi com esse espírito, que o Presidente da Casa, deputado Marcos Cals (PSDB), abriu a Sessão ressaltando a importância da matéria junto à sociedade. O Presidente não deixou de mencionar sua preocupação quanto à falta de esclarecimento que ronda alguns setores menos informados da população, e reiterou que só por meio de fóruns abertos de discussões como o promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, seria possível dirimir as dúvidas em relação ao assunto Desarmamento.

Ressaltou ainda a importância do Poder Legislativo e de sua obrigação de dar uma contribuição no sentido de promover uma “mobilização da sociedade, da classe política, para chegar aos recantos conscientizando as pessoas”<sup>3</sup>.

Por fim, teceu comentários acerca da proibição da comercialização de armas de fogo, demonstrando sua preocupação com o tema para, então, agradecendo a presença de todos, passar a palavra ao palestrante deputado federal Raul Jungmann, que iniciou sua fala afirmando, com relação à questão da violência que atinge níveis altíssimos, e temas correlatos, como o Desarmamento, por exemplo, que “não existe brasileiro que possa ficar fora desse debate!”.

O palestrante em seguida fez referência ao momento histórico e circunstancial de sua palestra pois, segundo ele “pela primeira vez, em todo País, uma Assembléia Legislativa realiza uma Sessão Especial, para debater o tema do referendo do desarmamento”.

Num primeiro momento, destacou a necessidade de se derrubar mitos acerca do desarmamento. De acordo com Raul Jungmann, entre os tais mitos que envolvem a questão do desarmamento, o primeiro deles é que as armas trazem segurança. Em segundo lugar, o deputado faz alusão à necessidade de se fazer campanhas para “democratizar informações e mobilizar a sociedade”. Continuou, dessa forma, expondo sua argumentação e solidificando-a com dados estatísticos, os quais, no diagnóstico dele, determinaram que: “no mundo existem 639 milhões de armas de fogo circulando, quase 60% (sessenta por cento) nas mãos de civis e que, todos os anos morrem meio milhão ou 500 mil (quinhentas mil) pessoas por armas de fogo, 200 mil (duzentas mil) delas civis em homicídios, acidentes e suicídios”.

O palestrante continuou a exposição de dados, enfatizando números que dizem respeito à questão nacional. Segundo ele

(...) no Brasil, existem 5.559.933 armas registradas pelo SINARM (Sistema Nacional de Armas, órgão criado em 1997 pelo governo federal na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso). Estima-se que o número total de armas em circulação seja de 17 (dezessete) milhões, portanto, aproximadamente 11 (onze) milhões e meio não estão registradas, são informais.

Nesta altura de suas considerações o deputado Federal Raul Jungmann começa a fazer uma comparação entre o custo do Referendo acerca da proibição da comercialização de armas no País, orçado em R\$ 250 (duzentos e cinquenta) milhões e os custos que os ferimentos a bala causam aos cofres públicos via SUS (Sistema Único de Saúde) por ano, algo em torno de R\$ 130 (cento e trinta) milhões. Também reiterou que a discussão a se travar, não deve estar circunscrita no mérito do debate em relação à proibição do porte de armas no Brasil, pois segundo o palestrante

A lei n. 10,823 de 22 de dezembro de 2003 já proíbe porte de arma. Aí você pergunta: quer dizer que eu não posso ter uma arma? Em casa pode, desde que você registre, através da Polícia Federal, porque agora nem Polícia Civil, nem Secretaria da Justiça, nem Secretaria de Segurança, nem Polícia Militar concedem o porte como antigamente, só quem o concede é a Polícia Federal através do SINAR que tem um conjunto de exigências.

Com relação ao porte, o deputado Federal Raul Jungmann afirmou que: “o Estatuto proíbe o porte de arma para civis. O porte ilegal de arma é crime inafiançável, 2 (dois) a 4 (quatro) anos para armas de uso comum, 4 (quatro) a 6 (seis) anos para armas de uso restrito”. E acrescentou ainda, fazendo a distinção entre o porte, que é proibido e a posse, que é caracterizada pelo direito de manter uma arma em casa.

O palestrante continuou explicando os mais variados matizes da campanha do Desarmamento, dando especial ênfase à entrega voluntária de armas. Segundo estimativas do próprio palestrante, pensava-se inicialmente num número

<sup>3</sup> Ata da 3ª Sessão Especial da terceira sessão legislativa da vigésima sexta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 9 de maio de 2005. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. p. 5.



aproximado de 80.000 (oitenta mil) armas entregues voluntariamente pela população. Tal número já chega perto de 300.000 (trezentas mil) armas devolvidas. Acrescentou que é de suma importância a adesão da Igreja católica, cedendo as catedrais como locais de entrega de armas por parte dos cidadãos, pois há um componente cultural, que, as mais das vezes impede o cidadão que porventura já tenha tido problemas com a polícia no passado de se dirigir a uma delegacia para devolver sua arma.

Por fim, apresentou uma vez mais um dado estatístico desta vez com pertinência ao Estado do Ceará e sua capital, a cidade de Fortaleza. O palestrante afirmou que: “no Ceará em 1990, tínhamos uma média de 9,7 (nove vírgula sete) mortes para 100 (cem) mil habitantes. Isso saltou em 2002 para 16,5 (dezesesseis vírgula cinco) por 100 (cem) mil. No caso de Fortaleza, especificamente no que diz respeito a jovens que são exatamente aquele segmento mais vulnerável da população, ele saltou em 1990 de 34 (trinta e quatro) por 100 (cem) mil para 52 (cinquenta e dois). Portanto, enquanto o homicídio por arma de fogo cresceu de 1990 a 2002 em todas as faixas 23,3% (vinte e três vírgula três por cento), o dos jovens cresceu 31,9% (trinta e um vírgula nove por cento). E quando estava prestes a concluir, já nos agradecimentos de sua fala, o palestrante deputado federal Raul Jungmann, foi aparteado pelo deputado Pedro Uchôa (PMDB) que indagou-lhe se a proposição acerca da proibição da produção e comercialização de armas de fogo no País, já havia sido experimentada em algum outro País. O palestrante respondeu-lhe que dois países, a saber Inglaterra e Austrália, tendo os dois inclusive, vivenciado a experiência do referendo. Dito isto, a palavra voltou ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que a devolveu imediatamente aos debatedores, sendo o primeiro o senhor Evânio Guedes, Secretário da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, e que na ocasião representava o Governador do Estado, Doutor Lúcio Gonçalo de Alcântara. O Doutor Evânio Guedes iniciou sua fala demonstrando a importância de se assumir compromisso ético, toda vez que se representa uma autoridade. Segundo ele “deve-se seguir uma linha de ética que é realmente dizer todo o pensamento daquela autoridade, nem mais nem menos. E é isso que pretendemos traduzir aqui para os senhores “. Em seguida, disse o seguinte acerca do tema: “(...) todos sabemos que a violência, outra coisa não é senão a decorrência de fatores tais como: a falta de educação consistente na profissionalização e na instrução. A deficiência no que diz respeito à estrutura da família e enfim, outros encargos assim chamados de pessoa humana”.

Depois desta colocação de cunho social, o Secretário frisou sua preocupação em relação à severidade do artigo 14 da lei n. 10.826 que versa sobre a “questão da guarda, da detenção, do uso da arma”.

Finalizou, portanto, o Secretário da Justiça Evânio Guedes, questionando o palestrante acerca de seu posicionamento sobre a severidade do que prevê o artigo 14 da lei n. 10.826.

Neste momento, a palavra voltou ao Presidente da Assembléia Legislativa, que a transferiu de imediato ao Coronel (PM) Laércio Macambira, Secretário Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará que iniciou sua fala tecendo considerações acerca das inovações que o Estatuto trouxe na legislação penal em matéria de punibilidade às pessoas portadoras de armas de fogo. Questionou “o problema da inafiançabilidade”, muito embora a tenha considerado, se polêmica por um lado, importante no aspecto geral, pois antes da implementação do Estatuto

(...) a lei era branda e com isso o máximo que a polícia podia fazer era registrar um TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência). E o TCO representava o quê? Que a pessoa ia lá, se tivesse antecedentes criminais, simplesmente era apresentada à autoridade policial e posteriormente seria chamada à presença do juiz de acordo com uma agenda a ser definida pelo Poder Judiciário para que ela pudesse ser penalizada apenas com uma pena sócio-educativo, uma pena nesse sentido.

Dentre outros aspectos que o Coronel Macambira julgou ser de especial relevância a serem abordados no debate, podemos citar a perda de arrecadação tributária dos Estados por meio de taxas cobradas para a emissão de portes de armas de fogo, já que esses recursos foram direcionados para a União, a questão da fiscalização da vigilância privada, a cargo da Polícia Federal que não tem a capilaridade nem a capacidade presencial de agir em todo o território nacional, poderia ser obliterada.

Concluiu declarando ser de extrema urgência que as autoridades exerçam um maior controle nas nossas fronteiras, sobretudo nas fronteiras marítimas, pois armas entram no País por meio do tráfico do crime organizado de diversas formas.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals concedeu a palavra ao próximo debatedor, o senhor Hermann Schmmelpfeng Landim, coordenador da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência, que ao iniciar sua fala demonstrou que é a favor do desarmamento civil e a favor do fim do comércio de armas de fogo, porém propõe que se tentasse discutir a questão por um outro prisma. Segundo ele, falta uma visão mais estratégica para lidar com o problema no âmbito social. O coordenador da APAVV elencou neste momento fatores que seriam causadores da violência; identificá-los, para o debatedor, é de suma importância para a compreensão da problemática da violência no País.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O primeiro fator, observado pelo debatedor, é o fator econômico. De acordo com suas palavras, “Hoje a violência consome R\$ 160 (cento e sessenta bilhões) de reais. São dezoito por cento do nosso PIB (Produto Interno Bruto) o que representa 6 (seis) vezes mais do que o investimento em saúde, 10 (dez) vezes mais do que o investimento em educação”.

O segundo fator seria o problema da justiça. Para o senhor Hermann Schmmelpfeng, a impunidade gera um caos que conseqüentemente gera um clima propício ao estabelecimento da violência.

O terceiro seria o fator educacional. Para o Sr. Schmmelpfeng: “As nossas escolas não estão educando. As pessoas estão indo à escola apenas para manter, maquiagem os índices de analfabetismo”.

Para ele, no momento atual é fundamental que se discuta a questão do desarmamento, porém, salientou que o atual governo, como os anteriores, não tem uma agenda específica, nem foco, nem métodos eficientes de combate à violência. E observou concluindo que, concomitantemente à implementação do Estatuto do Desarmamento, deveriam ser priorizadas as políticas públicas.

Neste momento, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, transferiu a palavra ao deputado Fernando Hugo (PSDB) que de pronto afirmou a importância do debate. O deputado Fernando Hugo salientou que debates desta monta são úteis e necessários, pois se “inserir no tema de discussão do Zé, da Maria, do Pedro, do Cazuza ou do Joãozinho, lá da favela mais humilde da cidade até a casta socioeconômica e cultural mais elitizada”. Entretanto, o deputado ressaltou, a necessidade da questão do desarmamento ser conduzida sem açosamentos e paixões, num clima em que se estabeleça uma parceria entre o Governo Federal, por meio de uma série de ações, e os demais governos estaduais.

Continuou o deputado, reafirmando a necessidade da adoção de medidas enérgicas no combate à impunidade, e enfatizou sua preocupação, quando estava por finalizar sua participação, com os altos índices de criminalidade que amedrontam o cidadão fortalezense.

Em seguida, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, passou a palavra ao deputado Delegado Cavalcante (PSDB), que em suas considerações iniciais identificou na falta de estruturação dos órgãos de segurança pública o grande entrave para a solução dos problemas concernentes à violência. Para o deputado Delegado Cavalcante, repete-se com o Estatuto do Desarmamento, o mesmo erro, que incorreu com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ou seja, para o deputado “Fizeram uma coisa de primeiro mundo e não deram estrutura para que a lei fosse cumprida”. O deputado chamou a atenção para um problema crônico, que observa desde o tempo em que exercia a profissão de Delegado, ou seja, o problema da criminalidade do menor, e no caso específico, o menor que porta armas de fogo.

O deputado prosseguiu, afirmando que só com políticas de prevenção e aparelhamentos policiais que venham a dotar os serviços de segurança de estrutura compatível com as modernas exigências da sociedade é que o combate ao crime organizado poderia ter êxito. O deputado finalizou reiterando que sem ações preventivas contra a criminalidade, outras ações mostrar-se-ão infrutíferas. Logo após, o Presidente Marcos Cals concedeu a palavra ao deputado Pedro Uchôa que teceu considerações sobre os tempos em que militava no Ministério Público na qualidade de Promotor da comarca de Baturité<sup>4</sup>, cargo que exerceu durante 21 (vinte e um anos). Segundo o deputado Pedro Uchôa, o bolsão de violência naquela cidade se circunscrevia aos homicídios, lesões corporais que na maioria dos casos tinham o álcool como motivador do crime: “A vítima estava embriagada, ou vítima ou acusado estavam embriagados”.

Em nenhum dos casos que examinou, relatou o deputado, o componente das drogas estava ou esteve envolvido: “Eu fui promotor da minha terra durante 21 (vinte e um anos). Não peguei nenhum caso de droga”.

Entretanto, de acordo com o deputado, não foi esta a situação encontrada na mesma cidade em 1992, quando Promotor em Fortaleza, teve que, por motivos de saúde, ficar em Baturité por mais de um ano respondendo por uma das varas da comarca da referida cidade. O deputado Pedro Uchôa afirmou que: “Em um ano eu peguei 16 (dezesseis) casos de droga, que em 24 anos anteriores não havia pego nenhum”. Prosseguiu o deputado, afirmando que seria mais racional sob o ponto de vista social, tentar-se controlar a ingestão de álcool, do que proibir-se o porte de armas. Afirmou que as campanhas esclarecedoras contra o alcoolismo, forte indutor de violência, são pífias e, numa outra abordagem, teceu críticas à ação da Polícia Federal por deliberadamente estar desarmando os vigilantes no Estado do Ceará, o que como conseqüência provocou uma onda de assaltos no interior do Estado.

Criticou o texto da lei 10.826 do Estatuto do Desarmamento que, no seu entender, é por demais “draconiano” e lamentou que o cidadão brasileiro não possa mais, por força de uma lei, exercer seu sagrado direito de legítima defesa.

Reafirmou ainda que uma campanha dessa dimensão não tem paralelo, e que em países ditos civilizados “seria

---

<sup>4</sup> Baturité, cidade localizada na microrregião de Baturité e que dista 93 km da cidade Fortaleza. População estimada, em 2004, de 31.124 habitantes.

absolutamente inimaginável proibir possuir arma, proibir vender e comprar arma”.

Após a conclusão da participação do deputado Pedro Uchôa, o Presidente Marcos Cals passou a palavra ao último debatedor, deputado João Jaime (PSDB), que construiu parte de sua argumentação demonstrando que estabelecimentos comerciais costumam negociar não só as chamadas armas limpas, mas, também o que ele chamou de “arma preparada”, ou seja, uma arma falsamente legalizada entra no mercado nas mãos do cidadão, às vezes, desinformado.

Relembrou a luta da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que aprovou, mesmo sujeito a veto governamental por ter sido considerado inconstitucional, a proibição da comercialização de armas no Estado do Ceará.

Adiantou que não é tão somente por meio da proibição da comercialização de armas no País, que resultados significativos com relação à violência serão obtidos. Demonstrou que enxerga na impunidade um dos principais males que afligem a nossa sociedade e mostrou-se indignado, declarando serem inaceitáveis os altos índices que perfazem, segundo dados trazidos à luz pelo próprio Deputado, 38 (trinta e oito) mil pessoas mortas por ano. Por fim, disse que sacrifícios não deveriam ser exigidos de viúvas e órfãos, pais e mães, as principais vítimas da violência no Brasil atualmente.

Neste momento, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, convidou o palestrante deputado Federal Raul Jungmann para que, respondendo aos questionamentos dos participantes, fizesse suas considerações finais. O palestrante começou respondendo ao Senhor Hermann Schmmelpfeng Landim, afirmando que de fato concordava com ele quando afirma que pobreza e miséria são formas de violência, e que a exclusão social e a concentração de renda são fatores determinantes na questão da violência. Entretanto, frisou que não se pode perder de vista o foco da contextualização atual, e que o cerne do problema, na compreensão do palestrante, respousa na criminalidade e na violência.

Então voltou-se para responder as colocações do Secretário-Adjunto de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Coronel Macambira. Foi afirmado pelo palestrante, sua inteira concordância com as observações do Coronel Macambira no que diz respeito aos recursos obtidos por meio das taxas de registro de armas. Segundo o deputado Federal Raul Jungmann: “esse dinheiro não precisava ficar centralizado; o dinheiro do porte de arma deveria ficar efetivamente aqui”.

Ao Deputado Fernando Hugo, o palestrante disse que concordava com a necessidade de um amplo debate em torno da matéria, visando ao esclarecimento da população de uma maneira geral. Ressaltou o ineditismo da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, e o grau de interesse que o debate inspirou nos presentes.

Ao deputado Delegado Cavalcante o palestrante respondeu que, com relação aos comentários feitos pelo Deputado quanto à questão da prevenção: “sem a menor sombra de dúvida não há o que discordar”. Porém, fez questão de enfatizar que não se deve sopesar como fatores de violência tão-somente aqueles decorridos da criminalidade, pois casos como as brigas conjugais, rixas corriqueiras, suicídios e outras circunstâncias que envolvam armas de fogo, devem ser consideradas numa visão panorâmica integral.

Em seguida, continuando sua resposta, passou a elencar fatores sociológicos que historicamente contribuíram para que a Polícia, assim como a Justiça, estivessem sempre a serviço das oligarquias.

Para responder ao deputado Pedro Uchôa, o palestrante observou que, com relação à proibição do álcool, há debates interessantes a respeito. Afirmou que na cidade de Diadema<sup>5</sup> a Câmara Municipal aprovou uma espécie de “lei seca” onde a partir de 23:00h não se pode mais vender bebidas alcoólicas. Ressaltou que não crê que seja viável a universalização de tal lei, e apresentou uma pesquisa que segundo ele foi feita em São Paulo nos dias cinco, seis e sete de abril de 2005 com 1.624 (um mil seiscentos e vinte e quatro) entrevistados pelo Instituto de Pesquisas DataFolha. Segundo o palestrante informou, foi constatado que: “83% (oitenta e três por cento) da população é a favor da proibição da comercialização de armas e munição”.

Com relação ao controle de armas, reafirmou a necessidade e premência deste tipo de legislação no Brasil, lembrando ao deputado Pedro Uchôa que o que o referendo propõe não é nada relacionado ao porte e à posse de armas de fogo, pois isto já está regulamentado no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826 de 2003).

Ao responder ao deputado João Jaime, o palestrante não deixou de fazer menção ao seu zelo pelo projeto de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que visava proibir o comércio de armas de fogo no Estado, e que sofreu o veto governamental, em razão de sua inconstitucionalidade.

Em seguida, lamentou que estejamos vivendo em uma sociedade que gera tantas desigualdades:

Efetivamente nós chegamos ao fundo do poço e para resgatar isso, é preciso fazer um pacto, é

<sup>5</sup> Cidade do Estado de São Paulo e que dista 17 km da cidade de São Paulo. População estimada em 2000: 357.064. Acesso: <http://www.diadema.sp.gov.br/>

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

preciso tomar nas mãos esse problema, é preciso liberar energia de dezenas, de centenas de milhões de brasileiros. É preciso realmente, que isso se transforme numa grande campanha cívico-educativa, para que reencontremos o caminho e resgatemos o controle sobre a violência.

O palestrante manifestou sua alegria de ter participado de debate envolvendo o tema; falou que sentia-se extremamente honrado de se fazer presente ao evento ao mesmo tempo em que, parabenizando e agradecendo a todos, concluiu sua participação.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputado Marcos Cals, após um breve agradecimento a todos os presentes e em especial ao palestrante, o Deputado Federal Raul Jungmann, encerrou a sessão.

O Estatuto do Desarmamento foi o passo inicial de uma longa caminhada em busca de uma cultura de paz, que privilegie a vida harmônica em sociedade e a consecução do bem comum.

Cabe, pois, ao Estado dar agora uma resposta aos milhares de brasileiros que confiaram no Estatuto do Desarmamento e acreditaram que ele pudesse vir a se transformar num veículo difusor da antiviolença.

Porém não se esgotam aí as responsabilidades dos gestores públicos nesta empreitada: cumpre melhor aparelhar nossas polícias, dotando-as de armamento moderno e sofisticado, compatível com as exigências que os níveis de insegurança e instabilidade sociais, provocados pela criminalidade, impõem.

Combater a corrupção e o tráfico de influência, bem como as constantes violações aos direitos humanos do cidadão comum, principalmente dos mais humildes, é tarefa de suma importância e é vital para a Democracia brasileira.

Em contrapartida, é necessário que o Estado não perca a iniciativa na guerra contra o crime organizado. O cidadão não pode perder a fé na capacidade e empenho de nossas autoridades, no mesmo instante em que lhe pedem que confie sua segurança pessoal e a de sua família aos agentes do Estado. Portanto, é preciso que o Estado nunca se deixe acuar pelo crime em qualquer que sejam as manifestações.

Respostas rápidas e efetivas podem e devem ser dadas, tanto nas comunidades, quanto nas escolas. Investimentos em educação, cultura, saúde e geração de emprego e renda são os primeiros passos para rompermos esse ciclo vicioso de violência que degrada e avilta nosso País.

Por fim, o Estatuto do Desarmamento deve prosseguir na sua busca por estabelecer uma via pacífica da convivência entre os cidadãos brasileiros. Porém, deve ter uma capilaridade mais efetiva para que não se circunscreva tão somente ao desarmamento unilateral daqueles que acreditam na proposta séria do Estatuto, sob pena de termos entre nós aqueles que, não querendo se desarmar, continuarão à margem da sociedade cometendo toda sorte de crimes contra os cidadãos desarmados.

# PROJETO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

Autor do requerimento: Dep. Gony Arruda (PSDB)

Palestrante convidado: Dep. Federal Eduardo Paes (PSDB - RJ)<sup>1</sup>

Data: 31/05/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 31 de maio de 2005, realizou debate sobre o Processo de Transição Governamental, tendo como expositor o deputado federal Eduardo Paes (PSDB-RJ), que na ocasião, expressou sua convicção da necessidade de tal projeto para proporcionar um clima favorável ao ambiente de continuidade administrativa e transparência política.

A Assembléia não podia ficar insensível a um debate dessa magnitude, pois considera que um dos grandes males que afligem nosso País é sem dúvida, o caos administrativo gerado pela falta de continuidade político-administrativa. Prover o País de um arcabouço jurídico constitucional que proteja as instituições dos maus gestores, e que as prepare para os próximos, deve ser a tarefa de qualquer legislador cômico de seu dever para com o País.

O Projeto de Transição Governamental, se seriamente observado, poderá dar um rumo político totalmente diverso ao Brasil no sentido de fortalecer as instituições democráticas do País.

Por enxergar no tema, uma atualidade e projeção singulares, a Assembléia, em conjunto com a União dos Vereadores do Ceará, trouxe o deputado Eduardo Paes para esta explanação. Ao debater a matéria, esta Casa tenta cumprir seu papel de agente transformador no papel de força consolidadora da democracia no País, e, por meio das publicações INESP, tenta levar ao conhecimento do grande público tão enriquecedor debate.

Na ocasião da abertura da sessão, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), designou o deputado Gony Arruda (PSDB), autor do requerimento, para falar em nome do Poder Legislativo.

O deputado Gony Arruda, Primeiro-Secretário da Assembléia Legislativa, iniciou sua fala com um rápido histórico acerca da situação, em que são encontrados desmandos de toda sorte praticados por gestores públicos, principalmente "no âmbito do Poder Executivo".<sup>2</sup>

Segundo o deputado Gony Arruda, tal problema reside no fato de se observar "por parte de quem perde um pleito eleitoral, uma frustração, que costuma se revestir do primeiro ao último escalão, em tentativa de sabotar aquele que chega."<sup>3</sup>

De acordo com o deputado, sonham-se informações necessárias ao bom andamento da máquina administrativa. Em alguns casos, conforme narrou "se verificam fatos mais graves, como queima de arquivo, danificação de equipamentos públicos e instalações."<sup>4</sup>

Por tudo isso, considerou o deputado Gony Arruda, como importante a adoção de medidas que criem a obrigação legal de se formalizar adequadamente as "Equipes de Transição". Lamentou ainda que, na cultura do universo político brasileiro, não se tenha chegado a um estado de maturidade que comporte uma ética que privilegie a transição democrática de aspectos legais. Ressaltou a conduta do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que proporcionou um clima de cordialidade e civilidade no processo de Transição Governamental do Poder Federal em 2002, quando foi fornecido ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva as informações necessárias para que este pudesse governar o País. Tal ato "gerou elogios não só internamente, mas como das principais autoridades estrangeiras e dos veículos de comunicação de prestígio internacional."<sup>5</sup>, pois "se tratava da substituição de um governo, democrática-



<sup>1</sup> Advogado e Deputado Federal pelo PSDB – RJ.

<sup>2</sup> Idem. Página 03.

<sup>3</sup> Idem. Página 03.

<sup>4</sup> Idem, p. 3.

<sup>5</sup> Idem, p. 3.

<sup>6</sup> Idem, p. 3.



mente eleito, por outro igualmente eleito”<sup>6</sup>.

O deputado Gony Arruda explicou que a intenção do requerimento é debater o Projeto, para que se possa, independentemente do candidato eleito, estabelecer um clima de cordialidade e bom senso, com o objetivo de manter um rumo ao País. Ao expor o intuito do requerimento agradeceu aos deputados da Assembléia Legislativa a sua aprovação.

Após as palavras do deputado Gony Arruda foi a vez do deputado federal Eduardo Paes, que agradeceu o convite de vir à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, com o objetivo de apresentar um Projeto de Lei de sua autoria. Salientou a importância de debates como este, estruturando opiniões, para o fortalecimento das instituições democráticas do Brasil, regulamentando o processo de transição de governo para governo. Disse que “esse processo de institucionalização dos procedimentos em tramitação, na verdade teve início quando se fez a Lei de Responsabilidade Fiscal”<sup>7</sup>. Destacou a atuação positiva do economista José Roberto Afonso no processo de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei que explicita bem que a instituição Governo está acima de quem tem o dever de assumi-lo. O mandato de governante passa e o Estado continua, existindo, prestando serviços à sociedade. Para o deputado federal Eduardo Paes, o patrimonialismo deve ser combatido, pois não se pode aceitar que políticos utilizem o Estado para interesses pessoais.

Voltando à questão do processo de transição, o deputado federal Eduardo Paes citou o exemplo de um caso da transição do governo do ex-presidente José Sarney para o governo do ex-presidente Collor de Melo: quando o gerente da área de produtos agro-industriais, que era a Trade da Petrobrás, negociava em Buenos Aires com o Vice-Ministro de Comércio do Irã uma série de questões relativas à troca de petróleo iraniano por produtos agrícolas brasileiros. Essa negociação ocorreu no período em que se realizava o carnaval aqui no Brasil, e no meio desta, quando o Brasil alcançava uma posição favorável, esse gerente foi convocado a retornar ao Brasil, o que levou os iranianos a pensar que fosse uma estratégia de negociação. O representante brasileiro havia apresentado uma proposta que os iranianos não aceitariam e quando aquele ameaçou se retirar os iranianos concordaram com a proposta. Tal acordo era altamente benéfico ao Brasil, mas infelizmente esse gerente de produtos agro-industriais da Trade da Petrobrás não pôde fechar esse acordo porque o Presidente Collor tinha acabado de extinguir a Interbrás. Este é um exemplo, relatado pelo deputado Eduardo Paes das dificuldades que se pode encontrar em um momento de transição de governo. Para ele, este Processo de Transição é algo fundamental, colaborando com a transparência das relações do Estado.

Além de citar a primeira transição aberta que foi a do governo Sarney para o governo Collor, dizendo que esta foi muito tímida, também salientou a transição do governo Itamar para o governo de Fernando Henrique, comandada por Eduardo Jorge e depois pelo Ministro da Educação, Paulo Renato. Relatou que esses processos ocorreram de forma não estruturada e que não permitiram a transparência necessária. No governo do ex-Presidente Fernando Henrique foi criado um grupo de trabalho na Casa Civil da Presidência da República, comandada pelo ministro Pedro Parente, que tinha o objetivo de observar esse Processo de Transição nas democracias do dito primeiro mundo para ser aplicado aqui no Brasil em 2002. Muito deste trabalho não pôde ser aproveitado, devido à maioria dos governos serem constituídos por democracias parlamentaristas, então apenas o modelo norte-americano serviu de parâmetro para ser posto em prática aqui no Brasil.

O grupo que foi criado em 2002 relatou que a maior dificuldade encontrada foi a de passar as informações para a nova equipe que se constituía. Para facilitar esse trabalho, foi solicitada a assistência da Comissão de Ética Pública, que contribuiu com processo de amadurecimento do regime democrático no Brasil e com o fortalecimento das instituições.

O deputado federal Eduardo Paes adiantou que antes do governo do presidente Fernando Henrique, este processo de transição se caracterizava por uma forte resistência por parte do governo para com seu sucessor, que era visto ainda como adversário. Nas palavras do deputado federal Eduardo Paes,

Na verdade, o governo que assumia não era considerado como um novo ocupante de uma função, no regime democrático, que fosse fazer o Estado andar a partir de políticas governamentais decididas, mas que tinha funções de Estado ali, que independiam do desejo ou da vontade desse ou daquele Partido Político. E você tinha uma resistência enorme da Administração Pública, daqueles que tinham o comando em colaborar com o inimigo. Na verdade, esses eram tratados como inimigos, os servidores que entravam, o Governo que entrava era tratado como inimigo. Em 2002, esse grupo de trabalho, o Presidente da República Fernando Henrique publica esses dois decretos numa Portaria que regulamenta todo Processo de Transição, de forma transparente, aberta e que, como bem disse aqui o deputado Gony Arruda, trouxe ao Brasil uma inovação absolutamente fantástica, que independente de coloração partidária, mas nos fez orgulhosos do amadurecimento democrático do nosso País,

<sup>7</sup> Ata da 53ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 31 de maio de 2005. Página 05.

naquele momento em que o Presidente Fernando Henrique passava o cargo ao Presidente Lula, seu adversário, opositor, mas fortalecendo essa questão do Estado e o próprio posicionamento do Partido dos Trabalhadores do Presidente Lula, naquele momento.<sup>8</sup>

O primeiro decreto tratava de informações relacionadas à administração pública federal, disponibilizando ainda, aquelas para os partidos políticos que disputavam as eleições em 2002. Informações básicas, com o intuito de preparar a próxima administração para governar, independentemente do partido que vencesse as eleições. O segundo decreto, mais claro e objetivo, datava de julho de 2002, estabelecia os critérios e procedimentos para a transferência dessas informações para o presidente que seria eleito e para a sua equipe. Destacou que a partir do momento em que foi eleito um novo presidente, este passaria a ser tratado como Chefe de Estado, antes mesmo de tomar posse.

Destacou a importância da institucionalização do Projeto, abrangendo os três níveis de governo, pois segundo o deputado, aconteceram muitos absurdos nas transições de municípios, onde os governos que assumiam “(...) aproveitavam-se dessa falta de transparência, dessa falta de informações, para fazer todo tipo de irresponsabilidade, de anomalias e de desvios no cumprimento da Legislação, principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal”<sup>9</sup> o que mostra a necessidade e urgência de um ordenamento jurídico que definisse, de forma clara, essas obrigações. E complementou:

Então, basicamente, o projeto define o que é a Transição Governamental, define o prazo de Transição, dispõe sobre a Equipe de Transição, define as formalidades no acesso às informações, ou seja, estabelece como é que se pode acessar essas informações. É relevante dizer que, talvez no caso de Municípios seja menos, mas no caso da União, de Governos Estaduais, há um conjunto de informações que são sigilosas, obviamente que isso vai ampliando, a partir da importância do Município, do tamanho, enfim, da própria posição estratégica desse Município, desse Estado e do Governo Federal! Define que informações devem ser obrigatoriamente apresentadas, ele cria o que se convencionou chamar, já na Transição do Fernando Henrique para o Lula, do Livro de Transição, quer dizer, com as obrigações de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, nesse Livro de Transição, informações sobre decisões tomadas em período recente, lista de entidade com as quais o órgão mais interage, principais programas e projetos, quer dizer, qualquer pessoa aqui que já ocupou função de Secretário, uma função no Poder Executivo sabe da dificuldade de identificar convênios, contratos, enfim, esses procedimentos que são naturais da Administração Pública.<sup>10</sup>

O deputado federal Eduardo Paes concluiu dizendo que o Estado do Ceará saiu na frente, apresentando em sua Assembléia Legislativa projetos similares e que seria um grande passo para o Brasil se tal projeto fosse aprovado, servindo de exemplo para as demais Assembléias e Câmaras de Vereadores. Abordou novamente a importância da institucionalização da Transição Governamental tanto no âmbito federal e estadual, mas sempre respeitando a hierarquia das leis. Fez menção à criação de um Conselho de Gestão Fiscal, que aperfeiçoaria a Lei de Responsabilidade Fiscal, punindo os gestores, “que não cumprem com suas obrigações”<sup>11</sup>.

Na seqüência do debate, o primeiro secretário que presidia a Mesa, deputado Gony Arruda, passou a palavra ao deputado federal João Alfredo (PT- CE), que agradeceu o convite e cumprimentou os demais integrantes da Mesa e parabenizou o deputado Gony Arruda pela realização do debate. Citou algumas histórias relacionadas com a Transição Política, como a

CPI do Desmonte, realizada aqui nesta Casa, por iniciativa do Deputado Pedro Uchoa, em que ao viajarmos para o Interior do Estado, constatamos o verdadeiro grau de calamidade pública no período de Transição entre a proclamação do resultado eleitoral e a posse dos novos gestores públicos. Havia municípios, Deputado Eduardo Paes, em que o prefeito não tinha feito o sucessor, naquela época não tinha ainda a reeleição, que se tinham levado os aparelhos de ar condicionado da sede da prefeitura, computadores, cadeiras, um saque generalizado, e os novos administradores não sabiam nem como estava a situação do Município.<sup>12</sup>

O deputado federal João Alfredo relatou que esse fato era calamitoso e reportou uma outra situação:

<sup>8</sup> Ata da 53ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 31 de maio de 2005. Pág. 10.

<sup>9</sup> Idem, idibem, p. 10

<sup>10</sup> Idem, idibem, p. 10

<sup>11</sup> Idem. p. 13

<sup>12</sup> Idem, ibidem. Pág. 14.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Depois tive a oportunidade de acompanhar, mesmo que de longe, a transição realizada entre o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula. Eu digo de longe, porque aqui no Estado do Ceará o nosso mandato serviu de caudal para que servidores públicos federais pudessem encaminhar à Equipe de Transição, – que era coordenada pelo, hoje Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, – a situação de nossas repartições públicas. Pudemos então, ajudar, em alguma medida, esse processo de transição, para entender como se encontravam órgãos como a Companhia Docas, que foi dirigida e tão bem pela nossa companheira, deputada estadual, Raquel Ximenes, como a situação do DNOCS hoje ocupado pelo companheiro Eudoro Santana, dentre outros.

E tivemos também, oportunidade, já desta feita por determinação da prefeita eleita, hoje prefeita de Fortaleza Luizianne Lins, de participar da equipe de transição do período Juraci Magalhães para Luizianne Lins. Alfredo Pessoa, hoje Secretário de Planejamento, coordenava a equipe mais de natureza técnica. Estava levantando todos esses dados, uma vez que o Prefeito Juraci Magalhães havia ditado um decreto determinando essa Transição, e eu, o Deputado Heitor Férrer e o Doutor Aroldo Mota, ficamos na relação mais política com o ex-prefeito Juraci Magalhães.<sup>13</sup>

O deputado federal João Alfredo comentou que no Brasil há leis em relação a essa questão, como

(...) a Lei do Crime de Colarinho Branco, que prevê todos os casos ligados a delitos na administração pública; nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que há pouco também foi citada pelo deputado Eduardo Paes. Mas, havia a necessidade, entendemos assim, de que nós pudéssemos regulamentar esse período da transição<sup>14</sup>

Ressaltou a importância desta matéria que é de natureza republicana, sobrepondo-se a divergências partidárias. Disse também que as informações necessárias não podem ser retidas com a administração que se finda, inviabilizando a nova equipe do conhecimento da realidade da máquina pública.

Quanto ao projeto, apresentou seus aspectos, onde estabelece que

essa equipe de Transição Partidária será constituída, no prazo de 72 horas, com um Coordenador. E nós prevemos aqui a participação de duas instituições, que no nosso entendimento são importantes, que é a Advocacia Geral da União ou seus congêneres no âmbito Estadual e Municipal. No âmbito Estadual são as Procuradorias dos Estados, e no âmbito Municipal são as Procuradorias dos Municípios, e o Ministério Público Estadual. (...) Para que nós possamos despartidarizar a Transição. Porque a Transição é via de mão dupla. Ela, por um lado, do ponto de vista de quem está saindo, pode responsabilizar quem está entrando pela má gestão, como a que está entrando pode responsabilizar a que sai. E, nós vemos muito isso, a exploração Política que é feita em cima dessa questão. No momento em que nós temos a presença de instituições que passam do período eleitoral, um Advogado Público, um representante do Ministério Público, nós estamos dando a essa Transição um caráter mais técnico, mais objetivo. Estabelecemos que é um dever e uma obrigação da administração que finda o mandato, facilitar a Transição. Dizemos claramente que esse dever está ligado à obrigação dos administradores e também de todos os líderes hierárquicos, de propiciar e facilitar o acesso às instalações materiais, às informações administrativas referentes à prestação de serviços etc. E prestar o apoio técnico-administrativo, através dos próprios Servidores da Administração, que deverão ser colocados à disposição desse período de Transição. Então, são técnicos, são Funcionários Públicos Municipais que deverão participar, vamos dizer, desse Processo de Transição. Estabelecemos aqui que o descumprimento dessas obrigações, por parte do gestor ou dos seus secretários ou dos seus subordinados, se constitui crime, com pena prevista de três meses a um ano de detenção e multa. Estabelecemos as circunstâncias agravantes, que é a sonegação deliberada de informações, a inutilização de Bancos de Dados, equipamentos de informática, a danificação do patrimônio público material e imaterial, a intimidação do Servidor, para que não venha a cumprir essas obrigações, e o fato de que o dano possa vir a se tornar irrecuperável! E aí, portanto, nós temos esse agravante.<sup>15</sup>

Concluiu então o deputado federal João Alfredo, manifestando seu desejo de que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprove matéria similar à que está sendo proposta na Câmara Federal e espera que outras entidades

<sup>13</sup> Ata da 53ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 31 de maio de 2005 p. 14.

<sup>14</sup> Idem, ibidem. Pág. 16

<sup>15</sup> O Artigo 38A diz: “Fica o prefeito, não havendo reeleição, obrigado a constituir equipe de transição administrativa em conjunto com o candidato proclamado vencedor pelo Juiz Eleitoral”.

como a União dos Vereadores do Brasil, a Frente Nacional de Prefeitos e o Ministério Público Federal possam realizar debates como este que possibilitem esclarecer dúvidas e, futuramente implementar tal projeto, buscando uma melhor condição de administração para os futuros gestores.

Em seguida, o deputado Gony Arruda, passou a palavra para o deputado Gilberto Rodrigues (PHS). Este começou sua abordagem falando de sua experiência de 19 anos como assessor municipal e 6 anos de secretário de infra-estrutura do município de Russas, e disse:

vivenciei muito, sou até testemunha, da irresponsabilidade dos prefeitos, não de todos, mas de alguns que deixaram o mandato, e a agonia, a ânsia dos prefeitos que assumem, em fazer a sua melhor administração. E percebendo isso foi que me despertou a idéia de entrar com essa PEC, que também o companheiro Francini Guedes está com matéria com esse mesmo objetivo aqui nesta Casa. (...)dizer que essa matéria que nós estamos trazendo hoje aqui, além de trazer uma Transição harmoniosa, entre Prefeito que sai e o Prefeito que entra, evitaria essas CPIs que sempre fazem, e que muita gente não acredita, trazendo descrédito para a sociedade, que diz que termina em pizza! E na presença do Doutor Luiz Sérgio Gadelha, a gente tem até notado a enxurrada, de denúncias que vão para os tribunais que, muitas vezes, não têm condições, para atender tanta reclamação no período de transição administrativa. Portanto, nós estamos com essa PEC aqui e o deputado João Alfredo até disse em boa hora, que nós queremos passar às suas mãos o teor dessa matéria, para que se possa ter uma crítica construtiva, para melhor aperfeiçoar. Eu acho que já era tempo da gente ter uma lei que disciplinasse, que definisse essa transição. A nossa PEC acrescenta o quê? Acrescenta os artigos 38A<sup>16</sup> e o 88A<sup>17</sup> a Constituição do Estado dispondo sobre a obrigatoriedade da formação de uma equipe de transição administrativa.<sup>18</sup>

Concluiu falando da sua vontade de que o documento seja aprovado na Assembléia Legislativa do Ceará, dando início ao estabelecimento de uma equipe de transição que moralize as administrações dos municípios. E terminou citando um exemplo do que foi dito pelo deputado federal João Alfredo, onde na prefeitura de Russas ocorreu um caso em que a nova administração se encontrou em um quadro que nem o pagamento de seus funcionários podia ser feito por não ter onde buscar a relação dos funcionários efetivos e contratados da prefeitura municipal. Por fim, agradeceu a oportunidade de expor seu ponto de vista e encerrou sua participação.

No exercício da presidência o deputado Gony Arruda concedeu a palavra para o deputado Francini Guedes (PSDB). Este disse que o projeto que foi mencionado anteriormente pelo deputado Gilberto Rodrigues se divide em duas partes. Segundo o deputado:

(...) uma, num Projeto de Emenda à Constituição e, atrelada à Emenda à Constituição, um Projeto de Lei Complementar. Nós estamos modificando o Artigo 40, da Constituição, lá no capítulo V da Constituição, que trata da fiscalização financeira junto aos municípios. E nós temos uma preocupação mais abrangente um pouco, porque nós estamos tratando, na nossa Emenda, no Projeto de Lei da Constituição, no Projeto de Lei Complementar, sobre o último ano de Mandato dos Prefeitos Municipais. Quero dizer que, tranqüilamente, a nossa idéia pode ser aplicada para os Governos Estaduais, sem nenhum problema. Apresentamos normas e procedimentos de fiscalização contábil e financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, exercida pelo Tribunal de Contas dos Municípios com o apoio das Câmaras Municipais dos Municípios, no último ano Mandato dos Prefeitos Municipais. E vou resumir um pouco aqui. Nós vamos tentando, nesse Projeto de Lei Complementar, para que os Prefeitos Municipais apresentem logo, no primeiro trimestre, ao Tribunal de Contas dos Municípios, à Câmara Municipal, um Relatório Geral de Gestão, para que tomem conhecimento. Isso até o mês de julho, como é que está a Administração Municipal, como eles estão, em termos de patrimônio, de dívidas, a situação financeira de maneira geral do Município e logo, de imediato, em outubro, o Prefeito que está no Mandato, vai apresentar outro relatório. Apresenta-se outro relatório e, de imediato, é criada uma Comissão de Transição, que estará com dois documentos, para fazer um paralelo entre eles e começar a trabalhar dentro da Administração Municipal. Essa é a mudança que acontece em

relação aos dois projetos, do João Alfredo e do Deputado Paes. Essa idéia nossa, desses relatórios, <sup>16</sup> O Artigo 88<sup>a</sup> diz: "O dispositivo do Artigo 38-A, da Constituição do Estado do Ceará, acrescido por esta emenda constitucional, será regulamentado por Lei Municipal. E o dispositivo do Artigo 88-A por lei estadual. Então, ficam as Câmaras Municipais e as Assembléias Legislativas com a prerrogativa de fazerem leis, regulamentando, tanto do Município como do Estado, para que essa PEC não venha ferir a autonomia dos Municípios e do Estado".

<sup>17</sup> Ata da 53<sup>a</sup> Sessão Ordinária da 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 26<sup>a</sup> Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 31 de maio de 2005. Pág. 17.

<sup>18</sup> Idem, p. 20

para se ter uma idéia, leva todas as informações dos contratos em andamento, das obras, dos serviços de engenharia, dos serviços de natureza contínua em geral, inclusive, até de alguns contratos de causa de uniformes, realizados por empresas concessionários de serviços. Nós vamos mostrar como estão os projetos de engenharia tramitando no último quadrimestre do Prefeito que está no Mandato. E, finalmente, a Comissão de Transição, que eu acrescento mais, vai funcionar no mês de janeiro até o mês de fevereiro. É fundamental isso aqui, para que o Prefeito que sai tenha condição de encaminhar seus balanços gerais ao Tribunal de Contas do Município, e também às Câmaras, para que tenha condição de ter a informação, mesmo estando fora do seu Mandato. São essas, basicamente, nossas mudanças com relação aos dois projetos apresentados pelos dois deputados.<sup>19</sup>

O deputado Gilberto Rodrigues finalizou salientando a importância do projeto que atribui responsabilidade ao prefeito que vier assumir. Pois se este detectar irregularidades e não comunicar ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público ele passa a ser responsável por estas irregularidades e assim, sofrerá penalidades sobre essa ausência de informações aos órgãos competentes.

Em seguida, o presidente em exercício, deputado Gony Arruda, passou a palavra para o Dr. Luis Sérgio Gadelha Vieira, presidente do Tribunal de Contas dos Municípios. Ele cumprimentou os integrantes da Mesa e começou sua exposição relatando que no processo de transição governamental, em decorrência dos dados que o Tribunal de Contas dos Municípios dispõe, devido ao "(...) julgamento de contas, pelas imputações de débitos, pelas notas de improbidade administrativa (...) "<sup>20</sup>, o Tribunal desaprovou 60% das contas de gestão dos municípios. Falou que incompetência, negligência e corrupção são características comuns nas administrações municipais.

Outro grande problema é a quantidade de municípios. Segundo o Dr. Luis Sérgio Gadelha Vieira, atualmente são mil e quatrocentas (1.400) contas de gestão de municípios cearenses, o que impossibilita um exame total e apurado. Falou também de um estreitamento da relação com o Ministério Público e com o Poder Judiciário,

(...) Estamos procurando agora ser mais seletivos, para agilizar as providências e nos aproximarmos mais do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário, porque se não houver essa ligação, a impunidade permanece! Não há, no Brasil, a tradição de punir o crime administrativo! Muita Lei, já existente, muitas delas, até conflitantes, com uma tipificação muito precária, e isso também prejudica, é mais um fator a prejudicar a atuação do próprio Ministério Público e do Poder Judiciário no combate à corrupção, além de outros problemas que nós sabemos existem: os problemas processuais, uma pretória de recursos judiciais, de problemas de fórum de competência, enfim, há uma série de problemas que precisam ser melhorados. Entretanto, nós, evidentemente, temos que parabenizar a preocupação dos Senhores Deputados, em disciplinar esse problema de Transição (...)<sup>21</sup>

O dr. Luis Sérgio Gadelha Vieira ainda ressaltou que:

(...) Como estudioso do assunto, (...)Eu diria que, em primeiro lugar, me preocupa o seguinte aspecto, não deve ser colocado muita coisa em nível de Constituição. A constituição não pode ser uma colcha de retalhos, ela tem que conter um dispositivo e remeter a matéria à Lei Ordinária em primeiro lugar. Em segundo lugar, a Lei Ordinária tem que ser bem objetiva, evidentemente verificando o problema da competência ou da autonomia de cada ente federado. Dentro da Lei, eu destacaria em primeiro lugar o problema dessa composição da Comissão que deve ser Paritária, mas tem que se procurar criar a figura de um Coordenador dessa Comissão que talvez possa ser uma pessoa de notório saber, talvez até da comunidade, do Município quem sabe, indicado por uma votação do Poder Legislativo porque tem também que ter a competência do controle externo, para ser um fiel de balança entre os membros componentes desta Comissão. Outro aspecto, O Ministério Público deve acompanhar os trabalhos. Evidentemente que ele não pode se imiscuir muito no assunto, até porque ele teria que denunciar alguns problemas existentes, algumas irregularidades praticadas. A Lei também teria que prever uma maior tipificação de possíveis irregularidades cometidas, não apenas pelos membros dessa Comissão, mas pelas autoridades dos Municípios, a partir do Prefeito e dos Gestores, porque me preocupa o seguinte: um dos grandes problemas do Direito, hoje em dia, são exatamente, esses dispositivos que ficam em aberto, quando a Lei, por exemplo, o Projeto de Lei diz: "o descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, estabe-

<sup>19</sup> Ata da 53ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 31 de maio de 2005. p. 21

<sup>20</sup> Idem, p. 21.

<sup>21</sup> Idem, p. 21-23.



lece pena de tanto a tanto e tal...”, quer dizer ainda fica uma coisa muito em aberto, pouco tipificada. O Ministério Público e o Judiciário estão acostumados a trabalhar com coisas mais tipificadas, onde eles possam fazer um enquadramento mais imediato do responsável, pela prática da irregularidade. Então, essa Lei, talvez pudesse adentrar um pouco mais, assim como a Lei dos crimes fiscais, que acompanhou a Lei de Responsabilidade Fiscal tentando tipificar um pouco mais os principais crimes que possam vir a ser cometidos, e qual a penalidade a ser aplicada. O grande problema é que nós já estamos acostumados. Há quatro anos, pessoas que denunciaram, agora estão sendo denunciadas! Então os vícios se repetem e as pessoas irresponsáveis, corruptas, que estão no poder, precisam ser alcançadas! Nós já temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos uma pretória de Leis, de crimes administrativos, de improbidade administrativa! Lei existem muitas! Então, se essa pode complementar, mas tem que ter o cuidado, realmente, de entrar, nos vácuos da Legislação atualmente existente, e talvez aperfeiçoando essa parte da aplicação das penalidades, para eventuais delitos cometidos, não apenas englobando os componentes da Comissão, que teriam algumas responsabilidades, mas também e ver a figura daquele que está entrando. O que está entrando tem que ser penalizado por possíveis irresponsabilidades nesse processo, porque ele pode estar agindo politicamente, tentando criar vantagens com a Transição!<sup>22</sup>

Encerrada a participação do Dr. Luis Sérgio Gadelha Vieira, o deputado federal Eduardo Paes voltou a participar com um breve comentário:

(...) nós vimos esse ano acontecendo, é que boa parte dos Prefeitos que entraram, ao observarem as irregularidades, se utilizaram desses argumentos para, às vezes de forma correta, às vezes de forma incorreta, – me parece que aqui em Fortaleza foi decretado também “Estado de Emergência” de forma correta, – mas em muitos casos, de forma incorreta, Prefeitos decretaram o “Estado de Emergência” para se aproveitarem das vantagens que esse Estado dá para poder contratar sem Licitação, essas coisas todas! Então, essa observação que o Senhor faz, Senhor Presidente, em relação aos Prefeitos também que chegam, ela é fundamental e achamos, eu e o Deputado João Alfredo, que temos que trabalhar também, para criar essas restrições, para dizer: Olha o Estado de Emergência tem que ser bem qualificado aqui, para que isso possa acontecer!<sup>23</sup>

O senhor Fradique Accioly, presidente da APRECE, participou do debate e na sua intervenção fez um desafio em nome da APRECE e da União dos Vereadores Cearenses (UVC), onde propôs, em conjunto, formarem um grupo de estudos para discutir a Lei Municipal. Para ele, mais importante que a lei é uma mudança cultural, onde este debate proporcionaria uma conscientização da sociedade. E disse:

(...) A Câmara Municipal pode mandar uma iniciativa de formular logo essa Transição, se criar uma Legislação Municipal, através de uma iniciativa do Poder Executivo, nada impede, para se ter, pelo menos, um reforço à Legislação. E concordo também que a questão aí tem que ser reforçada na definição do tipo penal, para que essa Legislação seja cobrada, não com penas de 3 meses, porque são substituídas por prestação de serviço, e são delitos de menor potencial ofensivo e isso aí vai dar uma substituição, uma transação penal. (...)

Finalizada a participação do senhor Fradique Accioly, o presidente em exercício, deputado Gony Arruda, passou a palavra ao vereador Deuzinho Filho<sup>24</sup>, que propôs remuneração aos integrantes da equipe de transição, pois muitos destes já possuem suas atividades. Poucas pessoas vão sair de seus empregos para passar 3 ou 4 meses nesse projeto de transição, e que seminários possam ser realizados para disseminar a aplicação dessa lei no município.

Depois da participação do vereador Deuzinho Filho, o deputado Gony Arruda concluiu agradecendo a presença do deputado federal Eduardo Paes. Agradeceu também aos deputados Francini Guedes, Gilberto Rodrigues, ao Presidente do Tribunal de Contas do Município, Dr. Luis Sérgio Gadelha Vieira, ao Prefeito Antônio Carlos Torre Fradique Accioly, ao Presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE), vereador Deuzinho Filho e demais componentes da Mesa, deputados estaduais presentes, e deu por encerrada a Sessão.

<sup>22</sup> Ata da 53ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 31 de maio de 2005. Pág. 23.

<sup>23</sup> Antônio Carlos Torre Fradique Accioly, presidente da Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará

<sup>24</sup> Vereador por Caucaia, atualmente sem partido, Presidente da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Possuir um universo político mais ético e transparente, foi essa a intenção dos deputados federais João Alfredo e Eduardo Paes ao propor projetos de lei estabelecendo regras que tenham o intuito de criar um clima de continuidade administrativa quando da passagem do poder pelo titular do cargo em transição ao candidato proclamado vencedor. Tal projeto é denominado de processo de transição governamental.

Esse processo leva a uma maturidade da organização política brasileira, onde, independentemente do partido que vença as eleições para cargos executivos, haverá uma atitude de respeito e presteza no tocante à disponibilização de arquivos e informações.

Um exemplo bem próximo do que se procura com esse processo foi o caso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que por iniciativa espontânea forneceu as informações necessárias para o Presidente Luís Inácio Lula da Silva para que esse pudesse compor com agilidade, baseado nas informações que foram fornecidas, sua equipe para administrar o governo.

Portanto, é com esse espírito que o processo de transição governamental deve ser tratado: como um facilitador para o conhecimento e bom funcionamento da administração pública. Nessa caminhada não são somente partidos políticos que irão se beneficiar, mas também os cidadãos brasileiros, que esperam um pouco mais de respeito, transparência e eficácia para com a República.

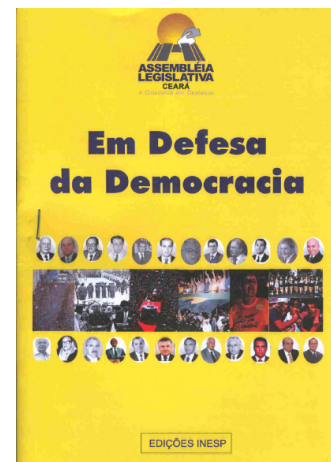
# VINTE ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Autor do requerimento: Sávio Pontes (PMDB)

Palestrante convidado: Prof. Antônio José Barbosa<sup>1</sup>

Data: 06/06/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 6 de junho de 2005, realizou debate com o fito de celebrar os vinte anos de redemocratização do Brasil. O evento contou com a participação do deputado federal Severino Cavalcanti (PP – PE), então Presidente da Câmara Federal; do deputado federal Eunício Oliveira (PMDB – CE), então Ministro das Comunicações; do deputado federal Mauro Benevides (PMDB – CE), representando o Senador José Sarney (PMDB – AP); do jornalista Blanchard Girão, representando o Embaixador do Brasil em Portugal, Antônio Paes de Andrade; do deputado estadual Sávio Pontes, líder do PMDB e autor do requerimento que deu ensejo ao evento, e do deputado estadual Marcos Tavares, líder do PP nesta Casa. Seguiu-se um debate que contou com a presença do professor Antônio José Barbosa; do professor José Filomeno de Moraes Filho, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); do professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); da professora Gina Vidal Marcílio Pompeu, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do professor Francisco Moreira Ribeiro (UNIFOR).



A partir do ano de 1985, os brasileiros assistiram ao nascimento de uma nova fase da República. Com a posse de José Sarney como o primeiro presidente civil após trinta anos de Regime Militar, inaugurou-se uma época de redemocratização.

Nesse processo, o parlamento brasileiro foi coadjuvante na sociedade e na conquista de bandeiras históricas da luta democrática, como a instalação de uma Assembléia Constituinte, para construção de nova Carta Constitucional.

Ocorreram várias manifestações populares, reivindicando a volta da democracia e exigindo o impeachment<sup>2</sup> de um presidente que foi destituído do poder. A população foi às urnas diversas vezes, num verdadeiro exercício da cidadania.

Após vinte anos de longo percurso de efetivação da democracia brasileira, quando se comemora a redemocratização do País, impõe-se a clara visão de que a democracia é mais do que um conjunto de formalidades. Muito se avançou na implementação de instituições políticas de bases democráticas, contudo, ainda não foi universalizada a verdadeira justiça social.

Entre avanços, retrocessos e aperfeiçoamento institucional, continua-se a marcha pelo amadurecimento da democracia, que tem como pressuposto a redução das desigualdades sociais.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), abriu os trabalhos comentando que esse é um momento histórico para o parlamento cearense, tanto pela data quanto pela reunião neste plenário de diversos segmentos da política e da sociedade.

Cidadania e participação sintetizam o significado desses vinte anos de Redemocratização. Durante as duas últimas décadas, pode-se perceber o quanto a sociedade foi agente ativo para a construção de uma nação verdadeiramente democrática. Segundo o presidente da Assembléia Legislativa deputado Marcos Cals, nos últimos vinte anos os brasileiros foram às urnas seis vezes para escolher os seus prefeitos, quatro vezes para elegerem seu presidente e mais outras tantas vezes para optarem por vereadores, senadores, deputados federais e estaduais. Houve também a realização de um Plebiscito, nele os cidadãos decidiram sobre a forma e o sistema de Governo que o País deveria ter. A maioria optou pelo Presidencialismo Republicano. Todos esses processos foram marcados pela transição pacífica.

Para o Parlamento, a redemocratização representou, sobretudo, uma nova Constituição, ainda hoje considerada uma das mais avançadas do mundo, resultado este da apresentação de Emendas Populares e de quase dois anos de trabalho intenso da Assembléia Nacional Constituinte, sob a Presidência do saudoso deputado federal Ulysses Guimarães.

Promulgada em 05 de Outubro de 1988, a Carta Magna<sup>3</sup> estabeleceu a independência entre os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), as eleições diretas em dois turnos e a pluralidade partidária<sup>4</sup>. Cada Estado brasileiro também instalou sua Assembléia Constituinte e se adaptou à modernidade da nova Carta Política.

<sup>1</sup> Professor adjunto no Departamento de História da Universidade de Brasília e consultor legislativo do Senado Federal

<sup>2</sup> Palavra cujo significado é impedimento ou afastamento de agente político, nos casos de instauração de processo para apuração de crimes de responsabilidade. O processo de impeachment de Collor foi aberto em 1992, com a aprovação de 441 votos, 38 contrários, uma abstenção e 23 ausências.

<sup>3</sup> Após sua promulgação a nova Constituição entrou rapidamente em vigor; entre as mudanças implementadas estão a redução do mandato do Presidente da República (à época o Sr. José Sarney) de seis para cinco anos, bem como dos próximos presidentes para quatro anos e o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos.

<sup>4</sup> Significa que os partidos concorrentes revezam-se na gestão do Estado. Governar não é privilégio de um só partido. Mas, eventualmente, de todos.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Apesar dos Parlamentos Estaduais terem seus poderes reduzidos no que se refere ao direito de legislar, este Poder, em todas as suas esferas, tem comprovado ser aquele que a sociedade recorre primeiro na busca por seus direitos.

O Poder Legislativo é o mais aberto, o mais importante e por isso mesmo, o mais fiscalizado. Essas são características que enriquecem e legitimam o Parlamento. Aproveitou-se, então, a oportunidade para a Presidência anunciar a palavra do deputado Sávio Pontes, líder do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

O deputado Sávio Pontes (PMDB) afirmou que é preciso ir além da democracia política para promover e consolidar a democracia social. Segundo o deputado Sávio Pontes, dos 191 Estados hoje existentes no Planeta, não chegam a oitenta os que desfrutam de eleições e respeitam o mínimo de direitos cívicos. Apenas um quinto da população mundial, ou 1,25 bilhões, habita em países que podem ser considerados democráticos. Assim, as autocracias<sup>5</sup> ainda se fazem presentes em muitas nações. Comentou que a República Brasileira foi inaugurada no final do século XIX, a partir da idéia de copiar da França e dos Estados Unidos um modelo que trouxesse um sopro de liberdade com a alternância do poder a cada quatro anos. O parlamentar afirmou ainda que, nestes 116 anos de República, a democracia oscilou bastante, e a manutenção do poder, a qualquer custo, apresenta-se em gestos e medidas de cunho filantrópico e assistencialista com o intuito de mascarar os inconfessáveis objetivos das elites dominantes.

Falou que vinte anos se passaram, desde que a democracia foi restabelecida no Brasil, o direito de votar, de ir e vir, reunir-se, associar-se e de se expressar são valores que permeiam o dia-a-dia dos brasileiros.

A construção de uma democracia participativa no Brasil não será feita por um grupo de homens ou por um partido político, mas é tarefa de todos.

Em seguida, a palavra é direcionada ao Senhor Eunício Oliveira, Ministro das Comunicações.

O Ministro Eunício Oliveira informou que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará faz uma justa homenagem àqueles que viveram dias de angústias e inquietações durante o regime autoritário que se implantou no País a partir de 1964. Foram vinte e um anos marcados pela intolerância política, através de cassações de direitos políticos, prisões arbitrárias e uma repressão aos homens públicos, que ousavam defender a liberdade e a democracia no Brasil. Comentou sobre a importância de homenagens iguais a estas se repetirem por todo País. As novas gerações que não viveram nesse período turbulento da Política Brasileira precisam saber que a liberdade é o maior bem de uma sociedade. Falou que em 1988 a Assembléia Nacional Constituinte concedeu ao Brasil uma nova Constituição, afirmando que “o seu texto vem sendo aperfeiçoado, mas não se pode negar que a Constituição de 1988 foi um importante passo para a Redemocratização do Brasil”<sup>6</sup>.

O Ministro Eunício Oliveira afirmou a luta pela democratização do País ainda não está vencida, isso só ocorrerá quando existir no País uma sólida democracia econômica com desenvolvimento social, para reduzir a desigualdade social que separa os mais ricos dos mais pobres. Precisa-se de uma democracia que acabe com a vergonhosa concentração de renda que ainda reina neste País. Logo depois, a palavra foi concedida ao deputado federal e constituinte Mauro Benevides, representando o senador José Sarney.

O deputado federal Mauro Benevides comentou sobre o reencontro do País com o Estado democrático de direito. Houve reconquistas das liberdades públicas, gradualmente perseguidas com coragem, determinação, coerência, naquele instante em que eram poucos os que tinham coragem de falar, porque se assim o fizessem, poderiam ser passíveis de cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, processos iníquos e prisões injustas naquilo que representava, sobretudo, uma gama de reações do segmento que dominou o País durante vinte anos. É importante ressaltar que o Estado democrático de direito é a própria democracia, é o arcabouço democrático que se vivencia agora no Brasil. Continuando essa importante discussão, foi anunciada a palavra do jornalista Blanchard Girão, representando o embaixador do Brasil em Portugal, Paes de Andrade.

Blanchard Girão leu uma mensagem do ex-deputado e hoje embaixador do Brasil em Portugal, Antônio Paes de Andrade, que saudou a todos os cidadãos que lutam por uma sociedade melhor, dedicando uma homenagem especial a todos os que foram vítimas de algozes e torturadores na luta pela liberdade e pela democracia.

Logo em seguida, a palavra foi encaminhada ao deputado Severino Cavalcanti, presidente da Câmara Federal.

O presidente da Câmara Federal Severino Cavalcanti defendeu a importância da Sudene<sup>7</sup> vir a ser revitalizada, informando que o Governo Federal precisa ser despertado para isso, pois o crescimento só ocorrerá quando a Sudene for restaurada. Afirma que o rio São Francisco<sup>8</sup> tem que pertencer também ao Ceará e não só aos outros Estados. O

<sup>5</sup> Governo de um príncipe com poderes ilimitados e absolutos.

<sup>6</sup> Ata da 4ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 06 de Junho de 2005.

<sup>7</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>8</sup> Nasce na serra da Canastra, em Minas Gerais, no Chapadão da Zagaia, onde não há mais vegetação, praticamente uma planície varrida por fortes ventos, quase desértica. A sua grande bacia abrange, aproximadamente 632 Km<sup>2</sup>, duas vezes o tamanho do

presidente da Câmara Federal deputado Severino Cavalcanti falou que as Medidas Provisórias se converteram em instrumento de rotina, sendo usadas para todo e qualquer assunto, sem o menor respeito aos conceitos de relevância e urgência. Afirmou que seu número excessivo tem impedido o Legislativo de exercer seu papel. O Congresso Nacional se vê atropelado por um Executivo Legislador. Segundo Severino Cavalcanti, quem tem que legislar são os Senadores e Deputados, que editam Leis ou a sociedade e seus representantes. Adiantou, ainda, que a maior parte das matérias votadas por Medidas Provisórias seriam mais bem resolvidas, se fosse pelo processo legislativo normal, por suas indicações examinadas em profundidade. Para o presidente da Câmara Federal, deputado Severino Cavalcanti a autonomia do legislativo não significa proteger as posições corporativas, mas sim, defender a representação popular, conceder voz ao povo. Aproveitou-se, então, a oportunidade para a palavra ser passada ao palestrante Dr. Antônio José Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Segundo o Dr. Antônio José Barbosa, em meados do século XX, no momento que permeou a chamada era Vargas de 1930 até 1945 e a II Guerra Mundial, o Brasil conheceu o momento de inflação muito grande. O País começava a se modernizar. Nesse aspecto, a II Guerra Mundial foi decisiva. Quando do término desta, o Brasil já se mostrava capaz de modernizar sua economia, inclusive colocando em prática o Parque Industrial que entre outras conseqüências trouxe um fenômeno de urbanização extraordinária. O Censo de 1950 feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística) mostrava que mais de 70% (setenta por cento) da população brasileira se concentrava no campo, isto é, nas zonas rurais. Cinquenta anos depois, o Censo de 2000 apresenta um dado espantoso: algo em torno de 82% (oitenta e dois por cento) da população brasileira estava vivendo nas cidades e nos entornos dos grandes centros urbanos. Isso tem um reflexo absoluto, podendo ser caracterizado pelo que se chama de um País em movimento. Ou seja, o Brasil, entre 1950 até os dias de hoje, não parou de se movimentar, em primeiro lugar, porque foi mudada a sua fisionomia. Deixou de ser um País afastado dos grandes centros urbanos para ser um País novo, urbano, sob o ponto de vista político. Para o professor Antônio José Barbosa, isso trouxe um resultado absolutamente inovador. O brasileiro passou a ser visto e contado. É esse novo Brasil que está sendo constituído nos anos 50 em diante, que vai modificar a própria fisionomia política brasileira.

O Dr. Antônio José Barbosa falou que em 1964 houve um grande momento de ruptura da história brasileira. Comentou que nesse ano se teve muito mais do que um Golpe Militar, pois quando o País estava diante de dois projetos absolutamente distintos de Nação, um deles foi vitorioso. Houve, portanto, uma conquista do Estado por parte de um projeto. Segundo o professor Antônio José Barbosa, um desses projetos, representado pelo presidente João Goulart, era um projeto reformista, na época em que a densidade do discurso ideológico era muito forte. Tinha-se um projeto cujo objetivo era fornecer uma face humana ao capitalismo brasileiro. O País não deixaria de ser capitalista, não faria uma revolução socialista, mas se pretendia humanizar a face desse capitalismo em termo de legislação social, de proteção ao trabalho. O outro projeto, afirmou ele, era diferente deste, referia-se à modernização do capitalismo brasileiro, nem que fosse através da política autoritária, pela utilização da força. Esse segundo projeto foi o vitorioso de 1964, porque teve apoio de parcelas ponderadas da sociedade brasileira. Naquele momento, a maior parte da classe média brasileira deu apoio a esse segundo projeto por medo de mudanças muito radicais. O professor Antônio José Barbosa falou que em decorrência disso houve vinte anos de autoritarismo.

Segundo o Dr. Antônio José Barbosa, tem que se levar em consideração as duas eleições parlamentares para se entender a política brasileira contemporânea. A primeira foi a de 1962, e a segunda a de 1974. Em 1962, o Brasil estava em um ambiente conturbado, tenso, ideologicamente radicalizado. Nesse ano o País vai às urnas para votar na esquerda ou na direita. O professor Antônio José Barbosa fala que aconteceu algo fundamental na eleição deste ano, afirmando que

o partido moralmente vitorioso chama-se PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, que se dizia na época ideológico, ou seja, efetivamente comprometido com reformas sociais, que não tem parentesco algum com o PTB de hoje. Do outro lado aconteceu um fato interessantíssimo. Os dois maiores Partidos conservadores, que em tese eram muito adversários entre si, que se revezavam na Tribuna, se acusando mutuamente, na prática começaram a se aproximar. Nas votações do Congresso, sobretudo na Câmara e nos debates parlamentares, esses dois Partidos foram afinando cada vez mais o seu discurso e a sua prática<sup>9</sup>.

O Dr. Antônio José Barbosa fez referência ao PSD (Partido Social Democrático) e a UDN – (União Democrática Nacional).

<sup>9</sup> Ata da 4ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 06 de Junho de 2005.



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O Brasil estava vivendo um quadro de instabilidade em relação ao medo de que reformas profundas acontecessem no País, o que fez os Partidos PSD e UDN se aproximarem cada vez mais, isolando o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O Dr. Antônio José Barbosa comentou que em 1964 interrompeu-se o processo de discussão, que era um período de amadurecimento político da sociedade brasileira, ou seja, o País estava aprendendo a se redescobrir. O golpe de 1964 interrompeu esse processo para que o outro processo modernizador, mas conservador e autoritário, pudesse vigorar.

Afirmou que a segunda eleição, que foi a de 1974, foi fundamental para se entender as mudanças da qual o Brasil é um País tributário hoje. Em 1973 aconteceu a terceira grande depressão econômica mundial do capitalismo contemporâneo. A primeira tinha sido em 1873 e a segunda em 1929. A terceira de 1973 ocorreu com o chamado Choque do Petróleo, quando pela primeira vez os países árabes e os países produtores de petróleo de uma forma geral, resolveram utilizar o seu produto que sustenta a economia contemporânea como arma política. Essa crise do Petróleo atingiu o mundo inteiro, mas particularmente o Brasil, porque o modelo econômico adotado pelo Regime em 1964, cujo objetivo era a modernização do capitalismo brasileiro, estava conseguindo sucesso. No primeiro momento, a inflação foi diminuída. No segundo momento, começa-se a investir no desenvolvimento, é o período comandado pelo Ministro Delfim Neto. Entre 1969 e 1973, o Brasil teve taxa de crescimento anual idêntica à da China de hoje, ou seja, o Brasil cresceu de uma forma espantosa, o chamado Milagre Brasileiro<sup>10</sup>. Havia, porém, dois problemas em relação ao milagre econômico. O primeiro problema está relacionado ao falseamento dos índices econômicos para que os reajustes salariais fossem muito baixos. O segundo diz respeito aos empréstimos internacionais, ou seja, devido à ausência de poupança interna, opta-se por buscar no mercado internacional o dinheiro suficiente para financiar os investimentos. A época era muito positiva, porque havia muita disponibilidade de dinheiro. O País foi se endividando, mas continuava buscando dinheiro, razoavelmente fácil. Com o choque do petróleo em 1973<sup>11</sup>, esgotaram-se as fontes de financiamentos. O dinheiro passou a ficar muito caro e os juros começaram a quadruplicar, criando um quadro insustentável. Ou seja, a partir de 1973 a crise econômica começou a se instalar no País e quem primeiro sofreu os efeitos dela foi a classe média. Em seguida, ocorreu a eleição de 1974, pela primeira vez no Regime Militar houve eleições com a possibilidade dos candidatos irem ao rádio e à televisão, acontecendo o que ninguém imaginava, nem mesmo os estrategistas do Regime Militar. Foi uma vitória esmagadora do único Partido de oposição existente, que era o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Para o dr. Antônio José Barbosa isto foi um golpe que fez com que o autoritarismo e o Regime Militar nunca mais fossem os mesmos. Isso tem que ser lembrado, quando se fala dos 20 Anos de Redemocratização, pois na chegada de José Sarney ao Poder há um processo que vai ser construído a partir das eleições de 1974. Depois dessas eleições, a Oposição e a própria sociedade brasileira se animaram.

Prosseguindo na sua linha de argumentação, o dr. Antônio José Barbosa afirmou que se teve em 1982 as primeiras eleições diretas para os Governos Estaduais, eleições essas que haviam sido suspensas em 1965. Houve as eleições para Governador do Estado em 1982, a oposição venceu nos Estados, politicamente fortes, é o caso de São Paulo com Franco Montoro, de Minas Gerais com Tancredo Neves, do Rio Grande do Sul com Pedro Simon e o caso emblemático no Rio de Janeiro de Leonel Brizola, recém-chegado do exílio. A partir de tudo isso ficou muito difícil ao Regime Militar manter-se. Em 1984, o Regime Militar findou.

Nunca o Brasil foi tão democrático como está sendo nesses últimos 20 anos. Jamais teve-se um nível de participação política da sociedade como se tem hoje. É um País que tem mais de 120 milhões de eleitores. A imprensa e a produção cultural é absolutamente livre, porém para o Dr. Antônio José Barbosa o Brasil padece de dois erros graves. O primeiro é que a democracia política brasileira, passados os 20 anos da sua reconquista, não conseguiu mudar a tragédia social brasileira. O último estudo publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) é doloroso, ou seja, o Brasil está competindo pelo troféu de País de pior distribuição de renda do mundo. Isso é dramático, um País que consegue ficar entre as doze maiores economias do mundo, portanto, produz riqueza, mas que fica exatamente no penúltimo lugar do mundo em termos de distribuição de renda. Ou seja, um País que está com algo em torno de 50 milhões de pobres ou miseráveis não pode dizer que sua tarefa está concluída. Não se conseguiu dar consistência ou materialidade social à democracia.

A última observação feita pelo professor Antônio José Barbosa foi sob o ponto de vista político, relatando que a grande fraqueza do Brasil é a ausência de uma estrutura partidária de verdade em que os Partidos possam ser identificados, definidos e distinguidos por seu Programa, por sua doutrina e pelas idéias que defendem. É a tragédia maior da política brasileira. Isso tem uma consequência muito direta. Obriga a quem quer chegar ao Poder Executivo a um tipo

<sup>10</sup> Corresponde ao estouro do crescimento econômico, ocorrido entre 1968 e 1973.

<sup>11</sup> Foi desencadeado pela guerra do Yom Kippur, quando os produtores árabes resolveram suspender as exportações aos Estados Unidos como punição pelo apoio do Ocidente a Israel naquela guerra.

de negociação com os Parlamentares, que é personalizada, individualizada, mas que em momento algum consegue ser institucionalizada. Ou seja, a negociação que é absolutamente legítima, em qualquer democracia só se torna adequada à sociedade, quando se faz de maneira institucional. O Dr. Antônio José Barbosa sugere que para isso acontecer, partidos políticos efetivos têm que existir. O processo eleitoral vai ter que possuir regras um pouco diferentes. Na média, a cada legislatura, um terço dos parlamentares mudam de partidos. Isso significa dizer que, em termos práticos, o eleitor brasileiro pode votar em alguém, porque é de oposição e depois de tomar posse vira situação ou vice-versa.

Finalizando a sua explanação, o Dr. Antônio José Barbosa comentou que a reforma mais urgente de que o País necessita é a reforma política. Isso é muito difícil, porque uma reforma feita por grupos, legitimamente escolhidos pela sociedade, não tem interesse de fazer esse tipo de mudança. Logo após essas afirmações, a palavra é passada para o professor José Filomeno de Moraes Filho.

O professor José Filomeno de Moraes Filho delimitou a sua fala, fazendo algumas constatações sobre esses vinte anos de Redemocratização. Comentou que o Brasil avançou no sentido da Institucionalização da democracia política. Relembrando que no período anterior a 1964 percebia-se que o valor da democracia política estava em profundo desapareço, tanto pelas correntes à esquerda como à direita. Afirmou que o Brasil mudou, pois há um consenso a respeito da subsistência e da necessidade do aperfeiçoamento cada vez maior do instituto da democracia. Segundo o professor José Filomeno de Moraes Filho, é de suma importância o papel que o Legislativo logrou alcançar no Brasil. Pode-se dizer que nos últimos vinte anos, os dois fatos políticos mais importantes perpassaram o Legislativo Nacional Brasileiro. Primeiramente, em 1987 e em 1988 o Brasil viveu um grande momento de efervescência política. O professor José Filomeno de Moraes Filho falou sobre a sociedade civil organizada e sua participação no processo constituinte, sendo capaz de trazer à luz um dos documentos jurídicos de maior importância do mundo hoje, que é a Constituição Federal de 1988. Com todos os defeitos que se tem, é um exemplo de constituição, da chamada Constituição Dirigente que se fez no mundo.

Falou que o outro grande momento do parlamento brasileiro foi o impeachment do Presidente da República. Pela primeira vez no mundo, dentro da legalidade, se destituiu um Presidente da República. Nos Estados Unidos isso nunca se logrou.

Para finalizar a sua participação, o professor José Filomeno de Moraes Filho disse que o Brasil progrediu no sentido da redemocratização política, embora não se tenha conseguido fazer com que essa redemocratização política avançasse mais firmemente, no sentido da recuperação do pagamento da chamada dívida social. Nesse momento, foi concedida a palavra ao professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira.

O professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira comentou que a democracia formal brasileira se institucionalizou na Constituição de 1988. Concordou com o professor José Filomeno de Moraes Filho, que o Poder Legislativo é bastante importante em relação a uma democracia representativa mediante uma negociação. Falou que o Brasil não pode ser governado sem Medidas Provisórias, pois é muito difícil negociar, quando a “fulanização” político-partidária substituiu a negociação institucional. Falou, ainda, que a reforma política é fundamental nesse processo, não passando apenas pela reforma político-partidária, mas também por uma reforma social profunda. Comentou que esqueceram-se de cobrar educação e saúde que são fundamentais e que têm que ser exigidas. Continuando essa importante discussão, a palavra foi encaminhada ao professor Francisco Moreira Ribeiro, que falou da necessidade de se fazer reforma política com meios de concretizá-la. Comentou que o Brasil tem problemas sociais profundos e que só um processo político transformador poderá modificar essa situação. Em seguida, a professora Gina Pompeu comentou que o patamar de liberdade e de igualdade que sustenta a democracia brasileira ou o estado democrático de direito merece ser avaliado para que não haja o excesso de liberdade em detrimento da igualdade, ou seja, é importante que não haja uma busca desenfreada pela igualdade que limite ou que faça esquecer o que é a liberdade. Falou, ainda, que o que se conseguiu até hoje foram urnas eletrônicas e o direito de voto, enquanto que a população continua sem acesso à saúde, moradia e justiça. Segundo a professora Gina Pompeu, é preciso continuar a luta por uma democracia plena. Somente aliando as finalidades de República com as da democracia, com a redução do patamar de exclusão, é que se poderá fazer o debate em que se diga que o Brasil vive em uma democracia plena. Ao terminar a sua explanação, a palavra foi direcionada para o deputado Sávio Pontes, que agradeceu a presença de todos os participantes, e a colaboração com opiniões construtivas ao debate sobre os vinte anos de Redemocratização do Brasil.

O restabelecimento da democracia significou a volta e a garantia dos direitos individuais e coletivos, o que fez emergir outras formas de luta para manter tais direitos conquistados por vias democráticas pelos cidadãos brasileiros, a partir da Constituição de 1988.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Para a sociedade, o resultado mais importante da Aliança Democrática foi o modo relativamente suave, pacífico e, sobretudo, estável com que o País resgatou a democracia e a conseqüente liberdade de expressão.

A redemocratização trouxe avanços inegáveis para a sociedade brasileira como um todo, porém não foi capaz, por si só, de dar fim às desigualdades econômicas e sociais existentes. Para a legitimação de uma verdadeira democracia republicana, ainda há um longo percurso e deve ser uma bandeira de luta constante de várias gerações.

Há que se avançar na efetivação da justiça social e nas conquistas democráticas. Ainda se sonha com a universalização de uma sociedade justa e sistema de governo mais participativo.

Esses vinte anos de Redemocratização demonstram a certeza de que o Brasil está no caminho certo e, por outro lado, confirmam a tese de que não se pode descansar, mas lembrar sempre que a democracia só se efetiva na luta diária de combate à corrupção, ao patrimonialismo (clientelismo e nepotismo), com a preservação e zelo pelos ideais republicanos e por meio da justiça social<sup>12</sup>.



<sup>12</sup> RIBEIRO, Renato Janine. A República. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 77.

“A tese principal destes dois livros é que a República funciona pela vontade e a democracia, pelo desejo. A democracia expressa o desejo por mais. Bem orientado, esse desejo se converte em direito à igualdade, de bens, de oportunidade ou perante a lei. Já a república consiste na necessidade ou obrigação de refrear o próprio desejo, a fim de respeitar um bem comum que não é o patrimônio de uma sociedade por ações, mas o cerne do convívio social.

Não há política digna desse nome, hoje, que não seja republicana e democrática. O problema é que as duas vertentes não se conciliam facilmente. Se tendermos à democracia, o desejo de igualdade e o desejo em geral poderão inviabilizar o investimento de longo prazo, o respeito ao outro, a contenção. A própria conversão do desejo em direito é um elemento republicano. Contudo, se enfatizarmos a república, poderá ser que o respeito à coisa pública se torne fim em si, e deixe de lado a igualdade: teremos uma república de juizes (ou promotores), sem o aquecimento que está na democracia.

## ALTERNATIVAS PARA O BRASIL

Autor do requerimento: Francisco Caminha (PHS)  
Palestrantes convidados: Prof. Roberto Mangabeira Unger,<sup>1</sup>  
Prof. Osires de Azevedo Lopes Filho<sup>2</sup>  
Data: 27/06/2005

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 27 de junho de 2005, realizou debate destinado a uma discussão em torno de alternativas para o Brasil, tendo como expositores os professores Roberto Mangabeira Unger e Osires de Azevedo Lopes Filho.

Diante do problema estrutural brasileiro das desigualdades sociais, a população não tem como optar por uma alternativa de projeto, forças e pessoas. Desta forma, o crescimento econômico e justiça social no Brasil de hoje só se efetivarão quando tiverem a mesma base: democratização de acesso a oportunidades de trabalho e de ensino. É preciso incentivar a qualificação de quem trabalha, usando as receitas que são geradas para investir em infra-estrutura, tornando o Brasil atraente ao investidor, porque nele se produz e se consome muito. É necessário a criação de escola pública boa o bastante para que a classe média matricule seus filhos nela. O social só prosperará, quando estiver ancorado no produtivo, ou seja, num modelo de desenvolvimento estável.

Para que se alie a democracia eleitoral, já alcançada no Brasil, à democracia cidadã, a alcançar, propõe-se a construção do capital social, em que as comunidades, seus conselhos, Ministério Público e demais agentes do Estado, tomam estratégias de exigibilidade de direitos e cumprimento de metas que garantam o bem-estar social. Além do pressuposto inerente à exigibilidade dos direitos sociais, dentre eles o direito à educação, resta motivar a população para que se torne agente de mudanças do seu destino no Brasil.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB) abriu os trabalhos convidando o deputado Francisco Caminha (PHS) para falar em nome do Poder Legislativo representando a presidência.

O deputado Francisco Caminha, líder do PHS (Partido Humanista da Solidariedade), apresentou o professor Roberto Mangabeira Unger que desenvolveu uma idéia a respeito de sua obra política, conhecida internacionalmente. O deputado Francisco Caminha comentou que o professor Roberto Mangabeira Unger é um formulador de idéias. É um estudioso que tem uma visão clara da nação, dos problemas brasileiros. É conhecedor profundo das diferenças sociais do contexto em que o Brasil se insere. Tem-se dedicado, atualmente, a apresentar proposta para o resgate da cidadania ao combate à corrupção e aos atuais modelos de políticas públicas, inclusive partidárias. O deputado Francisco Caminha devolveu a palavra para o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, que com muita satisfação anunciou a palavra do palestrante professor Roberto Mangabeira Unger.

O professor Roberto Mangabeira Unger comentou que desalento, desencanto, desesperança e frustração são as palavras do momento. Afirmou que a importante tarefa é transformar resignação em inconformidade e inconformidade em iniciativa. Existem dois modelos conjugados: um político e outro econômico e social que estão em crise no Brasil. A essência do regime político são os acordos entre os endinheirados e os poderosos. Há troca de favores entre o dinheiro e poder. Segundo o professor Roberto Mangabeira Unger, a sociedade enfrenta dois grandes perigos nessa onda de escândalos: primeiro é a permanência da população na periferia da corrupção. O foco desta corrupção, é a troca de favores entre os governantes da República e os maiores empresários e banqueiros do País. O segundo perigo é que a indignação nacional se esgote num fervor moralizante e não atinja aquilo que é o objetivo desse regime de corrupção, a perpetuação do modelo econômico atual. O perigo, portanto, é que esse fervor moralizante se esgote sem deixar como legado a construção de uma alternativa para o País.

Para o professor Roberto Mangabeira Unger, os dois grandes agrupamentos partidários que dominam a política



<sup>1</sup>Bacharel em Direito. Professor da Universidade de Harvard.

<sup>2</sup>Doutor em Direito pela PUC/SP. Professor da Universidade de Brasília e da Fundação Getúlio Vargas.



brasileira, o que governa agora e o que governava antes, convergiram para o mesmo projeto ruinoso e repudiado pelo País. O primeiro elemento desse projeto comum a esses dois agrupamentos partidários é a aceitação de uma estratégia econômica que privilegia os seus interesses financeiros, subordinando os imperativos da economia real. O segundo elemento desse projeto comum é a redução da política social a uma orientação meramente compensatória e o terceiro elemento é a aceitação dos acordos entre o dinheiro e o poder, necessários para sustentar os outros dois elementos, já que é só sonegando os direitos do povo brasileiro que se consegue perpetuar esse modelo econômico.

Segundo o professor Roberto Mangabeira Unger, no presente momento a obra necessária é oferecer ao País, em 2006, uma proposta moderada, modesta, realista, sóbria e revolucionária no seu impacto, sustentada por uma postura de intransigência moral. Afirma que está circulando em todo o País, não apenas como crítico dessa realidade e formulador de uma alternativa, mas como pré-candidato à Presidência da República. No contexto dessas reflexões, a sua argumentação foi dividida em três etapas: a situação, a tarefa e os obstáculos.

Em relação à situação, por quase 100 anos o Brasil foi um País muito desigual que crescia muito. Nos últimos 25 anos, o Brasil passou a ser um País que não cresce. Essa mistura de estagnação econômica com extrema desigualdade é o pesadelo do qual o País tenta acordar. As características mais importantes da realidade econômica e social são as seguintes: em primeiro lugar, o juro real no Brasil é bem maior do que a taxa média de lucro das empresas não financeiras. Por isso, nesse modelo econômico, toda atividade produtiva é irracional. O que é racional é vender o negócio e viver de renda; em segundo lugar, entre metade e dois terços da população, economicamente ativa do País, está fundada na informalidade, num emprego precário, sem garantias, sem direitos, sem transparência e lei. Por último, o fato social mais importante ocorrido no Brasil nos últimos 40 anos é o aparecimento no País de uma nova classe média de emergentes vindo de baixo, que quer abrir um pequeno negócio, tornar-se um profissional independente, estudar à noite e construir uma nova cultura de auto-ajuda e iniciativa, a cultura de brasileiro batalhador. Essa classe de emergentes já está no comando do imaginário nacional, porque representa o horizonte, o guia no qual estão fixados os olhos da massa popular. O grande paradoxo da vida brasileira é o contraste entre a riqueza de oportunidades objetivas de que o País desfruta e a pobreza de oportunidades percebidas pela consciência coletiva. Apesar dos recursos fabulosos e da cultura empreendedora, os brasileiros se sentem pequenos. Resolver essa contradição é a razão pela qual todo cidadão brasileiro tem o dever de entrar na vida pública e lutar.

Nesse momento, o professor Roberto Mangabeira Unger passou para a segunda parte da sua argumentação, a tarefa: descreveu com um projeto, uma alternativa, uma proposta produtiva, nacional e moralizadora que é inteiramente factível com os instrumentos que já existem. Essa alternativa passa por quatro grandes vertentes. A primeira vertente é a mobilização dos recursos nacionais. É necessário prevalecer no País os interesses do trabalho e da produção, mobilizar a poupança, canalizando-a para o investimento produtivo, não para o cassino financeiro, e persistir no sacrifício fiscal. O princípio deve ser que o capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se precisa dele. O professor apresentou dois exemplos da aplicação prática desses princípios. O primeiro exemplo tem a ver com o manejo da dívida pública, que é a base dos altos juros estranguladores da produção. Afirma que "não estamos na situação em que estava a Argentina, obrigada a uma moratória forçada. A renegociação forçada da dívida pública pode até vir a ser necessária no futuro como num acidente ou numa injunção. Mas ela não é necessária, se persistirmos no sacrifício fiscal."<sup>3</sup> O segundo exemplo apresentado pelo professor Roberto Mangabeira Unger trata da relação do governo brasileiro com as multinacionais. Fazer o que fazem a China e a Índia, condicionando a presença das multinacionais no País à transferência de tecnologia avançada e à qualificação do trabalhador brasileiro.

A segunda grande vertente desse projeto alternativo, depois da mobilização dos recursos nacionais, é a capacitação dos brasileiros. Segundo o professor, política social é para capacitar. Por isso, a prioridade na política social é educação pública, sobretudo, na melhoria da qualidade do ensino público. O prof. Roberto Mangabeira Unger comenta que escola pública que é só para pobre não presta para ninguém. A escola pública só será boa para todos, quando for boa bastante para atrair a classe média como fiadora de sua qualidade em proveito de todos. Uma política social que prioriza a melhora na qualidade do ensino público terá, em primeiro lugar, que definir o mínimo de investimentos por alunos e de desempenho por escolas. Em segundo lugar, terá que associar os três níveis da Federação num federalismo, flexibilizado em órgãos colegiados transfederais, capacitados para intervir, corretivamente, e para redistribuir recursos e quadros dos lugares mais ricos para os mais pobres. Em terceiro lugar, uma revolução no conteúdo do ensino para romper com o "decoreba" e voltar o ensino para a capacitação analítica, a capacidade de pensar e aprender, treinando e retreinando para isso o professorado. Em quarto lugar, identificar e estimular os alunos pobres e diligentes, desde o

<sup>3</sup> Ata da 5ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 27 de Junho de 2005.



pré-primário até a pós-graduação para, deliberadamente, formar no País uma contra-elite republicana capaz de competir com a elite de herdeiros que continua sufocando a nação. Para o professor, não é verdade que esse projeto tenha efeito apenas a longo prazo. Tem efeito já, porque cria no País uma dinâmica de inquietação, de ambição que transforma completamente o estado da consciência coletiva.

A terceira vertente desse projeto alternativo é a democratização da economia de mercado. Não basta regular as empresas a distância e nem formular uma política comercial, industrial centralizada e imposta de cima para baixo. É necessário democratizar o mercado usando para isso um conjunto de formas de coordenação descentralizada, estratégica entre o Estado e a iniciativa privada. O modelo econômico atual aposta no aviltamento do trabalho e de salário e por isso mesmo transforma a exportação em alternativa ao aprofundamento do mercado interno, quando deveria ter em contrapartida o aprofundamento desse mercado. Para o professor Roberto Mangabeira Unger, modelo de desenvolvimento econômico precisa apostar na valorização do trabalho e do salário. Adiantou que há meio de fazê-lo sem trazer a inflação de volta, e apresentou alguns exemplos: em primeiro lugar, começando do topo da hierarquia salarial, generalizando pouco a pouco o princípio constitucional da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas em que trabalham. Em segundo lugar, no meio da hierarquia salarial fortalecendo o poder dos trabalhadores organizados de representarem os interesses dos não organizados em seus setores. Em terceiro lugar, na base da hierarquia salarial, incentivando o emprego e a qualificação dos trabalhadores mais pobres e suprimindo todos os encargos sobre a folha de salário, os direitos sociais e trabalhistas passariam, então, a ser financiados à base de tributos gerais.

A quarta grande vertente desse projeto é o aprofundamento da democracia brasileira. A criação das instituições de uma democracia mobilizadora, diferente das democracias sonolentas dos países ricos do Atlântico Norte. Logo depois, o professor Roberto Mangabeira Unger passou para a última parte da sua argumentação, os obstáculos.

O primeiro obstáculo se refere aos interesses dos poderosos. Para enfrentar esses interesses, têm-se instrumentos valiosos. Nas elites brasileiras tem-se que aproveitar a contradição latente entre os interesses produtivos e os interesses financeiros. Na grande maioria popular do País é importante aproveitar a rebeldia, a inconformidade, a aspiração das duas classes médias que se tem hoje e por meio dessas classes médias chegar ao povo. Segundo o professor Roberto Mangabeira Unger, tudo que de importante aconteceu na história humana ocorreu nos momentos em que a classe média tradicional se desgarrou da plutocracia<sup>4</sup> de viés colonial e passou a liderar em nome de todos, como reinvenção do projeto de País. Foi assim com o movimento republicano e com a redemocratização. De acordo com o professor Roberto Mangabeira Unger, a nova classe média de emergentes é a grande aliada nesse projeto. O professor afirmou que:

as muralhas são altas em nossa política, mas a população está em busca de saída em meio dessa escuridão. Por isso mesmo que, embora as muralhas sejam altas, quando começam a desabar, desabam com rapidez espetacular. Por isso que as nossas sucessões presidenciais têm sido seqüências de reviravoltas dramáticas e esta próxima também será.<sup>5</sup>

Por último, tem-se o obstáculo impalpável dos sentimentos, que é o mais intangível e o mais importante.

Finalizando a sua explanação, o professor Roberto Mangabeira Unger comentou que tudo que é de importante acontece na vida individual ou coletiva, acontece naqueles momentos em que ao receber o roteiro, este é jogado fora e escreve-se outro.

Continuando a importante discussão sobre alternativas para o Brasil, a palavra foi direcionada ao professor Osíres Lopes Filho. Este comentou que o professor Mangabeira Unger discorreu sobre uma política de futuro para o País, analisando todos os pontos necessários para mudar a realidade e abrir uma perspectiva para que o povo realmente se sinta sujeito de direito e não um elemento na paisagem, um objeto a ser manipulado pelas elites dirigentes. Segundo o professor Osíres Lopes Filho, o Brasil não decide, efetivamente, sobre os seus destinos, age reflexamente, em acordo com que o centro do poder mundial tem reservado. Ainda não se conquistou a posição de independência, de autonomia no concerto das nações.

O professor Osíres Lopes Filho afirmou a realidade tem que ser alterada para que se torne possível a implantação do novo, que corresponda ao desejo do povo brasileiro e que o bem-estar alcance a todos os cidadãos, desde o humilde

<sup>4</sup> Plutocracia – Ditadura do poder econômico sobre o poder político. Dominação da classe capitalista, detentora dos meios de produção, circulação e distribuição de riquezas sobre a massa proletária, mediante um sistema político e jurídico que assegura àquela classe o controle social e econômico.

<sup>5</sup> Ata da 5ª Sessão Especial da 3ª Sessão Legislativa da 26ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará do dia 27 de junho de 2005.

trabalhador até a classe média e também uma perspectiva para a classe que domina a política. Para o professor Osíres Lopes Filho, é necessário viabilizar a Constituição do País com o intuito de que o Brasil assuma o seu destino, não reflexamente, mas como sujeito da história, afirmando a prevalência do interesse nacional. O professor Osíres comentou que o sistema democrático é muito importante, pois gera o otimismo, apela para os melhores sentimentos da população, além de ser uma idéia participante. Por isso tem-se a importância de um projeto fixado nos mínimos detalhes, em que cada uma das pessoas se sintam participantes. Esse projeto será concretizado, quando a Constituição for cumprida. Tem-se, em primeiro lugar, a questão da Federação. O povo brasileiro não tem uma noção efetiva sobre a Federação, não é um sentimento popular. A Federação chegou ao Brasil juntamente com a República, quando se derrubou o império. A Federação foi um pouco a cópia da Federação americana, mas tendo raízes históricas profundas no País, com todas as lutas existentes ao longo do Império para afirmar o valor e a participação efetiva no centro decisório do poder da periferia, das províncias e das municipalidades. O Estado brasileiro teve a sua germinação no município. O foco fundamental da estrutura estatal foi o município. A Federação brasileira está sendo corrompida, sendo diminuída, tirando o que é substancial, que é o fluxo de recursos. As chamadas contribuições especiais, contribuições da seguridade, de intervenção de domínio econômico e corporativas em termos de receita da União estão correspondendo no mínimo 67% do que a União arrecada. Segundo o professor Osíres Lopes Filho, o que o Estado brasileiro está arrecadando não é para aplicar em favor do bem-estar da população, não é para prestar os serviços públicos necessários, realizar as obras públicas, mas está arrecadando para pagar a dívida pública brasileira, beneficiando a Banca Nacional e a Internacional. Com isso, conclui-se que o Estado brasileiro gira sem eixo, perdeu a noção de que tem de servir é ao povo brasileiro, aos interesses efetivamente nacionais.

O professor Osíres Lopes Filho criticou o governo atual com a sua reforma constitucional em querer proibir o Estado do Ceará, por exemplo, de atrair investimentos, seja na área industrial, seja na área de prestação de serviços, ao conceder incentivos fiscais, que é grande vantagem para o desenvolvimento regional. Quando os Estados em desvantagem no plano econômico, que querem dar os seus incentivos, virem essa proibição que está sendo prevista na Constituição, haverá uma verdadeira guerra fiscal. O importante é começar a preparar o caminho para a mudança. Mudar realmente o sistema de Poder do País, elegendo um governo populista que tenha compromisso com a população, principalmente com os setores mais pobres e marginalizados. No momento em que se instaurar no País esse governo, que traz mudança efetiva, é fundamental que haja condições necessárias.

Segundo o professor Osíres Lopes Filho, a atual política tributária está exaurindo as finanças do povo brasileiro, ou seja, está prejudicando a classe trabalhadora. Essa classe social que paga imposto no Brasil é quem sustenta o Estado brasileiro. O professor Osíres Lopes Filho também comenta sobre a incompetência do Agente Público, afirmando que o governo atual foi aparelhado, trouxeram os funcionários públicos para ocupar cargos, absolutamente incompetentes, transformando um partido que dispõe de 20% do Poder no Congresso Nacional, transformando com os seus quadros no partido majoritário dentro do aparelho estatal. Diante dessa discussão, percebe-se a importância de se ter um compromisso de restabelecer um Ministério do Serviço Público para fortalecer as carreiras públicas, a noção de funcionários do Estado e não do partido que, eventualmente, ocupa o poder. Logo após essa discussão proferida pelo professor Osíres Lopes Filho, o Senhor Alberto Amadei, Coordenador do Pacto de Cooperação Técnica e do Fórum da Transparência do Estado do Ceará, deu a sua contribuição sobre o assunto pertinente. Falou que o momento em que o Brasil se encontra é de confrontação. Comentou que a proposta do professor Mangabeira Unger enfrenta o grande problema da distribuição social e espacial da renda. Dentro do sistema vigente, do capitalismo, capitalismo da periferia, cujo centro de decisão não se encontra mais na periferia, mas no centro da economia, não há alternativa que leve a algum lugar sem uma profunda revolução dos fundamentos da sociedade, mas a proposta do professor é modesta, sóbria e que por isso mesmo "seria revolucionária".

Segundo o Senhor Alberto Amadei, houve um aumento vertiginoso da carga tributária no Brasil e esse aumento, em vez de ir para um investimento social e infra-estrutura humana que tornaria menos insuportável as relações sociais entre classes sociais na sociedade brasileira, esse recurso não foi para esse segmento, foi transferido renda de baixo para cima.

Amadei informou sobre a sua decepção em relação ao posicionamento do professor Mangabeira Unger em repetir a tese de que é necessário respeitar os contratos, questionando que tipo de contratos são esses, sendo muitos deles ilícitos, porque padecem de cláusulas draconianas, cláusulas abusivas, que o Direito Internacional considera nulo qualquer tipo de contrato que tenha esse tipo de cláusula.

Finalizando a sua discussão, o Senhor Alberto Amadei comentou a importância de os interesses dos banqueiros serem confrontados e questionou se iriam continuar destinando ou executando, entre o realizado e o programado no orçamento, um terço para todos os gastos sociais e dois terços para os juros da dívida pública. Continuando a importante apresentação, a palavra é direcionada à Maria Luíza Fontenele, ex-prefeita de Fortaleza.

Segundo Maria Luíza Fontenele, a racionalidade do avanço tecnológico está sendo mais rápida do que a possi-

bilidade de geração de emprego, não se tendo nenhuma perspectiva de alterar essa lógica, mantendo-se as categorias básicas do sistema, um sistema baseado na ciência e na competição desenfreada que optou pela agiotagem internacional. Maria Luíza Fontenele afirmou que não se tem alternativas, senão desestruturar esse sistema e criar uma alternativa nova para a humanidade, novas formas de relação que não sejam baseadas no dinheiro, no processo de exploração e dominação. Continuando com o movimento crítico radical, a palavra é direcionada à Senhora Rosa da Fonseca, ex-ve-readora de Fortaleza.

A Senhora Rosa da Fonseca questiona o professor Mangabeira Unger sobre como democratizar o mercado, se a lógica do capital é produzir mercadoria e o dinheiro é a expressão de tempo de trabalho incorporado nessa mercadoria, sendo a terceira revolução da microeletrônica uma grande contribuição para a eliminação do trabalho. Logo depois da contribuição da Rosa de Fonseca, foi dada a palavra para o professor Tarcísio Leite.

O professor Tarcísio Leite concorda com o Dr. Mangabeira sobre a importância de se encontrar uma alternativa, entre a democracia representativa capitalista e a popular comunista já fracassada, historicamente. Logo após a participação do professor Tarcísio Leite, a palavra foi concedida ao professor Osíres Lopes Filho.

O professor Osíres Lopes Filho comentou que o grande problema do Brasil é a evasão juntamente com a sonegação de uma forma mais agravada. O sistema está dando cada vez mais poder de sobrevivência ao evasor, porque se aumenta na lei a carga tributária do bom contribuinte, o contribuinte correto. Para o professor Osíres Lopes Filho, o Brasil é um País surrealista em termos tributários, porque sempre se aumenta a carga tributária de quem já paga, corretamente, o tributo. Em seguida, o professor Roberto Mangabeira Unger comentou sobre os questionamentos que lhe foram direcionados nessa discussão.

Falou sobre o conjunto de indagações sobre a viabilidade prática das suas propostas, afirmando que a obra teórica da sua proposta nacional é toda feita de iniciativas singelas e viáveis com os instrumentos que já se tem. A dificuldade de viabilização de seu projeto não é econômica e nem técnica, mas é uma dificuldade política. O professor Roberto Mangabeira Unger comentou que o Presidente da República tem que saber negociar com as forças e os interesses organizados na política e na produção, e, ao mesmo tempo, precisa saber mobilizar as maiorias desorganizadas. Se o presidente negocia sem mobilização, fica refém dos interesses organizados e, se, mobiliza sem negociação, vira um agitador que conspira contra as instituições republicanas e suscita expectativas que no final não se podem cumprir. Tem que negociar e mobilizar. Isso é difícil, mas é possível. É nessa prática que está o caminho da viabilização.

O professor Roberto Mangabeira Unger não concorda com a idéia de que a evolução tecnológica diminui esforços de trabalho, isso dependerá do contexto social e institucional em que ocorre. Comentou como as práticas avançadas de produção, baseadas no conhecimento e na flexibilidade, na transformação da produção em inovação permanente, vão ocorrer, vão se propagar por uma grande parte da economia, criando novas oportunidades. Isso não é a tecnologia que determina, mas a política.

O professor Roberto Mangabeira Unger comentou que o que prevalece no seu projeto de Governo é a idéia de buscar a confiança financeira. Falou que não se tem uma solução nem para os pobres e nem para o País. O eixo da sua proposta é ancorar o social no econômico, reformando, reconstruindo o modelo econômico para produzir uma democratização irreversível de oportunidades de trabalho e de ensino. Ancorar também o econômico no político, fazendo com que essa democratização econômica não nasça como presente de uma tecnocracia<sup>6</sup> iluminada a uma população pacífica, mas como uma conquista de uma cidadania mobilizada. Ao finalizar a sua participação nesse debate, a palavra foi direcionada ao deputado Francisco Caminha que agradeceu a presença de todos os participantes e a colaboração com as suas opiniões construtivas ao debate sobre Alternativas para o Brasil.

Quase 30 milhões de crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza, muitos em extremos de miséria e de abandono, sem perspectiva de ter uma vida diferente da vida dos pais. De seu resgate depende o futuro do Brasil. Daí a importância do debate em questão, sobre Alternativas para o Brasil.

O objetivo supremo do Governo precisa ser a construção de um ensino público de qualidade. É importante se ter creches e escolas no ciclo básico de tempo integral, salvando a criança pobre das mazelas do meio e prestando-lhe ajuda alimentar e médica abrangente. É essencial a universalização da escola média e de se ter uma pedagogia voltada para a capacitação, tanto conceitual quanto prática. Precisa-se de material pedagógico e da formação de professores para elevar a qualidade do ensino público a partir de modelos de excelência que se multipliquem.

O Brasil é um país rico de recursos naturais, mas sem um Governo sério ou estratégia conseqüente. Há um vazio crescente na política brasileira de idéias e de pessoas. Escândalos preenchem esse vazio. Se essa experiência desmoralizadora fosse corretamente atendida, contribuiria para o fortalecimento no cumprimento da tarefa maior de oferecer alternativas ao País. Precisa-se reordenar toda a vida política da nação. É importante revelar as dimensões da corrupção e preencher o

<sup>6</sup> Tecnocracia – É um modo de ser que encara o real através do ideal de controle, normatização e dominação. Portanto, a tecnocracia coordena o modo de compreensão humana da totalidade do real, no qual este se apresenta como manancial de energia pronta para ser explorado pela vontade de dominação humana.

# CORRUPÇÃO – INIMIGA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Autor do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB), Dep. Heitor Férrer (PDT)

Dep. Gilberto Rodrigues (PHS)

Palestrante convidado: Senador Jefferson Peres (PDB - AM)<sup>1</sup>

Data: 05/09/2005

**A** Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 5 de setembro de 2005, realizou debate cujo tema: Corrupção – inimiga da República Brasileira, teve como expositor o Senador Jefferson Peres (PDT – AM), que na ocasião pôde exprimir o seu pensamento acerca do grande problema que a sociedade brasileira enfrenta nos últimos tempos, qual seja, a crise permanente de corrupção que se instalou nos centros decisórios de poder.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), abriu a Sessão



classificando-a como por demais importante para se discutir e debater o que se passa atualmente no País. Ele aproveitou o ensejo para parabenizar o Senador Jefferson Peres pelo seu trabalho o qual acompanha nas entrevistas e debates. Em seguida, o deputado Heitor Férrer (PDT), autor do requerimento e líder do PDT na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, tomou a palavra dizendo que o Senador Jefferson Peres “consegue sintetizar, muitas vezes, um pensamento ou um livro”<sup>2</sup>. O deputado Heitor Férrer aproveitou para tornar público que o Senador Jefferson Peres foi homenageado na Câmara Municipal de Fortaleza neste mesmo dia, lá recebendo o Título de Cidadão Fortalezaense. Ao comentar sobre a trajetória política do palestrante o deputado Heitor Férrer ressaltou que este, “tem o poder da moral e conduta de retidão que a Assembléia precisa neste momento”.<sup>3</sup> Encerrou, dizendo que “se sentia confortável como palestrante de poucas palavras, mas acima de tudo honrado por ser quem convidou o Senador Jefferson Peres para ministrar essa palestra”<sup>4</sup>.

Neste momento, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, anunciou a palestra do Senador Jefferson Peres, que iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes. Em seguida o palestrante lembrou que nada é mais atual e circunstancial que falar sobre corrupção no Brasil. E salientou que: “Falar sobre corrupção é falar sobre sua antítese, que é sobre ética”<sup>5</sup> O eminente Senador amazonense prosseguiu afirmando que antes de mais nada deve-se ter em mente uma distinção bastante clara entre ética e moralismo. Para o expositor, ética seria aquilo “que é absolutamente indispensável na vida de qualquer sociedade”<sup>6</sup>. E prosseguiu: “moralismo é outra coisa; é a posição de Catão, geralmente insincero, que quer impor a sua regra aos demais”<sup>7</sup>. Para o Senador Jefferson Peres, essa diferença é crucial, pois segundo ele “se é ético porque se deve ser ético, porque sem isso a vida até perderia o sentido”<sup>8</sup>. E adiantou que “falta colocar na Constituição Brasileira aquilo que os fundadores da pátria americana colocaram

<sup>1</sup> Jefferson Peres elegeu-se Senador da República no pleito de 1994, e foi reeleito para o segundo mandato, de 2003 a 2011, sendo o candidato mais votado no Estado do Amazonas. É membro titular das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

<sup>2</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, p. 4.

<sup>3</sup> Idem, ibidem.

<sup>4</sup> Idem, ibidem.

<sup>5</sup> Idem, p. 5.

<sup>6</sup> Idem, ibidem.

<sup>7</sup> Idem, ibidem.



na Declaração de Direitos Humanos: 'todo ser humano tem o direito à liberdade e à busca da felicidade'<sup>9</sup>. Na visão do expositor, é justamente o que nos falta! Para ele, todo ser humano tem o direito de buscar sua felicidade. Para retratar este conceito o Senador Jefferson Peres exemplificou:

Não me peça para definir felicidade porque não existe. Feliz é quem se sente feliz. Só isso! Um caboclo lá do interior do Amazonas, vivendo no beiradão da pesca, sem traumas, sem nada, pode ser muito mais feliz do que o maior milionário do mundo. Felicidade é um estado de espírito. E isso eu quero para todo mundo! Qualquer pessoa tem o direito de buscar a felicidade, mas se tem um limite. Não queira ser feliz a custa da felicidade dos outros. É só isso!<sup>10</sup>

O senador acrescentou que: "Se isso vale para qualquer pessoa, qualquer cidadão ou cidadã comum, vale muito mais para quem entra na vida pública porque um político é detentor de mandato popular que a coletividade lhe deu para cuidar dos seus interesses."<sup>11</sup>

Para o palestrante, o grande problema dos nossos dias e que aflige muito principalmente à classe política brasileira é que, ao nos defrontarmos com um olhar lançado para a coisa pública, o político brasileiro não enxerga a res publica, ou seja, a coisa pública como coisa dos outros, que lhe foi dado para cuidar. O Senador adiantou que a maioria dos políticos não vê a res publica, como ela efetivamente deveria ser encarada: res alienus, que significa coisa dos outros, que se está provisoriamente tomando conta em benefício de terceiros. A maioria encara a coisa pública como res nullius, ou seja, como coisa de ninguém. Nas próprias palavras do expositor:

Eu me elegi, foi dado e eu posso fazer o que eu quiser com isso, que coisa mais perversa de se ocupar é cargo de direção no Estado dentro do aparelho estatal. Essa cultura patrimonialista, como chamou um ensaísta, dos melhores que nós tivemos, o Raymundo Faoro, vem de muito longe. E o que é patrimonialismo? É confundir, exatamente, o público e o privado. Pensar que quem está no poder pode fazer o que quiser da coisa pública.<sup>12</sup>

A seguir, o palestrante passou a expor o que considera como a grande chaga da corrupção no País, qual seja, o relativismo moral que leva as pessoas a acharem que corrupção tipifica-se apenas como o crime de furtar dinheiro público. Para ele furtar dinheiro público, desviar dinheiro para enriquecimento ilícito

Isso deveria ser crime dos mais graves, deveria ser crime hediondo, punido não com a pena de morte, porque eu não concordo com a pena de morte para ninguém, nem para um homicídio, mas devia ser punido com trinta anos de prisão sim! Quem furta dinheiro público está furtando educação de jovens, saúde, vidas, vidas por causa do aparelho de segurança, dos hospitais, da falta de assistência médica, quem furta dinheiro público está furtando o futuro de pessoas que não conseguem se educar ou que se educam em escolas de má qualidade, desde o fundamental até a universidade pública de má qualidade, por causa de desvio de dinheiro público. Quem faz isso comete um crime inominável sim, que deveria ser dos mais graves do Código Penal.<sup>13</sup>

Porém, ao voltar a carga contra o relativismo moral que aflige a nossa sociedade o Senador afirmou que seria ingenuidade supor que este é único problema pertinente à corrupção, pois muitos políticos se julgam honestíssimos pois não roubam dinheiro público. Tais políticos, segundo o Senador, nunca desviaram dinheiro público para seu bolso nem possuem contas no exterior. Mas crêem que podem aparelhar a máquina pública, enchendo seus gabinetes de parentes. Nas palavras do palestrante:

Isso é o que eu chamo de furto legalizado: é aumentar a renda familiar ou da parentela. Não faz mal usar o carro oficial para servir em qualquer hora, em qualquer lugar, servindo à família. Não faz mal colocar os filhos para com os colegas passarem férias no avião do órgão a que se serve. Isso é uso indevido da coisa pública. Você não pode misturar o público com o privado. O que é público é dos outros, é da coletividade, não é seu, você não pode fazer isso! Isso no Brasil não escandaliza ninguém. Tem é que empregar filhos e genros e sei lá quem. E aparelhar a máquina do Estado com

<sup>8</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, p. 5.

<sup>9</sup> Idem, ibidem.

<sup>10</sup> Idem, ibidem.

<sup>11</sup> Idem, p. 6.

<sup>12</sup> Idem, p. 6.

<sup>13</sup> Idem, ibidem.



os correligionários, às vezes, desqualificados.<sup>14</sup>

Neste momento, o Senador Jefferson Peres passou a abordar um outro ponto acerca do problema da corrupção no País. Segundo ele a natureza humana é uma só em todas partes do mundo. Para o Senador há um percentual de pessoas com tendência a delinquir em todos os países do mundo, nos Estados Unidos da América do Norte, na China ou no Brasil. Segundo ele, não se trata de supor que o povo brasileiro seja mais corrupto ou mais conivente com a corrupção que os outros. O que diferencia os países, em termos de corrupção, é a dureza das instituições investigativas e repressivas. Para o Senador:

nos Estados Unidos o índice de corrupção é menor que no Brasil. Com absoluta certeza é menor que no Brasil, por que? Porque lá, não tenho dúvidas, de que corrupto, de qualquer condição social, deve rezar muito para não ser descoberto, porque se for, vai ser investigado, processado e se condenado, vai para a penitenciária sim! Quando estourou esse escândalo do mensalão no Brasil, naquela mesma semana digo-lhes que aquilo foi um contraste que me chocou, quando eu vi estourar aquele escândalo, sabendo que nenhum deles terminará na cadeia, nenhum dos envolvidos, naquela data o Presidente da World Company, uma das maiores empresas americanas, era condenado a vinte e cinco anos de prisão. E podem estar certos de que ele não cumprirá menos de dez anos na penitenciária. É essa a diferença.<sup>15</sup>

O Senador prosseguiu discorrendo acerca dos altos níveis de corrupção e afirmou:

Eu pergunto até aos mais velhos, não vou perguntar aos mais novos porque têm pouca experiência de vida e pergunto isso em Manaus, pergunto no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o silêncio é o mesmo: vocês conhecem algum político, empresário, alto funcionário, juiz, magistrado, desembargador, aqui em Fortaleza, que tenha sido, além de processado, condenado e cumprido pena na penitenciária, conhecem? Quem conhece? É este o retrato da falência das instituições brasileiras no combate à corrupção. É a certeza da impunidade!<sup>16</sup>

A seguir o palestrante passou a elencar uma série de fatores que poderiam concorrer para a melhoria do problema da corrupção no País, e como exemplo citou a Coreia do Sul:

A Coreia do Sul é um país paupérrimo de recursos naturais, e não tem absolutamente nada, não tem petróleo, não tem ferro, não tem metais não ferrosos, e é um País pobre da Ásia que não tem agronegócios importantes, cuja natureza foi avara. Seul tem dez milhões de habitantes, é quase do tamanho de São Paulo, não tem favela, não tem uma família dormindo na rua. Entre outras coisas, é porque a Coreia do Sul, há quarenta anos é um dos países que mais investe em educação. E o Brasil, quando investe, investe muito mal. Acho que uma população educada concorreria muito para melhoria da condição social do País, inclusive, porque uma população educada é muito mais vigilante, muito mais cobradora da sua classe política, dos seus juizes, e dos responsáveis pela coisa pública, muito mais consciente dos seus direitos e deveres, isso contribui muito para coibir a corrupção.<sup>17</sup>

O expositor criticou na sua fala as relações espúrias que envolvem as campanhas eleitorais mormente à relação de compra de votos. Ponderou da necessidade imperiosa de um real aperfeiçoamento da legislação eleitoral, principalmente da reforma política que sirva para o amadurecimento político da população. Reiterou por fim sua preocupação com os jovens e salientou que

eu acho que o pior que pode acontecer ao nosso País, é se os jovens, principalmente eles, que hoje estão tão indiferentes à política, se eles pensarem que isso é assim mesmo, que não adianta, é melhor deixar a política para lá, que não temos nada com isso, isso aumentará enormemente a tragédia brasileira. Espero que eles, ao contrário, comecem a se tornar cidadãos, olhando para isso como algo insurportável, inadmissível e que tem de acabar e que tem de mudar.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, p. 6.

<sup>15</sup> Idem, p. 7.

<sup>16</sup> Idem, ibidem.

<sup>17</sup> Idem, p. 8.

Após estas palavras o Senador Jefferson Peres concluiu agradecendo a todos. O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, anunciou então os dois debatedores e passou a palavra ao primeiro, senhor Alberto Amadei, coordenador do Fórum de Transparência do Estado do Ceará. As palavras do senhor Alberto Amadei foram no sentido de dar ênfase à corrupção nas altas esferas de poder conjunturais, alicerçadas e mantidas pelo poder econômico dominante que, na sua visão, não permitem uma visualização para uma completa mudança do paradigma que viabilize uma total transparência e comportamento ético no trato da coisa pública.

Terminada a fala do senhor Alberto Amadei seguiram-se as considerações do representante da Associação Nacional do Ministério Público, Dr. João de Deus, que ressaltou a importância ímpar do Ministério Público no combate à corrupção que se instala dentro do Estado brasileiro, a partir de administrações criminosas. Adiantou que faz-se necessário uma defesa da atuação livre desta instituição, que pode e deve vir a dar sua contribuição para que o País “passe todo esse mar de lama a limpo”<sup>19</sup>.

Após estas considerações, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), agradecendo a presença de todos e parabenizando o palestrante, deu por encerrada a Sessão.

Reformas que se situem no plano moral estão entre as mais urgentes e necessárias por que tanto clama este País. Não se trata apenas de reduzir a questão de forma maniqueísta, entre bons e maus políticos. A corrupção se estabelece em diversos setores da vida nacional e seus males não dizem respeito tão somente ao desvio de dinheiro público, têm conseqüências nefastas em todos os campos sociais. O descaso com as políticas públicas, bem como a degradação moral dos costumes, também são formas de corrupção. É importante, pois, que se definam prioridades que visem a garantir à sociedade e à república brasileira, a harmonia que tanto necessitam para que, juntos, governo e povo possam vencer essa chaga chamada corrupção.

---

<sup>18</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, p.9.

<sup>19</sup> Idem, p. 13.

## REFORMA POLÍTICA E PODER POPULAR

Autor do requerimento: Dep. José Guimarães (PT), Dep. Gony Arruda (PSDB)

Palestrantes convidados: Prof. Valmir Pontes Filho<sup>1</sup>

Dep. Federal João Alfredo (PSOL – CE)<sup>2</sup>

Data: 19/09/2005

**A** Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 19 de setembro de 2005 realizou debate sobre Reforma Política e Poder Popular tendo como palestrante o professor Valmir Pontes Filho e o deputado federal João Alfredo (PSOL – CE).

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), deu início à pre-



sente audiência pública aludindo à importância de se discutir a possibilidade da reforma política, que é tão valiosa para a sociedade. Ressaltou ainda, que a população brasileira está acompanhando mais de perto os acontecimentos que ocorrem no País e afirmou que é defensor de um sistema misto em que metade dos parlamentares são eleitos em um sistema fechado, e a outra metade no sistema convencional proporcional em que se iam disputar os espaços. Segundo o deputado Marcos Cals, se não houver essa observância ficarão todos, sem exceção, na mão dos dirigentes partidários, sendo tolhidos os possíveis surgimentos de lideranças regionais e até no Estado do Ceará. Defendeu também o financiamento público de campanhas, desde que seja um nivelamento de financiamento dando oportunidades àqueles que têm menores posses. Com os recursos públicos, elas poderão concorrer bem próximo ou em pé de igualdade com aqueles que têm maior poder aquisitivo.

Em seguida, o presidente da Assembléia Legislativa encaminhou a palavra ao deputado Gony Arruda que, num primeiro momento, o deputado Gony Arruda afirmou que a reforma política é o que vai nortear, certamente, o futuro do País, e que se vive um momento de instabilidade constante, por isso um Requerimento foi assinado para dar vida a esse importante debate e se discutir qual o projeto otimizado que o País precisa enfrentar para dar respostas imediatas à sociedade.

Num segundo momento, o deputado Gony Arruda expressou sua contrariedade com a lista partidária quando disse:

Eu sou contrário à lista partidária por entender que não se pode tirar do povo brasileiro a escolha direta dos seus representantes, não podendo quebrar essa relação entre representantes e representados. Entendo que a confecção de uma lista irá certamente dar oportunidades, como V. Exa. lembrou, de voltarmos ao caciquismo, em que dirigentes partidários poderão privilegiar pessoas próximas sem qualquer afinidade com as bases eleitorais, regiões, comunidade, estando colocadas numa lista que será pré-ordenada e passada para a população brasileira.<sup>3</sup>

O deputado Gony Arruda acredita que, para a escolha do líder partidário, vale o resultado das eleições, e isso por si só, já daria um grande passo para inibir o troca-troca de parlamentares, porque de dois em dois anos existe eleição para a Mesa Diretora do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, das Câmaras Municipais e para critério de composição de chapa única vale o número da Bancada, encerrando assim seu discurso. Neste momento a palavra voltou

<sup>1</sup> Mestre em Direito Constitucional pela PUC – SP. Professor titular da UNIFOR.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela UFC. Deputado Federal (PSOL – CE).

<sup>3</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals, que a transferiu ao primeiro debatedor, o professor Valmir Pontes Filho.

Este iniciou sua participação abordando um assunto que lhe parece principal em tudo que consiste a compreensão de que acima de qualquer coisa, há de prevalecer a Constituição da República: isto é, o princípio da supremacia constitucional. Afirmou, num primeiro momento, que há muito tempo se sofre com a desobediência a este princípio, desobediência esta que foi muito bem retratada pela máxima que reza que o Brasil é um país peculiar, onde a Constituição nunca é cumprida, as Leis de vez em quando, os Decretos quase sempre e as Portarias nunca são descumpridas, numa inversão completa de valores. O professor Valmir Pontes Filho ressaltou que é aconselhável fazer uma diferença fundamental entre o chamado Poder Constituinte e o Poder Reformador; Poder Constituinte é exatamente aquele poder de fazer uma Constituição nova e com isto criar o Estado, estruturando-o com o necessário. Acredita que este poder é inicial e eminentemente político, e que numa democracia há de ser exercida pelo povo, ou por seus representantes eleitos para este específico fim. Comentou que não se elege um parlamentar da mesma forma como se elege um deputado constituinte, porque ao primeiro se entrega apenas a competência de fazer normas de acordo com a Constituição que existe. Quando se elege um deputado constituinte, se dá ao mesmo competência para romper com a ordem jurídica antecedente e criar uma nova. Não se pode confundir o poder de fazer uma Constituição com o poder de modificá-la para atender às necessidades imprescindíveis de adequação na norma constitucional, a realidades posteriores a ela, que vem necessariamente com a conjuntura política e social.<sup>4</sup> Seguindo nessa linha de argumentação, o professor Valmir Pontes Filho ponderou que não se pode cogitar de Emenda constitucional que vise a reduzir, a ofender minimamente a autonomia política de Estados, porque o sistema brasileiro é federativo e pressupõe desconcentração no exercício do Poder, que tenha essa intenção fatalmente inconstitucional. Comentou também que não podem ser alvo de modificações os dispositivos constitucionais atinentes à República, visto que esta é um princípio intocável. Segundo ele:

Atualmente se vive no Brasil uma crise constituinte em que cada Governo que assume, quer fazer a Constituição que lhe agrada, a sua imagem e semelhança, os Governos não tentam fazer seus programas para adequá-los aos desígnios das Constituições. Tratam de modificar a Constituição para adequá-la aos seus programas de Governo. Algo intolerável, juridicamente e politicamente indescritível e inaceitável.

O Mestre em Direito Valmir Pontes Filho aludiu num terceiro momento que diversas Emendas constitucionais desfiguraram o Texto Supremo e que sempre deram a elas a mesma força desconstituente das regras originariamente postas, como se Emenda Constitucional não fosse norma infra-constitucional e citando como exemplo a Emenda da Previdência, que além de ter ou pretender ter esse efeito, foi mais além: “ela comete desatino de retroceder ao ponto de voltar a obrigar os servidores aposentados a contribuir para a Previdência, uma vez que o sistema previdenciário pressupõe que da contribuição decorra um benefício posterior, como é de costume se dizer.”<sup>5</sup>

O professor Valmir Pontes Filho encerrou suas ponderações enfatizando que o atual Congresso Nacional perdeu qualquer legitimidade para aprovar o que quer que seja e que muito do que foi aprovado pode ter a sua validade questionada por vício na origem da vontade parlamentar. Nesse momento, a palavra retornou ao presidente da Assembléia Legislativa, que a transferiu ao deputado federal João Alfredo.

O deputado federal João Alfredo iniciou seu discurso enfatizando que o tema da Reforma Política vem à tona atualmente como a moldura constitucional para que se possa desenvolver o debate das questões relativas ao Legislativo. Ressaltou que quando o então Presidente da Câmara Federal, deputado federal João Paulo Cunha (PT – SP) assumiu a presidência daquela casa, ele constituiu uma série de Comissões Especiais ainda sem um tema, sem um projeto básico para cada uma delas, mas para tratar da reforma da Previdência; Reforma do Judiciário e Reforma Política. O deputado federal João Alfredo afirmou que foram constituídas estas Comissões Especiais, sabendo-se que algumas delas – como a da reforma da previdência – acabaram acolhendo a proposta vinda do próprio Executivo; a da Reforma do Judiciário acabou ficando sem objeto, porque como a matéria estava no Senado, ficou-se debatendo e esperando a posição do Senado e findou por também não ser trabalhada.

Num segundo momento, o deputado federal João Alfredo afirmou que essa comissão da reforma política, presidida pelo deputado federal Alexandre Cardoso (PSB – RJ), tendo como relator o deputado federal Ronaldo Caiado (PFL – GO), produziu um documento que posteriormente foi remetido à Comissão de Constituição e Justiça. Essa comissão produziu um projeto que trata sobre a questão da lista fechada ou lista pré-ordenada, quando o eleitor vota no número do partido, não vota mais em candidatos. Falou que é favorável à questão do financiamento público e acredita que o

<sup>4</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

mesmo pode não resolver, mas certamente diminuir, porque acaba com essa cumplicidade que existe entre o poder político e poder privado. O tema que mais se tem dificuldade de aprovar é o problema da fidelidade partidária. Falou também sobre outro tema complicado que está ligado à questão da lista que se mencionou no início, onde se tem a valorização e o fortalecimento do partido político no Brasil, mas por outro lado ela tem dois problemas sérios. O primeiro é que quem tem a máquina partidária determina a ordem. Então a eleição se desloca, ao invés do povo decidir nas eleições, quem tiver o controle das máquinas partidárias define quem é o primeiro, quem é o segundo, quem é o terceiro da lista, e a proporção vai eleger por aí. O deputado federal João Alfredo acrescentou que os burocratas que não têm, às vezes, nenhuma relação com a sociedade, não têm um trabalho de militância, nenhum trabalho sindical, não têm representação social nenhuma, podem virar Parlamentares porque dominam a máquina partidária e as convenções vão se transformar numa grande guerra política.

Segundo o deputado Federal João Alfredo, esse projeto é um problema porque não teve acolhida nenhuma na Câmara dos Deputados; e ainda é um agravante: para as regras valerem para a eleição do ano que vem, elas têm que ser aprovadas até o dia 30 de setembro, portanto, um ano antes da eleição, porque a eleição do próximo ano é no dia 1 de outubro. Para ele, uma saída seria a aprovação de uma Emenda do deputado Ney Lopes que prorroga esse prazo de validade até o dia 31 de dezembro, emenda esta casuística, que estará sendo proposta para garantir a reforma política. Num terceiro momento, o deputado Federal João Alfredo lembrou que a Constituição quando foi prever esses mecanismos de democracia direta, ficou na iniciativa popular, no Plebiscito e no Referendo, e não avançou em dois outros institutos – que eram o veto popular e a possibilidade da revogação dos mandatos, chamado em alguns países de recall<sup>6</sup>, e que em outros países, como na Venezuela, se chama de Referendo Revogatório, e concluiu seu discurso afirmando que nos quadros em que a sociedade brasileira se encontra, se não for encontrada uma forma de garantir a participação popular, qualquer mudança pode ser casuismo, mais ainda para manter as coisas como estão. Logo em seguida a palavra foi encaminhada pelo presidente da Assembléia Legislativa ao Desembargador José Eduardo Machado Almeida, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Num primeiro momento o Desembargador José Eduardo Machado Almeida destacou a importância de se explicar sobre Reforma Política, neste momento em que os poderes da União se levantam, para melhor examinar a situação do País após o vendaval de denúncias de corrupção que assolam a Nação, e resolver questões que se avolumam. Ressaltou que os meios de comunicação se encontram alertados para divulgar notícias providas de encontros como o presente, para melhor informar o povo, que, segundo ele, encontra-se ávido e desejoso de sair da embrulhada nacional que trouxe uma surpresa generalizada aos brasileiros que acreditavam que o Brasil, desta vez, iria se desenvolver e daria uma melhor situação de vida a seu povo sofrido pela carência de todas as necessidades básicas.

O Presidente do TRE, Desembargador José Eduardo Machado Almeida, afirmou em sua argumentação que:

A razão maior da reforma política seria o melhor efetivo exercício da democracia, espelhando a preocupação em garantir e potencializar o poder do povo, de modo a evitar deslizos e manobras no processo eleitoral. Entre as propostas reformistas postas em exame cumpre inserir quais as cautelas que deverão ser adotadas para o anseio de seus preceitos, buscando a preservação e majoração da soberania popular, fim indissolúvel de qualquer processo de aprimoramento ou mutação política.<sup>7</sup>

Aludiu sobre o sistema de listas fechadas ou ordenadas, em que o partido político apresenta uma listagem pré-ordenada na qual constarão os nomes de seus candidatos e a ordem que serão convocados a assumir os cargos, de acordo com o número de cadeiras alcançadas pelo cálculo do quociente eleitoral, e acrescentou que os congressistas favoráveis à idéia e que defendem a alteração argumentam que os partidos seriam fortalecidos e que o troca-troca de siglas diminuiria.

O Desembargador José Eduardo Machado Almeida abordou também a cláusula da barreira, onde o projeto propõe abaixar a barreira para reconhecimento no Congresso de cinco para 2%, ou seja, o que se pretende com a proposta é que, para se ter representação nacional, o partido tenha que alcançar 2% do total de votos registrados na eleição para a Câmara dos Deputados e finaliza seu pronunciamento enfatizando que este evento tem por objetivo oferecer um amplo fórum de discussões e reflexões sobre o processo de reforma das instituições políticas brasileiras, contemplando conseqüentemente os diversos segmentos da sociedade nacional. Neste momento, a palavra voltou ao Presidente da Assembléia Legislativa, que transferiu de imediato ao primeiro inscrito, o deputado Fernando Hugo (PSDB).<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Palavra cujo significado denota em consultar a população com objetivo de saber se o mandato do candidato deve ou não ser revogado.

<sup>7</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.



O deputado Fernando Hugo iniciou seu discurso agradecendo aos componentes da Mesa pela escolha de tão relevante assunto e externando sua satisfação em participar do presente debate sobre Reforma Política. Mencionou num primeiro momento que tudo que a população espera, sonha e idealiza como crescimento da Nação tem que partir da Justiça Eleitoral e para ela tem que ser dada uma condição mínima para que seja firme, forte e que tenha o poder de fiscalizar. A palavra voltou neste momento ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, que a encaminhou ao deputado Chico Lopes (PC do B).

O deputado Chico Lopes comentou num primeiro momento sobre a adequação do tema escolhido para debate, argumentando que um país dependente como o Brasil, que tem imposição externa, falar de reformas é uma coisa que tem que ter uma maior análise do que se quer discutir. Quando um país dependente que entrou numa política econômica através de Fernando Collor de Mello, tão bem executado por Fernando Henrique Cardoso e agora, com o Sr. Lula e sua política econômica, não diferem muito do Governo anterior.

O deputado Chico Lopes comentou também que o FMI (Fundo Monetário Internacional) também pediu reformas partidárias e o modelo não é nosso, tudo vem de fora para dentro do País. Sobre a fidelidade partidária, comentou que só entra num partido que tenha a ver com o que se pensa ideológica e politicamente.

O deputado Chico Lopes concluiu sua palavra aludindo:

Nós estamos precisando é de uma reforma que tenha respeito com o nosso País, com a soberania nacional, fora disso qualquer reforma, muito boa discussão, estudantes de direito vão se deleitar, mas quando vai para prática é essa miséria. Temos 80% da população que ganha 2,2 salários mínimos, 40% abaixo da linha da pobreza, e quem não come e não lê não tem condições de votar em ninguém.<sup>9</sup>

Neste momento, a palavra voltou ao presidente da Assembléia Legislativa que a transferiu de imediato ao Procurador-Geral do Município de Fortaleza, Dr. Deodato Ramalho.

O procurador geral de Fortaleza, Deodato Ramalho num primeiro momento advertiu que sua presença no debate era uma representação política e que suas expressões relacionadas ao assunto não tinham nada a ver com o pensamento da gestora da cidade, embora ambos tenham afinção, inclusive política, mas advertiu novamente para não criar nenhum embaraço para a mesma. Ressaltou que a crise que se vê hoje no Brasil não é nova, existe desde as primeiras “eleições lá no Império” (sic) e isso vem se repetindo. Sobre o financiamento público, expressou seu pensamento argumentando que tal iniciativa serve praticamente para cobrir as despesas administrativas da vida do partido, não para a campanha eleitoral. Portanto o financiamento público de campanha é sim a grande saída.

O procurador geral do Município, Dr. Deodato Ramalho acrescentou ainda que o próprio financiamento não vai resolver tudo, citando como exemplo o caso da Alemanha, um parlamentarismo moderno, um parlamentarismo avançado, e estão lá num terrível impasse agora na última eleição, porque nenhum dos partidos atingiram a maioria absoluta e terão que negociar nova eleição. Sobre o voto distrital misto e com lista aberta comentou sobre o discurso de cápsulas partidárias, sobretudo quando se tem partidos políticos com uma estrutura não-demográfica, que acabam realmente manipulando, mas quando se tem a lista aberta é o eleitor que vai decidir a ordem dos eleitos, porque assim se tem a lista aberta.

Logo em seguida a palavra voltou ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, que a passou ao deputado Gony Arruda.

Este complementou sua argumentação anterior explicando que quando havia dito que era contra a fidelidade partidária, quis dizer que era contra a introdução da fidelidade partidária como regra, para evitar situações como do deputado federal João Alfredo, que também acabou de mudar de partido, apesar de um longo casamento, mas em função do partido do deputado federal João Alfredo ter mudado o programa e não ter sido fiel ao mesmo, por isso afirma que é favorável à fidelidade programática, e ao partido também.

O deputado Gony Arruda lembrou que foi eleito, foi reeleito, que nunca trocou de partido e não pretende mudar, mas tem assistido a casos como o da Senadora Heloísa Helena (PSOL – AL), casos como o do deputado federal João Alfredo, que foram eleitos defendendo determinadas bandeiras e seu partido mudou de posição. Logo em seguida a palavra foi encaminhada pelo presidente da Assembléia Legislativa ao desembargador José Eduardo Machado Almeida.

O desembargador José Eduardo Machado Almeida argumentou que acredita que o político ainda não tem cultura

<sup>8</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>9</sup> Idem

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

para ser político, e que vão passar mais uns cem anos para que o político adquira essa cultura. Que o político hoje visa mais um cargo de político, quando na verdade ele deveria usar o cargo para defender o seu representado. Acrescentou que é exatamente por isso que as eleições são corruptas, que o candidato quer de qualquer forma ganhar: para poder usar aquele cargo político para fazer as manobras que ele pretende fazer. A justiça eleitoral hoje está muito aparelhada segundo o desembargador, muito bem preparada para as eleições. Ocorre que esta justiça é diferente da Justiça comum, pois na justiça comum estamos com um déficit de Juízes, não temos Juízes suficiente para decidir todas as questões; a população da cidade de Fortaleza aumentou e o Tribunal ficou do mesmo tamanho, os Juízes no mesmo número de membros.

Logo em seguida o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, transferiu a palavra ao deputado federal João Alfredo que afirmou viver-se hoje uma situação política diferente de alguns anos atrás. Por mais que os fatos que aconteceram há pouco tempo, o problema do financiamento privado, da falta de controle social, da própria forma como tem funcionado as eleições, onde primeiro se tem uma televisão: TV Senado, TV Câmara, em breve surgirá a TV Assembléia, em Canal Aberto, que possibilita a quem tem, não toda a população mas, aqueles que têm assinatura ou a quem tem acesso e utiliza bem a Internet, pode acompanhar todas as ações dos Parlamentares.

O deputado federal João Alfredo comentou também sobre a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), quando todos atualmente sabem que quando se tem uma apuração há possibilidade de acordos e das “pizzas”, que existem tramadas, existem jogos de interesses nesses processos todos.

João Alfredo relatou que:

Na medida em que não temos o parlamentarismo que prevê, no caso de uma crise, a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições...Aqui no Brasil você fica, a crise pode durar quatro anos porque não há esses mecanismos institucionais, no máximo o levantamento de uma situação ou outra, com todos esses procedimentos que estão acontecendo. E a crise contamina tudo, não se vota nada, fica tudo parado, matérias importantes não são votadas, então temos que criar mecanismos.<sup>10</sup>

Finalizando seu discurso, enfatizou que é preciso ser criativo nesse momento, mas se o povo não entrar para propor isso, nada acontece. Neste momento a palavra voltou ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals que a transferiu ao professor Valmir Pontes Filho.

Este falou sobre o assunto da cláusula de barreira, revela apenas um receio: que a inexistência dela ocasione o surgimento de siglas de aluguel, e que patrocinem candidatos aventureiros. Já se teve uma candidatura que logrou êxito e que levou o País à desgraça, e é possível que surjam outras. Afirmou que confia na democracia, que pode ser um péssimo regime mas é melhor que todos os outros. Quanto mais eleições houver melhor, quanto mais parlamentares tivermos melhor, e sua fé reside na juventude.

O professor Valmir Pontes Filho acrescentou que o País não precisa de uma Constituição nova, precisa de um novo par de olhos para olhar bem a Constituição e terminou seu discurso com uma colocação feita por seu querido amigo Ministro Carlos Brito, que aludiu ao modo de ver a vida, quando comentou sobre um cego, numa rua de Paris que pedia esmolas e eram poucos os transeuntes que depositavam moedas no seu chapéu. Até que passou um poeta, e condóido pegou a placa onde o cego havia escrito que era cego e pedia ajuda e reformulou o escrito. Imediatamente as pessoas começaram a depositar muitas moedas no chapéu. No dia seguinte o cego reconheceu o seu benfeitor pelas passadas e perguntou: Meu caro, como você fez isso, o que foi que colocou no meu chapéu? Ele disse: “Eu não disse muita coisa diferente, apenas disse que era primavera em Paris e não posso vê-la”. Então, concluiu o professor Valmir Pontes Filho: É primavera no nosso País e é preciso que a vejamos.

Neste momento, o presidente da Assembléia Legislativa encerrou o debate agradecendo a presença dos jovens estudantes que compareceram, dos servidores, representantes de entidades, da sociedade civil, dos debatedores que engrandeceram o presente debate, dos senhores Parlamentares e Vereadores, declarando encerrado a audiência.<sup>11</sup>

A grande crise brasileira passa pelo sistema representativo, que não fornece ao eleitor instrumento para retomar o mandato dado por meio de eleição. É importante a criação de mecanismos de participação popular no Governo, pois há no Brasil uma carência em termos de regime verdadeiramente democrático.

As Medidas Provisórias (instrumento impróprio para um regime presidencialista, inventado no mais confuso dos

<sup>10</sup> Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

<sup>11</sup> Idem.

## QUESTÕES NACIONAIS – 2005

parlamentarismos, o da Itália, e adotado nas loucuras de 1988); o voto obrigatório (constrangimento do eleitor, não praticado em nenhuma grande sociedade democrática); e o peso do voto de cada cidadão variando conforme o estado da Federação, são alguns dos exemplos que contradizem a nossa democracia.

Esta reforma política, por urgentíssima que seja, porém, não é uma panacéia. Não há regime político algum capaz de satisfazer a todos igualmente. Até nas mais sólidas e estáveis democracias do mundo, como a Inglaterra, parlamentarista, e os Estados Unidos, presidencialista, ambas com voto distrital, há sempre gente querendo mudar o sistema.

É importante, pois, que se definam prioridades que visem garantir à sociedade e à república brasileira, a harmonia de que tanto necessitam, para, juntos, governo e sociedade, possam vencer esta chaga chamada corrupção

## O IMPEACHMENT NA HISTÓRIA DO BRASIL

Autor do requerimento: Dep. Pedro Uchôa (PMDB)

Palestrante convidado: Dep. Federal Mauro Benevides (PMDB - CE)<sup>1</sup>

Data: 26/09/2005

No dia 26 de setembro de 2005, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou debate sobre o Impeachment na História do Brasil, tendo como palestrantes o deputado Federal Mauro Benevides (PMDB/CE), e debatedores o Professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira, o Professor Djalma Pinto e o Dr. Marcos Gomide – Diretor de Telejornalismo da TV Verdes Mares.



Com o aprimoramento das instituições democráticas, a possibilidade de se remover um Chefe de Estado que venha a cometer atos incompatíveis com as funções as quais deve exercer tem sido cada vez mais ratificada tanto na jurisprudência quanto nos textos constitucionais dos países do Ocidente, que adotam o sistema presidencialista.

No Brasil, apesar dos problemas econômicos e sociais, são inegáveis os avanços no sentido de dotar a Nação de instituições sólidas que, no todo, refletem a aceitação da população brasileira pela Democracia.

No sentido de garantir uma Democracia plena é que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu nos artigos 51 e 52 a competência da Câmara Federal para autorizar por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, bem como a competência privativa do Senado Federal em processá-los e julgá-los.

O amadurecimento de uma sociedade democrática pode ser auferido pela sua capacidade de transpor crises, por vezes insustentáveis, dentro da mais absoluta transparência e normalidade constitucional, como também pela preservação da legalidade jurídico-institucional.

Nosso País deu mostras desse amadurecimento quando do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Naquela ocasião, o clamor popular não ofuscou o equilíbrio do Congresso Nacional que soube, aliado ao Supremo Tribunal Federal, conduzir o processo respeitando os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Na esteira desse sentimento, e fiel às mais altas tradições democráticas, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou debate sobre o Impeachment na História do Brasil com vista a discutir e esclarecer a opinião pública sobre tão relevante tema na história política do nosso País.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB) abriu a sessão cumprimentando a todos e comentando que o tema em questão é importante e atual, porque “estamos vendo diariamente nos jornais essa discussão”<sup>2</sup>. O presidente anunciou o primeiro debatedor, deputado federal Mauro Benevides, que saudou o presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, deputado Marcos Cals, destacando ter este se projetado na vida pública por posições corajosas, sobretudo por buscar a sintonia entre o Parlamento e a opinião pública do Ceará.

Cumprimentou a todos os presentes, em particular os ex-deputados Barros Pinho e Iranildo Pereira, “que compartilharam aflições e momentos dramáticos, quando eram poucos os que se encorajavam para lutar em favor da normalidade dos

<sup>1</sup> Advogado, jornalista e professor. Ex-Presidente do Senado Federal.

<sup>2</sup> Ata da audiência pública do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, do dia 26 de setembro de 2005, para debater sobre o impeachment na história do Brasil. divisão de taquigrafia, revisão e anais da ALEC. P. 2.

quadros institucionais do País”<sup>3</sup>. Homenageou não apenas a eles, mas a outros militantes de preeminência assemelhada, como Rouffem de Oliveira, que integrou segundo ele,

aquele grupo ardoroso na defesa dos princípios que poderiam conduzir o país, naquele momento, à normalidade política institucional, quando, naquela camisa-de-força que foi imposta ao país com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional Nº 2, dois partidos ficaram no tablado das disputas políticas: Arena e MDB. Nós integrávamos a oposição no MDB, e os companheiros agora mencionados participavam comigo na direção do partido, da sua Executiva, enfrentavam as dificuldades da própria conjuntura, e sabiam fazê-lo sempre com aquela dignidade e sobriedade que caracterizaram a nossa luta, na busca daquilo que seria o nosso reencontro, tantos anos depois, com o estado democrático de direito, ocorrido em 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Carta Cidadã.<sup>4</sup>

O deputado federal Mauro Benevides lembrou dos famosos caras-pintadas que exercitaram uma pressão legítima sobre o Congresso, nos idos de 1992, quando a Câmara e o Senado estavam preparados para um acontecimento de enorme repercussão para a vida política brasileira, que foi o Impeachment do Presidente Fernando Affonso Collor de Mello.

Em seguida, o palestrante fez uma síntese dos acontecimentos: em 1989, um político jovem alçara a Chefia da Nação, após fascinante jornada eleitoral, em que a mensagem moralizadora de caça aos marajás foi a tônica de uma pregação alardeada em todas as aparições públicas. No segundo turno teve como adversário o atual titular do cargo Luís Inácio Lula da Silva, atual Presidente da República.

Na transição, o Presidente José Sarney não lhe criou qualquer embaraço para o implante subsequente das primeiras providências oficiais. A indicação de um dirigente do Banco Central, inclusive num contexto de um planejamento que apontou, logo em seguida, para o confisco de depósitos, numa medida inusitada, geradora de indignação entre pequenos, médios e grandes poupadores no país.

A idéia fixa de encaminhar o Brasil na trilha do primeiro mundo, objeto de ampla exposição perante o Conselho da República, passou a ser perseguida obsessivamente como meta inarredável, entrega a política externa ao Ministro Francisco Rezek, compelido a renunciar à vitaliciedade de seu posto de Ministro do Supremo para redirecionar a política externa brasileira. Persistente na adoção de providências que considerava fundamentais, Collor de Mello começou a enfrentar opositores, a falta de partidos que lhe pudessem oferecer sustentação política ou parlamentar.

Se alguns êxitos lhe foram consignados no curso de sua acidentada gerência, a eclosão de ocorrências estorvadoras o desorientaram, a partir do instante em que a Revista Veja, em sua Edição de 24 de maio de 1992, estampou bombástica entrevista de seu irmão Pedro Collor, produtor de inevitável instabilidade. A reportagem suscitou a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, incumbida de examinar atos desabonadores, praticados pelo tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, cuja influência junto a setores governamentais e empresariais o tornou autêntica eminência parda, com poderes ilimitados, em calamitoso procedimento que denegriu a imagem do ex-ocupante da Presidência da República.

O deputado federal Mauro Benevides relatou, então, o desenrolar dos acontecimentos após as primeiras denúncias:

Em Fortaleza, às vésperas de ser agraciado com a Medalha do Mérito Industrial pela Federação das Indústrias, presidida naquela ocasião por Luís Esteves Neto, recebi apelo do Ministro da Justiça Célio Borja, para que retornasse a Brasília, a fim de inteirar-se de modo pormenorizado dos acontecimentos, quando ouviu do próprio Ministro a confirmação de seu intento, em apurar as denúncias e punir os que estivessem envolvidos em tais ilicitudes.

O expositor adiantou que no dia seguinte a sua chegada a Brasília, dois Senadores da República, vinculados politicamente ao Palácio do Planalto, reiteraram compromisso de não admitir qualquer transigência na busca de dados relevantes. Tentava-se, com isso, vedar que se instalasse uma CPI, cuja convocação omitiria o nome de Fernando Collor e se restringiria a investigar Paulo César Farias, sobre quem recaiam as responsabilidades por ações delituosas, apuradas no parecer do Senador Amir Lando.

<sup>3</sup> Ata da audiência pública do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, do dia 26 de setembro de 2005, para debater sobre o impeachment na história do Brasil. divisão de taquigrafia, revisão e anais da ALEC. p. 3.

<sup>4</sup> Idem, p. 3.



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

O deputado federal Mauro Benevides ressaltou que a competência de seu companheiro do PMDB ainda o mantém em destaque, graças à inteireza do seu caráter e à retidão para o fiel cumprimento de tarefas de imensas responsabilidades, como a que lhe foi atribuída à frente da chamada CPI do Mensalão.

Os fatos subseqüentes dispensam um relato mais circunstanciado, até chegar-se aos pleitos da Associação Brasileira de Imprensa, com o seu saudoso Presidente Barbosa Lima Sobrinho, e do Conselho Federal da OAB, então confiado ao Dr. Lavanere Machado, tendo por base a prática de Crime de Responsabilidade por parte do Ex-Presidente Collor de Mello. As duas entidades fundamentaram-se na Lei Nº 1.079, de 1950, iniciando-se o rito procedimental pela Câmara dos Deputados, numa tramitação que foi acompanhada de perto pela mídia e pelos segmentos mais conscientizados da sociedade civil organizada.

Ultimado encaminhamento naquela Casa do Congresso, coube ao Presidente na época, o Deputado Ibsen Pinheiro.

Obedeceria, a partir de então, a norma preconizada pelo já citado diploma legal, a Lei 1.079, com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sidney Sanches.

Honrando a observância de preceitos claramente estabelecidos, iniciou-se o processo com a instalação de Comissão Especial, presidida pelo então Senador Elcio Álvares, do PFL do Espírito Santo.

O livro do Elcio Álvares A Comissão que Processou o Impeachment, é uma obra preciosa, pela precisão como são detalhados os fatos que a comissão teve a incumbência de processar, de examinar e de identificar como testemunhos irretorquíveis de que se praticara, no caso, um Crime de Responsabilidade<sup>5</sup>.

A Relatoria desse processo esteve a cargo de um notável homem público, o Senador Antônio Marins, que chegou a governar apenas por cinco meses o Estado da Paraíba, numa eleição que lhe garantiu a maioria do voto dos paraibanos, mas com a saúde combalida não pôde continuar no desempenho daquele mandato.

O afastamento do Presidente Collor de Mello e a assunção de Itamar Franco ocorreram sem incidentes, em meio à perplexidade das correntes de opinião, ansiosas por um deslinde que restabelecesse a confiança dos brasileiros no seu dirigente maior.

No dia 29 de dezembro, com o Congresso convocado extraordinariamente a partir do dia 25 de dezembro, dia de Natal, numa quebra de tradição de qualquer Casa Legislativa no mundo, realizava-se a Sessão de Julgamento, sob a Presidência do Ministro Sidney Sanches. O advogado Moura Rocha procedeu a leitura de uma Carta-Renúncia.

O deputado federal Mauro Benevides relembra que a Sessão do Senado Federal estava sendo presidida pelo Ministro Sidney Sanches, que o colocara à sua direita, cadeira habitualmente destinada ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora. Então o advogado Moura Rocha dirigiu-se ao Presidente Sidney Sanches e citou esse fato para que ficasse claro junto aos jovens universitários, estudantes de Direito, e colegiais presentes, de que naquele momento se caracterizava uma distinção muito precisa entre o Presidente do Senado e o Presidente do Congresso Nacional.

A presidência do Senado, na época, por uma imposição da Lei Nº 1079, tinha sido atribuída ao Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Sidney Sanches, já que o Senado se transformara num grande Tribunal para julgar um processo de Crime de Responsabilidade contra o Presidente da República. Então, o advogado Moura Rocha – a diferenciação de atribuições entre o Presidente do Senado e Presidente do Congresso, quando, em procedimentos normais é uma única pessoa: Presidente do Senado e o Presidente do Congresso, (hoje o Senador Renan Calheiros preside o Senado e preside o Congresso)–, foi aí então que o advogado Moura Rocha pediu desculpas ao Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Sidney Sanches e disse: Ministro Sidney Sanches, (foram mais ou menos as suas palavras), Vossa Excelência vai me permitir que, nesse instante, eu não me dirija ao Presidente do Senado Federal, mas possa fazê-lo ao Presidente do Congresso Nacional, já que a matéria que vou tratar, a partir de agora, não é da competência do Senado e sim da competência do Congresso Nacional.<sup>6</sup>

Então, a carta que foi entregue a Mauro Benevides dizia:

Excelentíssimo senhor Senador Carlos Mauro Cabral Benevides, Presidente do Congresso Nacional, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que nesta data e por esse instrumento, renuncio ao mandato de Presidente da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro

<sup>5</sup> Ata da audiência pública do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, do dia 26 de setembro de 2005, para debater sobre o impeachment na história do Brasil. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da ALEC. P. 5.

<sup>6</sup> Idem. P. 6.

de 1989. (Ele cita o primeiro turno e o segundo turno). Brasília, 29 de dezembro de 1992. Assina: Fernando Afonso Collor de Mello.<sup>7</sup>

Diante da manifestação explícita, e tendo em conta a axiomática lição de que renúncia é um ato unilateral de vontade, convoquei o Congresso Nacional para que uma hora depois os Parlamentares tomassem conhecimento da histórica decisão do senhor Presidente da República.

Reunido o Congresso, com o comparecimento maciço de senadores e a razoável presença de deputados, formalizou-se a renúncia, oportunidade em que foi comunicada a posse do Vice-Presidente Itamar Franco para duas horas depois.

Ponderando que necessitaria de tempo para elaborar um pronunciamento à Nação, o novo titular da Suprema Magistratura não foi atendido por mim, pois havia o receio de que qualquer anormalidade fizesse periclitir o arcabouço democrático do Brasil. A posse, mesmo na singeleza de que se revestiu, com o comparecimento de alguns representantes do corpo diplomático, convocado às pressas, pelo Cerimonial, respeitou os princípios norteadores de uma decisão inédita, levada a efeito sem a quebra de qualquer diretriz que não se compatibilizasse com a obediência integral do que a Constituição e a Lei determinavam explicitamente.

O episódio inapagável em nossos fastos historiográficos com momentos inesquecíveis, em especial a concentração de 70 mil pessoas diante do edifício do Congresso, tendo à frente jovens estudantes, denominados de caras-pintadas, artífices de protesto monumental, de ressonância imperecível para os que assistiram àquele deslumbrante espetáculo de afirmação democrática.

O Congresso despontava soberano aos olhares contemplativos da sociedade brasileira, sequiosa por uma solução drástica e radical, consumada, enfim, dentro dos ditames da lei.

Encerrada a fala do deputado federal Mauro Benevides, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará concedeu a palavra ao próximo debatedor, o Professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira.

O professor Jorge Hélio saúda a todos presentes e começa sua explanação com a indagação de: O que significa Impeachment? Fez referência ao livro: Infrações Político-Administrativas e Impeachment. No primeiro capítulo o autor confunde Impeachment com impedimento.

Afirmou que:

Impeachment não quer dizer impedimento, tanto é verdade que o artigo 80 da Constituição: Em caso de impedimento do Presidente ou do Vice ou vacância dos respectivos cargos... logo, impedimento significa impossibilidade temporária. O Presidente Lula, na qualidade de Chefe de Estado, viajou. Então, deu-se o seu impedimento de continuar como Chefe de Governo aqui, condição assumida pelo Vice-Presidente José Alencar. Assim como o Presidente Figueiredo foi submeter-se, em Cleveland, nos Estados Unidos, a uma cirurgia ficou impedido, momentaneamente, de exercer a Presidência da República. Deu-se, então, o seu impedimento. Assim, a primeira observação é de caráter conceitual.

Dessa forma, impedimento é temporário. Impeachment, importado do presidencialismo norte-americano, se bem que não nasceu lá, significa impedimento definitivo, geratriz de vacância decorrente de uma condenação por Crime de Responsabilidade. Isso é um Impeachment. Essa primeira diferença há de ser feita.

(...)

O turbilhão que estamos passando, muitos países do mundo estão experimentando verdadeiros turbilhões naturais, os nossos são turbilhões humanos, políticos. Nós estamos vivenciando furacões e tufões, todos ao mesmo tempo. Nós estamos experimentando todos eles e com grandes lições, certamente que nos serão herdadas.

Onde nasceram essas bases da democracia representativa? Como defensor do Parlamento e da democracia, dentro da democracia representativa, devemos avançar para a democracia participativa. Somos uma sociedade de uma democracia política formal, ainda não temos democracia social nem muito menos econômica, portanto, temos aí uma democracia fragmentada, uma democracia pontual, uma democracia situacional, formalizada, mas precisamos avançar. A reforma política ou qualquer que seja a reforma que venha a ser feita, terá que incluir Veto Popular, Orçamento Participativo. Temos que aumentar os mecanismos de participação popular nos atos governamentais. Não há a menor dúvida disso.

Se olharmos bem e observarmos o que está acontecendo hoje no Brasil, o que são a Câmara e o Senado senão, a primeira, a cara do nosso povo, um espelho em miniatura, uma fotografia nossa, e o Senado, a nossa elite, com todas as suas evoluções e involuções; com todas as suas formações

<sup>7</sup> Ata da audiência pública do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, do dia 26 de setembro de 2005, para debater sobre o impeachment na história do Brasil. divisão de taquigrafia, revisão e anais da ALEC. p. 6.

e deformações; com todos os seus contornos; com todos os seus paradigmas, com o seu DNA. O bicameralismo nascido na Inglaterra, depois trazido para os Estados Unidos, e de lá nós importamos as CPIs, a idéia de que o Executivo deve satisfação ao Legislativo, tudo isso vem do Direito anglo-saxão. No Brasil, durante o período pós-independência, durante a monarquia a Constituição de 1824 não se previa o chamado crime por Impeachment. Por que não previa? Impeachment que vem do latim, *impedimentum*, significa a proibição da entrada. Veja que coisa interessante, o que é a evolução lingüística: É a proibição de entrar. No nosso caso, Impeachment é a compelição para sair. Na verdade, aqui é: forçar a sair.

Significado no Direito anglo-saxônico a expressão impeachment é uma punição por crime de alta traição. É essa a definição original do Impeachment. É uma penalidade, uma punição por crime de alta traição. (...)

No caso do Brasil não se adotou isso, porque nossa monarquia era de viés autocrático. Preferiu-se não tocar no assunto. Só com a República veio o Impeachment. E o Impeachment, muito timidamente tratado nas Constituições de 1891, 1934, evidentemente não tratado na de 1937, porque a Constituição de 37 não é uma Constituição, mas é uma excrescência escorchante dos direitos fundamentais que foi, autoritariamente, outorgada pelo então ditador Getúlio Vargas. Refere-se apenas ao aspecto formal jurídico, não fazendo juízo político de valor.

(...)

Kildere Gonçalves tem um bom texto de Direito Constitucional, diz que "o Impeachment não visa a punir delinqüentes, mas proteger o Estado, defendendo-o contra o mau administrador". Eu gosto dessa definição. Essa definição é pontualmente interessante. Por que o Collor não devolveu os supostos cinco milhões da Operação Uruguai? Por que o Collor não devolveu a suposta Fiat Elba?

A Constituição de 1988 trouxe para nós uma coisa muito importante. Estabeleceu, como já estabeleceu a de 46 e continuou a de 67, o chamado Crime de Responsabilidade cometível pelo Presidente da República. O art. 85 da Constituição diz que o Presidente comete Crime de Responsabilidade quando atenta contra a Constituição. É uma definição perfeita, genérica. Mas a Constituição continua: [...], especialmente quando ele comete algum ato contra a existência da União, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes Constitucionais das Unidades da Federação; quando ele comete algum ato contra o exercício dos direitos políticos individuais e sociais; contra a segurança interna do País; contra a probidade da administração e contra a Lei Orçamentária.<sup>8</sup>

O professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira acrescentou que o que serviu de base acusatória contra o Presidente Fernando Collor foi exatamente o inciso V do art. 85, ou seja, teria ele atentado contra a probidade na administração.

O professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira prosseguiu afirmando que, em 1806, o então Andrew Johnson, Presidente dos Estados Unidos, ia sofrer aquilo que seria o primeiro Impeachment. Mas pelo voto de um Senador que de última hora mudou a sua opinião, escapou do Impeachment. O caso mais famoso que chegou perto do impeachment, no mundo ocidental, foi o caso do Watergate. O Presidente Richard Nixon renunciou antes. O professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira indaga: por que a renúncia de Collor de Mello não foi aceita? No caso de Fernando Collor, para Jorge Hélio Chaves de Oliveira do ponto de vista jurídico a Sessão era de votação. O Ministro Sidney Sanches que presidiu a Sessão de então foi muito claro, quando disse: A Sessão é de votação, portanto, o direito a ampla defesa já havia se esgotado. Não houve renúncia de Fernando Collor. A renúncia de Collor realmente não sobreviveu.

Por fim, o professor Jorge Hélio Chaves de Oliveira salientou que não há necessidade de que seja instalada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para que a Câmara dos Deputados autorize, por dois terços, abertura de processo contra o Presidente. Para que a Câmara autorize, é preciso apenas que haja entre os Parlamentares algum pedido, e isso seja votado. Não há sequer direito à ampla defesa ali; não se há de falar de contraditório.

Segundo ele, essa autorização por dois terços da Câmara obriga, vincula o Senado a instaurar o processo, no caso de Crime de Responsabilidade. Não será a mesma coisa quando se tratar de crime por infração penal comum.

A Constituição diz: Se o Supremo Tribunal Federal receber a denúncia ou queixa crime, portanto, ele não pode receber. Mas no meu entender, depois que a Câmara, por dois terços, art. 51, Inciso I da Constituição, autorizar abertura de processo por Crime de Responsabilidade, o Senado se obriga a processá-lo e julgá-lo observadas todas as regras processuais, todos os princípios constitucionais.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará deputado Marcos Cals concedeu a palavra ao próximo debatedor, Dr. Djalma Pinto.

<sup>8</sup> Ata da audiência pública do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, do dia 26 de setembro de 2005, para debater sobre o impeachment na história do Brasil. divisão de taquigrafia, revisão e anais da ALEC. P. 9.

O Dr. Djalma Pinto cumprimenta a todos e começa sua explanação relatando que, o impeachment surgiu na Inglaterra, foi incorporado ao Brasil em 1891, e o único caso vivenciado na nossa História foi esse do Presidente Collor, na década de 90. Nos Estados Unidos, em 1838, um presidente sofreu um processo de impeachment, mas foi absolvido. Voltamos a tê-lo com o Presidente Nixon, em 74, que renunciou, E, agora, na década de 90, o Presidente Bill Clinton também foi absolvido pelo Senado.

Mas em síntese, para que haja uma compreensão desse instituto de grande importância na democracia, o impeachment nada mais é do que um instrumento de efetivação da soberania do povo. O dono do poder é o povo. Então o povo escolhe o seu governante para conduzir os seus destinos, e aquele governante, muitas vezes, age mal, pratica determinadas condutas que são tipificadas na Lei, na Constituição, são casos de improbidade administrativa também, outras ações que estão enumeradas na Lei 1079, uma Lei de 1950, que é uma das melhores Leis do Brasil e sobrevive ao tempo mas, infelizmente, não é divulgada. Para o dr. Djalma Pinto, na essência o povo é investido na condição de julgador. Essa condição de julgador, em essência, é inerente ao Poder Judiciário, excepcionalmente diante de situações que a Constituição, segundo ele, prevê, o Judiciário é substituído pelo Senado, onde estão os Estados representantes do povo, que inicia o processo na Câmara dos Deputados, mediante provocação pelo grande legitimado para iniciar o processo de impeachment, que é exatamente o cidadão, que é o destinatário da ação do governante. De acordo, com o dr. Djalma Pinto, no momento em que um governante age de maneira ofensiva ao decoro, no momento em que pratica ações que tipifiquem ilicitudes, independentemente do questionamento se aquelas ações tipificam crime, que esse é um julgamento que vai competir ao órgão jurisdicional, a esfera da cidadania fica realmente efetivada, demonstrando a sua altivez e o seu controle sobre o exercício do poder, através desse julgamento em que o Senado é investido, excepcionalmente, na condição de julgador, sendo então presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals anuncia com satisfação, para fazer uso da palavra, o próximo debatedor, Dr. Marcos Gomide que cumprimenta a todos, agradece o convite e diz-se muito honrado de estar presente na Assembléia Legislativa, podendo falar de um assunto tão importante e que marcou, de maneira profunda, a História do Brasil, especialmente a história republicana.

Para o jornalista Marcos Gomide, o assunto, por ser muito novo, inédito na História do Brasil, especialmente para os meios de comunicação e para os jornalistas, mereceu também uma cobertura especial, à época, 1992, não só das emissoras de TV, como de jornais e revistas. Adiantou que o caso começou a ganhar destaque, através da famosa entrevista, naquele abril de 1992, do então irmão do Presidente Fernando Collor, Pedro Collor. A partir da entrevista, num trabalho jornalístico de um repórter que acreditou, que foi buscar a informação, que sabia que poderia, a partir daquele ponto, começar a revelar os bastidores da Presidência da República, é que todos os fatos acabaram se desenrolando.

O evento Impeachment do Presidente Collor gerou uma ampla cobertura da imprensa na época, mas bem diferente do que seria hoje. Hoje, o que a gente está percebendo é uma cobertura a respeito dos fatos políticos com uma profundidade muito maior.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará concedeu a palavra ao próximo debatedor, Dr. Martônio Mont'Alverne Barreto Lima, que após um breve cumprimento dirigido a todos, iniciou suas breves considerações acerca do impeachment. Na sua visão, consolidaria a democracia brasileira e o papel do Poder Legislativo no País.

Chamou a atenção desse detalhe no atual momento, porque o Poder Legislativo, pelo que nós temos visto no noticiário, é que está na mídia e de uma maneira pejorativa. Mas observemos o seguinte, tudo o que nós temos hoje do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, realiza um princípio inerente à democracia e ao republicanismo, que é a transparência. Talvez na História do Brasil nós não tenhamos um poder tão aberto e tão sujeito aos influxos da opinião pública como o Poder Legislativo, e o Poder Legislativo Brasileiro. Nós temos no Brasil um Poder Legislativo que ainda com regimes autoritários e com as limitações que teve por imposição dos atos adicionais, a Constituição de 37, que o Dr. Jorge Hélio falou, e de outros instrumentos autoritários, o único Legislativo da América Latina que durante mais de 60 anos teve eleições ininterruptas. E, conhecidamente, o Legislativo que resistiu aos ataques das ditaduras e dos regimes autoritários, principalmente do último período de 1964. Eu tenho certeza que muitos de nós aqui lembramos do então Deputado Ulysses Guimarães cercado pelos cães da Polícia Militar, para o fechamento do Congresso Nacional, naquele turbulento de abril de 1964. Então, a resistência vem do Legislativo. E essa resistência não é nenhum episódio raro ou inerente ao Brasil. Essa resistência do Poder Legislativo se materializa por meio da chamada teoria da democracia. Todos os movimentos emancipatórios começaram no Legislativo. Tiveram os seus espaços de reivindicação no Poder Legislativo. Não é à toa, portanto, que em qualquer Constituição Democrática o Poder Legislativo, diferentemente do que se quer um constitucionalismo reduzido à normatividade, é sim, o Poder dos Poderes. Em caso de dúvidas e onde haja conflito entre Legislativo e outros Poderes, deve a razão democrática fazer com

que prevaleça o Poder Legislativo. Por quê? Duas razões. A primeira é essa tradição histórica do Poder Legislativo. Ou seja, o Poder Legislativo, repito, a partir da teoria da democracia moderna, é que foi a principal caixa de ressonância dos movimentos emancipatórios. E o segundo decorre de uma racionalidade. É o Poder Legislativo quem faz as Leis para todos obedecermos, inclusive ele próprio Legislativo. Então, isso dá esse destaque de proeminência na nossa atual Constituição, na medida em que seu art. 1º é muito claro. Nós somos uma democracia, um Estado de Direito Democrático e uma República Federativa, e numa democracia deve-se ter a proeminência do Poder Legislativo. Mas por que eu falo isso? Para dizer que a redemocratização brasileira, na minha avaliação, está vivendo o terceiro momento. Mas ela tem dois grandes momentos, primeiro, a Assembléia Constituinte de 87/88. Segundo, o Impeachment do Presidente Collor de Mello e, terceiro, o momento atual. Nos três momentos, o Legislativo estava presente. E o Legislativo brasileiro deu conta do recado institucionalmente, tanto no Impeachment do Presidente Collor de Mello, na Assembléia Constituinte e, no atual momento também. Ou seja, há algo extraordinário, as instituições estão funcionando, Ministério Público; a Imprensa está funcionando.

O professor Martônio Mont'Alverne afirmou ser um defensor da liberdade de Imprensa, porém, às vezes o problema pior do que a ausência da liberdade de Imprensa é só a informação deturpada que nós temos em excesso. Isso não é só do Brasil, é um problema da chamada imprensa mundial.

Por fim, não vê nada, nenhuma anormalidade institucional no atual momento. Isso é um ponto positivo para o constitucionalismo brasileiro. Uma vez mais nós enfrentamos um ponto fundamental, num momento crítico, e democracia deve se encontrar com crise; um momento crítico onde as instituições funcionam. Então, a nossa Constituição parece razoavelmente estar dando conta do recado, pois não se vê nenhuma diferença entre o que temos no atual momento e em outras sociedades, com experiências tão traumáticas como as nossas.

Após as palavras do Prof. Martônio Mont'Alverne, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Marcos Cals agradeceu a presença de todos os debatedores, bem como de todos aqueles que compareceram à Sessão Especial e declarou encerrado o debate.

Nos últimos tempos, a sociedade brasileira acompanhou atentamente o desenrolar da crise política centralizada em Brasília. São denúncias de corrupção – inclusive de parlamentares, de integrantes do Poder Executivo e de cargos estratégicos da esfera federal –, utilização de caixa 2, evasão de divisas e, sobretudo, a omissão e a prevalência de argumentos falsos e mentirosos com a finalidade de justificar crimes. Além disso, a quebra de paradigmas e de conceitos outrora defendidos sob o manto da ética, trouxeram à tona a relativização da punição e do conceito de crimes, o que só tende a contribuir com a impunidade.

Se por um lado, a crise política ameaça colocar em xeque a credibilidade das instituições democráticas, por outro vivencia-se um momento único na história da política brasileira. A sociedade pode acompanhar em tempo real o desenrolar das investigações feitas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no Congresso Nacional e as discussões travadas em torno das denúncias expostas diariamente pela mídia. Grande parte dessa conquista podemos creditar à atuação da imprensa e à implantação dos canais de TV no Senado e na Câmara Federal, que permitem ao cidadão o acesso à informação e a possibilidade de fiscalizar os seus representantes.

Nesses 14 anos que separam o processo de impeachment de Fernando Collor de Mello e o momento atual é evidente a maturidade política conquistada pelo povo brasileiro. Nesse período, passamos por seis processos eleitorais e um plebiscito. Em todas essas situações prevaleceu a democracia e a forma pacífica com que os eleitores foram às urnas. No entanto, essa maturidade não pode ser confundida com apatia ou tolerância.

A sociedade está atenta e cobra ação. Cabe então às instituições e ao poder público responder aos anseios do povo e trabalhar de maneira correta, distante de interesses político-partidários, para produzir resultados concretos que viabilizam a construção de uma nação verdadeiramente democrática e legítima.



## ÉTICA, CONTROLE SOCIAL E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT)

Palestrante convidado: Prof. Bruno Speck<sup>1</sup>

Data: 03/10/2005

No dia 03 de outubro de 2005, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou debate para discutir o tema “Ética, Controle Social e Financiamento da Política” que teve como palestrante Bruno Speck, da Universidade Estadual de Campinas e debatedores Sylvia Leão, da Universidade de Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará, bem como a jornalista Adísia Sá. Uma pergunta que se impõe na atualidade, após uma série de acontecimentos na política, é se algo fundamental como a reflexão ética transformou-se em algo ultrapassado, desnecessário ou esquecido pelos políticos. Fala-se de corrupção e o ponto de referência de tal afirmação concentra-se na esfera das ações políticas. Uma passagem rápida pelos noticiários (impresso e falado) dá-nos a dimensão do desafio ético que se impõe ao povo brasileiro: trata-se de encontrar uma configuração de sociedade que se confronte ao atual estado de negação da cidadania. Particularmente, discute-se o controle social e a transparência das ações políticas como mecanismos de recuperação das demandas da cidadania, bem como da ética como fundamento da ação política. Por fim, indaga-se sobre quais caminhos contemporâneos seriam capazes de ser resgate da cidadania e antídoto contra a corrupção. O evento que atendeu ao requerimento do presidente da Assembléia, deputado Marcos Cals (PSDB), e do deputado Artur Bruno (PT), teve início com a abertura dos trabalhos por meio da fala inicial do presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals que começou por saudar as autoridades presentes, para, logo em seguida, ressaltar o quão salutar tem sido para a sociedade cearense a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do seu Instituto de Pesquisa<sup>2</sup>, de realizar eventos dessa natureza em que o legislativo e a comunidade interagem no debate de idéias que se fornecem a partir da opinião esclarecida de “políticos, professores, doutores, para fazer palestras e expor pensamentos importantes de conduta dentro da sociedade”<sup>3</sup>.



Reiterou o fato de que se afigura como uma obrigação que compete à Casa, sempre envidar esforços para se trazer “nomes importantes e expressivos da nossa comunidade e de outras, a fim de mostrar quais são as ações mais corretas ou mais próximas, e a conduta que devemos ter dentro da comunidade”<sup>4</sup>.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aproveitou o ensejo para anunciar a assinatura do convênio, em Brasília, para a instalação da “TV Legislativa”. Isto possibilitará “... diariamente a divulgação de nossas discussões em Plenário, ao vivo, das sessões ordinárias, seminários, comissões permanentes, nas tramitações de matérias, ou mesmo numa Sessão Especial como essa”<sup>5</sup>.

Prosseguiu afirmando que é de suma importância que o povo do Ceará tenha acesso “a esse tipo de debate ampliado em maior número”<sup>6</sup>.

Por fim, arrematou desejando que todos os presentes aproveitassem o evento, pois a Assembléia Legislativa está

<sup>1</sup> Professor da Universidade Estadual de Campinas e autor do livro “Correntes do Pensamento Político-Social no Brasil no Século XX”, entre outros.

<sup>2</sup> INESP – Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, é um órgão técnico da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>3</sup> Divisão do Serviço de Taquigrafia e revisão de Anais. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP 03 de outubro de 2005, página 02.

<sup>4</sup> Divisão do Serviço de Taquigrafia e revisão de Anais. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP 03 de outubro de 2005, página 02.

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

<sup>6</sup> Idem, página ?????.

cônsua de seu papel e o faz, ao trazer bons palestrantes "... para que possamos discutir dentro da nossa comunidade o que é um comportamento ético, o que é um posicionamento correto dentro da Política"<sup>7</sup>.

Feitas estas considerações, o Presidente da Assembléa Legislativa, deputado Marcos Cals transmitiu a palavra ao deputado Artur Bruno, que iniciou cumprimentando a todos presentes. Em seguida, afirmou que o País vive de há muito uma crise no sistema de representação política. Acrescentou que tal crise afeta sobretudo os representantes que atualmente não detêm a aprovação geral da sociedade, e não foram capazes de engendrar mecanismos efetivos de participação direta na sociedade. Continuou afirmando que, apesar de haver nas sociedades políticas, hodiernamente constituídas, amplos meios que permitem a consulta popular, tais como, os institutos do plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis "poucos são os governos que utilizam esses instrumentos"<sup>8</sup>.

O deputado Artur Bruno ponderou, ainda, da necessidade de haver um maior sentido reflexivo, quer no Parlamento, quer no Executivo, quer nos demais segmentos da sociedade com vista a um maior controle das ações políticas, e com isto finalizou, agradecendo a oportunidade que o Presidente da Assembléa Legislativa proporcionou a todos promovendo tal debate.

Neste momento, o Presidente da Assembléa Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, anunciou a palavra do debatedor Bruno Speck, que iniciou sua fala com uma breve saudação a todos, para rapidamente começar a elencar sua apresentação baseando-se em três pontos. No primeiro ponto de sua explanação, o professor Bruno Speck afirmou que é necessário haver financiamento na política. No segundo, quais seriam os riscos que advêm de tal financiamento. E terceiro, quais são as normas, as práticas, as recomendações, os caminhos que alguns países trilharam nessa área.

O professor Bruno Speck enfatizou que estes três pontos principais seriam a viga mestra do pensamento sobre o qual ele iria se orientar para tecer suas considerações. Lembrou que considera um fato banal ser necessário financiar a política, afirmou que é necessário que se tenha recursos para "tocar a política, principalmente, para financiar organizações partidárias, que são organizações caras, que precisam de recursos para manter a estrutura partidária e formar quadros partidários"<sup>9</sup>.

Frisou ainda que considera "mais do que só manter organizações, é importante lembrar que nos partidos políticos encontramos um contraponto contra o poder do governo de manter quadros políticos, encargos, e precisamos de um outro lugar para hibernar fora do poder"<sup>10</sup>.

Ressaltou que para que haja dedicação à política, apresentando contrapontos ao governo, é necessário dinheiro. Neste caso, para incorporar a classe média ou a classe baixa na política é necessário o aporte de recursos.

Por fim, para endossar sua tese a favor do financiamento público de campanha, o professor Bruno Speck enfatizou que nas eleições de 2002, a soma de todos os candidatos - deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente – somaram quase 800 milhões de reais. O professor afirmou ainda que foi gasto quase 1 bilhão de reais nas campanhas.

Para o professor Bruno Speck, tais números são vistos pela imprensa em geral como um mero desperdício. Entretanto, o ângulo de sua análise se volta para outra perspectiva:

Por outro lado, se olharmos esse número e colocarmos em relação ao número de eleitores no Brasil, ou ao número de cargos que se elegeram com esses recursos, pode-se dizer que os 800 milhões de reais divididos pelos 120 milhões de eleitores, reduzem-se mais ou menos seis, sete reais por eleitor, para cinco cargos, como eu falei: deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente. Para cada cargo se gasta em média R\$ 1,00 (um real). Estou fazendo uma conta bem grosseira. Gasta-se em média R\$ 1,00 por eleitor, por cargo, para que esse eleitor possa se informar sobre todos os candidatos que concorrem a esses cargos.<sup>11</sup>

O professor Bruno Speck avançou ainda na discussão elencando alguns países e resumindo algumas experiências relacionadas ao financiamento público de campanha. Segundo ele, países como Alemanha, Espanha e México apostaram fortemente no financiamento público.

Por fim, concluiu afirmando que o próprio sistema de financiamento público encontra-se em declínio em alguns países, pois a filosofia de se resolver todos os problemas por meio do financiamento público não foi atingida.

Apontou como solução: "gerar mais transparência, tornar mais acessíveis os dados sobre financiamento da po-

<sup>7</sup> Divisão do Serviço de Taquigrafia e revisão de Anais. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP 03 de outubro de 2005., página 03.

<sup>8</sup> Idem, página 03.

<sup>9</sup> Idem, página 04.

<sup>10</sup> Idem, ibidem.

<sup>11</sup> Idem, página 05.

lítica; cobrar não só dos políticos, mas também da sociedade civil mais crítica desses dados, para tornar aquilo que é considerado por muitos como uma farsa”<sup>12</sup>.

A palavra voltou ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que anunciou a fala da professora e jornalista Adísia Sá. Após um rápido cumprimento a todos os presentes, ela teceu alguns comentários sobre o tema, muito principalmente no que toca à questão de como tais valores são percebidos pelo povo. Ressaltou que a soberania popular deve ser preservada. Criticou os partidos políticos que abusam do “caixa dois” e afirmou que o financiamento tal qual está não é absolutamente privado, ficando sempre o Estado, ou seja, o povo brasileiro responsável em arcar com o ônus deste prejuízo.

Afirmou ainda que tais recursos faltam para que o Estado invista com solidez nas áreas de saúde, educação e segurança. Por fim concluiu dizendo que em meio a toda crise moral que sacudiu o Brasil e parece querer fazê-lo sobrar, a professora vê tudo com otimismo pois, espera que novos postulados humanos, sociais e morais se ergam dos escombros destas ruínas. Dito isto finalizou agradecendo a todos.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará anunciou a palavra da professora doutora Sylvania Leão<sup>13</sup> que, após um breve cumprimento dirigido a todos, agradeceu a oportunidade enfatizando que o mais importante seria que todos pudessem conduzir o debate não na condição de filósofos, mas de pessoas do povo.

Em seguida, a professora doutora Sylvania Leão passou a tratar dos fundamentos que suportam a tradição ética no ocidente. Para a professora, o ocidente é herdeiro da filosofia grega, filho da mitologia e do tronco religioso judaico-cristão. No debate, a professora propõe um novo legado crítico surgido historicamente: ou seja, a crítica marxista, e sua economia política.

Num segundo momento, a professora Sylvania Leão procura abordar a irreconciliabilidade entre ética cristã, à luz dos evangelhos, e o acúmulo de capital ao citar MT. 6:24. Para ela, o termo dinheiro personifica uma potência que escraviza o mundo.

Citou ainda a Constituição Pastoral “Gaudium in Spes” sobre a Igreja no mundo de hoje à época do Concílio Vaticano II:

mas a finalidade fundamental da produção não é o novo aumento de produtos nem o lucro ou poderio, mas o serviço do homem. A atividade econômica não deve regular-se segundo as leis e métodos próprios da economia, mas exercer-se dentro dos limites da moral. Além disso, todos e em primeiro lugar, os poderes públicos devem tratá-los, no caso os homens, como pessoas e não como simples instrumentos de produção.<sup>14</sup>

Proseguiu a professora, indagando se quando houver um conflito de obediência entre a lei temporal e a lei divina, o que o homem no duplice aspecto cristão e cidadão, deveria escolher: a lei de César ou a lei de Deus?

A professora destacou que como contribuição ao debate caberia indagar “se as leis às quais somos submetidos como cidadãos, no caso a estrutura jurídico-política da sociedade conflitar com as leis evangélicas, o indivíduo-cidadão e o indivíduo-cristão, o que fazer?”<sup>15</sup>.

A professora acrescentou que na sua compreensão a política exerce uma ética farisáica; e “o controle social serve a que os homens permaneçam na cegueira, paralisados, prostituídos; e que o financiamento da política dá-se aos moldes do coletor de impostos, Zaquau”<sup>16</sup>.

A professora Sylvania Leão ponderou então que Marx já enxergava na crítica à economia política que as nações modernas, o Estado Moderno se revelam impeditivos à alta e contínua expansão do próprio capital: “Em sendo assim, não estaríamos hoje, agora, nesse exato momento, a discutir além da ética e do controle social e do financiamento da política, idéias de sociedade, e concernente a isso, interesses políticos conflitantes ou antagônicos?”<sup>17</sup>

E finalizou acrescentando que: “como conciliar se é possível, e se tratar disso dessa maneira, o Deus cristão e o deus dinheiro? A Sabedoria, o amor e a venalidade?”<sup>18</sup>

A Presidência transmitiu a palavra à professora Adísia Sá, que nas suas considerações finais, lamentou o fato de alguns deputados não se fazerem presentes a um debate de tal importância, principalmente no que diz respeito ao assunto de pauta da reunião e repassou de Amílcar de Melo, Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais e Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP 03 de outubro de 2005, página 09.

<sup>13</sup> Professora Doutora Sylvania Peixoto Leão Almeida: professora de mestrado acadêmico em Filosofia da Universidade estadual do Ceará – UECE – e da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

<sup>14</sup> Idem, página 15.

<sup>15</sup> Idem, página 15.

<sup>16</sup> Idem, página 16.

<sup>17</sup> Idem, página 16.

<sup>18</sup> Idem, página 16.

financiamento de campanhas. Ressaltou o fato que nem sempre um debate sobre ética é visto com simpatia em alguns setores de nossa sociedade e finalizou agradecendo a todos.

Neste momento, a presidência passou a palavra ao professor Bruno Speck para que também fizesse suas considerações finais. O professor iniciou manifestando sua discordância com o pensamento da professora Sylvia Leão. Para ele, a democracia representativa e os partidos políticos são os únicos veículos que podem nos representar. O professor reiterou seu mais profundo respeito pelos movimentos sociais como formas alternativas de oxigenar a política, mas se há espaço para todos, explicitou que também deve haver delimitações claras.

Também afirmou discordar da professora Sylvia Leão, no tocante ao fim do Estado. O professor Bruno Speck disse que não crê que as profecias de Marx e Engels estejam se realizando, e voltou a ponderar que “não penso em mudar radicalmente o sistema de representação, mas penso em como aperfeiçoar; vamos pregar coisas bem concretas: como enfrentar o problema do caixa 2?”<sup>19</sup>.

Por fim, disse que o papel a ser desempenhando no monitoramento de campanha e de seu financiamento não cabe tão-somente aos partidos políticos, mas também à sociedade civil e à imprensa. É necessário, segundo o professor, que todos os números sejam expostos ao público, para desta maneira, forçando os atores políticos, inclusive a justiça eleitoral, os candidatos possam apresentar contas mais verídicas. Após estas palavras a presidência transmitiu a palavra à professora Sylvia Leão que nas suas considerações finais, sustentou que:

a propósito da discordância radical do professor Bruno Speck, em relação ao que afirmei, gostaria de esclarecer que na condição de debatedora fiz indagações à luz das grandes fontes tradicionais da ética na nossa cultura. Fiz essa relação a partir da filosofia, do cristianismo e da crítica à economia política. Portanto, indaguei se se tratava disso. No caso, talvez, o senhor tenha discordado da indagação e não da afirmação, uma vez que ela não foi feita<sup>20</sup>.

Após estas considerações, a presidência deu por encerrado o debate.

No momento atual, os brasileiros assistem atônitos a denúncias em série, de um tal Marcos Valério distribuindo milhões, quase incalculáveis, de dinheiro suspeito em suas origens e em seus fins. Existem CPIs investigando órgãos públicos, e a oferta de “mensalões” a parlamentares, o que constitui crime de responsabilidade, uma vez que impede o livre exercício do Poder Legislativo, na forma do previsto no artigo 4º da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950. Há, sobretudo, graves acusações de ex-dirigentes do PT na malversação de dinheiro público e em atos de aliciamentos corruptos.

Uma das mais graves denúncias envolve o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, flagrado em relações promíscuas com o dinheiro público, nos caixas-2 de campanha e, principalmente, em negociatas com o publicitário Marcos Valério.

Algumas das denúncias do ex-Deputado Roberto Jefferson atingiram o núcleo central do governo. Estas foram dirigidas contra José Genuíno e, sobretudo, o Ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu, seja na sua omissão perante os empréstimos milionários ou na falta de ação contra denúncias de pagamento de “mensalão”.

Neste quadro, é inevitável a discussão sobre o tema da ética. Os fatos recentes têm mostrado ao povo brasileiro que a ética nas ações políticas não se garante através de um partido, mas deve constituir-se em essência da Nação e patrimônio de seus cidadãos.

Em especial, a reflexão sobre os fatos atuais da política brasileira invoca também as questões sobre a transparência das ações políticas como pressuposto das demandas contra a corrupção e pela ética, através da criação de mecanismos efetivos de controle social, pessoais e institucionalizados seja na fiscalização dos gastos de campanha, seja no acesso à estrutura que ordena a alocação e o uso dos recursos públicos.

Por fim, inquieta a noção de consciência ética da coletividade. Os fundamentos da consciência do homem advindos do meio familiar, comunitário, social e dos processo de aculturação não são mais porto seguro, pois encontram-se feridos de morte pela sedução do poder e pela submissão ao processo de acumulação de renda. Quais são os reais estragos causados pela fluidez entre o certo e o errado, e pela incompetência do Estado em julgar e punir? Essas questões estão ainda sem respostas prontas.

A avaliação constante do processo de construção e desconstrução de mitos, que tem como maior agente a mídia, deve também ser tarefa diuturna e requer envolvimento da sociedade e do Parlamento como seu, ainda, mais fidedigno representante.

Acreditamos que a democracia solidifica-se com ações éticas que junto com mecanismos de controle social, possibilitarão a formação de uma cultura de proteção à República.

<sup>19</sup> Divisão do Serviço de Taquigrafia e revisão de Anais. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP 03 de outubro de 2005, página 27.

<sup>20</sup> Idem, página 28.



## PARLAMENTO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Autor do Requerimento: Dep. Chico Lopes – PC do B

Palestrante convidado: Aldo Rebelo<sup>1</sup>, Ciro Gomes<sup>2</sup>

Data: 10/03/2006

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Sessão Especial no dia 10 de março de 2006, realizou debate sobre Parlamento, Democracia e Desenvolvimento, tendo como expositor o Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Câmara Federal. O evento contou com a presença do Senhor Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional. Presentes ainda, o Deputado Federal Mauro Benevides, representando todos os Deputados Federais cearenses, Inácio Arruda, coordenador da Bancada Cearense do Congresso Nacional, Vereador Tin Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Vereador Francisco Deuzinho de Oliveira Filho, Presidente da União de Vereadores e Câmaras do Ceará.

Com a secularização do poder, o homem tomou para si o direito de escolher os seus representantes e manda-



tários. O exercício do poder já não se encontra mais concentrado nas mãos de uma só pessoa. A gestão de recursos e cobranças de tributos, a elaboração das leis e o julgamento dos fatos entre as pessoas ou entre estas ou Estado são desempenhadas por diferentes servidores pertencentes aos quadros do Executivo, Legislativo e Judiciário. As funções do Estado se especificaram. O controle social aumenta dia-a-dia e já não mais aceita servidores públicos não comprometidos com os fins de garantir o bem-estar da população e o respeito à coisa pública.

O Parlamento é a arena de debates onde coabitam discursos que refletem a democracia eleitoral alcançada por repetidas reivindicações de combate à pobreza e desigualdades sociais, alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico e social e aspiração geral.

Destarte, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atendendo a requerimento do Líder do PCdoB, Deputado Chico Lopes, e em parceria com a União dos Vereadores e Câmaras do Ceará, conta com a presença do Presidente da Câmara Federal, o Deputado Aldo Rebelo, para proferir palestra sobre: o Parlamento, a Democracia e o Desenvolvimento Nacional, trinômio essencial para as Nações livres e soberanas.

A Sessão foi aberta pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcos Cals (PSDB), que iniciou falando da importância da ação do parlamento como garantia da democracia e pediu apoio de Aldo Rebelo ao projeto de Integração do Rio São Francisco.

Em seguida, a Presidência, anuncia a palavra do Deputado Chico Lopes, autor do requerimento que saudou o Ministro Ciro Gomes, de quem louvou esforços feitos para enfrentar os desafios da transposição.

Saudou ainda o Deputado Federal Mauro Benevides, de quem declarou ser amigo desde 1954, e ressaltou ser ele uma pessoa “das mais representadas no Estado do Ceará (...) por quem tenho respeito, carinho e admiração.”

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará concedeu, então a palavra ao Ministro Ciro Gomes<sup>2</sup> que cumprimentou a todos presentes à Sessão enfatizando a sua satisfação pela presença do Presidente Aldo Rebelo.

<sup>1</sup> Ex-Secretário-Geral da UNE e ex-Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Deputado Federal pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) desde 1990, é atualmente, Presidente da Câmara Federal.

<sup>2</sup> Ex-deputado estadual, ex-prefeito de Fortaleza, ex-governador do Estado do Ceará, ex-ministro da Fazenda no governo Itamar Franco e atual Ministro da Integração Nacional.



(...) a presença de Vossa Excelência, na minha terra e entre os meus, para nós é motivo de imensa satisfação.

A Vossa Excelência eu digo que essa é uma gente que se qualifica pela obstinação e pelo trabalho. E essas são características que eu reconheço e o Brasil inteiro que tem a oportunidade de conhecer a sua trajetória reconhece também.

Digo aos meus conterrâneos: Aldo Rebelo é o homem certo na hora certa. Um esforço, de aproveitando-se de maus comportamentos de uns, tem sido posto ao serviço da generalização. Isto é um grave perigo para a democracia e para o povo brasileiro. Todo grupamento humano na história e na geografia tem falhas. O homem nunca conseguiu ser um anjo, nunca, em momento algum, da civilização. Por isso as instituições democráticas não prometem a não-falha, o comportamento de anjos. As instituições democráticas o que prometem é o controle, o exercício dos controles e as eventuais punições para o cometimento de falhas. No Brasil dos tempos presentes, o cometimento das falhas, para as quais talvez desculpas nenhum haja, muitas vezes tem-se prestado a generalizações cujo objetivo é provar que a política é um pardieiro, que os políticos são todos, sem exceção, um bando de pilantras. E assim provada é a democracia e o poder popular que estarão negados. E isso, nós brasileiros mais doadamente do que muitos povos já sabemos não serve à melhor causa da nossa Nação.

Neste momento, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Deputado Marcos Cals anunciou a palavra do palestrante Aldo Rebelo, que iniciou com uma breve saudação a todos presentes fazendo um relato acerca da história do Ceará e sua importância para o Brasil.

O Brasil deve ao Ceará posições protagonistas nos momentos decisivos da sua história. É impossível escrever as páginas heróicas da luta pela independência do nosso País, a luta pela liberdade no Brasil, sem reservar aos cearenses medalhas de heroísmo dos seus antepassados. Desde os padre heróis, os mártires abatidos pelo colonialismo, aqui perto de nós, no Passeio Público, Praça dos Mártires, no Forte, que até hoje existe como testemunha inarrendável do valor do heroísmo e do destemor dos cearenses na luta pela independência do Brasil. Para não falar de Dona Bárbara, mulher cearense do Crato, prisioneira tangido em lombo de burro do Crato até Fortaleza, depois a Salvador, presa com seus filhos, e mantendo estoicamente a sua condição de lutadora pela liberdade e pela independência do Brasil.

A luta pela República, a jornada heróica do Dragão do Mar, do Marinheiro Francisco Nascimento, de Jangada de Fortaleza até o Rio de Janeiro. Depois, o mesmo Jangadeiro batendo-se como voluntário na luta civil pela consolidação da República no Governo do Marechal Floriano Peixoto. A luta dos cearenses pelas redemocratização do Brasil no período mais recente; a contribuição dos Ceará; a cultura do Brasil; poucos descreveram o nascimento da nossa Pátria, da linha Portuguesa, da nossa antropologia em forma de romance, como o cearense José de Alencar. Poucos compreenderam a alma do Brasil e transformaram a cultura do Nordeste do Ceará em cultura nacional como o pai da nossa Denise Dummont, o grande Humberto Teixeira que Iguatu revelou ao Brasil; outro cidadão de Iguatu – estou aqui numa polêmica com o Dr. Mauro Benevides, eu acho que é de Iguatu o Eliezer de Carvalho, que também enriquece o patrimônio cultural e da música do nosso País, além de Fagner, Belchior, Fausto Nilo e tantos outros cearense que o Brasil admira, respeita e estima, por serem ao mesmo tempo cearenses nordestinos e brasileiros no conteúdo e na forma.

O Ceará que ajudou o Rio Grande do Sul a cultivar a carne do charque. O Ceará que incorporou ao Brasil o território do Acre com seus soldados seringueiros dirigidos por um gaúcho improvisado de guerreiro, Plácido de Castro. O Ceará que deu alguns dos melhores combatentes da coluna Prestes, como Juarez Távora e seu irmão, morto no assalto ao Quartel de São Paulo, em plena Revolução de 1924, o Tenente Joaquim Távora.

O Ceará tem sido, portanto, fator de unidade do Brasil, de elevação da capacidade do Brasil se integrar, se conhecer e ganhar coesão como povo e como nação. Onde está um cearense, está presente o Brasil, está presente a alma mais profunda e mais verdadeira do nosso País: Na política, na cultura, nos seus poetas populares – eu quero reverenciá-los todos na figura do Geraldo Amâncio que não está aqui, soube que está em Portugal.

Em sua palestra, Aldo Rebelo destacou a importância do Parlamento para a manutenção da democracia e o desenvolvimento do País.

Qual é a atualidade do tema relacionado com o Parlamento, a democracia e o desenvolvimento? Eu creio que essas três palavras expressam a continuidade e a permanência da luta por um Brasil melhor. No parlamento, principalmente nas Câmaras Municipais, que foi o primeiro poder nacional constituído ainda quando o Brasil era colônia, já que os governantes das províncias quando os nacionais eram nomeados pelo Rio de Portugal, os únicos eleitos eram os mandatários municipais, e os Vereadores foram não apenas os primeiros legisladores, mas os primeiros brasileiros a terem um poder próprio

no País. Por essa razão que as Câmaras Municipais lutaram pela independência; as Câmara Municipais lutaram pela abolição da escravidão; as Câmaras Municipais lutaram pela República, porque era onde havia um espaço de poder democrático para as reivindicações de caráter nacional e de caráter libertário. O Poder Legislativo Nacional quando nasce num Brasil independente, já nasce com a sua vocação para a liberdade. Tanta liberdade queria, que mesmo um monarca, um Imperador de vocação liberal como era Dom Pedro I, não resistiu à tentação autoritária de fechar o Parlamento, prender e banir o fundador desse Parlamento, o nosso patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva. Desde esse tempo, a existência do Parlamento no Brasil, do Parlamento Federal, das Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais têm se ligado à luta pela democratização da vida material e da vida espiritual do nosso País. A luta pelas igualdades, a igualdade regional, a igualdade social, a igualdade cultural têm encontrado no Parlamento o espaço para a manifestação dos conflitos, das contradições e da diversidade de uma sociedade ao mesmo tempo tão virtuosa, ao mesmo tempo tão cheia de qualidades, ao mesmo tempo tão cheia de generosidade como é a civilização brasileira, mas ao mesmo tempo, Padre Linhares, tão carregada de vícios, de deformações, de desequilíbrios e de injustiças. O Brasil vive essa paradoxo, ao mesmo tempo vem construindo a civilização que é exemplar, mediante muitos aspectos aos olhos do mundo, mas ao mesmo tempo uma civilização tão carregada ainda de deformações que precisam ser enfrentadas e corrigidas, para que a promessa de democracia profunda, verdadeira e definitiva supere os desafios e os impasses que dificultam ou que impedem a sua realização.

As virtudes do nosso País, como processo civilizatório, são visíveis a olho nu, podem ser conferidas por qualquer brasileiro. A capacidade desse País permanecer único e não fracionado em várias Repúblicas ou republiquetas ou pequenos Estados nacionais como aconteceu no processo de Colonização em quase todo mundo. Várias Repúblicas de origem espanhola, as Repúblicas africanas seccionadas em guerras tribais, como o que sucedeu depois da descolonização europeia na África; a situação do Oriente Médio, países partilhados de acordo com os interesses, com os caprichos ou com a conveniência das grandes nações. “O Brasil poderia ter esse destino, não o Brasil único, não um só Brasil, mas várias Repúblicas de língua portuguesa. Poderíamos ter naturalmente porque a dominação Colonial impunha a ligação com vários centros dentro da Colônia “

Rebello falou da nossa civilização que permitiu que fôssemos um único País, inicialmente uma monarquia centralizada e, posteriormente, uma República Federativa que ainda não se realizou completamente no seu ideal republicano.

(...) civilização que encontra a sua base nos europeus que aqui vieram para povoar esse território, nas comunidades indígenas que aqui encontraram e que deram a sua insubstituível contribuição; a luta pela liberdade como os cariris entre outros, mas também a sua contribuição, a cultura.

(...) Essas cidades do Ceará em boa parte devem seus nomes exatamente à língua tupi. Em todas elas nós vamos buscar os seus significados. Essa é a contribuição indígena à nossa civilização: Na culinária, na língua, na psicologia do nosso povo; a contribuição africana, que junto com a europeia, nos fez um povo único e diferente, porque não-europeu, não-indígena, não-africano e, ao mesmo tempo, europeu, indígena e africano, mais do que no sangue, na miscigenação da cultura, da psicologia, do paladar, do gosto musical, em tudo nós encontramos com os três grandes troncos civilizatórios, e a eles acrescentamos coisas novas, porque o samba, por exemplo, não é uma criação africana, O samba tem origem no Brasil, cultivado principalmente pela população de origem africana, mas já com a contribuição do europeu, mas também do indígena. O brasileiro procurou portanto, uma nova identidade, rejeitado pelo europeu por não ser europeu; rejeitado pelo africano por não ser um africano puro; rejeitado pelo indígena por não ser um indígena puro, teve que encontrar-se como brasileiro. Mas ao encontrar-se como brasileiro, não podia retirar do nada sua identidade, ele tinha que retirá-lo do africano, do indígena e do europeu, principalmente do português. Por essa razão é que o nosso racismo, o nosso preconceito, deplorável e ainda existente, não tem a mesma natureza do racismo e do preconceito praticado por países tidos ou ditos como mais civilizados do que o nosso. Aqui nós temos o preconceito, mas não desenvolvemos o ódio racial, não desenvolvemos o ódio social, não desenvolvemos o ódio religioso. É possível conviver dentro da mesma família pessoas que professam religiões diferenciadas ou que podem não professar religião alguma. Nós não temos aqui o ódio regional que causa muitas vezes a luta fratricida e o derramamento de sangue entre pessoas da mesma nacionalidade.

Aldo Rebello destacou a questão social como fator fundamental para a democracia e o crescimento econômico para o Brasil.

(...) desenvolvemos lamentavelmente, deformações, desigualdades, injustiças que nós precisamos compreender, determinar, enfrentar, combater e superar. É conhecida e visível a desigualdade social, o abismo que separa imensa maioria dos brasileiros, desprovidos da melhor escola, da melhor saúde, do

melhor salário, da segurança pública, individual e coletiva, desprovidas de meios mínimos que dignificam a existência humana.

Aldo Rebelo destaca a desigualdade regional e fala da importância da educação para o desenvolvimento do país.

Nós temos a desigualdade regional, o desequilíbrio regional que impede também o Brasil de caminhar para a harmonia, para a equidade e para o equilíbrio, porque a desigualdade regional é a mãe da desigualdade social, da desigualdade na educação, da desigualdade na cultura, da desigualdade no salário, da desigualdade na escola e da desigualdade na saúde. (...)Nordeste, com o desenvolvimento, com a industrialização, viu o capital, os investimentos serem polarizados no Sul, no Sudeste do País e abrir um fosso que marca e que é uma mácula inaceitável no equilíbrio de uma sociedade que busca exatamente o ideal da civilização fraterna, democrática e equilibrada. Nós temos a desigualdade na educação, a escola pública vivendo o drama da busca da qualidade para aqueles que a frequentam. (...) Não há democracia sem acesso à Educação.

É verdade que a Educação não garante a solução de todos os dilemas de um país, mas é verdade também que sem a educação pública de boa qualidade, nenhum dilema do país será superado. A democracia será verdadeira, quando nós tivermos a possibilidade de oferecer a todos os estudantes do nosso País, a possibilidade de realizarem as suas potencialidades, de exercerem a criatividade de suas inteligências, mas hoje infelizmente ainda prevalece a desigualdade que destina ou o garoto pobre tem a sorte de ter a inteligência para o futebol ou, às vezes, para a música ou ele tem o caminho bloqueado, porque a escola pública mesmo quando há um esforço e eu quero aqui registrar o esforço que tem sido feito no Ceará, principalmente no ensino da matemática, que eu acho que é um esforço pioneiro, que mostra que é possível valorizar a Educação pública e dar a ela o mínimo de dignidade para aqueles que a fazem, que a frequentam.

Rebelo defende a necessidade da unidade política para que o Brasil possa se desenvolver:

(...)o desenvolvimento e o crescimento do Brasil é uma questão nacional acima dos Partidos, do interesse da nação e do interesse do País que deve mobilizar os trabalhadores, os Partidos, todos eles os intelectuais, os sindicalistas, os empresários, os acadêmicos e a juventude.

Todo nós podemos identificar as causas que refreiam a realização das nossas potencialidades de crescimento, removê-las e fazer com que o Brasil possa crescer, porque o crescimento não resolve tudo, mas sem crescimento não se resolve nada.

E sem crescimento você sequer, consolida a democracia no País, como consolidar democracia? O Santo Tomás de Aquino dizia que para o exercício das virtudes do espírito nós precisamos do mínimo das condições materiais.

Como democratizar um País que não tem emprego, que não tem renda que tem dificuldades para enfrentar os seus problemas sociais. Por mais que os governos se esforcem e tem se esforçado para atacar e enfrentar situações dramáticas.

É preciso que se reconheça o esforço que tem sido feito para se enfrentar situações dramáticas, com programas de emergência, mas por mais elogiável e reconhecida que seja a iniciativa dos Programas de Emergência é evidente que nós precisamos de enfrentar a questão do crescimento no desenvolvimento do País, porque isso é que vai tornar possível a concretização das nossas potencialidades.

Aldo Rebelo afirma acreditar que uma das condições para o avanço e a consolidação da democracia no Brasil é o crescimento da economia, porque o Parlamento não deve ser necessariamente sinônimo do confronto, sinônimo da guerra de facção, o Parlamento é acima de tudo o Parlamento da nação, o Parlamento do povo, o povo e a nação estão representados pelos Partidos, pelas facções, pelas correntes e pelas tendências. Mas nenhuma corrente, nenhuma facção e nenhuma tendência tem o direito de colocar os seus interesses acima dos interesses da nação e acima dos interesses do País.

O Presidente da Câmara Federal afirmou neste momento que “reside uma fragilidade no Parlamento por ser esse Poder exposto, talvez o único que se auto-investigue com tanta transparência, não conheço outra instituição nem pública nem privada que tenha o grau de transparência do parlamento”. Prosseguiu afirmando que apesar das fragilidades, defeitos, reside no parlamento uma tremenda força interna que emana da confiança do povo que sabe que, de quatro em quatro anos fará sua escolha eleitoral. O Dep. Aldo Rebelo adiantou que no processo de consolidação democrática do País, há que haver uma verdadeira luta pela conquista da soberania nacional. Segundo ele:

há uma relação muito profunda entre a democracia, os direitos sociais e a soberania do Brasil. O nosso

## QUESTÕES NACIONAIS – 2006

programa maior era a luta pela independência. Por que nos lutamos tanto tempo pela independência? Por que os palestinos lutam para ter o seu país? Por que Angola lutou pela sua independência? Por que os países fazem guerra para se transformarem em nações independentes? Se você não tiver o direito básico que é governar o seu próprio país, qual o outro direito que lhe resta?

Por fim, o Presidente da Câmara Federal, Dep. Aldo Rebelo, concluiu reafirmando a necessidade de o País se estabelecer cada vez mais no concerto das nações civilizadas, como um Estado independente. A independência faz-se necessária “pois um país precisa ser independente para se desenvolver, para garantir direitos sociais, porque numa colônia ninguém tem direito a nada!”

Após estas palavras o Dep. Aldo Rebelo manifestou sua satisfação em ter visitado o Ceará e podido expor seus pontos de vista e exortou “o povo cearense, as mulheres, os homens, os jovens, os intelectuais, os trabalhadores, os empresários cearenses, a juventude, a renovarem a confiança que sempre tiveram no Brasil.”

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals, finalizou a sessão, não sem antes agradecer a presença de todos participantes e convidados do Evento.

Com a secularização do poder, o homem tomou a si o direito de escolher os seus representantes e mandatários.

O exercício do poder já não se encontra mais concentrado nas mãos de uma só pessoa. A gestão de recursos e cobrança de tributos, a elaboração das leis e o julgamento dos fatos entre as pessoas ou entre estas e o Estado, são desempenhadas por diferentes servidores pertencentes aos quadros do Executivo, Legislativo ou Judiciário. As funções do Estado se especificaram.

O controle social aumenta dia-a-dia e já não mais aceita servidores públicos não comprometidos com os fins de garantir o bem-estar da população e o respeito à coisa pública.

O Parlamento é a arena de debates, onde coabitam discursos que refletem a democracia eleitoral alcançada com repetidas reivindicações de combate à pobreza e desigualdades sociais. Alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico e social é aspiração geral.



O Presidente da Câmara Federal, Aldo Rebelo, concluiu reafirmando a necessidade de o País se estabelecer cada vez mais no concerto das nações civilizadas, como um Estado independente. A independência faz-se necessária “pois um país precisa ser independente para se desenvolver, para garantir direitos sociais, porque numa colônia ninguém tem direito a nada!”

Fonte: Jornal Diário do Nordeste de 11/03/2006, p. 2

# IMPLEMENTAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)

Autor do requerimento: Dep. Artur Bruno (PT)

Palestrante convidado: Francisco das Chagas Fernandes\*

Data: 20/04/2006

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou, em Grande Expediente, no dia 20 de abril de 2006, debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB –, no Plenário 13 de Maio, tendo como expositor o professor Francisco das Chagas Fernandes, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). O Deputado Artur Bruno (PT), na qualidade de representante do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Marcos Cals (PSDB), presidindo a Mesa, convidou para composição desta, o Sr. Luis Eduardo de Menezes Lima, Secretário de Educação do Estado, representando o Governador do Estado do Ceará, a senhora Ana Maria Fontenele, Secretária de Educação de Fortaleza, representando a Prefeita Luizianne Lins (PT); o vereador Guilherme Sampaio (PT), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Fortaleza; o Sr. José Irineu de Carvalho, Consultor da APRECE<sup>1</sup>; a senhora professora Marta Vanelli, Secretária de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; a professora Lindomar Soares, vice-presidente da União de Dirigentes Municipais de Educação.



O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), será criado através de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC número 03/06), a ser votado pelo Congresso Nacional. Após a sua aprovação na Câmara Federal e no Senado, será necessária a criação de uma Lei Complementar para a regulamentação do Fundo.

No final do ano de 2005, a Câmara do Deputados aprovou por unanimidade, em primeiro turno, a PEC que cria o Fundo. O projeto encontra-se agora no Congresso Nacional. É importante salientar que a Lei de Regulamentação do Fundo irá discriminar de maneira objetiva e transparente, como os recursos serão utilizados, os critérios de fiscalização, a forma para cálculo do valor mínimo por aluno e o piso salarial nacional dos profissionais em educação. Inicialmente, as Secretarias Estaduais de Educação deverão se inscrever para participar do Fundo.

O Fundeb trará benefícios significativos, principalmente às regiões do Norte e Nordeste, como complementação da distribuição de renda do Governo Federal. A duração do Fundeb será de 14 anos e sua aplicação será gradativa durante os 4 (quatro) primeiros anos. Durante este período, os recursos dos Estados, Municípios e União, assim como a inclusão dos estudantes das creches, da educação infantil e do ensino médio, serão avaliados.

O Fundef foi criado há nove anos e destinou para a Educação Fundamental 32,7 bilhões. Em relação ao novo Fundo, a sua aplicação no final de quatro anos alcançará as cifras de 50,4 bilhões de reais, dos quais 4,5 bilhões serão repassados pela União. A expectativa do Governo Federal é de que o Fundeb ajude, aproximadamente, 48 milhões de estudantes da educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, ao contrário do FUNDEF, que financia apenas o Ensino Fundamental.

O Deputado Artur Bruno (PT), após registrar a presença dos Membros da Mesa, saudou os professores e professoras, os secretários e secretárias de educação e estudantes na pessoa do professor Francisco das Chagas, Secretário do Ensino Básico do MEC, e pediu para que todos “entendam que o Fundeb vai melhorar a vida de vocês, nas escolas com a criação deste Fundo, que é uma reivindicação não só dos educadores, mas é uma reivindicação da sociedade brasileira”. O Deputado Artur Bruno (PT) relatou que

todos participavam de uma grande luta em todo o país, pois o Fundo terá uma extensão até a inclusão das creches no programa do Fundeb, criado através de uma Emenda Constitucional e que a sociedade e as instituições que estavam ali representadas de uma forma conjunta, solicitaram ao MEC,

\* Secretário da Educação Básica (MEC)

<sup>1</sup> Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará.



em caráter de urgência a nova PEC do Fundeb como também determinar o piso para os professores de educação pública.

O Deputado relatou que a Assembléia Legislativa do Ceará foi fundamental no processo da CPI do FUNDEF<sup>2</sup>, que denunciou irregularidades no uso do dinheiro deste Fundo, como também, juntamente com o Deputado Ivo Gomes (PSB), criou o Comitê pela Eliminação do Analfabetismo Escolar, hoje modelo para outros estados do Brasil.

Após estas colocações, o deputado Artur Bruno passou a palavra para o Secretário de Ensino Básico do MEC, Francisco das Chagas. Após cumprimentar os componentes da Mesa e os presentes, destacou e agradeceu todas as colocações do Deputado Artur Bruno e lembrou aos presentes que

fui conselheiro do FUNDEF no estado do Ceará, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação –CNTE. Segundo o professor Francisco das Chagas a luta do Fundeb começou há três anos, na construção de uma proposta de redefinição do financiamento da Educação Básica. Uma proposta que tentou, em um primeiro momento, ampliar o financiamento – hoje sub-vinculado apenas para o ensino fundamental – em uma proposta de ampliação para toda a Educação Básica, em todas as etapas e modalidades de Educação Básica<sup>3</sup>.

Expôs que a proposta da PEC encontrava-se tramitando no Congresso Nacional e que estava sendo discutida na Câmara dos Deputados, tendo conseguido aprovação de 457 deputados, constando apenas 5 deputados contra. Assim, o debate sobre o Fundeb tem sido um tema de grande importância para a sociedade brasileira, pois mexe com a Constituição Federal, com o Financiamento da Educação no âmbito dos investimentos do Governo Federal, dos estados e municípios.

O professor Francisco das Chagas ressaltou ainda a importância da PEC, pois foi discutida em conjunto com a sociedade, conselhos estaduais de educação, secretários municipais de educação, contando também com o apoio do Ministério da Educação e da sociedade brasileira. Segundo análise do professor Francisco das Chagas, a PEC recebeu 29 emendas indicativas apresentadas pelos senadores, destas 13 foram acatadas parcialmente. Nenhuma emenda foi aceita em sua totalidade.

Por ter recebido emendas no Senado, a Proposta de Emenda Constitucional volta para a Câmara Federal para apreciação dos Deputados Federais e assim, ser aprovada. O professor Chagas destacou que a PEC 03/06 terá três pontos de grande significado e talvez decisivos, na discussão com a Sociedade, Entidades, Câmara e Senado. Primeiro, qual será o percentual destinado para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos. A segunda é o piso salarial para os Profissionais do Magistério. Este piso deverá vir regulamentado na Lei que cria o Fundo. E por fim, é o controle social e a fiscalização dos recursos oriundos do Fundeb. Finalizou tecendo comentários acerca das 6 características, que segundo ele são centrais dentro da construção dessa proposta de Emenda Constitucional.

A primeira é a matrícula. Todas as matrículas da educação básica, ou seja, creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos. A segunda, os recursos, o que custará para estados e municípios. A terceira característica é a complementação da União, que contará com 4,5 bilhões de reais aplicados progressivamente. A quarta característica seria a valorização dos profissionais da educação. A quinta é a progressividade: de 4 anos para que tanto as matrículas como o percentual do plano alcance os 4,5 bilhões. A última característica é o controle e a fiscalização<sup>4</sup>.

Após esta explanação geral, o professor Chagas colocou: “A lei que vai regulamentar o Fundo vai definir melhor como vai ser a organização e o funcionamento dos Conselhos e também a responsabilidade de fiscalização pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público”<sup>5</sup>.

Enfatizou que a proposta do Fundeb era consertar distorções no sentido de uma grande cidade ou uma pequena cidade terem o mesmo percentual, sem que haja privilégios para um ou outro estado, visto que a União irá ajudar com o complemento de verba para estados e municípios com o poder de arrecadação menor.

Por fim, expôs que o Governo Federal, juntamente com o Fundeb, repassou 450 milhões de reais; já o Fundeb

<sup>2</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental realizada em 1999.

<sup>3</sup> Ata da 24ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

receberá um complemento de 4,5 bilhões de reais e que a ação sistêmica no financiamento e a complementação da União irão proporcionar uma diminuição significativa das diferenças sociais.

O palestrante continuou a exposição de dados, enfatizando números que dizem respeito à questão de valores do repasse da União para os Estados. Segundo ele

a complementação do Governo Federal é importante, mas o mais importante ainda é que além de estar escrita na Emenda o valor da complementação a partir do quarto ou quinto ano, o Fundo terá um percentual fixo, de no mínimo, 10% de repasse da União. Como também estamos propondo que os recursos do Salário Educação possam ser usados pelos Municípios para a Educação Infantil e pelo Estado para o Ensino Médio, ou seja, para toda a Educação Básica. Essa ação irá facilitar um pouco para os Municípios, Estados, como também pra o Governo Federal.

Por fim, afirmou que: “a nossa convicção, a convicção do Governo Federal é que, com a aprovação das emendas apresentadas, ela possa voltar para a Câmara dos Deputados, para que possamos ter o Fundeb este ano sendo implementado”.<sup>6</sup>

Neste momento a palavra voltou para o Deputado Artur Bruno, que repassou o mérito da discussão ao esforço de diversas entidades cearenses, como: UNDIME, APRECE, SINDICATO APEAC, FETANCE e a CNDE, que organizadas encontravam-se no Plenário da Assembléia discutindo um tema tão relevante para a Educação brasileira. Em seguida registrou a presença dos Deputados presentes; José Maria Pimenta, Cândida Figueiredo, Silvio Frota, Tânia Gurgel, Francini Guedes, Chico Lopes, Rachel Marques, Meyre Costalima, Guaracy Aguiar, Gislaine Landim, Mauro Filho, Caetano Guedes, José Guimarães e Nelson Martins. Registrou também a presença de alguns sindicatos público municipais tais como: Itapipoca, Crateús Ocara, Cascavel, Maracanaú, Caucaia, Redenção. Continuou o registro dos presentes com o Fundo Cristão para Crianças e Adolescentes, conselheiros do FUNDEB, e conselheiros de Educação do Estado, MOVA-SE, a representação de várias prefeituras municipais, tais como: Baturité, Boa Viagem, Amontada, Eusébio, Jaguaribe, Sanat Quitéria, Tauá, Pacajús, Sobral, entre outros.

Finalizando, o Deputado Artur Bruno passou a palavra à Sra. Marta Vanelli, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação – CNTE, que colocou: “A mudança de Fundef para Fundeb tem dois significados muito importantes. Primeiro que ele é uma mudança estruturante nos financiamentos da Educação Básica de nosso país. Segundo, é que ela vem tratar da Educação Básica como um todo, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio.”<sup>7</sup>

Colocou que a CNTE apresentou na Câmara Federal dez Emendas ao Projeto da PEC do Fundeb, e que das emendas apresentadas cinco foram aprovadas, entre elas a da inclusão das creches, e a outra foi o direito a um piso salarial profissional nacional no valor de mil reais. A outra discussão dentro do fundo seria relacionada ao valor do custo / aluno da educação infantil e das creches, destacando a questão do Conselho de Fiscalização do Fundeb. Finalizou a sua participação dizendo que o Fundeb é uma grande oportunidade para discutirmos o Sistema Único de Educação Pública do nosso país.

Dito isto, a palavra voltou ao Presidente da Mesa Deputado Artur Bruno, que a devolveu imediatamente aos representantes das entidades presentes, sendo o primeiro a se manifestar o senhor Alísio Santiago, representante do Cedeca – (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), que iniciou a sua fala parabenizando a Assembléia Legislativa e Comissão de Educação da Assembléia pelo grande debate e que “a aprovação do Fundeb é uma grande oportunidade de discutirmos o Sistema Único de Educação pública de nosso País”<sup>8</sup>. Em seguida, fez uso da palavra a Sra. Keila, membro do Centro de Apoio às Mães Portadoras de Deficiência – (CAMPD), que iniciou sua fala colocando “nós do CAMPD lutamos pela inclusão dos nossos filhos na rede regular de ensino, pois o país que não priorizar a educação, ele estará contribuindo para a violência de crianças e adolescentes”<sup>9</sup>.

Dito isto, a palavra retornou ao Presidente da Mesa, Deputado Artur Bruno, que falou “a importância maior do Fundeb é tirar as creches da questão social e colocar na educação, isto me chama a um avanço fantástico”. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Penha Alencar representante da Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará – (Apeoc), que enfatizou “a melhoria da Educação vem pela valorização dos profissionais e a

<sup>6</sup> Ata da 24ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem, Ibidem.

<sup>9</sup> Idem, Ibidem.

<sup>10</sup> Idem.

valorização da educação, do ensino, para que o filho do trabalhador que está na escola pública tenha uma educação de qualidade social”<sup>10</sup>.

Na seqüência, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Jesus Araújo Ribeiro, representante do Movimento de Interforuns da Educação Infantil do Brasil – (MIEIB), que colocou que “precisamos continuar mobilizados para que não haja retardamento da votação da PEC, sob pena de quem vai perder com isso as crianças, especialmente as da pequena infância, de 0 a 3 anos, que são as mais pobres e têm sido as mais penalizadas”.

Em seguida, a palavra foi passada ao Professor Anísio Melo, Secretário da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Ceará, que inicia sua fala colocando que “o Fundeb é um passo a mais naquele sonho que nós temos de uma escola pública que tenha dignidade para todos”.<sup>11</sup>

O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao próximo inscrito, a Professora Netinha, representante da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Ceará – (Fetamce), que ao iniciar sua fala destacou a importância do Fundeb no que se refere à diminuição entre as modalidades de ensino fundamental, ensino infantil, ensino médio, quando os recursos são colocados no mesmo grau de igualdade para todos, como também, um salário mais justo para os professores.

Em seguida, o Presidente da Mesa Deputado Artur Bruno passou a palavra para a representante do Centro de Articulação e Apoio às Creches – (Gaac), Sra Artenilse Silva, que fez vários questionamentos à respeito da situação dos profissionais de Educação, tais como: “estes professores terão vale transporte, ajuda de custo? Como será o controle do Fundeb?”<sup>12</sup> Dito isto, finalizou sua participação confirmando o seu desejo da inclusão das creches no Fundeb.

A Deputada Rachel Marques (PT), afirmou a importância da discussão, e salientou que “um debate como esse, com certeza, nos fortalece nessa vontade imediata. Não podemos abrir mão da PEC que é um avanço considerável da nossa educação no Brasil. Uma mudança estruturante no financiamento da educação brasileira de melhoria para nossas escolas, de acesso das nossas crianças”<sup>13</sup>.

Posteriormente, o Deputado Guaracy Aguiar (PMDB) destacou a questão do piso salarial dos professores, o incentivo da isenção do ICMS das indústrias para diminuir as desigualdades regionais. Salientou, também, a importância do acompanhamento da aprovação do Fundo e sua fiscalização.

A palavra a Deputada Iris Tavares (PT), falou sobre a importância do debate para a construção de uma Educação de qualidade para o Brasil, e por fim colocou que

a discussão da criação do Fundeb que se entranhou no seio dos profissionais, das pessoas que são prejudicadas e afetadas diretamente, por falta do cumprimento da não aplicação dos recursos, e que isso gera para o Brasil um alto índice de analfabetismo. E por fim a grande vitória é da sociedade, é do povo<sup>14</sup>.

Em seguida, o Presidente da Mesa Deputado Artur Bruno passou a palavra a Deputada Gislaiane Landim (PSB), que falou sobre a grande preocupação dos educadores do interior do estado com a inclusão das creches no Fundeb. Segundo ela “os municípios que ficaram responsáveis pela manutenção dessa educação infantil não estão cumprindo com a obrigação e que essas crianças estão completamente desassistidas na maioria dos municípios. Precisamos aprovar o projeto do Fundeb pela sua importância”<sup>15</sup>.

Na seqüência, a Deputada Cândida Figueiredo (PP), afirmou que “o ensino básico é base de toda vida de qualquer cidadão e esses professores precisam ter a segurança das suas conquistas”,<sup>16</sup> seguida do Deputado Francisco Caminha (PHS), que expressou o seu pensamento dizendo que “é urgente que esse fundo seja ampliado para as crianças do Ensino Fundamental e Médio”.<sup>17</sup>

A palavra retornou ao Presidente da Mesa, que passou de imediato a Carlos Macedo, representante da Associa-

<sup>11</sup> Ata da 24ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Idem, Ibidem.

<sup>14</sup> Idem, Ibidem.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem, Ibidem.

<sup>17</sup> Idem, Ibidem.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

ção dos Municípios e Prefeitos do Ceará- Aprece, que ressaltou da grandeza do Fundeb em toda a sua constituição e colocou “quando a gente fala de Fundeb, a gente imagina que esteja havendo um tempo novo na educação, um tempo com mais ousadia, um tempo com mais compromisso, um tempo com mais coragem e a gente espera que agora as crianças e os professores fiquem livres do jugo da mentira e da demagogia.”<sup>18</sup>

Concluída a participação do Prefeito Carlos Macedo, o Sr. José Irineu, consultor da Associação dos Municípios e Prefeitos do Ceará – Aprece e Presidente Estadual do Fundeb no Ceará, salientou que debates desta monta são importantes para o esclarecimento de todo o processo, desde a sua criação até a sua votação e promulgação. Em seguida ressaltou “que a grande questão do Fundo será a disputa entre Estados e Municípios em relação ao custo relativo das modalidades. Quanto custará o aluno do ensino médio, do ensino fundamental, da educação infantil e as creches”<sup>19</sup>.

Por fim, teceu comentários sobre a disposição das verbas para os Estados brasileiros e colocou

nós temos oito estados mais pobres, temos um grupo de estados intermediários e temos treze estados ricos, destacando que o Ceará está incluso entre os oito estados mais pobres, consequentemente será um dos maiores beneficiados com o repasse do governo federal através do Fundeb<sup>20</sup>.

Dito isto, a palavra foi passada à Professora Lindomar Soares, Vice-Presidente da União de Dirigentes Municipais de Educação, que destacou a importância do Debate para a Assembléia Legislativa bem como para todo o Estado e enfatizou “que o Ceará é um estado que não perde tempo, ou seja, o Ceará tem acompanhado as propostas que os dirigentes de Educação têm colocado para melhorar a qualidade da educação brasileira”<sup>21</sup>.

Colocou ainda que o Fundo deve definir com precisão o custo aluno, para que haja a redefinição, o realinhamento do sistema público, e principalmente para o Sistema Público Municipal de ensino nesse país. Após esta participação a palavra voltou ao Presidente da Mesa Deputado Artur Bruno, que a passou de imediato ao Sr. Luis Eduardo, Secretário de Educação do Estado do Ceará, que parabenizou o palestrante Professor Francisco das Chagas, Secretário de Educação Básica do MEC por sua capacidade de negociar, articular, convencer e frisou “nós vamos ter que definir per capita, vamos ter que definir piso salarial e espero que o professor Chagas continue liderando esse processo”<sup>22</sup>.

Por fim, disse estar confiante nas emendas apresentadas e no processo de aprovação na Câmara e no Senado.

Neste momento a palavra voltou ao Presidente da Mesa, que a transferiu de imediato ao Professor Francisco Chagas, que acrescentou

nós estamos fazendo duas propostas estruturantes básicas, uma é o financiamento da educação, a outra o aumento do Ensino Fundamental para nove anos com a inclusão das crianças de seis anos. E que, o prazo do Fundeb é de 14 anos, no sentido de que nós tenhamos uma equalização em relação ao financiamento da educação básica no Brasil.

Finalizou sua participação declarando que os movimentos sociais contribuíram qualitativamente para que a educação fosse colocada em evidência, colocada no centro das atenções num país que quer o desenvolvimento.<sup>23</sup>

O Presidente da Mesa, deputado Artur Bruno, após um breve agradecimento a todos os presentes e em especial ao palestrante, o Professor Francisco das Chagas Fernandes, encerrou a sessão.

---

<sup>18</sup> Ata da 24ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Divisão de Taquigrafia, Revisão e Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

<sup>19</sup> Idem, ibidem.

<sup>20</sup> Idem, ibidem.

<sup>21</sup> Idem, ibidem.

<sup>22</sup> Idem, ibidem.

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

# A IMPORTÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA

Autores do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB), Fernando Hugo (PSDB),  
Gilberto Rodrigues (PHS)  
Data: 19/05/2006

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no dia 19 de Maio de 2006, realizou uma solenidade para discutir a importância da Defensoria Pública na garantia do acesso à justiça no Plenário 13 de Maio. Este grande expediente era destinado a homenagear o Dia Nacional do Defensor Público, sendo entregues placas em homenagem ao ex-senador Cid Sabóia de Carvalho, ao ex-presidente da Assembléia Legislativa Cid Gomes representando o defensor público José Euclides Ferreira Gomes (in memorian), ao jornalista Edilmar Norões pelo apoio na comunicação e divulgação do trabalho desenvolvido pelos defensores públicos cearenses, ao presidente da OAB Hélio das Chagas Leitão e ao deputado federal Mauro Benevides pelo relevante trabalho em prol da valorização da classe.



Tão necessário quanto a distribuição de renda é a distribuição de justiça. Por isso, a Defensoria Pública do Estado foi criada em 1997, com o objetivo de levar justiça para todos os cidadãos, fortalecendo o princípio da igualdade e a garantia da cidadania, assegurando o acesso à justiça aos carentes, prestando assistência jurídica judicial e extrajudicial integral e gratuita. Desta forma, além de ser uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, caracteriza-se como um dos mais importantes instrumentos de realização do Estado de Direito.

Em comemoração ao Dia Nacional do Defensor Público, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atendendo ao requerimento dos deputados Marcos Cals (PSDB), Fernando Hugo (PSDB), subscrito pelo deputado Gilberto Rodrigues (PHS), julga da mais alta importância a realização desta solenidade para homenagear esse renomado profissional do Direito, que dedica o seu trabalho à defesa e à proteção dos direitos individuais e coletivos.

O deputado Delegado Cavalcante (PSDB), presidente da Comissão de Defesa Social, abriu o evento destacando a sua admiração pela classe dos defensores públicos por atender à população carente, na luta pela sua cidadania, pelos seus direitos, no intuito de cumprir bem com a sua obrigação institucional. Compara a luta dos defensores públicos com a dos delegados de polícia. Segundo o deputado Cavalcante: "As duas classes possuem muitas dificuldades no cumprimento de seus deveres<sup>1</sup>". Comentou, ainda, que no âmbito criminal a persecução penal tem um prejuízo muito grande por falta, muitas vezes, de defensores públicos. A quantidade no Estado do Ceará não é compatível com a demanda que se tem, necessário se faz ter uma maior quantidade de defensores públicos. O delegado Cavalcante finalizou a sua apresentação parabenizando a classe dos defensores públicos pelo grande trabalho. Em seguida, a palavra foi encaminhada para o deputado Marcos Cals (PSDB), presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará que assumiu a Mesa de trabalhos e prestou sua homenagem aos defensores públicos, apresentando o palestrante, ex-senador Cid Sabóia de Carvalho, um homem que honrou verdadeiramente o Parlamento no Congresso Nacional.

Cid Carvalho iniciou a sua palestra salientando a importância da defensoria pública para o Estado. O homenageado fez um emocionante discurso, lembrando a trajetória de seu pai, Jáder de Carvalho, um dos grandes defensores da justiça igualitária a todos, "ele foi um homem que acreditou nessa defensoria pública<sup>2</sup>", ressaltou Cid Carvalho. Lembrou, ainda, do seu trabalho no Senado Federal, no que diz respeito aos direitos da população. Destacou a importância do acesso à justiça, "a gente mede a democracia, a liberdade e o valor da pessoa humana, frente ao Estado, de acordo com o acesso à justiça<sup>3</sup>", enfatizou. O professor Cid Carvalho falou do crescimento da Defensoria Pública no Ceará, "o Estado do Ceará deveria ter defensores em todos os municípios<sup>4</sup>", defendeu. "Saúdemos os defensores públicos na certeza que eles são detentores na arte de servir<sup>5</sup>", concluiu.

<sup>1</sup> Ata da Solenidade sobre a importância da Defensoria Pública na Garantia do Acesso à Justiça na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará no dia 19 de Maio de 2006.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.



## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Segundo o professor Cid Carvalho, o defensor público é uma pessoa comprometida com a sociedade, com os aspectos sociais e com os dramas sociais. O Brasil encontra-se tomado pelos mais diversos dramas. Nesse contexto, o defensor público está no âmago do problema. Comenta então, que esse é o dia de louvar esta função, portanto o dia de louvar o acesso à justiça. O mais importante no defensor público é que ele se posta bem na entrada da justiça e, nessa entrada, se posta de uma maneira extraordinária para permitir o direito da cidadania e para zelar por esta diante do poder judiciário que tem complexidades sem fim. Fala, ainda, da dificuldade da busca da justiça, de defender o pobre, o miserável, os deserdados da sorte.

O palestrante clamou por compromisso dos futuros candidatos para que o Ceará tenha defensor público em cada um dos municípios, garantindo cidadania a todos, “defensor público é uma exigência democrática, não posso admitir que o pobre não tenha direito à justiça<sup>6</sup>”, comentou Cid Carvalho. Logo depois de sua brilhante participação nesse debate, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Marcos Cals (PSDB), entregou aos homenageados uma placa comemorativa. Marcos Cals enfatizou o trabalho que os defensores públicos têm prestado às comunidades mais pobres, fortalecendo o princípio de igualdade e a garantia da cidadania. Segundo ele, a classe assegura aos carentes a assistência jurídica, judicial e extrajudicial. Em seguida, a palavra foi direcionada para o deputado federal Mauro Benevides (PMDB).

O deputado Mauro Benevides dirigiu-se à tribuna, onde fez um discurso entusiasmado em prol dos defensores públicos, demonstrando seu posicionamento a favor da classe no decorrer de toda a sua trajetória política. Comentou sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 487/2005, uma proposta direcionada para os defensores públicos da União, tendo os seus inevitáveis desdobramentos ao nível regional pelas conquistas que foram inseridas e que serão certamente aperfeiçoadas e melhoradas em função do trabalho que ali exerceria. Após as palavras do deputado Mauro Benevides, a palavra foi passada para a Dra. Francilene Brito Bessa, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará.

A Dra. Francilene Brito Bessa comentou que os defensores públicos têm compromissos e posicionamentos jurídicos, sociais e políticos a desenvolver. Falou que os mesmos têm o compromisso e a obrigação de fazer cumprir a Constituição, a Carta Política. Segundo Francilene Bessa, os defensores públicos estão em contato com o cidadão cearense que não tem voz, que não tem direito. A Associação dos Defensores Públicos tem empreendido o trabalho da educação cidadã do cearense junto à comunidade de divulgar os direitos fundamentais, levando à sociedade esses conhecimentos. Comenta, ainda, que como é dever do Estado garantir o acesso à saúde e à educação, é igualmente dever dele garantir assistência jurídica integral e gratuita. Relatou também a respeito da importância da garantia do cidadão cearense em relação ao acesso à justiça, à orientação jurídica e aos demais direitos sociais, a exemplo da saúde e da educação, quando implementados o mandado de segurança para garantir àquele cidadão que precisa de um medicamento, porque não tem meio de subsistência nem para garantir a sua alimentação, quanto mais condições financeiras para cuidar da saúde, sem poder adquirir remédios, “daí, porque a assistência jurídica se faz tão importante, porque é um primeiro passo para garantir inclusive os demais direitos fundamentais do cidadão<sup>7</sup>”, comenta a Dra. Francilene Bessa.

Ela alertou ainda para o fato dos 269 cargos vagos e da dificuldade para conseguir junto ao governo o preenchimento dessas vagas. A advogada afirmou que hoje existem apenas 146 defensores públicos, “é um defensor para mais de 43 mil cearenses<sup>8</sup>” informou, acrescentando que “nós somos poucos, mas somos fortes<sup>9</sup>”. Emocionada, a presidente demonstrou toda a sua gratidão pelo reconhecimento desta Casa, “nos sentimos muito felizes com as homenagens feitas pelos palestrantes<sup>10</sup>”.

Em seguida, a palavra foi passada para o deputado Chico Lopes (PC do B), que falou que esse dia, o da comemoração do Defensor Público, é um dia de reflexão para os políticos e toda a sociedade, dizendo que o número de defensores públicos não corresponde à realidade do Estado do Ceará devido à visão que o governo tem do Estado mínimo. Logo após, a sua explanação, a palavra foi concedida ao deputado Nelson Martins (PT).

Ele destacou como aspecto principal, a preocupação que a Associação dos Defensores Públicos tem tido em divulgar para a sociedade como as pessoas podem ter acesso à Defensoria Pública e a preocupação, acima de tudo,

<sup>4</sup> Ata da Solenidade sobre a importância da Defensoria Pública na Garantia do Acesso à Justiça na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará no dia 19 de Maio de 2006.

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

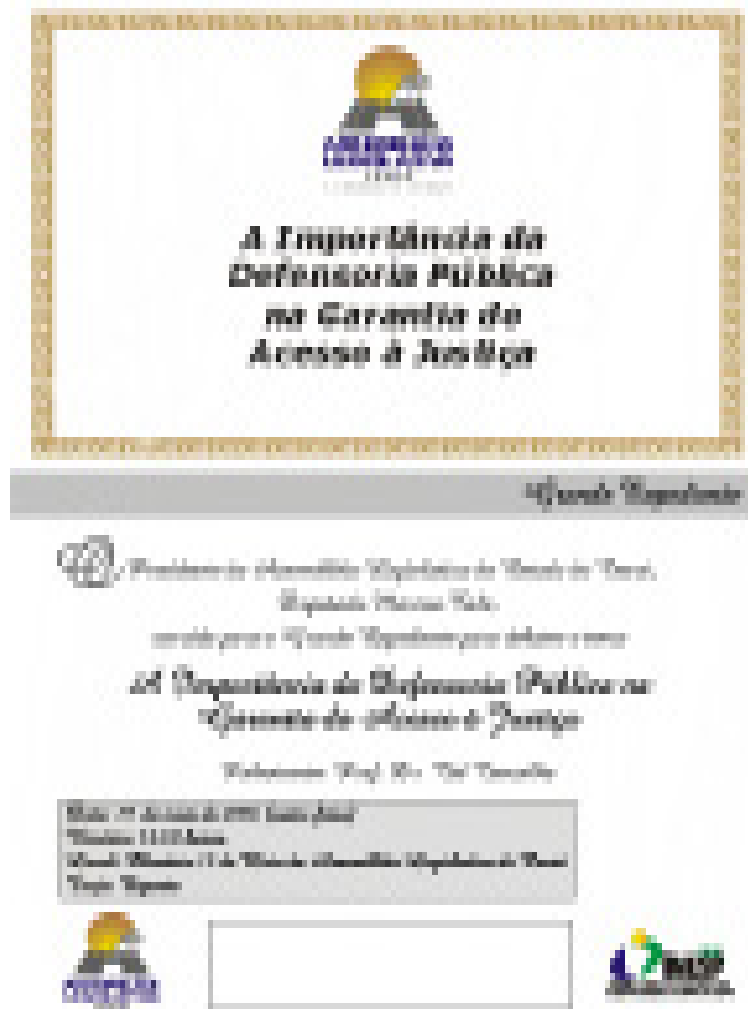
<sup>10</sup> Idem.

em tentar fazer com que a população mais humilde, mais excluída tenha conhecimento dos seus direitos para lutar por estes, mesmo sabendo a estrutura que a Defensoria Pública tem, a quantidade de defensores que a defensoria tem, sendo insuficiente para dar resposta a esses direitos. Por último, a palavra foi direcionada ao deputado Francisco Caminha (PHS), que iniciou comunicando que historicamente a Defensoria Pública tem sido discriminada pelo governo do Estado a ponto de a remuneração não se equiparar com a qualificação do trabalho que é executado. Comentou que a Defensoria Pública é formada por um povo bonito, unido, uma categoria que vibra, são pessoas jovens que se uniram e fizeram um grande movimento nesta Assembléia Legislativa pela garantia da legitimidade do processo e pela luta da valorização da categoria.

Foi dessa forma que se realizou a solenidade para se discutir a importância da Defensoria Pública na garantia do acesso à justiça, com o intuito de trocar experiências e discutir esse tema que aflige os cearenses, que é o acesso à justiça. A falta de recursos financeiros dificultou outrora e continua impedindo o acesso à justiça.

Os direitos escritos na Constituição brasileira realmente serão efetivados com a capacitação e valorização da Defensoria Pública. O crescimento do Brasil está proporcionalmente ligado à possibilidade de pleitear na justiça, a efetivação de seus direitos.

O presidente da Mesa, Deputado Artur Bruno, encerrou a sessão agradecendo a presença de todos.



# PROPAGANDA ELEITORAL

## REGRAS PARA AS ELEIÇÕES DE 2006

Autores do requerimento: Dep. Marcos Cals (PSDB), Dep. Fernando Hugo (PSDB),  
Dep. Idemar Citó (PSDB)

Palestrantes convidados: Dra. Huguette Braquehais<sup>1</sup>, Dr. Oscar Costa Filho<sup>2</sup>,  
Dra. Sérgia Miranda<sup>3</sup>

Data: 07/06/2006

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atendendo requerimento do Presidente Marcos Cals e do Deputado Fernando Hugo, subscrito pelo Deputado Idemar Citó, promoveu, em Grande Expediente realizado no dia 7 de junho de 2006, às 11h e 30 mm, debate sobre a “PROPAGANDA ELEITORAL: regras para as eleições de 2006”, trazendo como expositores a Desembargadora Huguette Braquehais, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral no Ceará, o Dr. Oscar Costa Filho, Procurador Regional Eleitoral, e a Dr<sup>a</sup> Sérgia Miranda, Juíza e Diretora da Escola Judiciária Eleitoral.



A relevância do tema é ressaltada quando considerada a aproximação do período eleitoral, iniciado com as campanhas políticas destinadas às eleições de 2006, que concentram o interesse de toda a sociedade brasileira, quando considerada a necessidade primordial de se garantir a lisura do processo e a liberdade de escolha do povo por meio do voto secreto – uma das maiores conquistas do século XX, fundamento para o regime democrático.

A atualidade e o interesse do tema foram traduzidos pelo grande número de participantes, dentre os quais, significativa representação de deputados estaduais, além de vereadores e diversas autoridades.

A Mesa, presidida pelo Deputado Idemar Citó, Vice-presidente da ALEC, foi composta pelos acima citados expositores, pelo senhor Júlio César Lima Batista, Secretário de Governo representando o Governador Lúcio Gonçalo de Alcântara, pelo advogado, especialista em Direito Eleitoral Dr. Aroldo Mota, Assessor Chefe da Controladoria do Município de Fortaleza, representando a Prefeita Luizianne Lins, e pelos senhores Manoel Cefas Fonteles Tomás e José Eliézer Pinto, juízes eleitorais da 94<sup>a</sup> e 83<sup>a</sup> Zonas Eleitorais, respectivamente.

Iniciando a Sessão, o Deputado Fernando Hugo, autor do requerimento enalteceu a necessidade de um debate franco e claro sobre as regras para as eleições de 2006, onde os eleitores e os candidatos pudessem participar livremente; uns expondo suas idéias e propostas quando do exercício do mandato político, outros, escolhendo seus candidatos para preenchimento das vagas no Executivo e no Legislativo.

Dando início às exposições, a Desembargadora Huguette Braquehais, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, discursou sobre Novas regras para as eleições de 2006 e a proposta de um pacto pela ética na propaganda eleitoral, dando ênfase ao objetivo primordial de dignidade e igualdade para todos dentro do processo eleitoral.

Referiu-se à “mini-reforma eleitoral” – assim denominado o conjunto de mudanças conseqüentes da Lei Federal 11.300, sancionada em 10 de maio de 2006, que alterou diversos dispositivos da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições), com o objetivo prioritário de “resguardar a igualdade do processo eleitoral e sua indispensável higidez” - da qual enfocaria, na ocasião, as alterações referentes ao campo da propaganda eleitoral.

Num primeiro momento, lembrou que

no aspecto jurídico, a propaganda eleitoral encontra seu sustentáculo de validade na Constituição-Cidadã de 1988, mais precisamente nos princípios constitucionais da livre expressão do pensamento, do acesso à informação e da livre expressão de comunicação independentemente de censura ou de licença.

E, em assim sendo

<sup>1</sup> Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

<sup>2</sup> Procurador Regional Eleitoral.

<sup>3</sup> Juíza e Diretora da Escola Judiciária Eleitoral

os organismos estatais não possuem legitimidade para proibir a propaganda eleitoral que observe as regras impostas pelo legislador, uma vez que o direito de propagar idéias a fim de se angariar licitamente o voto dos eleitores está indissociavelmente vinculado ao sistema democrático-representativo.

Salientou, no entanto, que “o direito à propaganda não é, e não poderia jamais ser, irrestrito, porquanto encontra seus limites na própria lei eleitoral regente do tema.”

Falou sobre a intenção da Justiça Eleitoral de nosso Estado “de fazer um pacto com partidos políticos e candidatos para uma propaganda eleitoral ética e limpa, medida essa que seria uma reedição, desta vez na esfera regional, do Pacto por uma Fortaleza Limpa”, consignado no ano de 2004 pela totalidade das agremiações partidárias nas eleições municipais desta Capital, o qual “[...] permitiu que o eleitorado, pela primeira vez, não associasse, como era usual ocorrer, às candidaturas e respectivas siglas partidárias, o desasseio, a sujeira, o desprezo pela estética e higiene, verificados nos meses que antecediam a data de escolha dos seus representantes.”

Acrescentou que

ao dispor sobre a propaganda eleitoral nos bens cujo uso depende de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, decidindo pela sua radical e absoluta proibição, a Lei 11.300/2006 introduziu, no ordenamento jurídico-eleitoral, disposições normativas vedantes.

Falou ainda que o ajustamento prévio entre a Justiça Eleitoral e os partidos políticos, tal qual efetivado nas eleições pretéritas, havia perdido parcialmente o seu objeto. No entanto, esclareceu que “[...] antes do advento da Lei 11.300/2006, ao pensarmos na nova edição do bem-sucedido acordo, almejamos ir muito além do que se fizera no ano de 2004, propondo uma propaganda não somente limpa no sentido estético-material, mas fundamentalmente ética.”

E esclareceu: “[...] resolvemos propor seja absorvido o conceito científico e o jurídico-material de poluição, estendendo-o às condutas consideradas moralmente inadequadas e incorretas.”

A palestrante continuou seu discurso enfatizando a importância e necessidade da dignidade e da ética na campanha eleitoral, como visto nos seguintes trechos:

Havemos de convir que tão danosas quanto as agressões ambientais, sabidamente nocivas ao bem-estar da comunidade, são essas condutas que, como sujeira remanescente de um debate eleitoral mal regulado, adentra nossos lares expondo pessoas, ofendendo, caluniando, injuriando. Não queremos que nossos filhos e entes mais próximos presenciem uma batalha dessa natureza, que, certamente irá ocorrer neste período de campanha, transcendendo as barreiras do moralmente aceitável, se não cuidarmos, no devido tempo e de comum acordo, de estabelecer os limites necessários. As novéis e salutaras disposições normativas já nos garantem as ruas e praças das nossas cidades esteticamente mais belas e dignas de serem apreciadas, não só pelos seus visitantes, mas também pelos seus próprios moradores. Falta, no entanto, o mais essencial, ou seja, a certeza de que não teremos ofensas públicas, de que não seremos obrigados a ver e ouvir aquilo que nada acrescenta à nossa formação moral. Muito ao contrário, que só nos deixa envergonhados.

Referindo-se ao Código Eleitoral, que dispõe em seus artigos penas para os crimes contra a honra na propaganda eleitoral (calúnia, difamação, injúria, citação de fatos inverídicos), considerou que “[...] as hipóteses de privação de liberdade são medidas extremas, escolhas legislativas para inibir as condutas consideradas hediondas e repudiadas pela sociedade, dentro de determinado contexto histórico e social. “

E que

[...] a subsunção, pelo aplicador da lei, de um fato ocorrido na campanha eleitoral à norma que tipifica em crime eleitoral contra a honra, é também medida extrema, pelo que, muitas vezes a ocorrência de atitudes moralmente inadequadas e o baixo nível do debate, conquanto censurados e indesejados pelo eleitorado, não se fazem suficientes para aplicação da reprimenda penal.

Diante disso, propôs a firmação de um pacto entre os que fazem a Justiça Eleitoral e a classe política do Estado, um acordo de honra, um compromisso com a ética na propaganda eleitoral, que

[...]romperia com as velhas práticas da política nacional, ocuparia o tempo e os meios destinados à propaganda com a apresentação de propostas e plataformas de governo, traria incentivo e satisfação ao exercício do voto e, por que não dizer, conduziria, de forma indireta, a verdadeira participação do povo nos negócios do Estado, concretizando, nesses moldes, o sonho de um propaganda honesta, decente, de alto nível essencialmente limpa em todo o Estado do Ceará.

Finalizando o seu discurso, a Desembargadora enfatizou que ética “é o de que mais precisamos, neste momento, para que tenhamos a certeza de que estamos bem representados dentro deste Estado Democrático de Direito.”

Em seguida, a palavra foi passada para o Dr. Oscar Costa Filho – Procurador Regional Eleitoral – que iniciou sua participação apresentando um material didático muito rico de informações. Frisou que a maior preocupação de todos os juízes envolvidos neste trabalho eleitoral é com a desinformação – um dos maiores males referentes à propaganda eleitoral. Salientou que teve a oportunidade de visitar várias regionais como a do Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu e Fortaleza e em todas elas esta preocupação é marcante. “Nosso propósito é assegurar que será destinado o mesmo tratamento a todos os partidos e impedir que o processo seja atingido pela desigualdade, vamos trabalhar de forma impessoal evitando dois pesos e duas medidas.”

Esclareceu ser considerada ilícita a propaganda eleitoral antecipada e que pode trazer sérios problemas. “Já tivemos do ar vários programas partidários por entender que estavam promovendo pessoalmente potenciais candidatos. Apresentamos representações contra o PL, PMDB, PSDB, PSB e PFL.”

O membro do Ministério Público Federal trouxe ao plenário alguns vídeos mostrando estas situações. Voltando a afirmar que todos serão tratados da mesma maneira, acrescentou que “estas propagandas só poderão ir ao ar após a convenção do partido, quando ele passa a ser candidato de fato e direito, antes é só pré-candidato – não pode atuar como se candidato fosse.”

Deu ênfase ao combate ao abuso do poder econômico e captação ilícita de votos, chamando a atenção para as espertezas e disse: “um único fato pode não significar nada, mas uma série de fatos podem indicar irregularidades.” Quando caracterizado este fato através de várias provas ocorrerá a ação de impugnação ou seja a cassação do diploma eleitoral. Citou alguns exemplos atribuídos ao candidato Mão Santa- PI, tais como: anistia de contas de água, distribuição de medicamentos, distribuição de cartilhas com alguma indicação do nome do candidato (“mãos que trabalham”) e esclareceu: “uma série de elementos que dão a convicção de que o pleito está dissimulado.”

Alertou que no Ceará estão ocorrendo situações preocupantes, como adesivos, caravanas viajando por conta do Estado – como foi divulgado em jornal local.

Fez uma explanação sobre tudo que se refere à Propaganda eleitoral dividindo-a em três etapas:

- Propaganda partidária – dispendo sobre a filosofia do partido (inserção de 20 minutos da TV)
- Propaganda Institucional – contendo atos e programas governamentais – não pode haver personalidade
- Propaganda eleitoral praticamente dita, do candidato.

Pontuou que torna-se necessário questionar a composição dos Tribunais que muitas vezes são formados por escolhas políticas, dificultando o “agir com imparcialidade.” Para finalizar, reafirmou a necessidade de informação e de participação igualitária de todos os envolvidos no processo eleitoral.

A sessão passou a ser presidida pelo Deputado Gony Arruda, que anunciou a palavra da Juíza Dra. Sérgia Miranda – Diretora da Escola Judiciária Eleitoral.

Ao iniciar sua exposição, a Juíza destacou a necessidade da distribuição de uma cartilha confeccionada pelo INESP, onde estão contidas todas as regras para as eleições de 2006, referentes à Propaganda Eleitoral.

De maneira muito didática, apresentou as modificações aprovadas pela Lei 11.300, de 10 de maio de 2006 e que por entendimento do TSE passam a vigorar a partir do corrente ano, fazendo sempre um paralelo entre esta e a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dessa forma, mostrou claramente os direitos e deveres dos candidatos, enfocando:

a determinação de responsabilidade conjunta do candidato e do contador pelas informações financeiras da prestação de contas da campanha; a obrigatoriedade de todos os gastos e doações serem feitos através de conta bancária específica para a eleição – mesmo que não haja na localidade municipal agência ou posto bancário – sendo proibidas doações em bens e serviços – salientou que as doações só poderão ser feitas em cheques depositados na conta do comitê do candidato; a obrigatoriedade da divulgação via internet dos recursos (previsão, recebimentos e gastos) de campanha.

Citou as seguintes proibições: de doações para os candidatos por entidades beneficentes, religiosas, organizações públicas e ONGs que recebam dinheiro público; de contratação de artistas (remunerados ou não), de realização de showmícios;



de confecção e distribuição de chaveiros, camisas, bottons, bonés, prêmios e troféus; de divulgação do candidato através de pinturas, panfletos, placas, faixas e similares em postes de iluminação, paradas de ônibus, passarelas, pontes e demais bens de uso do poder público; propaganda em outdoors; doação de bens que possam proporcionar vantagens ao eleitor. Esclareceu que “ocorrida a convenção e indicado o nome do candidato à eleição fica ele proibido de participar de programas de rádio” e que “ a propaganda através da imprensa escrita só poderá ser feita até a antevéspera (dois dias antes) da eleição.”

Alertou que no dia da eleição determinantemente proibida a arregimentação do eleitor, a divulgação de candidatos (camisas, bonés, broches, bottons, etc) e a boca de urna, infrações pelas quais poderá o eleitor ou candidato ser apenado com seis meses a um ano de prisão.

A respeito das permissões, citou: propaganda gratuita, a partir de agosto, em rádio, televisão, internet; distribuição de panfletos e santinhos; colagens e pinturas em propriedades privadas (com autorização dos proprietários); realização de reuniões públicas e comícios com utilização de aparelhagem de sonorização fixa( observando-se o horário de 8 às 24 horas); alto-falantes em carros (bem móvel).

Finalizou alertando que “a propaganda eleitoral, conforme realizada, pode ser motivo de cassação do registro e do diploma do candidato.”

Em seguida, o Deputado Gony Arruda declarou o momento para o debate, estabelecendo 3 minutos para cada participante e distribuindo os inscritos em grupo de três.

Iniciando o primeiro grupo o Deputado Moésio Loyola opinou sobre a desigualdade da disputa eleitoral, uma vez que existem candidatos com diferentes situações econômicas. Referiu-se ainda à disparidade entre os julgamentos e sentenças do TRE, solicitando maior cuidado e critério com relação aos assessores judiciais, que orientam sentenças variadas, ou seja, decisões diferentes para processos semelhantes. Defendeu a colocação de multas diferenciadas, com valores diferentes para quem pode pagar ou não. Concordeu com a higienização das campanhas eleitorais e questionou sobre o Art. 45 da Legislação – transmissão pelas emissoras de programas apresentados ou comentados por candidatos escolhidos na Convenção e sobre os cultos evangélicos que viram shows políticos.

A seguir, o Deputado Marcelo Sobreira solicitou pronunciamento com relação à situação de candidatos com processos ainda não julgados pela justiça, ao poder de fiscalização do povo e deputados nos municípios, carros que ainda exibem propagandas das eleições passadas, carros de Prefeitura que já exibem propagandas para as próximas eleições, municípios distribuindo senhas para a obtenção de casas e sobre a utilização de minioutdoors.

Dando continuidade, o Deputado Artur Bruno parabenizou o Congresso pela Lei Federal 11.300, e formulou as seguintes perguntas: pode ser emprestado o imóvel para funcionamento do comitê? ; pode ser utilizado bonecos que identificam o candidato? Poderão ser utilizados adesivos, bottons? O policial militar a trabalho, poderá votar em separado? Colocou o seu trabalho como articulista de jornal e indagou se teria que interromper essa atividade.

Em resposta ao primeiro bloco de perguntas, o Procurador Regional Eleitoral Dr. Oscar Costa Filho manifestou-se:

- Sobre a transmissão dos programas de televisão, mais especificamente, TV Assembléia, esclareceu que ninguém pode impedir a propaganda normal, mas a do âmbito eleitoral. Salientou que não deverá ser confundida a condição de parlamentar com a de candidato. Não pode haver tratamento preferencial, privilegiando nenhum candidato. O tratamento tem que ser igualitário, isonômico.
- A fiscalização municipal pelo povo é um desafio – deve-se procurar fazer parcerias, por exemplo com o Corpo de Bombeiros e PMS e que podem ser formuladas denúncias formais, não anônimas – dar nome aos bois.
- Imprensa escrita é diferente de rádio e TV – o artigo escrito é problema.
- É proibida a utilização de bonés e bottons como forma de captação de votos e quanto aos minioutdoors, não devem ser buscados adjetivações quantitativas como escapatórias – a lei fala em outdoor, então não pode.
- Sobre as sentenças, falou da dificuldade de nivelá-las, desde que cada caso é um caso – vai se ter que construir caso a caso
- Sobre as multas, falou que a repetição da falta após a multa pode dar cassação.

Finalizando, esclareceu que a Legislação Eleitoral não pode ser pautada no medo e que é preciso que haja por parte da imprensa honestidade de propósitos.

A Deputada Gislaine Landim solicitou esclarecimento sobre a utilização de tabelinhas para ensinar o analfabeto a votar, bem como a utilização de tabelinhas da Copa do Mundo, como foto e nome do candidato. Perguntou, ainda, sobre a utilização de faixas em aviões (nas praias) e de bandeiraços nas avenidas (sinais).

O Deputado Ronaldo Caminha também solicitou respostas sobre a utilização de faixas e a cessão de uso de carros e outros bens.

Com relação ao segundo bloco, o Dr. Oscar Costa Filho pronunciou-se sobre os “artifícios, esperteza e expediente de má-fé, que podem identificar fraude, e que deve-se partir do princípio de abuso do Poder Econômico.”

Ainda, que a verticalização deve ser adotada na sua radicalidade. E finalizou dizendo que, diante de qualquer

dúvida o TRE deve ser consultado.

A Dra. Sérgia Miranda referiu-se à proibição de simulação de urnas eletrônicas em tabelinhas utilizadas com o objetivo de ensinar a votar. Informou que o TSE mandou apreender as tabelas já utilizadas em decorrência da propaganda eleitoral antecipada. Esclareceu que, com relação a faixas e bandeiraços, o assunto ainda não tinha sido regulamentado e que sobre a cessão de uso para veículos, a lei indica que deve haver contrato de locação como bens utilizados na campanha. Finalizando, adiantou que sobre a realização da propaganda em localidade em que candidato não está registrado o julgamento de ocorrência será onde ele está registrado.

Todas as perguntas foram respondidas satisfatoriamente, não restando dúvidas sobre os procedimentos eleitorais aqui enfocados. Em seguida a Desembargadora Huguette afirmou que o Tribunal Regional Eleitoral estará sempre de portas abertas com o sentido de orientar e dirimir quaisquer dúvidas, visando a realização de uma eleição tranquila e correta.

O Dr. Manoel Cefas Fonteles – juiz eleitoral da 94ª Zona, aparteu, comunicando sobre a composição do TRE para o momento eleitoral e que fora designado, juntamente com o Juiz Clécio Magalhães, coordenador da fiscalização da eleição de 2006, acrescentando que essa missão será um desafio.

Para considerações finais, a Desembargadora Huguette Braquehais, agradeceu o convite e mais uma vez colocou-se à disposição para esclarecer qualquer situação política, enquanto a Dra. Sérgia Miranda elogiou a iniciativa da Assembléia Legislativa, reafirmando o desejo de uma eleição correta e preocupada com a legalidade.

A Sessão foi encerrada. O evento foi transmitido ao vivo pela TV Assembléia – Televisão canal aberto 30.

Vive-se hoje um regime democrático fundamentado na maior conquista do século XX que é o sufrágio universal, periódico, por meio do voto secreto.

Alguns jovens nascidos de 1980 para cá talvez desconheçam os percalços da secularização do poder, quando o direito de governar deixou de ser de origem divina e passou a ser uma decisão e escolha dos homens que elegeem na democracia indireta os seus representantes para legislar, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, planejar e administrar visando ao bem da coletividade.

A importância do evento ficou constatada não somente pela relevância do tema mas, principalmente pela validade do debate e da interação entre legislativo e judiciário, sobretudo quanto à interpretação e divulgação das leis e regulamentos eleitorais, que beneficiarão o entendimento de parte da população e a conseqüente participação consciente na próxima eleição.

## O SUPERENDIVIDAMENTO PELO CONSUMO

Autor do requerimento: Dep. Adahil Barreto (PSDB)

Palestrantes convidados: Idemar Citó<sup>1</sup>, Dr. Walter Pinto Filho<sup>2</sup>, Luis Edson Correia Sales<sup>3</sup>, Oscar Belo<sup>4</sup>, Bruno Miragem<sup>5</sup>

Data: 20/06/2006

**A**os 20 de junho de dois mil e seis, às quatorze horas, no Plenário 13 de Maio de Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, teve início a abertura do Seminário “O Superendividamento pelo Consumo”, atendendo requerimento do Deputado Adahil Barreto, apresentando os painéis: “A Globalização e o Superendividamento” e “As Conseqüências do Crédito Consignado”.

Os trabalhos foram presididos pelo Deputado Idemar Citó – Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado



do Ceará e a mesa foi composta pelo Deputado Adahil Barreto – Líder do Governo e autor do requerimento, Dr. Walter Pinto Filho – Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor do Ceará – IDECE e Promotor de Justiça, Sr. Luis Edson Correia Sales – Presidente da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – ASSALCE, Senhor Oscar Belo – Economista e Sr. Bruno Miragem – Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON.

O seminário teve como objetivo discutir o problema que, atualmente, a população brasileira vem enfrentando devido a um crescente e vertiginoso processo de endividamento pelo consumo, notadamente em razão das inúmeras facilidades financeiras disponíveis, bem como pelo apelo do marketing atrelado aos produtos.

Esse fenômeno vem crescendo de forma assustadora com indiscutível prejuízo aos consumidores que, em face de sua vulnerabilidade, padecem por falta de informação e pela sedução ao crédito fácil, tornando-se indispensável e urgente, portanto, uma mobilização nacional no sentido de serem colocadas em prática políticas públicas e normatização adequadas, como saídas legais na busca de caminhos para a recuperação financeira desses superendividados, resguardando-se seus direitos.

Face ao exposto, a Assembléia Legislativa julgou da mais alta importância a realização desse Seminário, visando a criar uma ambiência de estudos, debates e reflexões sobre o fenômeno social do superendividamento dos consumidores.

Ao iniciar a sessão, o Deputado Idemar Citó convidou, ainda, o Sr. Ricardo Memória, Secretário Executivo do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON, para compor a mesa e passou a presidência do Seminário para o Dep. Adahil Barreto que, tomando da palavra, salientou a importância do evento por trazer informações importantes que muito cidadãos desconhecem e que “é nosso dever discutir um tema que muito preocupa nossa população e espe-

<sup>1</sup> Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

<sup>2</sup> Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor do Ceará – IDECE e Promotor de Justiça

<sup>3</sup> Presidente da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – ASSALCE

<sup>4</sup> Economista

<sup>5</sup> Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

cialmente aos deputados uma vez que muitas leis não são cumpridas”. Assim sendo, falou ser “de grande oportunidade aproveitarmos o momento para sairmos mais conscientes e estimularmos que as leis sejam cumpridas”. Afirmou conviver com desilusões a respeito da defesa do consumidor brasileiro, especialmente do cearense. Autor de uma Lei que foi aprovada há três anos que obriga os bancos a atender o cliente no máximo em 15 minutos, em dias normais, comprova a toda hora o não cumprimento da mesma – “a demora do atendimento bancário, em alguns casos, chega até a 60 minutos”[...] “Tenho uma frustração tremenda por esta situação porém não desisto, lutarei sempre pelo cumprimento desta lei , por isso tive a necessidade de trazer a esta Casa o Seminário e convidar especialmente o Dr. Walter Pinto – Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor do Ceará IDECE e Promotor de Justiça para debater sobre o assunto”.

Mais uma vez chamou à atenção do DECON pelo não cumprimento dessa Lei:

[...] vemos diariamente a população sofrendo com filas intermináveis, mostrando uma total falta de respeito e descumprimento de Lei. Nossos aposentados chegam de madrugada nas filas de bancos para receberem a aposentadoria e são atendidos ao meio-dia ... e os promotores não fazem nada. Em contrapartida ,lucros astronômicos dos Bancos, especialmente Banco do Brasil , ITAU , BRADESCO e Caixa Econômica, mensurando, em seguida: os lucros líquidos desses bancos atingiram, no primeiro semestre de 2006, mais de 5 bilhões de reais, soma superior à da verba do maior programa do governo federal: o Fome Zero – R\$ 4 bilhões.

Indagou: “Será que vale a pena propor mais leis nesse país ou não vale mais acabar com a metade delas?” e, finalizou : “Conclamo a um trabalho com parceria e responsabilidade e uma maior fiscalização às ações do Ministério Público e do Poder Judiciário aos quais perguntamos: qual a fundamentação para o não cumprimento das Leis?”...

Em seguida o Senhor Walter Pinto Filho, Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor do Ceará – IDECE e Promotor de Justiça, iniciou elogiando a iniciativa da Assembléia e agradecendo o apoio recebido do INESP e do PROCON -ALEC. Em seguida, teceu algumas considerações sobre o novo Instituto de Defesa do Consumidor – IDECE, resultante de movimento em prol da cidadania. Concordando que no Brasil existe um número muito grande de leis , porém poucas são respeitadas, colocou: “Nossa população é enganada constantemente... Temos que nos organizar, caso contrário, seremos engolidos ... só conseguiremos o verdadeiro sentido de cidadania se lutarmos por nossos direitos”.

Reafirmando terem os Bancos lucros exorbitantes e oferecerem atendimento de pouca qualidade, concordou que “... quase nenhuma atitude está sendo tomada pelos órgãos competentes”. No entanto, “[...] devemos tomar consciência de que a Defesa do Consumidor deverá ser feita por todos. Temos que buscar parcerias, trabalhar em sintonia- DECOM, Ministério Público , PROCON... teremos que ter o poder de polícia e trabalhar para interditar essas empresas.”

Adiantou que O PROCON começará a funcionar em nova sede, bem mais aparelhada e com muita vontade de trabalhar.

Destacou o despreendimento e o trabalho dos Defensores Públicos demonstrando sua indignação pelo baixo salário e pela falta de condições de trabalho para essa categoria.

A seguir, passou a palavra para o Dr. Bruno Miragem – primeiro palestrante do Seminário – que frisou sua dupla alegria em estar comparecendo a esse evento e em assistir ao nascimento de mais uma associação de defesa do consumidor, o Instituto de Defesa do Consumidor – IDECE, motivo de muito orgulho e certeza de sucesso, especialmente por ele estar voltado, com mais intensidade, para a pesquisa. Ressaltou a parceria do Brasilcom com os vários órgãos de defesa do consumidor, ‘uma parceria que cada vez mais se reforça’. Afirmou que “há 15 anos pouco existia e se falava do direito do consumidor; hoje, necessário destacar, a nossa lei é a mais avançada do mundo – é uma referência mundial.’

Discursando sobre o tema “A Globalização e o Superendividamento”, colocou que “a realidade do superendividamento não é só privilégio de países pobres, não é só do Brasil, esse processo é mundial”. A existência de fatores, quais sejam, o consumo, o crédito e a publicidade contribui para esta situação. Pesquisa mundial mostra que a grande maioria dos indivíduos passa a contrair dívidas bem superiores do que poderia pagar, em decorrência de motivos alheios à vontade própria, tais como, acidentes, doenças, nascimento de filhos e desemprego, ou mesmo pelo simples prazer de consumir, estimulado pelo crédito fácil, pela publicidade direcionada ao consumismo, diariamente entrando em suas casas, pelo prazo elástico oferecido pelas financeiras , pela falta de exigência de garantia e pela falta da informação completa devida. Outro problema muito sério que estamos enfrentando é o do crédito consignado aos aposentados, havendo até, nesse caso, o estímulo governamental o que é mais preocupante. Todos estes fatores estimulam o superendividamento – situação presente em todos os países; a diferença é que em outros países quando se identifica a situação, o direito procura estabelecer regras diferenciadas aplicadas como saída para que o indivíduo não se torne escravo da dívida , podendo a mesma ser negociada através de várias modalidades – é a renegociação na forma em que o consumidor possa pagar.

Esclareceu sobre a figura do superendividado brasileiro, apresentando o resultado de pesquisas que mostram



claramente que grande parte da população dos que se encontram inadimplentes não são maus pagadores, mas que chegaram a esta situação por motivos os mais diferentes possíveis, como desemprego, doenças, acidentes, falta de informações ao solicitar os empréstimos, falta de conhecimento das taxas cobradas pelos bancos; em sua maioria, tentaram resolver a questão, procurando a renegociação com o credor, antes de se chegar ao Poder Judiciário. Portanto, é claro a necessidade de criar uma legislação específica para a situação do superendividamento, incluindo o direito de renegociação que passaria pelo reescalonamento da dívida; a redução da dívida, com o controle das taxas de juros abusivos que são cobradas. Assim é necessária uma fiscalização mais rígida e uma punição severa para essas instituições bancárias e financeiras.

Finalizou sua exposição colocando que “A lógica da proteção ao superendividado está na indispensável proteção de um mínimo existencial = o necessário para o indivíduo ter como sobreviver – ele tem que continuar vivendo”.

Em seguida, o Dr. Oscar Belo usou da palavra, enfocando o exagero das taxas de juros cobradas pelos Bancos e financeiras, constatando-se que as dívidas dos clientes são bem superiores a suas rendas. Um dos grandes problemas enfrentados pela população é a pouca divulgação dessas taxas. O cartão de crédito está se tornando um problema muito sério e contribuindo muito para o superendividamento, uma vez que são distribuídos sem a preocupação de saber se o usuário terá condições financeira de utilizá-lo. A idéia que se passa é muito fora da nossa realidade financeira. Os cartões de crédito estão cobrando juros rotativos de até 14% ao mês o que significa uma taxa de 381% ao ano; nas compras realizadas pelo crediário, os juros estão em torno de 4,5% ao mês, sendo portanto 70% ao mês, e no crédito consignado em torno de 2% ao mês. Dessa forma, taxas elevadíssimas, impossibilitando totalmente sua quitação, principalmente por ser solicitado por uma população que muitas vezes não chega a atingir uma renda mensal de 3 salários mínimos.

Chamando atenção para a dignidade do Consumidor, ponto que deve ser especialmente considerado, falou da necessidade de proteção, através da legislação, contra os bombardeios da propaganda direcionada ao consumismo. Citou: “As propagandas dos Bancos tornaram-se enganosas, mostrando a facilidade de retiradas sem focar o quanto o indivíduo irá pagar, principalmente de taxas e juros”.

Opinou: “Tenho uma preocupação muito séria com a política monetária brasileira, ela está simplesmente impedindo o crescimento do nosso País. Sou funcionário afastado do Banco Central e defendo a criação, no mesmo, de uma diretoria para defesa do consumidor bancário.”

Finalizou, falando de sua satisfação pela criação do IDECE, e da necessidade do Poder Executivo ser mais atuante com relação à defesa do cidadão consumidor.

A palavra foi passada para o Sr. Luis Edson Correia – servidor e Presidente da Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que externou seu interesse com o tema enfocado, mostrando a situação em que encontrou os funcionários deste Poder, quando assumiu a Associação em 2001 e algumas das medidas que foram e/ou estão sendo tomadas para sanear o problema.

O número de nossos servidores endividados estava muito alto [...] Nesta época somente um Banco estava fazendo este tipo de empréstimo e as taxas estavam a seu bem querer; exigimos participação de mais financeiras e, com a concorrência, houve redução das taxas. Dialogamos para que houvesse renegociação das dívidas e um prazo mais elástico. [...] Em 2003 nossa taxa de servidores estava no patamar do limite máximo de endividamento – 12,34%; ainda é muito alto, visto que o juro é exorbitante, mas que ao longo do tempo tem baixado e vem, através da renegociação, diminuindo o endividamento dos servidores.

Colocando ser a missão da Associação prestar um serviço de qualidade ao servidor, mesmo que seja assistencialista, continuou:

Elaboramos projeto, junto com a Divisão de Treinamento da Casa, para serem ministrados cursos tais como o de finanças pessoais e o de orçamento doméstico, porquanto nossa preocupação é a de conscientizar o servidor para o grande problema do superendividamento e como sair dele. [...] a gente fica naquela vertente de assistencialista e educador[...]

Concordando com o Dr. Bruno de que é uma questão globalizada e um problema cultural “[...]No nosso País não se tem a cultura da poupança; ele não pensa no amanhã, ele pensa no imediato”, acrescentou que o endividamento se torna mais severo devido ao aumento das tarifas públicas e dos planos de saúde, sempre bem maiores que o dos salários dos servidores públicos, que não acompanha nessa inflação.

A seguir, o Deputado Adahil Barreto abriu espaço para o debate, convidando o público a se manifestar e tirar



suas dúvidas.

Como primeiro questionador, Luis Edson, dirigindo-se ao senhor Walter Filho, perguntou se “ O Estado, que tem todos os instrumentos para o controle da defesa do consumidor e permanece omissivo, pode ser coagido a buscar essa consciência do controle do consumo”. Deu como exemplo caso de propaganda enganosa de um Banco, oferecendo empréstimo aos aposentados com a taxa de 1,72%, sem esclarecimento do acréscimo de outros percentuais que ao final chega a 3 ou 4%.

Em resposta, Walter Filho explicou que na Lei 8.078 está dito que o Poder Executivo pode ter o seu PROCON, mas que, no Estado do Ceará, ainda não possui; aqui, quem faz esse trabalho é o Ministério Público que, provocado, poderá acionar o Estado por propaganda enganosa. Finalizou: “O Estado deve defender a sociedade e a ordem jurídica”.

Marcelo Rebouças, do DECON, perguntou se o consumidor tem alguma chance de rever administrativamente nos órgãos de Defesa do Consumidor as taxas de juros. O Senhor Bruno Miragem informou que o órgão administrativo, embora não tenha condições de controlar o contrato especificamente individual, tem legitimidade para atuar judicialmente e ingressar com ações coletivas, representar, e fazer uma intermediação.

Os juros propriamente dito ele não pode controlar, mas a forma de contratação ele pode[...] se os juros não foram informados, o contrato não foi entregue ou o banco não informou o valor total da dívida, isso é uma violação direta à lei Art 52, isso é passivo de atuação administrativa, com multa para a instituição que descumpra o Código... Controlar exatamente o contrato do indivíduo que vai lá pedindo para revisar não é possível: só o poder Judiciário” Referindo-se ao Art. 51 & 4º do Código de Defesa do Consumidor que estabelece como cláusula abusiva aquelas cláusulas que estabelecem obrigações consideradas iníquas, abusivas, que colocam os consumidores em desvantagens, ou seja, incompatível com a boa fé, salientou que o assunto é resolvido pelo Poder Judiciário: [...] cláusula que for iníqua, contra a boa fé [...] pode ser controlada com a nulidade ; é o juiz que tem o dever , segundo o artigo 51 & 2º do Código de Defesa do Consumidor, de integrar o contrato, tira a cláusula abusiva e aí tem que colocar alguma coisa no lugar, então preenche este espaço integrando o contrato com critérios de atualização da dívida.

Devido ao avançado da hora, o Deputado Adahil Barreto sugeriu que fosse iniciado o segundo painel de exposições, deixando-se o prosseguimento do debate para o final do evento.

Acatada a sugestão, a segunda parte do evento teve início, sob a presidência do Deputado Adahil Barreto, que mais uma vez agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o senhor Ricardo Memória, o representante do DECON, que ao iniciar, falou de sua satisfação em participar mais uma vez de um grande evento organizado pela Assembleia Legislativa, especialmente para debater esse tema tão empolgante que é a defesa do consumidor.

Fazendo uma análise do comportamento dos Bancos e Financeiras, instituições importantes como instrumentos de fomento do crédito, mas que por concentrarem riquezas e não se submeterem à lei, podem ser consideradas em nosso país, atualmente um poder extremamente forte – um quarto poder. Criticou a prática de propagandas enganosas, de cobranças diárias exorbitantes dos correntistas, da falta de respeito ao cidadão e ao aposentado pela morosidade do atendimento, obrigando-os a permanecerem em filas prolongadas por muitas horas.

Em seguida a palavra foi passada para Dr<sup>a</sup> Amélia Rocha, defensora pública, que, fazendo um paralelo com a área da psicanálise, falou que se resolve o problema a partir da descoberta da causa, do que é que trava o bom andamento , sendo o diagnóstico prévio extremamente importante para saber onde tratar. No caso do superendividamento, partindo de

O que é que é usual? Estar endividado porque foi descontrolado, porque comprou demais, porque quer ser rico, porque é nariz empinado? Citando o artigo 4, & 3º do Código de Defesa do Consumidor: [...] nesse artigo temos como princípio que a proteção ao consumidor não pode inviabilizar o necessário crescimento econômico e tecnológico. Não vejo em nenhum momento o Código de Defesa do Consumidor dizendo que consumidor é santo e fornecedor é bandido. O que o Código quer é estabelecer um equilíbrio, porque? Compro porque tenho emprego; se não tenho emprego não compro. Há uma dicotomia muito grande entre o emprego e o consumo. [...] Esse equilíbrio é que o Código busca; ele tem uma premícia que é a educação. Se agente for examinar o artigo 5º do CDC que fala da execução da política nacional da relação do consumo, nós vamos ver que é ter defensoria pública em todos os lugares[...] Porque Defensoria Pública é exigência dos direitos humanos é exigência do direito do consumidor, porque ninguém pode exercer um direito que não sabe titular, precisa conhecer’.

Referindo-se ao problema do crédito consignado, citou a situação de uma senhora que já estava no terceiro empréstimo para ter possibilidade de pagar o primeiro e afirmava categoricamente que pensava que esse dinheiro era doado pelo Presidente LULA, viu na televisão essa possibilidade de empréstimo e foi buscar no Banco.

Ninguém lá explicou como ela deveria pagar e ela acreditava mesmo nessa opção. Nada mais legítimo em nosso povo do que a boa fé, essa fé do brasileiro que a gente não pode esquecer. Se ela soubesse que aquela informação não era fiel não teria feito o empréstimo; e nem sequer recebeu o contrato, por isso a Procuradoria usando de suas prerrogativas solicitou a quem de direito uma cópia do contrato para que pudesse tomar uma providência.

Continuando, reafirmou a existência do fenômeno do endividamento “[...] nós temos esta realidade até pela falta de emprego; isto ocasiona a busca muito grande de empréstimo. Nós somos carentes e as vezes procuramos preencher esta lacuna com o consumo, somos extremamente vulneráveis”. Esclareceu: “o Art. 40 do Código diz que na compra por impulso temos 45 dias para desistir, porque não poder desistir da compra consignada que foi por impulso?”

Deu a sugestão de que o Seminário tivesse como produto uma moção de recomendação para o Banco Central criar uma Comissão de Defesa do Consumidor, acrescentando: “[...]porque Direito, como diz nossa Ministra do STF Dra. Carmem Lucia Antunes Rocha, só se conquista no exercício.” “[...]que o Banco Central crie esse espaço de tutela de defesa do consumidor, porque é esse diálogo que vai fazer com que o Código de Defesa do Consumidor saia do papel.” Citando Dulce Critere, socióloga e professora da USP: “ consumo é o poder nosso de cada dia e ele só serve se for exercido”.

A palavra passou para a Dr<sup>a</sup>. Isabel Lopes – Presidente do PROCON municipal que, inicialmente manifestou o desejo de parabenizar a Dr<sup>a</sup> Gina Pompeu pelo excelente trabalho à frente do INESP. Afirmando ter guardado o foco da fala dos vários palestrantes, resumiu:

Dr. Adahil diz que há muitas leis no país, leis boas mas que é preciso decisões dos poderes constituintes para executá-las; o Dr. Walter Pinto lançou todo o seu amor e desejo pela causa do Consumidor e a sua coragem de estar aí desde sua experiência no DECON; o Dr. Bruno Miragem traz uma grande pergunta para todos nós: Quem é, de fato, o superendividado brasileiro? Ele diz que este cidadão ou cidadã sofre no contexto familiar, doenças, divórcio; O Dr. Luis Edson, como presidente de uma associação, diz que precisamos urgentemente educar nossos parceiros, nossos clientes e que a finança pessoal é necessário para que possa se expandir; o Dr. Ricardo memória fala da preocupação com a ditadura dos Bancos e como é preciso olhar e enfrentar isso de uma maneira muito clara.; o Dr. Oscar Belo traz para este encontro a importância de se defender a existência de uma Diretoria de Defesa do Consumidor no Banco Central; e a Amélia diz que é preciso reconhecer o problema, que estamos reconhecendo mas é preciso que a gente trabalhe no equilíbrio das relações. E continuou: Que sobrou para mim?

Baseando-se em sua história, como professora, como terapeuta familiar, como funcionária pública, como pessoa de movimentos sociais, afirmou que “ é preciso criar o PROCON pessoal”. E continuou:

Quem já foi a um órgão para defender seus direitos? Poucas pessoas tiveram coragem de ir, e estas poucas pessoas que foram e que tiveram solucionados os problemas ficaram felizes, fortalecidos e a gente passa a mudar a postura em nossa vida. É preciso que todo trabalho seja feito em parceria. Temos que quebrar o medo. Medo de esclarecer e vivenciar o que está na Lei.

Indicando o novo endereço do PROCON municipal, na rua Major Facundo, 869, a partir de julho próximo, esclareceu que o principal foco do trabalho será a educação do consumidor: “Vamos atender e fazer tudo o que está no Código do Consumidor público, vamos abrir ação civil pública, vamos defender direitos pessoais e coletivos, vamos educar as pessoas” e que intensificarão as pesquisas: “iremos pesquisar o endividamento da classe média do Ceará e o nível de sobrevivência das camadas populares; são 2 segmentos bem diferenciados, uns que se endividam para manter seu status social e outros para sua sobrevivência, que são pessoas que ganham de 1 até 3 salários mínimos.”

Comunicou a realização do I Fórum Municipal de Defesa do Consumidor, em 28 de junho na sede do Banco do Nordeste, a fim de que, como primeiro passo, seja discutida a questão do consumo com a população de Fortaleza. Como segundo passo, as pesquisas, após as quais serão promovidas oportunidades de discussão com os núcleos familiares, e de realização de oficinas junto às mulheres, à terceira idade e aos jovens.

Afirmando que para enfrentar essa ditadura dos Bancos é preciso preparar as pessoas, concluiu: “Então, nossa proposta de trabalho do PROCON Pessoal será fortalecida dentro de cada uma das pessoas e aí nós poderemos fazer de forma coletiva uma nova cultura de consumo em Fortaleza”.

O Deputado Adahil anunciou a palavra da Dra. Ana Waléria, que parabenizou e agradeceu o apoio e a participação

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

do BRASILCON. Afirmou ter percebido a ansiedade da Dra. Amélia para que deste Seminário saíssem algumas propostas, concordando com a moção sugerida e acrescentando já terem sido bem discutidas as conseqüências do crédito consignado, sugeriu que todos os PROCONs realizassem pesquisa a nível nacional para se constatar o perfil do consumidor brasileiro, como base para a reforma da legislação. Citou um trabalho relacionado à renegociação dos superendividados, feito pela Defensoria do Rio de Janeiro que instituiu uma Comissão para fazer a busca do reescalonamento, sugerindo-o como exemplo a ser seguido pelas Defensorias Públicas.

Informou que o PROCON da Assembléia Legislativa do Estado disponibiliza a linha 0800 para receber reclamações ou dirimir dúvidas do consumidor.

Encerrada a participação dos palestrantes, iniciou-se o debate aberto ao público.

O Senhor Sérgio Luxor – Promotor de Justiça do interior, referindo-se ao poder de convencimento da mídia, colocou a questão da responsabilidade do consumidor em se policiar e proteger-se da política da mídia que o empurra, através das propagandas subliminares, para o consumo irracional. Indagou: “Os senhores acham que existe uma relação entre mídia e consumo e nós não somos meros repetidores do que é bombardeado em nossa mente?”

Ricardo Memória informou que a mídia tem sua responsabilidade prevista no Código de Defesa do Consumidor no que diz respeito à publicidade enganosa. Entretanto, a veiculação da propaganda de um determinado produto é uma coisa assegurada na Carta Constitucional.

Desde que a propaganda não seja enganosa não vejo nada demais a não ser que seja a do tabaco, álcool, outras práticas que possam vir em detrimento da saúde e do patrimônio pessoal; é a questão do risco. Uma vez que a mídia tem o direito de expor e não está cometendo publicidade enganosa não há irregularidade na situação, “ela não está te obrigando a nada, está pondo à sua disposição as informações necessárias para que você possa adquirir.

Isabel Lopes complementou falando sobre a cultura do medo imposta pela violência constantemente veiculada nos programas e filmes de televisão. Como resultado, “o cidadão passa a ter medo, medo de ser ele mesmo, de enfrentar, de cobrar seu direito”.

Amélia pronunciou-se sugerindo uma pequena reflexão: “antigamente a publicidade tinha por foco vender, hoje a preocupação é criar a necessidade de vender. Reforçando, nós não nos damos conta que somos manipulados”.

Ricardo Memória esclareceu que sua resposta foi técnica, pois não se pode evitar esse tipo de propaganda se não limitar os direitos e a liberdade de expressão. “[...]seria uma volta à censura”. E finalizou: “Você é quem deve dizer o que é melhor para você.”

Mário Dias, Presidente da Associação dos Bares e Restaurantes, pronunciou-se:

preocupo-me com a situação financeira do consumidor tanto quanto outros órgãos, por que é dele que sobrevivemos. Nós, pequenos e grandes comerciantes estamos endividados, sendo o maior vilão os Bancos e os cartões de crédito. Somos obrigados a vender pelo preço à vista, existe uma legislação e temos que cumprir, só que não conseguimos repassar todos os custos. O vilão é comum, quem está levando ao endividamento dos consumidores está levando também ao dos fornecedores.

Anibal Feijó, como presidente dos supermercadistas, endossou: “Meu pensamento parece com o de Mário Dias, Ricardo Memória e Bruno”. Conclamou para todos fazerem, junto à mídia, um trabalho de conscientização do consumidor a respeito dos juros abusivos dos cartões de crédito – “O consumidor paga até 14%, o setor supermercado 2,5% a 3% e o setor de restaurantes 7% .”, e justificou:

[...] porque contra os bancos, a força é muito grande. Olhe que o supermercado é um setor que tem força, nós fizemos esse trabalho a nível nacional, nós conseguimos com que alguns senadores aprovassem uma medida contra o cartão de crédito. Nós, Iran Ribeiro – Presidente do CDL, voltamos satisfeitos para Fortaleza e outros para seus Estados e 24 horas depois estava desfeito o que acordamos.

Finalizando sua participação, adiantou que em após reunião de entidades que compõem os quinze maiores segmentos do comércio, dentre as quais. ABASEL, FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO, CDL, CBL, “todos juntos estamos nos preparando para fazer um movimento contra os cartões de crédito, para que diminuam não só nossa taxa mas que não penalize o consumidor”.

Marcilene Moreira – presidente do IDECE, referiu-se aos superendividados dos serviços públicos, exemplificando que “No DECON cerca de 70 a 80% das reclamações são de usuários da COELCE e CAGECE que têm dívidas astro-

nômicas e não podem pagar e essas empresas não oferecem condições de parcelamento” e propôs a realização de “um seminário trazendo estes convidados e mais os representantes destes órgãos[...] para buscar uma forma de parcelamento dos débitos dos usuários”.

O Deputado Adahil acatou a proposição, sugerindo à Mesa que providenciasse o encaminhamento.

João Vasconcelos, da Fundação Beneficente Luis Coelho, inquiriu o senhor Walter Pinto sobre a estratégia de expansão do IDECE para outros municípios que têm uma economia bem desenvolvida, tais como Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato. Walter Pinto explicou que o Instituto é uma associação civil recém-criada, com idéia de trabalho com o Ministério Público. No interior, os promotores fazem este trabalho em defesa do consumidor. “Pode chegar a outros municípios; vai depender de uma organização de pessoas que queiram participar”.

Pronunciaram-se sobre a situação os senhores:

Walter Filho – “Quero dizer que o Poder Judiciário já está com a conta dos seus funcionários depositadas no Banco do Brasil; o Ministério Público também está com o mesmo procedimento, vocês têm o mesmo direito”.

Ricardo Memória – “ Ficou certo que todos servidores tenham total liberdade para ir a outro banco, até porque não se pode ficar vinculado contra a sua vontade”.

O senhor Oscar Belo, fazendo referência ao assunto do crédito consignado, abordado pelo senhor Ricardo Memória, criticou a política direcionada pelo governo federal de incentivo ao crédito consignado, como substituição ao investimento público.

O Governo incentivou crédito consignado, esse crédito gerou consumo, que gera crescimento, que vai gerar elevação de renda para realimentar a política econômica[...] o normal é investimento, gerando produção, gerando consumo, gerando crescimento, e elevação de renda[...] crédito consignado foi colocado conscientemente como política macro-econômica[...] o governo não estava com pena das pessoas que estavam pagando taxa muito elevada.

Chamando atenção do DECON e do BRASILCON, colocou:

é que existe uma coisa chamada produto padronizado e que permite a comparação, então seria uma coisa interessante solicitar dos Bancos que eles tivessem um pacote de produtos padronizados, que os consumidores pudessem comparar o preço do Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Dizer o seguinte, o pacote padronizado inclui abertura de conta corrente, crédito direto ao consumidor, cheque especial. [...] Existe no mercado bancário esta esperteza de produtos diferenciados[...] Estou impressionado com a propaganda dos Bancos e cartões de créditos, porque ninguém fala do serviço; devia ter uma regulamentação: você pode colocar as cores que quiser, as personagens, mas tem que falar dos produtos e dos serviços e falar das características.

Finalizando, referiu-se novamente ao crédito consignado: “O crédito consignado vem para consumo e não para troca de dívida, ele é renovado, renovado. Tenho falado com gerente de Banco e eles afirmam que termina um período e é renovado, renovado, nunca termina o crédito consignado e passa a fazer parte do orçamento familiar.”

Ricardo Memória, afirmando não existir arestas entre sua exposição e a colocação do senhor Oscar Belo, colocou-se a favor da política do governo como forma de conceder crédito ao consumidor, ressaltando: “ Agora resta saber se este crédito foi concedido de maneira responsável”. Quanto à questão da informação na propaganda do produto, esclareceu: “[...] a informação é a base, é e um dos direitos mais importante que o consumidor tem; está estabelecido no `artigo 4º & 3º como direito básico do consumidor informação adequada nas relações de consumo. E finalizou: “ Então, se na publicidade falta essa informação, ela está faltando com a transparência e com a boa fé. Eu acho que é chover no molhado, para falar a nossa linguagem nordestina, essa questão de informação, porque ela já está exposta na lei”.

Mardônio Almeida, do Partido dos Aposentados da Nação – PAN , colocou:

Nossa sociedade cada dia mais empobrece, especialmente os aposentados... vemos que os aposentados são os que mais sofrem com relação aos empréstimos. São os malditos bancos, são as associações que terceirizam o trabalho financeiro dos bancos, são muitas entidades para as quais são hoje descontados recursos nos contracheques e que ajudam no endividamento dos aposentados.

Perguntou: “Gostaria de saber como poderíamos trabalhar com o IDECE, trabalhar com relação a essas associações que terceirizam os trabalhos dos bancos, que terceirizam essas operações financeiras dos bancos junto aos aposentados, junto aos mais pobres.”

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

Ricardo Memória – Ressaltando a legalidade da operação do crédito consignado, desde que o captador tenha capacidade para exercer esse ato da vida civil, colocou o problema na “questão de nivelamento na relação jurídica do consumo entre consumidores e fornecedores.. quando existe o desequilíbrio contratual, caso em que o Poder Judiciário há de intervir, logicamente por provocação seja do Ministério Público ou seja do próprio interessado [...]”

Finalizando: “[...] e o Poder Judiciário tem que desapegar a questão de estar vinculado às idéias, e passar a ter uma ótica mais voltada para o Código de Defesa do Consumidor”.

Amélia Rocha, em uma colocação rápida contra alguns mitos que nós temos:

Temos o mito que lei nova resolve problema, e lei nova não resolve não, lei nós temos demais; o que resolve é a atitude diante da lei[...] nosso Código de Defesa do Consumidor é extremamente rico [...] e a gente só usa 10% do código... a grande responsabilidade é nossa... existe o desconhecimento do código, nós não conseguimos ver o código como um micro sistema ... que tanto interessa ao consumidor como ao fornecedor... pode-se pedir cumprimento.

Finalizou contando um caso concreto em que a Defensoria Pública de Maracanaú atua:

[...] é o caso de um senhor que fez um seguro de vida contra invalidez, segurando a invalidez permanente; agora, não diz que tipo de invalidez. Ele era digitador, teve um problema na mão e não pode mais exercer a profissão. No próprio INSS, ele ficou aposentado por invalidez. Mas o seguro de vida, disse não – ele tem quer ser inválido para qualquer atividade; ele não pode ser inválido só para essa atividade . O que a Defensoria, o órgão de execução da 3ª Defensoria de Maracanaú, que com muito orgulho represento, fez, apenas, foi mostrar para ele que temos o artigo 47 do Código que diz: fornecedor, se você quer dar uma informação dê correta porque se der errada ela não vai vincular. [...]Então, trabalhamos com o artigo 30 do Código do Consumidor ... se tem duas interpretações vai valer o que favorece o consumidor.

O Deputado Adahil Barreto encerrou os trabalhos, colocando a satisfação de ter sido atingida a finalidade a que se propôs o Seminário , qual seja, através de proffcuo e interessado debate conscientizar, sobremodo as entidades envolvidas, para o problema do superendividamento pelo consumo, conclamou todos ao trabalho em parceria com o único objetivo de defender o consumidor brasileiro e fiscalizar com mais rigor o cumprimento das leis.

O superendividamento pelo consumo vem crescendo de forma assustadora com indiscutível prejuízo aos consumidores que, em face de sua vulnerabilidade, padecem por falta de informação e pela sedução ao crédito “fácil” tornando indispensável e urgente uma mobilização nacional de políticas públicas na busca de caminhos para a recuperação financeira desses superendividados.



# O BIODIESEL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

Autor do requerimento: Dep. Chico Lopes (PC do B), Rachel Marques

Palestrante convidado: Dep. Federal Ariosto Holanda (PSB/CE)

Data: 23/06/2006

**A** Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no dia 23 de Junho de 2006, sediou no auditório Murilo Aguiar, o seminário “O Biodiesel e suas Conseqüências para o Desenvolvimento do Ceará”.

O Biodiesel, também conhecido como diesel vegetal, é um combustível obtido de fontes renováveis, tais como óleos vegetais e gorduras animais, por intermédio de processos químicos como o da transesterificação<sup>1</sup> e do craqueamento térmico<sup>2</sup>. Por ser perfeitamente miscível, o biodiesel pode ser utilizado puro ou misturado em quaisquer proporções, em motores do ciclo diesel sem a necessidade de significantes ou onerosas adaptações. Por ser biodegradável<sup>3</sup>, não tóxico e praticamente livre de enxofre e aromáticos, é considerado um combustível ecológico. Como se trata de energia limpa, não poluente, o seu uso num motor diesel convencional resulta, quando comparado com a queima do diesel mineral, numa redução substancial de monóxido de carbono e de hidrocarbonetos não queimados. Suas emissões são isentas de compostos sulfurados<sup>4</sup>.

Foi a partir da invenção do motor diesel, pelo engenheiro francês de origem alemã, Rudolph Christian Carl Diesel (1858 – 1913) no final do século XIX, que se pensou no uso de óleos vegetais como combustível. A primeira patente de biodiesel feito com óleo de amendoim e metanol foi depositada no Japão no ano de 1940, seguida de outras três patentes americanas no ano de 1950. No Brasil, as pesquisas tiveram início em 1980 com a criação do Programa de Óleos Vegetais (OVEG). O pioneirismo coube, entre outros, à Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo o professor Expedito Parente responsável pela primeira patente brasileira do processo de transesterificação para obtenção do biodiesel. Pesquisadores cearenses produziram o combustível a partir de uma mistura de óleo de mamona e metanol. Na década de 90, países da Europa começaram a implantar programas de uso de biodiesel. Atualmente, dois milhões de veículos rodam no continente com esse combustível. Na Alemanha e na Áustria, emprega-se o biodiesel puro, enquanto nos demais países, ele é misturado ao diesel na proporção de 5% a 20%. Dentro de três anos, 2% de todo combustível consumido na Europa deve ser proveniente de fontes renováveis. Em 2010, esse percentual subirá para 5,75%. Em função das políticas de incentivo ao uso de combustíveis renováveis adotados na Europa, torna-se previsível que haverá um aumento da demanda superior à sua capacidade de produção. Com isso, existe uma grande possibilidade do Brasil vir a exportar biodiesel. A perspectiva de o Brasil se consolidar como o principal supridor mundial de combustíveis renováveis de elevado conteúdo energético, é viável graças a sua dimensão continental localizada numa área tropical, e por possuir abundantes recursos hídricos (22 a 24% da água doce do planeta), além de imensas áreas desocupadas. Na União Européia o biodiesel recebe incentivo à produção e consumo através de uma forte redução dos tributos e alterações importantes na legislação do meio ambiente. Mesmo que o Brasil alcance a auto-suficiência em petróleo nos próximos anos, será preciso continuar importando diesel. O problema é que o óleo extraído das profundezas marítimas da costa brasileira tem qualidade inadequada para a produção do combustível diesel, porque é do tipo pesado.

Além de diminuir a dependência da importação, o biodiesel à base de etanol (álcool de cana) é de grande importância estratégica e poderá facilitar a incorporação desse tipo de combustível na matriz energética do país. No Brasil, o



Sementes de soja

<sup>1</sup> É a separação da glicerina do óleo vegetal. Cerca de 20% de uma molécula do óleo vegetal é formada por glicerina. A glicerina torna o óleo mais denso e viscoso. Durante o processo de transesterificação, a glicerina é removida do óleo vegetal, deixando o óleo mais fino e reduzindo a viscosidade.

<sup>2</sup> A superioridade energética do processo de craqueamento térmico está ligada ao fato de que a energia termonuclear é diretamente convertida em energia química presente na molécula do H<sub>2</sub>.

<sup>3</sup> São os restos sólidos que voltam à natureza sem deixar resíduos.

<sup>4</sup> Compostos Sulfurados – Ácido Sulfônico: são compostos orgânicos derivados do ácido sulfúrico em que ocorre a troca do oxigênio por enxofre.

biodiesel será a grande solução energética de combate à poluição e de substituição de importação do diesel. Em países como Alemanha, França e Estados Unidos, o biodiesel já é uma realidade. Levando-se em conta o potencial agrícola brasileiro e os condicionantes ambientais mundiais, torna-se oportuno discutir a produção de fontes alternativas de energia ecologicamente sustentáveis.

Consciente da importância dessa iniciativa, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atendendo ao requerimento do deputado Chico Lopes (PC do B), subscrito pela deputada Rachel Marques, julga da mais alta importância a realização deste evento. O debate teve como um dos principais expositores o deputado federal Ariosto Holanda (PSB/CE), o pioneiro na luta pela concretização do Projeto Biodiesel, partindo do princípio de que esse tipo de estratégia é sem dúvida, um canal importante de inclusão social na área rural. Participaram, ainda, do evento técnicos do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec) e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Na ocasião, o deputado federal Ariosto Holanda destacou os benefícios da utilização do biodiesel e chamou a atenção dos participantes do seminário para a possibilidade de geração de renda para setores como a agricultura familiar. Ariosto Holanda ressaltou, ainda, o fato do combustível ter sua origem em fontes naturais renováveis, adaptadas às condições climáticas cearenses, como a mamona, o que faz com que ele seja considerado um combustível ecológico e menos poluente. Segundo Ariosto, “Em São Paulo, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) estão produzindo biodiesel a partir de óleo de fritura utilizado em restaurantes que, ao invés de ir para o lixo, está sendo recolhido. Esta produção pode ser uma opção de renda para as pessoas menos favorecidas”<sup>5</sup>.

Para proteger os pequenos agricultores e garantir a boa qualidade do combustível, Ariosto Holanda propôs a implantação de uma estrutura de retificação do biodiesel. “É mais ou menos como acontece com a produção de leite pasteurizado. O leite dos pequenos produtores é recolhido e tratado em um só tanque da região. Com o biodiesel seria assim, e a produção dos pequenos seria retificada”<sup>6</sup> defendeu.

O parlamentar ressaltou a Medida Provisória nº 217 que estabelece benefícios fiscais. Ariosto citou como exemplo a isenção total de PIS, Pasep e Cofins para a produção de agricultura familiar no Nordeste. O deputado federal destacou, ainda, a Medida Provisória nº 214, que indica a Agência Nacional do Petróleo (ANP) como a reguladora dos processos que envolvem a fabricação do biodiesel. “Já foi decidido que em 2008 todo diesel a ser consumido no Brasil terá 2% de mistura de biodiesel, o que equivale a 800 milhões de litros. Em 2013, serão 5% de mistura, representando dois milhões de litros”<sup>7</sup>, comentou.

O seminário serviu para apresentação de projetos de utilização do biodiesel em desenvolvimento no Estado. O engenheiro da Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), Ricardo de Albuquerque Mendes, abordou os projetos em fase de instalação para teste do uso do combustível no transporte coletivo da cidade de Fortaleza e a inauguração da primeira usina de produção contínua de biodiesel, também na capital cearense, prevista para agosto deste ano. Explicou que “O teste no transporte coletivo será realizado em parceria com a prefeitura de Fortaleza, com o biodiesel instalado em 17 ônibus para verificarmos a qualidade de combustível nos veículos e a possibilidade do uso de uma alternativa menos poluente e que beneficia a produção rural no campo”<sup>8</sup>.

Falou, ainda, dos fatores que justificam o biodiesel que são: o fato de ser menos poluente, renovável, gerar empregos e ter insumos amplamente disponíveis na região. Comentou que o Proalcool criou uma grande concentração de renda e de trabalhadores informais; e que muito mais se terá com o biodiesel. Ressaltou que o biodiesel depende da política de apoio, da pesquisa, de equipamentos no laboratório, do processo de informatização e da capacitação dos recursos humanos.

O superintendente do Dnocs, Eudoro Santana, comentou que pode-se ter várias outras alternativas de produção, mas tem que se valorizar, primordialmente, a produção do agricultor.

O gerente do projeto de biodiesel da Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado, Valdenor Feitosa, mostrou os índices de avanço na produção da mamona cearense, que apenas em seu primeiro ano de exercício, em 2003, já fez com que a área plantada no Estado passasse de 1900 para 5000 hectares.

O seminário teve a participação também dos deputados Gilberto Rodrigues (PHS) e do superintendente do Dnocs, Eudoro Santana. Para Chico Lopes, o seminário trouxe esclarecimento, mas também mostrou novos desafios.

---

<sup>5</sup> Ata do Seminário sobre o Biodiesel e suas Conseqüências para o Desenvolvimento do Estado do Ceará na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará no dia 23 de Junho de 2006.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

O líder do PC do B afirmou “Acredito, que há a necessidade de uma coordenação mais efetiva dos projetos de uso no biodiesel no Estado. É preciso definir melhor os papéis de instituições como a Petrobrás para que o esforço de inclusão social não seja perdido”<sup>9</sup>.

Foi dessa maneira que se realizou o evento para se discutir a importância do biodiesel como combustível para a cidadania e meio para se efetivar o desenvolvimento do Estado do Ceará. As diversidades sociais, econômicas e ambientais no Brasil geram distintas motivações regionais para a produção e consumo de combustíveis da biomassa, especialmente quando se trata do biodiesel. Em relação à região Norte do País, o biodiesel pode ser a solução para o isolamento energético de regiões longínquas na Amazônia, onde gasta-se normalmente até o equivalente a 3 litros de diesel para transportar 1 litro. A região Nordeste, associada a um programa de assentamentos sustentáveis, possibilita a geração de emprego e renda para a população rural, através da ricinocultura<sup>10</sup>. No Centro-Oeste cerca de 80% dos transportes de carga são feitos por rodovias. Com o biodiesel, essa atividade poderia tornar-se mais barata e ecológica. No Sudeste, o biodiesel ajuda a melhorar a qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Em relação à região Sul, com a queda do consumo de óleos de soja, a produção de biodiesel pode equalizar os déficits do óleo de soja nos mercados convencionais.

O programa do biodiesel apresenta-se como vertente nos caminhos da inclusão social pela geração de trabalho e pela distribuição de renda nas cidades e no campo, visto tratar-se de um combustível renovável, de origem vegetal, produzido por vários tipos de oleaginosas, tais como mamona e girassol.

Sua utilização em substituição ao petróleo traz, ainda, grandes vantagens ambientais e econômicas, como a diminuição da poluição e substituição das importações.

Convicta da relevância do tema e do seu reflexo no desenvolvimento do Ceará, a Assembléia Legislativa debate com pesquisadores e técnicos a utilização do Biodiesel como combustível alternativo.

# SEMINÁRIO SUL-AMERICANO: REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Autores do requerimento: Marcos Cals (PSDB), Tânia Gurgel (PSDB)

Palestrantes Convidados: Patrícia Saboya, Ismael José Passágua, Marcelo Enrique Feliu, Diego Chichizola

Data: 24 e 25 /05/2006

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e a Câmara Municipal de Fortaleza realizaram nos dias 24 e 25 de maio de 2006 o Seminário Sul-Americano: Uma Reflexão sobre a Realidade de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. A iniciativa teve como objetivo promover intercâmbio de informações e de ações no sentido de reforçar a efetivação dos direitos e garantias das crianças e adolescentes.

O seminário contou com a parceria das Frentes Parlamentares pela Infância em âmbito nacional, estadual e municipal, Secretaria de Ação Social do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Fortaleza – FUNCI, UNICEF, Fórum DCA, COMDICA, CEDCA, APRECE e APDMCE.

Pensar sobre crianças e adolescentes em situação de risco faz aflorar problemas sociais encobertos. Leva a refletir sobre a recusa política injustificável de encarar de frente a desigualdade social. Suficiente será lembrarmos que sendo a 11ª economia do mundo, em qualidade de vida, o 86º país da terra.

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ciente dos inúmeros desafios a serem vencidos para fazer valer no cotidiano de cada criança do nosso Estado o que a legislação brasileira assegura, julga da mais alta importância o intercâmbio Estado do Ceará – Província de Buenos Aires para refletir sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco, reforçando a tomada de decisões nos âmbitos dos Poderes Legislativo e Executivo que realmente se traduzam em ações garantidoras de vida digna à população menor de 18 anos. Foi com esse espírito que o Presidente da Casa, deputado Marcos Cals, abriu o Seminário Sul-Americano agradecendo a presença das organizações governamentais, não-governamentais, jovens e adolescentes protagonistas e dos Deputados da honorável Câmara da Província de Buenos Aires. Reiterou a semente de uma parceria mais ampla e mais comprometida com a infância dos nossos países. Neste momento, transmitiu a palavra à coordenadora da Frente Parlamentar pela Infância, dep. Tânia Gurgel, que iniciou ressaltando

esse momento não é exclusivo do Legislativo Cearense, ele representa mais do que uma tentativa de intercâmbio entre o Brasil e a Argentina, ele representa a ampliação de um esforço para enfrentar a realidade que atinge crianças e adolescentes em situação de risco do continente Sul Americano, com o objetivo de reforçar concretização dos direitos conferidos nas legislações dos dois países. <sup>1</sup>

A palestrante enfatizou “não trazer apenas um diagnóstico estatístico desta problemática no Estado incluindo dados de nossa Capital, já que os dados apenas refletem a cruel realidade.” <sup>2</sup>

Optou também por “destacar algumas indicações técnicas que compõem o cenário da questão e que podem referendar encaminhamentos que possam representar melhores perspectivas de enfrentar os desafios.” <sup>3</sup>

A Deputada afirmou que

o IBGE aponta um aumento da concentração de renda quando 10% dos mais ricos detêm renda 46 vezes superior aos ganhos dos mais pobres. 90% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos freqüentam a escola e de que, por outro lado, 44% da população só concluiu a 3 série do ensino fundamental. Quase um terço dos que vivem na zona rural não teve acesso a educação e só 3% dos



<sup>1</sup> Transcrição do pronunciamento da deputada Tânia Gurgel

<sup>2</sup> idem

<sup>3</sup> idem

brasileiros têm curso superior concluído.

Não se pode perder de vista que a condição de pobreza é um fator determinante na participação de crianças e adolescentes em situação de risco, especialmente em atividades laborativas ou nas ruas, vez que suas famílias aceitam essa participação como forma de garantia de renda complementar para sobrevivência do grupo familiar.

A questão do desemprego das famílias e da falta de oportunidades de geração de renda é confirmada com as estatísticas trabalhadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, as quais indicam que no período de 14 anos houve um crescimento de 42,40% no índice de desemprego em Fortaleza. Significa dizer que o número de pessoas desocupadas pressionando o mercado a procura de emprego saltou de 69.151 (11,32%) para 137.233 pessoas.

Outro dado que revela o cenário de pobreza que atinge especialmente a cidade de Fortaleza e que denota a baixa qualidade de vida desse segmento é o dado referente às condições de moradia. Segundo dados do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, estão cadastrada na Capital 620 favelas, com uma população de 769 mil pessoas. Dados relativamente compatíveis com o déficit habitacional apresentado pela SEINFRA no documento Novos Caminhos para o Setor Habitacional, o qual aponta um total aproximado de 863 912 de pessoas vivendo em aglomerados sub-normais ou em favelas na Região Metropolitana de Fortaleza.

Tal situação de pobreza também exerce influência na inserção precoce da criança e do adolescente no mundo da violência, da droga, do roubo, da exploração sexual, da prática de ato infracional ou seja, situações que expressam a negação aos seus direitos assegurados na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Embora a situação de risco de crianças e adolescentes já atinja outros municípios do interior do Estado do Ceará, especialmente cidades de grande e médio porte, como Sobral, Juazeiro, Iguatu, Quixadá e Crateús, a problemática é mais visível na capital e em alguns municípios da Região Metropolitana.

Pesquisa realizada em Fortaleza em 2005 pela Equipe Interinstitucional do Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua traçou o perfil das crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza/2005, apontando a seguinte situação, dentro do universo entrevistado (510):

- 74% (377) são do sexo masculino e 26% (133) do sexo feminino;
- 89% estão na faixa etária de 12 a 18 anos e 11% estão na faixa inferior a 11 anos;
- 69% dos entrevistados confirmam fazer uso de drogas;<sup>4</sup>

A deputada Tânia Gurgel, dirigindo-se aos educadores e adolescentes argentinos, disse que eles vão, na troca de experiência, conhecer a olhos nus o que não precisa ser especialista para entender, referindo-se a realidade relatada. Questionou acerca da eficácia das políticas públicas e fez uma observação sobre o Estado que outorga formalmente cidadania, mas não defere, de forma institucionalizada, os instrumentos que a garantem.

Outro ponto abordado pela deputada foi o enfraquecimento dos vínculos familiares das crianças em situação de moradia de rua.

As estratégias de atendimento deverão esgotar todas as possibilidades de preservar esses vínculos. O apoio sócio-econômico, as novas formas de interação, referências morais e afetivas devem aliar-se ao grupo familiar. E no caso de ruptura, o Estado é o responsável pela proteção das crianças e adolescentes incluindo o desenvolvimento de programas e estratégias que possam levar à constituição de novos vínculos.<sup>5</sup>

Finalizando, Tânia Gurgel relatou os avanços no País e no Ceará referindo-se aos conselhos municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes, conselhos tutelares, conselhos estaduais, uns trabalhando na definição de políticas públicas e outros nos controles sociais. E chamou atenção para a necessidade de uma estratégia de fortalecimento dessas instâncias.

Neste momento a palavra voltou ao moderador, deputado Marcos Cals, que a transferiu de imediato ao presidente da Câmara de Deputados da Província de Buenos Aires, Ismael José Passaglia, especialista em políticas sanitárias:

a Argentina tem 24 Províncias e 40 milhões de habitantes e a Província de Buenos Aires tem um terço de

<sup>4</sup> transcrição do pronunciamento da deputada Tânia Gurgel, fl.3.

<sup>5</sup> transcrição do pronunciamento da deputada Tânia Gurgel, fl.4.



toda população (15 milhões de habitantes), e em consequência da política sócio-econômica neoliberal, nos últimos anos, cresceu o número de pobres e indigentes no País. As últimas avaliações mostram que existem 27% de pobres que ganham menos de U\$260 mensais, e 13% de indigentes que ganham menos de U\$ 120 por mês e 50% de todos os pobres e indigentes são menores de idade. A expectativa média de vida em nosso país é de 72anos.<sup>6</sup>

A partir desse momento expôs os indicadores da infância de sua Província e relatou política adotada em seu País.

Um dos indicadores mais importantes do mundo para saber o estado sanitário da população é o índice de mortalidade infantil. Em Buenos Aires é de 13/1000. Na nossa Província nascem por ano 260 000 crianças, dos quais, aproximadamente 30 000 nem sequer se anotavam nos registros civis. Uma das estratégias mais importantes para que as crianças nascidas sejam registradas foi colocar uma delegacia de registro civil em cada um dos hospitais. Desta forma se conseguiu diminuir notavelmente a quantidade de crianças indocumentadas, que não existiam para o país.<sup>7</sup>

No segundo momento, sua preocupação é com a garantia de uma vida saudável para as crianças relacionada com as condições da maternidade.

Creemos que as crianças, os adolescentes e as mulheres grávidas são a população mais vulnerável da sociedade. Para nós é fundamental a boa alimentação das gestantes e das crianças nos dois primeiros anos de vida, para que não ocorram seqüelas irreversíveis. A prevenção começa no primeiro momento, na barriga da mãe. Outro ponto que para nós é prioritário é a lactação materna. Amamentar nos primeiros 6 meses de idade, como único alimento e complementar até os dois anos, é para nós essencial. Essencial como alimento e afetividade. Não há desculpas para que a mãe não amamente suas crianças, porém os dados são inconsistentes e não se entende as causas do porque as mães não amamentarem seus filhos.<sup>8</sup>

Continuou a discussão e enfatizou sobre os flagelos que atingem os meninos e meninas adolescentes de seu País e que estão interrelacionados entre si.

O primeiro é o uso de álcool, no nosso país observa-se que cada vez se iniciam mais jovens, com 12 e 13 anos de idade. É a iniciação para as drogas, e as drogas estão relacionadas com a violência. Por último a gravidez na adolescência, que em nossa província representa 18% . Em geral, na Argentina se olha a qualidade de vida dos recém-nascidos, dos adultos e dos idosos, mas não se olha para a qualidade de vida dos adolescentes e das crianças.<sup>9</sup>

Vale ressaltar que a deputada Tânia Gurgel ao final do seu pronunciamento também questionou sobre a falta de políticas públicas bem definidas para esse público no Brasil e que o governo deve primar pelo não contingenciamento dos recursos orçados para a criança e o adolescente.

Encerrada a fala do Deputado Ismael Passaglia, o moderador, deputado Marcos Cals concedeu a palavra ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de província de Buenos Aires, o Deputado Marcelo Feliu.

Num primeiro momento, o palestrante declara que: “meninos e meninas em situação de risco tanto no Brasil, como na Argentina e América Latina têm muitos pontos em comum, portanto, as soluções a esse problema têm também muitos denominadores comuns.”

Muitas conclusões já estou tomando nota e serão de suma importância para a tarefa de que temos responsabilidade na Província de Buenos Aires. A mim pediram para abordar um tema específico, que tem que haver somente com um elemento, importante por certo, porém não é o único em matéria das crianças em risco, que é o seus direitos . O parlamento e a situação das crianças em situação de risco, pressuposto que este é elemento substancial, mas não o único. A Argentina desde o ano de 1990 ratificou a reconhecida Convenção sobre os Direitos da Criança. Essa iniciativa gerou para a Argentina responsabilidade internacional de cumprir com essa normativa, que depois foi ratificada com a última reforma constitucional de nosso país em 1994, donde se deu um

<sup>6</sup> transcrição da fala do Deputado Ismael Passaglia. Fonte: dvd cedido pela tv Assembléia

<sup>7</sup> idem

<sup>8</sup> idem

<sup>9</sup> transcrição da fala do deputado Ismael Passaglia. Fonte: dvd , tv Assembléia. Tradução do espanhol de Cecilia Molina

passo substancial na norma principal da Argentina. Ao invés de reconhecer os direitos humanos em geral e os direitos das crianças em particular, inverte-se a pirâmide jurídica, a constituição e os direitos das crianças passam a ter a mesma hierarquia constitucional. Isto parecia um elemento meramente jurídico, mas tem uma entidade transformadora substancial. Significa que as políticas vinculadas à proteção geral aos direitos das crianças não é uma atitude voluntária do Estado, passa a ser uma atitude imperativa, um dever do Estado. As crianças deixam de ser objeto de proteção e passam a sujeitos de direito, e portanto, sua mãe como responsável tem que fazer parte dessa política.

Estamos numa realidade muito crítica socialmente e precisamos de ousadia nas políticas públicas. Há uma enorme distância entre a lei e a realidade. Aqui entra a importância do parlamento com a obrigação de cumprir com tratados. A Província de Buenos Aires adotou uma nova legislação, vincular a obrigação constitucional com a realidade social.

Algumas decisões me parecem corretas a tentativa de descentralizar as políticas sociais. Esse problema é transversal, tem distintas realidades, não envolve apenas a Secretaria de Desenvolvimento ou a Ação Social do Estado. Liga-se aos pais desempregados, à justiça que chega atrasada, à infraestrutura que não alcança a família, à educação que não consegue universalizar o ensino. É obrigação do Estado convocar os conselhos econômicos e sociais locais. São eles que melhor indicam como podemos atuar. Também as ONGs, que têm vocação social de envolver as crianças em situação de risco. Delas vêm muitas respostas. Essa problemática só irá se resolver com política transversal, isso vai além do executivo e legislativo. Envolve também o poder judiciário e uma política de prevenção jurídica. Tanto para o Brasil como para a Argentina essa questão é de todos os partidos, é uma questão de Estado.<sup>10</sup>

À mesa, o representante do Movimento Nacional de Los Chicos del Pueblo, Diego Chichizola, inicia sua fala enfatizando:

o mais rico que eu posso levar para a Argentina é a comunhão com as organizações sociais que todos os dias lutam para um Brasil melhor para seus filhos. Acho importante a interação com as Assembléias Legislativas porque só com políticas públicas, de um país para todos, é que se pode avançar nessa luta. Somos um movimento nacional, representado em toda Argentina, com o qual estamos construindo um país diferente junto com nossas crianças. As crianças não são beneficiárias desse projeto, são companheiras de luta para um país diferente. Não estamos de acordo com o conceito que a infância é uma etapa preparatória para a vida. Cada etapa é plena em si mesma. Cada etapa é plena de direitos e de sonhar com o país que quer. Nós convivemos com as crianças e falamos do que fazemos. A pedagogia que sabemos é a pedagogia de compartilhar a vida com esses pequenos e aí somos profundamente políticos, já que não é possível falar dos direitos das crianças sem sair pelas ruas para pedir um país para todos, direito para as crianças e trabalho para seus pais vão junto. Os índices oficiais de 2005 demonstram que 4 milhões de menores moram em Buenos Aires dos quais 3,2 milhões vivem abaixo do índice de pobreza (7 a cada 10 menores). A fome é um crime no Brasil e na Argentina. Se não se troca a matriz distributiva destes países, falar de direitos das crianças é hipocrisia.<sup>11</sup>

Nesse instante, a moderadora em exercício, deputada Tânia Gurgel, procede leitura do roteiro da palestra da Senadora Patrícia Saboya que por motivos de saúde não pode comparecer.

A senadora fora convidada para desenvolver o tema “A situação da criança e do adolescente no Brasil”. Num primeiro momento é destacado os avanços na legislação brasileira referente são tema e o cumprimento dessas leis na prática:

O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à proteção da infância e da adolescência. Lamentavelmente, porém, passados quase 18 anos da promulgação da Constituição brasileira de 1988 e 16 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o nosso País ainda não conseguiu assegurar o cumprimento desses direitos na prática. Mais de 60 milhões de crianças e adolescentes vivem no Brasil. Segundo dados do Unicef, nada menos do que 45% das pessoas até 17 anos de idade no País estão em situação de pobreza – o que significa um contingente de cerca de

<sup>10</sup> transcrição de parte da fala do deputado Marcelo Felio. Fonte: dvd, tv Assembléia. Tradução do espanhol de Cecilia Molina

<sup>11</sup> transcrição de parte da fala de Diego Chichizola. Fonte: dvd, tv Assembléia. Tradução do espanhol de Cecilia Molina

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

27,5 milhões de meninos e meninas. Apesar de termos conseguido vitórias significativas nos últimos anos, como a redução da mortalidade infantil, o sucesso em programas como o de vacinação e de combate a AIDS e a inclusão de 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola, ainda vivemos em uma das Nações mais injustas do mundo.<sup>12</sup>

A Senadora julgou ser de relevância para se abordar no seminário a ampliação da licença-maternidade:

Com a convicção de que é fundamental proteger nossas crianças desde cedo, apresentei, no Senado Federal, projeto de lei prevendo a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses em troca de benefícios fiscais para as empresas que aderirem a essa idéia. A proposta, elaborada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e endossada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tem por objetivo reforçar os laços afetivos entre mãe e filho durante os seis primeiros meses de vida. A ciência já comprovou que esse vínculo forte é determinante para que ocorra, de forma intensa, uma série de transformações no bebê que contribuem não só para o seu desenvolvimento físico, mas também emocional e intelectual. Outro papel do projeto é estimular o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses, exatamente como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS). O próprio governo brasileiro faz campanha orientando as mães a dar de mamar a seus filhos durante esse período.<sup>13</sup>

Concluiu declarando a necessidade de um investimento maciço em educação:

Sabemos que para enfrentar, com vigor, questões como o trabalho infantil, a violência sexual e outras tantas mazelas que roubam a infância de milhões de crianças brasileiras é preciso ir além da adoção de programas de transferência de renda. Costumo dizer que precisamos ousar mais na área das políticas sociais. Como afastar tantas crianças e tantos adolescentes dessas atividades ilícitas que são, na maioria das vezes, altamente lucrativas? Certamente, não basta incluí-las no PETI, no Bolsa-Família e matriculá-las em uma escola pouco interessante e despreparada para receber meninos e meninas com uma história de vida marcada pela vulnerabilidade. Assim como os nossos filhos, os filhos da elite deste País, essas crianças querem e têm direito de freqüentar boas escolas, ter acesso a hospitais e postos de saúde de qualidade, moradia decente, saneamento básico, esporte, cultura e lazer. Elas querem também – e por que não? – usar a roupa e o tênis da moda, ir ao cinema, comer um sanduíche ou uma pizza, acessar a internet, aprender outras línguas, fazer cursos como os de computação, artes gráficas, teatro, dança ou estilismo, dentre tantos outros. Por isso, insisto: temos que oferecer a esse meninos e meninas chances concretas de inserção nesse mundo tão globalizado e, ao mesmo tempo, excludente para boa parte da população. Por fim, acredito que o Brasil só conseguirá garantir uma vida digna para todas as crianças e adolescentes se também for capaz de fazer um investimento alto e maciço em educação. Meninos e meninas que trocarem as ruas, as produções de calçados, de fumo, as lavouras, as carvoarias, o ilícito mercado do sexo, do tráfico de drogas, da criminalidade e os afazeres domésticos em casas de terceiros por um ambiente educacional dinâmico e moderno estarão, efetivamente, rompendo com o círculo vicioso da pobreza para inaugurar um verdadeiro círculo virtuoso.<sup>14</sup>

### 2º Dia de Trabalho

Palestrantes Convidados: Júlia Leonor Cruz, Diego Martins Chichizola  
Laura Taffetani

Na quinta-feira (25 de maio), na Câmara Municipal de Fortaleza reiniciaram-se as atividades do seminário sul-americano: Uma Reflexão Sobre a Realidade de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. O presidente da Câmara, Vereador Tim Gomes, abriu os trabalhos do dia relatando:

Estamos diante de uma questão muito séria e de uma realidade inegável: a criança brasileira é a vítima mais constante da perfídia da exploração do ser humano por outros seres humanos. O Ceará, que é internacionalmente citado como um dos pólos de maior incidência da prostituição

<sup>12</sup> transcrição de parte do roteiro da palestra da senadora Patrícia Saboya

<sup>13</sup> idem

<sup>14</sup> Idem, fl.5.

infantil, tem também se destacado pela ação parlamentar de combate a esse tipo de crime. A Câmara Municipal instalou, através de iniciativa da prefeita Luizianne Lins, na época vereadora, a CPI da Prostituição Infantil. Obtendo grandes resultados, pois concluiu indicando os principais agentes do lenocínio infantil, como nomes, formas de agir e lugares de atuação. A senadora Patrícia Saboya, que quando deputada estadual criou a Frente Parlamentar pela Infância, quando chegou ao Senado reproduziu a iniciativa, conseguindo instalar uma CPMI sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, que obteve repercussão internacional. Aqui na Assembléia Estadual, por iniciativa da deputada Tânia Gurgel, funcionou outra CPI sobre o mesmo tema, em 2005. Todas essas ações provam que o parlamento não ficou omissivo diante da questão. Embora falte muito para se atingir o ideal. O que é preciso é a conjugação de esforços de todos os poderes e a mobilização efetiva da sociedade, sem os quais não obteremos a erradicação desse crime contra nossas crianças e adolescentes. Na Câmara Municipal de Fortaleza estaremos abertos à participação de todas as sugestões, programas e idéias dos engajados nesta luta, que deve ser considerada por todos como prioritária para a nossa dignidade social, democrática e humana.<sup>15</sup>

Este dia repleto de discussão e trocas de experiências, a começar pelo painel que reuniu à mesa representantes dos movimentos sociais da Argentina de plena atuação: Crescer Juntos e Pelota de Trapo, organizações diferentes, parte do Movimento de los Chicos del Pueblo.

Este bloco visa a busca de caminhos que permitam a construção de propostas e estratégias, unindo educadores, crianças e adolescentes como atores na concretização da cidadania. Baseando-se em suas próprias experiências, a representante da organização Crescer Junto, Júlia Leonor Cruz, foi a primeira a falar.

Crescer Junto é uma organização de mães que nasceu por pura necessidade nos anos 90 quando todo mundo dizia que ingressávamos no primeiro mundo na Argentina. Nós no nosso bairro, nos perguntávamos se primeiro mundo era não ter trabalho, se primeiro mundo era ter fome, e isso foi o que nos juntou. Necessitávamos com urgência dar o que comer aos nossos filhos. Nesse momento éramos 25 companheiras e 300 os filhos que acolhemos. Nossa organização, na atualidade, conta com 20 lares centros. Os lares centros para nós, são espaços não somente para dividir com as crianças, mas, também, de luta diária. Em cada lar tem 30 crianças, há 11 lares centro com crianças de 2 a 5 anos e 9 lares centros, que chamamos de madurito, com crianças de 6 a 14 anos. Os lares têm a particularidade de ser nossas casas. Dentro dos lares nós conversamos o tema da saúde, o da educação e o da nutrição. Partimos do pressuposto de que não podemos fazer nada por nossos filhos, se eles não têm barriga cheia, de nada podemos falar, se primeiro o básico da vida não se lhes dá. Para que vocês tenham uma idéia, as companheiras que integram o Crescer Junto (hoje 60), poucas terminaram o primeiro grau, e menos ainda concluíram o segundo grau. Estamos conduzindo os lares com a sabedoria que nos deu a vida, que é muito. O que nos ensinou a vida para ser mães, tratamos de transmitir a 600 crianças no total. Nossos valores são: ou tem para todos ou não tem para ninguém. Deve haver para todos, não pode haver para uns poucos. Dentro de Crescer Juntos, também fomos compreendendo que os filhos não são apenas os que parimos, mas todos os que nos presenteou a vida. Nosso bairro em Tucumán, só é mencionado na imprensa para dizer que é o bairro mais perigoso. Diz a imprensa que os 10 delinquentes mais procurados estão em nosso bairro. Esses delinquentes têm 6 anos, 8 anos, 12 anos, 14 anos, se chamam José, Jesus, Adriano. Nós dizemos que isso não é verdade. Nosso bairro é o que tem mais pobres, onde tem mais desocupados, onde 19 pessoas vivem numa pequena casa. Nós dizemos que nosso bairro é um cárcere em céu aberto. Ninguém pode viver, desenvolver-se, e crescer plenamente no bairro em que vivemos. Nós dizemos que é mentira quando nos dizem que quando nascemos pobres, temos que morrer pobres. Para Crescer Juntos, o Movimento de los Chicos del Pueblo foi uma das coisas mais maravilhosa que nos aconteceu. O movimento nos ensinou a gritar, a caminhar com nossos filhos. Lembro que quando fomos para uma reunião do Movimento de los Chicos del Pueblo nos disseram: “somos parte da história, fazemos a história, transformamos a história.” Nós olhamos umas para as outras e nos perguntávamos \_ de que fala? Que História? Foi impactante para nós, descobrimos que fazemos história todos os dias.

Construir o movimento foi nascer de novo. O movimento nos ensinou a marchar junto com nossos

<sup>16</sup> transcrição de parte do pronunciamento do vereador Tim Gomes

filhos. Com o movimento descobrimos que nossos filhos são sujeitos políticos. O movimento nos deu um projeto de vida. Nos abraça quando nos sentimos sós. Não é só sonho, é realidade.

O movimento nos deu esperança, nos deu saber, nos ensinou a recuperar o melhor que há nos movimentos sociais da América Latina; que a luta não começa conosco, que há muitos que lutaram antes de nós.<sup>17</sup>

Concluída a exposição de Julia Leonor, a moderadora, Márcia Cristine, transfere de imediato a palavra para o representante da organização Pelota de Trapo, Diego Chichizola:

Quero começar lembrando que Crescer Juntos e Pelota de Trapo, organizações diferentes, juntas com outras 300 organizações formam o Movimento de Los Chicos del Pueblo. Eu pertencço à Pelota de Trapo que tem 32 anos de vida. Foi criada por Alberto Morlachetti, que vive com as crianças e compartilha sua vida com elas.

Nós nunca dizemos criança de rua, porque se dizemos isso, estamos dando à rua essa criança. A rua não tem braço para abraçar, nem lábios para beijar, nem tem sangue em suas veias, salvo o de crianças que aí morrem todos os dias. Nós preferimos chamar crianças do povo, porque assim todos assumimos essas crianças. Como companheiros de luta saímos a disputar e a construir esse país. Para nós a criança é um sujeito pleno de direito. Ainda mais, são sujeitos políticos. E o que quer dizer sujeito político? É poder transformar a realidade que vivemos.

Enquanto podemos abraçar 100, 200 crianças, o sistema cria todos os dias milhares de criança de risco. Portanto é muito bom o que fazemos, mas, não é a solução. A solução é sair para construir um país para todos. Nossas organizações são em dimensão menor, uma maquete do país que sonhamos. Pelota de Trapo é um projeto coletivo.

Seguimos trabalhando em setores produtivos e não pensamos pequeno. Fazemos tudo para competir com o mercado, queremos que comprem nosso pão, por ser o melhor e não porque é feito por Pelota de Trapo. Temos nossa Escola de Educadores Populares. É de onde surge um tipo de pedagogia que utilizamos, não exatamente a tradicional. Esta pedagogia estamos elaborando e compartilhando com os outros companheiros das outras organizações. Juntos vamos estudando os grandes mestres. Gostaríamos de contar o porque ou para que fazemos, do que, o que fazemos. Aí nos alimentamos de um mestre de vocês, Paulo Freire. Em Pelota de Trapo, todos os lugares são belos. E, não é por acaso ou porque nos sobram recursos. É por uma decisão política, porque a beleza e a ternura são insumos básicos da criança, tanto o leite e o pão. Os únicos que fazem organizações pobres para os pobres são os ricos e o estado. Porque eles não vivem aí.

Sentimos que somos uma trincheira que protege a vida num país onde morrem por dia 100 crianças por motivos totalmente evitáveis, um verdadeiro genocídio.

Sentimos, que a maioria das transgressões que vêm cometendo nossos jovens, não são outra coisa que estratégias de sobrevivência. São na maioria dos casos uma primeira forma de protesto social.

Enquanto estamos na favela, que Leonor chamou de cárcere aberto, e não nos movemos daí, não incomodamos e podemos viver e morrer de qualquer maneira. O problema é quando saímos aos lugares onde não deveríamos estar. Nossa simples presença incomoda. Porquê? Porque nos faz indagar o que está acontecendo.

Porque isso acontece em países como Argentina e o Brasil, que não são países pobres, e sim empobrecidos, o que não é a mesma coisa.

Fala-se muito em belezas naturais e estou encantado com a beleza das praias do Brasil. Temos ouvido falar muito bem em segurança. Mas, as praias são mais bonitas com nossas crianças brincando nelas.

Com a marcha do Movimento Nacional de Los Chicos del Pueblo quisemos não apenas atravessar a geografia da Argentina, mas, também, atravessar a consciência nacional.

Com a caminhada contribuimos com os movimentos sociais na compreensão que a infância é destino. Que é dever da sociedade proteger seus meninos e meninas e não proteger-se deles.

Fez parte da nossa caminhada a Central dos trabalhadores Argentinos, porque cada criança de rua tem um pai desempregado, o sindicato dos professores, nossas mães da Praça de Maio, mãe desses companheiros que lutaram contra à ditadura militar, e que sonharam por um país para todos. Com o trabalho que fazemos todos os dias, trocando fraldas, alimentando, ensinando a fazer o pão, os sonhos de nossos companheiros estão presentes.

Dizendo não a este sistema econômico que continua igual. Esta mal distribuição de riqueza que continua matando nossas crianças todos os dias. Aí está os sonhos de nossos companheiros e em nome deles nos levantamos todos os dias a cada manhã.

Enquanto este país não existe, vamos continuar cuidando de nossas crianças, dando-lhes o que comer,

<sup>17</sup> transcrição de parte da fala de Júlia Leonor. Fonte: dvd tv Câmara, tradução do espanhol de Mônica Rocha



uma profissão, e juntos vamos continuar lutando para um país para todos.<sup>18</sup>

Em seguida, a representante do Fórum DCA, Márcia Cristine passou a palavra à advogada do Movimento de los Chicos del Pueblo, Laura Taffetani que expõe o tema “As relações dos movimentos sociais com o Estado”.

Quero falar sobre a relação do Movimento de Los Chicos Del Pueblo com o Estado. As 300 organizações que fazem o Movimento são todas muito diferentes, mas estamos de acordo com alguns valores essenciais. A sociedade que queremos este é nosso acordo. Todas as organizações têm formas de trabalhar diferentes, isto é diversidade. O que não pode haver diversidade é nos valores de vida. Nisso não nos engane mais o liberalismo, nisso não devemos ser diversos. Nascemos iguais, necessitamos de comer, necessitamos de família... somos todos iguais. Então a relação com o Estado se dá quando coincidimos nisso, que desgrazadamente estamos muito longe de coincidir nos fatos. Daí construímos nosso próprio direito, fizemos nossas próprias leis, não estamos pedindo permissão, e aqui fala uma advogada, há 18 anos trabalhando com o movimento. Advogado que não tem responsabilidade coletiva não serve. Não são problemas individuais. Não podemos dar soluções individuais a problemas sociais. Por isso o direito é mais que uma lei. Para falar de direito teria que estar aqui o ministério da fazenda, porque a justiça começa com nosso modelo econômico. Não concordamos com a idéia que o Estado é nosso. Este Estado é das multinacionais. O nosso estado é o das nossas obras. Nós temos obrigação de gerar políticas públicas, que não significa necessariamente que sejam estatais ou privadas. Uma escola privada pode fazer uma política pública e uma escola estatal, como está acontecendo conosco, pode fazer uma política privada. Então a luta vai ser sempre para um país, para todos em cada ação de todos os dias e em grandes ações quando conseguirmos unir nossas forças. O desafio nosso aqui em Fortaleza, não é apenas intercambiar. Queremos juntar as mãos, porque não há fronteiras, nem idiomas dificultando. Não viemos aqui fazer turismo. Temos muitos irmãos na América Latina, que têm as mesmas idéias.<sup>19</sup>

A coordenação do evento contou com a participação do Durval Ferraz (Câmara municipal); Vicente Luiz (Câmara municipal), Roberta Amadei (SER IV); Paulo Guedes (SAS); Aldenor Holanda (Núcleo Educad. Rua); Angélica Leal (Gab. Senadora Patrícia Saboya); Brigitte Lachez (Equipe Interinstitucional); Franciane Araújo (COMDICA), Major Nascimento e Capitão Costa (4ª Cia de Guarda da ALEC); Cristianne Sales (Comun. ALEC); Maria Valquíria Sobreira (Frente Parlamentar pela Infância); Gina Pompeu, Márcia Dias; Cecilia Molina; Gustavo Alencar; Liani Jacó (INESP); Mônica Moreira da Rocha; Dep. Tânia Gurgel.

Refletir sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco, tanto no Brasil como na Argentina e América Latina, faz aflorar problemas sociais encobertos.

A chamada dívida social brasileira e argentina aumentou muito nestes últimos anos reproduzindo a desigualdade cuja origem vem de longe. A experiência mostra que o principal obstáculo é a falta de oportunidade, não a incapacidade.

Por trás de cada criança em situação de risco na América Latina manifesta-se a falta de renda, de emprego, de habitação, de nutrição, de saúde e de educação, inviabilizando a cidadania.

A pobreza não é um dom natural, mas produto de tipos históricos de organização da sociedade. Diz-se material porque seu móvel é econômico, consequência de políticas socioeconômicas neoliberais adotadas pelo Estado que se fez mínimo quando se trata das questões sociais, mas máximo quando envolve interesse do capital.

<sup>18</sup> transcrição de parte da fala de Diego Chichzola. Fonte: dvd tv Câmara, tradução do espanhol de Mônica Rocha

<sup>19</sup> transcrição de parte da fala de Laura Taffetani. Fonte: dvd tv Câmara, tradução do espanhol de Mônica Rocha

# A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS SIDERÚRGICA NO CEARÁ

Autores do requerimento: Marcos Cals (PSDB)  
Palestrantes Convidados: Francisco Maia Júnior<sup>1</sup>, Régis Dias<sup>2</sup>,  
Luiz Eduardo Barbosa<sup>3</sup>, Ariosto Holanda<sup>4</sup>  
Data: 04/12/2006

A Assembléia Legislativa realizou no dia 4 de dezembro de 2006, no Plenário 13 de Maio, audiência pública para discutir a implantação da Usina Siderúrgica Ceará Stell. O presidente da Mesa Diretora, deputado Marcos Cals (PSDB), disse que o objetivo do debate era esclarecer a população sobre o tema, “atendendo aos seus anseios” e, ao mesmo tempo, reivindicar o contrato com a Petrobras. A ministra Dilma Rousseff chefe da Casa Civil, e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli não compareceram à audiência e também não mandaram representantes.



O presidente Marcos Cals reiterou o desejo da Assembléia Legislativa em debater com os cearenses a concretização da Siderúrgica no Estado do Ceará. Afirmou Marcos Cals:

Queremos levar clareza à população. Não queremos fazer intrigas. Não é o nosso estilo, mas precisamos envolver representantes dos setores e continuar o diálogo. E caso o diálogo seja esgotado, aí seremos mais firmes. O investimento de R\$ 5,1 bilhões é importante para o Ceará. O nosso poder de decisão é pequeno, mas o poder de pressão é enorme. Queremos saber a verdade e o que podemos fazer para ajudar.

Participaram do debate o vice-governador, Maia Júnior; o secretário de Desenvolvimento Econômico do Ceará, Régis Cavalcante, representando o governador Lúcio Alcântara; o secretário de Infra-estrutura do Estado, Luiz Eduardo Barbosa; os deputados federais Ariosto Holanda (PSB), Marcelo Teixeira (PSDB), José Linhares (PP) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB); Inácio Arruda (PCdoB) e a deputada federal eleita, Gorete Pereira (PFL).

Também estavam presentes os deputados Chico Lopes (PCdoB), Nelson Martins, Artur Bruno e José Nobre Guimarães, todos do PT; Gilberto Rodrigues (PHS), Antonio Granja (PSB), Francini Guedes, João Jaime e Tânia Gurgel e Osmar Baquit, todos do PSDB; Ronaldo Martins e Carlomano Marques, ambos do (PMDB); os deputados estaduais eleitos, Sérgio Aguiar (PSB); Tomás Figueiredo Filho (PSDB), Júlio César (PSDB), e Washington Goes (PAN).



Fonte: Jornal Diário do Nordeste de 5/12/2006, p. 15, Caderno Política

<sup>1</sup> Vice-Governador do Estado do Ceará  
<sup>2</sup> Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará  
<sup>3</sup> Secretário de Infra-estrutura do Estado do Ceará  
<sup>4</sup> Deputado Federal (PSB)

## QUESTÕES NACIONAIS – 2006

Participaram ainda da audiência, o procurador-geral adjunto do Estado, Raul Araújo Filho; o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Pedro Alcântara Rego Lima; o presidente do Instituto de Pesquisa do Estado (Ipece), Marcos Holanda; o diretor do Centro de Tecnologia da UFC, professor Jesualdo Pereira Farias; o presidente da Companhia de Gás do Ceará (Cegás), José Rego Filho; o diretor administrativo financeiro da Cegás, Jorge Otoch Júnior; e o diretor presidente da Ceará Portos, José Roberto Correa Serra.

Considerada como o maior empreendimento econômico dos últimos tempos no Estado do Ceará, o projeto da Usina Siderúrgica Ceará Steel é, atualmente, uma realidade.

Ao longo de dez anos o Ceará investiu mais de sete bilhões de reais para a instalação de um projeto estruturante de grande porte para atender sobretudo ao setor siderúrgico no comércio internacional através do Porto do Pecém.

Projetada como carro-chefe para o desenvolvimento de um pólo metal-mecânico, a Usina Siderúrgica Ceará Steel vai permitir um crescimento em torno de 2% do PIB do Estado e possibilitar a captação de novos fornecedores, atraindo a vinda de indústrias automotivas, de eletrodomésticos e outras.

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, atenta aos últimos fatos amplamente noticiados na imprensa, procura uma solução que evite o retrocesso econômico e social do Estado caso a instalação da Ceará Steel venha a ser inviabilizada.

## PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Autores do requerimento: Marcos Cals (PSDB)

Palestrantes Convidados: José Virgílio Enei<sup>1</sup>, Marcelo Lorenzo-Fernandez<sup>2</sup>,

André Albuquerque Barbosa<sup>3</sup>

Data: 04/12/2006

A Assembléia Legislativa realizou no dia 7 de dezembro de 2006, no Auditório Murilo Aguiar, o Seminário sobre Parcerias Público-Privadas (PPP) como instrumento de implementação da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento econômico. A iniciativa foi do presidente da Casa, deputado Marcos Cals (PSDB), e contou com parceria da Íntegra Consultores Associados, a Deloitte Touche Thomatsu e a Machado Meyer Sendacz e Office.

A crescente demanda por investimento público em infra-estrutura e prestação de serviços, somados à concentração da população nos centros urbanos e ao déficit de investimentos, tornam o orçamento público das esferas federal, estadual e municipal insuficiente. Com isso, a parceria público-privada, regulamentada pela Lei Federal 11.079, de 2004, torna viável um acordo que beneficiará a sociedade, onde o investimento privado é garantido.

A mesa foi composta pelos deputados Marcos Cals (PSDB), presidente da Casa; Francini Guedes (PSDB), que presidiu os trabalhos, Nelson Martins (PT); pelo sócio da Machado Meyer Sendacz e Office, José Virgílio Enei; diretor da Deloitte Touche Thomatsu, Marcelo Otávio de Lorenzo Fernandes; bem como pelo diretor da Integra Consultores Associados, André Albuquerque Barbosa.

O deputado Francini Guedes, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, abriu o evento destacando a importância da complementação de recursos através das PPP's, sobretudo para o Ceará, "que é um estado pobre", disse.

O presidente Marcos Cals ressaltou a necessidade de se unir recursos, tanto em nível nacional, quanto no Ceará, "pois, caso contrário, não vamos para canto nenhum". Para ele, o Brasil precisa ter "essa visão" de perspectiva para que haja desenvolvimento. "Esperamos que o País possa ter ousadia em buscar recursos para investir e meu único receio é que não tenha seriedade por parte dos envolvidos. Esse debate é para esclarecer, através dos parlamentos, contribuindo para a socialização da informação", defendeu.

O deputado Nelson Martins afirmou que as demandas sociais para o Poder Público são muito elevadas, "e se for somente ele (Estado) jamais terá recursos para resolver tudo. Temos que ter cuidado apenas para que a população tenha a maior participação possível, pois caso algum projeto venha a ser inviável, não venha a prejudicá-la", justificou.

Os três palestrantes das empresas fizeram uma explanação sobre as PPP's, bem como suas características fundamentais. Uma delas é o longo prazo dos contratos entre os setores públicos e privados, que varia de cinco a 35 anos, dependendo da importância dos projetos. Outro ponto peculiar, de acordo com a Lei Federal da PPP, é a contratação de fluxo de serviços, bem como o pagamento da contraprestação somente após disponibilização, se atingir padrões de desempenho pré-fixados.

Em relação aos riscos do contrato entre as duas partes, foi esclarecido que as PPP's permitem identificar e realocar, apropriadamente, todos os riscos dos investimentos públicos, de forma a facilitar o levantamento de fundos. Alguns deles é o político, no sentido de evitar a sazonalidade eleitoral; o regulatório, para evitar o risco de mudanças na regulamentação, bem como o de mercado, riscos de projeto e construção.

Quanto às viabilidades das PPP's para o Poder Público, o Estado tem que ter principalmente uma previsibilidade do fluxo de caixa bem como no Plano Plurianual (PPA), permitindo, com isso, que a parceria traga benefícios sócio-econômicos. Participaram ainda do evento os deputados estaduais recém-eleitos, como Antônio Hermínio (PSL), Tomás Filho (PSDB) e professor Teodoro (PSDB), que fizeram uso da palavra. Para Hermínio Resende, a parceria é de fundamental importância, sobretudo para a sociedade, que, na avaliação dele, ao invés de cobrar, deve ainda participar.

"Espero que a parceria seja ampliada também para a saúde, dando uma saúde a altura do povo", completou.



<sup>1</sup> Advogado, representante da empresa Machado Meyer Sendacz e Opice.

<sup>2</sup> Economista, Diretor da empresa Deloitte Touche Thomatsu

<sup>3</sup> Engenheiro, diretor da empresa Íntegra Consultores Associados.

Tomás Filho reforçou as palavras de Hermínio, ressaltando ainda a necessidade do entendimento por parte da população, de um necessário retorno da parceria privada.

As empresas e os governos compreendem que o início e o sucesso das experiências em projetos de Parcerias Público-Privadas dependem da vontade política e responsabilidade social compartilhada pelos entes envolvidos, fatores que garantirão o desenvolvimento tão necessário ao crescimento nacional.

**Investimentos em infra-estrutura**

Com a PPP o setor privado financia a infra-estrutura do Estado em troca de receita tarifária para recuperação do investimento, somada à taxa de retorno estabelecida em contrato pela agência reguladora estadual.

# Sucesso das PPPs depende da divisão de riscos

**Angela Cavalcanti**

A chave para o sucesso das parcerias público-privadas (PPP) está no equilíbrio de compartilhamento de riscos e responsabilidades, destaca o diretor de Integração Consultoria Assessoria e Engenharia André Albuquerque Barbosa. Ele participou no mês de maio, na Assembleia Legislativa, de uma reunião a nível estadual que deverá discutir os investimentos em infra-estrutura.

Com o controle dos projetos de infra-estrutura, Barbosa defende que o processo de modelagem dos contratos seja estruturado com cuidado e profissionalismo, atribuindo os encargos de acordo com a realidade dos agentes públicos.

"Muitas vezes, a pessoa em executar as obras, não tem que sejam feitas etapas importantes para a base da obra", afirma. O consultor enxerga mais ganhos do que prejuízos ao tipo de parceria.

"Com a PPP o setor privado financia a infra-estrutura do Estado em troca de receita tarifária, para recuperação do investimento, somada à taxa de retorno estabelecida em contrato pela agência reguladora estadual. Isso

permite uma maximização do orçamento público, que passa a ser melhor utilizado pelo Estado, que pode direcionar seus recursos a áreas mais urgentes", explica.

Outra vantagem apontada por André Barbosa é que as obras se tornam mais rápidas devido ao capital garantido para bancar a empreitada.

"Quando o financiamento vem do setor público, há o risco de falta no fluxo de caixa. Mas com uma empresa pagando uma antecipação desses, ela tem que provar que tem recursos monetários suficientes para arcar com o projeto", pondera.

**DESVANTAGENS** - A iniciativa, porém, não possui os pontos positivos. A grande desvantagem da parceria, segundo Barbosa, é o aumento de preço e o demora na estruturação do projeto, em função de sua maior complexidade.

"A PPP exige uma metodologia mais elaborada para o desenvolvimento do plano, com a realização de estudos, a que torna a estruturação mais cara", justifica o especialista.

Barbosa garante ser fundamental a realização de análises de demanda e de risco para demonstrar a viabilidade da empreitada e a sua capacidade de gerar receita. "O sucesso do projeto muda com participação privada, visando de obra para regular", ressalta. Ele considera que se através do mercado por parte do governo e do mercado será possível aproveitar melhor a PPP, "sempre com a certeza de garantir o benefício público", observa.

**SERVIÇO** A Próxima Eventos realiza a organização do evento "Parcerias Públicas, que será realizado hoje, às 09h30 horas, no Auditório Wladimir Diego da FIC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará).



**ANDRÉ BARBOSA** PPPs permitem obras mais rápidas devido ao capital garantido para bancar a empreitada



## NOVA ESTRUTURAÇÃO DA SUDENE

Autores do requerimento: Marcos Cals (PSDB)

Palestrantes Convidados: Silvana Parente<sup>1</sup>, Alberto Amadei<sup>2</sup>,  
Ariosto Holanda<sup>3</sup>, Cláudio Ferreira Lima<sup>4</sup>

Data: 08/12/2006

A Assembléia Legislativa realizou no dia 8 de dezembro de 2006, no Plenário 13 de Maio, o Fórum Regional pela Estruturação da Sudene, atendendo a requerimento do presidente da Casa, deputado Marcos Cals (PSDB). Segundo ele, o debate foi proposto a partir de uma conversa com o coordenador do Fórum da Transparência do Estado do Ceará, Alberto Amadei. "Chegamos à conclusão de que era preciso discutir o processo de recriação da Sudene, como o seu projeto foi aprovado, quais as perspectivas e expectativas geradas pelo novo órgão, que deverá ser uma instituição de desenvolvimento e fomento da economia do Nordeste, porque vai criar e fortalecer mais empresas", observou o presidente. Marcos Cals lembrou que, com a recriação da Sudene, mais políticas regionais deverão ser implantadas na região.

A secretária executiva do Ministério da Integração Nacional, Silvana Parente, fez uma exposição ressaltando vários



aspectos que serão levados em conta na criação do órgão. Um deles, segundo ela, diz respeito à própria missão da Sudene, que é promover o desenvolvimento sustentável e incluyente da sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Ela pontuou a história da Sudene, até mesmo para separar os dois estágios, a antiga e a nova SUDENE. Relatou sua criação, a centralização de seu comando com os militares na década de 1970, a crise dos anos 1980 e os desvios de incentivos fiscais na década de 1990 que levaram à extinção do órgão. Ressaltou ainda o papel fundamental da SUDENE para a mudança do perfil industrial da região, mas lembrou que a mesma não atuou no setor rural nordestino.

O projeto que institui a Sudene, conforme ela, entrou na pauta de discussões do Congresso Nacional em 2003, através de projeto de lei e passou por todo um "périplo" até ser aprovada a sua redação final, no Senado Federal. A proposta determina que compete ao órgão articular a ação dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas. Essa nova SUDENE tem um maior aporte na área da ciência e da tecnologia, inclusão social, e canais de financiamento para projetos estruturais.

A Sudene, de acordo com Silvana Parente, deverá ser composta de um Conselho Deliberativo, comitês de gestão, diretoria colegiada, procuradoria-geral, auditoria-geral e ouvidoria-geral. Integrarão o Conselho da Sudene ministros de Estado designados pelo presidente da República, três representantes dos municípios de sua área de atuação, três representantes da classe empresarial e três representantes da classe dos trabalhadores, além do presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o seu superintendente.

A nova SUDENE tem como base a PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que seria: planos de desenvolvimento regional; programas de desenvolvimento regional; criação das novas superintendências de desenvolvimento regional; além de a nova Sudene ter por finalidade o desenvolvimento incluyente e sustentável da sua

<sup>1</sup> Secretária Executiva do Ministério da Integração Nacional

<sup>2</sup> Economista, Coordenador do Fórum da Transparência do Estado do Ceará

<sup>3</sup> Deputado Federal (PSB)

<sup>4</sup> Economista do Banco do Nordeste

área de atuação e o fortalecimento dos governadores eleitos com o governo federal para dar prioridade e fortalecê-la.

Ela ressaltou que o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), a ser gerido pela superintendência da Sudene, será criado junto com a instituição com a finalidade de apoiar as atividades produtivas e investimentos em infra-estrutura no Nordeste. Constituem recursos do FDNE as dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional, de resultados de aplicações financeiras à sua conta, o produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados, transferências financeiras de outros fundos e mais outros recursos previstos em lei.

O orçamento previsto para a Sudene é da ordem de R\$ 1 bilhão, e terá receita própria, criada através das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento-Geral da União, de transferências do FDNE, equivalente a 2% do valor de cada liberação de recursos, a título de remuneração pela gestão do Fundo, além de outras receitas previstas em lei.

Já o Deputado Ariosto Holanda afirmou que crescimento no Brasil é confundido com desenvolvimento. Este último deve tentar resolver os problemas da população. Alegou que a antiga Sudene não gerava desenvolvimento. Em seguida, falou acerca de um ciclo onde as indústrias e o comércio geram matéria-prima, emprego, pesquisa, capacitação



e inovação tecnológica.

Participaram do evento, além da palestrante, os deputados federais Ariosto Holanda (PSB) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB), o secretário de Desenvolvimento Econômico do Município, José de Freitas Uchôa, representando a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT); o assessor especial da presidência do BNB, Cláudio Ferreira Lima, representando o presidente do banco, Roberto Smith. Também estiveram presentes os deputados estaduais eleitos Hermínio Rezende (PSL), Roberto Cláudio (PHS), Sérgio Aguiar (PSB), e os federais eleitos Eugênio Rabelo (PP) e Flávio Bezerra (PMDB).

Depois de uma longa tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 76/03, que trata da recriação da Sudene, teve a redação final aprovada no Congresso Nacional no dia 28 de novembro de 2006. A matéria foi para sanção do Senhor Presidente da República e compete, sobretudo, aos nordestinos unir esforços para que este órgão tão relevante volte finalmente a operar alavancando soluções para os graves problemas que impedem o desenvolvimento socioeconômico e condenam a população do semi-árido a viver em condições de exclusão e de extrema pobreza.

# REFINARIA – CRITÉRIOS TÉCNICOS

Autores do requerimento: Marcos Cals (PSDB)

Palestrantes Convidados: Ernesto Nobre<sup>1</sup>, Clécio Thomaz<sup>2</sup>,

Ariosto Holanda<sup>3</sup>, Renato Craveiro<sup>4</sup> Roberto Menescau<sup>5</sup>

Data: 11/12/2006

Desde o início da 26ªLegislatura, os parlamentares cearenses têm discutido e reiterado critérios técnicos para a instalação da refinaria em território cearense. Os argumentos são respaldados em estudos realizados por engenheiros, geólogos e economistas. Critérios políticos do Governo Federal apontaram a construção da refinaria no Estado de Pernambuco argumentando também a facilidade de investimento de capital estrangeiro, sobretudo da Venezuela.

A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará realizou no dia 11 de dezembro de 2006 novo debate questionando os critérios técnicos para a localização da refinaria. Foram convidados os professores Clécio Tomás, Ernesto Nobre e Renato Craveiro para proferir palestra tendo como presidente da mesa o Deputado Chico Lopes (PCdoB).

O deputado Chico Lopes enalteceu a importância do discurso político na esfera estadual e federal. Nesse contexto, os estados nordestinos se opuseram à instalação da refinaria no estado do Rio de Janeiro. Novo conflito, porém, foi gerado acerca do local onde ela deveria ser instalada no Nordeste. A refinaria foi para Pernambuco a partir de uma decisão política, fruto de uma disputa interna entre os estados do Nordeste. Em seu discurso, o deputado coloca essas questões:

a Luta pela instalação de uma refinaria já vem acontecendo há muitos anos. Houve um acordo com alguns estados da região nordeste para reivindicar por uma refinaria no nordeste. A implantação de uma refinaria é importante para minimizar as desigualdades existentes entre os estados da região Nordeste e da região Sul e Sudeste.

No debate sobre os critérios de instalação da refinaria no Nordeste do Brasil, os palestrantes destacaram o potencial das indústrias de gás e energia no Nordeste para a criação de alternativas de desenvolvimento da Região. Para Ernesto Nobre, professor do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), os empreendimentos situados na Região devem integrar um planejamento regional.

Temos a refinaria de Guarará, no Rio Grande do Norte, que com maiores investimentos, poderá distribuir produtos para todo o Nordeste. Temos a Lubnor no Ceará e em breve uma nova refinaria em Pernambuco. Elas não podem ser pensadas de forma isolada, mas de maneira que complementem as necessidades dos Estados nordestinos

Segundo ele, para que isto aconteça é necessário o investimento público na formação de mão-de-obra especializada para a área de petróleo e gás, tanto através das universidades, como pelo ensino profissionalizante.

Na opinião de Clécio Thomaz, professor do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), a “capacidade de inovação” dos profissionais cearenses deve ser valorizada, como forma de viabilizar

1 Professor da Universidade Federal do Ceará

2 Professor da Universidade Estadual do Ceará

3 Deputado Federal (PSB)

4 Professor da Universidade Estadual do Ceará

5 Professor da Universidade de Fortaleza



Fonte: Jornal Diário do Nordeste de 30/09/2005, p. 3, Caderno Negócios



investimentos. Ele defendeu a proposta do deputado federal Ariosto Holanda (PSB), também presente ao debate, que sugere a construção de uma refinaria na região de fronteira entre os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. "Seria um instrumento importante para fixar as pessoas no Interior do Estado. Temos o exemplo da Bahia, onde a ferramenta principal para uma mudança no perfil socioeconômico local foi o pólo petroquímico de Camaçari", ressaltou ele.

Clécio criticou o Governo Federal pela escolha de Pernambuco como sede da refinaria. "Qual estudo de viabilidade econômica o governo apresentou para justificar esta decisão? Acho que o Ceará merece uma resposta em relação aos custos de instalação desta refinaria lá", afirmou ele. O professor, porém, disse estar otimista com novos empreendimentos no Estado, como a Siderúrgica Ceará Steel e a possibilidade da construção de um novo píer no Porto do Pecém, para o escoamento de materiais transportados em contêineres.

o Estado do Ceará perdeu a luta pela refinaria, mas sabe-se que foi uma decisão política. O governo federal deve uma resposta ao estado do Ceará sobre os custos da refinaria de Pernambuco. Sabe-se que será um custo muito alto. Existem recursos para projetos de petróleo e gás para o Estado do Ceará. Temos importantes alternativas para o Estado. A instalação da siderúrgica trará grandes progressos para o Ceará. A maior preocupação é sensibilizar a Petrobrás para executar outros investimentos no Estado.

Para outro debatedor, o professor Renato Craveiro, da Uece, além da energia e gás, devem ser levantadas outras propostas de geração de energia no Ceará, como a instalação de usinas nucleares. Ele também ressaltou o projeto de ampliação da Lubnor, que pretende dobrar a produção até 2009.

O deputado federal Ariosto Holanda apontou algumas alternativas para a utilização da refinaria na região cearense. Ele argumentou que a luta pela refinaria vem desde o governo Virgílio Távora. Em 1986, a Petrobrás decidiu criar uma refinaria no Nordeste, conseqüência do aumento da demanda para combustível na região e os altos custos para o transporte desse produto do Sul do país para os estados nordestinos. A idéia do deputado federal era de que a refinaria deveria ser construída em uma zona de confluência entre os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A importância da refinaria não se resume ao lucro, mas, principalmente, pela geração de emprego, renda e desenvolvimento social para a região. Estudos científicos realizados na década de 1980, apontaram que o Ceará seria o local mais adequado para a implantação da refinaria. Porém, apesar dessa vantagem técnica e também financeira que o Ceará possuía, a instalação da refinaria ficou definida para o estado do Pernambuco pelo Governo Lula. Por fim, o deputado ressaltou sua luta no Congresso Nacional para incluir o Ceará no projeto do Biodiesel, que consiste em beneficiar a agricultura local com o aproveitamento da mamona na geração desse tipo de combustível. Ele comentou:

A luta pela refinaria nasce desde o primeiro governo do

Virgílio Távora, portanto ele não conseguiu a refinaria, mas conseguiu uma fábrica de asfalto. Em 1986 a Petrobrás percebe que é necessário implantar uma refinaria no nordeste, por causa do consumo de energia. Nesse momento Ceará e Rio Grande do Nordeste já tinham uma significativa produção de petróleo. Em 87 a UFC fez uma mobilização para que a refinaria fosse implantada em Fortaleza. (...) Em 95 houve outra luta, mais uma vez sem sucesso. No governo Lula o modelo matemático apontou



Fonte: Jornal O Povo de 12/12/2006, p. 24

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DEBATE: QUESTÕES NACIONAIS

um empate técnico entre Ceará, Rio Grande do Norte e Recife. Fiz uma proposta de construir uma refinaria no semi-árido, fazendo partes os estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Pernambuco, mais uma vez faltou poder político. Está definido a refinaria para Pernambuco.

O professor da Unifor, Roberto Menescau, comentou acerca de uma importante mini-refinaria existente no Ceará: a LUBINOR, que pertence à Petrobrás e que pode se expandir consideravelmente sem a necessidade de trazer outra refinaria para o estado. O Ceará tem condições de ter uma refinaria sem depender de outras, mas é preciso ter vontade política.

o Estado do Ceará tem uma mini-refinaria que é a Lubinor. A idéia da usina de hidrogênio pode ser concretizada pela Lubinor. A Lubinor apesar de ser uma mini-refinaria, tem poder para desenvolver novas alternativas na área da petroquímica. O Ceará não pode ficar só esperando uma refinaria, pode utilizar outros métodos no setor de petróleo e gás. As universidades estão fazendo a sua parte, mas é preciso criar um conjunto de massas para desenvolver alternativas para o petróleo.

Ernesto Nobre defendeu a necessidade de um ensino público de qualidade, apto a qualificar novos profissionais para esse crescente mercado de trabalho: É preciso observar as potencialidades locais, dentre elas a LUBINOR, que tem um imenso potencial para se desenvolver no Estado do Ceará. As três maiores universidades podem contribuir para a formação de mão-de-obra qualificada, não sendo mais preciso importar profissionais de outras regiões. Ressaltou o professor:

é importante dar importância as três instalações da Petrobrás no Nordeste: Lubinor, Guamaré e Pernambuco. Tem que saber que tipo de investimento cabe a cada estado, principalmente a Lubinor. Tem que explorar as universidades (UNIFOR, UFC e UECE) formando profissionais capacitados na área de petróleo e gás, para que esses novos técnicos possam fazer parte desse mercado.



O professor da Universidade Estadual do Ceará, Antonio Clésio Tomaz sugeriu diversas alternativas para o tema em debate: o Ceará perdeu a refinaria puramente por uma decisão política. O Ceará merece uma informação sobre o custo Brasil da instalação da refinaria no Estado de Pernambuco, questão cobrada pela comunidade local, principalmente entre os especialistas acadêmicos. A Petrobrás não deve possuir uma concepção apenas mercadológica, mas também refletir sobre outros aspectos, como a questão social.

Aberto o debate ao público, o estagiário do INESP, Dennis de Oliveira Santos, ressaltou a necessidade de planejamento e de estratégias que tenham como objetivo o desenvolvimento nacional. Comparando rapidamente a refinaria com a nova SUDENE, alertou para o problema de que os dois projetos enfrentam dizem respeito ao planejamento da União ser feito de modo setorial, por ministério e não de forma regional. Havendo nesse contexto, o perigo de se fomentar projetos que beneficiem determinadas áreas de forma individual, e não corrijam a ausência de um plano que pense o Nordeste como um todo.

Encontram-se em ampla discussão as oportunidades de investimentos em novas refinarias de petróleo no Brasil. É sabido que o País necessitará de, pelo menos, mais uma refinaria, a fim de ser evitado o já chamado “apagão do refino”

É urgente a definição quanto ao local a ser implantada devido ao prazo de maturação de sete anos do referido investimento.

O tema vem causando calorosas reivindicações regionais, mesclando um claro viés político com argumentação de cunho técnico. A instalação de uma refinaria no Nordeste tinha sido acertada em 1998, após disputa de 13 anos e concorrência realizada pela Petrobrás.

Convicta da relevância do tema e do seu reflexo no desenvolvimento da região Nordeste, a Assembléia Legislativa, debateu sobre os critérios técnicos e sócio-políticos para a instalação da Refinaria no Nordeste.





**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO  
DO CEARÁ – INESP**

**Presidente  
Gina Marcílio Pompeu**

**Coordenadora do Núcleo de Publicações  
Tereza Porto**

**Coordenadora do Núcleo de Eventos  
Márcia Dias Soares**

**Equipe de Eventos:  
Ana Maria Vieira Braga  
Antônia Cislene Ximenes Lustosa  
Cecília Nogueira Molina  
Cláudia Vieira Carneiro  
Edna Moura Camarço  
Gina Carvalho Schlachter  
Gleice Gonçalves de Lucena Filgueiras  
Gustavo Lopes Alencar  
Liani Maria Braga Jacó  
Maria Tarciana de Oliveira Ribeiro  
Rosângela Cavalcante Lima  
Samira Rodrigues Tauil Gaspar  
Sandra Maria Gonçalves Pontes**

**Gráfica do INESP  
Coordenação: Ernandes do Carmo  
Equipe da gráfica: Francisco de Moura Barros, Hadson França Barros  
Diagramação: Roberta Oliveira  
Av. Desembargador Moreira, 2807  
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.  
E-mail: [inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)  
Fone: 3277-3705  
Fax: (0xx85) 3277-3707**



home page: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)  
e-mail: [epovo@al.ce.gov.br](mailto:epovo@al.ce.gov.br)

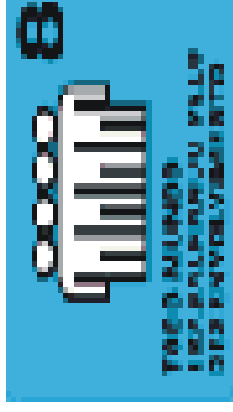
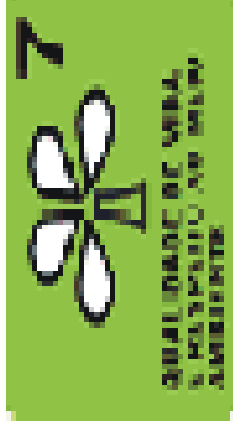
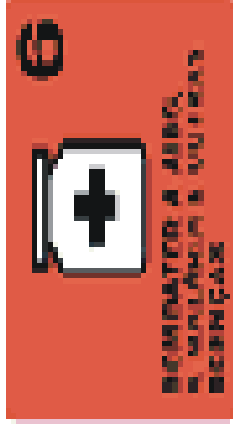
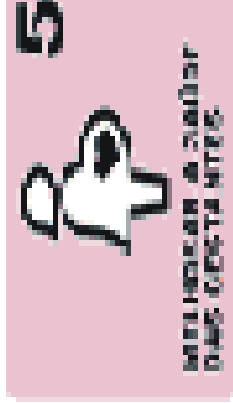
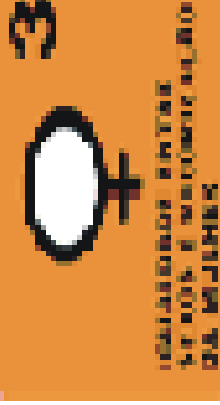
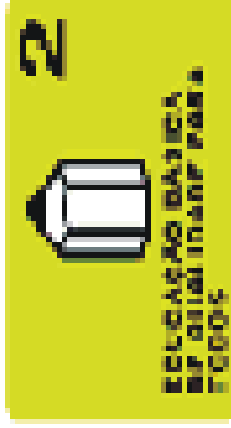
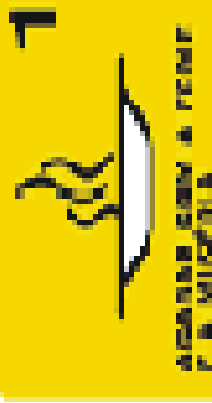


home page: [www.al.ce.gov.br/](http://www.al.ce.gov.br/)  
E-mail: [inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

# METAS DO MILÊNIO

## 8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO

# NÓS PODEMOS



Em 2000, as “8 Metas do Milênio” foram aprovadas por 191 países da ONU, em Nova Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiveram presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, comprometeram-se a cumprir os 8 objetivos especificados, até 2015.